

Revista (Con)Textos Linguísticos

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística
da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES

Vitória - ES

Volume 14

| Número 28

| Ano 2020

Revista (Con)Textos Linguísticos

Programa de Pós-Graduação em Linguística
Departamento de Línguas e Letras
Centro de Ciências Humanas e Naturais
Universidade Federal do Espírito Santo

Av. Fernando Ferrari, 514
Goiabeiras – Vitória - ES
CEP: 29075-910
Telefax: (27) 4009-2524
linguistica.ufes.br
periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)

Revista (Con)Textos Linguísticos [recurso eletrônico] / Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística. – v. 14, n. 28 (2020)- . – Dados eletrônicos. – Vitória: PPGEL-UFES, 2007-
Quadrimestral.

ISSN 2317-3475

Sistema requerido: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web: <<http://periodicos.ufes.br/contextoslinguisticos>>

1. Linguística – Periódicos. 2. Linguística – Estudo e ensino. I. Programa de Pós-graduação em Linguística. II. Universidade Federal do Espírito Santo.

CDU: 81(05)

Ficha catalográfica elaborada por:
Saulo de Jesus Peres
CRB6 – Reg. 676/ES

Universidade Federal do Espírito Santo

Reitor: Paulo Sérgio de Paula Vargas

Vice-Reitor: Roney Pignaton da Silva

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Pró-Reitor: Neyval Costa Reis Junior

Centro de Ciências Humanas e Naturais

Diretora: Edinete Maria Rosa

Vice-Diretora: Leni Ribeiro Leite

Departamento de Línguas e Letras

Chefe: Mário Cláudio Simões

Subchefe: Junia Claudia Santana de Mattos Zaidan

Programa de Pós-Graduação em Linguística

Mestrado e Doutorado em Estudos Linguísticos

Coordenadora: Gesieny Laurett Neves Damasceno

Coordenadora-Adjunta: Lilian Coutinho Yacovenco

Conselho Editorial

Alexsandro Rodrigues Meireles (UFES), Ana Cláudia Peters Salgado (UFJF), Ana Cristina Carmelino (UNIFESP), Ana Lúcia Tinoco Cabral (Universidade Cruzeiro do Sul), Ana Zandwais (UFRGS), Antônio Simões (Kansas University, EUA), Antônio Suarez Abreu (UNESP), Carla Viana Coscarelli (UFMG), Donesca Cristina Puntel Xhafaj (UFSC), Edna Maria Fernandes dos Santos Nascimento (UNESP), Erasmo D'Almeida Magalhães (USP), Eric Guy Claude Laporte (Université Paris-Est Marne-la-Vallée, França), Fernanda Mussalim (UFU), Gregory Riordan Guy (New York University), Gustavo Ximenes Cunha (Universidade Federal de Alfenas), Hylea de Camargo Vale (IBC), Isabel Roboredo Seara (Universidade Aberta de Lisboa, Portugal), Ivo Costa Rosário (UFF), Janaína Soares Alves (UNB), Janayna Bertollo Cozer Casotti (UFES), Janice Helena Chaves Marinho (UFMG), José Olímpio de Magalhães (FALE/UFMG), José Magalhães (UFU), Júlio Araújo (UFC), Juscelino Pernambuco (UNESP/UNIFRAN), Jussara Abraçado (UFF), Leonor Werneck dos Santos (UFRJ), Lilian Coutinho Yacovenco (UFES), Lúcia Helena Peyroton da Rocha (UFES), Luciana Lucente (UFAL), Luciane Corrêa Ferreira (UFMG), Luiz Antonio Ferreira (PUC/SP), Luiz Francisco Dias (UFMG), Lurdes de Castro Moutinho (Universidade de Aveiro, Portugal), Maria da Conceição Auxiliadora de Paiva (UFRJ), Maria Flavia de Figueiredo (UNIFRAN), Maria Luiza Braga (UFRJ), Maria Silvia Cintra Martins (UFSCAR), Marina Célia Mendonça (UNESP), Marina Terkourafi (University of Illinois at Urbana-Champaign, EUA), Micheline Mattedi Tomazi (UFES), Miguel Oliveira Jr. (UFAL), Pablo Arantes (UFSCar), Rebeka Campos-Astorkiza (Ohio State University, EUA), Renata Archanjo (UFRN), Ronice Müller de Quadros (UFSC), Sônia Benites (UEM), Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva (UFMG).

Comissão Editorial

Pedro Henrique Witsch (Editor-gerente), Flávia Medeiros Álvaro Machado (Editora de Seção), Janayna Bertollo Cozer Casotti (Editora de Seção), Micheline Mattedi Tomazi (Editora de Seção), Mayara de Oliveira Nogueira (Editora de Texto).

Sumário

Apresentação – Estudos Funcionalistas: discurso e gramática

Violeta Virginia Rodrigues, Gesieny Laurett Neves Damasceno.....7

Uma abordagem funcional dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto em relatos

Jhonathan Leno Reis França Santana, Gesieny Laurett Neves Damasceno.....18

Construção verbo + locativo (VLOC): uma análise centrada no uso

Maria Alice Linhares Costa, Gessilene Silveira Kanthack, Valéria Viana Sousa.....38

Níveis de vinculação semântico-sintática de *chega aí* no português do Brasil: uma análise centrada em contextos de uso

Mariangela Rios de Oliveira, Monique Borges Ramos da Fonseca.....56

No ano passado, a “vakinha” ganhou um ponto fixo. Desde então...: uma análise funcionalista de circunstanciadores temporais

Ana Beatriz Arena, Érika Cristine Ilogti de Sá.....77

Variação e mudança linguística – evidências a partir da perspectiva da construcionalização gramatical sincrônica

Lauriê Ferreira Martins Dall’Orto, Ana Paula Gonçalves Durço, Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda.....99

Formas de expressão da escalaridade em português

Michel Gustavo Fontes, Fábio de Lima Moreira.....120

Análise comparativa da microconstrução *um belo dia / un bel giorno* no português brasileiro e no italiano

Vania Cristina Casseb Galvão, Carlotta Boellis.....140

A gramaticalização de *geral* no português brasileiro: de adjetivo a pronome indefinido/quantificador

Luis Filipe Lima e Silva, Sueli Maria Coelho.....159

Semiprodutividade construcional: uma investigação empírica da complementação sentencial do português brasileiro

Dayanne Ximenes, Diogo Pinheiro.....177

O que brasileiros dizem acerca de usos de construções com verbo-suporte?

Pâmela Fagundes Travassos, Marcia dos Santos Machado Vieira.....198

Transitividade em definições de dicionários escolares: análise dos tipos de processos em verbetes sobre homossexuais masculinos

Hugo Leonardo Gomes dos Santos, Antônio Luciano Pontes, Pedro Henrique Lima Praxedes Filho.....218

The PERIODICITY System in Texts of Technical Education in the Area of Civil Construction - Buildings

Tânea Maria Nonemacher.....238

Coerência referencial e ordem oracional

Sávio André de Souza Cavalcante, Márluce Coan.....257

O meme e a elipse da oração principal em construções temporais com sentido condicional factual

Vanessa Leme Fadel Steinhauer, Juliano Desiderato Antonio.....277

Construções contrastivas acontece que e logo eu

Nilza Barrozo Dias, Jocineia Andrade Ramos Araújo, Priscilla Hoelz Pacheco.....297

Construções condicionais no discurso de autoajuda

Anna Flora Brunelli, Gisele Cássia de Sousa.....317

Opiniões em confronto: o emprego das cláusulas de finalidade como estratégia argumentativa

Amanda Heiderich Marchon.....333

Construções conformativas na perspectiva funcional hallidayana

Ivo da Costa do Rosário, Myllena Paiva Pinto de Oliveira.....354

Cláusulas adverbiais na língua oral da cidade de Mariana (MG): um estudo funcionalista a partir de uma abordagem social

Danúbia Aline Silva Sampaio.....372

A materialização prosódica de estruturas desgarradas comparada a de tópicos e clivadas: reflexões preliminares

Ana Carolina Barros Gonçalves, Aline Ponciano dos Santos Silvestre.....392

A atuação da metafunção textual nas cláusulas relativas apositivas desgarradas

Karen Pereira Fernandes de Souza.....412

A estrutura retórica de uma redação do ENEM: uma análise funcionalista

Luciano Araújo Cavalcante Filho, Márcia Teixeira Nogueira.....433

Análise da imperatividade no discurso publicitário: algumas considerações funcionalistas

Izac Vieira Chaves, Aline Rezende Belo Dias.....452

A condição de distintividade na variação do sujeito pronominal de primeira pessoa do singular em cartas escritas por um capixaba

Caroliny Batista Massariol, Lilian Coutinho Yacovenco.....473

Aspectos semânticos e morfossintáticos de deonticidade em entrevistas do Corpus Sociolinguístico da Cidade do México

Jane Eyre Martins Caldas, Nadja Paulino Pessoa Prata, André Silva Oliveira.....492

Práticas de ensino de Português para Falantes de Outras Línguas: limitações da gramática tradicional e uma proposta funcionalista

Sérgio Duarte Julião da Silva.....513

Apresentação

Estudos Funcionalistas: discurso e gramática

Este número da *(Con)Textos Linguísticos* abre um importante espaço para a divulgação de trabalhos de pesquisadores brasileiros que vêm se dedicando aos estudos das línguas naturais sob a perspectiva da teoria funcionalista da linguagem (bem como de suas interfaces).

Por intermédio deste dossiê, é possível perceber que uma premissa já bastante difundida na área dos estudos linguísticos é corroborada. Qual seja: a de que o modelo funcionalista de análise linguística compreende posições bastante diversificadas no que tange ao estudo da língua. No entanto, o que se apreende dos 26 artigos que compõem este número é que as diferentes vertentes do funcionalismo linguístico (por exemplo, o Funcionalismo Clássico, a Linguística Sistêmico-Funcional, a Gramática Discursivo-Funcional, a Linguística Funcional Centrada no Uso, a Teoria da Estrutura Retórica e o Sociofuncionalismo) possuem em comum o fato de priorizarem a função que as formas exercem em dados contextos discursivos e a busca pelas possíveis motivações funcionais para determinadas realizações linguísticas.

Como informa Pezatti (2007), o funcionalismo moderno é, de certo modo, um retorno à concepção de linguistas anteriores a Saussure, como Whitney e Hermann Paul, que conceberam a análise linguística a partir dos fenômenos sincrônicos e diacrônicos no final do século XIX, entendendo que a estrutura linguística deve ser explicada em termos de imperativos psicológicos, cognitivos e funcionais. Para esses linguistas, os homens se utilizam das instrumentalidades pressupostas pela linguagem para representarem seus pensamentos com a finalidade principal de torná-los conhecidos de outros homens. Em outras palavras, na concepção desses estudiosos, a expressão na linguagem deve estar a serviço da comunicação.

A vertente funcionalista concebe a língua como instrumento de interação social e, como tal, não a interpreta como um conhecimento autônomo, independente do comportamento social, mas como um reflexo de um processo de adaptação, estabelecido pelo falante, às diferentes situações comunicativas. Diferentemente de outras abordagens linguísticas, em que a análise da forma parece desempenhar papel preponderante, os estudos de cunho funcionalista se preocupam menos com as características internas da língua e mais com as relações (ou funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social, frisando, assim, a importância do papel do contexto na compreensão da natureza das línguas (NEVES, 2001).

Quando se trata de considerar as atividades sociocultural e interacional do usuário da língua, percebe-se que a teoria funcionalista avançou muito. Os autores funcionalistas defendem que a linguagem é uma atividade sociocultural de *per se*, justificando que o sentido é contextualmente dependente (GIVÓN, 1995). Deste modo, os estudiosos funcionalistas defendem que não se pode analisar a língua dissecando-a ou isolando-a ou mesmo adotando um critério somente cognitivo, em que os mecanismos da língua já

estariam formulados e prontos para serem explicitados sem nenhuma interferência social. O que se tem em termos de concepção de língua é, na verdade, a premissa de que se trata de uma estrutura não rígida, sujeita a mudança e variação simultâneas e com motivações não somente cognitivas, mas também comunicativas.

O que determina que a mudança e a variação das línguas estejam sempre presentes é o conceito de gramática emergente (HOPPER, 1987). Esse axioma funcionalista está pautado no entendimento de que a forma linguística não é nem fixa nem determinada *a priori*; a estrutura é modelada pelo uso discursivo, e este processo está em movimento (SCHEIBMAN, 2001). Sendo assim, esse imenso e infinito mundo linguístico está a serviço do falante que, de acordo com suas necessidades comunicativas, fará uso de determinado elemento; sendo este elemento útil, passa a emergir como uma estrutura funcional: com seu próprio valor, significação e função.

A noção de que o contexto de uso motiva as diferentes construções gramaticais é um dos pressupostos centrais do funcionalismo, e, como tal, constitui-se como outro importante elo entre os artigos que integram este dossiê. Dessa feita, as pesquisas aqui apresentadas analisam as regularidades que caracterizam a gramática a partir dos papéis e funções das formas linguísticas na situação real de comunicação. Para atingir esse objetivo, os autores desses artigos trabalharam unicamente com textos, escritos ou falados, retirados de contextos sociais específicos.

Tomando como referência algumas das premissas com que Givón (1995) resume o cerne da concepção funcionalista da linguagem, argumentamos que os artigos que compõem esta edição da *Revista (Con)Textos Linguísticos* revisitam e aprofundam, de maneira significativa, alguns dos conceitos basilares dessa corrente de análise linguística, tais como: (i) a língua como atividade sociocultural deve ser observada do ponto de vista dos contextos linguístico e extralinguístico; (ii) a estrutura de uma língua está a serviço do uso, portanto, serve a funções cognitivas e comunicativas; (iii) a língua é dinâmica e não estática, por isso, mudança e variação estão sempre presentes; (iv) tanto o contexto semântico, discursivo, pragmático, cognitivo e social quanto o contexto linguístico influenciam nas diversas possibilidades de interpretação dos sentidos - o sentido é, portanto, contextualmente dependente e não atômico; (v) as categorias não são discretas; e (vi) funções externas atuam concomitantemente com a organização formal inerente ao sistema linguístico (interação entre forma e função).

Feitas essas ponderações mais gerais acerca do modelo teórico sobre o qual os artigos que compõem este número se sustentam, passamos agora à apresentação desses trabalhos.

Abre esta edição o artigo intitulado *Uma abordagem funcional dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto em relatos*, de Jhonathan Leno Reis França Santana e Gesieny Laurett Neves Damasceno. O recorte analítico apresentado pelos autores consiste de quatro reportagens coletadas em *sites* de circulação *online*, que têm como foco apresentar relatos de vítimas de violência homofóbica. A escolha pelo objeto de estudo – advérbios e adverbiais de tempo e aspecto – é justificada com base na constatação

de que a natureza fluida da categoria dos advérbios ocasiona que processos generalizados de *divergência* concorram para a efetivação das necessidades contingenciais do uso linguístico, o que resulta na ampliação do escopo de atuação dos elementos situados na categoria, fazendo-os operar nos níveis intraoracional, interoracional e textual. Nesse trabalho, investiga-se em que medida os processos de divergência estão afetando o escopo de atuação dos elementos circunstanciais de tempo e aspecto, no que tange aos aspectos distribucionais, semânticos e textuais. Além disso, os autores propõem uma análise dos advérbios sob a ótica do Paradigma Tradicional de Gramatização (PTG), buscando, dentre outros aspectos, discutir o alcance, no que concerne à classe dos advérbios, da proposta do PTG. Como parte de suas conclusões, o estudo endossa a premissa de que a análise dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto revela a impossibilidade de abordar o problema por meio de categorias estanques.

Em conformidade com os postulados da Linguística Funcional Centrada no Uso, Maria Alice Linhares Costa, Gessilene Silveira Kanthack e Valéria Viana Sousa, no artigo *Construção verbo + locativo (VLOC): uma análise centrada no uso*, endossam o pressuposto de que os itens linguísticos não funcionam sozinhos, ao contrário, apresentam relações formais e funcionais que só podem ser captadas quando outros fatores são considerados conjuntamente. No caso da construção verbo + locativo (VLoc), objeto de análise do artigo, as autoras argumentam que verbo e locativo evidenciam uma forte integração das subpartes e formam um pareamento de forma e sentido, que não se enquadra, por exemplo, em categorias rígidas e discretas, como as que são encontradas nas gramáticas de orientação normativa.

Ainda no âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), o artigo *Níveis de vinculação semântico-sintática de chega aí no português do Brasil – uma análise centrada em contextos de uso*, de Mariangela Rios de Oliveira e Monique Borges Ramos da Fonseca, investiga e classifica os níveis de vinculação de conteúdo e forma envolvidos nos distintos contextos de *chega aí* no português contemporâneo do Brasil. Foram analisados pelas autoras 31 dados do *Now* e 20 dados do *Twitter*, perfazendo 51 fragmentos ao todo. Nessa análise, elas identificaram que o contexto isolado de *chega aí* foi o mais produtivo no português, indicando um processo de mudança linguística em curso.

Nessa mesma vertente, o artigo *No ano passado, a “vakinha” ganhou um ponto fixo. Desde então...: uma análise funcionalista de circunstanciadores temporais*, de Ana Beatriz Arena e Érika Cristine Ilogti de Sá, tematiza a multifuncionalidade dos circunstanciais temporais e aspectuais, que demonstram motivações discursivas semelhantes em alguns de seus usos. Assim, foram analisadas as locuções adverbiais que indicam a noção de tempo ou de aspecto e *então*, categorizado como advérbio de tempo pela tradição gramatical, podendo, em construções com as preposições “desde” ou “até”, igualmente veicular noções de aspecto. As locuções adverbiais foram coletadas de notícias e editoriais dos jornais brasileiros *Folha de São Paulo* e *O Globo* e os dados com *então* foram coletados de textos do *Corpus* do Português NOW (Notícias da Web). Os resultados da análise empreendida pelas autoras evidenciaram que as locuções possuem funções mais delimitadas que o *então*, que guarda a função

anafórica mesmo em usos como operador de sequencialização, e as demais funções de *então* estariam relacionadas de alguma forma ao seu papel de retomada no discurso. As locuções adverbiais, cujo uso prototípico é codificar marco temporal, têm seu escopo maior nas situações discursivas nas quais se pretende trazer informações além da temporalidade dos eventos.

Tomando como base os postulados da Gramática de Construções, também no contexto da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), Lauriê Ferreira Martins Dall’Orto, Ana Paula Gonçalves Durço e Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda, no artigo *Variação e mudança linguística – evidências a partir da perspectiva da construcionalização gramatical sincrônica*, discutem a variação e a mudança linguística no âmbito da construcionalização gramatical sincrônica. Para tanto, as autoras apresentam evidências empíricas de dois fenômenos da língua portuguesa – construções com *então* e construções avaliativas com *super*, *mega*, *hiper* e *ultra*. Foi utilizado, para as análises qualitativa e quantitativa dos dados, um *corpus* sincrônico de investigação, composto por textos retirados de *blogs*, de revistas disponíveis na internet e da mídia social YouTube. Os seguintes questionamentos nortearam o trabalho das pesquisadoras e trouxeram significativas contribuições para as discussões em torno da variação e da mudança: (i) é possível falarmos em mudança e em variação a partir da perspectiva da construcionalização gramatical sincrônica? (ii) uma análise linguística pautada na sincronia seria capaz de captar a mudança ocorrida através do tempo? (iii) que lugar ocuparia a variação linguística no âmbito da perspectiva da construcionalização gramatical?

Avançando nas discussões teóricas e analíticas, porém, agora sob o aparato teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), o artigo *Formas de expressão da escalaridade em português*, de Michel Gustavo Fontes e Fábio de Lima Moreira, descreve o uso expansivo de *ainda* e *até* de modo a precisar em que medida esses dois elementos linguísticos instauram escalas de natureza mais discursivo-pragmática. As seguintes hipóteses orientaram a pesquisa: (i) a de que as diferentes relações de escopos de *até* e *ainda*, em seu uso expansivo, estão correlacionadas à expressão de distintos tipos de escalaridade, e (ii) a de que *até* e *ainda* correspondem a diferentes tipos de partículas escalares, fato que os distingue funcionalmente no interior do sistema linguístico do português. As ocorrências de uso de *até* e *ainda* foram extraídas do *Corpus do Português* (mais especificamente, de ocorrências do século XX). Os resultados apontam para uma correlação entre a expressão de escalaridade e o duplo escopo de *até* e *ainda* no nível interpessoal, e para uma distinção funcional entre os dois itens – enquanto *até* funciona como partícula escalar absoluta, *ainda* se comporta como partícula escalar relativa.

Já em *Análise comparativa da microconstrução um belo dia / un bel giorno no português brasileiro e no italiano*, Vânia Cristina Casseb Galvão e Carlotta Boellis apresentam os resultados da análise dos usos e da mudança envolvendo a microconstrução italiana *un bel giorno*, a partir da comparação com a sua equivalente no português brasileiro (PB) *um belo dia*, considerando a análise descritivo-construcional de Silva (2017) e de Silva; Casseb-Galvão (2018, 2019). Também embasadas

nos postulados da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e da Gramática de Construções (GRCx), as discussões propostas pelas autoras reúnem as especificidades do pareamento italiano frente a sua contraparte brasileira, em uma opção de resposta à seguinte pergunta geral de pesquisa: quanto à sua estruturação, uso, frequência e funcionalidade, as microconstruções derivadas do pareamento *un bel giorno* revelam um percurso de mudança equivalente ao de sua expressão equivalente *um belo dia*, em português, conforme descrito por Silva (2017)? Como parte dos resultados encontrados, Vânia Cristina Casseb Galvão e Carlotta Boellis afirmam que a microconstrução mais abstrata em italiano parece ter tido uma evolução contextual e diacrônica muito mais estável do que a sua contraparte em português.

Em *A gramaticalização de geral no português brasileiro: de adjetivo a pronome indefinido/quantificador*, Luis Filipe Lima e Silva e Sueli Maria Coelho mostram o uso canônico de *geral* como adjetivo e discutem as diferentes definições propostas para o fenômeno de mudança linguística tratado sob o rótulo de gramaticalização. Os autores investigam a hipótese segundo a qual a forma/construção *geral* está emergindo como um pronome indefinido na língua portuguesa contemporânea por força de um processo de gramaticalização. Segundo eles, o que parece estar ocorrendo com *geral* é o início de um processo de gramaticalização por meio do qual a forma/construção passa a transitar por categorias lexicais – quer menos gramaticais, como a dos adjetivos e a dos nomes, quer mais gramaticais, como a dos advérbios – e por categorias funcionais ou gramaticais, como a dos pronomes indefinidos, em que se comporta como um quantificador universal.

No âmbito do debate acerca dos mecanismos cognitivos que permitem ao falante evitar a supergeneralização, o artigo *Semiprodutividade construcional: uma investigação empírica da complementação sentencial do português brasileiro*, de Dayanne Ximenes e Diogo Pinheiro, volta-se para uma construção presente na gramática do português brasileiro (PB): a Construção de Complementação Sentencial (CCS). Como explicam os autores, trata-se de uma estrutura sintático-semântica esquemática que tem a forma SUJEITO + VERBO + SINTAGMA ORACIONAL INTRODUZIDO PELO COMPLEMENTIZADOR “QUE” e é utilizada produtivamente para, por exemplo, reportar discursos, percepções e avaliações como em *A diretora anunciou que o concurso foi adiado*. Apesar de poder ser instanciada por uma ampla gama de verbos, Dayanne Ximenes e Diogo Pinheiro chamam a atenção para o fato de a CCS não ser plenamente produtiva. Além da contribuição que apresenta para a discussão em torno dos conhecimentos gramaticais e estatísticos no âmbito da Gramática de Construções Baseadas no Uso (CGBU), sugerindo que ambos os tipos de conhecimento coexistem e atuam conjuntamente no sentido de impedir que o falante recaia em supergeneralizações em relação às estruturas de complementação sentencial, esse estudo se caracteriza como um primeiro passo em direção a uma descrição da gramática da complementação sentencial no PB sob uma perspectiva construcionista.

O artigo *O que brasileiros dizem acerca de usos de construções com verbo-suporte?*, de Pâmela Fagundes Travassos e Marcia dos Santos Machado Vieira, focaliza os padrões construcionais com verbo-

suporte *DAR*, na condição de operador de verbalização de elementos não-verbais do tipo (um(a)) X-[a/i]da, (um(a)) X-[a/i]dinha, (um(a)) X-adela e (um(a)) X-(z)inh[o/a], tal como em *dar uma escapadinha* e *dar uma olhadela*. À luz da Linguística Funcional-Cognitiva, da Gramática de Construções e de metodologia da Psicolinguística, foi possível observar que várias outras relações de sentido se atualizaram e, até mesmo, se sobrepuseram à de aspecto, normalmente referida quando se aborda esse tipo de construção de predicação. Os resultados permitiram vislumbrar que tanto o contexto semântico, discursivo, pragmático, cognitivo e social quanto o contexto linguístico influenciam nas diversas possibilidades de interpretação dos sentidos – o que, segundo as autoras, revela como é urgente que a contextualidade seja também um parâmetro explorado nas investigações construcionistas.

Em *Transitividade em definições de dicionários escolares: análise dos tipos de processos em verbetes sobre homossexuais masculinos*, Hugo Leonardo Gomes dos Santos, Antônio Luciano Pontes e Pedro Henrique Lima Praxedes Filho investigam os padrões de transitividade encontrados nos verbetes relacionados a homossexuais masculinos em dicionários escolares, evidenciando os processos utilizados pelas obras em análise para significar os homossexuais masculinos. Com base em um *corpus* que apresenta 40 ocorrências de 11 entradas extraídas de cinco dicionários, os autores buscam identificar a forma como os significados ideacionais-experienciais são construídos no texto lexicográfico. As definições selecionadas foram analisadas de acordo com os tipos de Processos da Linguística Sistêmico-Funcional, e os resultados demonstraram que a escolha do tipo de definição, assim como a dos Processos e a dos Participantes que compõem a figura experiencial, além da indicação de questões sociais envolvidas no uso das entradas, são mostras da complexidade desse processo de construção de significados que ocorre nos dicionários.

O artigo *The PERIODICITY System in Texts of Technical Education in the Area of Civil Construction - Buildings*, de Tânea Maria Nonemacher, analisa, sob uma perspectiva discursiva, um excerto de texto da área de edificações, com vistas a mostrar os padrões temáticos que organizam o fluxo de informações por meio do sistema de PERIODICIDADE e as estratégias utilizadas pelo autor para estabelecer o método de desenvolvimento do texto. Como informa a autora, o artigo é parte de uma pesquisa maior, cujo objetivo é identificar e mapear os gêneros textuais instanciados em textos da área da construção civil – edificações. Os dados analisados referem-se ao contexto brasileiro da educação técnica – mais especificamente, ao curso de Edificações Integradas ao Ensino Médio. Pautado nos pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional, o trabalho investiga a hipótese de que o Tema em português poderia ocorrer não apenas como primeiro elemento de uma oração. Como bem argumenta a autora, os resultados encontrados contribuem para as discussões em torno da realização temática e do sistema de PERIODICIDADE, ao mesmo tempo que estimulam novas investigações que possam aprofundar o entendimento sobre o assunto.

As duas pesquisas comentadas a seguir têm em comum o fato de analisarem cláusulas hipotáticas (ou orações subordinadas adverbiais, nos termos da tradição), cujas relações semântico-pragmáticas são de tempo.

O artigo *Coerência referencial e ordem oracional*, de Sávio André de Souza Cavalcante e Márluce Coan, analisa 36 entrevistas do *Corpus Sociolingüístico de la Ciudad de México* (CSCM), que reúne inquéritos de residentes da região denominada Zona Pertinente (ZP), de 27 entidades do estado mexicano. A pesquisa descreve o fenômeno da coerência referencial, correlacionando-o com meios sintáticos, como a posição das orações, seu tipo (desenvolvida, reduzida) e compartilhamento de sujeito com suas nucleares (correferencialidade) em cláusulas hipotáticas temporais. Os resultados mostraram que a combinação de orações serve a propósitos discursivos, mobilizando a coerência referencial no discurso, cujos meios sintáticos são expressos em cláusulas mais integradas à sua nuclear.

Já o artigo *O meme e a elipse da oração principal em construções temporais com sentido condicional factual*, de Vanessa Leme Fadel Steinhauer e Juliano Desiderato Antonio, parte da premissa de que pode ocorrer elipse da oração principal nas construções condicionais assim como nas construções temporais, utilizando como *corpus* 50 dados do gênero meme como forma de evidenciar a influência da multimodalidade no comportamento e no uso das construções temporais. Os resultados sugerem que as orações adverbiais temporais iniciadas por *quando* analisadas possuem sentido condicional factual e que a completude semântica do texto mêmico se dá pela leitura fundida dos signos verbais e não verbais.

O texto seguinte trabalha com a relação semântica de contraste. O artigo *Construções contrastivas acontece que e logo eu*, de Nilza Barrozo Dias, Jocineia Andrade Ramos Araújo e Priscilla Hoelz Pacheco, apresenta a análise de 133 ocorrências de construções *acontece que*, coletadas de 500 entrevistas transcritas do programa de televisão Roda Viva, exibido pela TV Cultura, e de 97 ocorrências da construção *logo eu/tu*, coletadas com o auxílio da ferramenta de busca *Google* do *corpus* PorUs (www.uff.br/porus) e em redes sociais (*Facebook, Instagram, Twitter*). Consoante os resultados da análise empreendida, as autoras identificaram que ambas as construções apresentam relações semânticas contrastivas; no entanto, *acontece que* incorpora mais valores do *mas*, ficando, assim, mais próximo do centro da categoria de conectores contrastivos e *logo eu/tu* instanciam apenas dois dos valores semânticos de *mas*, ficando mais na margem da categoria de contraste.

Os próximos trabalhos a serem sumarizados envolvem as relações semântico-pragmáticas de condição e finalidade. O artigo *Construções condicionais no discurso de autoajuda*, de Anna Flora Brunelli e Gisele Cássia de Sousa, estuda as construções condicionais prototípicas iniciadas por *se* presentes nesse discurso. Levando em conta que há três tipos básicos de construções condicionais em português, as *factuais*, as *eventuais* e as *contrafactuals*, as autoras identificaram as funções pragmático-discursivas, utilizando como *corpus* o livro *O sucesso não ocorre por acaso*, de Lair Ribeiro (1992), representativo desse discurso. A principal função pragmático-discursiva das condicionais é a persuasão

argumentativa, sendo as condicionais factuais e eventuais responsáveis por atenuar o ato impositivo desse discurso, e as condicionais contrafactuais responsáveis pela criação de mundos possíveis, visando a ilustrar as teses apresentadas pelo enunciador.

Ainda na discussão das relações semântico-discursivas no âmbito das cláusulas, o artigo *Opiniões em confronto: o emprego das cláusulas de finalidade como estratégia argumentativa*, de Amanda Heiderich Marchon, analisa cento e trinta (130) cláusulas hipotáticas de finalidade recolhidas de quarenta e oito (48) artigos de opinião provenientes da coluna *Tendências e Debates*, publicada pelo Jornal Folha de São Paulo. Segundo a autora, essas cláusulas hipotáticas não são selecionadas pelo predicador da cláusula núcleo, mantendo com ele uma relação menos coesa do que a identificada entre predicador e argumentos, revelando uma nuance de opcionalidade, propriedade dessas estruturas que, de acordo com ela, contribuem para a construção da argumentação. Assim, por meio de seu estudo, se defende que a hipotaxe é imprescindível do ponto de vista discursivo, já que as hipotáticas se tornam relevantes exatamente pela informação que acrescentam ao discurso. Nesse sentido, a autora aponta para a necessidade de se explorar conjuntamente os níveis sintático, semântico e pragmático na análise do nexo clausal.

A relação semântico-pragmática de conformidade também foi abordada em um dos trabalhos. O artigo *Construções conformativas na perspectiva funcional hallidayana*, de Ivo da Costa Rosário e Myllena Paiva Pinto de Oliveira, propõe um estudo de base qualitativa do conector *conforme*. Os autores concebem a conformidade como um domínio funcional que é expresso por meio de construções que se apresentam na língua por meio do cruzamento do eixo tático com o eixo lógico-semântico. Em termos analíticos, os autores priorizaram os padrões evidenciais e circunstanciais das conformativas, salientando as propriedades formais e funcionais dessa construção com base no *site* de buscas *Google*.

Explorando a temática do desgarramento no âmbito das circunstanciais como um todo, sem se ater a apenas um caso e a um introdutor, Danúbia Aline Silva Sampaio apresenta e compara, no artigo *Cláusulas adverbiais na língua oral da cidade de Mariana (MG): um estudo funcionalista a partir de uma abordagem social*, a realização de cláusulas adverbiais desgarradas em dados de 8 (oito) informantes da cidade de Mariana (MG) – 4 (quatro) deles pertencentes a uma rede social forte e 4 (quatro) a uma rede social fraca. Quanto mais próximos são os indivíduos e quanto mais íntimos são os seus laços, mais forte é a rede social da qual eles participam; quanto mais abertas às influências externas, mais fraca é a rede de que os indivíduos participam, sendo eles socialmente ou geograficamente móveis. Dentre as 821 cláusulas adverbiais encontradas no *corpus*, considerando ambas as redes, 94 são cláusulas adverbiais desgarradas, correspondendo a 11,5% do total. Comparando as duas redes, a autora observou que o fenômeno do *desgarramento* se manifestou com maior frequência na *rede social forte*. A diferença da investigação da autora desse artigo em relação à proposta de Decat (2011), precursora dos estudos de orações subordinadas

desvinculadas sintaticamente de suas principais em Português do Brasil, reside no fato de analisar dados da modalidade falada da língua.

Já em *A materialização prosódica de estruturas desgarradas comparada a de tópicos e clivadas: reflexões preliminares*, Ana Carolina Barros Gonçalves e Aline Ponciano dos Santos Silvestre averiguam se estruturas *desgarradas* apresentam pistas prosódicas que as assemelhem às já descritas para tópicos e clivadas no Português do Brasil, fornecendo evidência fonológica à estratégia sintática. O *corpus* da pesquisa constituiu-se de nove sentenças adverbiais retiradas dos estudos de Decat (2011). Foram feitas gravações por quatro informantes cariocas: duas informantes realizaram a gravação das estruturas com a presença de pontuação não canônica, *desgarradas*, e outras duas informantes realizaram a gravação das mesmas estruturas sem a presença da pontuação, ou seja, canônicas, *não desgarradas*. Os resultados encontrados permitem perceber, dentre outros aspectos, que, quando considerada a duração média, a pausa pode, sim, indicar prosodicamente que se trata de uma estrutura diversa, uma vez que foi produzida uma duração consistentemente maior nas sentenças *desgarradas*. Tendo como ponto de partida os postulados funcional-discursivos sobre a materialização das estruturas *desgarradas* em português, nesse artigo, as autoras apresentam uma análise do fenômeno com base nos pressupostos teóricos da Fonologia Prosódica e da Fonologia Entoacional e argumentam que os diferentes modelos teóricos não se situam sempre em polos opostos do pensamento linguístico.

Também abordando as cláusulas desgarradas, o artigo intitulado *A atuação da metafunção textual nas cláusulas relativas apositivas desgarradas*, de Karen Pereira Fernandes de Souza, prioriza o sistema temático da metafunção textual, ou seja, o eixo da mensagem. Por intermédio desse estudo, a autora visa a mostrar que a cláusula relativa apositiva desgarrada contribui para a sequenciação textual e que, do ponto de vista organizacional das informações, a relação tema-rema auxilia no processamento do texto.

O próximo artigo deste volume evidencia que as relações semântico-pragmáticas extrapolam o nível sentencial e prescindem da presença do conector entre as orações, visto que tais relações podem emergir da combinação e articulação das orações no cotexto e contexto de uso. É o que se verifica em *A estrutura retórica de uma redação do ENEM: uma análise funcionalista*, de Luciano Araújo Cavalcante Filho e Márcia Teixeira Nogueira, que, sob a perspectiva da Teoria da Estrutura Retórica (RST), visa à investigação das relações proposicionais entre cláusulas e em porções maiores de texto, mesmo que essas relações não estejam gramaticalmente expressas por meio de conectores. Assim, os autores analisam tanto as relações explícitas quanto as implícitas que emergem em uma redação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) do ano de 2017. O principal objetivo do artigo é fornecer um exemplo de aplicação da RST, mostrando como ela pode ser útil na análise das relações proposicionais responsáveis pela coerência do texto. Foram identificadas 41 relações proposicionais na redação analisada e 13 não foram identificadas explicitamente por meio de um conector, ou seja, 31,7% do total de relações ocorreram de forma implícita, sendo inferidas por meio do processo de articulação das porções textuais.

Na sequência das pesquisas constitutivas deste dossiê, apresentamos ainda o artigo *Análise da imperatividade no discurso publicitário: algumas considerações funcionalistas*, de Izac Vieira Chaves e Aline Rezende Belo Dias, cujas discussões se voltam, de maneira singular, para os aspectos funcionais, contextuais, argumentativos e comunicativos do uso da língua. Esse trabalho discute o fenômeno da imperatividade em propagandas veiculadas em três revistas brasileiras. Nesse sentido, foram analisadas aquelas propagandas em que o modo verbal imperativo não é utilizado de forma explícita. A hipótese a partir da qual a análise se orienta é a de que a imperatividade ultrapassa os limites do emprego do modo verbal imperativo e que ela é inerente ao discurso publicitário, que tem como objetivo principal convencer o leitor a comprar determinado produto. Conforme demonstram os autores, a imperatividade é elaborada, por exemplo, a partir do uso frequente de oposições, jogos de linguagem intertextual e interdiscursiva, metáforas, paralelismos rítmicos, léxico com traços axiológicos de positividade, multiplicidade semântica e presença de intensificadores.

O trabalho seguinte conjuga os postulados do funcionalismo linguísticos aos da sociolinguística variacionista, enquadrando-se, assim, no campo teórico denominado Sociofuncionalismo. Em *A condição de distintividade na variação do sujeito pronominal de primeira pessoa do singular em cartas escritas por um capixaba*, de Caroliny Batista Massariol e Lilian Coutinho Yacovenco, analisa-se o efeito da ambiguidade sobre a variação do sujeito pronominal em 33 cartas pessoais, manuscritas por Oswald Guimarães e destinadas a Hylda Mattos Guimarães. Nesse trabalho, as autoras testam a hipótese funcionalista da condição de distintividade, que é caracterizada por demonstrar uma tendência das línguas em reterem uma dada informação relevante na estrutura linguística, ou seja, conforme fica nítida a redundância, através de constituinte marcado, isso encadearia uma tendência para que não haja outras marcas, quando não há ambiguidade contextual. O estudo permite depreender que o fenômeno variável da expressão do sujeito pronominal sofre influência de um fator morfológico-discursivo, a ambiguidade do verbo, que tem relação com um aspecto funcional da língua: a condição da distintividade.

No penúltimo artigo, Jane Eyre Martins Caldas, Nadja Paulino Pessoa Prata e André Silva Oliveira analisam, com base em uma investigação que considerou 20 entrevistas constitutivas do *Corpus Sociolinguístico da Cidade do México (CSCM)*, o condicionamento dos aspectos morfossintáticos em vista dos aspectos semânticos envolvidos na instauração da modalidade deôntica no gênero entrevista. As discussões propostas em *Aspectos semânticos e morfossintáticos de deonticidade em entrevistas do Corpus Sociolinguístico da Cidade do México* partem da hipótese de que os aspectos semânticos poderiam ser condicionadores dos aspectos morfossintáticos na instauração da modalidade deôntica. Após levantamento prévio dos dados, foram constatados 42 casos de modalizadores deônticos, que foram descritos e analisados seguindo o modelo *top-down*, dos aspectos semânticos (fonte, alvo e valores modais deônticos) aos aspectos morfossintáticos (tempo e formas de expressão). Os resultados revelaram, dentre outros aspectos, que a fonte deôntica instaura um determinado valor modal deôntico (obrigação,

permissão ou proibição) sobre o alvo deôntico, considerando o tempo gramatical (presente, futuro simples ou condicional simples) e a forma de expressão (auxiliares modais) adequados, de modo que possam espelhar os propósitos comunicativos do falante no que tange à asseveração ou à mitigação dos conteúdos modais deônticos.

Fechando este número, o trabalho *Práticas de ensino de Português para Falantes de Outras Línguas: limitações da gramática tradicional e uma proposta funcionalista*, de Sérgio Duarte Julião da Silva, apresenta os resultados de um estudo de caso efetuado com estudantes do ensino de graduação oriundos de universidades estadunidenses em curso de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) em São Paulo. O principal objetivo do artigo foi demonstrar o desenvolvimento das competências funcionais em aprendizes de nível avançado, em especial quanto ao uso dos marcadores discursivos (MD).

A partir dessa breve apresentação, enfatizamos o alcance das descrições linguísticas sob o viés funcionalista, uma vez que conjugam, em suas análises, os níveis sintático, semântico e discursivo-pragmático. Além disso, reiteramos a importância deste espaço para a publicação das pesquisas funcionalistas, em suas diferentes vertentes, pois entendemos que a divulgação desses trabalhos inéditos estimula novas investigações, e conseqüentemente, aprofunda o entendimento sobre o modelo teórico em foco.

Para finalizar, agradecemos aos autores e às autoras a confiança depositada na organização deste dossiê e aos/às pareceristas o trabalho minucioso e dedicado.

Violeta Virginia Rodrigues (PPGLEV/UFRJ)
Gesieny Laurett Neves Damasceno (PPGEL/UFES)

Referências

- DECAT, M. B. N. **Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1995.
- HOPPER, P. J. Emergent grammar. **Berkeley Linguistics Society**, n. 13, p. 139-157, 1987.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- SCHEIBMAN, J. Local patterns of subjectivity in person and verb type in American English conversation. In: BYBEE, J.; HOPPER, P. (Eds.). **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001.

Uma abordagem funcional dos advérbios e adverbais de tempo e aspecto em relatos

A functional approach about the adverbs and adverbials of time and aspect on reports

Jhonathan Leno Reis França Santana¹
Gesieny Laurett Neves Damasceno²

Resumo: Este artigo objetiva analisar e descrever o comportamento de advérbios e adverbais de tempo e aspecto, sob a ótica dos *processos de divergência* (HOPPER, 1991), em reportagens acerca de relatos de violência homofóbica, veiculadas por jornais de circulação *online*. O tratamento dispensado aos dados foi de natureza holística, seguindo a tendência das pesquisas funcionalistas nas quais a pesquisa se ancora (MARTELOTTA, 2009; 2012; CASTILHO et al., 2014), a fim de que se pudesse efetuar o estudo descritivo desses elementos adverbiais. A investigação revelou, dentre outros aspectos, que a relação semântica mais realizada pelos advérbios/adverbais de tempo é a de localização temporal definida do evento (80%) e já no que tange aos aspectuais, a relação mais presente foi a de duração do evento (46,8%). Alguns circunstanciadores, em menor proporção, apresentaram um ingrediente de foricidade, atuando na cadeia coesiva do texto.

Palavras-chave: Advérbios. Funcionalismo. Relato.

Abstract: This article aims to analyze and describe the behavior of adverbs and adverbials of time, from the perspective of *divergence processes* (HOPPER, 1991), in reports of homophobic violence in online newspapers. The treatment given to the data was of a holistic nature, following the trends of functionalist research (MARTELOTTA, 2009; 2012; CASTILHO et al., 2014) so these adverbial elements could undergo a descriptive study. Among others aspects, the investigation revealed that the semantic relation most performed by adverbs/adverbials of time is the definite temporal location of the event (80%). Regarding the aspectuals, the most present relationship was the duration of the event (46,8%). Some circumstanceers, to a lesser extent, presented an ingredient of foricity, acting in the cohesive chain of the text.

Keywords: Adverbs. Functionalism. Report.

¹ Universidade Federal do Espírito Santo, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Bolsista da FAPES. Endereço eletrônico: ly_leno@hotmail.com.

² Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Departamento de Línguas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: gesieny@yahoo.com.br.

Considerações iniciais

Este artigo propõe-se a realizar um estudo funcional acerca dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto, no que tange à ampliação do escopo dessas palavras e arranjos de palavras para outros escopos que não o de localização temporal da ação verbal, tradicionalmente compreendida como a principal função desses elementos (como adendo, a tradição compreende que os advérbios de intensidade podem incidir sobre o grau de adjetivos e advérbios). Em outras palavras, investigam-se os *processos de divergência* (HOPPER, 1991), definidos pelo estudioso como o resultado da convivência, no sistema linguístico, de “pares ou múltiplas formas que possuem uma etimologia comum, mas que divergem funcionalmente” (p. 24)³. Também conhecidos como processos de polissemia, esses fenômenos indicam a possibilidade de mudanças linguísticas no curso da evolução de uma língua natural, bem como a convivência, numa dada sincronia, de elementos linguísticos que, embora apresentando a mesma forma, exercem funções em diferentes níveis linguísticos, realizando assim distintos significados. Nesse rol, incluem-se os advérbios de tempo e aspecto, que podem operar tanto no nível oracional, quanto no nível textual-discursivo, como veremos a seguir.

Contudo, antes de iniciar-se o estudo do fenômeno, é necessário discutir no âmbito teórico o que tal empreendimento tem a acrescentar às conquistas já estabelecidas no arcabouço de conhecimentos acerca da linguagem, mais precisamente, no que concerne aos conhecimentos assentados em várias gramáticas da tradição, ao longo dos séculos, os quais devem ser retomados a fim de que se compreenda o que esta proposta de análise dos elementos circunstanciais de tempo e aspecto tem a acrescentar.

Nos primórdios da reflexão ocidental acerca da linguagem, a razão ática voltou-se para a querela do naturalismo *versus* convencionalismo dos nomes⁴. Dessa disputa, nasceu a doutrina das partes do discurso, a partir da influência do *Organon* aristotélico (NEVES, 2012). Essa doutrina lançou as sementes que resultaram na produção massiva de gramáticas e dicionários, que do século V ao XVI pode ser constatada no continente europeu. Ganha destaque o fato de que o modelo de gramática proveniente das colônias gregas serviu de base para a facção não só de gramáticas das línguas indo-europeias, mas também de línguas ameríndias e semíticas, chegando até os dias atuais como o paradigma linguístico de maior aplicação e prestígio social. Nesse sentido, pode-se justificar a relevância de investigar nas

³ Livre tradução de “pairs or multiplex of forms having a common etymology, but diverging functionally” (HOPPER, 1991, p. 24).

⁴ O diálogo *Crátilo*, escrito por Platão, é considerado a obra marco dessa discussão, no âmbito da filosofia.

gramáticas normativas o que elas têm a dizer sobre os elementos adverbiais, bem como, sem a intenção de negar os seus sucessos, apontar seu alcance analítico no que concerne ao tratamento do fenômeno.

Justifica-se a escolha desse objeto de estudo com base na constatação de que a natureza fluida da categoria dos advérbios ocasiona que processos generalizados de *divergência* concorram para a efetivação das necessidades contingenciais do uso linguístico, o que resulta na ampliação do escopo de atuação dos elementos situados na categoria, fazendo-os operar nos níveis intra-oracional (localizando o evento no tempo ou marcando a sua duração/frequência), interoracional (funcionando como operadores discursivos) e textual (com função argumentativa e fórica). Além de operar nesses níveis, esses elementos podem incidir sobre uma oração sem necessariamente lhe integrar, sintaticamente, a estrutura, situando no tempo todo o conteúdo da proposição ou indicando sua frequência, duração, reiteração e/ou quantificação. Portanto, investiga-se em que medida os processos de divergência estão afetando o escopo de atuação dos elementos circunstanciais de tempo e aspecto, no que tange aos aspectos distribucionais (em relação ao núcleo SV), semânticos (referente às nuances temporais que esses advérbios expressam) e textuais (aqui, especificamente, referindo-se ao conteúdo de foricidade que certas construções apresentam).

O recorte analítico consiste de quatro reportagens coletadas em sites de circulação *online*, que têm como foco apresentar relatos de vítimas de violência homofóbica. A escolha do *corpus* justifica-se pelo fato de os relatos apresentarem um caráter marcadamente narrativo, característica que contribui para a presença significativa de circunstanciais temporais e aspectuais.

Em primeira instância, a observação cuidadosa do material suscitou as seguintes hipóteses: (i) o grupo dos advérbios/adverbiais de tempo e aspecto apresenta-se como uma subcategoria fluida, pois a funcionalidade de seus elementos pode atuar desde o nível oracional até o nível discursivo; (ii) O comportamento dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto não permite que sua definição se dê em termos de propriedades inerentes, mas, a partir do tipo de relação que tece (CASTILHO *et al.*, 2014); (iii) os elementos circunstanciais aspectivos apresentam maior fluidez comportamental do que os circunstanciais de tempo.

O percurso metodológico consistiu em quatro etapas. A primeira teve por foco realizar um estudo detalhado de três gramáticas normativas da língua portuguesa (ROCHA LIMA, [1972]2000); CUNHA; CINTRA, [1985]2007; HAUY, 2015). Trabalhou-se com essas gramáticas de forma esquemática, com a construção de tabelas que permitissem uma visualização panorâmica dos fatos. A seguir, selecionou-se o material para análise.

Selecionado o material, buscou-se analisá-lo com base na doutrina encontrada nessas gramáticas. Após constatar-se o limite da proposta tradicional, que não pôde explicar a atuação de advérbios e adverbiais que tomam como escopo todo o conteúdo da proposição, nem daqueles que se relacionam com porções maiores do texto, realizou-se um levantamento detalhado de pesquisas funcionalistas sobre o tema. Essas investigações revelaram-se extremamente eficientes para o tratamento do problema, o que motivou uma segunda análise, agora, com base no instrumental funcionalista. Essa segunda análise demonstrou-se bastante eficiente para o tratamento dos fenômenos que as três gramáticas da tradição não puderam explicar. Em face disso, constatou-se a necessidade de diálogo entre ambos os campos, o que motivou a realização deste empreendimento.

Os advérbios sob a ótica do Paradigma Tradicional de Gramatização

Esta seção tem por meta discutir o conceito de Paradigma Tradicional de Gramatização (VIEIRA, 2018). Para isso, foram investigadas três gramáticas normativas da língua portuguesa, desenvolvidas no Brasil, a saber: *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, de Carlos Henrique da Rocha Lima ([1972]2000), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra ([1985]2007) e *Gramática Padrão da Língua Portuguesa*, de Amini Boainain Haury (2015).

Os objetivos são (i) discutir o alcance, no que concerne à classe dos advérbios, da proposta do Paradigma Tradicional de Gramatização (doravante, PTG), e (ii) verificar se essas obras dispensam um tratamento homogêneo ao fenômeno, tanto do ponto de vista da doutrina gramatical quanto de sua dimensão ideológica.

PTG: a proposta

Utilizando-se do conceito de gramatização de Aurox (1992) – noção que busca compreender a produção massiva de gramáticas de diferentes línguas, embasada na tradição greco-latina, e identificada pelo estudioso como uma segunda revolução técnico-linguística (a primeira se deu com o aparecimento dos primeiros sistemas de escrita), Vieira (2018) desenvolve o conceito de *Paradigma Tradicional de Gramatização* (PTG), a partir da ampliação temporal em relação ao período analisado por Aurox. O linguista considera

[...] a elaboração de instrumentos de gramatização tanto no período da segunda revolução técnico-linguística – marcado pelo progressivo declínio do latim e pela ascensão, desenvolvimento e consolidação dos vernáculos

européus como línguas de cultura escrita – quanto em épocas anteriores e posteriores (VIEIRA, 2018, p. 10).

A origem do PTG deu-se nas colônias gregas, durante o período helenístico, quando os primeiros filólogos, embasados nas reflexões filosófico-linguísticas do pensamento helênico, deram início à produção das primeiras reflexões acerca da forma correta de utilização do dialeto ático, assim como dos primeiros manuais de retórica.

No tocante à linguagem, há que se considerar a forma como os pensadores gregos lhe dispensaram tratamento. Para tal, distinguem-se dois períodos: o helênico, período da produção filosófico-literária grega, e o helenístico, período que sucedeu ao helênico, voltado para a valorização e reflexão acerca das conquistas do período anterior. Foi desse último período que vieram as primeiras gramáticas (NEVES, 2012).

Para Neves (2012), compreender o esforço linguístico realizado pelos filólogos alexandrinos significa falar “de ‘visão de gramática’ na ‘vivência da linguagem’” (2012, p. 25). Em termos linguísticos, isso representa um trabalho metalinguístico sobre a experiência, socialmente situada, de uso da linguagem. Como motivação para que tal esforço tivesse início, Neves (1987) cita a necessidade que esses primeiros filósofos sentiram de preservar a linguagem literária sobretudo frente à corrupção – eles acreditavam que os diferentes registros de uso coloquial vinham deturpando a pureza da língua de Homero – que vinha sofrendo o dialeto ático (o dialeto de maior prestígio social, tendo sido falado em Atenas).

É exatamente essa postura protetiva em relação a uma linguagem considerada superior, pura, ideal, modelar, que Vieira (2018) constata como presente em todos os momentos históricos em que se produziram gramáticas normativas. É, principalmente, esse conteúdo socioideológico que perpassa o fazer de todos os gramáticos ao longo da história do paradigma. Contudo, Vieira (2018) reconhece que no campo propriamente doutrinário, muitas são as querelas e posturas adotadas. Nesse sentido, não se pode afirmar que o PTG se configura como um campo homogêneo, ao contrário, é extremamente complexo. As três gramáticas aqui investigadas comprovam isso. Embora o cerne da doutrina seja o mesmo, há muitas nuances e discordâncias, inclusive no caso dos advérbios, como será demonstrado abaixo.

Quando se utiliza, portanto, o conceito de PTG, refere-se ao conteúdo socioideológico supracitado, sem que isso signifique considerar as gramáticas como homogêneas do ponto de vista doutrinário. Além disso, preferiu-se o rótulo *gramática tradicional* ao rótulo *gramática normativa*, pois, como no caso de Haug (2015), algumas obras, embora inseridas nesse

paradigma teórico, não apresentam uma tendência prescritivista. Outros casos há, como o de Rocha Lima ([1972]2000), em que o autor, embora assuma um posicionamento normativo, o faz com base em doutrina divergente em relação à Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB). Por último, há os autores, como Cunha e Cintra ([1985]2007), que se detêm na proposta da NGB.

A classe dos advérbios segundo Rocha Lima ([1972]2000)

Para Rocha Lima ([1972]2000), os advérbios são palavras que modificam o verbo, apresentando as circunstâncias através das quais a ação se desenrola. Sob o critério morfológico, o gramático considera essas palavras como sendo invariáveis – mesma posição das outras duas obras analisadas neste artigo –, todavia, sintaticamente, há duas possibilidades para a atuação desses elementos, na posição assumida por Rocha Lima ([1972]2000): (i) funcionam como complementos circunstanciais, portanto, como argumentos do verbo, o que os coloca, quando exercendo essa função, entre os chamados *Termos Integrantes*; (ii) funcionam como adjuntos adverbiais, o que os coloca, quando exercendo essa função, entre os chamados *Termos acessórios*.

É importante destacar que esse gramático se opõe, muitas vezes, à proposta da NGB, inclusive no que concerne à classe dos advérbios, visto que a classificação que sua gramática apresenta para os itens dessa categoria discorda da classificação assentada na nomenclatura oficial. Essa constatação situa-o no polo dos gramáticos tradicionais não seguidores da NGB.

Rocha Lima ([1972]2000) reconhece a existência de palavras que indicam afirmação (*sim, certamente, com efeito*), negação (*não, qual nada*), exclusão (*só, apenas, exclusive*), inclusão (*também, mesmo*), avaliação (*quase, mais ou menos*), designação (*eis*), explicação (*como, a saber*), retificação (*aliás, ou melhor*) etc., mas afirma que elas não representam circunstâncias, e por isso não poderiam ser incluídas na classe dos advérbios. A razão para a exclusão desse conjunto de palavras do inventário de advérbios da língua portuguesa é a incidência, que pode se dar para além dos verbos, adjetivos e advérbios, como, por exemplo, a partícula *não*, que pode negar uma parte da oração, ou ela inteira.

Por fim, o que hodiernamente em linguística denomina-se advérbios modalizadores, Rocha Lima ([1972]2000) classificará sob o rótulo de *Palavras Denotativas* (*certamente, só, apenas, aliás, ou melhor*). Como razão para a exclusão dessas palavras da classe dos advérbios, o gramático afirma que fazem referência ao sujeito do enunciado, o que impede de classificá-las como advérbios.

A classe dos advérbios segundo Cunha e Cintra ([1985]2007)

Na definição apresentada por Cunha e Cintra ([1985]2007), os advérbios são, fundamentalmente, um modificador do verbo. No entanto, a essa função básica, certos advérbios acrescentam outras que lhe são privativas, como é o caso dos chamados *advérbios de intensidade* que, de acordo com os autores, podem reforçar o sentido de um adjetivo ou, ainda, de um advérbio.

Diferentemente de Rocha Lima ([1972]2000), que concebe a possibilidade de os advérbios funcionarem como complementos circunstanciais (portanto, como argumentos do verbo – *Termos Integrantes*), para Cunha e Cintra ([1985]2007), esses elementos são indistintamente adjuntos, ou seja, *Termos Acessórios*, que apenas delimitam as circunstâncias da ação.

A obra de Cunha e Cintra ([1985]2007), intitulada *Gramática do Português Contemporâneo*, está situada entre os compêndios seguidores da NGB – o que se confirma, por exemplo, na classificação apriorística adotada para os advérbios, que é a mesma presente naquele documento oficial: a) advérbios de afirmação (*sim, certamente, realmente* etc.); b) advérbios de dúvida (*porventura, possivelmente, provavelmente* etc.); c) advérbios de intensidade (*assaz, bastante, muito* etc.); d) advérbios de lugar (*abaixo, acima, junto* etc.); e) advérbios de modo (*assim, melhor, pior* etc.); f) advérbio de negação (*não*) e g) advérbios de tempo (*agora, ainda, tarde* etc.).

Tal como Rocha Lima ([1972]2000), Cunha e Cintra ([1985]2007) utilizam a denominação *Palavras Denotativas*. Todavia, as estruturas linguísticas alocadas sob esse rótulo não são as mesmas. De acordo com Cunha e Cintra ([1985]2007), certas palavras, por vezes, foram enquadradas impropriamente entre os advérbios – palavras essas que denotam inclusão (*até, mesmo, também* etc.), exclusão (*apenas, salvo, somente* etc.); designação (*eis*); realce (*cá, lá, é que* etc.); retificação (*aliás, isto é, ou melhor* etc.) e situação (*afinal, agora, mas* etc.). De acordo com Cunha e Cintra ([1985]2007), tais palavras não devem ser incluídas entre os advérbios, visto que não modificam o verbo, nem o adjetivo, nem outro advérbio.

Quando fazem alusão ao fato de as chamadas *palavras denotativas* terem recebido classificação à parte pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (ainda que sem um nome especial), esses gramáticos permitem entrever que a motivação para a exclusão dessas locuções da classe dos advérbios pauta-se, novamente, na aderência de sua gramática a esse documento oficial.

A classe dos advérbios segundo Hauy (2015)

Hauy (2015) compreende, com base em Meier (1973), que o critério morfológico para a distinção entre a categoria de adjetivo e a categoria de advérbio é a variabilidade do primeiro e a invariabilidade do último. Quanto ao funcionamento sintático da classe, a estudiosa afirma que são modificadores do verbo e do adjetivo, “expressando as várias circunstâncias ou matizes que envolvem sua significação, ou intensifica a noção expressa pelo verbo, adjetivo, pronome, advérbio, locução adverbial ou expressão adverbial” (HAUY, 2015, p. 973). É importante notar que a autora inclui uma nova subclasse dentro da classe adverbial, a subclasse das *expressões adverbiais*. Para Hauy (2015), o que diferencia as *expressões adverbiais* (*antes do início do movimento, naquele dia festivo, com muito pouco entusiasmo*) das *locuções adverbiais* (*de repente, a prazo, tintim por tintim*) é que as locuções são construções gramaticalizadas que equivalem a um advérbio, funcionando sempre como adjunto adverbial; já as expressões apresentam caráter de contingência, sendo formadas ocasionalmente e apresentando a mesma função acima referida.

Quanto à classificação, a autora adota a que se encontra na NGB. Entretanto, ela recupera discussões de outros gramáticos, como Rocha Lima e José Oiticica, que consideram que os chamados advérbios de afirmação e negação (segundo a NGB) são *palavras denotativas*, e, portanto, não podem ser incluídas na classe adverbial.

Percebeu-se que a autora busca contemplar tanto a visão da NGB quanto a perspectiva de gramáticos que divergem do documento (ao menos no capítulo acerca dos advérbios), assumindo uma posição que traz à tona as muitas visões integrantes do PTG.

PTG: o que se pode afirmar a partir da análise das três gramáticas

Algumas questões, de extrema importância para um entendimento claro acerca do tratamento da classe adverbial nas gramáticas tradicionais, guiaram a busca nessas gramáticas pelo cerne de sua doutrina adverbial. São elas:

- (i) é possível afirmar que essas gramáticas fazem parte de um mesmo paradigma teórico?
- (ii) Se a noção de PTG se aplica a tais gramáticas, isso se dá em que medida?
- (iii) Há zonas de divergência no que tange à doutrina adverbial presente nas gramáticas?
- (iv) Quando se rotulam tais gramáticas de *normativas*, o que se deixa muitas vezes de considerar, tendo em vista a especificidade de cada obra que compõe esse conjunto ternário quando cotejadas entre si, no que tange à classe adverbial?

Inicia-se por afirmar que a dimensão socioideológica de produção dessas gramáticas é a mesma que em épocas anteriores levou gregos e, por influência desses, latinos a escreverem suas gramáticas. A exemplificação sempre embasada nos expoentes do cânone literário, a compreensão estática acerca de suas categorias, a crença de que algumas partes do discurso (leia-se classes de palavras) são mais importantes (Termos Essenciais e Integrantes) que outras (Termos Acessórios, conjunto de que faz parte a classe dos advérbios), tudo isso subjaz à doutrina constatada em cada uma das três gramáticas.

Um procedimento muito útil, utilizado nesse estudo para a compreensão de como os advérbios são tratados nas gramáticas, foi o de contabilizar o espaço que esses compêndios destinam ao tratamento do tema frente ao espaço dispensado para o tratamento de outras classes (que figuram como núcleo e periferias dos termos essenciais e integrantes). Para isso, escolheram-se quatro classes de palavras, que foram consideradas pela *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* como abertas (CASTILHO et al., 2014), pois recebem constantes aportes lexicais em decorrência de novas práticas discursivas. As classes são *substantivo*, *adjetivo*, *verbo* e *advérbio*. O quadro abaixo realiza um cruzamento entre cada uma das classes (eixo horizontal) e as gramáticas (eixo vertical) no que concerne ao espaço destinado (número de páginas) para o tratamento desses temas:

Quadro 1. Espaço destinado ao tratamento das classes de palavras abertas, em três gramáticas tradicionais do português

GRAMÁTICA / CLASSE DE PALAVRA	ROCHA LIMA ([1972]2000)	CUNHA E CINTRA ([1985]2006)	HAUY (2015)
SUBSTANTIVO	26	28	50
ADJETIVO	10	30	30
VERBO	52	162	112
ADVÉRBIO	6	14	8

Fonte: elaboração própria.

Perceba-se que, em todas as gramáticas, a classe dos advérbios foi a que recebeu menor espaço, sendo seguida pela dos adjetivos – que apresentam um número um pouco maior de páginas na gramática de Rocha Lima ([1972]2000) e aproximadamente três vezes mais nas obras de Cunha e Cintra (1985]2006) e Hauy (2015). Notável é o tamanho do espaço destinado ao tratamento dos substantivos e verbos, respectivamente segunda e primeira classes em número de páginas (no caso dos verbos, a maior diferença, chega-se a dispensar um espaço cerca de dez vezes maior do que o dispensado aos advérbios).

Interpretou-se essa discrepância com base na distinção entre as palavras que constituem o núcleo dos chamados Termos Essenciais (sujeito e predicado), tidos como necessários para a estrutura da oração, Integrantes (complemento nominal, objetos direto e indireto, e o agente da passiva), termos que se realizam através dos substantivos, pronomes e que completam a significação dos núcleos verbal e nominal, e, por fim, dos Acessórios (adjuntos adnominal e adverbial e aposto), que são considerados como não necessários para a construção da sentença, sendo, portanto, termos considerados dispensáveis, do ponto de vista sintático.

Essa constatação demonstra um desligamento do campo tradicional em relação aos conhecimentos que as pesquisas funcionalistas vêm acrescentando ao legado tradicional acerca dos advérbios. A gramática de Haug (2015), apesar de ser contemporânea dos empreendimentos funcionalistas mais atuais, limita-se a apresentar, conforme a NGB, o conceito e a classificação dos advérbios sem quaisquer referências às descobertas linguísticas.

Esse desligamento do campo tradicional frente às discussões realizadas pelos estudos linguísticos se afigura um tanto problemático, pois as gramáticas do PTG possuem maior prestígio e aplicação social do que as investigações funcionalistas. Por isso, apontamos a necessidade de que o PTG se abra para os resultados oriundos da ciência linguística, não no sentido de adotar os postulados e posicionamentos de tal ciência, mas, a partir dos axiomas de seu próprio paradigma, busque dar tratamento à heterogeneidade aferida no sistema adverbial da língua portuguesa. Note-se, na tabela a seguir, o espaço (número de páginas) que a *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* reserva para o tratamento da categoria de advérbio (CASTILHO et al., 2014):

Quadro 2 - Espaço destinado ao tratamento das classes de palavras abertas, na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil*

Classe de palavra	N. de páginas
Substantivo	52
Adjetivo	24
Verbo	178
Advérbio	78

Fonte: elaboração própria.

Perceba-se que, depois dos verbos, a classe que apresenta maior espaço para discussão é a dos advérbios. Isso se dá em função da heterogeneidade funcional e estrutural que constitui a classe, bem como da atitude dos linguistas em buscar um tratamento adequado a essa questão.

Ao ignorar os avanços da ciência linguística no que se refere ao tema *advérbios*, o PTG perde em poder analítico e descritivo. Além disso, por embasar a norma linguística de maior prestígio social, é a gramática tradicional o paradigma mais ensinado nas escolas brasileiras, sendo sua doutrina acerca dos advérbios o conhecimento legitimado. Isso pode acarretar deficiências na formação dos discentes, os quais muitas vezes não chegam a compreender a multifuncionalidade dessa classe.

Um tratamento funcionalista para os advérbios e adverbais de tempo e aspecto

Nesta seção só serão abordados os conceitos que sejam pertinentes para a análise. Há que se lembrar da existência de ostensivos e aprofundados estudos sobre a categoria dos advérbios, como os de Martelotta (2009, 2012), bem como importantes gramáticas produzidas por linguistas, como as de Neves (2000) e Castilho (2010), além do extenso tratamento que essa categoria recebe na *Gramática do Português Culto Falado no Brasil* (CASTILHO et al., 2014).

Os conceitos abordados estão relacionados com postulados e categorias do funcionalismo que sejam relevantes para o tratamento dos advérbios e adverbais de tempo e aspecto. Em certa medida, retomam-se trabalhos e propostas que se revelaram muito eficientes para o tratamento do tema. Citam-se, além das que já foram indicadas acima, as investigações de Cezario (2002), Soares e Cezario (2012) e Lopes et al. (2018).

A divisão da seção se dá em duas partes: na primeira, explana-se a fundamentação teórica funcionalista utilizada; na segunda, discute-se o percurso metodológico que possibilitou o estudo dos advérbios e adverbais de tempo e aspecto.

Advérbios e adverbais de tempo e aspecto à luz dos pressupostos funcionalistas

Inicialmente, é importante destacar que a proposta teórica que fundamenta esta pesquisa se assenta, principalmente, nos postulados de Martelotta (2009, 2012) – que se fundamentou no princípio da divergência (HOPPER, 1991) para o estabelecimento de sua proposta –, bem como na propositura que CASTILHO et al. (2014) apresentam para o estudo dessa categoria. Outras pesquisas funcionalistas foram consultadas, entretanto, identificou-se que a maior parte desses estudos tem como base o caminho aberto por essas pesquisas pioneiras.

Como defende a tradição, morfológicamente, os advérbios propriamente ditos são palavras invariáveis. Sintaticamente, são satélites (NEVES, 2000) do núcleo verbal, podendo ainda, como no caso dos advérbios de intensidade, ligar-se a adjetivos e outros advérbios.

Adverbiais são os sintagmas nominais e preposicionados (*muitas vezes, na aula de hoje, um dia*) que assumem função de advérbios (CASTILHO *et al.*, 2014).

É importante considerar que entre os advérbios prototípicos e os adverbiais, há uma zona indeterminada, “assim como entre os advérbios e os adjetivos, e entre os advérbios e os operadores de discurso” (CASTILHO *et al.*, 2014, p. 267).

Segundo Martelotta (2012), os advérbios aspectuais (e adverbiais) indicam a duração, a frequência, a reiteratividade, a sequencialidade etc. Travaglia (1994, p. 44) afirma que:

Aspecto é uma categoria verbal de TEMPO, não dêitica, através da qual se marca a duração da situação e/ou suas fases, sendo que estas podem ser consideradas sob diferentes pontos de vista, a saber: o do desenvolvimento, o do completamento e da realização da situação. (Grifo do autor)

Por outro lado, a categoria de tempo apresenta o caráter dêitico de localização temporal do evento representado na oração, situando-o na anterioridade, na simultaneidade ou na posterioridade.

Embora apresentem essas diferenças, neste trabalho, considera-se que ambos os grupos integram o domínio do tempo, e por isso, denomina-se o conjunto formado pelos dois grupos de *circunstanciadores centrados nos aspectuais*. Desse modo, propõe-se a conjunção da perspectiva de Castilho *et al.* (2014), que vê os elementos dessa categoria como circunstaciadores, com a proposta de Martelotta (2012), que centraliza o grupo nos aspectuais, considerando que “os demais advérbios [...], em tese, se relacionam a eles por processos de mudança linguística, ou que são agrupados como uma categoria, por compartilharem atributos” (LOPES *et al.*, 2018, p. 258).

Outra noção importante e que deve ser considerada para o estudo semântico-discursivo desses circunstanciadores é a noção de *relação* (CASTILHO *et al.*, 2014). Para os autores, os advérbios e adverbiais operam sobre o tempo através das relações que tecem. Essas relações são tecidas a partir dos usos que os indivíduos fazem dos elementos adverbiais temporais e aspectuais. Esses usos refletem a diversidade de modos pelos quais os indivíduos constroem linguisticamente suas experiências acerca do domínio temporal, revelando heterogeneidade conceptual onde o PTG compreende homogeneidade conceptual. Observando os exemplos abaixo (apresentados pelos autores), pode-se compreender essa noção:

(1) saiu *depois* das oito (CASTILHO *et al.*, 2014, p. 268).

(2) uns vinte anos *atrás*, no Belas Artes, então tinha concertos todos os meses (CASTILHO et al., 2014, p. 268).

No primeiro exemplo, a relação tecida é cronológica, especificamente, expressa anterioridade. Já no segundo, a relação tecida, segundo os autores, é de precedência temporal.

Com base nessas noções e conceitos, desenvolveu-se o esquema de análise. Em referência, especificamente, ao nível semântico, enfoca-se um número bem delimitado de relações com base na observação e interpretação dos dados, as quais serão apresentadas na seção de análise dos dados.

Metodologia

O tratamento dispensado aos dados foi de natureza holística, seguindo a tendência das pesquisas funcionalistas nas quais essa investigação se ancora. Buscou-se analisar e descrever o funcionamento dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto enfocando os aspectos morfossintáticos, semânticos, textuais e discursivos implicados na dinâmica do fenômeno.

Nesse sentido, o aparato de instrumentos e categorias analíticas foi construído da seguinte forma:

a) Para a análise da ordenação dos elementos adverbiais quando incidem sobre o verbo, recorreu-se à proposta de Lopes et al. (2018), que indica quatro posições possíveis: *advérbio-x-verbo* – ADV-X-V; *advérbio-verbo* – ADV-V; *verbo-advérbio* – V-ADV; *verbo-x-advérbio* – V-X-ADV;

b) Para o estudo semântico desse grupo de elementos adverbiais, considerou-se, no que tange aos advérbios e adverbiais de tempo, três tipos de relações possíveis: *referência temporal indeterminada*, *referência temporal determinada* e *referência dêitica*;

c) Para a investigação do funcionamento dos advérbios e adverbiais no nível do texto, analisaram-se os elementos que possuíssem função fórica, ou que atuassem como operadores discursivos.

Para a organização dos dados e sintetização dos resultados da análise, utilizou-se o programa EXCEL, do pacote Windows. Através dessa ferramenta, foi possível mapear as ocorrências com base nos traços categoriais selecionados (citados acima). Foram desenvolvidas tabelas que tiveram por finalidade sintetizar os dados provenientes do cruzamento dessas categorias.

O *corpus* consiste de quatro reportagens selecionadas na sequência temporal que vai de 2014 a 2019 e que veiculam relatos de vítimas de violência homofóbica. Por terem como

foco esses relatos, as reportagens apresentam um caráter marcadamente narrativo, tanto quando trazem os relatos das vítimas pela via do *discurso direto*, quanto quando os narra via *discurso indireto*. Por essa razão, a presença de circunstanciais temporais e aspectuais é bastante presente, pois são extremamente importantes para a caracterização da cena narrada.

Análise de dados

Martelotta (2009) e Lopes *et al.* (2018) são exemplos de pesquisas que abordaram a problemática dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto. Contudo, essas investigações limitaram-se a examinar subgrupos específicos dentro do grupo dos *circunstanciadores centrados nos aspectuais*, como o dos advérbios terminados em *-mente*. Neste estudo, ampliamos o foco de análise. Optou-se por observar e descrever a dinâmica funcional – em termos da distribuição dos elementos adverbiais na sentença, de sua configuração semântica e das relações textuais que esses elementos tecem – de quaisquer construções que pudessem ser consideradas pertencentes a esse grupo de circunstanciadores.

A contagem dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto, realizada nas quatro reportagens, resultou num total de 126 ocorrências desses circunstanciadores. A tabela a seguir apresenta como esse total se divide quando tomadas as duas configurações semânticas observadas:

Tabela1 - Divisão do número total de ocorrências com base na semântica do advérbio

Natureza Semântica	Ocorrência
Aspectual	47(39,09%)
Temporal	79 (60,90%)
Total	126 (100%)

Fonte: elaboração própria.

Como se pode notar, a ocorrência dos circunstanciadores temporais é mais alta do que a dos aspectuais. Depreendeu-se que, por serem compostas de relatos, gênero predominantemente narrativo, a alta incidência dos advérbios e adverbiais temporais nas reportagens deu-se em razão da necessidade de caracterização temporal dos acontecimentos narrados. Como são os temporais os responsáveis por localizar temporalmente o evento, é natural que sejam eles os que mais ocorram nas reportagens. Os trechos a seguir apresentam ocorrências desses elementos adverbiais nos relatos:

(3) *Aos 22 anos* fui expulsa da república que morava (mas não saí), *aos 32*, fui chamada de 'big shoes' por um médico e julgada por uma auxiliar de enfermagem no hospital. (GIUSTI, 2014)

(4) *No Dia Internacional de Combate à Homofobia*, celebrado *nesta terça-feira (17)*, o NE10 ouviu histórias e depoimentos emocionantes de pessoas que sofreram e ainda sofrem o preconceito da família. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

Outro ponto focalizado está na relação entre o número de advérbios e adverbais, a semântica do elemento adverbial e o tipo de relação operada. Assim, para os advérbios e adverbais de tempo, temos os seguintes resultados:

Tabela 2 – Possibilidades de interpretação dos advérbios/adverbais temporais

SEMÂNTICA DO ADVÉRBIO/ADVERBIAL	REFERÊNCIA TEMPORAL DETERMINADA	DÊITICO	LOCALIZAÇÃO TEMPORAL DEFINIDA DO EVENTO
Temporal	6 (7,5%)	10 (12,5%)	63 (80%)
Total	79 (100%)		

Fonte: elaboração própria.

Nota-se que o tipo de expressão temporal mais realizada foi a de localização temporal definida (63/80%). Compreende-se que isso se dá em razão do caráter informativo que subjaz às reportagens. A função de estabelecer referências temporais determinadas é essencial para a construção da cena narrada, como se observa no seguinte trecho relatado:

(5) A primeira vez que ela me expulsou de casa foi *em 2013*. Fui morar em outra cidade com a pessoa que eu estava me relacionando. *Nos 15 primeiros dias*, ela não me procurou para saber se eu estava vivo. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

Os resultados referentes aos advérbios e adverbais de aspecto estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 3 – Possibilidades de interpretação dos advérbios/adverbais aspectuais

SEMÂNTICA DO ADVÉRBIO/ADVERBIAL	DURAÇÃO DO EVENTO	QUANTIFICAÇÃO	FREQUÊNCIA
Aspectual	22 (46,8%)	10 (21,3%)	15 (31,9%)
Total	47 (100%)		

Fonte: elaboração própria.

Perceba-se que os aspectuais que expressam duração e frequência foram os mais incidentes. Nas reportagens, eles exercem as funções de expressar a duração do que é narrado e indicar sua frequência, respectivamente. Já os de quantificação registraram o período de tempo em que se desenrolaram os fatos, como se vê nos exemplos abaixo:

(6) Ela me deu muita força e também me ajuda a enfrentar o preconceito que vou passar *pele resto da minha vida* – duração do evento. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

(7) *Geralmente* respondo na lata, não deixo quieto - frequência. (GIUSTI, 2014)

(8) Morei *três meses* com uma amiga - quantificação. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

Quando se analisou a relação entre a semântica do advérbio/adverbial e sua ordenação, excluímos os circunstanciadores que tomassem como escopo toda a oração. Julgou-se que, por não fazerem parte da estrutura da oração, não faria sentido analisar sua posição em relação ao verbo. A tabela a seguir apresenta os resultados desse cotejo (o número total de ocorrências de advérbios como modificadores do verbo foi de 70/55%):

Tabela 4 – Semântica do advérbio *versus* ordenação

SEMÂNTICA DO ADV.	ADV-X-V	ADV-V	V-ADV	V-X-ADV
ASPECTUAL	8	9	13	7
TEMPORAL	10	5	8	10
Total	18 (26%)	14 (20%)	21 (30%)	17 (24%)

Fonte: elaboração própria.

Percebeu-se que esses circunstanciadores não apresentam uma posição de maior incidência. Na verdade, a distribuição dos dados deu-se de maneira relativamente equilibrada, como podemos observar na tabela acima. Isso revela grande capacidade de mobilidade desses elementos na estrutura da oração.

É importante destacar que, ao abordarmos o aspecto semântico dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto, devemos considerar que esse está estreitamente vinculado ao significado que a forma apresenta no contexto em que ocorre. Por essa razão, uma mesma forma pode assumir diferentes significados. Para o estudo das relações que os advérbios e adverbiais de tempo e aspecto assumiram nas reportagens do *corpus*, considerou-se, no que tange aos de aspecto, cinco possibilidades de interpretação: (i) o advérbio/adverbial expressa a duração do evento; (ii) o advérbio/adverbial expressa quantificação temporal; (iii) o advérbio/adverbial apresenta caráter reiterativo; (iv) o advérbio/adverbial expressa a

frequência de ocorrência do evento. Visualizem-se, respectivamente, essas possibilidades interpretativas a partir dos seguintes exemplos:

(9) Mesmo com alguns avanços no que diz respeito a conquistas de direitos, a comunidade LGBT *ainda* luta, principalmente, pra ser aceita em um lugar onde deveria receber apoio incondicional *desde sempre*: dentro de casa – os advérbios destacados expressam duração do evento. (GIUSTI, 2014)

(10) Foi bem difícil, acabei terminando esse namoro, e aos 16 acabei saindo de casa *por um mês* – o adverbial destacado expressa quantificação. (GIUSTI, 2014)

(11) *Antes disso*, às vezes quando a gente dava um ‘selinho’, juntava um grupo de meninos em volta, sempre olhando, gente querendo tirar foto – o advérbio expressa reiteratividade. (PEROBELLI, 2016)

(12) Já cansei de ir pra praia e me gritarem ‘mocinha’, ‘madame’, ‘viadinho’. *Toda semana*, já até me acostumei – o adverbial expressa a frequência do acontecimento. (FERNANDES, 2019)

Por sua vez, para as construções adverbiais de tempo, consideraram-se três possibilidades de interpretação: (i) o advérbio/adverbial expressa uma referência temporal indefinida; (ii) o advérbio/adverbial apresenta caráter dêitico, apontando para a situação de comunicação; (iii) o advérbio/adverbial expressa uma referência temporal definida. Contudo, cabe salientar que as três possibilidades interpretativas para os advérbios e adverbiais de tempo são perpassadas por um sentido de localização temporal do evento, e que essa é a característica principal desse grupo. Os exemplos abaixo demonstram isso:

(13) *Um dia*, eu vi dentro da escola meu nome completo pichado na porta do banheiro com palavrões como “viadinho” e ameaças de morte, essas coisas que LGBT sofrem todos os dias – o adverbial expressa uma referência temporal indeterminada. (PEROBELLI, 2016).

(14) *Nesta quinta-feira (13/06)*, o Supremo Tribunal Federal decidiu, por 8 votos a 3, criminalizar a homofobia e a transfobia, considerando que atos preconceituosos contra homossexuais e transexuais devem ser enquadradas no crime de racismo – o adverbial funciona como dêitico, localizando o evento no tempo com base na situação de comunicação. (OLIVEIRA; JORGE, 2017).

(15) *Na última discussão*, há cerca de duas semanas, Denner conta que foi agredido pelo pai, mas que não vai desistir de mostrar a eles que não pode mostrar o jeito que é – o advérbio expressa referência temporal definida. (GIUSTI, 2014)

Apenas dois advérbios prototípicos apresentaram uma relação de foricidade, são eles: *ainda* (7 ocorrências) e *novamente* (2 ocorrências). Esses advérbios, classificados semanticamente como aspectuais, atuaram no nível da cadeia coesiva, como demonstrado no exemplo abaixo:

(16) As brigas continuaram e, *novamente*, Denner saiu de lá. (OLIVEIRA; JORGE, 2017)

No exemplo, *novamente* retoma uma informação já apresentada no parágrafo anterior, expressando o caráter reiterativo do acontecimento. O trecho a que o advérbio faz referência é “A primeira vez que ela me expulsou de casa foi em 2013. Fui morar em outra cidade com a pessoa que eu estava me relacionando. Nos 15 primeiros dias, ela não me procurou para saber se eu estava vivo” (OLIVEIRA; JORGE, 2017).

Considerações finais

A análise dos advérbios e adverbiais de tempo e aspecto revela a impossibilidade de abordar o problema através de categorias estanques. Ao contrário, uma análise que se pretenda eficiente deve partir do contexto de ocorrência das formas adverbiais, se quiser depreender o tipo de relação que elas tecem.

Assim, ao se rotularem os advérbios como de um determinado tipo, como no caso, por exemplo, dos de tempo e aspecto, deve-se considerar as possibilidades interpretativas, que, como demonstrado, podem ser variadas. Este trabalho focalizou três possibilidades de interpretação para a configuração semântica dos advérbios e adverbiais de tempo (referência temporal determinada; dêitico e localização temporal definida do evento) e quatro possibilidades para os de aspecto (duração do evento; quantificação temporal; caráter reiterativo e frequência de ocorrência do evento). Contudo, o analista poderá considerar outras tantas, pois o que vai determinar o processo interpretativo é a natureza do *corpus* investigado.

Viu-se, também, que as funções dos *circunstanciadores centrados nos aspectuais* extrapolam os limites estritamente gramaticais. O ingrediente de foricidade (CASTILHO et

al., 2014) presente em alguns elementos do conjunto faz com que tais elementos exerçam função coesiva nos textos.

A problemática dos advérbios e adverbais de tempo e aspecto é extremamente complexa. Neste trabalho, buscou-se descomplexificar um pouco a questão, demonstrando algumas das configurações sintáticas e semânticas, bem como relações em um nível linguístico superior ao da sentença, que o grupo pode assumir em textos com sequências predominantemente narrativas.

Referências

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.

CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. *et al.* O advérbio. In: ILARI, R. **Gramática do português culto falado no Brasil**: volume III: palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014. p. 267-343.

CEZARIO, M. M. **Ordenação de advérbios temporais e aspectuais no português escrito: uma abordagem histórica**. Rio de Janeiro: Projeto entregue à Pós-Graduação da UFRJ, 2002.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova Gramática do português contemporâneo**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Lexikon Editora Digital, 2007.

FERNANDES, Y. 10 relatos que mostram a importância de criminalizar a lgbtfobia. **Projeto Colabora**, 13 fev. 2019. Disponível em: <https://projetcobolabora.com.br/ods5/relatos-para-entender-por-que-brasil-deve-criminalizar-lgbtfobia/>. Acesso em: 20 abr. 2019.

GIUSTI, I. 20 histórias reais que mostram que agressões psicológicas sofridas por gays são tão traumáticas quanto as Físicas. **Buzzfeed Brasil**, 06 out. 2014. Disponível em: <https://www.buzzfeed.com/br/irangiusti/situacoes-que-lgbts-passam-e-mostram-que-homofobia-vai-alem>. Acesso em: 20 abr. 2019.

HAUY, A. B. **Gramática da língua portuguesa padrão**. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2015.

HOPPER, P. On some principles of gramaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. **Approaches to gramaticalization**. Amsterdã: John Benjamins, 1991. p. 17-35.

LOPES, C. R. *et al.* Os advérbios: aspectos históricos e usos atuais. In: LOPES, C. R. **Mudança sintática das classes de palavras**: perspectiva funcionalista. São Paulo: Contexto, 2018. p. 242-406.

MARTELOTTA, M. E. **Ordenação dos advérbios qualitativos nas cartas a Rui Barbosa**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

MARTELOTTA, M. E. Advérbios – conceito e tendências de ordenação. In: OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). **Adverbiais: aspectos gramaticais e pressões discursivas**. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 13-96.

MEIER, H. **Ensaio de filologia românica**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Grifo, 1973.

NEVES, M. H. M. **A vertente grega da gramática tradicional**. São Paulo: Hucitec, 1987.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M. **A gramática passada a limpo: conceitos, análise e parâmetros**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

OLIVEIRA, G.; JORGE, T. Basta de homofobia: relatos de gay, lésbica, bi, trans e travesti no esporte. **Globo Esporte**, Fortaleza, 19 jun. 2017. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/ce/noticia/basta-de-homofobia-relatos-de-gay-lesbica-bi-trans-e-travesti-no-esporte.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2019.

PEROBELLI, A. Homossexuais relatam agressões e preconceitos e dizem: “não esqueceremos”. **Uol**, São Paulo, 16 jun. 2016. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/listas/homossexuais-relatam-agressoes-e-preconceitos-e-dizem-nao-esqueceremos.htm>. Acesso em: 20 abr. 2019.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 38 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [1957]2000.

SOARES, B.; CEZARIO, M. M. Ordem de sintagmas preposicionais com valor temporal em textos jornalísticos. **Diacritica**, p. 226-247, 2012.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português: a categoria e sua expressão**. 3 ed. Uberlândia: Ed. Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

VIEIRA, F. E. **A gramática tradicional: história crítica**. São Paulo: Parábola, 2018.

Sobre os autores

Jhonathan Leno Reis França Santana (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-4031-4034>)
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); licenciado em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma instituição. Bolsista da FAPES.

Gesieny Laurett Neves Damasceno (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-6556-9968>)
Doutora em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); graduada em Língua Portuguesa e Literatura de Língua Portuguesa pela mesma instituição. É professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFES.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

Construção verbo + locativo (VLOC): uma análise centrada no uso

Verb + locative construction (VLOC): an analysis focused on use

Maria Alice Linhares Costa¹
Gessilene Silveira Kanthack²
Valéria Viana Sousa³

Resumo: Neste artigo, descrevemos os padrões instanciados pela construção VLoc procedural e analisamos as propriedades formais e funcionais que os caracterizam numa amostra do português brasileiro contemporâneo. Partimos da hipótese de que esses padrões só podem ser captados se levarmos em consideração o uso da língua em situação efetiva de comunicação, como defende a Linguística Funcional Centrada no Uso. Para tanto, recorreremos a 40 entrevistas disponíveis no Banco de Dados do Projeto *A Brasília que não lê* (BORTONI-RICARDO, 2009). Por meio de pressupostos da Gramática de Construções (GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; entre outros), explicamos que verbo e locativo evidenciam uma forte integração das subpartes e formam um pareamento de forma e sentido, passando a atuar no nível pragmático-discursivo, ora como modalizador, ora como marcador discursivo. Além disso, são usados para direcionar a dinâmica interacional: ora o foco está no falante, indicando subjetividade, ora no interlocutor, evidenciando intersubjetividade.

Palavras-chave: Linguística Funcional Centrada no Uso. Gramática de Construções. Construção VLoc.

Abstract: In this article, we describe the patterns instantiated by the procedural VLoc construction and we analyze the formal and functional properties that characterize them in a sample of contemporary Brazilian Portuguese. We start from the hypothesis that these patterns can only be captured if we take into account the use of language in an effective situation of communication, as advocated by Functional Linguistics Centered on Use. For that, we resorted to 40 interviews available in the Project *Brasilia that does not read* Database (BORTONI-RICARDO, 2009). Through assumptions of the Grammar of Constructions (GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013; among others), we explain that verb and locative evidence a strong integration of the subparts and they create a pairing of form and meaning, beginning to act at the pragmatic-discursive level, sometimes as a modalizer, sometimes as a discursive marker. In addition, they are used to direct the interactional dynamics: sometimes the focus is on the speaker, indicating subjectivity, sometimes it is on the interlocutor, showing intersubjectivity.

Keywords: Functional Linguistics Centered on Use. Construction Grammar. VLoc Construction.

¹ Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações, Ilhéus, BA, Brasil. Endereço eletrônico: m.alicelinhares@hotmail.com.

² Universidade Estadual de Santa Cruz, Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações; Mestrado Profissional em Letras, Ilhéus, BA, Brasil. Endereço eletrônico: gskanthack@yahoo.com.br.

³ Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, Brasil. Endereço eletrônico: valeriavianasousa@gmail.com.

Introdução

No âmbito da Linguística Funcional Centrada no Uso (doravante LFCU), atualmente tem se destacado a chamada Gramática de Construções (cf. GOLDBERG, 1995; CROFT, 2001; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), uma vertente teórica cognitivista que defende que a linguagem deve ser compreendida a partir de um modelo construcional, cuja unidade convencional simbólica básica da língua é a construção, concebida como um pareamento de forma e sentido (CROFT, 2001). Tal modelo vem sendo considerado bastante relevante para interpretar padrões mais integrados de usos linguísticos, já que aspectos formais e funcionais são igualmente importantes (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016) e devem ser levados em conta na descrição de novos padrões que emergem nas práticas efetivas da língua.

Como exemplos desses padrões, encontramos as microconstruções instanciadas a partir da construção formada por verbo + locativo (daqui em diante VLoc), configurando-se em uma unidade de forma e sentido, cujo significado não pode ser depreendido pela simples soma dos significados desempenhados por cada um dos itens linguísticos. Os excertos em (1) e (2) ilustram dois desses padrões, sendo, respectivamente, um, instanciado pelo verbo *saber* e o locativo *lá*, e outro, pelo verbo *esperar* e o locativo *aí*:

- (1) (114) Arthur Ferreira - Lá o padre lia pra vocês. Vocês entendia o que ele falava?
(115) Sr. P. J. - Intindia nada! Nada! Eu num intindia bulufa ni'uma.
(116) Arthur Ferreira - Não? Era latim que eles falava era? Ou era português que ele falava?
(117) Sr. P. J. - Eu *sei lá*, eu nem lembro mais como é que era moço! (SR. P. J. A *Brasília que não lê*. 05 ago. 2009).⁴
- (2) (62) Arthur Ferreira – E em setenta e cinco você trabalhou de pedreiro, você trabalhou em alguma obra conhecida aqui em Brasília?
(63) Sr. J. R. – Trabaiei muntu, ni Conjunto Nacional, in varus lugar, na Americana, varus orgu, Bancu du Brasil, foi no Bancu du Brasil foi depois de setenta i seis, Bancu du Brasil, trabaiei muntu tempu, foi uns, trabaiei mais o menus us patru cincu anos, uns cincu, *pêra aí*, [E] no Conjuntu Nacional tambeim foi muntu tempu. (SR. J. R. A *Brasília que não lê*. 06 abr. 2009).

⁴ Os exemplos serão identificados assim: iniciais dos nomes dos entrevistados antecedidos pela abreviatura do pronomes de tratamento; o nome do projeto que possibilitou a realização das entrevistas; data e ano da realização da entrevista.

Em (1), o uso de *sei lá* indica que, ao ser questionado sobre um fato passado vivenciado em sua cidade natal, o Sr. P. J. não sabe/não tem certeza se os padres falavam em latim ou em português, sendo a ideia reforçada pelo período subsequente: *eu nem lembro mais como é que era moço!* Já, em (2), ao listar as principais obras conhecidas em Brasília onde trabalhou, o Sr. J. R. recorre à construção *pera aí* para suspender o que estava sendo dito a fim de acrescentar a informação de que também tinha trabalhado por muito tempo no Conjunto Nacional.

Em ambas as situações, a construção VLoc desempenha a função procedural, pois, nos termos de Traugott e Trousdale (2013), veicula conteúdo gramatical, voltado para o estabelecimento de relações textuais mais amplas. No caso de (1), a construção *sei lá* está sendo usada como um modalizador, uma estratégia linguística acionada pelo falante para expressar o seu ponto de vista em relação ao que está sendo dito. Trata-se de um modalizador epistêmico, que, conforme Neves (2000, p. 245), serve para asseverar, “marcar uma adesão do falante ao que ele diz, adesão mediada pelo seu saber sobre as coisas”. Na situação retratada, ao usar o *sei lá*, o falante demonstra não saber sobre o fato em questão, indicando, portanto, um baixo grau de adesão ao que diz.

No caso de (2), a construção *pera aí* desempenha a função de marcador discursivo, um elemento linguístico usado para direcionar o processamento do discurso. O falante, no caso o Sr. P. J., ao usar a construção, sinaliza ao interlocutor de que ele deve compreender que não trabalhou muito tempo apenas no Banco do Brasil, mas também no Conjunto Nacional. Na concepção de Teixeira (2015, p. 46), marcadores discursivos “são, basicamente, elementos linguísticos que atuam no plano procedural da gramática, ou seja, são constituintes não referenciais que fazem relações entre componentes/partes/itens do discurso”.

Embora padrões desse tipo já tenham sido estudados no âmbito da LFCU, a exemplo de Teixeira (2010), Oliveira e Santos (2011), Rosa (2012) e Teixeira (2015)⁵, entre outros, acreditamos que, dada a dinâmica da língua, novos padrões emergem e, naturalmente, podem evidenciar propriedades que ainda não foram analisadas. Nesse sentido, a fim de ampliar o que esses autores já investigaram, bem como contribuir com as descrições já feitas à luz da Gramática de Construções, realizamos uma pesquisa⁶ com o objetivo de descrever os padrões

⁵ Teixeira (2010) investigou o uso das expressões *vá lá* e *vamos lá*; Oliveira e Santos (2011) analisaram o uso da construção *sei lá*; Rosa (2012) tratou das expressões *espera aí* e *espera lá*; Teixeira (2015), num enfoque construcional, tratou especificamente de marcadores discursivos formados de verbo e locativo.

⁶ Pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

instanciados pela construção VLoc procedural no português brasileiro contemporâneo, bem como analisar propriedades formais e funcionais que os caracterizam.

Para isso, utilizamos, um *corpus* de língua falada, especificamente 40 entrevistas disponibilizadas no Banco de Dados do Projeto *A Brasília que não lê* (desenvolvido pela profa. Dra. Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo, no período de 2009-2011)⁷. Optamos pela língua falada porque, no momento da interação, é planejada e replanejada, podendo favorecer o uso de construções com funções procedurais. A escolha do *corpus* se justifica, também, pela natureza do gênero textual que ele veicula, a entrevista, que, por sua vez, possibilita elevado grau de interação entre os sujeitos envolvidos.

Numa abordagem teórica, como a da LFCU, que preconiza a análise de fenômenos linguísticos a partir do uso concreto da língua (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013), os contextos de interação, falados ou escritos, são *locus* fornecedores de construções que evidenciam a natureza dinâmica do sistema linguístico. Nesse tipo de contexto, fatores pragmáticos como subjetividade e intersubjetividade favorecem a criação/adaptação de formas e funções para atender aos propósitos comunicativos. Conforme Traugott e Dasher (2002), a subjetividade é um processo que tem como foco um sujeito que desenvolve uma visão subjetiva dos fatos, e que, na interação, procura representá-la, de modo a marcar suas perspectivas e atitudes. A intersubjetividade, por sua vez, direciona o foco para o interlocutor, num processo que o coloca como participante do evento.

Uma vez que as construções VLoc que analisamos atuam e operam no plano da organização e do processamento do discurso, as expectativas são: (i) diferentes padrões são instanciados pela construção VLoc, sendo eles determinados pela natureza semântica dos verbos que ocupam o *slot* de V, no caso, o espaço destinado para o preenchimento do verbo na referida construção; (ii) os padrões instanciados revelam que verbo e locativo constituem uma unidade de forma e sentido, isto é, só podem ser interpretados conjuntamente; (iii) são usados com funções pragmático-discursivas, tais como a de modalizador e de marcador discursivo; (iii) atuam como recursos linguísticos para expressão da subjetividade e da intersubjetividade.

Para fins práticos, o artigo está organizado em três seções: na primeira, expomos um recorte de pressupostos defendidos pela Gramática de Construções; na segunda, apresentamos a nossa amostra com a análise qualitativa dos padrões da construção VLoc procedural; na

⁷ Nesse projeto, a autora registrou histórias de vida de pessoas não-alfabetizadas residentes no Distrito Federal.

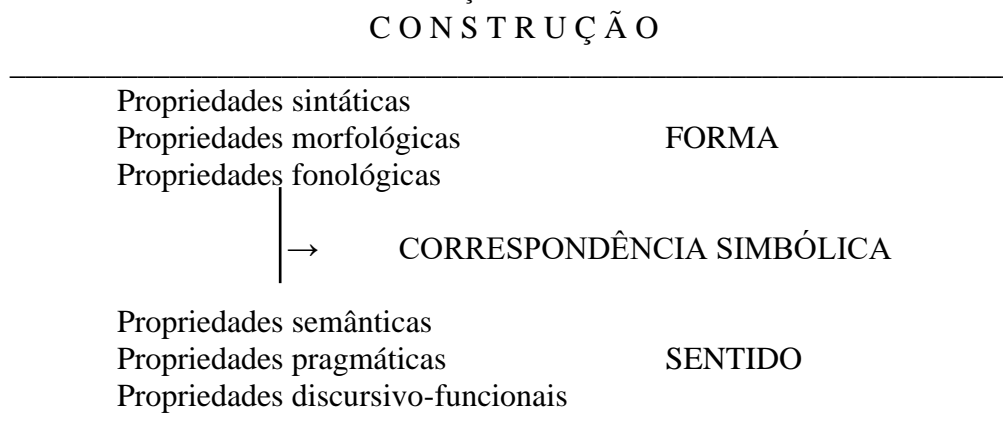
terceira, articulamos pressupostos construcionais à análise dos padrões investigados. As considerações finais e as referências encerram o artigo.

Gramática de Construções: em foco o pareamento forma-sentido

Como o próprio nome diz, construções são o foco dessa perspectiva teórica, compreendidas, segundo Traugott e Trousdale (2013), como unidades simbólicas convencionais. São simbólicas porque são signos, resultantes de associações arbitrárias de forma e significado; são convencionais porque são usadas e compartilhadas na comunidade de fala; são unidades porque algum aspecto do signo é tão idiossincrático ou tão frequente que ele é estocado como um pareamento de forma-sentido na mente do usuário da língua.

Por pareamento, entende-se a forte ligação entre forma e sentido⁸, a qual Croft (2001) denomina de elo de correspondência simbólica, como indica a Figura 1:

Figura 1 - Modelo de estrutura simbólica da construção



Fonte: Croft (2001, p. 18).

Nesse modelo, não há predomínio das propriedades da forma sobre as do sentido, nem o inverso. Todas elas estão interligadas e devem ser consideradas na análise de construções de uma língua.

Para essa abordagem, a linguagem deve ser compreendida como uma rede de construções que se inter-relacionam hierarquicamente, mantendo entre elas diferentes relações e graus de complexidade e de especificidades. Para a noção de rede, conceitos de nó e *links* são essenciais. Segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 51),

⁸ Os termos *significado* e *sentido* são utilizados, aqui, como sinônimos para se referirem a qualquer aspecto convencionalizado do eixo da função de uma construção, contemplando propriedades da situação descrita como também do discurso em que o enunciado está inserido.

[...] cada nó representa uma construção de algum tipo de abstração, ele generaliza através das características de uma construção. Portanto, um nó tem conteúdo de forma e significado (embora de graus variados de complexidade e especificidade – alguns podem não ser especificados) e *links* são possíveis em múltiplas direções diferentes entre a semântica, pragmática, função discursiva, sintaxe, morfologia e fonologia de qualquer nó. Cada nó é ligado a outros nós na rede de várias maneiras.

Os *links* por meio dos quais são estabelecidas as relações podem ser de dois tipos, segundo Goldberg (1995): de herança e relacionais.

Os *links* de herança dizem respeito às relações verticais entre as construções, ou seja, referem-se aos diferentes níveis esquemáticos, em que uma construção de nível mais baixo herda características de uma de nível mais alto. Já os *links* relacionais representam os diferentes modos em que os pareamentos de forma-sentido podem se relacionar entre si. Segundo Goldberg (1995), eles são de quatro tipos: a) *links* polissêmicos: referem-se às relações semânticas entre a extensão de sentido de uma construção e o seu sentido prototípico. Em outras palavras, esses *links* representam a ampliação da parte funcional de uma construção cuja parte formal se mantém, em decorrência de seu uso em novos contextos comunicativos; b) *links* por subparte: indicam a relação entre uma construção maior e de existência independente e a sua subparte; c) *links* por extensão metafórica: envolvem um mapeamento metafórico específico. Nesse caso, a construção que a princípio era utilizada no domínio concreto passa a ser utilizada em um domínio mais abstrato; d) *links* por instanciação: ocorrem quando uma construção em particular é um caso especial de outra.

Além das relações, numa rede construcional, é possível identificar as dimensões que envolvem as construções, e, segundo Traugott e Trousdale (2013), isso é feito por meio da análise de três fatores: esquematicidade, produtividade e composicionalidade.

A esquematicidade é definida como “uma propriedade de categorização que crucialmente envolve abstração. Um esquema é uma generalização taxonômica de categorias, sejam linguísticas ou não”, portanto, “esquemas linguísticos são abstratos, grupos semanticamente gerais de construções, sejam procedurais ou de conteúdo” (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013, p.13). Nesse sentido, a esquematicidade está relacionada à capacidade cognitiva humana de abstrair, de fazer generalizações (criar esquemas – *bottom-up*) e instanciações (formar concretamente construtos a partir de esquemas – *top-down*), de modo que quanto mais esquemática for uma construção mais abstrata ela será e apresentará mais *slots* a serem preenchidos. As construções, por sua vez, podem ser mais ou menos esquemáticas, o que faz da esquematicidade um fator gradual.

A produtividade refere-se à extensão de padrões existentes que instanciam novos tipos de construções menos esquemáticas, isto é, diz respeito à quantidade de construções específicas que os esquemas mais abstratos conseguem instanciar (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Isso significa que, assim como ocorre com a esquematicidade, a produtividade também é um fenômeno gradiente, pois, do mesmo modo que as construções podem ser mais ou menos esquemáticas, elas podem ser mais ou menos produtivas, o que dependerá de suas frequências *type* e *token*. Segundo Bybee (2010), a frequência *token* diz respeito à quantidade de vezes que uma microconstrução ocorre numa determinada situação comunicativa, já a frequência *type*, ao número de diferentes microconstruções instanciadas por um mesmo padrão.

A composicionalidade, por sua vez, se refere ao grau de compatibilidade e incompatibilidade entre forma e significado no nível da construção. Esse fator se aplica tanto no âmbito semântico (o significado das partes e do todo) quanto no sintático (integridade morfossintática das subpartes). Assim, em termos semânticos, uma construção será, por um lado, mais composicional quando o significado das partes for recuperado no significado do todo; por outro, se a unidade não for composicional, o ouvinte poderá ter dificuldades para interpretar, pois haverá incompatibilidade entre o significado dos itens individuais e o significado do todo. Já, em termos sintáticos, significa dizer que ela será mais composicional quando mantiver as propriedades gramaticais de sua categoria fonte (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Os fatores produtividade e esquematicidade estão relacionados de tal modo que quanto mais esquemática for uma construção maior será a sua frequência *type*, isto é, com mais *slots* que podem ser preenchidos. O aumento da frequência *token* de uma construção pode torná-la convencionalizada e, uma vez que isso acontece, poderá servir de modelo para a criação de outras instâncias, aumentando a frequência *type* da construção.

Esses três fatores, esquematicidade, produtividade e composicionalidade, além de atuarem na formação da hierarquia construcional, funcionam também como variáveis de análise para atestar os processos de mudanças. Se um constructo for, por exemplo, mais esquemático, mais produtivo e menos composicional, o pressuposto assumido é o de que a mudança está consolidada ou em vias de ser consolidada. Se, por outro lado, o constructo for menos esquemático, menos produtivo e mais composicional, o pressuposto é o de que a mudança ainda está no nível da inovação (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Padrões VLoc em função procedural: a nossa amostra

No *corpus* pesquisado (40 entrevistas disponíveis no Banco de Dados do Projeto *A Brasília que não lê*, desenvolvido pela profa. Dra. Stella Maris Bortoni de Figueiredo Ricardo, no período de 2009-2011), registramos um total de 24 ocorrências⁹ da construção VLoc em sua função procedural. Nesse padrão, as microconstruções estão convencionalizadas numa ordem fixa, VLoc, sendo que verbo e locativo formam um pareamento de forma e sentido, estando os dois itens fortemente integrados, veiculando um único sentido e atuando no nível pragmático discursivo, ora como modalizador, ora como marcador discursivo.

Registradas as ocorrências, e tendo por base Teixeira (2015), as microconstruções foram classificadas a partir da semântica do verbo, totalizando cinco tipos diferentes de subesquemas: como modalizador e marcador (i) Verbo cognitivo (exprime conhecimento, crença ou julgamento) + locativo (V_{COGLoc}); apenas como marcadores: (ii) verbo suspensivo (denota suspensão temporária de ação) + locativo (V_{SUSPLoc}); (iii) verbo perceptivo (indica ação percebida através dos sentidos corporais) + locativo (V_{PERCLoc}); (iv) verbo estático (descreve estados e situações que não mudam com rapidez) + locativo (V_{ESTLoc}); (v) verbo de deslocamento (expressa movimentação de um lugar a outro) + locativo (V_{DESLLoc}).

Na função de modalizador, as microconstruções são utilizadas como uma estratégia linguística para expressar o ponto de vista do emissor em relação ao que está sendo dito. Nessa função, registramos o subesquema V_{COGLoc}, formado exclusivamente pelo verbo de natureza cognitiva *saber* e pelo locativo *lá*, como ilustra o exemplo em (3):

- (3) (14) Arthur Ferreira - A senhora é de qual cidade?
(15) Sra. R. - Eu sô da cidade di... di Ita... da TERRA DU CACAU!
(16) Arthur Ferreira - Qual é a terra du Cacau?
(17) Sra. R. - ItaBUNAS!
(18) Arthur Ferreira - Itabunas fica onde?
(19) Sra R. - Eu *sei lá* meu fi! Ai filhu eu num sei. (SRA. R. *A Brasília que não lê*. 29 mar. 2009).

Nesse caso, a entrevistada utiliza *sei lá* para expressar a sua incerteza em relação à localização de sua cidade natal. Metonimicamente, corresponde a *não sei*, o que é justificado

⁹ Embora o número de funções procedurais seja pouco acentuado, a pesquisa evidenciou que a construção VLoc instância diferentes microconstruções, sendo isso relevante para uma análise que contemple a linguagem como uma rede de construções que se inte-relacionam.

pelo enunciado seguinte: *Ai filhu eu num sei*. Ao utilizar a forma verbal em primeira pessoa do presente do indicativo, a falante marca o caráter subjetivo do que está sendo dito, complementado pelo *lá*, que indica imprecisão. Esse uso reflete um tipo de modalidade orientada para o falante, que, de acordo com Neves (2000, p. 247), é de natureza *asseverativa relativa*, pois “o conteúdo do que se diz é apresentado como uma eventualidade, como algo que o falante crê ser possível, ou impossível, provável, ou improvável”. Por isso, esse modalizador foi denominado de *asseverador relativo*.

Na função de marcador discursivo, encontramos VLoc funcionando como estratégia orientadora do discurso, “evidenciando, ao mesmo tempo, a presença do falante e a maneira pelo qual o interlocutor deve compreender a informação transmitida” (TEIXEIRA, 2015, p. 46-47). Assim como os modalizadores, os marcadores discursivos sofrem um processo de abstratização em função das composições que assumem. Registramos dez *types* formados pelos verbos *saber, esperar, ver, estar, ser, aguentar* e a locução formada pelos verbos *ir e chegar*, combinados com os locativos *aí* e *lá*, resultando, assim, em cinco subesquemas de marcadores discursivos. Em todos eles, a função é de ordem pragmática, pois “sinalizam relações discursivas em que se pode observar a postura do falante e a direção que o discurso dele pretende ser entendido ou, ainda, como o falante tenciona que a interação se encaminhe” (TEIXEIRA, 2015, p. 50-51).

O subesquema V_{COG}Loc, formado pelo verbo *saber* e pelo locativo *lá*, é ilustrado em (4):

- (4) (70) Sra. V. P. - Tudo quê é canto tem escola, cê sabe que tem! Tudo que é fazenda tem escola. O povo já tá mais até ficano mais caprichosos, né.
(71) Arthur Ferreira - Ah, é?
(72) Sra. V. P. – Fazê as coisa mais... *Sei lá!*
(73) Arthur Ferreira - Mais no seu tempo não tinha escola? (SRA. V.P. *A Brasília que não lê*. 29 mai. 2009).

Na situação, a senhora V. P. estava relatando sobre o fato de haver escola em todo lugar e o que isso impactava na vida do povo. Ela tenta esclarecer mais sobre esse impacto; no entanto, hesita em dizer o que pensa, um posicionamento marcado pela pausa (evidenciada pelas reticências) e pelo uso de *sei lá*, um recurso que coloca em cena a intersubjetividade, cabendo ao interlocutor compreender a informação transmitida. Denominamos esse marcador de *hesitação de opinião*.

O subesquema $V_{SUSPLOC}$ foi composto pelos verbos que indicam suspensão de ação, *esperar* e *aguentar*, e pelos locativos *aí* e *lá*. Seu uso está associado aos contextos em que o falante percebe a necessidade de interromper/refrear o processamento da informação a fim de corrigir algo, como se pode notar em (5) e (6):

(5) (08) Arthur Ferreira - Piauí, e a senhora nasceu quando?

(09) Sra. M. P. - Nasci no dia vinte de agosto de oite, de oitenta, *perai me confundi*. De sessenta e seis. (SRA. M. P. *A Brasília que não lê*. 17 nov. 2009).

(6) (136) Arthur Ferreira - Ah, então a siora mudou pra cá entre 95 ou 96!

(137) Sra. E. S. - Por a, *nã! Foi! Não! Pêra lá... Guenta ai* qui eu vô lhis plicar. Eu entrei aqui, eu vim pra cá pru “P” norti, foi, foi im oi noven cincü, comu é não im oitentim cincü, não! Num foi in oitentim cincü não! Ni + Foi na foi não! im noventi seti eu entrei aqui, eu tava entranu, eu foi qui eu fichei nessa firma. In noventa e seti. (SRA. E. S. *A Brasília que não lê*. 04 abr. 2009).

Em (5), o entrevistador questiona quando a entrevistada nasceu e, ao responder, ela o faz de maneira equivocada, o que é reforçado pelo *me confundi*. Quando percebe o engano, a Sra. M. P. utiliza *perai* para estabelecer uma suspensão temporária no discurso a fim de corrigir a informação, o que é feito logo em seguida: *sessenta e seis*. Em (6), a falante utiliza duas expressões, *pêra lá* e *guenta ai*, ambas com caráter suspensivo. Na cena, o entrevistador esclarece sobre o ano em que a Sra. E. S. havia se mudado para Brasília. No primeiro momento, a falante parece concordar, *Por a*, mas logo percebe o engano, *nã! Foi! Não!*, e recorre às expressões como estratégia para interromper o discurso e informar corretamente o ano da mudança: noventa e sete. Para esses usos, o marcador foi denominado de *refreador*.

O subesquema $V_{DESLLOC}$ foi formado por uma locução verbal, com verbos que indicam deslocamento, e o locativo *lá*:

(7) (118) Sr. A. - Ai, no, no, embalo que operei eu fiquei de reposo em casa, e ela fico trabalhanu na casa da mãe dela, levanu a Jackeline e trazenu, certo, e já tava grávida do Rodrigo.

(119) Arthur Ferreira - E como é foi é, a é os seus filhos aqui na escola em Brasília?

(120) Sr. A. - Então é o que 'u, tâmo, *vâmo chegá lá!* (SR. A. *A Brasília que não lê.* 06 abr. 2009).

Assim como em (5) e (6), a microconstrução em (7) é usada para refrear o discurso, por isso, também foi denominado de *refreador*. Diferentemente dos dois outros exemplos, em (7), funcionalmente, *vâmo chegá lá* pressupõe um deslocamento, dada a natureza dos dois verbos que indicam movimento; no entanto, não se trata de um deslocamento espacial, e sim discursivo, visto que o falante sinaliza para o interlocutor que ele pretende falar sobre a vida escolar dos seus filhos em Brasília assim que terminar de esclarecer sobre o que aconteceu quando ele foi operado. A microconstrução refreia, assim, a expectativa do interlocutor, demonstrando que o falante tem interesse de chegar ao ponto esperado.

O subesquema V_{PERCLOC} é constituído por um verbo de natureza perceptiva, *ver*, e pelo locativo *ai*. Para esse subesquema, encontramos duas microconstruções: *vê ai*, em (8), e *vejo ai*, em (9):

(8) (172) Arthur Ferreira - A senhora lembra quando veio prá cá pra Ceilândia?

(173) Sra. M. V. - Só sei que o meu menino, quando eu vim pra pra qui pro “P” Norte, meu menino tinha nove ano.

(174) Arthur Ferreira - É?

(175) Sra. M. V. - O mais velho.

(176) Arthur Ferreira - O mais velho tinha nove anos. Ah, sim!

(177) Sra. M. V. - A ota tinha, tinha, tinha doze. A mais velha tinha doze, meu filho. Então *vê ai* quantos anos... Eu num sei.

(178) Arthur Ferreira - Ah, então foi trinta anos atrás, setenta e nove. ((O setor “P” Norte da Ceilândia foi criado em 1979. E uma colega da Sra M. V. confirma.)) (SRA. M. V. *A Brasília que não lê.* 27 jul. 2009).

(9) (153) Sr. C. S. – incentivar o istudo pra pessoa, puque é a base da dada pessoa que num tem otos, otas renda otas coisa a istudá né, se pudesse incentivava a istudar né, as pessoas que, *vejo ai* muitos jovens tamém que tem condição de estuda abadona a iscola né, por carra de besteira, de coisa que num deve acontecer, por carra de num sei praque que ele deixa os istudo né? (SR. C. S. *A Brasília que não lê.* 12 abr. 2009).

Em (8), *vê aí* apresenta caráter injuntivo e exorta uma ordem: a entrevistada deseja que o entrevistador calcule, com base nos dados apresentados, a data em que ela havia se mudado para o setor “P” Norte da Ceilândia. Ao usar a microconstrução, a falante atribui responsabilidade ao interlocutor, que, de fato, faz os cálculos e chega à informação exata. Para esse uso, o marcador foi denominado *de exortação*.

Em (9), diferentemente, a microconstrução foi utilizada para introduzir uma constatação: a de que muitos jovens, que embora tenham condições de estudar, acabam abandonando a escola. O uso do verbo na primeira pessoa do singular do presente do indicativo reforça o ponto de vista do falante, de que é preciso incentivar as pessoas a estudarem. Para esse caso, denominamos o marcador como sendo de *constatação*, pois “a informação posta na sequência sempre se relaciona ao contexto precedente a fim de atestar o discurso do falante” (TEIXEIRA, 2015, p. 233).

O subesquema V_{EST}Loc foi composto por verbos de natureza estativa, *ser* e *estar*, e o locativo *aí*. Os usos desse subesquema estão associados a contextos em que se estabelece uma ênfase na relação entre o que é dito anteriormente e uma constatação, de forma a destacar a opinião/argumento que aparece em sequência, como podemos observar em (10) e (11):

(10) (39) Sra. I. - Ainda aprendi a lê e escrever, ainda aprendi, achu que eu fazia 3 continha por aí, e só.

(40) Arthur Ferreira - Só, né?

(41) Sra. I. - Só, a minha vida *é aí!* Depois é... Pronto cabô se por aí, cabô escola cabô tudo. Fomu trabalhar todo mundo na roça e o que aparecesse prá fazer né? E pronto. [...] (SRA. I. *A Brasília que não lê*. 29 mar. 2009).

(11) (156) Maria Arnete: Bom, eu acredito que o que eu queria saber já tá ai. Muito Obrigada,

(157) Sr. O. F.: Por nada! *Estamos ai* por qualquer coisa. (SR. O. F. *A Brasília que não lê*. 19 abr. 2009).

Em (10), a entrevistada descreve o que aprendeu e, ao ser questionada, constata com o *é aí* que a sua vida se restringe apenas a ler, escrever e fazer três continhas, estabelecendo a relação entre esse fato e o argumento apresentado posteriormente (*Depois é... Pronto cabô se por aí, cabô escola cabô tudo*). Assim como a microconstrução *é aí*, em (10), *estamos ai*, em (11), tem seu uso favorecido pela relação contextual entre o que é dito anteriormente e o que é

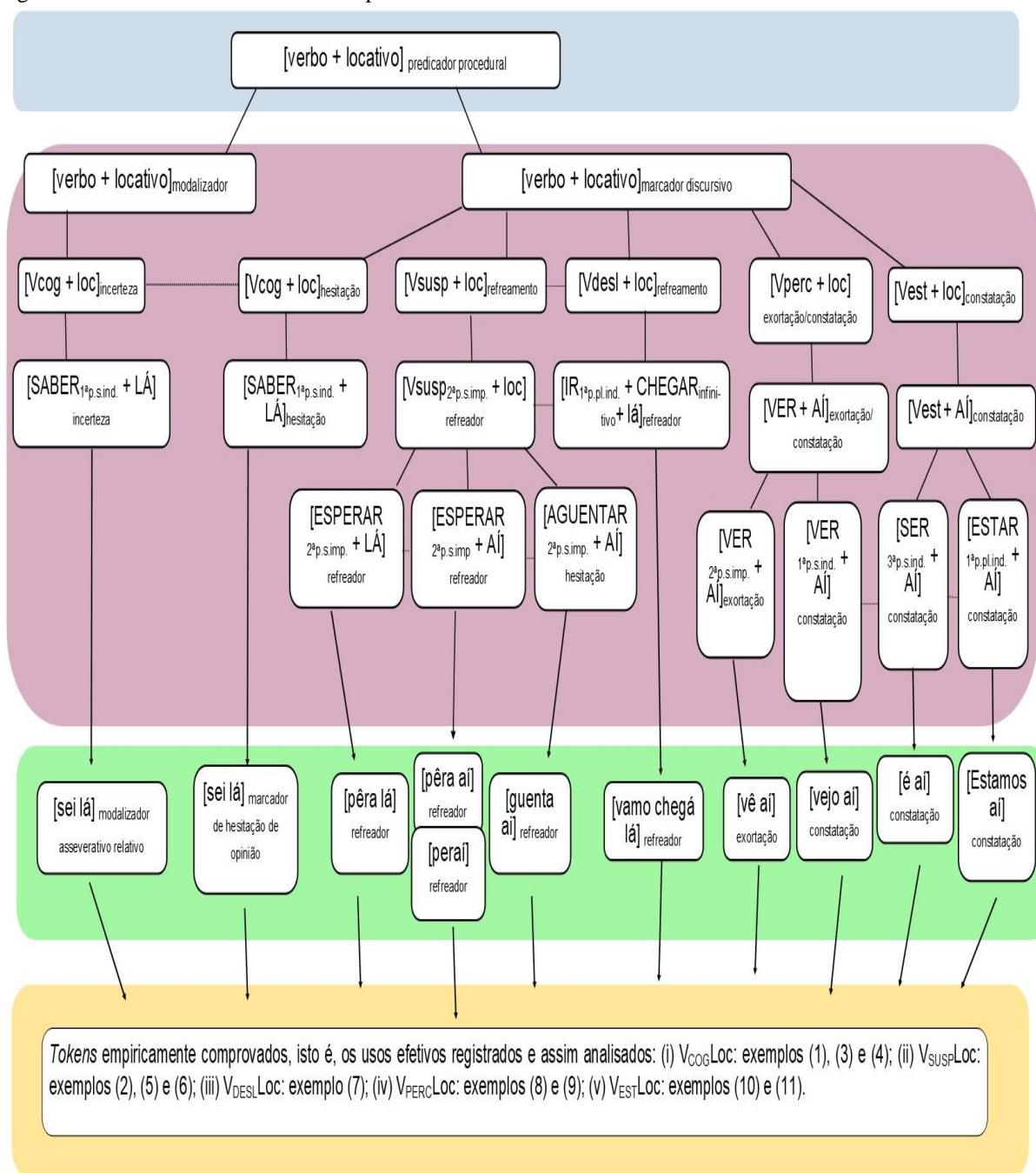
colocado em sequência. No caso, o Sr. O. F., ao utilizar o *estamos aí*, o faz com o intuito de afirmar que está à disposição de Maria Arnete, um sentido que é reforçado pela expressão *por qualquer coisa*. Nos dois casos, os usos das microconstruções estão associados à intenção comunicativa do falante, de constatar/reforçar o seu raciocínio: em (10), a respeito da sua vida escolar e, em (11), o fato de estar à disposição da entrevistadora caso ela precise retornar. Para esses casos, assumimos que o marcador é *de constatação*, assim como em (9).

Feitas as análises, constatamos: (i) diferentes padrões são instanciados pela construção VLoc; (ii) verbo e locativo constituem uma unidade de forma e sentido, isto é, as subpartes, verbo e locativo, não podem ser interpretadas isoladamente; (iii) as unidades formadas exercem funções procedurais, atuando no nível pragmático-discursivo: em nível macro, ora atua como modalizador ora como marcador discursivo, e, em nível micro, como asseverativo relativo, como marcadores de hesitação de opinião, de refreamento, de exortação e de constatação; (iv) as unidades são usadas para direcionar a dinâmica interacional: ora o foco está no falante, indicando subjetividade, ora no interlocutor, evidenciando intersubjetividade.

A construção VLoc procedural e sua rede construcional

Para a abordagem construcional, a língua é formada por uma rede de construções que se inter-relacionam e se afetam em maior ou menor grau, diretamente ou indiretamente. As relações são evidenciadas pelos nós e pelos *links*: nós, segundo Traugott e Trousdale (2013, p. 51) “[...] representam esquemas, outros subesquemas e outros *types* microconstrucionais”; *links*, conforme Goldberg (1995), permitem o compartilhamento de propriedades. A fim de explicar de que modo essa rede se manifesta com a construção VLoc procedural, apresentamos a Figura 2:

Figura 2 - Rede construcional de VLoc procedural



Fonte: elaboração própria.

Nessa Figura 2, representamos, no primeiro nível, identificado pela cor azul, o esquema mais geral e abstrato, [VLoc], composto por dois *slots*/espaços configuracionais: um para o verbo e um para o locativo.

No segundo nível, identificado pela cor roxa, relacionamos, primeiro, os dois grandes subesquemas – [Verbo + locativo] modalizador e [Verbo + locativo] marcador discursivo – e, depois, os padrões licenciados por cada um deles. Nesses padrões, especificamos, em primeiro lugar, a propriedade semântica do *slot* preenchido pelo verbo (V_{COG}Loc; V_{SUSP}Loc;

V_{DESL}Loc; V_{PERC}Loc; V_{EST}Loc), bem como as inferências pragmáticas registradas (incerteza, hesitação, refreamento, exortação e constatação); em segundo, elencamos os tipos de verbos (*saber, esperar, aguentar, ver, ser, estar*) e suas propriedades flexionais.

No terceiro nível, sinalizado pela cor verde, representamos as microconstruções, tipos individuais de construção cujos *slots* são totalmente preenchidos (*sei lá, pêra lá, pêra aí, perai, guenta aí, vâmo chegá lá, vê aí, vejo aí, é aí, estamos aí*) e que desempenham as microfunções (modalizador asseverativo relativo, marcadores de hesitação de opinião, de refreamento, de exortação e de constatação).

Por fim, no quarto nível, sinalizado pela cor laranja, indicamos os construtos, as ocorrências empiricamente atestadas, que estão devidamente identificadas pelos números dos exemplos.

Na rede construcional proposta, evidenciamos os *links* (cf. GOLDBERG, 1995), tanto vertical quanto horizontalmente. Analisando as relações verticais, os *links* de herança, percebemos que as microconstruções são geradas em sentido descendente (*top-down*), uma vez que herdam características dos subesquemas e, estes, por sua vez, se originam a partir do modelo convencionalizado, esquema superordenado e abstrato [VLoc].

Além das relações de herança, que acontecem entre níveis esquemáticos diferentes, as construções se relacionam entre si nos mesmos níveis hierárquicos. Notamos isso por meio dos *links* de polissemia e de subparte.

Como exemplos dos *links* polissêmicos, destacamos: (i) a ligação entre os subesquemas [V_{COG}Loc]_{incerteza} e [V_{COG}Loc]_{hesitação}, com o mesmo verbo, mas com extensão do valor semântico (incerteza > hesitação); (ii) a ligação entre os subesquemas [V_{SUSP}Loc] e [V_{DESL}Loc], com verbos diferentes, porém com o mesmo valor de refreamento; (iii) a ligação entre [V_{PERC}Loc] e [V_{EST}Loc], também com verbos diferentes, mas com o mesmo valor de constatação. Já o *link* de subparte pode ser observado no nível da microconstrução, entre *pêra aí* e *perai*, uma vez que correspondem ao seguinte percurso reducional: *espera aí > pêra aí > perai*.

Além dos *links*, notamos a possibilidade de mais de um verbo ocorrer no *slot* de um mesmo subesquema, gerando *types* diferentes, mas com funcionalidades similares. É o caso das microconstruções *pêra lá, guenta aí, pêra aí* e *perai*, que compartilham traços comuns tanto na forma (todas são constituídas por um verbo em segunda pessoa no imperativo + locativo) como no sentido (funcionam como marcador discursivo refreador).

Pela Figura 2, percebemos que o subesquema de marcador discursivo apresenta mais microconstruções do que a de modalizador, o que pode ser explicado por meio dos fatores

esquematicidade, produtividade e composicionalidade, nos termos de Traugott e Trousdale (2013). A esquematicidade diz respeito ao grau de generalidade das propriedades formais e funcionais de uma construção. Em nossa amostra, por exemplo, em decorrência da expansão a outros contextos de uso, o subesquema marcador discursivo apresenta maior possibilidade de preenchimento dos *slots* ocupados por verbos e locativos variados que o subesquema modalizador, que foi instanciado apenas com o *type sei lá*.

A esse fator estão associados ainda os fatores produtividade e composicionalidade. O primeiro diz respeito à frequência e é diretamente proporcional à esquematicidade, pois, quanto maior for a possibilidade de preencher os espaços vazios, mais produtiva uma construção se torna, uma vez que diferentes *types* podem ser instanciados. Como vimos, o subesquema marcador discursivo instanciou 10 microconstruções: *sei lá, é aí, pêra lá, guenta aí, pêra aí, perai, vâmo chega lá, vê aí, vejo aí e estamos aí*.

Sobre o fator composicionalidade, isto é, o grau de transparência entre forma e significado, podemos afirmar que a microconstrução *sei lá* é mais composicional quando ela exerce a função de modalizador, que, como vimos, possibilita a alternância pelo equivalente *não sei*. Na função de marcador discursivo, é, portanto, menos composicional, já que não permite esse tipo de substituição.

Considerações finais

Tendo em vista os usos da construção VLoc em nossa amostra, podemos afirmar que os padrões instanciados por ela são de diferentes naturezas. Além do modalizador, cujos usos indicam uma asseveração relativa, pois apresenta uma menor adesão do falante ao que é dito, as microconstruções funcionam também como marcador discursivo, estratégia usada para estabelecer relações entre as partes do texto e orientar o curso da situação comunicativa. Nessa função, registramos quatro subfunções: hesitação, refreamento, exortação e constatação.

Em todas elas, verbo e locativo configuram uma unidade de forma e sentido, com perda de propriedades sintáticas dos verbos e locativos: verbo não seleciona argumento interno e o locativo, ainda que pós-verbal, não tem valor circunstancial. Houve ainda, em alguns casos, alterações morfológicas com perda de flexão modo-temporal e número-pessoa do verbo.

No que se refere à rede taxonômica, a construção VLoc, ao ter seus usos estendidos a outros contextos em prol das necessidades comunicativas, mostrou-se altamente produtiva na

função marcadora discursiva, pois instanciou 10 *types*: *sei lá, pêra lá, guenta aí, pêra aí, perai, vâmo chega lá, vê aí, vejo aí, é aí, e estamos aí*.

Nossos resultados ratificam o pressuposto de que os itens linguísticos não funcionam sozinhos, ao contrário, apresentam relações formais e funcionais que só podem ser captadas se considerarmos outros fatores conjuntamente. No caso da construção que analisamos, ela constitui um pareamento de forma e de sentido, que não se enquadra, por exemplo, em categorias rígidas e discretas, como as que encontramos nas gramáticas de orientação normativa. Reconhecemos, assim, a necessidade de descrições e análises como as que apresentamos neste artigo, pois, com elas, podemos rever a natureza das categorias linguísticas, bem como refletir sobre padrões que emergem e que passam a fazer parte da língua.

Referências

- BORTONI-RICARDO, S. M. **A Brasília que não lê**. 2009. Disponível em: <http://www.stellabortoni.com.br/index.php/projetos/a-brasilia-que-nao-le/category/20-banco-de-dados>. Acesso em: mai. 2019.
- BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CROFT, W. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZÁRIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta**. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2013. p.13-39.
- GOLDBERG, A. **Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- OLIVEIRA, M. R.; SANTOS, L. P. Padrões de uso da expressão *sei lá* no português. **Signótica**, Goiânia, v. 23, n. 2, p. 363-384, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/sig/article/view/17529>. Acesso em: mar. 2020.
- ROSA, F. S. **As expressões *espera aí* e *espera lá* na perspectiva da gramaticalização**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.
- ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e a abordagem construcional da gramática. **ALFA**, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/8007/5854>. Acesso em: abr. 2018.

TEIXEIRA, A. C. M. **Padrões de uso de *vá lá* e *vamos lá* na norma brasileira do português**: micro-construções e gramaticalização. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

TEIXEIRA, A. C. M. **Construção verbal marcadora discursiva VLocMD: uma análise funcional centrada no uso**. 2015. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Sobre as autoras

Maria Alice Linhares Costa (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-1063-2514>)

Mestra em Letras: Linguagens e Representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); graduada em Letras - Língua Portuguesa, Língua Inglesa e suas respectivas literaturas pela mesma instituição.

Gessilene Silveira Kanthack (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-1352-436X>)

Doutora e mestra em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); graduada em Letras pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Realiza estágio de pós-doutorado na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). É professora do curso de Letras, do Programa de Pós-Graduação em Letras: Linguagens e Representações e do Mestrado Profissional em Letras da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).

Valéria Viana Sousa (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-8243-9281>)

Doutora em Letras (Linguística e Língua Portuguesa) pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); especialista em Língua Portuguesa pela PUC-MG; graduada em Letras pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). É professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Mestrado Profissional em Letras da UESB.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em agosto de 2020.

Níveis de vinculação semântico-sintática de *chega aí* no português do Brasil: uma análise centrada em contextos de uso

Levels of semantic-syntactic linkage of *chega aí* in Brazilian Portuguese: an analysis centered on contexts of use

Mariangela Rios de Oliveira¹
Monique Borges Ramos da Fonseca²

Resumo: Neste artigo, levantamos, classificamos e analisamos os níveis de vinculação semântico-sintática de *chega aí* no português contemporâneo do Brasil, fundamentados pela Linguística Funcional Centrada no Uso, nos termos de Rosário e Oliveira (2016) e Cezario e Furtado da Cunha (2013). Investigamos o impacto de propriedades contextuais que concorrem para a gradiência desses usos, nos termos de Bybee (2010). Identificamos, com base em Diewald e Smirnova (2012), quatro estágios contextuais de instanciação de *chega aí*: os típicos, correspondentes a predicado verbal prototípico; os atípicos, com ocorrência de polissemia e inferência; os críticos, em que se verificam ambiguidades múltiplas, incluindo as estruturais; os isolados, nos quais se constata função convidativa, no nível pragmático da língua.

Palavras-chave: Contextos de uso. Funcionalismo. Expressão *chega aí*. Mudança linguística.

Abstract: In this article, we survey, classify and analyze the levels of semantic-syntactic linkage of *chega aí* in contemporary Portuguese, based on Usage-based Language, in the terms of Rosário and Oliveira (2016) and Cezario and Furtado da Cunha (2013). We investigate the impact of contextual properties that contribute to the gradient of these uses, in terms of Bybee (2010). Based on Diewald and Smirnova (2012), we identified four contextual stages of instantiation of *chega aí*: the typical ones, corresponding to the prototypical verbal predicate; the atypical ones, with the occurrence of polysemy and inference; critics, in which there are multiple ambiguities, including structural ones; the isolated ones, in which an inviting function is found, at the pragmatic level of the language.

Keywords: Contexts of use. Functionalism. Expression *chega aí*. Linguistic change.

¹ Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Niterói; Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, São Gonçalo, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: mariangelariosdeoliveira@gmail.com.

² Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Niterói; Prefeitura Municipal de Saquarema, Saquarema; Prefeitura Municipal de Araruama, Araruama; Centro de Educação à Distância do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: moniquebrf@hotmail.com.

Introdução

Os resultados aqui expostos fazem parte de um projeto maior, desenvolvido pelos membros do Grupo de Estudos *Discurso & Gramática* – UFF³, voltado para a descrição e a análise de pareamentos de conteúdo e forma envolvidos na convencionalização de verbo e pronome locativo em português⁴. Resultados dessa investigação conjunta são apresentados em Rosa (2019), Oliveira (2018, 2019) e Teixeira (2015), entre outras fontes.

Neste artigo, temos como objetivo investigar e classificar os níveis de vinculação de conteúdo e forma envolvidos nos distintos contextos de *chega aí* no português contemporâneo do Brasil. Adotamos como suporte teórico os fundamentos da *Linguística Funcional Centrada no Uso* (LFCU), como se encontra no Brasil em Rosário e Oliveira (2016) e em demais fontes, como Traugott e Trousdale (2013), Hilpert (2014) e Bybee (2010; 2015). Partimos da taxonomia contextual proposta por Diewald e Smirnova (2012) para analisar o *cline* de vinculação semântico-sintática de *chega aí*, que confere a tais usos a marca sincrônica da gradiência linguística, como assumida por Bybee (2010).

Partimos da hipótese de que as características dos ambientes contextuais em que *chega aí* ocorre impactam diretamente as propriedades das subpartes verbal (*chega*) e pronominal (*aí*) envolvidas, estabelecendo-se níveis distintos de vinculação de conteúdo e forma entre tais subpartes, sem contudo, configurar ainda construcionalização gramatical, tal como assumida em Traugott e Trousdale (2013). A diversidade contextual referida concorre para que, no uso de *chega aí*, sejam detectados níveis variados de vinculação semântico-sintática, do menos para o mais integrado, como nos exemplos a seguir, extraídos do *Twitter*⁵:

(1) Só pra mostrar minha vovó na maior risada. Ela tem estado com umas complicações bem brabas de diabetes, alzheimer, coração... Altas paradas. Mas tem horas que conta cada história boa que ela mesma se acaba no riso. Já já a gente *chega aí* de novo vó, espera mais um cadim!

(2) Ai prefeito *chega aí* meu bom, uma pergunta, se os casos estão aumentando, porque você abriu o comércio?

Como podemos observar, em (1), o locutor comenta acerca de sua avó, descrevendo seu estado de saúde atual; após o comentário, declara que *Já já a gente chega aí de novo vó*.

³ Informações sobre o grupo podem ser obtidas no site <http://discursoegramatica.com/>.

⁴ Projeto CNPq *Afixóides de base espacial em construções gramaticais do português: neoanálise e analogização*

⁵ Todos os dados de *corpora* que ilustram o artigo são mantidos em seu formato original de registro.

Trata-se, efetivamente de um sujeito humano e animado (*a gente*), no caso, o próprio locutor, que vai se deslocar fisicamente (*chega*) à casa da avó (*aí*) para visitá-la. Consideramos, como Diewald e Smirnova (2012), ser esse o contexto mais referencial de uso de *chega aí*, no qual as subpartes se mostram menos vinculados e mais plenamente lexicais.

Já em (2), *chega aí* ocorre de modo mais integrado, na função de um tipo de chamamento, um convite para que o prefeito repense sobre a abertura do comércio em tempos de pandemia. Na verdade, o locutor, de modo distinto à ocorrência (1), não chama o prefeito para ir a lugar algum, mas sim o questiona de modo crítico. Os vocativos *ai prefeito* e *meu bom*, que são instanciados contiguamente a *chega aí*, reforçam a marca intersubjetiva desse fragmento e a função mais gramatical de *chega aí*, que se distancia dos traços prototípicos de um predicado verbal.

Embora, comparativamente a (1), o uso de *chega aí* no fragmento (2) apresente maior integração semântico-sintática, consideramos que ainda não é possível a detecção de um efetivo contexto finalizado de mudança linguística. Em outros termos, *chega aí* não apresenta, pelo menos por enquanto, as propriedades básicas da classe dos marcadores discursivos, tal como constatado por Teixeira (2015). Segundo a autora, o pareamento formado por verbo e pronome locativo na trajetória do português derivou em formas como *vem cá*, *vamos lá*, *espera aí* e *sei lá*, entre outras, instanciadas no nível pragmático, desvinculadas do plano sintático estrito, com função de pontuar o discurso.

Para dar conta de nossos objetivos e testar as hipóteses de trabalho, dividimos este artigo em três seções mais específicas. Na primeira, nos dedicamos à descrição de *chega aí*, com foco em suas partes constitutivas, respectivamente verbal e pronominal, na consideração de que as propriedades de cada uma dessas partes impactam o efeito de sentido do arranjo como um todo em contextos específicos. Na segunda seção, voltamo-nos para a apresentação do suporte teórico da LFCU, no destaque para a tipologia contextual que embasa nossa pesquisa; nesta seção ainda trazemos informes acerca da metodologia adotada. A terceira seção é dedicada à análise e à classificação dos contextos de uso de *chega aí*, na proposição de um *cline* de crescente vinculação semântico-sintática; constatamos que esse *cline* não atinge o ponto mais avançado de mudança linguística para as formações de verbo e locativo em português, como previsto e detectado por pesquisas anteriores, como as de Rosa (2019) e Teixeira (2015). Após, apresentamos nossas considerações finais, com a síntese do resultado do trabalho que até aqui desenvolvemos, acompanhadas de perspectivas de continuidade da investigação, seguidas por nossas referências bibliográficas.

O arranjo *chega aí*

Nesta seção, tratamos do verbo *chegar* e do locativo *aí*, como subpartes do arranjo *chega aí*, tanto à luz da gramática tradicional (GT) quanto na perspectiva da LFCU. Consideramos que traços constitutivos desses elementos são fundamentais para articulação semântico-sintática do pareamento instaurado.

No dicionário *Houaiss da Língua Portuguesa* (2012), constam as seguintes acepções para o verbo *chegar* e para o locativo *aí*, as quais são enumeradas em ordem de prototipicidade:

chegar v. {mod.1} *int.* **1** atingir o fim de um percurso de ida e/ou de vinda < *c. da Europa* > < *c. à reunião* > partir; *da Europa* e *à reunião* são circunstâncias que funcionam como complementos **2** alcançar um ponto no espaço ou no tempo **3** começar, acontecer < *a noite chegou* > *t.d.i.* **4** (prep. *a*) juntar duas coisas; aproximar < *c. o lenço à frente* > afastar *t.i.* **5** (prep. *a*) alcançar (quantia, valor) < *o lucro chega a 100 mil* > **6** (prep. *de, para*) ser suficiente; bastar, faltar, *pron.* **7** *achegar-se, aproximar-se* distanciar-se (HOUAISS, 2012, p. 160 - 161)

aí *adv.* **1** nesse lugar, próximo ao ouvinte < *o livro está aí na sua frente* > **2** no lugar a que se fez referência; lá, ali < *foi para a biblioteca e aí vai estudar* > **3** nesse aspecto, nesse ponto < *é aí que está o problema* > **4** nesse momento; então < *a noiva chegou e, aí, a festa começou* > **5** junto, anexado < *aí vai o dinheiro* >. (HOUAISS, 2012, p. 27)

Podemos constatar que o verbo *chegar* apresenta significação mais prototípica, voltada para o sentido de movimento com referência a espaço físico e mais concreto (*atingir o fim de um percurso de ida e/ou de vinda*), até noções mais abstratas (*alcançar um ponto no espaço ou no tempo; ser suficiente; bastar*). O locativo *aí* é elemento pronominal dêitico e também tem sentido mais concreto (*nesse lugar, próximo ao ouvinte*) e outros mais abstratos (*nesse aspecto, nesse ponto; nesse momento; então*). A constatação dos sentidos abonados em Houaiss (2012) já demonstra a polissemia de que se revestem ambas as subpartes aqui investigadas.

Chegar é um verbo de movimento, mas não indica duração de uma ação; trata-se do resultado de um deslocamento, sendo, portanto, primordialmente, uma ação pontual e tética. Desse modo, o uso mais prototípico do referido verbo é observado na referência ao resultado do deslocamento de algo ou alguém até atingir o alvo ou a meta. De acordo com Rocha e Sousa (2019, p. 138), *etimologicamente, o uso mais concreto do verbo chegar está para o sentido de vir, sendo este o sentido que apresenta mais marcadamente o traço semântico de [+ movimento] (direção de um ponto a outro)*. As autoras declaram que filólogos consideram

o verbo *chegar*, tendo em vista sua transitividade, como: “a. intransitivo (Ela já chegou); b. transitivo direto e indireto (Chegou às mãos a faca para cortar o mal); c. transitivo indireto (Chegou a Belo Horizonte hoje à tarde)”.

Nos compêndios gramaticais, *aí* é categorizado e listado na classe dos advérbios de lugar, conforme constatamos em Cunha e Cintra (1985) e Bechara (1999), entre outros. De acordo com Ilari *et al.* (2002), essa categoria exibe pouca nitidez, tem contornos difusos e é formada por elementos de natureza diversa, em termos formais e funcionais, partilhando, por isso mesmo, poucos traços em comum. Nesse sentido, podemos dizer que a classe dos advérbios exibe baixa prototipicidade e seus membros, como no caso do pronome *aí*, são passíveis de articular sentido polissêmico, de motivação metafórica, e sofrer alterações estruturais, de ordem metonímica, o que pode culminar em mudança linguística mais efetiva.

Oliveira (2011, p. 100) atesta, sob perspectiva funcional, que os locativos são distintos dos demais advérbios por apresentarem “foricidade e natureza pronominal”, por se tratar de “proformas que, em geral, têm o papel adicional de elementos de coesão, a serviço da progressão informacional, seja como mecanismo anafórico ou catafórico”. Sobre os pronomes locativos, afirma a autora:

[...] *ali*, por partilhar, em maior número de casos, frequência de uso, referência a lugar físico e ordenação pós-verbal, apresenta-se como locativo adverbial mais prototípico; após, encontra-se *aqui* e um pouco mais distante, *lá*; num ponto marginal da classe dos advérbios, situa-se *aí*, item com maior tendência à polissemia, à gramaticalização e à ordenação pré-verbal. (OLIVEIRA, 2011, p.100)

Em *chega aí*, destaca-se a perspectivação dêitica, que se manifesta tanto pela telicidade e sentido de descolamento espacial da subparte verbal *chega*, quanto pela referência a um ponto próximo do interlocutor articulada pelo pronome *aí*. De acordo com Batoréo (2000), esse pronome tem *granulidade*⁶ *fina ou estreita*, ou seja, aponta para espaço mais definido, um ponto específico próximo à segunda pessoa, o que o distingue, por exemplo, de formas como *cá* ou *lá*, cujo ponto de referência é vasto e inespecífico.

A perspectivação dêitica articulada por *chega aí*, observada nas sequências textuais em que é usado, concorre para um dos processos cognitivos básicos, segundo Diessel (2017), envolvidos no uso e na mudança linguística. Trata-se da *cognição social*, definida como o

⁶ Termo oriundo da Inteligência Artificial, de acordo com Batoréo (2000, p. 439), que define as diferenças nas regiões-de-vizinhança dos conjuntos. Segundo tal perspectiva, os locativos podem ser distribuídos pelos dois subsistemas de granulidade – vasta ou fina/estreita.

conjunto de práticas pelas quais os interlocutores estabelecem acordos voltados para o partilhamento de pontos de vista, crenças e propósitos comunicativos, entre outros. Tal definição corresponde, em muitos pontos, ao postulado por Traugott e Dasher (2002) acerca da *inferência sugerida*⁷, que também se funda na premissa de que a interação é um evento conjunto e partilhado, construído por locutores e interlocutores por intermédio de inferências, pressupostos e outros.

Para Diessel (2017), uma das estratégias básicas da cognição social é a chamada *atenção conjunta*, que requer a centração dos usuários num *ponto dêitico*, na orientação de um foco para o qual a atenção é dirigida. Assim, no caso de *chega aí*, esse foco pode se manifestar: a) de modo mais concreto, na referência a espaço geográfico, como observamos no fragmento (1), com *Já já a gente chega aí de novo vó, espera mais um cadim!*; b) de modo mais abstrato, na referência a sentido convidativo e intersubjetivo, tal como em (2), com *Ai prefeito chega aí meu bom, uma pergunta*.

Referencial teórico-metodológico

O viés teórico que nos orienta é fruto da contabilização mais recente de pressupostos do Funcionalismo norte-americano clássico com a abordagem construcional da gramática, de vertente cognitivista, a que nomeados LFCU, nos termos de Furtado da Cunha e Lacerda (2017), Rosário e Oliveira (2016) e Cezario e Furtado da Cunha (2013), entre outros. Em nível internacional, a LFCU parte das contribuições como as de Traugott e Trousdale (2013), Hilpert (2014) e Bybee (2010, 2015). Nessa perspectiva, os usos linguísticos são compreendidos como motivados por três tipos de pressão, que atuam de forma combinada: a) a pragmático-discursiva, relativa a propriedades intra e extralinguísticas que impactam os contextos de uso; b) a cognitiva, atinente aos processos de domínio geral que moldam a configuração linguística, como referidos por Diessel (2017) e Bybee (2010); c) a estrutural, correspondente à própria organização dos esquemas convencionais da gramática, que atuam como força modelar para a sistematização de novos usos.

De acordo com a vertente cognitivista da LFCU, a língua é considerada como inventário de construções, ou seja, como conjunto de esquemas convencionais de pares de conteúdo e forma. Traugott e Trousdale (2013, p. 8) representam o referido pareamento como [[Forma] <---> [Conteúdo]], no qual a seta bidirecional especifica a relação biunívoca entre forma e conteúdo, com os colchetes externos fazendo a indicação de que se trata de uma

⁷ Nossa tradução para o termo original *invited inference*.

construção, ou seja, de uma unidade convencionalizada. Nessa abordagem, de acordo com os mesmos autores, se destacam três fatores de análise, concebidos de forma gradiente. Rosário e Oliveira (2016, p. 244), assim os definem:

[...] *esquematicidade* diz respeito a escopo construcional (o grau de generalidade das propriedades formais e funcionais da construção); *produtividade* com vitalidade construcional (com que frequência novas instâncias podem ser geradas por um esquema construcional), e *composicionalidade* com alinhamento construcional (em que medida um esquema construcional é criado de maneira previsível ou não a partir de seus componentes).

Levando em conta os fatores citados, podemos considerar que *chega aí* é um pareamento específico e menos esquemático, um *type*, nos termos de Bybee (2015), ou uma microconstrução, para Traugott e Trousdale (2013). Outra constatação é que se trata de um arranjo que exhibe nível mais alto de composicionalidade, dado que, mesmo em usos mais vinculados e abstratos de *chega aí*, como na função de expressão convidativa, ilustrado em (2), ainda é possível detectarmos a manutenção de alguns traços categoriais de suas subpartes, respectivamente, verbal e pronominal.

Com base em Traugott e Trousdale (2013), podemos considerar que os distintos níveis de vinculação semântico-sintática de *chega aí*, revelados por seus contextos de uso, são evidência de *mudanças construcionais*, ou seja, de alterações que se dão basicamente ao nível de um dos eixos da construção, no nosso caso específico, ao nível do conteúdo. Para os referidos autores, esse tipo de mudança pode não chegar à etapa final, ou seja, à construcionalização, com a criação de um novo e inédito pareamento na língua. Neste artigo, assumimos justamente que os distintos *clines* de vinculação de *chega aí* ainda nos mostram um processo de mudança não efetivado completamente, dado que não podemos considerar a função convidativa, ilustrada em (2), interpretada como a mais abstrata desse arranjo, como evidência de construcionalização.

Por outro lado, os *clines* de vinculação de conteúdo e forma de *chega aí* evidenciam níveis crescentes de automatização, nos termos de Diessel (2017). Conforme o autor, podemos afirmar que, na medida em que esse arranjo vai perdendo composicionalidade, afastando-se de um prototípico predicado verbal, como em (1), e migrando para usos mais abstratos e polissêmicos, como em (2), vai sendo formada uma só unidade de processamento cognitivo, ou um *chunk*, de acordo com Bybee (2010). Segundo esses autores, padrões de uso que ocorrem em proximidade e frequência significativas impactam a representação

linguística, tornando-se fortes candidatos a serem processados como uma só unidade de conteúdo e forma.

Outra contribuição funcionalista que vai na mesma linha é a de Erman e Warren (2000), ao proporem que os usos linguísticos se organizam em torno de dois princípios, distintos e complementares. Um deles é o da *livre escolha*, segundo o qual os usuários têm liberdade e autonomia para selecionar e combinar palavras ou itens, de modo criativo, particular e autoral. Por outro lado, esses mesmos usuários estão submetidos ao princípio *idiomático*, que leva em conta a pressão de uma série de convenções, de expressões mais ou menos fixas, de que se deve necessariamente lançar mão com vistas à intercompreensão. No tratamento do princípio idiomático, as autoras destacam o papel da unidade pré-fabricada (UPF), definida como a combinação de, pelo menos, dois constituintes, fixada a partir da frequência e da regularidade com que são usados e processados tais constituintes na comunidade linguística. Conforme Erman e Warren (2000), as UPF se distribuem linguisticamente num *cline*, que vai do nível lexical, passando ao gramatical, chegando ao pragmático e podendo atingir o ponto da redução estrutural, com erosão de forma. Assim posto, consideramos que *chega aí* é uma UPF que se situa em níveis gramaticais distintos: como predicado verbal, em (1), temos uma unidade sintática, como expressão convidativa; em (2), *chega aí* passa a migrar para o nível pragmático, sem, contudo, finalizar tal migração.

Com Bybee (2010), identificamos nos distintos usos e níveis de vinculação de *chega aí* a marca da *gradiência* linguística. Em outros termos, consideramos que os contextos de instanciação de nosso objeto de pesquisa ratificam a consideração da língua como um sistema adaptativo complexo. Desse modo, ao lado da regularidade necessária e garantidora da interação social, revela-se também a instabilidade e a mutabilidade, motivadas pela combinação de distintas pressões envolvidas nas práticas interativas cotidianas.

Na LFCU, assumimos que a mudança linguística ocorre em contextos específicos de uso, que itens não passam por inferências e ambiguidades, gerando neoanálises via polissemia ou reconfiguração sintática, de modo isolado. Assim considerando, adotamos aqui a proposta de taxonomia contextual proposta por Diewald e Smirnova (2012).

Essa formulação, originalmente elaborada para dar conta da mudança por gramaticalização, pode, como propõe Traugott (2012), ser adotada para contemplar a investigação de *clines* contextuais rumo à construcionalização gramatical. Em outros termos,

rumo à criação de um novo pareamento de conteúdo e forma de sentido procedural⁸ na língua, como advogam Traugott e Trousdale (2013) e Hilpert (2014).

A seguir, trazemos o Quadro 1, com base em Diewald e Smirnova (2012). Apresentamos a taxonomia elaborada pelas autoras, ilustrada com dados retirados do Twitter, em junho de 2019.

Quadro 1: Tipos de contextos em construcionalização gramatical a partir de Diewald e Smirnova (2012)

Estágio	Contexto	Características	Tipos de construção
I- Precondições da construcionalização gramatical	Contexto atípico	Implicaturas conversacionais	Sem tipo particular de construção; composicional
II- Desencadeamento da construcionalização gramatical	Contexto crítico	Opacidade múltipla	Expressões idiomáticas extragramaticais
III- Reorganização e diferenciação	Contexto isolado	Itens polissêmicos/heterossêmicos	Expressões idiomáticas formal ou lexicalmente abertas
IV- Integração paradigmática	Contexto paradigmático	Oposições/distinções paradigmáticas com significados relacionais reduzidos, isto é, significados gramaticais	Escolhas paradigmáticas a partir de um esquema construcional abstrato

Fonte: Rosa (2019, p. 70).

De acordo com o Quadro 1, Diewald e Smirnova (2012) consideram que a mudança linguística se inicia no Estágio 1, correspondente a contexto *atípico*. Nesse ambiente, ocorrem somente implicaturas conversacionais, como inferências sugeridas (TRAUGOTT; DASHER, 2002), a partir das quais, via atenção conjunta (DIESSEL, 2017), o centro dêitico se abstratiza, com preservação do maior nível de composicionalidade das subpartes envolvidas. Como um dos critérios para definição da atipicidade contextual, estabelecemos o fato de o sujeito da subparte verbal de *chega aí* ocupar lugar periférico nessa categoria sintática, como no fragmento (3):

(3) Vc mora no Piauí. Nenhuma decisão tomada por carioca *chega aí*.

Observamos que, em (3), o sujeito *nenhuma decisão tomada por carioca*, semanticamente abstrato e estruturalmente complexo, concorre para a atipicidade de *chega aí*.

⁸ Os autores dividem a construcionalização em dois tipos: a) lexical, voltada à articulação de conteúdos mais plenos, como os idiomatismos, os esquemas nominais e verbais; b) gramatical, que atua na expressão de conteúdos procedurais, atinentes, por exemplo, às relações lógicas e conexionais.

O sentido mais pleno e télico de *chegar* bem como a referência locativa do pronome *aí* se encontram esmaecidos. Ainda assim, consideramos que *chega aí*, em situações de uso como (3), instancia uma UPF gramatical, articulando predicado verbal.

O próximo estágio contextual é o II, denominado por Diewald e Smirnova (2012) como contexto *crítico*. Nessa fase, considerada mais avançada no *cline* de mudança linguística, para além de metaforização, detectada no Estágio I, temos opacidade múltipla, com possibilidade de reinterpretação metonímica. Assim, não somente o conteúdo passa por alteração, mas também a estrutura é impactada, tal como exemplificamos em (4):

(4) Um carro de US\$ 25k *chega aí* por R\$200k, nao tem noção isso!

Em contextos como (4), o sujeito de *chega* é, na verdade, o preço do carro, que se encontra referido metonimicamente como *um carro de US\$25K*. A seguir, posposto a *chega aí*, temos o sintagma *por R\$200K*, na articulação do sentido do preço estimativo do carro e que pode ser tomado como o espaço de apontamento do locativo *aí*. Com tal configuração sintática, podemos considerar algumas possibilidades segmentacionais: a) [Um carro de US\$ 25k] [*chega aí* por R\$200k]; b) [Um carro de US\$ 25k *chega aí*] [por R\$200k]; c) [Um carro de US\$ 25k *chega*] [*aí* por R\$200k]. Para Diewald e Smirnova (2012), contextos críticos, tal como o ilustrado em (4), são ambientes propícios para a deflagração da mudança linguística.

Na gradiência contextual proposta pelas autoras, da fase crítica II chega-se à fase isolada III, esta assim nomeada porque se distingue dos usos (a)típicos iniciais, diferenciando-se como distinto item, com nova função e novo formato. No estágio isolado, incrementa-se a automatização, com maior vínculo de conteúdo e estrutura dos elementos em fase de mudança, criando-se um *chunk*. O fragmento (5), a seguir apresentado, ilustra esse estágio contextual de *chega aí*:

(5) Oi, não sei tudo sobre macumba, mas muita gente tem curiosidade e ao mesmo tempo receio de perguntar com medo de ofender. Se quiser, *chega aí* (e provavelmente eu não vou saber de muito mais coisa do que o contrário, daí perguntamos pro twitterreiro keke)

Em (5), o locutor invoca seu interlocutor, convidando-o a partilhar sua curiosidade e interesse por assuntos de *macumba*. Nesse contexto, *chega aí*, antecedido pela condicional *se quiser*, apresenta-se mais fortemente vinculado, num tipo de função a que estamos nomeando de *convidativa*. Nesse estágio, diminui fortemente a composicionalidade das subpartes verbal

e pronominal, fazendo com que *chega aí* possa ser classificado como uma UPF que começa a atingir o nível pragmático, nos termos de Erman e Warren (2000). Ainda que não estejamos diante de um prototípico marcador discursivo, considerado por Teixeira (2015), em pesquisa histórica dos tipos de vinculação da sequência verbo e locativo no português, como etapa de construcionalização gramatical, assumimos ser essa a configuração mais vinculada das instâncias de uso de *chega aí* no português contemporâneo do Brasil.

Com relação ao estágio IV, correspondente à integração paradigmática, consideramos que ainda não foi atingido integralmente por nosso objeto de pesquisa. Nessa fase, a mudança linguística, ou construcionalização gramatical, é consolidada pelo ingresso de novo elemento em paradigma da língua. Trata-se da reta final de etapas contextuais subsequentes de mudança, que, em relação a *chega aí*, assumimos que ainda não se consolidou. Instâncias de uso de *chega aí* devem evidenciar, no estágio IV, quatro traços prototípicos da classe dos marcadores discursivos, que se sumarizam, de acordo com Heine, Kaltenböck e Kuteva (2019), em: invariabilidade estrutural, autonomia sintática, distinção prosódica e função relacional pragmático-discursiva. Esses traços, de acordo com nossos resultados, ainda não são detectáveis plenamente.

Em termos metodológicos, de acordo com os postulados clássicos funcionalistas, nosso objeto de estudo é investigado em contextos efetivos de uso. Adotamos aqui um viés de análise eminentemente qualitativo, com algumas considerações de ordem quantitativa. Para a coleta de dados, nos concentramos na busca por registros de *chega + aí* em *corpora* eletrônicos. Com base em verificações preliminares de que *chega aí* é instanciado preferencialmente em textos orais dialógicos ou de interação com o interlocutor, na fase contemporânea do português do Brasil, fizemos nossa busca no *Corpus do Português Now*⁹ e no *site* de relacionamento *Twitter*¹⁰.

O levantamento das instâncias de uso de *chega aí* no *Now* apresentou resultados relevantes. O primeiro deles é que se trata de padrão de baixa frequência *token*, nos termos de Bybee (2010), ou de baixa produtividade, para Traugott e Trousdale (2013). No site referido, com pouco mais de um bilhão de palavras, registradas em textos do português de 2012 a 2019, a coleta exaustiva de usos de *chega aí* chegou somente a 38 dados gerais¹¹. Desses dados, sete se referem ao português europeu e, assim, foram descartados, ficando 31 dados do

⁹ Disponível em <https://www.corpusdoportugues.org/now/>.

¹⁰ Disponível em <https://twitter.com>.

¹¹ Na verdade, foram levantados inicialmente 41 dados, mas foram descartados casos de repetição na lista fornecida pelo *Now*, o que levou o número final para 38 dados gerais.

português do Brasil para análise. Nesse sentido, além da baixa produtividade referida, constatamos que *chega aí* é tendência de uso da variedade do português brasileiro.

A fim de expandir a observação de nosso objeto de estudo em contextos de interação virtual e chegar a número maior de dados, optamos pela busca de instâncias de uso de *chega aí* no site de relacionamento *Twitter*, por intermédio do comando *search* “*chega aí*”. Esses dados foram coletados nos dias 3 de fevereiro e 15 de junho de 2020, com a seleção dos dez primeiros registros de cada dia, independentemente do contexto em que foram usados.

Assim, aos 31 dados do *Now* foram acrescidos 20 dados do *Twitter*, perfazendo 51 fragmentos em análise. Mesmo com tal acréscimo, optamos por fazer uma análise qualitativa, privilegiando os contextos de ocorrência de *chega aí*, focalizando as propriedades que motivam distintos níveis de vinculação semântico-sintática desse arranjo. Nessa análise, considerações de ordem quantitativa também são feitas, resguardando-se, todavia, o caráter situado das mesmas, face ao limitado número de dados levantados.

Contextos de uso da expressão *chega aí* no PB

Esta seção, dedicada à análise dos contextos de instanciação de *chega aí* no português contemporâneo do Brasil, se encontra dividida em três subseções, com base na taxonomia proposta por Diewald e Smirnova (2012), tal como apresentada na seção anterior.

Contexto típico

De acordo com Diewald e Smirnova (2012), contextos desse tipo são estáveis e paradigmáticos, não manifestando tendência de mudança linguística, por isso não figuram no Quadro 1, anteriormente apresentado. De nossa parte, consideramos relevante ilustrar esse tipo contextual, na demonstração do uso mais básico e lexical de *chega aí*. Assim, iniciamos a análise por instâncias de uso que revelam maior composicionalidade. Trata-se da articulação de predicado verbal, na qual constatamos a relação sintática entre um sujeito humano, agentivo e volitivo que *chega*, deslocando-se num espaço físico, a um local (*aí*), tal como:

(6) A reportagem visitou a AMA do Jardim São Jorge, na Zona Oeste, e encontrou falta de médicos. "Você *chega aí* e não consegue nem fazer a ficha. Eles já te liberam e falam que não tem como atender, não tem médicos", disse a assistente administrativa Eliane Bezerra. (*Now* – O Globo.com)

Em (6), temos um trecho de reportagem a respeito do fechamento e das más condições de funcionamento das unidades de Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) no estado de São Paulo. Em visita à AMA de Jardim São Jorge, Eliane Bezerra, que ocupa a função de assistente administrativa, se pronuncia à equipe de reportagem da seguinte maneira: *Você chega aí e não consegue nem fazer a ficha*. Nessa declaração de Eliane, o verbo *chegar* indica o fim do trajeto que alguém percorre até se encontrar na AMA de São Jorge na Zona Oeste de São Paulo, o qual é retomado anaforicamente pelo locativo *aí*, que aponta para a unidade de saúde. Nessa organização semântico-sintática, o sujeito *você* (indeterminado, humano e agentivo e volitivo) efetivamente *chega até aí* (a AMA do Jardim São Jorge).

Esse tipo de ocorrência é pouco frequente nos dados que levantamos. Dos 31 fragmentos de pesquisa do *Now*, somente cinco constituem contextos típicos. Também no *Twitter*, foi mantida a baixa produtividade de *chega aí* em usos mais referenciais, ilustrada a seguir:

(7) alguém *chega aí* na lanchonete pra bater um papo cmg, eu pago uma gelada ou um chopp

No dado (7), temos, como em (6), um tipo de configuração sintática na qual o sujeito *alguém* (indeterminado, humano, agentivo e volitivo) *chega até aí* (cataforicamente preenchido por *na lanchonete*). O ponto de maior distinção de (7) em relação a (6) é que se trata agora de uma sequência injuntiva, de um pedido do locutor, que, estando sozinho por conta da pandemia, invoca uma companhia para partilhar uma bebida gelada. Marcas da subjetividade desse pedido estão, por exemplo, no uso pronominal *um papo cmg* (comigo) e no predicado verbal *eu pago*.

O olhar sobre instâncias de uso de *chega aí* em contexto típico aponta, além da baixa produtividade, a formação de uma UPF sintática, em predicado verbal prototípico, e com alto nível de composicionalidade, dada a integridade semântico-sintática das duas subpartes envolvidas. Em termos cognitivos, observamos que a atenção conjunta é dirigida para ponto dêitico externo, como no caso da AMA do Jardim São Jorge, em (6), e da lanchonete, em (7).

Contexto atípico

A atipicidade contextual nos usos de *chega aí* é flagrada quando a subparte verbal passa a se referir a sujeito menos prototípico, com traços de maior abstração, além de menor ou nula agentividade e volição. Esse tipo de derivação de sentido impacta não só a forma

verbal *chega* como também o pronome *aí*, instaurando-se condições favoráveis à polissemia, como a seguir:

(8) De repente você vai se pegar acordando às seis horas da manhã para ver seu cavalo na pista, uma vez que os treinos dos animais são no início do dia. # Passado os primeiros treinos, ele vai aprender a largar. Sim, eles são treinados para quando o partidor abrir saírem correndo a toda velocidade. Esta também é uma parte muito legal do processo e quando *chega aí* está muito próximo de estrear nas pistas. # A sua ansiedade será muito grande, afinal, seu cavalo logo estará vestindo a sua farda e lhe representando. (*Now* - Blogue)

Observando-se o fragmento (8), que relata a experiência do locutor com seu cavalo em corridas, constatamos que o sujeito de *chega* está codificado como anáfora zero, retomando a referência anterior *uma parte muito legal do processo*. Como *chega aí* se refere a esse sujeito distante do eixo categorial de sua classe, tal condição concorre para que as propriedades prototípicas das subpartes verbal e pronominal também se encontrem mais esmaecidas. Tal derivação polissêmica permite atribuir sentido temporal a *chega aí*, correspondente a algo como *atinge esse ponto*.

Se levarmos em conta que uma das trajetórias funcionalistas clássicas de derivação de sentido reside no *cline espaço > tempo > texto*, correspondente à teoria localista (BATORÉO, 2000), então podemos considerar este *cline*, em seu segundo estágio (tempo), como correspondente à atipicidade contextual de *chega aí*. Nas postagens do *Twitter* coletadas, detectamos esse uso também, como ilustrado em:

(9) Noite há horas te espero e você não *chega ai* meu coração

No fragmento (9), o locutor, em discurso direto e sequência injuntiva, se dirige à noite, que é esperada, desejada e ainda invocada na parte final, por intermédio de *meu coração*. O fato de *noite* ser um nome que faz referência temporal confere também à forma verbal *chega* e ao pronome *aí* a marca de maior abstração e subjetividade. Trata-se, nesses casos, da atuação da inferência sugerida (TRAUGOTT; DASHER, 2002), com o convite do locutor ao interlocutor para partilhar o ponto de vista daquele.

De acordo com Diessel (2017), em termos cognitivos, podemos considerar que o ponto dêitico de atenção conjunta, nos contextos atípicos de instanciação de *chega aí*, se desloca do espaço físico para o espaço temporal. Por outro lado, consideramos que se trata

ainda de uma UPF sintática e mais composicional, com preservação dos traços básicos das categorias verbal e pronominal, respectivamente. Em termos quantitativos, registramos poucos dados desse tipo de uso, o que pode ser atribuído, talvez, à natureza das fontes pesquisadas. No *Now*, por exemplo, dos 31 fragmentos coletados, somente cinco foram classificados nessa categoria, que corresponde ao mesmo número que encontramos para os contextos típicos. No *Twitter*, essa baixa produtividade foi confirmada.

Contexto crítico

De acordo com Diewald e Smirnova (2012), tal como apresentado no Quadro 1, a criticidade contextual é verificada quando, além de ambiguidade inferencial, própria do contexto atípico, tem-se ambiguidade estrutural. No *cline* da mudança linguística, esse tipo de contexto que impacta a forma é considerado estágio mais avançado, dado que, em termos funcionalistas, corresponde à etapa subsequente à alteração no âmbito do conteúdo.

De acordo com as autoras, contextos críticos, por se tratar de fase que desencadeia construcionalização gramatical, são menos produtivos, registrados em menor frequência. Essa pode ser a razão de não termos ocorrências desse tipo de uso no *Twitter* e de somente levantarmos dois dados, dos 31 pesquisados, no *Now*, que são aqui analisados.

A investigação desses dados, em que pese sua diminuta frequência, nos permite constatar que o ambiente motivador para articulação de contexto crítico é aquele em que, posposto a *chega aí*, se ordena um sintagma preposicionado, voltado para a articulação de conteúdo quantitativo, como em:

(10) Segundo Eures Ribeiro (PSD), presidente da UPB e prefeito de Bom Jesus da Lapa, ele próprio demitiu 250. O tamanho do estrago ainda não foi contabilizado, mas Eures afirma que não é exagero dizer que o número de novos desempregados *chega aí* à casa de 20 mil. # – É disso para mais. Tivemos que demitir. A receita caiu, o índice de gastos com pessoal subiu. Ou demitia ou se complicava. (*Now* - A tarde *on line*)

Como podemos observar, em (10), a ambiguidade é incrementada por conta de novas possibilidades interpretativas também ao nível da estrutura. Em termos semânticos, o sujeito *o número de novos desempregados*, tal como referido em (8) e (9), confere a *chega aí* a marca da polissemia, com abstração de sentido dessas subpartes. Por outro lado, temos em (10), posposto a *aí*, o sintagma *à casa de 20 mil*, que informa cataforicamente acerca do número médio de novos desempregados; nesse arranjo, instaura-se também sentido aproximativo e

inferencial, correspondente a *em torno de 20 mil* (desempregados). Portanto, esse tipo de organização sintática impacta não só o *status* semântico de *chega aí*, como também permite neanálises¹² em termos metonímicos. Nesse caso, poderíamos ter: a) [o número de novos desempregados] [*chega aí* à casa de 20 mil]; b) [o número de novos desempregados *chega*] [*aí* à casa de 20 mil]; c) [o número de novos desempregados *chega aí*] [à casa de 20 mil]. Essa opacidade múltipla, que atinge conteúdo e forma, também é verificada no segundo dado coletado:

(11) Cinquenta por cento de tudo que se produz de cateto e queixada é destinado ao mercado de matriz e reprodutores, para formar novos criatórios. Os outros 50% vão para o abate que, por enquanto, abastece principalmente os restaurantes de alta gastronomia. Isso devido ao custo, que para o consumidor final, *chega aí* por volta de R\$ 80 o quilo”. (Now – G1 Globo)

No comentário acerca da atividade pecuarista no Brasil, o locutor, em (11), traz a seu interlocutor uma série de informes sobre esse mercado e sua capacidade produtiva. Para tanto, entre outras estratégias textuais, utiliza a declaração estimativa, acerca do sujeito *custo* (de produção), que *chega aí por volta de R\$ 80 o quilo*. Tal como (10), temos aqui uma declaração marcada por ambiguidade múltipla, tanto em termos semânticos quanto sintáticos.

Embora dados como (10) e (11) revelem menor composicionalidade na instanciação de *chega aí* face aos de (6) a (9), consideramos que a automatização ou *chunk* ainda não se efetiva de modo mais cabal no contexto crítico. Do ponto de vista cognitivo, podemos considerar que a atenção conjunta articulada nesse ambiente centra-se num ponto dêitico mais abstrato e subjetivo ainda, que se volta para articulação de sentido quantificador estimativo. Em termos de UPF, ocorrências de *chega aí* em contextos críticos são ainda consideradas unidades gramaticais, embora mais avançadas nesse nível, dado que articulam sentido circunstancial.

Contexto isolado

Do conjunto dos 51 dados em análise, a maior frequência de instancicações de *chega aí* fica por conta da articulação de sentido convidativo, em que verificamos maior

¹² Adotamos aqui, como Traugott e Trousdale (2013) e Andersen (2001), o termo *neonanálise* no lugar de *reanálise*, por entendemos que os usuários fazem novas e inéditas interpretações, ao nível do conteúdo e da estrutura.

automatização, com menor composicionalidade das subpartes. No banco de dados *Now*, 19 dos 31 dados se referem a usos desse tipo.

Do ponto de vista textual-discursivo, *chega aí* nesses contextos ocorre em sequências de natureza injuntiva, como um convite, uma proposta feita pelo locutor em alto nível de intersubjetividade, tal como:

(12) Na segunda-feira, o jovem utilizou sua conta em o Instagram para mostrar os bastidores da gravação, realizada no estacionamento da unidade prisional e anunciar o vídeo desta terça-feira. "Amanhã vai sair um vídeo que eu vou sair pra gravar agora. Vem coisa pesada por aí", disse em um stories. "Tô aqui com o Belém. *Chega aí*, Belém. Tamo junto, Belém. *Chega aí*, Paraíba, Minas Gerais. Vamos meter o terror, viu?", prossegue, em outra postagem. O uso de apelidos referentes a cidades ou estados também ecoa os personagens de *La Casa de Papel*, que se identificam como Tóquio, Berlim, Rio e outros locais por o planeta. (*Now* - Veja.com)

Em (12), temos uma notícia sobre as atividades de postagem de um jovem *youtuber* a respeito da gravação de uma pegadinha relacionada à série *La Casa de Papel*, exibida pela Netflix. Em alusão à mencionada série, ele se dirige aos interlocutores via designação de lugares (Belém, Paraíba e Minas Gerais): *Tô aqui com o Belém, chega aí, Belém. Tamo junto, Belém. Chega aí Paraíba, Minas Gerais. Vamos meter o terror, viu?* Nessa declaração, constatamos o convite para que os interlocutores se aproximem de seu ponto de vista, acompanhem e compartilhem seus valores e crenças (*Tamo junto; Vamos meter o terror, viu?*). Não se trata, portanto, de pedido de deslocamento físico a um ponto espacial qualquer, mas sim da sugestão para compartilhamento de opinião e ponto de vista, num tipo de inferência intersubjetiva e de natureza pragmática. Trata-se do mesmo tipo de articulação verificado na maioria dos dados levantados do *Twitter* também:

(13) Comentarista de reality show, respeito opiniões contrárias e aqui comentamos como se estivéssemos em uma roda de amigos. *Chega aí!* ~fan account.

No fragmento (13), detectamos a função convidativa de *chega aí* nesse tipo contextual, aqui usado como sentença exclamativa, numa só unidade semântico-sintática. O convite, nesse caso, está direcionado aos usuários do *Twitter* que acompanham um *reality*

show, a fim de que se aproximem virtualmente do locutor e aceitem seu convite para *estar em uma roda de amigos*, espaço virtual e afetivo.

Cognitivamente, consideramos que a atenção conjunta perspectivada pelo contexto isolado de *chega aí* aponta para espaço em mais alto nível de abstração e intersubjetividade. Classificamos *chega aí* nesses ambientes como uma UPF pragmática, nos termos de Erman e Warren (2000), uma vez que não faz parte, de modo mais efetivo, do nível gramatical *stricto sensu*, já que sua atuação está voltada para negociação e monitoramento do fluxo textual. Trata-se de um *chunk*, conforme Bybee (2010), uma unidade que atua fortemente pareada, em termos de conteúdo e forma, e se configura como o estágio contextual mais avançado de mudança gramatical de *chega aí*. Por outro lado, como assumimos anteriormente neste artigo, consideramos que tal uso ainda não se consolida como o estágio de integração paradigmática, nos termos de Diewald e Smirnova (2012). A constatação da relativa composicionalidade das subpartes é uma evidência de nossa assunção.

Considerações finais

Os dados em análise evidenciam que contextos de ocorrência de *chega aí* no português contemporâneo do Brasil podem ser dispostos num *cline* de crescente vinculação semântico-sintática. Com base em Diewald e Smirnova (2012), constatamos que essa escala parte de usos mais composicionais de *chega* e *aí*, como predicado verbal prototípico, passa por contextos atípicos e críticos, e chega ao estágio isolado, na articulação de sentido convidativo, como uma UPF pragmática ou um *chunk*, nos termos de Bybee (2010). Embora detectemos essas etapas de mudança, não podemos considerar que já se tenha cumprido a fase de integração paradigmática, devido à persistência de traços da categoria fonte de *chega* e *aí*, respectivamente verbal e pronominal locativa, em tais usos.

O *cline* aqui analisado ratifica, conforme Bybee (2010), a gradiência da língua, dado que, numa mesma sincronia, convivem ao menos quatro distintos padrões de instanciação de *chega aí*. Esse *cline* também é evidência da relevância das propriedades contextuais em usos específicos, no destaque para a abordagem holística assumida pela LFCU. Dos quatro tipos contextuais aqui apresentados, o fato de o contexto isolado de *chega aí* ser o mais produtivo no português contemporâneo do Brasil permite considerarmos que estamos diante de processo de mudança linguística em curso, talvez rumo à integração paradigmática.

De outra parte, a continuidade da pesquisa, com o levantamento, a descrição e análise de fontes históricas da língua, deve lançar novas luzes acerca dos passos dessa mudança e de outras formas de pressão estrutural em tal processo, como a analogização à construção

marcadora discursiva formada por verbo e locativo, codificada como [VLoc]_{md}, forjada via o *type vem cá* no século XVI, como detecta Teixeira (2015).

Referências

ANDERSEN, H. Actualization and the (uni)directionality. In: ANDERSEN, H. (Ed.). **Actualization: Linguistic change in progress**. Amsterdam: Benjamins, 2001. p. 225-248.

BATORÉO, H. **Expressão do espaço no português europeu**: contributo psicolinguístico para o estudo da linguagem e cognição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.

BYBEE, J. **Language change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística centrada no uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: Mauad/Faperj, 2013.

CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DIESSEL, H. Usage-based linguistics. In: ARONOFF, M. (Ed.). **Oxford Research Encyclopedia of Linguistics**. New York: Oxford University Press, 2017. p. 1-26.

DIEWALD, G; SMIRNOVA, E. “Paradigmatic integration”: the fourth stage in an expanded grammaticalization scenario. In: DAVIDSE, K. *at al.* (Eds.). **Grammaticalization and language change – new reflections**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2012. p.111-131.

ERMAN, B; WARREN, B. The idiom principle and the open choice principle. In: **Linguistic – an interdisciplinary journal of the language sciences**, Berlin/New York, n. 2, p. 29-62, 2000.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; LACERDA, P. F. A. C. Gramática de construções: princípios básicos e contribuições. In: OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). **Funcionalismo linguístico**: diálogos e vertentes. Niterói: Eduff, 2013. p. 17-46.

HEINE, B.; KALTENBÖCK, G.; KUTEVA, T. **On the rise of discourse markers**. **Researchgate**. Preprint. DOI: 10.13140/RG.2.2.31703.73129. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/333783353>. Acesso em: 27 jun. 2019.

HILPERT, M. **Construction grammar and its application to English**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

HOUAISS, A. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e aumentada. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

ILARI, R. *et alii*. Considerações sobre a posição dos advérbios. In: CASTILHO, A. T. (Org.). **Gramática do português falado**: Volume I: a ordem. São Paulo: Editora da UNICAMP/FAPESP, 2002. p. 63-142.

OLIVEIRA, M. R. Pronomes locativos em construções do português contemporâneo. **Letras & Letras**, v. 27, n. 1, p. 97-109, 2011.

OLIVEIRA, M. R. O afixoide *lá* em construções do português - perspectivização espacial e (inter)subjefificação. **Linguística**, v. 14, n. 1, p. 109-129, 2018.

OLIVEIRA, M. R. Sintaxe do português em perspectiva construcional: propriedades e desafios. **Estudos Linguísticos**, v. 48, p. 465-483, 2019.

OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). **Funcionalismo linguístico**: vertentes e diálogos. Niterói: Editora da UFF, 2017.

ROCHA, N. C. B. B. F.; SOUSA, V. V. Gramaticalização do item linguístico *chegar*: analisando um verbo de/em movimento no Português. **Id on Line**: Revista Multidisciplinar de Psicologia, v. 13, n. 44, p. 132-147, 2019.

ROSA, F. S. L. **A mesoconstrução marcadora discursiva refreador-argumentativa**: uma análise cognitivo-funcional. 2019. 216 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e abordagem construcional da gramática. **Alfa**, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016.

TEIXEIRA, A. C. M. **A construção verbal marcadora discursiva VLocMD: uma análise funcional centrada no uso**. 2015. 297 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

TRAUGOTT, E. The status of onset contexts in analysis of micro-changes. In: **English Corpus Linguistics: Crossing Paths**. Brill/Rodopi, 2012. p. 221-255.

TRAUGOTT, E.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Sobre os autores

Mariangela Rios de Oliveira (Orcid iD <http://orcid.org/0000-0002-1474-281X>)

Doutora e mestra em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com pós-doutorado na Universidade Aberta de Lisboa; graduada em Letras – Português e Literaturas pela UFRJ. É professora titular de Língua Portuguesa e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atual Cientista do Nosso Estado pela Faperj.

Monique Borges Ramos da Fonseca

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF); mestra em Estudos de Linguagem pela mesma instituição; graduada em Letras - Português/Espanhol pela UFF. É tutora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira no pré-vestibular social Cederj. Integra o quadro de magistério efetivo dos municípios de Araruama e Maricá na Região dos Lagos.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

No ano passado, a “vakinha” ganhou um ponto fixo. Desde então...: uma análise funcionalista de circunstanciadores temporais

No ano passado, a “vakinha” ganhou um ponto fixo. Desde então...: a functionalist analysis of temporal adverbials

Ana Beatriz Arena¹
Érika Cristine Ilogti de Sá²

Resumo: Este artigo trata das funções textual-discursivas de circunstanciadores temporais de dois tipos: o *então* e as locuções adverbiais, avaliando também o impacto dessas funções na articulação de orações. A partir de dados coletados em jornais contemporâneos, buscamos relacionar os usos dos circunstanciais a alguns princípios do Funcionalismo norte-americano, como Iconicidade e Marcação, além de nos ancorarmos em alguns princípios da Gramaticalização. Metodologicamente, os circunstanciadores em estudo foram analisados em seus contextos de uso, em perspectiva sincrônica e tratamento prioritariamente qualitativo. Foram identificadas algumas convergências e divergências entre os padrões de uso do *então* e das locuções adverbiais, como o tipo de função predominante no uso de cada objeto analisado. As divergências possivelmente se devem ao fato de o *então* não ter, em sua forma, elementos substantivos, como as locuções têm, o que não lhe permite algumas funções discursivas quando é usado como advérbio, como, por exemplo, introduzir tópico. As convergências são mais relevantes, visto que as funções de retomar marco temporal, sequenciar eventos e introduzir tópicos são compartilhadas tanto pelas locuções adverbiais quanto pelo *então*. Por fim, as análises demonstram também que tanto as locuções adverbiais quanto o *então* se apresentam como importantes estratégias textual-discursivas para a continuidade e a progressão do texto.

Palavras-chave: Circunstancial temporal. *Então*. Locução adverbial temporal. Funcionalismo. Funções discursivas.

Abstract: This article aims to discuss about the textual-discursive functions of temporal adverbials of two types: *então* and adverbial phrases, also considering the impact of these functions on the articulation of sentences. From data collected in contemporary newspapers, we seek to relate the uses of *então* and the adverbial phrases to some principles of North American Functionalism, such as Iconicity and Marking, in addition to some principles of Grammaticalization. Methodologically, these temporal adverbials were analyzed in their contexts of use, in synchronic perspective and primarily qualitative treatment. Some convergences and divergences were identified between the patterns of use of *então* and the adverbial phrases, such as the type of predominant function in the use of each object analyzed. The divergences are possibly due to the fact that *então* does not, in its form, have substantive elements, as the adverbial phrases do. Some discursive functions may be blocked when *então* is used as an adverb, such as, for example, introducing a topic. The convergences are more relevant, since the functions of resuming a previous temporal mark, sequencing events and introducing topics are shared both by adverbial phrases and by *então*. Finally, the analyses also indicates that both adverb phrases and *então* are important textual-discursive strategies for the continuity and progression of the text.

Keywords: Temporal adverbials. *Então*. Temporal adverbial phrase. Functionalism. Discursive functions.

¹ Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: bia.arena@gmail.com.

² Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: erikailogtidesa@gmail.com.

Introdução

A análise das definições e das classificações atribuídas aos adverbiais em gramáticas tradicionais aponta que essa é uma categoria marginalizada em relação às demais, pois é definida e ilustrada muito superficialmente. Em geral, no final da insuficiente apresentação sobre advérbios, conforme nomenclatura da tradição gramatical, encontramos apenas uma listagem de locuções, desconsiderando, dessa forma, a diversidade de posicionamento, de semântica e de funções dos adverbiais.

Cunha e Cintra (2001), por exemplo, distinguem os advérbios a partir do termo com o qual eles se relacionam. Para os autores, o advérbio é, fundamentalmente, um modificador do verbo; para além dessa função básica, os chamados advérbios de intensidade reforçam o sentido de adjetivos e de outros advérbios (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 541-542). Rocha Lima (2003[1957]) segue o mesmo padrão de definição, referindo-se aos advérbios como modificadores do verbo, limitando a apenas os advérbios de intensidade a modificação de adjetivos e de outros advérbios.

Quanto às locuções adverbiais, a tradição gramatical brasileira atribui a elas o *status* de subcategoria dos advérbios simples. Como veremos mais adiante, em função de tal perspectiva, as gramáticas tradicionais acabam destacando somente dois aspectos dessas locuções: (a) a sua constituição estrutural, com ênfase na sua realização sob a forma de SPrep (*preposição + elemento nominal*)³, e (b) o seu valor semântico, geralmente, com base numa listagem dos tipos de adverbiais, exemplificados de forma descontextualizada.

No presente artigo, objetivamos, da categoria dos circunstanciais⁴, verificar a multifuncionalidade dos reconhecidos como temporais e aspectuais⁵. Reunimos objetos de estudos de duas pesquisas funcionalistas (a saber, ARENA, 2008 e ILOGTI DE SÁ, 2015) os quais demonstram ter motivações discursivas semelhantes em alguns de seus usos. Selecionamos para descrição e análise (a) as locuções adverbiais⁶ que indicam a noção de tempo ou de aspecto e (b) o *então*, categorizado como advérbio de tempo pela tradição

³ Isso fica evidente, por exemplo, na definição de locução adverbial apresentada por Bechara (2001, p. 289): “Locução adverbial é o grupo geralmente constituído de preposição + substantivo (claro ou subentendido) que tem o valor e emprego do advérbio”.

⁴ Usaremos ao longo do artigo os termos circunstancial e circunstanciador como sinônimos.

⁵ Estamos aqui considerando a noção de aspecto conforme Neves (2011), que aborda a aspectualidade dentro da categoria de circunstanciais temporais.

⁶ Aqui estão considerados tanto o sintagma preposicional com papel adverbial (como “desde abril”) quanto o sintagma nominal com o mesmo papel (como “muitas vezes”).

gramatical, podendo, em construções com as preposições “desde” ou “até”, igualmente veicular noções de aspecto, conforme exemplificados a seguir⁷:

- (1) *A Associação de Jornais dos EUA lançará em abril uma campanha publicitária.* [editorial 1 – O Globo]
- (2) *Vinte minutos depois, a explosão de uma motocicleta a menos de dois quilômetros dali destruiu carros e matou sete pessoas.* [notícia 3 – Folha de São Paulo]
- (3) *Assim, o vigilante entrou com processo para reverter seu quadro de aposentadoria. Desde então, o processo passou por inúmeros setores, totalizando 673 dias de tramitação até o deferimento do pedido.* [Corpus do Português NOW, *conjur.com.br*, 30/6/2018]
- (4) *“Contei primeiro para a minha esposa, depois para o meu melhor amigo, então para os meus sócios, mas ninguém conseguia absorver a notícia”, diz.* [Corpus do Português NOW, *terra.com*, 30/6/2019]

Optamos por descrever e analisar as locuções adverbiais temporais em conjunto com o *então* porque, embora sejam circunstanciadores temporais diferentes quanto à forma, pressupomos que locuções e *então* tenham funções textual-discursivas muito semelhantes. Essa hipótese encontra amparo no estudo de Arena (2008) sobre a multifuncionalidade e a polissemia do *então*. Como se tratou de pesquisa diacrônica, para o presente artigo, foram recolhidos novos dados a serem submetidos a um escrutínio analítico complementar ao empreendido no trabalho anterior da autora. Para tal, analisamos amostras da modalidade escrita contemporânea, representada por textos jornalísticos. As locuções adverbiais foram retiradas de notícias e editoriais dos jornais brasileiros *Folha de São Paulo* e *O Globo*⁸, enquanto os dados com *então* foram coletados de textos do Corpus do Português NOW (Notícias da Web)⁹.

Utilizamos os pressupostos teóricos da corrente funcionalista por julgarmos que o uso dos circunstanciais possui motivação discursiva, contribuindo para seus comportamentos sintático-semântico e textual. Essa vertente teórica considera a linguagem como um instrumento de interação social e concebe que a gramática emerge do uso, sendo moldada por fatores comunicativos e cognitivos.

Ao elencarmos as tendências discursivas estabelecidas pelas locuções adverbiais temporais e pelo *então* nos seus papéis discursivos da oração, acreditamos estar contribuindo

⁷ Os exemplos (1) e (2), assim como todos os outros de locuções adverbiais deste artigo, são retirados de Ilogti de Sá (2015).

⁸ Para cada um dos gêneros, foram analisados 40 textos produzidos no período de 2007 a 2015, todos retirados de versões *online* dos jornais.

⁹ Foram coletados 50 contextos jornalísticos do Corpus do Português NOW, todos publicados entre 2016 e 2019, em diferentes sites de jornais brasileiros. Na coleta dos contextos, somente os usos do *então* como advérbio (25) e sequenciador (21), além de usos mistos, casos ambíguos entre um e outro (4), foram considerados para análise.

para uma descrição mais ampla e detalhada dos circunstanciadores temporais em tela, verificando, além das eventuais diferenças, as semelhanças nos usos dessas duas estruturas. Possivelmente, muitos dos pontos em comum entre o *então* e as locuções em análise se devam à origem latina do advérbio, visto que se pressupõe que este tivesse a forma locucional *in tunc* (ARENA, 2008, p. 40; p. 136).

Nosso objetivo com este artigo, portanto, é descrever algumas tendências discursivas de uso tanto do *então* quanto das locuções. A expectativa, com isso, é verificar que tais motivações discursivas exercem forte influência nos usos/ordenação dos circunstanciais temporais e aspectuais em estudo.

O artigo está organizado como ora se apresenta. A seção 1 descreve brevemente o *então* e as locuções adverbiais, enfocando os aspectos que contemplam nossos propósitos neste trabalho. A seção 2 apresenta uma explanação dos pressupostos teóricos que norteiam nossa análise, além de delinear os procedimentos metodológicos. Na seção 3, procedemos à análise dos dados, verificando as funções sintático-semânticas e textual-discursivas exercidas pelos circunstanciais analisados, com base nos pressupostos funcionalistas. Finalmente, na última seção, apresentaremos algumas conclusões e considerações sobre as tendências observadas nos usos desses circunstanciais.

1. *Então* e as locuções adverbiais temporais e aspectuais

A respeito do *então*, partimos do pressuposto de que, em sua origem latina, tenha existido sob a forma de locução, *in tunc*, e que sua trajetória de mudança tenha obedecido à escala de gramaticalização sugerida por Traugott & Heine (1991) – espaço > (tempo) > texto –, a qual representa os estágios que caracterizam a mudança do lexical para o gramatical ou do menos gramatical para o mais gramatical. Sendo assim, é necessário recorrermos ao latim para encontrarmos o sentido espacial do termo.

Segundo Ernout e Meillet (1959 *apud* MARTELOTTA; SILVA, 1996), *tunc* é o resultado da formação *tum + ce*, sendo *ce* um elemento de valor demonstrativo, o que conferia ao termo latino propriedades típicas dos dêiticos, que remetem, primariamente, a dados espaciais. No entanto, ainda no latim, já se podia flagrar seu uso menos lexical e mais gramatical, como circunstancial de tempo, o que o colocaria no segundo estágio na escala de mudança (tempo). No dicionário *online* Glosbe, encontramos o seguinte exemplo para a abonação *tunc*:

(5) *Cum exaltaveritis Filium hominis, tunc cognoscetis quia ego sum.*

Quando tiverdes elevado o Filho do Homem, então saberei que EU SOU.

(<https://pt.glosbe.com/la/pt/tunc>)

Possivelmente, a origem demonstrativa explica a propriedade anafórica que o *então* apresenta até hoje: ao mesmo tempo que exprime circunstância de tempo, comporta-se como elemento coesivo, retomando porções textuais anteriores. Vale destacar que, no português arcaico (séculos XIII ao XV), segundo Câmara Júnior (1979), quanto à semântica, o *então* já não apresentava sentido espacial e, quanto à forma, já havia perdido a composicionalidade, isto é, já não se verificavam as fronteiras entre a preposição *in* e o advérbio propriamente, *tunc*, de modo que ambos não podiam mais ser analisados separadamente. Sendo assim, no português, o emprego como advérbio de tempo é sua manifestação mais concreta, ou seja, menos gramatical.

No entanto, a função de circunstanciador de tempo não é seu único uso, havendo outros mais abstratos e mais gramaticais ainda. Arena (2008), em pesquisa pancrônica (do século XIII ao período contemporâneo) sobre a multifuncionalidade e a polissemia do *então*, identificou pelo menos quatro diferentes usos do termo: advérbio temporal, que seria o uso canônico; operador de sequencialização; conector lógico e operador argumentativo¹⁰, sendo este último o uso mais gramaticalizado e mais abstrato de todos.

Quando se consideram todas as sincronias investigadas, os valores sintático-semânticos mais frequentes relacionam-se aos usos como advérbio e operador de sequencialização (ARENA, 2008). Embora o segundo se apresente em um estágio de maior gramaticalização do que o primeiro, podemos reconhecer nele um dos princípios de Hopper (1991), o da persistência, visto que alguns traços semânticos da forma-fonte, o advérbio, ainda podem ser observados, como será demonstrado a seguir:

(6) *O terceiro indivíduo também passou a beber e a conversar com o ambulante e o amigo dele. # Mas, antes de deixarem o bar, o desconhecido disse que quem iria pagar a conta seria o ambulante, que se recusou. O indivíduo, então, puxou uma faca que carregava e deu dois golpes contra o ambulante, um de eles em o peito e outro em o rosto.* [Corpus do Português NOW, gazetaonline.com.br, 30/6/2019)

Nesse caso, o *então* participa do encerramento de uma cadeia de eventos, atuando como um operador de sequencialização. Todavia, persiste nele, ainda que de forma mais desbotada, a função textual-discursiva de retomada de marco temporal anterior, típica do uso canônico como advérbio de tempo. No fragmento (6), esse marco é o momento em que o

¹⁰ Seguimos a tipologia proposta por Koch (1987) em estudo sobre conectores interfrásticos.

ambulante se recusa a pagar a conta, o que leva à ação seguinte: “O indivíduo, *então*, puxou uma faca...”.

Portanto, neste artigo, no que diz respeito ao *então*, nosso olhar se voltará para esses dois usos, nos quais, segundo os resultados obtidos por Arena (2008), os traços de circunstanciador temporal e de elemento anafórico estão presentes em maior (no advérbio) ou menor (no operador de sequencialização) intensidade, caracterizando-o como um elemento não só sintático mas também textual-discursivo importante na articulação de orações. São esses usos que habilitam o *então* a ser investigado em conjunto com as locuções adverbiais segundo o recorte proposto neste estudo.

Em relação às locuções adverbiais, a tradição gramatical dá ênfase ao papel da preposição na construção da estrutura. Segundo Bechara (2009, p. 290), ela seria o elemento responsável por preparar o substantivo para exercer uma função primariamente diferente da sua: o papel de advérbio. Entretanto, o autor aponta que essa preposição pode não integrar a estrutura da locução adverbial de tempo e de modo, conforme observamos em *Esta semana teremos prova*, em que a locução *esta semana* é usada ao invés de *nesta semana*.

Sobre essa questão estrutural das locuções adverbiais, algumas construções são elencadas por Neves (2011). Dentre as analisadas neste artigo, estão (i) preposição + substantivo/adjetivo/advérbio (*de repente; às vezes; por miúdo*); (ii) substantivo quantificado (*algumas vezes; muitas vezes*); (iii) preposição + substantivo quantificado (*de forma alguma; de modo nenhum*); (iv) substantivo + preposição + substantivo (*via de regra*); (v) substantivo/pronome quantificador + preposição + mesmo substantivo/pronome (*passo a passo; pouco a pouco*); (vi) preposição + sintagma nominal/pronominal + preposição + sintagma nominal/pronominal (*de uma vez por todas; de vez em quando*); e (vii) preposição + nome/pronome + preposição + mesmo nome/pronome (*de tempo em tempo; de quando em quando*)¹¹.

Além disso, no que diz respeito à semântica dessas locuções adverbiais, acreditamos que a noção temporal e a aspectual não sejam excludentes (TRAVAGLIA, 1994; NEVES, 2011). Neves (2011) atenta para a noção de aspecto dentro da categoria de circunstanciais temporais. Para a autora, dentro da semântica de tempo, há inegavelmente a noção aspectual, mesmo com uma oposição entre elas (o tempo possui natureza dêitica, e o aspecto, natureza não dêitica). Assumimos, ainda, a partir de Martelotta (2012, p. 72), que “as locuções

¹¹ Das diferentes possibilidades estruturais listadas pela autora, a única que não faz parte de nossa investigação é a que engloba formas verbais HÁ/FAZ, HAVIA/FAZIA + substantivo quantificado (*fazia alguns meses; há dois anos*), pois consideramos que, por ser uma construção verbal, ela precisaria de uma análise diferenciada das demais.

adverbiais são mais ricas na expressão do aspecto do que os advérbios simples”. No entanto, devido à dificuldade de se distinguir na prática um advérbio temporal de um aspectual, alguns autores, como Givón (2001), preferem tratar ambos como um único grupo: **advérbios de tempo e aspecto**. Essa é a noção semântica adotada neste artigo.

Ainda no que diz respeito às locuções adverbiais de tempo e aspecto, também é possível perceber que a referência temporal não é sua única função. Diversos trabalhos anteriores, entre eles os de Paiva (2007, 2008) e Ilogti de Sá (2009, 2015), apontam que tais locuções atuam na coesão entre os termos do discurso, introduzem novos eventos e fazem referências a situações já descritas. Tais circunstanciadores “podem desempenhar diferentes funções na organização do discurso e constituem instrumentos imprescindíveis no gerenciamento da interação”¹² (PAIVA, 2008, p. 5). Para tanto, sua função na macroestrutura do texto no qual está inserido deve ser analisada, ou seja, devemos levar em consideração não só a oração em que o circunstancial se posiciona, mas também um contexto maior.

Uma vez que, no presente artigo, propomos uma descrição dos usos de circunstanciais temporais de diferentes naturezas, cabe trazer uma definição mais abrangente sobre a distinção estrutural entre advérbio e locução adverbial, conforme Martelotta (2012, p. 26):

Há dois aspectos da estrutura dos advérbios que devem ser aqui mencionados. Um deles diz respeito à distinção entre a noção de advérbio, que focaliza a natureza do termo como um único vocábulo (*hoje, bem, aqui, rapidamente* etc.) e o conceito de sintagma ou locução adverbial, caracterizado pela estrutura sintagmática de algum tipo (*de manhã, na noite passada, todo dia, muitas vezes* etc).

Nesse sentido, teríamos, por um lado, aquelas estruturas sintagmáticas, consequentes da possibilidade de se formar, sobretudo pela junção de preposições com substantivos, construções de valor adverbial.

Na próxima seção, apresentamos os fundamentos teórico-metodológicos que norteiam nossas análises.

2. Fundamentos teórico-metodológicos

Nossa perspectiva de análise, neste artigo, está pautada na corrente funcionalista norte-americana iniciada na década de 1970¹³, a qual pressupõe que o conhecimento de mundo e o linguístico estão intimamente interligados. Acreditamos, assim, na ideia de que as línguas possuem uma inerente maleabilidade em seu sistema, em função dos propósitos comunicativos envolvidos em qualquer espaço comunicativo. Dessa forma, compreendemos

¹² Cf. também Van Dijk (1982); Givón (1983); Chafe (1984).

¹³ A abordagem funcionalista adotada neste trabalho conta, como principais representantes, com Talmy Givón, Sandra Thompson, Paul Hopper, Wallace Chafe, dentre outros.

não ser possível analisar a língua de maneira isolada nem a associar apenas a fatores cognitivos, já que a gramática é resultado de estratégias desenvolvidas no discurso, e a linguagem é uma atividade sociocultural, que reflete as necessidades comunicativas do falante.

Nesse sentido, nossa investigação não considera como fatores arbitrários a diversidade posicional ou a multifuncionalidade de cada elemento, por exemplo, como vemos em estudos mais formalistas, mas, sim, como icônica, ou seja, motivada por questões discursivas. Portanto, dentre os princípios e as categorias centrais da corrente funcionalista norte-americana, a **iconicidade** e a **marcação** são essenciais para a análise que vamos empreender, além dos princípios de **gramaticalização**.

A iconicidade é definida, a princípio, como a correlação entre a forma – o código linguístico, a expressão – e seu *designatum* – seu conteúdo, aquilo que o falante pretende expressar. Assim, em sua versão menos radical¹⁴, o **Princípio de Iconicidade**, segundo Givón (1990), relaciona-se a três subprincípios: subprincípio da *quantidade*, da *integração* e da *ordenação linear* – os dois últimos estão vinculados ao processo de ordenação das estruturas na cadeia sintática. Esses subprincípios são essenciais para percebermos que as motivações para as tendências de ordenação e uso dos circunstanciadores temporais no português vão muito além das questões meramente sintáticas.

O *subprincípio da quantidade* propõe que, quanto menor a previsibilidade de uma informação, maior a quantidade de elementos linguísticos (morfemas, palavras, sintagmas ou frases) utilizados. Já o *subprincípio da integração* prevê que a proximidade cognitiva de um elemento está diretamente relacionada à sua proximidade na estrutura linguística (e vice-versa). Por sua vez, o *subprincípio da ordenação linear* pressupõe que (a) a ordem de um enunciado demonstra a ordem de importância dada aos fatos pelo falante, pois a informação mais importante tende a ocupar o primeiro lugar da cadeia sintática, ou (b) as informações tenderiam a aparecer nas orações na ordem em que ocorrem no mundo real.

Originado em construções binárias na Escola de Praga, o **Princípio da Marcação** é outro pressuposto funcionalista relevante para nossas análises. Tal princípio prevê que, em determinadas formas binárias, a marcação ocorre na estrutura que exibe uma propriedade ausente na outra, considerada menos marcada na língua. Uma estrutura não marcada seria aquela comum ao usuário, sendo frequentemente empregada no seu dia a dia, o que acarreta

¹⁴ Originalmente, o Princípio de Iconicidade, mais radical, postula que, para uma forma na língua, teríamos uma função. Entretanto, segundo Martelotta (2011), estudos sobre variação e mudança linguísticas constataram a existência de mais de uma forma para uma mesma função, principalmente por causa de pressões diacrônicas corrosivas.

um menor esforço para a sua compreensão. Por outro lado, as estruturas mais marcadas estão diretamente relacionadas à sua baixa frequência na língua, o que conseqüentemente leva o usuário a um esforço mental maior para a assimilação do conteúdo. Givón (1990), para distinguir categorias marcadas e não marcadas, propõe um conjunto de critérios: complexidade estrutural; distribuição de frequência; e complexidade cognitiva¹⁵.

Ao longo de nossas análises sobre os circunstanciadores temporais, procuramos identificar o uso não marcado do nosso objeto de estudo. Além disso, a partir das nossas observações, tentamos compreender as motivações que levam os circunstanciadores aqui analisados a ocupar uma posição mais marcada na oração.

Com relação à **Gramaticalização**, seu conceito *lato sensu* “busca explicar as mudanças que se dão no interior da própria gramática, compreendendo aí os processos sintáticos e/ou discursivos de fixação da ordem vocabular” (FURTADO DA CUNHA; OLIVEIRA; MARTELOTTA, 2003, p. 51). Este conceito será aplicado exclusivamente à análise do *então*, que, conforme vimos anteriormente, apresenta multifuncionalidade e polissemia decorrentes do seu processo de gramaticalização, isto é, da sua trajetória na escala espaço > (tempo) > texto (TRAUGOTT; HEINE, 1991). Em face dos propósitos deste artigo, tratamos apenas dos usos do *então* como advérbio e como operador de sequencialização (ou sequenciador), por ser esta a forma em que mais verificamos um dos princípios de Hopper (1991): o princípio da persistência, que “prevê a manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma mais gramaticalizada” (GONÇALVES; CARVALHO, 2007, p. 83). É o *então* operador de sequencialização que mais guarda a semântica temporal do advérbio, assemelhando-se a ele na funcionalidade, embora tenha diferentes motivações discursivas.

De forma articulada com os princípios funcionalistas da iconicidade e da marcação, além dos princípios da gramaticalização, neste artigo, adotamos como procedimento metodológico a reorganização de Ilogti de Sá (2015) para a análise dos dados¹⁶ e consideramos as seguintes funções discursivas para os circunstanciadores temporais:

- I. Especificação de coordenadas temporais: indica uma coordenada temporal, informando sobre o tempo ou o aspecto do evento; não há aqui referência a eventos descritos anteriormente, ou seja, possui um escopo reduzido¹⁷;
- II. Retomada anafórica: retoma uma referência temporal apresentada anteriormente no discurso, possuindo um papel coesivo importante;

¹⁵ Para maior detalhamento desses três critérios, cf. Furtado da Cunha; Oliveira; Martelotta, 2003.

¹⁶ Ilogti de Sá (2015) retoma uma reorganização das propostas de Paiva (2008, 2007) e Brasil (2005). Para a análise aqui empreendida, nós nos baseamos nas funções propostas pelas autoras e fizemos algumas adaptações em função dos tipos e da quantidade de dados encontrados.

¹⁷ Escopo aqui é considerado como o alcance de modificação que um determinado elemento tem na sentença.

- III. Introdução de subtópico (assunto): inicia um novo assunto, um novo episódio, um novo evento, ou até mesmo um subtópico dentro de um assunto mais geral (VAN DICK, 1982);
- IV. Sequência temporal: demarca pontos de uma sequência temporal, que se sucedem ao longo de um evento; são marcas linguísticas específicas para demarcar uma sucessão de acontecimentos dentro de um evento;
- V. Mista: retoma uma referência anterior e ao mesmo tempo marca um novo episódio, associando duas funções: a anafórica e a mudança de assunto.

Os princípios aqui elencados, assim como as funções discursivas que servem de esteio teórico-metodológico para as discussões sobre os usos dos circunstanciadores temporais, serão tratados em conjunto sempre que o contexto ensejar essa possibilidade. Na próxima seção, apresentaremos alguns exemplos coletados de textos jornalísticos que compõem os *corpora*. Nossa apresentação, para o presente artigo, baseia-se em uma descrição e análise de usos dos circunstanciais temporais e aspectuais a partir de suas motivações e funções discursivas para além daquelas previstas pela tradição.

3. Circunstanciadores temporais e aspectuais: funções textuais e discursivas

Conforme já exposto, o objetivo deste artigo é descrever e discutir a multifuncionalidade do *então* e de algumas locuções adverbiais temporais e aspectuais, em articulação de orações, naquilo em que convergem, não obstante as distinções quanto à forma. Assumimos, com a perspectiva funcionalista, que tais circunstanciais apresentam papéis textuais discursivos muito além das categorizações previstas na tradição gramatical.

Na articulação de orações promovida pelos circunstanciadores temporais, a relação entre os contextos comunicativos e a codificação morfossintática pode ser avaliada considerando-se o Princípio da Iconicidade e o da Marcação. Devem-se levar em conta, ainda, as funções textuais e discursivas que emergem desses contextos comunicativos, assim como as pressões de uso que levam às regularidades gramaticais verificadas nos circunstanciadores temporais, evidenciando, inclusive, o processo de gramaticalização do *então*.

Nos exemplos a seguir, passamos a identificar e a comentar cada um desses princípios e as funções discursivas presentes nos circunstanciadores adverbiais em estudo.

(7) *Há três anos, a Corina Cervejas Artesanais saiu às ruas de Brasília com uma kombi personalizada de vaca. Não leiteira, mas cervejeira. As torneiras engatadas com chopes lembravam as tetas do mamífero. No ano passado, a “vaquinha” ganhou um ponto fixo. Desde então, circula na cidade e estaciona no Curral da Corina, no SOF Norte.* (Corpus do Português NOW, *Divirta-se mais*, 30/06/2017)

Neste exemplo, o circunstancial *No ano passado* é empregado no início da oração a que pertence, introduzindo uma informação nova, não previsível. Por isso, é necessariamente codificado por uma locução adverbial, na forma de um sintagma preposicionado preenchido lexicalmente por um substantivo (*ano*) e um adjetivo (*passado*). Igualmente, o advérbio *então* é empregado na margem esquerda da sentença, porém não há nele a mesma complexidade estrutural da locução, pois sua função textual é a da retomada de um marco temporal anterior. Assim, o *então* retoma anaforicamente o conteúdo veiculado pela locução, promovendo economia linguística e garantindo a manutenção da coesão e da coerência textuais na articulação das duas frases introduzidas por cada um. Portanto, no exemplo (7), vemos a aplicação do subprincípio da quantidade, inserido no Princípio da Iconicidade.

Nos exemplos a seguir, verificamos a ocorrência do subprincípio da integração, também vinculado ao Princípio da Iconicidade.

(8) *Até agora*, a combinação do policiamento dos usuários e da visualização dos dados trabalhou **bem** ao tornar as trapaças relativamente mínimas. Aqueles que são suspeitos de utilizar suas contas para tentar enganar o sistema recebem um e-mail de aviso. O usuário é banido após a segunda violação. (*O Globo*, editoriais, 24/01/2007)

(9) *Lirio Parisotto também utilizou a internet, a fim de justificar a agressão supostamente praticada contra Luiza Brunet, em maio deste ano, [durante uma viagem do então casal a Nova York], nos Estados Unidos. O caso está na Justiça.* (Corpus do Português NOW, *Alagoas 24 Horas*, 31/12/2016)

Em (8), temos uma locução adverbial de tempo/aspecto, *até agora*, iniciando o período e afastada do verbo da oração. Por outro lado, o advérbio *bem*, que indica o modo como a ação de trabalhar ocorreu, se ordena imediatamente após a forma verbal – *trabalhou*. Esse é um exemplo clássico do subprincípio de integração: os advérbios que modificam intrinsecamente o verbo, como os de modo, apresentam-se bem próximos a ele; em contrapartida, os advérbios de tempo, por serem apenas dêiticos temporais, podem vir mais distantes do verbo.

No exemplo (9), também verificamos menor proximidade na estrutura linguística entre a forma no particípio do verbo “praticar” e as duas locuções adverbiais temporais, *em maio deste ano* e *durante uma viagem do então casal a Nova York*, indicando que, como em (8), também são menos integrados cognitivamente. Sabemos que o particípio é uma forma nominal do verbo que assume marcas gramaticais dos adjetivos, mas, funcionalmente, não perde o traço temporal ao expressar uma ação totalmente encerrada no passado. Assim como ocorre em (8), podemos confirmar a maior integração entre o advérbio de modo e a forma verbal: *supostamente* foi empregado imediatamente antes de *praticada*.

Quanto ao *então*, embora não tenha sido observada a aplicação do subprincípio da integração em seus usos, nossos dados apontam que a tendência é que esse advérbio também ocorra em pontos ainda mais distantes dos verbos na estrutura da oração em face da sua anaforicidade, como ocorre em (9). Isso vai ao encontro do que defende Neves (2002, p. 250), para quem “nenhum advérbio de tempo e de lugar realmente *modifica* o expresso no verbo”. A esse respeito, ainda citando Neves (2000, p. 261), verificamos que, neste uso, o *então* se encontra “em função adjuntiva adnominal”, visto que o termo modificado por ele é um substantivo (“casal”), com o qual o advérbio se encontra em maior integração.

Observamos, nos dois fragmentos a seguir, a aplicação do subprincípio da ordenação linear, também constituinte do Princípio da Iconicidade. Um exemplo prototípico desse subprincípio é a coordenação, que expressa o número e a ordem dos eventos de acordo com o que é percebido pelo falante ou com o que ele quer expressar. Nos exemplos (10) e (11), visualizamos orações coordenadas entre si numa sequência de eventos percebidos pelo emissor.

(10) *Scarlet Johansson colaborava com a Oxfam desde 2005 e em 2007 se converteu em embaixadora mundial de sua causa.* (O Globo, notícias, 30/01/2014)

(11) *Ele, um triatleta que treinava para a prova do Ironman, viu-se às voltas com uma paralisia que lhe tolhe gradualmente os movimentos. “Contei primeiro para a minha esposa, depois para o meu melhor amigo, então para os meus sócios, mas ninguém conseguia absorver a notícia, diz.”* (Corpus do Português NOW, Terra.com, 30/06/2019)

Em (10), a ordem em que os eventos são mostrados indica a sequência na qual eles ocorreram: primeiro, a atriz Scarlet Johansson colaborava com a instituição beneficente Oxfam, em 2005; depois, com a marcação do tempo enfatizada pelo posicionamento inicial do circunstanciador, *em 2007*, para o início da oração coordenada, a atriz se converteu em embaixadora. No exemplo (11), o *então* atua iconicamente como sequenciador de ações, respeitando a ordem temporal em que elas ocorrem na realidade, refletindo, como em (10), algum tipo de motivação externa à estrutura da língua. Portanto, em condições como as exemplificadas nos dois fragmentos acima, há indícios de que, de fato, existe uma relação necessária entre estrutura (ou forma) – a ordem de apresentação das orações – e função (sentido) – ordenação dos eventos externos à língua –, conforme os pressupostos funcionalistas.

No que diz respeito à sua função textual-discursiva, como podemos observar no exemplo (12), o circunstancial *em 2006* apenas localiza no tempo a ação de banir, realizada pelos eleitores de Michigan. Esse circunstanciador representa uma informação nova no

discurso, referente apenas à oração em que estão inseridos, ou seja, seu escopo é restrito, já que não faz referência anafórica ou indica uma sequência temporal, por exemplo. Portanto, *em 2006* apresenta a função discursiva de especificação de coordenadas temporais.

(12) *Decisão recente da Suprema Corte americana validou o referendo no qual os eleitores de Michigan baniram, em 2006, o critério racial na admissão às universidades públicas daquele Estado* [editorial novo 3 – Folha de São Paulo]

Essa é a função na qual há uma maior produtividade das locuções adverbiais temporais devido ao seu escopo textual mais restrito¹⁸. Vale destacar que, em contrapartida, esta é uma função discursiva para a qual não encontramos ocorrência do *então*, possivelmente em virtude da sua anaforicidade, sendo empregado para retomar um marco temporal anterior, podendo ter como escopo desde outro advérbio até uma oração inteira.

Logo, ao pensar em prototipicidade e frequência de uso, essa função discursiva do circunstanciador, por ser a predominante em locuções adverbiais temporais, pode ser considerada como não marcada, mais geral, em relação aos demais usos. Entretanto, ao relacionarmos as locuções adverbiais temporais ao *então*, percebemos que, por este ser menos complexo estrutural e cognitivamente, nessa relação, o advérbio se torna a forma não marcada.

É importante pontuar que todas as outras funções se relacionam a essa, uma vez que todas possuem o papel de circunstanciador temporal. A diferença é que seu segundo papel vai além de indicar o tempo, devido à sua função coesiva dentro do discurso no qual está inserido.

Analisemos atentamente os dados a seguir, nos quais observamos que os circunstanciais em destaque retomam anaforicamente elementos já apresentados no discurso.

(13) *A expectativa era investir R\$ 188 milhões em 2004 e criar 260 mil vagas por ano. Lula anunciou que seria possível chegar a 500 mil postos. Oito meses depois, o Primeiro Emprego só tinha levado à contratação de um copeiro em Salvador. De lá para cá, apenas 15 mil vagas foram criadas, mesmo depois de suspensa a exigência de interromper demissões.* [editorial 3 – Folha de São Paulo]

(14) *A Sesa afirma que o convênio com a Santa Casa foi feito em 2007 e, desde então, a entidade administra o Hospital Regional, que foi construído e equipado com recursos do Estado.* (Corpus do Português NOW, g1.globo.com, 30/06/2018)

No exemplo (13), há uma relação anafórica com elementos apresentados em discurso anterior estabelecida pelos dois circunstanciais destacados – *Oito meses depois* e *De lá para cá*. Nesses dois casos, o circunstanciador toma como ponto de ancoragem o discurso

¹⁸ Ilogti de Sá (2015) considera essa função da locução adverbial temporal e aspectual como não marcada em relação às demais funções.

pronunciado por Lula, citado anteriormente. Dessa forma, só podemos compreender as coordenadas temporais introduzidas pelos circunstanciais a partir do conhecimento do discurso anterior. No primeiro caso, o sintagma nominal com função de circunstanciador indica o momento em que o primeiro emprego havia levado à contratação de apenas um copeiro, retomando a informação anterior de que isso ocorreu oito meses após o anúncio feito por Lula. No segundo caso, além de delimitar o momento em que as vagas foram criadas, o sintagma preposicional refere-se à situação descrita antes.

Em (14), por sua vez, o *então* retoma anaforicamente o marco temporal anterior *em 2007*, sendo esta uma função intrínseca a esse advérbio que, diferentemente das locuções, em seus usos como articulador oracional, sempre remete a circunstanciadores temporais mais complexos estrutural e cognitivamente, desde locuções até mesmo orações ou parágrafos inteiros. Não raro, nesses casos, ocorre em construções como “desde então”, “até então”, em que as preposições “desde” e “até” marcam, respectivamente, o início e o fim da duração da ação verbal.

É interessante notar que, nem sempre, o marco temporal antecedente é explícito, como se vê a seguir:

(15) *“Mas, aos poucos, as pessoas que sabem da doença vão falando para os que não sabem e, quando você se dá conta, muitos já comentam às escondidas, alguns com pena, outros criticando, por ignorância ou preconceito, o fato de eu continuar a trabalhar constantemente nesse período.”*

Com a evolução da doença, já então sem condições de operar nem de examinar os pacientes, [Casado] anunciou para suas duas equipes o afastamento definitivo de a profissão.

No dado apresentado em (15), o *então* não retoma um antecedente que se enquadre canonicamente como um circunstanciador temporal. Na verdade, o sintagma preposicionado *Com a evolução da doença* está num contínuo entre tempo (ao longo do tempo em que a doença evoluiu) e causa (porque a doença evoluiu). Possivelmente, por essa ambiguidade inerente ao sintagma retomado, o usuário lança mão do *então* antecedido pelo focalizador *já*, o que contribui para conferir maior precisão temporal no que diz respeito à ação verbal de “anunciar”. Em suma, verificamos claramente como pressões de uso discursivas moldam a gramática e como, deste uso do *então*, emerge o papel sintático de articulador de orações e a função textual de elemento coesivo.

Não encontramos essa relação coesiva apenas nas funções anafóricas. Ao introduzirmos um assunto novo, ou quando criamos um subtópico, também percebemos uma ampliação funcional do circunstanciador temporal, como veremos no exemplo abaixo.

(16) *Não deixa de ser incômoda a proximidade entre o episódio da semana passada em que servidores do IBGE ameaçaram entregar os cargos em reação à suspensão da Pnad Contínua, dando margem a suspeitas de manipulação por parte do governo, e outra mudança metodológica em preparo pelo respeitado instituto estatístico.*

No início de maio o IBGE reformulará a coleta de dados de produção da indústria para aumentar a quantidade de produtos considerados e empresas entrevistadas. Longe de sugerir interferência ou partidarização do órgão, desta vez a mudança é bem-vinda e resultará em mapeamento melhor do setor, que representa quase 15% do PIB. [editorial 16 – Folha de São Paulo]

Nesse caso, uma opinião do editorial, sobre as suspeitas de manipulação do governo, é apresentada logo no parágrafo inicial do texto. Uma mudança no foco da argumentação ocorre quando o circunstancial *No início de maio* aparece iniciando o parágrafo seguinte. A partir daí, o editor expõe a atitude do órgão IBGE, apresentando a solução do problema e a opinião do jornal sobre tal atitude. Ocorre, nesse caso, então, um subtópico, relacionado ao fato anterior, mas com mudança de perspectiva e de participantes. O circunstanciador temporal, no exemplo, teve o papel de estabelecer uma fronteira discursiva entre as duas situações narradas – o que aconteceu no passado e o que será feito a partir de agora –, indicando o início de um novo episódio e uma quebra da continuidade temática.

Introduzir subtópico é uma função que, segundo nossos dados, não parece ser muito frequente no que diz respeito ao uso do *então* como advérbio. Por ser essencialmente um anafórico, ao replicar o subtópico já introduzido pela locução adverbial, a informação deixa de ser nova. Não é à toa que Arena (2008), ao investigar a multifuncionalidade e a polissemia do *então* ao longo de oito sincronias, até o século XX, verificou que o uso mais gramaticalizado dessa forma, o de operador argumentativo, assume a função conclusiva, encerrando um ciclo de argumentos na defesa de uma ideia.

Nos exemplos (17) e (18), abaixo, os circunstanciais desempenham uma função discursiva de sequência temporal, recorrente em textos narrativos, pois demarca uma sucessão de acontecimentos dentro de um evento.

(17) *Mesmo com a proibição, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) prevê a importação de substâncias ilegais para fins terapêuticos.*

A agência se reuniu com a família no dia 15 de abril para orientar sobre a importação, que deverá ser feita com um formulário detalhando a natureza da substância, um laudo e uma prescrição médica. O remédio chegou à casa de Fischer no dia 30. [notícia 13 nova – Folha de São Paulo]

(18) *De acordo com a vítima, que publicou um relato em o Facebook, as reclamações sobre o destino se intensificaram e os dois começaram a discutir. Ele também teria informado que ela teria que pagar R\$ 10 pela mala — na tabela, o preço por volume é R\$ 1, 05.*

— Ela sempre carregou malas e nunca cobraram. Quando ele disse o valor, ela falou que ia reclamar com a cooperativa — explicou a mãe.

O taxista então teria travado as portas e passado do local onde a cliente desembarcaria. Ele a levou, sob protestos, até a 77ª DP (Icarai).

Percebemos, em (17), a sequência de ações estabelecidas na notícia. Primeiramente, houve uma demarcação temporal de quando a agência se reuniu com a família – *no dia 15 de abril*. Após essa reunião e a explicação do que deveria ser feito, a conclusão do evento é apresentada, com a chegada do remédio à residência, em outra data – *no dia 30*. Neste caso, a demarcação de pontos sucessivos do evento não ocorreu no início da oração, como o esperado, já que há uma relação com o discurso anterior. O uso desses circunstanciais em posição quase final de oração pode ser explicado pelo grau de importância dado pelo repórter aos eventos narrados. No entanto, não podemos descartar os eventos enumerados a partir de sua localização temporal.

Em (18), as ações são descritas em sequência, tendo seu início no momento em que a passageira entra no táxi, e, a partir daí, cada ação vai sendo apresentada exatamente na ordem cronológica em que ocorrem, até que motorista e vítima vão parar na delegacia. Essa função discursiva, motivada por fatores extralinguísticos, está em acordo com o subprincípio da ordenação linear, conforme exemplificado em (10) e (11). No presente caso, o *então* é empregado para encerrar um ciclo de ações que são codificadas linguisticamente em sequência. Embora ainda guarde fortemente o traço anafórico – retoma um extenso marco temporal anterior: *Quando ele disse o valor, ela falou que ia reclamar com a cooperativa* –, já se mostra mais gramaticalizado, emergindo como um articulador de orações. Nesse ponto, o *então*, por distintas pressões de uso, já não transita exclusivamente no espectro do tempo; começa a participar, também, dos movimentos textuais, na função de operador de sequencialização.

Sendo assim, verifica-se que a distinção entre cada uma das funções discursivas dos circunstanciadores temporais não é categórica, pois as fronteiras entre elas não são totalmente excludentes e, em alguns casos, como acabamos de demonstrar em relação ao *então* operador de sequencialização, algumas dessas funções se sobrepõem. Isso nos leva à exemplificação da quinta e última função discursiva contemplada em nossa análise: a função mista.

Tal função discursiva confirma o que foi sinalizado no tópico anterior em relação ao *então*. Nos usos que se fazem dos circunstanciadores temporais, são identificadas mesclas de funções sintático-semânticas, textuais e discursivas. Por isso, tratamos essa função como mista. Analisemos os circunstanciadores destacados em (19) e (20):

(19) *A Casa Branca repudiou nesta quinta-feira as ameaças do aiatolá Ali Khamenei, e afirmou que os Estados Unidos não têm a intenção de entrar em guerra com o Irã.*

Khamenei se referiu aos "rumores" de um possível ataque americano contra o Iraque, e acrescentou que estas questões "não assustam" o Irã, pois não é a primeira vez que o país é atacado pelos EUA.

*O líder se mostrou convencido de que "os inimigos não cometerão tal erro, já que sabem muito bem que desta forma poriam em perigo seus próprios interesses". **No mesmo dia do duro discurso de Khamenei contra os EUA**, o Irã testou com sucesso um míssil terra-mar de alcance de 350 km. O teste foi realizado durante o segundo dia de manobras aeronavais na região do Golfo, informou a TV estatal. [notícia 1 – O Globo]*

(20) *A maior dificuldade em casos de transplantes é encontrar um doador que seja 100% compatível com o paciente. No caso de Luciene, não houve compatibilidade total nem dentro de a família nem em os cadastros disponíveis em bancos de doadores. Foi, **então**, que os médicos optaram por usar uma técnica inovadora chamada de transplante haploide, em a qual o doador é apenas 50% compatível com o paciente.*

No exemplo (19), o evento anterior (*o duro discurso do líder*) é retomado anaforicamente de forma clara pelo circunstanciador: *No mesmo dia do duro discurso de Khamenei contra os EUA*. Além de ser anafórico, ele introduz uma nova informação – o teste ocorrido no Irã –, o que nos faz perceber uma mudança no foco narrativo e a apresentação de um novo assunto, já que até então isso não havia sido mencionado no discurso. Desse modo, a locução adverbial em destaque, ao mesmo tempo em que apresenta as funções discursivas descritas, participa da continuidade e da progressão textual.

Guardadas as devidas diferenças, o mesmo se pode dizer do uso do *então* em (20). Sendo a anaforicidade a marca persistente da sua origem adverbial, é muito mais frequente encontrá-lo apenas retomando um marco temporal anterior. No entanto, ao longo do seu processo de gramaticalização (ARENA, 2008), o *então* foi se tornando cada vez mais polissêmico e multifuncional, e, como vimos em (18), já exerce funções mais gramaticalizadas. No exemplo (20), numa construção com o verbo “ser” – *Foi, então* –, muito recorrente por sinal, vemos o *então* promovendo a retomada não de um marco temporal anterior explicitamente codificado, mas de uma informação que se situa num determinado momento da ordem de acontecimento dos eventos. O fato de que não se encontrou um doador totalmente compatível com Luciene torna-se um marco temporal que será retomado pelo *então*, o qual, simultaneamente, numa função mais adequada ao seu uso como operador de sequencialização, introduz um fato novo: *os médicos optaram por usar uma técnica inovadora*. Novamente, vemos um circunstanciador temporal participando da textualidade, promovendo continuidade e progressão textual, ao mesmo tempo em que articula orações em períodos distintos.

Descritas as funções discursivas previamente delimitadas para que se procedesse metodologicamente à análise dos dados, tanto das locuções adverbiais quanto do *então*, o seguinte quadro tem por objetivo sintetizá-las:

Função Discursiva	Locução adverbial	Então	Relação
circunstanciador de coordenada temporal	[...] <i>os eleitores de Michigan baniram, em 2006, o critério racial</i> [...] (exemplo 12)	X	Somente as locuções adverbiais são usadas com a função de especificar uma coordenada temporal, função predominante delas. O <i>então</i> , em virtude de sua forma não substantiva, é menos específico e assume a função de retomar anaforicamente tais marcos temporais.
anafórica	[...] <i>Oito meses depois, o Primeiro Emprego só tinha levado [...]. De lá para cá, apenas 15 mil vagas foram criadas</i> [...] (exemplo 13)	[...] <i>o convênio com a Santa Casa foi feito em 2007 e, desde então, a entidade administra</i> [...] (exemplo 14)	A função anafórica é a segunda mais observada nas locuções adverbiais que são verificadas, geralmente, iniciando as orações. Esta é a função prototípica do <i>então</i> , marcado aspectualmente por preposição ou não marcado, que pode aparecer também iniciando orações.
introdução de subtópico	[...] <i>No início de maio o IBGE reformulará a coleta de dados</i> [...] (exemplo 16)	X	As locuções adverbiais são deslocadas para o início da sentença para apresentar um novo assunto. Essa função não foi encontrada no <i>então</i> na função de advérbio, possivelmente por causa da sua forma não substantiva e função mais procedural.
sequência temporal	[...] <i>A agência se reuniu com a família no dia 15 de abril para orientar [...]. O remédio chegou à casa de Fischer no dia 30.</i> (exemplo 17)	[...] <i>O taxista então teria travado as portas</i> [...] (exemplo 18)	Essa função é encontrada nas locuções , principalmente, quando há uma demarcação de pontos temporais no discurso. O <i>então</i> operador de sequencialização apresenta essa função em contextos discursivos específicos; a função anafórica fica enfraquecida, mas não se perde totalmente.
mista	[...] <i>No mesmo dia do duro discurso de Khamenei contra os EUA, o Irã testou com sucesso um míssil terra-mar</i> [...] (exemplo 19)	[...] <i>Foi, então, que os médicos optaram por usar uma técnica</i> [...] (exemplo 20)	Poucos dados tanto de locuções adverbiais quanto de <i>então</i> foram encontrados com mais de uma função, ou seja, a função mista. Em ambos os exemplos, tanto a locução adverbial quanto o <i>então</i> participam da retomada de um marco anterior e ao mesmo tempo introduzem tópico novo. No caso do <i>então</i> , a função mista somente pode ocorrer quando ele atua como operador de sequencialização, pois, além de continuar o texto por meio da retomada, pode fazê-lo progredir quando, ao dar sequência à cadeia de eventos, introduzir novo tópico.

Cabe ressaltar, a partir dessas observações, que os circunstanciais em estudo assumem funções outras, além da de especificar coordenadas temporais. No entanto, é importante perceber que as locuções possuem funções mais delimitadas que o *então*. Este, talvez por sua origem adverbial, guarda a função anafórica mesmo em usos como operador de sequencialização. Todas as demais funções do *então* estariam relacionadas de alguma forma ao seu papel de retomada no discurso. O mesmo não é, todavia, encontrado nas locuções adverbiais, pois o uso prototípico destas – codificar marco temporal – tem escopo reduzido. As demais funções das locuções surgem em situações discursivas nas quais se pretende trazer informações além da temporalidade dos eventos, em que se verifica um escopo maior.

4. Considerações finais

Neste artigo, buscamos analisar de forma qualitativa dois objetos circunstanciadores temporais – o *então* e as locuções adverbiais – por apresentarem funções textual-discursivas semelhantes em seus usos. Nossos dados foram retirados de amostra jornalística do português brasileiro contemporâneo.

À luz de alguns pressupostos do Funcionalismo norte-americano, como iconicidade e marcação, observamos as diferentes funções para as possibilidades de uso das formas linguísticas. Nossa expectativa era mostrar que o uso dos circunstanciais temporais possui largamente motivação discursiva, e essa motivação pode se refletir em seus usos dentro da oração.

Vimos, com isso, a partir dos subprincípios de iconicidade, que a integração entre os elementos desencadeia uma ordenação sintática dos circunstanciais. Além disso, de acordo com o subprincípio da quantidade, quanto maior a previsibilidade de uma informação, menor a necessidade de material linguístico. Tal princípio se vê aplicado no uso do *então*, anafórico e menos complexo cognitivamente, remetendo-se a eventos já mencionados no discurso. Por fim, a ordenação linear é um pressuposto fundamental na motivação da ordem dos circunstanciais, pois, geralmente, reflete o grau de importância dado pelo falante a essa informação.

As funções textual-discursivas desempenhadas pelos circunstanciadores se mostraram de extrema relevância para a compreensão de seus usos. No que concerne às locuções, partimos do que Ilogti de Sá (2015) considera como elemento não marcado no discurso – a função circunstanciadora – e verificamos suas demais funções, que são mais marcadas no contexto. Observa-se, com isso, que a locução desempenha outras funções na sua macroestrutura textual, tendo, além de indicar uma coordenada temporal, uma função

anafórica, introdutora de subtópico, sequenciadora de subtópico e até mesmo mista. As diferentes funções dessas locuções agem diretamente no posicionamento desses circunstanciais da sentença, por exemplo, deslocando-os para mais próximo de seus referentes.

O interessante, nesse aspecto, é perceber que, quanto às funções discursivas, ao se compararem as locuções adverbiais que são retomadas pelo *então* e o próprio advérbio *então*, a aplicação dos critérios “complexidade estrutural” e “complexidade cognitiva” indica que o *então* se apresenta como menos marcado dentro da categoria, possivelmente devido à sua configuração formal menos complexa, que demanda menos esforço cognitivo.

Este estudo também apontou que o *então*, em face de pressões discursivas, assume novos usos gramaticais e deixa de ser uma categoria apenas circunstanciadora temporal e passa a agregar uma função maior – além de sua função anafórica, prototípica – no processo coesivo textual, a função sequenciadora, a qual, por sua vez, tem potencial para introduzir tópico, participando da continuidade e progressão textual.

Sendo assim, esperamos ter contribuído para uma descrição mais detalhada, ainda que não cabal, de circunstanciadores temporais em discursos jornalísticos, a partir de alguns usos de diferentes locuções adverbiais e do *então*.

Referências

- ARENA, A. B. **Multifuncionalidade e polissemia do *então***: um estudo pancrônico. 2008. 146 f. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) - Programa de Pós Graduação em Letras, UFF, Rio de Janeiro, 2008.
- BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2001.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BRASIL, A. V. **Ordenação de circunstanciais na escrita**: um estudo contrastivo entre PB e PE. 2005. 190 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.
- CÂMARA JUNIOR, J. M. **História e estrutura da língua portuguesa**. 2. ed., Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CHAFE, W. **How people use adverbial clauses**. Berkeley Linguistics Society 10, 1984.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

GIVÓN, T. Topic continuity in discourse: the functional domain of switch-reference. In: HAIMAN, J.; MUNRO, P. (Orgs.). **Switch reference and universal grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1983. p. 51-82.

GIVÓN, T. **Syntax**: A Functional-Typological Introduction. Amsterdam/ Philadelphia: John Benjamins, 1990.

GIVÓN, T. **Syntax**. v. I. Amsterdam: John Benjamins, 2001.

GONÇALVES, S. C. L.; CARVALHO, C. dos S. Critérios de gramaticalização. In: GONÇALVES, S. C. L.; LIMA-HERNANDES, M. C.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (Orgs.) **Introdução à gramaticalização**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007. p. 67-90.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. (Eds.). **Approaches to grammaticalization**. Amsterdam: Philadelphia, 1991. p. 17-36.

ILOGTI DE SÁ, E. C. **Ordenação de locuções de tempo e aspecto em textos jornalísticos**: uma abordagem funcionalista. 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

ILOGTI DE SÁ, E. C. **Aconteceu em 2015 e em 2015 il est arrivé**: ordenação dos circunstanciais temporais e aspectuais no português e no francês. 2015. 221 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Programa de Pós-Graduação em Linguística, UFRJ, Rio de Janeiro, 2015.

KOCH, I. G. V. Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos. In: CLEMENTE, E. (Org.). **Linguística aplicada ao ensino de português**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MARTELOTTA, M. E.; SILVA, L. R. Gramaticalização do *então*. In: MARTELOTTA, M. E., VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). **Gramaticalização no português do Brasil** - uma abordagem funcional. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 221-235.

MARTELOTTA, M. E. **Mudança linguística**: uma abordagem centrada no uso. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTELOTTA, M. E. Advérbios: conceitos e tendências de ordenação. In: OLIVEIRA, M. R.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). **Adverbiais**: aspectos gramaticais e pressões discursivas. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 13-96.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2011.

PAIVA, M. C. *et al.* Padrão não marcado de ordenação de circunstanciais temporais: regularidades e divergências entre fala e escrita. **Linguística**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 69-88, 2007.

PAIVA, M. C. A ordem de circunstanciais no português brasileiro escrito. **Diacrítica**, Braga, v. 22, fasc. 1, p. 73-91, 2008.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2003.

TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**. Volume I. Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1991.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no português, a categoria e sua expressão**. Uberlândia: Edufu, 1994.

VAN DIJK, T. A. Episodes as units of discourse analysis. In: TANNEN, D. (Org.). **Analysing discourse: text and talk**. Washington: Georgetown University Press, 1982. p. 177-195.

Sobre as autoras

Ana Beatriz Arena (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-5284-553X>)

Doutora em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestra em Língua Portuguesa pela mesma instituição; graduada em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É professora da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Érika Cristine Ilogti de Sá (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-9946-8038>)

Doutora e mestra em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); graduada em Letras - Português/Francês pela mesma instituição. É professora da Faculdade de Formação de Professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ).

Variação e mudança linguística: evidências a partir da perspectiva da construcionalização gramatical sincrônica

Language variation and change: evidence from the perspective of synchronic grammatical constructionalization

Lauriê Ferreira Martins Dall’Orto¹

Ana Paula Gonçalves Durço²

Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda³

Resumo: O presente trabalho tem por finalidade discutir a variação e a mudança linguística no âmbito da construcionalização gramatical sincrônica. Para tanto, apresentamos evidências empíricas de dois fenômenos da língua portuguesa – construções com “então” e construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra”. Tomamos como base os postulados da Gramática de Construções nos termos de Goldberg (1995, 2016), de Croft (2001) e de Traugott e Trousdale (2013), no contexto da Linguística Funcional Centrada no Uso. Utilizamos, para as análises qualitativa e quantitativa dos dados, um *corpus* sincrônico de investigação, composto por textos retirados de *blogs*, de revistas disponíveis na internet e da mídia social YouTube. Os resultados apontam que, a depender do objeto de análise e dos objetivos do pesquisador, é possível falarmos em mudança e em variação, sob o enfoque do mecanismo da neoanálise e do mecanismo da analogização, mesmo a partir de uma perspectiva sincrônica de análise da construcionalização gramatical.

Palavras-chave: Linguística Funcional Centrada no Uso. Construcionalização gramatical sincrônica. Variação e mudança linguística. Neoanálise e analogização.

Abstract: This paper aims to discuss language variation and change in the context of synchronic grammatical constructionalization. In order to fulfill the proposed objective, we present empirical evidence of two phenomena of the Portuguese language – constructions with “então” and evaluative constructions with “super”, “mega”, “hiper” and “ultra”. In this study, we assume the theoretical assumptions of the Grammar of Constructions in terms of Goldberg (1995, 2016), Croft (2001) and Traugott and Trousdale (2013), in the context of Usage-based Functional Linguistics. This data analysis is based on the qualitative and quantitative methodology taking as a basis a synchronous *corpus* composed by texts taken from blogs, magazines available on the internet and social media YouTube. The results show that, depending on the object of analysis and the researcher’s objectives, it is possible to talk about change and variation, focusing on the mechanism of neoanalysis and the mechanism of analogization, even from a synchronic perspective of the analysis of grammatical constructionalization.

Keywords: Usage-based Functional Linguistics. Synchronic grammatical constructionalization. Language variation and change. Neoanalysis and analogization.

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Juiz de Fora, MG, Brasil. Endereço eletrônico: lauriefm@hotmail.com.

² Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil. Endereço eletrônico: anapauladurco@gmail.com.

³ Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Juiz de Fora, MG, Brasil. Endereço eletrônico: patriciafabianecunha@gmail.com.

Introdução

A discussão empreendida neste artigo é originária de nossas conversas e estudos no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Abordagem Construcional e Tradução (NUPACT), coordenado pelas Profas. Dras. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda e Lauriê Ferreira Martins Dall’Orto – do qual também faz parte a Profa. Dra. Ana Paula Gonçalves Durço –, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Uma questão sempre presente em nossas conversas diz respeito ao lugar da sincronia de análise no cerne das investigações de construcionalização gramatical: é possível falarmos em mudança e em variação a partir da perspectiva da construcionalização gramatical sincrônica?

Conforme detalhamos nas duas primeiras seções deste artigo, a construcionalização gramatical consiste em um processo de mudança linguística que tem como resultado o surgimento de um novo pareamento forma-função na língua, de natureza mais procedural, de maneira gradual, isto é, através de uma sucessão de neoanálises morfossintáticas e semântico-pragmáticas ao longo do tempo. Assim sendo, uma análise linguística pautada na sincronia seria capaz de captar essa mudança ocorrida através do tempo? Além disso, partindo do pressuposto de que cada construção da língua é constituída por um pareamento de forma e função, isto é, de que cada forma linguística desempenha uma função específica na língua, que lugar ocuparia a variação linguística no âmbito da perspectiva da construcionalização gramatical?

É no contexto de tais questionamentos e a partir de evidências empíricas de dois estudos de caso – um acerca de construções com “então”⁴ e outro acerca de construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra”⁵ na língua portuguesa – que o presente trabalho pretende demonstrar que, a depender do objeto e dos objetivos do pesquisador, à luz do mecanismo na neoanálise ou à luz do mecanismo da analogização, é absolutamente legítimo falarmos em mudança e em variação mesmo no âmbito da construcionalização gramatical sincrônica.

Dessa maneira, o artigo organiza-se da seguinte forma: i) na seção “Construcionalização gramatical”, apresentamos os pressupostos teóricos da construcionalização gramatical no contexto da Linguística Funcional Centrada no Uso; ii) na seção “Variação e mudança linguística”, tratamos da relação entre mudança e os mecanismos da neoanálise e da analogização, bem como do reconhecimento da variação em estágios iniciais de mudança; iii)

⁴ Parte da análise aqui empreendida acerca das construções com “então” constitui um recorte da tese de doutorado da coautora deste artigo (DURÇO, 2019).

⁵ Parte da análise aqui empreendida acerca das construções avaliativas com “super”, “hiper”, “mega” e “ultra” constitui um recorte da tese de doutorado da autora deste artigo (MARTINS DALL’ORTO, 2018).

na seção “Perspectiva sincrônica”, versamos sobre a perspectiva sincrônica de análise; iv) nas seções “Construções com ‘então’” e “Construções avaliativas com ‘super’, ‘mega’, ‘hiper’ e ‘ultra’”, apresentamos e discutimos dois estudos de caso; v) por fim, nas Considerações finais, apresentamos os resultados a que chegamos a partir dos questionamentos iniciais.

Construcionalização gramatical

As análises contidas neste artigo baseiam-se na corrente de estudos linguísticos denominada Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU), cujos pressupostos teóricos e metodológicos incluem aqueles desenvolvidos pela Gramática de Construções (GC), nos termos de Goldberg (1995, 2016), de Croft (2001) e de Traugott e Trousdale (2013).

Da GC, utilizamos como postulados centrais (i) a noção de construção, que engloba, de maneira integrada, os aspectos fonológico, morfológico, sintático, semântico, pragmático e discursivo de determinado fenômeno linguístico; (ii) o entendimento de que um conjunto de construções se organiza em rede; e (iii) o olhar para o léxico e para a gramática na perspectiva de um *continuum*. Inserimos, nesse contexto, o modelo de Traugott e Trousdale (2013), segundo o qual as construções de uma rede encontram-se hierarquicamente organizadas; de modo que analisá-las sob a perspectiva da mudança linguística implica levar em consideração as propriedades da esquematicidade, da produtividade e da composicionalidade, bem como os mecanismos da neoanálise e da analogização envolvidos no processo.

Entendemos construção, nos termos de Goldberg (1995) e de Croft (2001), como o pareamento entre forma e sentido – mais recentemente, entre forma e função linguística (GOLDBERG, 2016) –, isto é, como uma correspondência biunívoca entre ambas as partes, de maneira que essa unidade básica da gramática apresente dimensões gradientes. Segundo Traugott e Trousdale (2013), as construções de uma língua podem ser analisadas a partir de três propriedades, a saber: esquematicidade, produtividade e composicionalidade.

A esquematicidade diz respeito ao grau de abstratização de uma construção, que, de acordo com Traugott e Trousdale (2013), compreende três níveis em uma rede hierárquica, partindo do mais abstrato para o menos abstrato, quais sejam: esquema, subesquema e microconstrução. A segunda propriedade da construção proposta pelos autores é a da produtividade, que está relacionada ao grau de extensibilidade dos padrões construcionais e às frequências *type* e *token*, nos termos de Bybee (2011). Nesse sentido, um aumento de frequência *type* corresponde a um aumento de construções mais abstratas na língua, as quais se encontram nos níveis hierárquicos mais altos da rede construcional; enquanto um aumento de frequência *token* diz respeito a um aumento no uso de uma construção mais específica (ou

construto), empiricamente atestada. A última propriedade elencada por Traugott e Trousdale (2013) é a da composicionalidade, que pode ser medida em termos de correspondência e divergência entre a forma e a função de uma construção; isto é, a depender do seu nível de transparência, uma construção pode ser mais composicional ou menos composicional (mais idiomática).

Nessa concepção de língua como um conjunto de construções organizadas em rede, cujos nós encontram-se interconectados, a mudança linguística é vista sob dois aspectos: i) o da mudança construcional, que implica a alteração de apenas um dos componentes internos da construção (na forma ou na função); ii) o da construcionalização, que diz respeito às alterações tanto na forma quanto na função, instanciando um novo pareamento *forma < > função*, originando um novo nó na rede (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

De acordo com Traugott e Trousdale (2013), o processo de construcionalização lexical ocorre de maneira mais instantânea, enquanto a construcionalização gramatical, por outro lado, envolve uma sucessão de micropassos – o que equivale a dizer que ocorre de maneira gradual –, a partir dos mecanismos da neoanálise e da analogização, os quais são abordados na seção seguinte. A gradualidade incorporada à noção de construcionalização, a que se referem os autores, pode ser concebida tanto do ponto de vista diacrônico – sob o termo *gradualidade* –, quanto da perspectiva sincrônica – sob o termo *gradiência* –, como resultado daquela.

Na seção seguinte, tratamos mais especificamente da construcionalização gramatical e da atuação dos mecanismos da neoanálise e da analogização na instanciação de novas construções na língua, bem como da relação destes com a mudança e a variação linguística.

Varição e mudança linguística

No âmbito da construcionalização gramatical, a mudança linguística é entendida como um processo dinâmico que tem como resultado a (re)formulação do sistema linguístico mediante a emergência de novos pareamentos forma-função na língua a partir das necessidades comunicativas dos locutores no momento da interação. A emergência de novos padrões construcionais, desse modo, envolve tanto um processo mais local, que consiste em uma nova interpretação de formas e funções já existentes em contextos específicos de uso, quanto um processo mais geral e mais abstrato, que diz respeito à atração de formas e funções a partir de um esquema construcional já existente e fixado na língua. Nesse contexto, são de fundamental importância os mecanismos de mudança linguística denominados por Traugott e Trousdale (2013) neoanálise e analogização.

O mecanismo da neoanálise – responsável pelo alinhamento entre padrões de uso e padrões gramaticais e pelo surgimento de novas construções na língua – refere-se a um processo mais local, que atua no eixo sintagmático e que está diretamente relacionado ao processo de metonimização, que, por conseguinte, está diretamente relacionado ao processo de intersubjetivização. É por meio do mecanismo da neoanálise que propriedades formais (fonológica, morfológica e/ou sintática) e funcionais (semântica, pragmática e/ou discursiva) da construção-fonte são alteradas (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

A metonimização, processo cognitivo que constitui uma motivação para a mudança linguística, diz respeito à expansão semântico-pragmática de uma construção, que passa a designar entidade contígua em um novo contexto de uso. Tal expansão envolve fortalecimento pragmático, aumento de informatividade e de expressividade. O acréscimo de expressividade do locutor é entendido em termos de um *continuum* de crescente (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 2010; TRAUGOTT; DASHER, 2005). Quando a intenção comunicativa do locutor é ser mais expressivo, e ele indexa suas crenças, valores e atitudes no conteúdo proposicional, estamos diante de um processo de subjetivização. Ademais, quando o locutor, além de codificar seu ponto de vista na proposição, marca linguisticamente sua preocupação com a interação comunicativa, temos um processo denominado intersubjetivização. É nesse contexto que Traugott (2010) propõe o *cline* [- subjetivo] → [+ subjetivo] → [+ intersubjetivo] para a mudança linguística.

Outro mecanismo atuante na criação de novas construções na língua é a analogização. A analogização, mecanismo de mudança que ocorre no eixo paradigmático, promove o alinhamento de um novo pareamento forma-função a um esquema construcional mais geral e mais abstrato. Nesse contexto, propriedades formais e funcionais de uma nova construção são correlacionadas a propriedades de forma e função de um padrão já existente, que funciona como uma representação exemplar na rede (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Ainda no eixo paradigmático, a motivação para a mudança pode se dar através do processo cognitivo da metaforização, que constitui uma projeção entre domínios conceptuais distintos: as experiências mais concretas dos seres humanos servem de base para a projeção de experiências mais abstratas. Nesse sentido, as metáforas funcionam como uma representação exemplar para o surgimento de novas construções na língua (TRAUGOTT, 2011).

Além da mudança linguística, defendemos neste artigo que a variação linguística também pode ser compreendida no âmbito da construcionalização gramatical se entendermos, como Hopper (1991), que, em estágios iniciais de mudança, ocorre a estratificação (ou

layering). De acordo com o princípio da estratificação, novas camadas ou novos pareamentos forma-função podem conviver ou competir com padrões construcionais já fixados na língua. Oliveira e Arena (2016) consideram que novas construções, mais pesadas e mais icônicas, são utilizadas pelos locutores que buscam atingir propósitos comunicativos mais intersubjetivos, agindo sobre seus interlocutores; já as construções já fixadas na língua seriam mais leves.

Assim como Oliveira e Arena (2016), entendemos a competição pelo uso não apenas em termos de substituição de uma construção pela outra com o passar do tempo, mas, sim, a competição como um estágio passageiro – se um dos padrões for descartado pela comunidade linguística ou se um dos padrões se especializar com nova função – ou permanente – se a variabilidade no eixo paradigmático se tornar estável na língua.

Uma ponderação que fazemos é que o princípio da não sinonímia, proposto por Goldberg (1995), que rege a noção de construção (pareamento forma-função) no âmbito da GC e, conseqüentemente, no contexto da construcionalização, não inviabiliza o reconhecimento e o tratamento da variação linguística. Consideramos, que mesmo estando em variação, não há correspondência total entre as construções variantes. Conforme a própria Goldberg (1995) afirma, duas ou mais construções distintas em sua estrutura formal podem ser **semanticamente ou pragmaticamente** diferentes. É nesse contexto que assumimos que, por exemplo, em uma mudança em curso, ainda que duas ou mais construções sejam conceitualmente semelhantes e estejam variando no uso, diferenças pragmáticas podem se fazer presentes.

Portanto, neste artigo, pretendemos demonstrar que o modelo proposto por Traugott e Trousdale (2013), no âmbito da GC, é capaz de abarcar fenômenos linguísticos em mudança e/ou em variação mesmo quando adotamos uma perspectiva sincrônica de análise.

Perspectiva sincrônica

Embora Traugott e Trousdale (2013) tenham proposto um modelo teórico-metodológico para a compreensão de fenômenos diacrônicos na língua, a partir das dimensões da mudança construcional e da construcionalização, assumimos que este, ainda assim, é extensivo às mudanças linguísticas, e até mesmo às variações, que ocorrem na língua em tempo presente.

É nesse contexto que Rosário e Lopes (2017) propõem a denominação “construcionalização gramatical sincrônica”. Nessa direção, os autores argumentam que a própria definição de língua de Traugott e Trousdale (2013, p. 44, tradução nossa), a partir de Bybee (2010, p. 1), é coerente com os estudos da mudança em uma perspectiva sincrônica de

análise: “a língua é um fenômeno que exhibe estrutura aparente e regularidade de padrões ao mesmo tempo em que apresenta considerável variação em todos os níveis”.

A esse respeito, Martins Dall’Orto e Cunha Lacerda (2019, p. 186) argumentam que “uma análise sincrônica dos dados nos permite, também, observar a extensibilidade de padrões a partir da perspectiva da analogização, sem necessariamente negarmos a mudança linguística em micropassos – isto é, do ponto de vista de uma sucessão de neoanálises”. E, no presente artigo, demonstramos que, partindo do princípio de que as construções da língua tendem a ser cada vez mais intersubjetivas, isto é, cada vez mais expressar os posicionamentos do locutor, bem como a preocupação do locutor com a interação – e, conseqüentemente, assumindo o *cline* [- subjetivo] → [+ subjetivo] → [+ intersubjetivo] –, a análise sincrônica da mudança é capaz de refletir os micropassos, a sucessão de neoanálises morfossintática e semântico-pragmática.

É nesse contexto que apresentamos dois estudos de caso de mudança linguística em perspectiva sincrônica, (i) um acerca das construções com “então”, através do qual observamos a atuação do mecanismo da neoanálise – a expansão morfossintática e semântico-pragmática no eixo sintagmático –, (ii) e outro acerca de construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra”, por meio do qual verificamos a atuação da analogização – a extensibilidade de padrões a partir de exemplos no eixo paradigmático – e, ainda, a variação linguística.

Portanto, assim como destacam Martins Dall’Orto e Cunha Lacerda (2019, p. 187), acreditamos que o modelo proposto por Traugott e Trousdale (2013) “seja, sim, capaz de fornecer ferramentas para pensarmos na maneira com que microconstruções individuais articulam esquemas gerais ao mesmo tempo em que são por eles afetadas mesmo em uma amostra sincrônica”. Em outras palavras, o estudo sincrônico nos possibilita a identificação dos três níveis de esquematicidade propostos pelos autores, os quais organizam as construções em torno de uma rede construcional comum, evidenciando o processo de construcionalização gramatical via neoanálise e analogização – conforme demonstramos na seção seguinte.

Desse modo, os dois estudos de caso apresentados são pautados nas análises qualitativa e quantitativa dos dados, que foram extraídos dos seguintes *corpora*:

Quadro 1 – *Corpora* utilizados

Estudo de caso	<i>Corpus</i>
Construções com “então”	<i>Corpus</i> escrito: textos retirados de <i>blogs</i> e revistas disponíveis na internet, os quais são datados do ano de 2014.
	<i>Corpus</i> oral: vídeos da mídia social YouTube, datados do ano de 2014.

Construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra”	<i>Corpus</i> escrito: textos retirados de <i>blogs</i> e revistas disponíveis na internet, datados dos anos de 2008, 2011 e 2014.
--	--

Fonte: elaboração própria.

Todas as ocorrências foram analisadas qualitativamente e quantitativamente no que se referem aos aspectos formais e funcionais das construções identificadas, conforme detalhamos na seção seguinte, em que apresentamos evidências empíricas de que é possível falarmos em mudança e em variação linguística no âmbito da construcionalização gramatical sincrônica.

Construções com “então”

A partir de uma pesquisa empírica e sincrônica de Durço (2019), em que foi realizado o mapeamento de microconstruções com “então” e foi proposta uma rede taxonômica em que estas se encontram agrupadas por semelhanças e diferenças entre si e distribuídas em níveis de esquematicidade, respeitando-se os graus de (inter)subjetividade a que estão ancoradas, obteve-se como resultado a constatação de que as construções com “então” na língua portuguesa estão alinhadas a um esquema mais geral, cuja representação formal é $\{X \leftarrow \text{então} \rightarrow (Y)\}^6$, com a função geral de realizar um apontamento fórico, de caráter focalizador e relacional, em uma relação entre constituintes, entre sentenças ou entre porções discursivas.

No nível imediatamente menos esquemático em relação ao esquema, apresentam-se três subesquemas, dispostos de acordo com os níveis de (inter)subjetividade em que se encontram: a) no subesquema 1, estão agrupadas as construções com função de circunstanciação temporal, com ancoragem em um marco temporal e caráter [- subjetivo]; b) no subesquema 2, estão alocadas as construções que apresentam como função basilar a conexão entre sentenças, com ancoragem sentencial e caráter [+ subjetivo]; c) no subesquema 3, encontram-se as construções com função de marcador discursivo – doravante, MD – atuando no nível intertextual e interpessoal, com ancoragem no discurso e caráter [+ intersubjetivo]. Partindo dessa classificação de Durço (2019), vejamos os seguintes exemplos:

(1) Não é a primeira vez que uma celebridade alemã acaba na cadeia por sonegação de impostos. (...) Em 2009, Klaus Zumwinkel, **então** presidente da Deutsche Post, maior empresa de logística da Alemanha, livrou-se da prisão, mas pagou multa de 1 milhão de euros. A diferença desta vez é a notoriedade do acusado. (*Corpus* revistas 2014)⁷

⁶ X e Y são variáveis relacionadas por “então”, que sofrem alterações estruturais de acordo com o subesquema em que se encontram.

⁷ Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1080/noticias/contra-o-tempo?1>. Acesso em: 2 out. 2015.

(2) Não dá pra viver só de enfiar o pé na jaca, **então** durante a semana eu tento me alimentar de maneira mais leve e saudável. (*Corpus blogs* 2014)⁸

(3) J: com esse negócio da paternidade cê teve que frequentar muitos cursos?

F: **então**... eu eu tinha muito medo assim de ser pai porque eu sou uma pessoa muito egoísta né... e e aí eu fiquei com medo... eu falei pô será que eu não vou conseguir cuidar e tal... então foi fácil da minha mulher me convencer a fazer o pior curso da minha vida... que é o curso de ser pai... na maternidade/ qual é o nome da maternidade que a gente teve o bebê? (*Corpus oral* 2014)⁹

Nos exemplos expostos, do ponto de vista da construcionalização gramatical, encontram-se três construções diferentes, representativas dos três subesquemas presentes na rede das construções com “então”: (i) a primeira indicando circunstanciação temporal, (ii) a segunda, conexão, e (iii) a terceira, marcação discursiva.

A microconstrução presente em (1) pode ser formalmente representada por $\{[X]_{s1} \leftarrow [(\text{det}) \text{então} \rightarrow Y]_{s2}\}$, em que “(det)” é um *slot* preenchido por um determinante – que não aparece nesse construto – e em que X e Y são constituintes de sentenças diferentes, relacionados por “então”. Funcionalmente, “então” indica uma circunstância de tempo, situando o elemento predicativo à sua direita – presidente da Deutsche Post – em relação ao marco temporal mencionado – o ano de 2009, podendo ser parafraseado por “naquela época”. Pelo fato de se tratar de uma relação temporal entre constituintes, trata-se de uma construção [- subjetiva] dentro da rede construcional desenhada por Durço (2019), considerando-se o *cline* de intersubjetividade proposto por Traugott (2010).

A segunda microconstrução, contida no exemplo (2), é formalmente representada por $\{[X] \leftarrow [\emptyset \text{então} \rightarrow Y]\}$, em que \emptyset significa ausência de outro conector, enquanto X e Y, duas sentenças distintas. Nesse caso, “então” atua com função de conector, uma vez que estabelece uma relação lógico-semântica de causa e efeito entre duas sentenças, isto é, o fato de o sujeito ter que se alimentar de maneira mais leve e saudável na semana seguinte é decorrente do fato implícito de que o sujeito da enunciação enfiou o pé na jaca, inferível a partir da premissa estabelecida por ele na sentença “não dá pra viver só de enfiar o pé na jaca”. Trata-se de uma relação conclusiva e, embora ainda se possa constatar a presença da iconicidade¹⁰ na construção, esta não se dá mais no plano temporal, mas entre proposições, estabelecida no plano textual-discursivo, o que nos leva a considerá-la [+ subjetiva] dentro da rede proposta.

⁸ Disponível em: <https://www.2beauty.com.br/blog/2014/03/20/3-instagram-para-seguir-se-voce-gosta-de-receitas-light/>. Acesso em: 19 mai. 2015.

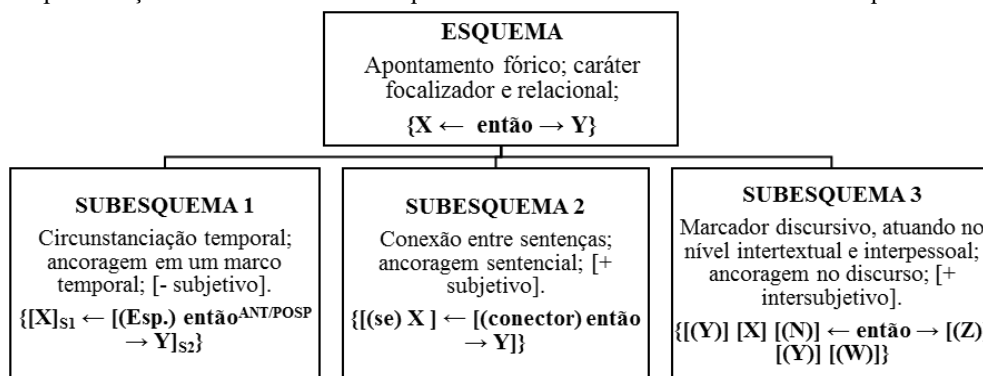
⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com>. Acesso em: 8 mai. 2015.

¹⁰ A iconicidade, em termos de integração, presente nesta construção, não se dá no plano temporal, mas entre proposições com relação de causa e efeito.

No exemplo (3), representativo da microconstrução cuja forma pode ser descrita por **L1: {[X] L2: ← então ...→ [Y]}**, em que L significa “locutor” e X e Y, segmentos textuais distintos na interação verbal, “então” encontra-se na função de MD, prefaciando a resposta de L2, a fim de organizar o tópico discursivo, além de demonstrar o alinhamento de L2 com a pergunta de L1, bem como seu engajamento na interação verbal, sendo, pois, integrante de uma construção [+ intersubjetiva]. Logo, “então” desempenha funções que extrapolam o textual, alcançando efeitos no plano dialógico-discursivo, à medida que relaciona atos de fala distintos dentro da interação face a face, com um escopo bem mais amplo – todo o ato de fala subsequente – do que os representados nas duas primeiras construções – constituinte e sentença, respectivamente.

Essas três microconstruções apresentadas são representativas, respectivamente, dos três subesquemas encontrados na rede proposta por Durço (2019), esquematizados a seguir:

Figura 1 – Representação dos dois níveis hierárquicos da rede construcional de “então”: esquema e subesquemas



Fonte: Durço (2019, p. 100).

Como se pode verificar na figura 1, em uma escala crescente de intersubjetividade, as microconstruções do subesquema 3 estão um passo à frente em relação às do subesquema 2, que, por sua vez, engloba microconstruções um passo à frente em relação às do subesquema 1. Partindo do modelo desenvolvido por Traugott e Troudale (2013), no que se refere aos níveis de esquematicidade, as microconstruções encontradas no *corpus* sincrônico constituído para esta pesquisa foram agrupadas por similaridades, obtendo-se como resultado três subesquemas, os quais, apoiados no esquema mais abstrato – cujas funções centrais são a foricidade e o caráter focalizador e relacional – instanciam microconstruções cada vez mais intersubjetivas na língua demonstrando estarem envolvidas em um processo de construcionalização gramatical.

Ainda, ao dispormos as microconstruções com “então” na rede, seguindo esse critério de níveis de intersubjetividade, evidenciamos ainda aumento nos níveis de abstratização e de

produtividade e diminuição na composicionalidade, fatores que, de acordo com Traugott e Trousdale (2013), estão diretamente relacionados à mudança linguística.

Com relação à frequência de uso, temos o seguinte:

Tabela 1: Frequência *token* e *type* da rede construcional de “então”

Frequência	Subesquema 1		Subesquema 2		Subesquema 3		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<i>Token</i>	127	12,59%	215	21,31%	667	66,10%	1009	100%
<i>Type</i>	5	20%	7	28%	13	52%	25	100%

Fonte: Durço (2019, p. 162)

Ao analisarmos os dados da tabela 1, verificamos que há um aumento, tanto na frequência *token*, quanto na frequência *type*: o subesquema 1 apresenta 127 ocorrências e 5 microconstruções com função basilar de circunstanciação temporal; por outro lado, o subesquema 2 engloba o total de 215 ocorrências e 7 microconstruções com função de conexão; já o subesquema 3 contém 667 ocorrências e 13 microconstruções com função de marcação do discurso. Como podemos notar, à medida que há um aumento no grau de intersubjetividade, há também um aumento tanto na frequência de uso, quanto na instanciação de novas microconstruções dentro de cada subesquema, demonstrando um aumento na produtividade e na esquematicidade de um subesquema em relação ao outro.

Além disso, como pudemos verificar nos exemplos de 1 a 3, há uma expansão semântico-pragmática e morfossintática nas microconstruções com “então”, uma vez que a noção de tempo é transportada metaforicamente para o plano textual-discursivo e reinterpretada no plano interacional, o que coincide também com uma ampliação no escopo de “então” nos três subesquemas, indo do constituinte, passando pela sentença e chegando a uma porção textual, no subesquema 3. Essa expansão semântico-pragmática e morfossintática é visível também na figura 1, onde temos explicitados os três pareamentos distintos de forma nova e função nova, o que comprova estarmos diante de construções distintas na língua, resultantes de um processo de construcionalização gramatical. Sendo assim, a organização das construções com “então” em um *cline* de (inter)subjetividade é capaz de refletir a mudança ocorrida através do tempo, isto é, a sucessão de neoanálises morfossintática e semântico-pragmática, mediante um processo de associação e contiguidade para diferentes contextos discursivos.

Essas descobertas acerca das construções com “então”, tendo em vista um *corpus* sincrônico, encontram-se alinhadas com pesquisas diacrônicas já realizadas, mesmo que em outra perspectiva, o que nos leva a defender ser possível utilizar o modelo proposto por

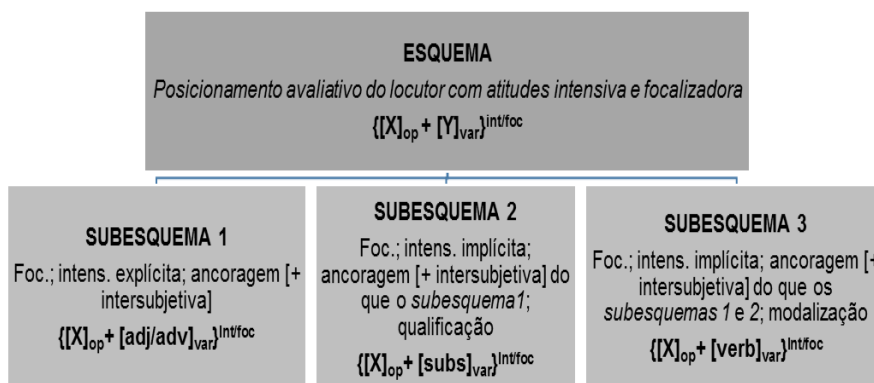
Traugott e Trousdale (2013) para atestar resultados de processos de construcionalização gramatical.

Construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra”

Martins Dall’Orto (2018) denomina construções avaliativas os pareamentos forma-função em que “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” atuam no posicionamento avaliativo do locutor, intensificando e focalização material subsequente, cumprindo, dessa maneira, propósitos comunicativos que diferem de seus usos como prefixos.

Em contexto de posicionamento avaliativo do locutor, em posição anteposta ao escopo, a autora verifica que “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” podem desempenhar as funções de advérbio, de adjetivo e de modalizador, preenchendo o *slot* de três domínios funcionais distintos (ou subesquemas), a saber, respectivamente, o da intensificação, o da qualificação e o da modalização, conforme observamos a seguir:

Figura 2 – Representação da rede de construções com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra”: esquema e subesquemas



Fonte: adaptada de Martins Dall’Orto (2018, p. 209).

Preenchendo *slot* no domínio funcional da intensificação (subesquema 1), “super”, “mega”, “hiper” e/ou “ultra”, além de intensificarem explicitamente o elemento subsequente, que pode ser um adjetivo ou um advérbio – ou locuções adjetivas e adverbiais –, focalizam seu escopo, de maneira a dar proeminência à informação que o locutor deseja colocar em evidência em seu discurso, conforme observamos nos exemplos seguintes:

(4) Ana Carolina é descrita pelos amigos como uma mãe amorosa. Funcionária do Unibanco, tem fotos de Isabella na mesa de trabalho e falava dela com frequência para os colegas. “Mesmo a Carol sendo superjovem, sempre assumiu a filha com muito orgulho. (*Corpus revistas 2008*)¹¹

¹¹ Disponível em: https://istoe.com.br/2363_A+MORTE+INACEITAVEL+DE+ISABELLA. Acesso em: 11 jun. 2015.

(5) Mestra na arte de combinar skinny pants com camisas meio boyfriend de uma maneira ultra charmosa, ela aposta nessa mesma fórmula em todos os looks, mudando apenas os materiais – jeans, tecido plano, couro... Como terceira peça, o eleito é quase sempre um paletó **mega bem cortado** (Ela adora Balmain ok gente? #realidades kkkk) ou casacão com pele se estiver fazendo muito frio. (*Corpus blogs* 2011)¹²

(6) Cá estou em meu quarto no hotel de NY!!! Cheguei ontem **hiper cedo** e tá um superfrio que eu adoro. Em apenas dois dias já tenho muitas coisas pra contar mas claro que não posso ficar trancada no quarto quando em NY, portanto vocês vão ter que esperar um pouquinho! (*Corpus blogs* 2008)¹³

(7) As meninas me levaram para conhecer esse restaurante por quilo japonês que, se não é **ultra barato**, tem preço justo por causa da variedade e fartura. (*Corpus blogs* 2011)¹⁴

Nas microconstruções destacadas nos exemplos (4), (5), (6) e (7), “super”, “mega”, “hiper” e “ultra”, respectivamente, desempenham a função de advérbio de intensidade e de focalizador. Em (4), o escopo da intensificação é o adjetivo “jovem”; em (5), é a locução adjetiva “bem cortado”; em (6), é o advérbio “cedo”; e em (7), é o adjetivo “barato”. Diz-se, desse modo, que a intensificação nessas microconstruções é explícita devido ao fato de o conteúdo graduado encontrar-se na superfície do discurso. É nesse sentido que se considera que “super”, “mega”, “hiper” e “ultra”, estabelecendo-se em sintagmas adjetival e adverbial, são recrutados para o preenchimento do *slot* da intensificação, mediante um processo de analogização com o advérbio de intensidade mais prototípico “muito” – que também ocorre anteposto a adjetivos e a advérbios. É importante salientar aqui que, embora se defenda um processo de analogização com o advérbio “muito”, os advérbios “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” são conceptualizados pelos falantes como sendo mais expressivos do que “muito”.

Ademais, como se verifica nos contextos examinados, as microconstruções com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” atuam no posicionamento avaliativo do locutor, a fim de convencer seu interlocutor de uma avaliação sobre si mesmo, sobre o outro ou sobre uma realidade. No exemplo (4), Ana Carolina é avaliada positivamente pelo seu amigo de infância Júnior Zanellato, que diz que “Mesmo a Carol sendo **superjovem**, sempre assumiu a filha com muito orgulho”. Já no exemplo (5), através da microconstrução “**mega bem cortado**”, o locutor exprime uma avaliação apreciativa positiva sobre o paletó usado por Emanuelle, colocando em relevo uma informação importante para a compreensão do texto. No exemplo (6), o locutor, por meio da microconstrução “**hiper cedo**”, avalia positivamente o fato de ter chegado cedo em Nova Iorque, tendo aproveitado bastante seu primeiro dia de viagem. E, por

¹² Disponível em: <http://www.garotastupidas.com/get-the-look-emanuelle-alt>. Acesso em: 4 maio 2015.

¹³ Disponível em: <http://diadebeaute.revistaglamour.globo.com/2008/01/28/de-ny>. Acesso em: 26 maio 2015.

¹⁴ Disponível em: <http://www.vendenafarmacia.com.br/2011/03/eu-sacolo-tu-sacolas.html>. Acesso em: 4 maio 2015.

fim, em (7), o locutor avalia de maneira positiva o restaurante japonês que conheceu, como se observa em “se não é **ultra** barato, tem preço justo por causa da variedade e fartura”.

Portanto, o domínio funcional da intensificação é representado formalmente, a partir do estudo das construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” por Martins Dall’Orto (2018), da seguinte maneira: {[X] + [adj/adv]}. Nessa representação formal, “X” simboliza o *slot* a ser preenchido por “super”, “mega”, “hiper” e/ou “ultra”.

No domínio funcional da qualificação (subesquema 2), “super”, “mega”, “hiper” e/ou “ultra” desempenham a função de adjetivo qualificativo. Nesse contexto, além de intensificar de maneira implícita e de focalizar seu escopo, “super”, “mega”, “hiper” e/ou “ultra” também qualificam um nome subsequente, isto é, agregam traços às propriedades intencionais dos substantivos a que se referem. Vejamos os exemplos a seguir:

(8) Oi meninas!!! Entre os **super** presentes que eu ganhei da Dany (obrigado amiga linda!!!), estavam essas máscaras da Avon, que eu estava doida para testar!! (*Corpus blogs* 2008)¹⁵

(9) De todos os shows que eu tive a oportunidade de ver ao longo deste ano, o melhor e mais emocionante foi de longe o combo Muse e U2 em abril no Morumbi. **Mega produção**, músicas lindas, com direito ao muso Bellamy abrindo os shows, eu me esguelando em Uprising e tio Bono me emocionando a cada musica ””aliás, nunca vou esquecer do estádio inteiro cantando Beautiful Day. Lindo, lindo, lindo. (*Corpus blogs* 2011)¹⁶

(10) Seus cílios vão ficar finos e compridos e as chances de seu chefe achar que você é uma boneca inflável indo shake your rebotator na balada são mínimas. É o tipo do detalhe simples que faz você ficar mais bonita e arrumada sem que precise de uma **hiperprodução**. (*Corpus blogs* 2008)¹⁷

(11) De verdade, esse é o melhor lápis delineador que já usei, e olha que eu já usei vários (...) Mas não é que o produto é bom mesmo: é muito macio por isso desliza muito fácil, com uma passada já fica pretinho, é à prova d’água, aliás, é bem difícil de tirar pois tem **ultra** fixação. (*Corpus blogs* 2011)¹⁸

Nesses exemplos, as microconstruções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” atuam, diante de um nome, no posicionamento avaliativo do locutor com atitudes intensiva, focalizadora e qualificadora. No exemplo (8), com a microconstrução “**super** presentes”, o locutor avalia positivamente os presentes que ganhou de Dany. Nessa microconstrução, “super” qualifica o substantivo “presentes” – presentes muito bons, presentes incríveis –, de modo que a leitura intensiva fica a cargo da interpretação do leitor,

¹⁵ Disponível em: <http://maisquebonitas.com/2008/testandomascaras-da-avon>. Acesso em: 16 jun. 2015.

¹⁶ Disponível em: <http://borboletando.com.br/2011/12/borboletando-awards-o-que-eu-amei-em-2011/>. Acesso em: 12 abril 2015.

¹⁷ Disponível em: <http://www.vendenafarmacia.com.br/2008/11/joo-experimenta-e-conta-mscara-para.html?m=0>. Acesso em: 14 jun. 2015.

¹⁸ Disponível em: <http://www.vendenafarmacia.com.br/2011/05/resenha-da-leitora-nadia-lapis-de-olhos.html>. Acesso em: 16 jun. 2015.

ou seja, é alcançada nas entrelinhas do texto. No exemplo (9), o locutor faz uma avaliação positiva do show de Muse e U2 em abril no Morumbi, quando diz que foi uma “**Mega** produção, músicas lindas”; no exemplo (10), o locutor avalia positivamente uma determinada máscara de cílios como sendo de boa qualidade, podendo ser usada em produções mais simples, sem que seja necessária uma “**hiper**produção”; e, em (11), o locutor, faz uma avaliação positiva de um lápis de olho, que tem “**ultra** fixação”. Nos exemplos (8), (9), (10) e (11), as microconstruções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra”, em sintagma nominal, evidenciam menor saliência da intensificação e maior saliência do traço atributivo de qualidade.

A forma do domínio funcional da qualificação pode ser representada, a partir da investigação das construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” por Martins Dall’Orto (2018), da seguinte maneira: **{[X] + [subs]}**.

Por fim, no domínio funcional da modalização (subesquema 3), “super”, “mega”, “hiper” e/ou “ultra” funcionam como advérbio modalizador epistêmico asseverativo em sintagma verbal. Nesse contexto, além da indexação de posicionamento avaliativo, de intensificação implícita e de focalização, há, ainda, a codificação do comprometimento do locutor com veracidade da proposição. Observemos os exemplos abaixo¹⁹:

(12) Eu fico fascinada por esse universo de personalizações da Louis Vuitton, sem dúvida meu item de maior desejo ainda é o porta passaporte, mas **super me vejo** usando uma Bandolière ou uma mala de mão (das de rodinha) personalizada. (*Corpus blogs* 2014)²⁰

(13) E: Não rolam comparações entre vocês e até mesmo com artistas como Fafá de Belém e banda Calypso?

I: Não. Eu **megarrespeito** artistas como a Fafá, que é maravilhosa. Acho a banda Calypso incrível. Não tenho esse pensamento de que vou tomar o lugar delas. (*Corpus* 2011 revistas)²¹

Nos exemplos (12) e (13), as microconstruções com “super” e “mega”, além de enfatizarem a informação que os locutores pretendem dar relevo em seu discurso, modalizam a proposição de maneira assertiva. Em (12), a locutora avalia positivamente os produtos personalizados da marca Louis Vuitton e assevera, afirma, que super se vê usando “uma Bandolière ou uma mala de mão (das de rodinha) personalizada”. Nesse contexto, “super”, poderia ser “substituído” por “mesmo”, “de fato”, “realmente”, entre outros. Em (13), a locutora utiliza a microconstrução “megarrespeito” a fim de asseverar sua informação

¹⁹ No *corpus* de análise, não foram encontrados usos de “hiper” e “ultra” em sintagma verbal, o que não significa que as construções não existam na língua.

²⁰ Disponível em: <https://f-utilidades.com/tag/louis-vuitton/>. Acesso em: 11 mai. 2015.

²¹ Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/tpm/gaby-amarantos>. Acesso em: 14 jun. 2015.

colocada em destaque de que respeita, de fato, a cantora Fafá; de maneira a proteger sua face de uma possível desconfiança do interlocutor. Nesse sentido, entende-se que, nos exemplos (12) e (13), as microconstruções avaliativas com “super” e “mega” exprimem uma intensificação implícita, de modo que a força intensiva se transforma em força modalizadora.

A forma do domínio funcional da modalização pode ser representada, a partir da investigação das construções avaliativas com “super” e “mega” por Martins Dall’Orto (2018), da seguinte maneira: {[X] + [verb]}.

Observemos, a seguir, como as construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” se distribuem em termos de frequências *token* e *type*, no *corpus* de análise, em torno dos três domínios funcionais já descritos:

Tabela 2: Frequências *token* e *type* das construções avaliativas no *corpus* de análise

Construções avaliativas	Intensificação	Qualificação	Modalização	Total
Com “super”	1763	244	159	2166
Com “mega”	150	124	2	276
Com “hiper”	39	1	-	40
Com “ultra”	55	1	-	56
Total	2007	370	161	2538

Fonte: elaboração própria, baseada em Martins Dall’Orto (2018).

No que diz respeito à frequência *type*, ou número de padrões construcionais que compõe uma construção mais esquemática (BYBEE, 2011; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), foram encontrados 3 subesquemas (ou domínios funcionais) e 7 microconstruções no subesquema 1, 4 microconstruções no subesquema 2 e 2 microconstruções no subesquema 3.

De acordo com a tabela 2 acima, no que tange à frequência *token*, ou número de ocorrências de determinado padrão construcional em um *corpus* de análise (BYBEE, 2011; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), as microconstruções avaliativas com “super” são as mais frequentes no *corpus* investigado e as mais frequentes em cada um dos domínios funcionais analisados. Em um total de 2.538 ocorrências, foram encontrados 2.166 *tokens* com “super”, 276 com “mega”, 40 com “hiper” e 56 com “ultra”. Tais números nos levam a hipotetizar que as construções avaliativas com “super” configurariam modelos para o surgimento das construções avaliativas com “mega”, “hiper” e “ultra” na língua.

Dos 2.166 *tokens* com “super”, 1.763 ocorrem em contexto de intensificação explícita, em sintagma adjetival e adverbial; 244 ocorrem em contexto de qualificação, em sintagma nominal; e 159 ocorrem em contexto de modalização, em sintagma verbal. Para Martins Dall’Orto (2018), a alta frequência de ocorrências com “super” atuando como advérbio de intensidade sustenta a hipótese de que o advérbio de intensidade mais prototípico “muito”,

anteposto a adjetivo ou a advérbio, seria o grande exemplar do domínio funcional da intensificação. É nesse sentido que se assume que “super” preenche o *slot* da intensificação em muitos contextos em que “muito” não é suficiente para que o locutor expresse aquilo que realmente deseja.

O fato de “super” preencher o *slot* da intensificação não é arbitrário; existe, sim, uma motivação. Buscando ser cada vez mais expressivo, mediante o mecanismo da analogização, o usuário da língua cria um *link* por expansão metafórica entre “super”, prefixo latino que entra na língua portuguesa indicando posição vertical superior – como evidenciamos em “superpor” –, e o advérbio de intensidade “muito” (MARTINS DALL’ORTO, 2018). Nesse contexto, de acordo com Silva (2014), surge a projeção metafórica *Intensidade é localização*, que retoma a ideia de Lakoff e Johnson (1999) de que “mais é para cima ou para baixo” a depender da perspectiva adotada.

Além de “super”, outras formas mais expressivas passam a preencher o *slot* da intensificação, como são os casos de “mega”, “hiper” e “ultra”, que também são metaforizados, no eixo paradigmático, como advérbios de intensidade. Segundo Silva (2014), enquanto “super” e “hiper” designavam posição vertical no latim e no grego, respectivamente, “ultra” designava posição horizontal no latim e “mega” designava tamanho no grego. Assim, além da projeção *Intensidade é localização*, há ainda a projeção *Intensidade é tamanho*. E a diferença entre construções com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” estaria no nível de intensidade que expressam. Segundo o princípio da não sinonímia proposto por Goldberg (1995), duas ou mais construções que apresentam diferenças estruturais podem ser semanticamente ou pragmaticamente diferentes. Sendo assim, embora “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” pareçam intercambiáveis entre si, defende-se que diferenças funcionais devam ser consideradas.

Com base no cálculo da frequência de uso dos padrões construcionais individuais, Martins Dall’Orto (2018) hipotetiza que as microconstruções avaliativas com “super” seriam exemplares, em uma rede construcional, para a instanciação de microconstruções com “mega”, “hiper” e “ultra”, menos frequentes na língua e mais expressivas. Uma evidência disso está no fato de que, nas construções justapostas identificadas na amostra (como, por exemplo, em “super mega interessante” e “super hiper ultra mega resistente”) – 39 ocorrências –, “super” ocorre, na maioria das vezes, em posição anteposta a “mega”, “hiper” e “ultra” – 34 ocorrências. Tal anteposição de “super” nessas construções nos sugere que os locutores pretendem um crescente de expressividade, sendo “super” a forma menos expressiva na língua devido à rotinização.

Todavia, por se tratar de uma mudança em curso na língua, reconhece-se que não é possível traçar uma escala de expressividade entre “mega”, “hiper” e “ultra”. Tal como demonstrado por Martins Dall’Orto (2018), o próprio locutor, demonstrando-se indeciso quanto a tal escala de expressividade, alterna suas posições nas construções justapostas (como, por exemplo, em “**super mega hiper** cheioso” e “**super hiper ultra** justos”). A hipótese defendida por Martins Dall’Orto (2018) é a de que “mega”, “hiper” e “ultra” ainda não fixaram posição em uma escala de crescente expressividade. É importante destacar que, embora “mega”, “hiper” e “ultra” ocorram em construções justapostas em mesmo contexto de uso, tais formas, individualmente, estão em competição pela posição em uma escala de expressividade, podendo chegar, ou não, a uma especialização de suas funções com o passar do tempo.

É nesse contexto que assumimos, assim como Martins Dall’Orto e Cunha Lacerda (2019, p. 200), que a construcionalização gramatical sincrônica, quando analisada do ponto de vista da analogização, “é capaz de refletir a atração morfossintática e semântico-pragmática e a extensibilidade de padrões, para diferentes contextos discursivos, a partir de representações exemplares”, possibilitando-nos atestar tanto resultados de processos de construcionalização gramatical, bem como mudanças em curso, que pressupõem estágios de variação.

Considerações finais

A discussão empreendida no presente artigo teve origem, como destacamos na “Introdução” do texto, nos seguintes questionamentos: i) É possível falarmos em mudança e em variação a partir da perspectiva da construcionalização gramatical sincrônica? ii) Uma análise linguística pautada na sincronia seria capaz de captar a mudança ocorrida através do tempo? iii) Que lugar ocuparia a variação linguística no âmbito da perspectiva da construcionalização gramatical? A fim de responder a essas questões, apresentamos evidências de dois fenômenos linguísticos do português brasileiro analisados sob a ótica da construcionalização gramatical sincrônica, com base no modelo teórico-metodológico proposto por Traugott e Trousdale (2013), mais especificamente no estabelecimento dos três níveis esquemáticos (esquema, subesquema e microconstrução).

Nesse contexto, as análises apontaram que, a depender do objeto e dos objetivos do pesquisador, é possível falarmos em mudança e em variação, sob o enfoque do mecanismo da neoanálise e do mecanismo da analogização, mesmo a partir da perspectiva construcionalização gramatical sincrônica. O mapeamento de microconstruções com “então”, sob o enfoque no mecanismo da neoanálise, foi capaz de refletir a dinamicidade da língua,

que está sempre em transformação. Observou-se, assim, que padrões construcionais já fixados pela comunidade linguística podem se expandir morfossintática, semântica, pragmática e discursivamente, dando origem a novos padrões construcionais, de maneira que ambos coexistam, em determinado momento do tempo, tanto em seu *status* original quanto em seu *statu* construcionalizado. Além disso, pudemos verificar a expansão semântico-pragmática e morfossintática das microconstruções com “então”, a partir de sua organização entorno de um *cline* de crescente intersubjetividade. Sob o viés do mecanismo da analogização, a investigação das construções avaliativas com “super”, “hiper”, “mega” e “ultra” – construções altamente frequentes e atuais na língua – nos possibilitou verificar a atração morfossintática e semântico-pragmática e a extensibilidade de padrões, a partir de representações exemplares, além da variação em termos de competição pela posição em uma escala de expressividade.

Todavia, ressaltamos, aqui, a necessidade de uma agenda de trabalhos futuros pautados em estudos sobre a construcionalização gramatical em perspectiva sincrônica, os quais podem ser associados à perspectiva diacrônica de investigação, a fim de confirmar ou não os resultados encontrados.

Referências

- BYBEE, J. L. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J. L. Usage-based theory and grammaticalization. In: NARROG, H.; HEINE, B. (Eds.). **The Oxford handbook of grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 2011. p. 69-78.
- CROFT, W. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. New York: Oxford University Press, 2001.
- DURÇO, A. P. G. **Mapeamento de microconstruções com “então”**: uma proposta de rede construcional. 2019. 176 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- GOLDBERG, A. E. A constructionist approach to language. In: **Workshop em XXI Seminário do Grupo de Estudos Discurso & Gramática e VIII Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática**, 2016.
- HOPPER, P. J. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.). **Approaches to grammaticalization**. v. I. Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p.17-35.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**. New York: Basic Books, 1999.

MARTINS DALL'ORTO, L. F. **Construções avaliativas com “super”, “mega”, “hiper” e “ultra” na língua portuguesa - uma proposta de rede construcional a partir da Linguística Funcional Centrada no Uso**. 2018. 225 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2018.

MARTINS DALL'ORTO, L. F.; CUNHA LACERDA, P. F. A. Construcionalização gramatical sincrônica: evidências a partir da análise de construções avaliativas com -super- e -mega- na língua portuguesa. **Revista Soletras**, v. 37, n. 1, p. 179-203, 2019.

OLIVEIRA, M. R. de; ARENA, A. B. Arquitetura construcional e competição pelo uso. In: **XXI Seminário do Grupo de Estudos Discurso & Gramática e VIII Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2016.

ROSÁRIO, I. da. C. do; LOPES, M. G. Construcionalização gramatical em perspectiva sincrônica. In: **Apresentação em XXII Seminário Nacional e IX Seminário Internacional do Grupo de Estudos Discurso & Gramática**. Niterói: UFF, 2017.

SILVA, J. R. **O grau em perspectiva: uma abordagem centrada no uso**. São Paulo: Cortez, 2014.

TRAUGOTT, E. C. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Eds.). **Subjectification, intersubjectification and grammaticalization**. Berlim/New York: De Gruyter Mouton, 2010. p. 13-26.

TRAUGOTT, E. C. Pragmatics and language change. In: ALLAN, K.; JASZCZOLT, K. M. (Eds.). **The Cambridge Handbook of Pragmatics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011. p. 549-565.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. New York: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Sobre as autoras

Lauriê Ferreira Martins Dall'Orto (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-8864-8626>)

Doutora e mestra em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); especialista em Ensino de Língua Portuguesa e graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas e em Língua Italiana e respectivas Literaturas pela UFJF. É bolsista de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da UFJF.

Ana Paula Gonçalves Durço (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-9393-7198>)

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); mestra em Letras pela UFJF; graduada em Letras, com habilitação em Língua Portuguesa e em Latim, e respectivas Literaturas, pela UFJF. É professora da Rede Municipal de Ensino de Juiz de Fora.

Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-0970-224X>)

Doutora em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutoramento pela mesma instituição; mestra em Linguística pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); graduada em Letras pela UFJF. É Professora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFJF.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em julho de 2020.

Formas de expressão da escalaridade em português

Scalarity expression in Portuguese

Michel Gustavo Fontes¹
Fábio de Lima Moreira²

Resumo: Este artigo aborda o fenômeno da escalaridade em português. A partir dos pressupostos teórico-metodológicos da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008), objetiva-se descrever o uso expansivo de *até* e *ainda* de modo a precisar em que medida esses itens instauram escalas de natureza mais discursivo-pragmática. Com base em Schwenter (1999; 2000; 2002) e Schwenter e Traugott (2000), os resultados revelam (i) uma correlação entre a expressão de escalaridade e o duplo escopo de *até* e *ainda* no Nível Interpessoal, e (ii) uma distinção funcional entre os dois itens – enquanto *até* funciona como partícula escalar absoluta, *ainda* se comporta como partícula escalar relativa.

Palavras-chave: Escalaridade. Partículas escalares. Gramática Discursivo-Funcional.

Abstract: This paper offers an account on scalarity expression in Portuguese. Based on Functional Discourse Grammar model (Hengeveld; Mackenzie, 2008), the aim is to describe *até* and *ainda*, in their expansive use, in order to determine whether these items trigger discursive-pragmatic scales. Following Schwenter (1999; 2000; 2002) and Schwenter and Traugott (2000), the results reveal (i) a correlation between scalarity expression and the double scope of *até* and *ainda* in the Interpersonal Level, and (ii) a functional distinction between these two items - while *até* functions as an absolute scalar particle, *ainda* is a relative scalar particle.

Keywords: Scalarity. Scalar particles. Functional Discourse Grammar.

Introdução

Seguindo uma perspectiva pragmático-discursiva, particularmente os trabalhos de Schwenter (1999; 2000; 2002) e Schwenter e Traugott (2002), este artigo aborda o fenômeno da escalaridade com base em dados do português, especificamente a partir de ocorrências como as dispostas em (1), que exemplificam o uso dos itens *até* e *ainda* como partículas aditivas ou inclusivas (cf. KÖNIG, 1991).³

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras, Três Lagoas, MS, Brasil. Endereço eletrônico: michel.fontes@ufms.br.

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Três Lagoas, MS, Brasil. Bolsista da Fundação de Apoio e Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul. Endereço eletrônico: fabiolima_moreira3@hotmail.com.

³ Fontes (2016) caracteriza a multifuncionalidade de *ainda* a partir de quatro distintos usos: *ainda* fasal, *ainda* polar, *ainda* enfático e *ainda* expansivo. Baião e Arruda (1996) reconhecem dois usos centrais de *até*: como

- (1) A Como vai ficar o relacionamento com o governo estadual, no caso específico com a Oficina Cultural. Na gestão anterior as rivalidades PSDB x PMDB ou Tuga x Tidei prejudicaram parcerias **e até a participação da cidade no Mapa Cultural.** (19Or:Br:Intrv:Cid)
- B O congresso, apesar disso, aprovou propostas pouco realistas **e ainda mostrou que a direção da CUT não está coesa.** Isso vai prejudicar o desempenho da central daqui para a frente? (19Or:Br:Intrv:ISP)

Nas ocorrências em (1), *até* e *ainda* correspondem a mecanismos linguísticos utilizados pelo falante para sinalizar, a seu ouvinte, a necessidade de expansão de sua (do ouvinte) informação pragmática. Esta investigação recorta, então, como objeto de estudo, um uso específico de *até* e *ainda*, aqui chamado de *expansivo*.

Ancorado no aparato teórico-metodológico da Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), de Hengeveld e Mackenzie (2008), este trabalho objetiva descrever o uso expansivo de *ainda* e *até* de modo a precisar em que medida esses dois elementos linguísticos instauram escalas de natureza mais discursivo-pragmática.

Especificamente, intenciona-se mapear as distintas relações de escopo contraídas por *até* e *ainda*, em seu uso expansivo, tendo em vista duas hipóteses: (i) a de que as diferentes relações de escopos de *até* e *ainda*, em seu uso expansivo, estão correlacionadas à expressão de distintos tipos de escalaridade; e (ii) a de que *até* e *ainda* correspondem a diferentes tipos de partículas escalares, fato que os distinguem funcionalmente no interior do sistema linguístico do português.

Para tanto, a pesquisa se vale de ocorrências de uso de *até* e *ainda*, extraídas do *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006),⁴ e estrutura-se em quatro seções: a primeira apresenta a noção de escalaridade que subsidiará a análise; a segunda traz uma síntese do modelo da GDF; a terceira, por sua vez, delimita e caracteriza, conforme o modelo da GDF, o objeto de estudo, o uso expansivo de *até* e *ainda*; a quarta, por fim, busca correlações possíveis entre o uso expansivo de *até* e *ainda* e a expressão de escalaridade. As considerações finais sistematizam os resultados da análise.

Por uma definição de escalaridade

O estudo da escalaridade remete a trabalhos como de Horn (1972) e Gazdar (1979), que, em perspectiva mais formal, definem o fenômeno levando-se em conta dois aspectos das

preposição (espacial e/ou temporal) e como partícula inclusiva/expansiva. Este artigo, portanto, focaliza, entre os distintos usos de *ainda* e *até* no português, aquele que lhes é comum: o uso expansivo.

⁴ A plataforma pode ser acessada pelo seguinte link: <https://www.corpusdoportugues.org/>, em sua extensão Gênero/Histórico. Para os efeitos desta pesquisa, utiliza-se ocorrências apenas do século XX.

proposições griceanas (GRICE, 1987): a máxima conversacional da quantidade e as implicaturas conversacionais. Para esses autores, a escalaridade, de modo geral, associa-se à quantificação e, por conseguinte, à generalização de implicaturas conversacionais.

Nesse sentido, Bakker (1988) define escalaridade enquanto “noção semântica que se aplica quando entidades ou propriedades podem ser ordenadas em uma escala”⁵. Por escala, compreende-se o conjunto de expressões (ou alternativas) contrastivas de uma mesma categoria, que podem ser dispostas numa ordem linear de acordo com sua força semântica (cf. KÖNIG, 1991, p. 39). Para Bakker (1988), relações escalares se definem em termos paradigmáticos, já que envolvem relações de substituição, isto é, uma relação em que um dado termo pode ser substituído por outro.

Assim, para que um conjunto de expressões linguísticas do tipo $\langle e_1, e_2, e_3 \dots e_n \rangle$ se configure como uma escala, duas condições devem ser preenchidas: (i) se e_1 é substituída por e_2 em um modelo sentencial $S(\)$, obtém-se uma sentença bem formada; (ii) $S(e_1)$ implica $S(e_2)$, $S(e_2)$ implica $S(e_3)$, $S(e_3)$ implica $S(e_4)$, etc., mas nunca o contrário. König (1991) oferece, como exemplo, a escala $\langle all, many, some, few \rangle$, de modo que (i) *all* em *all members attended the meeting* pode ser substituído por *many* sem afetar sua gramaticalidade (*many members attended the meeting*); (ii) $S(all)$ implica $S(many)$, $S(many)$ implica $S(some)$, $S(some)$ implica $S(few)$, mas não o contrário.

Para além dessas escalas de natureza mais semântica, cujas alternativas contrastivas são ordenadas em termos de implicações lógicas e/ou semânticas, Schwenter (1999) e Schwenter e Traugott (2000) reconhecem outros dois tipos de escalas: as escalas pragmáticas e as escalas retóricas.

As **escalas pragmáticas** compõem-se de expressões alternativas ordenadas segundo implicações pragmáticas. A definição de uma escala de natureza mais pragmática remonta ao trabalho de Fauconnier (1975, p. 353), para quem, o uso do adjetivo *delicious* no superlativo em (2) não só significa que *Tommy come qualquer tipo de comida com exceção das mais deliciosas*, mas também implica que *Tommy se recusa a comer qualquer tipo de comida*. Segundo o autor, esse tipo de raciocínio se dá com base em uma escala pragmaticamente estabelecida, em que se ordenam comidas desde as menos, até as mais deliciosas.

(2) Tommy will not eat the most delicious food.

⁵ No original: “Scalarity is a semantic notion which applies when entities or properties can be ordered on a scale” (BAKKER, 1988, p. 28).

Em escalas pragmáticas, as implicações entre seus membros não se dão mais em termos lógicos e/ou semânticos (como nas escalas semânticas), mas em termos pragmáticos, baseando-se nas expectativas do falante em relação ao mundo, ou melhor, as implicações partem das suposições e dos conhecimentos dos usuários da língua em relação ao mundo. Um segundo exemplo, adaptado de Schwenter e Traugott (2000), é a sentença em (3), em que o uso do adjetivo *difícil* no superlativo relativo (*mais difícil*) pode implicar (ou pressupor), tendo em vista os conhecimentos (de mundo) sobre sistemas de avaliação escolar, que *João também tirou dez em outras provas, naquelas menos difíceis ou mais fáceis*.

(3) João tirou dez na prova *mais difícil*.

Já as **escalas retóricas**, também denominadas de **argumentativas**, apresentam membros (ou alternativas) ordenados conforme a força que cumprem para dar suporte ao objetivo retórico (ou argumentativo) do falante ao construir seu discurso. Segundo Schwenter (1999) e Schwenter e Traugott (2000), esse tipo de escalaridade é semelhante à escalaridade pragmática, pois ambas se baseiam em expectativas e premissas do falante; a diferença recai no fato de que, em escalas retóricas, não é necessário que haja uma relação implicativa entre as alternativas, uma vez que o escalonamento entre seus membros se dá em termos de força retórica (ou argumentativa) para que o falante cumpra seus propósitos comunicativos.

Schwenter (1999, p. 189) ilustra esse tipo de escala com base nas sentenças em (4). Pensando que, numa interação entre A e B, ao fazer referência ao quão brilhante é J, diz-se (4a); isso soaria um pouco estranho, já que, numa escala argumentativa que ordena as línguas em questão, *even* situa *Spanish* num ponto mais extremo que *Russian*, o que contraria as expectativas de um falante nativo do inglês. Já uma sentença como (4b), em que *even* situa *Russian* numa posição mais extrema que *Spanish*, traz uma configuração que escalona *Spanish* e *Russian* numa relação que sustenta mais eficazmente o argumento de que *J é uma pessoa brilhante*.

- (4) A J speaks Russian and she **even** speaks Spanish.
B J speaks Spanish and she **even** speaks Russian.

Nas línguas em geral, há elementos linguísticos, comumente chamados de partículas escalares, que veiculam esse tipo de fenômeno, selecionando alternativas que são ordenadas, de alguma maneira, em relação a algum valor. A partícula *even*, do inglês, é um exemplo (cf. (4) e (5)). Em (5), a aplicação de *even* à sentença faz pressupor que *John reads something*

other than Shakespeare e, além disso, ordena essas outras variáveis pressupostas em uma escala, por exemplo uma escala de probabilidade, sendo que essas variáveis incluídas se posicionam abaixo da variável dada na sentença (ou seja, *os outros autores que John lê* estão numa posição inferior a *Shakespeare* numa escala de *probabilidade de leitura*).

(5) John even reads SHAKESPEARE. (KÖNIG, 1991, p. 37)

Schwenter (2000; 2002) distingue as partículas escalares em *relativas* e *absolutas*. Enquanto uma partícula escalar absoluta marca necessariamente o ponto final de uma escala, situando uma informação em uma posição extrema dentro de uma dada escala, uma partícula escalar relativa não assinala inerentemente o ponto final e extremo de uma escala, apenas situa uma informação em posição superior a outra.

Para exemplificar essa distinção, toma-se a análise de Schwenter (2000; 2002) em relação às partículas espanholas *incluso* e *hasta*, exemplificadas em (6). Ambas compartilham duas propriedades pragmáticas: (i) uma natureza aditiva, pois implicam que, além de *Sara*, outros estudantes foram à aula, e (ii) uma natureza escalar, já que posicionam *Sara* em algum ponto superior da escala pragmática que ordena os estudantes conforme as possibilidade de irem (ou não) à aula.

(6) A **Incluso** Sara vino a classe hoy. (SCHWENTER, 2000, p. 170)
B **Hasta** Sara vino a classe hoy. (SCHWENTER, 2000, p. 170)

A distinção entre *incluso* e *hasta* recai sobre o tipo de marcação escalar: *incluso* não necessariamente assinala um ponto fixo na escala pragmática, isto é, não situa inerentemente *Sara* no ponto final da escala que ordena os alunos conforme a probabilidade de *irem à aula*, colocando-a apenas num ponto superior; *hasta*, ao contrário, marca, necessariamente, um ponto final na escala pragmática, isto é, localiza inerentemente *Sara* no ponto final e extremo da escala que ordena os alunos conforme probabilidade de *irem à aula*. *Incluso*, então, configura uma partícula escalar relativa, e *hasta*, uma partícula escalar absoluta.

Inspirado centralmente em Schwenter (1999; 2000; 2002) e Schwenter e Traugott (2000), este trabalho se pergunta: (i) que tipos de escalas são instauradas por *até* e *ainda*, em seu uso expansivo?; (ii) como isso se correlaciona ao escopo desses itens no Nível Interpessoal?; e (iii) a que tipo de partículas escalares *até* e *ainda* correspondem?.

A Gramática Discursivo-Funcional

A GDF, conforme concebida por Hengeveld e Mackenzie (2008), corresponde ao Componente Gramatical de uma teoria mais geral da interação verbal. Esse Componente Gramatical articula-se a outros três componentes não linguísticos: o Componente Conceitual (força motriz do Componente Gramatical e responsável pelas intenções comunicativas do falante), o Componente Contextual (que abriga as informações relativas aos contextos linguístico e situacional) e o Componente de Saída (responsável por traduzir os *inputs* do Componente Gramatical em material acústico, escrito e/ou simbólico).

De modo a implementar dinamicamente o modelo, Hengeveld e Mackenzie (2008) defendem que o processo de produção de uma expressão linguística é descendente (ou *top-down*), de maneira que a intenção comunicativa do falante, conforme elaborada no Componente Conceitual, recebe material linguístico, no Componente Gramatical, até chegar à articulação por meios acústicos, escritos ou simbólicos no Componente de Saída.

No interior do Componente Gramatical, dois processos estão envolvidos na materialização linguística da intenção comunicativa do falante: a formulação e a codificação. Enquanto a *formulação* é responsável por converter representações conceituais em representações pragmáticas e semânticas, a *codificação* se responsabiliza por estruturar formalmente, em unidades morfossintáticas e/ou fonológicas, as representações pragmáticas e semânticas advindas da formulação.

A formulação sustenta, então, os dois primeiros níveis de análise do modelo: o Interpessoal e o Representacional. O Nível Interpessoal se estrutura, essencialmente, a partir do reconhecimento de propriedades retóricas e pragmáticas próprias à interação verbal e, assim, lida com os aspectos formalmente codificados que refletem o papel de uma unidade linguística no interior da interação entre falante(s) e ouvinte(s).

A representação em (7) esquematiza a organização hierárquica em camadas do Nível Interpessoal: o Movimento (M), camada mais alta, pode conter um ou mais Atos Discursivos (A), que, por sua vez, constitui-se de uma *Ilocução* (F), dos *Participantes* (P) – *Falante* ((P₁)_S) e *Ouvinte* ((P₂)_A) – e de um *Conteúdo Comunicado* (C), nucleado por *Subatos de Referência* (R) e/ou de *Atribuição* (T).

$$(7) \quad (M_1: [(A_1: [(F_1) (P_1)_S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{\{\Phi\}} \dots (T_{1+N})_{\{\Phi\}}] (R_1)_{\{\Phi\}}] (C_1)_{\{\Phi\}}]) (A_1) \dots (A_{1+N})_{\{\Phi\}}] (M_1))$$

O Nível Representacional é responsável por questões semânticas envolvidas na formulação linguística, sendo semântica compreendida em duas vias: (i) o modo como as

expressões referenciam o mundo extralinguístico que descrevem, e (ii) os significados de unidades lexicais e de unidades complexas isolados de seu uso na comunicação.

Esse nível se organiza a partir da distinção de categorias semânticas definidas em termos ontológicos, conforme ilustra (8): o *Conteúdo Proposicional* (p), camada mais alta desse nível, pode conter um ou mais *Episódios* (ep), que são compostos de Estados-de-Coisas coerentemente relacionados em termos de tempo, espaço e indivíduo. Um *Estado-de-Coisas* (e), por sua vez, se organiza em termos de *Propriedade Configuracional* (f^c), no interior da qual se reconhece a *Propriedade Lexical* (f). Além dessas camadas, o Nível Representacional conta com outras categorias semânticas como Indivíduo (x), Localização (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Quantidade (q).

$$(8) \quad (p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1^c): [(f_2^n)(x_1)_\Phi \dots (x_{1+n})_\Phi](f_1^c)] \dots (f_{1+n}^c)(e_1)_\Phi]) \dots (e_{1+n})_{\{\Phi\}}](ep_1)] \dots (ep_{1+n})_{\{\Phi\}}](p_1))$$

A partir do *input* proveniente da formulação, fica a cargo do Nível Morfossintático a codificação morfossintática, que transforma o conteúdo pragmático-semântico proveniente dos níveis Interpessoal e Representacional em unidades morfossintaticamente analisáveis, representadas em (9). Sua camada mais alta é a *Expressão Linguística* (Le), no interior da qual se distinguem unidades como *Oração* (Cl), *Sintagma* (Xp), que pode ser Nominal (Np), Adjetival (Adjp), Verbal (Vp) ou Adverbial (Advp), e/ou *Palavra* (Xw), que pode ser Lexical (Lw) ou Gramatical (Gw).

$$(9) \quad (Le_1: [Cl_1: [(Xw) (Xp_1: [(Xw) (Xp_2) (Cl_2)] (Xp_1)) (Cl_3)] (Cl_1)]) (Le_1))$$

O Nível Fonológico, por fim, encarrega-se da codificação fonológica, oferecendo, à expressão linguística, representações fonêmicas baseadas em oposições fonológicas binárias. Esse nível toma o *input* proveniente dos outros três níveis e provê *input* para a articulação, sob responsabilidade do Componente de Saída.

O esquema em (10) revela o modo como cada uma das camadas que compõem os níveis acima caracterizados se estrutura. A variável v_1 representa a camada relevante para a descrição linguística, e, a essa camada, pode ser aplicado um conjunto de primitivos, blocos construtores combinados conforme as regras de formulação e de codificação da gramática da língua. Assim, as camadas de cada um dos níveis da GDF podem ser restringidas por primitivos de natureza lexical, como um *núcleo* ou um *modificador* (σ), ou podem ser

especificadas por primitivos de natureza gramatical, como um *operador* (π) ou uma *função* (Φ).

(10) $(\pi v_1: [\text{núcleo } (v_1)_\Phi]: [\sigma (v_1)_\Phi])$

Relações de escopo, no âmbito da GDF, podem ser definidas e mapeadas em termos de camadas dos níveis da formulação (cf. HENGEVELD, 2017). Assim, elementos hierárquicos dos níveis Interpessoal e Representacional, como modificadores e operadores, podem escopar qualquer camada que compõe esses níveis. É com foco central nas diferentes relações de escopo contraídas por *até* e *ainda*, em seu uso expansivo, que se busca precisar a natureza das escalas por eles instauradas.

Delimitando o objeto de estudo

Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 46), o Nível Interpessoal da GDF se organiza tendo em vista que falante e ouvinte interagem entre si com um propósito em mente, e esse propósito determina quais estratégias (retóricas ou pragmáticas) serão adotadas pelo falante para atingir seus objetivos comunicativos. Em termos de estratégias pragmáticas, especificamente, as línguas podem mobilizar recursos linguísticos diversos que modelam a mensagem do falante tendo em vista suas expectativas em relação ao estado mental do ouvinte. As ocorrências em (11) e (12) ilustram que os dois objetos de estudo aqui tomados – os itens *até* e *ainda* em seu uso expansivo – são unidades formais que codificam ações pragmáticas do falante ao construir seu discurso. Assim, *até* e *ainda*, em (11) e (12), correspondem, no interior do modelo da GDF, a primitivos do Nível Interpessoal.

- (11) A JC - Você não teve medo de não ter suas opiniões respeitadas, uma vez que os moradores são mais velhos que você? Gisella - A princípio sim e **tiveram até algumas resistências**. Mas o pessoal foi descobrindo que eu tinha vontade de fazer um trabalho sério. As dívidas eram altas e quando as contas começaram a ficar em ordem, aumentou a minha credibilidade. (19Or:Br:Intrv:Cid)
NI: (R₁: – algumas resistências – (R₁)_{ContExp})
NM: (Cl: [(Vp: tiveram (Vp)) (**Gw: até_{Part} (Gw)**) (Np: algumas resistências (Np))] (Cl))
- B O PMDB sempre fez política e **até tinha uma visão diferente nesse sentido**, o PMDB muitas vezes cooptava deputados. Nós tivemos coisas diferentes na época em que o partido era governo e eu era deputado. O PMDB cooptou quatro dos nove deputados do PSDB na época e esses deputados transferiram para o PMDB. (19Or:Br:Intrv:Cid)
NI: (A₁: (C₁: – tinha uma visão diferente nesse sentido – (C₁)_{ContExp}) (A₁))
NM: (Cl: [(**Gw: até_{Part} (Gw)**) (Vp: tinha (Vp)) (Np: uma visão diferente nesse sentido (Np))] (Cl))

Uma primeira propriedade pragmática subjacente ao uso de *até* e *ainda*, em (11) e (12), é a da saliência informacional. Nos termos de Travaglia (2006), são elementos linguísticos de marcação de relevo positivo, já que, no âmbito do processamento da informação materializada textualmente, situam determinadas porções textuais em um plano mais elevado, colocando-as, assim, em destaque e em proeminência em relação a outras.

De modo alinhado à marcação de relevo positivo, *até* e *ainda* operam ações discursivas específicas do falante ao construir sua mensagem, constituindo instruções com que o falante deseja proceder para que seu ouvinte receba sua mensagem. De modo geral, *até* e *ainda*, em (11) e (12), materializam linguisticamente a ação comunicativa do falante em demonstrar a seu(s) ouvinte(s) a necessidade de expansão de sua (do ouvinte) informação pragmática a partir das informações já colocadas no registro gradualmente construído junto ao componente contextual.

Em (11), a saliência e a expansão informacional operada por *até* recai sobre dois tipos de unidades interpessoais. Em (11a), *até* escopa o Subato Referencial *algumas resistências*, salientando-o, de modo que, ao responder afirmativamente sobre ter medo quanto ao respeito a suas opiniões, o falante expande sua declaração evocando a referência a *algumas resistências*. Em (11b), por outro lado, o escopo de *até* recai sobre o Conteúdo Comunicado do Ato Discursivo prefaciado pelo relator *e*: após a declaração de que *o PMDB sempre fez política*, o falante opta por assinalar, para seu ouvinte, a necessidade de se expandir tal informação, ressaltando o conteúdo a ser comunicado pelo Ato declarativo seguinte (de que *o PMDB tinha uma visão diferente nesse sentido*).

- (12) a Muitos eram pequenos papéis, que podiam ser dobrados. Mas existia basicamente um núcleo de atores-sócios, que eram a essência da companhia. **Havia ainda um grupo de atores contratados** e também os aprendizes. Quando entrava um, ele era aprendiz do fulano de tal, daquele ator que transmitia tudo o que sabia a respeito de interpretação. (19Or:Br:Intrv:ISP)

NI: (-id, + s R₁: – grupo de atores contratados – (R₁)_{ContExp})

NM: (Cl: [(Vp: – havia – (Vp)) (Gw: **ainda**_{part} (Gw)) (Np: – um grupo de atores contratados – (Np))] (Cl))

- b JC - Dá para sobreviver sem promoção? Fortunato - Não. Antigamente, as liquidações eram anuais, passaram a semestrais e, hoje, têm de ser semanal. A indústria está estocada, ela oferece um lote, dá prazo **e ainda paga a propaganda**. A própria indústria traz a oferta. As vezes, há duas ou três no mesmo dia. As indústrias chegam a pagar de 80% a 100% a propaganda nos jornais.

NI: (A₁: (C₁: – paga a propaganda – (C₁)_{ContExp}) (A₁))

NM: (Cl: [(Gw: **ainda**_{part} (Gw)) (Vp: paga (Vp)) (Np: a propaganda (Np))] (Cl))

Em (12a), *ainda* salienta a referência a *um grupo de atores contratados*, destacando, assim, uma parte específica da totalidade ali comunicada, especificamente o Subato Referencial *um grupo de atores contratados*. Pode-se observar, nessa ocorrência, que o falante assume que seu Ouvinte sabe da *existência de atores-sócios na companhia*, mas também reconhece que *a existência de atores contratados* não faz parte de sua informação pragmática. Seu movimento discursivo, ao fazer uso de *ainda*, é indicar ao ouvinte a necessidade de acrescentar tal informação ao seu conjunto de conhecimentos sobre os atores da companhia.

Já em (12b), o falante coloca em proeminência a totalidade a ser comunicada pelo Ato Discursivo introduzido pela conjunção aditiva *e*, de modo que *ainda* destaca o Conteúdo Comunicado *pagar a propaganda*. Ao explicar alguns motivos que justificam o abandono de sua carreira de jogadora, a falante elucida seus feitos na época, como seu trabalho como treinadora da equipe do bauruense e a atuação como atleta em alguns jogos, sendo esta última informação sinalizada, por meio de *ainda*, como uma expansão informacional a partir do núcleo de informações que se vinha construindo anteriormente e um acréscimo de informação ao conjunto de conhecimentos do ouvinte.

A partir dos dados acima descritos, observa-se que o uso de *até* e de *ainda*, além de marcar o estatuto mais saliente de uma informação, sinaliza linguisticamente que a informação ali evocada (seja um Subato, seja um Conteúdo Comunicado) deve ser encarada como uma expansão ou um acréscimo a partir do que se registrou anteriormente. *Até* e *ainda*, portanto, são estratégias de vinculação pragmática entre unidades interpessoais que compõem a mensagem construída pelo falante. Trata-se, assim, de marcadores de função pragmática.

Nota-se, além disso, que *até* e *ainda* assinalam certa contraposição, no âmbito pragmático da interação verbal, entre a informação por eles introduzida e uma ou mais informações disponíveis contextualmente. Em (11a), a evocação do referente *algumas resistências* gera certo contraste com qualquer outra situação ali implicada e decorrente de *Gisella* tornar-se síndica; já em (12a), a inserção do referente *um grupo de atores contratados* se contrapõe paralelamente ao Subato Referencial *um núcleo de atores-sócios*, já situado no contexto anterior. Por fim, em (11b) e (12b), os Conteúdos Comunicados evocados nos Atos Discursivos encabeçados por *até* e *ainda* contrastam com os conteúdos de Ato(s) anterior(es). Esse contraste, ou contraposição, que se nota em (11) e (12), pela aplicação de *até* e *ainda* a um Subato Referencial ou a um Conteúdo Comunicado, tem por base uma quebra de expectativa, a qual, por sua vez, correlaciona-se ao tipo de marcação escalar veiculada pelo uso dos itens linguísticos (o que será explorado na próxima seção).

A GDF, no Nível Interpessoal, distingue três tipos de funções pragmáticas: Tópico, Foco e Contraste.⁶ A função Contraste assinala o desejo do falante em contrastar as diferenças entre Conteúdos Comunicados ou entre um Conteúdo Comunicado e informações disponíveis contextualmente. Pezatti (2014) distingue três tipos de Contraste: (i) Contraste Expansivo, que, codificado por operadores como *também* e *além disso*, assinala a adição de uma informação a outra pressuposta ou já mencionada; (ii) Contraste Restritivo, que, codificado por operadores como *apenas* e *só*, corrige a informação pragmática do ouvinte, restringindo um conjunto de itens pressupostos àqueles que considera adequados; e (iii) Contraste Seletivo, que, codificado por operadores como *principalmente* e *sobretudo*, seleciona uma peça de informação como mais correta e adequada para integrar o conhecimento do ouvinte. Com base nessa tipologia, e levando em conta as propriedades funcionais subjacentes a *até* e *ainda* em seu uso expansivo (cf. (11) e (12)), este trabalho trata esses itens como mecanismos de marcação da função pragmática Contraste Expansivo (ContExp).

No Nível Morfossintático, *até* e *ainda* são codificados como Palavras Gramaticais (Gw) e integram o padrão da Oração (Cl). As diferentes relações de escopo contraídas pelos itens determinam seu posicionamento: quando escopam o Subato Referencial, *até* e *ainda* se posicionam, conforme o Princípio de Integridade de Domínio, antes do Sintagma Nominal (Np) que codifica o Subato Referencial por eles escopado; já quando seu escopo é o Conteúdo Comunicado, *até* e *ainda* se posicionam na margem esquerda da Oração, nas posições iniciais.

Em síntese, esta seção demonstra que *até* e *ainda*, em seu uso expansivo, correspondem a marcadores gramaticais da função pragmática Contraste Expansivo e podem contrair, no interior do Nível Interpessoal, duas relações de escopos distintas, com o Subato Referencial e com o Conteúdo Comunicado.

Duas formas de expressão da escalaridade em português

A partir das propriedades descritas na seção anterior, esta seção procura explorar o modo como o uso expansivo de *até* e *ainda* pode instaurar escalas de natureza mais pragmático-discursiva. Dessa forma, a análise, nesta última seção, centra sua atenção nas relações de escopo contraídas por *até* e *ainda* em termos de camadas do Nível Interpessoal.

⁶ Segundo a GDF, enquanto a função pragmática Tópico é atribuída a um Subato que assinala o modo como o Conteúdo Comunicado se relaciona ao registro construído gradualmente no Componente Contextual, a função Foco se atribui a um Subato que assinala a seleção estratégica operada pelo falante de informação nova para preencher uma lacuna na informação pragmática do ouvinte ou para corrigir uma informação do ouvinte.

O item até

Na ocorrência em (13), o uso de *até*, enquanto marcador da função pragmática Contraste Expansivo (ContExp), assemelha-se ao uso da partícula escalar *hasta* em espanhol (cf. SCHWENTER, 2000; 2002).

- (13) JC - Como é o apoio da família? Oshima - Eu estou desamparado, ninguém está me ajudando **e até a minha advogada não acredita em mim**. Só quer saber de dinheiro. Para ela, a pena que recebi agora está boa. Não é assim, eu estou sozinho. (19Or:Br:Intrv:Cid)
NI: (+id, +s R₁: – minha advogada – (R₁)_{ContExp})

O escopo de *até*, em (13), recai sobre o Subato Referencial *a minha advogada* (R₁). Ao demonstrar a situação de desamparo familiar a que está sujeito, o falante faz uso de *até* para assinalar, a seu ouvinte, a inclusão do referente *minha advogada* entre aqueles que *não acreditam nele*, ou seja, o uso de *até* faz pressupor que *outras pessoas*, além da *advogada*, também *não acreditam nele*. Portanto, *até*, ao escopar o Subato Referencial, instaura uma escala pragmática cujos membros se ordenam conforme implicações baseadas em expectativas e/ou suposições dos usuários da língua em relação mundo.

Além disso, *até* marca, dentro da escala ali implicada, um ponto fixo para o referente *minha advogada*, situando-o, especificamente, no extremo superior dessa escala, isto é, o Subato Referencial *a minha advogada* está no ponto mais levado e extremo da escala que ordena as *pessoas que não acreditam no falante*. Seguindo, então, Schwenter (2000; 2002), pode-se caracterizar *até*, em (13), como uma partícula escalar absoluta.

O mesmo se aplica às ocorrências em (14): *até*, com escopo sobre Subatos Referenciais, assinala escalas pragmáticas e situa o referente por ele escopado no ponto extremo e mais superior dessa escala.

- (14) a O governo diminuiu investimentos para enxugar o máximo possível os gastos, para não emitir e aumentar a inflação, e deu início ao programa de privatização das estatais. Na verdade, tudo começou com Collor. Mas, antes de ser ação prática, é uma discussão política. No bojo da privatização, **veio até a necessidade de não se investir em negócio que iria ser vendido**. (19Or:Br:Intrv:Com)
NI: (+is, +s R₁: – necessidade de não se investir em negócio que iria ser vendido – (R₁)_{ContExp})
- b Estamos apenas no segundo dia e seria muito precipitado falar qualquer coisa. Na verdade, conhecemos muito pouco do que se faz no Nordeste e temos uma semana pela frente. Agora é bom deixar claro que não faremos restrição a nenhuma modalidade. **Poderemos premiar o clássico, o moderno, o contemporâneo, o popular, o folclórico e até a dança de salão**. As indicações do primeiro semestre saem ainda este mês e o resultado final será em dezembro.
NI: (+is, +s R₁: – dança de salão – (R₁)_{ContExp})

Em (14a), ao tratar da privatização de estatais a partir do governo Collor, o falante insere a referência à *necessidade de não se investir em negócio que iria ser vendido*, e a aplicação de *até* a esse Subato Referencial faz pressupor outras consequências decorrentes da privatização, de modo que *a necessidade de não se investir em negócio que iria ser vendido* ocupa posição superior a qualquer outro membro dessa escala de *prováveis consequências*.

Já em (14b), *até* escopa o último referente (o Subato Referencial *a dança de salão*) da lista que compõe o complemento do verbo *premiar*, sinalizando, então, o acréscimo de mais um membro ao conjunto de modalidades culturais a serem premiadas. Assim, em (14b), os membros que formam a escala pragmática ali não ficam subentendidas (como ocorre com (13) e (14a)), mas estão expressos no próprio contexto linguístico, e *até* assinala, como ponto extremo dessa escala, *a dança de salão*.

Nota-se, assim, que, ao implicar escalas de natureza pragmática, sustentadas com base em premissas e expectativas dos falantes em termos de seus conhecimentos de mundo, e ao pontuar a posição extrema do Subato Referencial evocado em relação aos outros membros (explícitos ou implícitos) da escala, o uso de *até* expansivo traz, para o enunciado, um significado contrastivo, por quebra de expectativa. Em (13), particularmente, verifica-se bem essa questão: a quebra de expectativa gerada pelo enunciado linguístico sustenta-se na posição mais extremada, dentro da escala implicada, assinalada por *até* ao referente *minha advogada*, quem, pelo conhecimento de mundo compartilhado, deve representar os interesses de seus clientes e, em tese, garantir a confiabilidade de seus posicionamentos.

Na ocorrência em (15), *até* amplia seu escopo para o Conteúdo Comunicado. Ao retratar sua estadia no México, o Movimento do falante se constitui de três Atos: os dois primeiros (A_1 e A_2) se combinam, numa relação equipolente, por meio da conjunção *e*, e o terceiro (A_3) justifica a asserção do segundo Ato. Ao escopar o Conteúdo Comunicado do segundo Ato, *até* sinaliza a inclusão de um conteúdo mais saliente para os propósitos argumentativos do falante na ação comunicativa desenvolvida no interior desse Movimento.

- (15) O nosso encontro verdadeiro deu-se em Cuba. Os outros não tiveram importância. Encontro de olhos nos olhos, em que cada um de nós se olhou por dentro. Um encontro daqueles que deixa marcas indeléveis. Depois do Golpe de 1964 saí exilado para o México, mas já com a intenção de ir para Cuba. **Guardo as melhores recordações do México e do seu povo e até poderia ter ficado por lá, pois havia a probabilidade de ir, como professor, para a Universidade Autônoma.** Fui para Cuba e, através de um amigo comum, o Victor Rico Galán, jornalista da revista *Siempre*, acertei esse encontro. (19Or:Br:Intrv:Com)

NI: (M_1 : [$(A_1$: – guardo as melhores recordações do México e do seu povo – (A_1)) (A_2 : – até poderia ter ficado por lá – (A_2)) (A_3 : – havia a probabilidade de ir, como professor, para a Universidade Autônoma – (A_3)_{Motiv})] (M_1)) → (A_2 : (C_1 : – **poderia ter ficado por lá** – (C_1)_{ContExp}) (A_2))

Com base em Lenker (2010), verifica-se, em (15), que a adição não se dá de forma *pura* (em que somente se juntam novas informações, sem implicar qualquer outro valor ou significado), mas sim de forma *impura*, em que a junção entre as orações é reforçada por *até*. Assim, na coordenação aditiva em (15), o uso de *até* sinaliza que o Conteúdo Comunicado evocado pelo segundo Ato Discursivo, introduzido por *e*, representa um argumento que reforça a direção argumentativa tomada pelo falante já no Ato anterior, e, assim, instaura-se uma escala entre os dois argumentos evocados pelos dois primeiros Atos, de modo que, considerando os propósitos retóricos do falante em seu Movimento, o argumento evocado por A_2 ocupa posição mais extrema e superior em relação ao argumento de A_1 .

Até, portanto, ao escopar Conteúdos Comunicados, assinala escalas retóricas, ou argumentativas, e funciona como partícula escalar absoluta. Isso também se aplica aos dados dispostos em (16) abaixo.

- (16) a Nesse caso, talvez o governo resolva dar uma alimentada na economia. **Acredito até que o governo vá fazer isso através da construção civil.** Estimulada, irá girar a roda da economia. (19Or:Br:Intrv:Com)
NI: (A_1 : (C_1 : – que o governo vá fazer isso através da construção civil – (C_1)_{ContExp}) (A_1))
- b JC - Esses votos vindos do grupo de oposição já eram esperados, ou foi uma coisa de momento? Valle - Tínhamos conversado com todos. **Até imaginávamos que seriam 14 votos.** O Izzo (prefeito Antônio Izzo Filho (PPB) chegou até a comentar, pois imaginávamos que seriam 14 votos, mas, na hora, foram 13 votos. (19Or:Br:Intrv:Cid)
NI: (A_1 : (C_1 : – imaginávamos que seriam 14 votos – (C_1)_{ContExp}) (A_1))

Em (16a), *até* se encontra em um contexto de subordinação completiva, já que seu escopo está sobre toda a oração que completa o sentido do predicado *acreditar*. No Nível Interpessoal, a oração completiva corresponde a um Conteúdo Comunicado, e *até* codifica a atribuição, no Nível Interpessoal, de Contraste Expansivo a esse Conteúdo Comunicado. A aplicação de *até* a esse Conteúdo Comunicado faz com que, em uma escala de natureza retórica, esse argumento ganhe especial proeminência, entre todos os outros argumentos ali apresentados, para os propósitos comunicativos do falante.

Em (16b), do mesmo modo, o Conteúdo Comunicado evocado pelo segundo Ato (A_2), sob escopo de *até*, situa-se num ponto mais superior e extremo, numa escala retórica, que o conteúdo do Ato anterior, que dá início à reação do falante. Assim, o falante, ao empregar *até*, não só sinaliza linguisticamente que a informação ali evocada deve ser encarada como uma expansão ou um acréscimo a partir do que se registrou anteriormente, mas também, e principalmente, marca o estatuto mais saliente dessa informação, em relação a todas as outras anteriormente colocadas, para sustentar os seus propósitos retóricos.

Em (15) e (16), também se pode notar contraste ou contraposição entre os Conteúdos Comunicados ali vinculados. De certa forma, *até*, ao escalonar os argumentos ali evocados e situar um deles como o mais saliente para os propósitos argumentativos do falante, implica, ali, uma relação contrastiva (em termos retóricos) entre os segmentos articulados.

Em suma, defendem-se, aqui, dois pontos em relação ao uso expansivo de *até*: (i) a depender de seu escopo, *até* instaura escalas de diferentes naturezas – pragmáticas, quando escopa o Subato Referencial, e retóricas, ao escopar o Conteúdo Comunicado; e (ii) *até*, independente de seu escopo, corresponde a uma partícula escalar absoluta.

O item *ainda*

Hannay, Martínez Caro e Mackenzie (2014), ao analisar o conectivo aditivo *besides*, em inglês, mapeiam dois usos do item em contextos argumentativos: um uso objetivo, em que *besides* introduz um argumento objetivo final que serve para encerrar a argumentação em andamento, e um uso (inter)subjetivo, em que *besides* adiciona um argumento, dotado de um ponto de vista mais (inter)pessoal, que prevalece em relação aos argumentos precedentes.

Esses duplo funcionamento de *besides*, no inglês, assemelha-se ao uso de *ainda*, enquanto marcador da função Contraste Expansivo, e correlaciona-se ao seu duplo escopo no Nível Interpessoal. Ao escopar Subatos Referenciais (cf. (17)), *ainda* funciona como *besides* objetivo: ele introduz um elemento final de uma descrição, ou melhor, o falante o emprega para seguir com sua mesma linha de raciocínio e estabelecer uma finalização para o progresso de seu discurso, isto é, sinalizar o fim de sua mensagem.

- (17) a Rubinho - Analisando as ações culturais do Estado a gente não vê o que via no Governo Joaquim Francisco, que era a Fundarpe e tão somente a Fundarpe fomentando a cultura. Na realidade, hoje tem a Secretaria de Cultura com a embaixada que Ariano desenvolve com maestria; tem a Fundarpe executando o que a gente procurou executar, com deficiências lamentáveis de verba e que conseguiu ainda desenvolver o importante projeto O Livro Por um Real, que movimentou todo Estado. **Há ainda a Secretaria de Imprensa desenvolvendo ações culturais como marketing para o Estado, como esse Festival de Cuba.** Então há, na verdade, três ações culturais, três caminhos, com verbas reservadas para cada uma dessas ramificações, sem que entrem em choque. Então são três cabeças e três corpos. Eu era um corpo só. (19Or:Br:Intrv:Com)
- NI: (A₁: (C₁: [(R₁: – a Secretaria de Imprensa desenvolvendo ações culturais como marketing para o Estado, como esse Festival de Cuba – (R₁)_{ContExp}]) (C₁)) (A₁))
- b Nos EUA, os detetives são mais uma condição do gênero. Até o próprio direito dos EUA e da Inglaterra permitiu o florescimento da profissão, coisa que é mais difícil no nosso direito romano. Aqui, Borges colocou um detetive em uma história irreal ou Osvaldo Soriano, que pega Marlowe, o detetive de Raymond Chandler e o coloca em sua novela de forma direta. Ou, **ainda, novelas em que o detetive é um personagem deslocado, como um jornalista, como Renzi.** Há um caso pitoresco também: ao modo do padre Brown, de

G.K. Chesterton, que coloca um padre, está o caso de Leonardo Castelani, autor de Os Sete Casos do Padre Neri. (19Or:Br:Intrv:ISP)

NI: (A₁: (C₁: [(R₁: – novelas em que o detetive é um personagem deslocado, como um jornalista, como Renzi – (R₁)_{ContExp}]) (C₁)) (A₁))

Em (17a), o falante enumera as ações culturais desenvolvidas pelo Estado e, para isso, faz referência a três órgãos: a *Secretaria de Cultura*, a *Fundarpe* e a *Secretaria de Imprensa*. *Ainda*, usado no interior de uma Construção Apresentativa,⁷ escopa o Subato Referencial a *Secretaria de Imprensa*, sinalizando, então, a introdução do terceiro e último elemento a compor a descrição ali em desenvolvimento.

O mesmo se aplica a (17b): ao tratar das ficções que envolvem a figura do detetive, o falante justapõem as referências a *Borges*, a *Oswaldo Soriano* e a *novelas*; *ainda* escopa o último Subato Referencial dessa lista, inserido como alternativa final (haja vista a conjunção *ou* que o introduz) a integrar o discurso.

Ainda, nos dados em (17), assinala a adição (ou expansão) objetiva de novos Subatos Referenciais e, assim, não estabelece nenhum tipo de escala entre as alternativas dispostas no discurso. Não se observa, por exemplo, que a evocação dos referentes *Secretaria de Imprensa* e *novelas em que o detetive é um personagem deslocado* ocupa qualquer posição superior às outras variáveis referenciadas no discurso; trata-se, de fato, de uma expansão informacional objetiva, uma adição de um referente para integrar a mensagem do falante e fechá-la.

Isso é diferente quando *ainda* expansivo escopa o Conteúdo Comunicado (cf. (18)). Nesse caso, *ainda* funciona, conforme Hannay, Martínez Caro e Mackenzie (2014), como um marcador intersubjetivo: ele sinaliza a introdução de uma informação de especial importância para o ponto específico de desenvolvimento de seu discurso.

(18) JC - Dá para sobreviver sem promoção? Fortunato - Não. Antigamente, as liquidações eram anuais, passaram a semestrais e, hoje, têm de ser semanal. **A indústria está estocada, ela oferece um lote, dá prazo e ainda paga a propaganda.** A própria indústria traz a oferta. As vezes, há duas ou três no mesmo dia. As indústrias chegam a pagar de 80% a 100% a propaganda nos jornais. (19Or:Br:Intrv:Com)

NI: (M₁: [(A₁: – a indústria está estocada – (A₁)) (A₂: – ela oferece um lote – (A₂)) (A₃: – dá prazo – (A₃))] (A₄: – ainda paga a propaganda – (A₄))] (M₁)) → (A₄: (C₁: – **paga a propaganda** – (C₁)_{ContExp}) (A₄))

Em (18), o falante, em seu Movimento, traz um conjunto de fatos associados à indústria, e *ainda* escopa o último fato por ele acrescido, o de *a indústria pagar a propaganda*. Nesse

⁷ Na GDF, a Construção Apresentativa é um dos modos de organização do Conteúdo Comunicado. Ao servir para indicar a emergência de um novo referente no discurso, compõe-se de um único Subato Referencial, que carrega, inerentemente, a combinação das funções pragmáticas Tópico e Foco.

contexto de *adição impura* (LENKER, 2010), há certo contraste entre o Conteúdo Comunicado de *pagar a propaganda* e os outros listados no contexto anterior, ou melhor, o uso de *ainda* sinaliza que o novo Conteúdo Comunicado apresenta estatuto saliente para encerrar o encadeamento de fatos que compõem aquele ponto específico de sua argumentação.

Assim, numa escala retoricamente estabelecida, o Conteúdo Comunicado escopado por *ainda* ganha, para os propósitos comunicativos do falante, uma proeminência pontual, isto é, diferentemente de *até* (cf. (15) e (16)), *ainda* não assinala um conteúdo extremo (fixo numa posição mais superior a qualquer outro argumento) para os propósitos retóricos do falante, mas, de fato, *ainda* atribui ao Conteúdo Comunicado relativa importância naquele cenário comunicativo. É possível observar tais questões também em (19).

- (19) a Rubinho - Analisando as ações culturais do Estado a gente não vê o que via no Governo Joaquim Francisco, que era a Fundarpe e tão somente a Fundarpe fomentando a cultura. Na realidade, hoje tem a Secretaria de Cultura com a embaixada que Ariano desenvolve com maestria; tem a Fundarpe executando o que a gente procurou executar, com deficiências lamentáveis de verba e **que conseguiu *ainda* desenvolver o importante projeto O Livro Por um Real, que movimentou todo Estado.** Há ainda a Secretaria de Imprensa desenvolvendo ações culturais como marketing para o Estado, como esse Festival de Cuba. Então há, na verdade, três ações culturais, três caminhos, com verbas reservadas para cada uma dessas ramificações, sem que entrem em choque. Então são três cabeças e três corpos. Eu era um corpo só. (19Or:Br:Intrv:Com)
NI: (A₁: (C₁: – desenvolver o importante projeto O Livro Por um Real, que movimentou todo Estado – (C₁)_{ContExp}) (A₁))
- b Estado - Como foi que o sr. saiu da Espanha para a Resistência? Apolonio - Em outubro de 1938, o governo da república, num gesto quixotesco, dispensou as Brigadas Internacionais, para ficar provado que estrangeiros eram apenas os inimigos. Havia uns 35 mil homens e mulheres. ***Ainda nos incorporamos à luta contra os franquistas em Barcelona***, mas fomos repelidos até a fronteira com a França, em 9 de fevereiro de 1939. Aí, depusemos as armas. (19Or:Br:Intrv:ISP)
NI: (A₁: (C₁: – nos incorporamos à luta contra os franquistas em Barcelona – (C₁)_{ContExp}) (A₁))

Em (19a), *ainda* ocorre em contextos de subordinação completiva, inserindo-se entre o verbo *conseguir* e sua oração completiva, que, no Nível Interpessoal, representa um Conteúdo Comunicado. Nota-se que, ao tratar da Fundarpe, *ainda* sinaliza a adição de uma informação bastante proeminente para caracterizar as ações do órgão. Assim, *ainda* instaura uma escala retórica entre as duas ações da Fundarpe ali dispostas, de modo que a de *desenvolver o importante projeto O Livro Por um Real, que movimentou todo Estado* tem especial importância e relevância para os objetivos argumentativos do falante naquele ponto de desenvolvimento de seu discurso. Já em (19b), ao tratar dos acontecimentos que se dão em outubro de 1938, *ainda* escopa o Conteúdo Comunicado pelo Ato *nos incorporamos à luta à*

contra os franquistas em Barcelona, o que, de certa forma, assinala, a esse conteúdo, um estatuto comunicativo especial para o desenrolar daquele ponto inicial da narração.

O uso expansivo de *ainda*, com escopo sobre o Conteúdo Comunicado, não assinala, portanto, o argumento, ou o conteúdo, mais extremo para o desenvolvimento da direção argumentativa do discurso, mas traz um conteúdo relativamente importante para, de alguma maneira, efetivar o movimento retórico do falante. Dessa maneira, nota-se que *ainda* expansivo, ao escopar o Conteúdo Comunicado, instaura escalas retóricas e funciona como uma partícula escalar relativa, isto é, seguindo Schwenter (2000; 2002), *ainda* expansivo não marca inerentemente o ponto final de uma escala retórica, apenas situa um argumento como especial e proeminente para um ponto específico de seu discurso.

Considerações finais

Este artigo, ao mapear as distintas relações de escopo contraídas por *até* e *ainda*, no Nível Interpessoal, enquanto marcador da função pragmática Contraste Expansivo, chega às seguintes conclusões em relação à expressão de escalaridade no português:

- (i) *até* corresponde, nos termos de Schwenter (2000; 2002), a uma **partícula escalar absoluta**, situando a informação por ele escopada em posição superior e extrema no interior de uma escala. Ao escopar um Subato Referencial, *até* situa o referente evocado numa posição mais extrema no interior de uma **escala pragmática**, cujos membros se ordenam conforme relações de implicação pragmática. Já ao escopar um Conteúdo Comunicado, *até* sinaliza que esse conteúdo é o mais extremo no interior de uma **escala retórica**, isto é, trata-se de um argumento mais central e mais proeminente para sustentar a argumentação e os propósitos comunicativos do falante;
- (ii) *ainda*, no Nível Interpessoal, contrai relações de escopo com o Subato Referencial e com o Conteúdo Comunicado, mas é somente com o último que implica **escalas de natureza retórica**, funcionando como uma **partícula escalar relativa**. Assim, ao escopar um Conteúdo Comunicado, *ainda* assinala relativa importância comunicativa a um argumento dentro de um cenário comunicativo pontual; não se trata, portanto, de assinalar a informação mais central para a argumentação do falante, mas sim de sinalizar a relativa importância que “ganha” certo conteúdo num ponto específico da argumentação do falante.

Assim, ao marcar adição, ou expansão, informacional, *até* e *ainda* se distinguem, funcionalmente, em termos de efeitos escalares. Se a expansão informacional constitui um novo Subato Referencial, *até* situa o referente num ponto extremo de uma escala pragmática, enquanto *ainda* não efetiva qualquer tipo de escalonamento. Já quando a expansão informacional corresponde a um novo Conteúdo Comunicado, *até* a coloca num ponto extremo de uma escala retórica, e *ainda* apenas sinaliza sua proeminência comunicativa, sem necessariamente a situar num ponto extremo da escala retórica implicada.

Um último ponto a se considerar, neste artigo, é que a análise aqui implementada demonstra a viabilidade de se mapear as diferentes relações de escopo, em termos de camadas e níveis da GDF, contraídas por partículas escalares para o estudo da escalaridade, como mecanismo específico de determinação de distintos efeitos escalares acarretados pelo seu uso.

Referências

- BAIÃO, R. B.; ARRUDA, J. Gramaticalização de *até*. In: MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/UF RJ, 1996.
- BAKKER, E. J. **Linguistics and formulas in Homer**: scalarity and the description of the particle *per*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988.
- FAUCONNIER, G. Pragmatic scales and logical structure. **Linguistic Inquiry**, v. 4, p. 353-375, 1975.
- FONTES, M. G. **A distinção léxico-gramática na Gramática Discursivo-Funcional**: uma proposta de implementação. 2016. 236 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2016.
- GAZDAR, G. **Pragmatics**: Implicature, Presupposition, and Logical Form. New York: Academic Press, 1979.
- GRICE, H. P. Lógica e conversação. In: DASCAL, M. (Org.). **Fundamentos metodológicos da linguística**. v. 4: Pragmática. Trad. João W. Geraldo. São Paulo: Global, 1982.
- HANNAY, M.; MARTÍNEZ CARO, E.; MACKENZIE, J. L. *Besides* as a connective. In: GÓMEZ GONZÁLEZ, M. A.; RUIZ DE MENDOZA-IBÁÑEZ, F.; GONZÁLVEZ GARCÍA, F.; DOWNING, A. (Eds.). **The Functional Perspective on Language and Discourse**: Applications and Implications. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2014. p. 223-242.
- HENGEVELD, K. A hierarchical approach to grammaticalization. In: HENGEVELD, K.; NARROG, H.; OLBERTZ, H. (Eds.). **The Grammaticalization of Tense, Aspect, Modality, and Evidentiality from a Functional Perspective**. Berlin: Mouton de Gruyter, 2017. p. 13-38.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar**: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.
- HORN, L.R. **On the Semantic Properties of Logical Operators in English**. Indiana University Linguistics Club, 1972.
- KÖNIG, E. **The Meaning of Focus Particles**. London: Routledge, 1991.

LENKER, U. **Argument and Rhetoric Adverbial Connectors in the History of English**. Berlin/New York: Walter de Gruyter, 2010.

PEZATTI, E. G. **A ordem das palavras no português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

SCHWENTER, S. A. **Pragmatics of Conditional Marking: Implicature, Scalarity, and Exclusivity**. New York: Garland, 1999.

SCHWENTER, S. A. Lo relativo y lo absoluto de las partículas escalares *incluso* y *hasta*. **Oralia**, n. 3, p. 169-197, 2000.

SCHWENTER, S. A. Additive particles and scalar endpoint marking. **Belgian Journal of Linguistics**, v. 16, p. 119-134, 2002.

SCHWENTER, S.; TRAUOGOTT, E. Invoking scalarity: the development of *in fact*. **Journal of Historical Pragmatics**, v. 1, n. 1, p. 7-25, 2000.

TRAVAGLIA, L. C. O relevo no processamento da informação. In: JUBRAN, C. C. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2006. p. 167-215.

Sobre os autores

Michel Gustavo Fontes (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-2376-8648>)

Doutor e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Estadual Paulista (UNESP); graduado em Letras - Português/Espanhol pela mesma instituição. É professor na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), câmpus de Três Lagoas.

Fábio de Lima Moreira (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-3313-9167>)

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS); graduado em Letras - Português/Inglês pela mesma instituição.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em agosto de 2020.

Análise comparativa da microconstrução *um belo dia / un bel giorno* no português brasileiro e no italiano

Comparative analysis of the micro-construction *um belo dia / un bel giorno* in Brazilian portuguese and Italian

Vânia Cristina Casseb Galvão¹
Carlotta Boellis²

Resumo: Toda língua apresenta expressões idiomáticas em seu repertório escrito e oral. Essas expressões às vezes vêm de contextos completamente diferentes daqueles utilizados hoje em dia, de modo que nos perguntamos como elas chegaram às suas formas atuais, quais foram suas evoluções linguísticas e se a sociedade e as vicissitudes históricas tiveram um impacto em sua transformação. É o caso das microconstruções equivalentes *um belo dia* no português brasileiro e *un bel giorno* em italiano. Sendo assim, este artigo parte da análise pancrônica promovida por Silva (2017) e da sua descrição dos usos dessa microconstrução no português brasileiro segundo os contextos de Diewald (2002), em particular. O artigo compreende uma parte teórica inicial, baseada em princípios do Funcionalismo e da Gramática das Construções; uma segunda parte voltada para a análise de dados derivados de *corpus* do italiano histórico, na qual se faz uma contextualização sócio-histórica, e, em seguida, a análise dos contextos de uso dessas microconstruções no italiano.

Palavras-chave: Um belo dia. *Un bel giorno*. Microconstrução. Gramática de Construções. Diacronia.

Abstract: Each language contains idioms in its written and oral repertoire. These expressions sometimes come from contexts completely different from those used today, so we ask how they got to their current forms, what their linguistic evolutions were, and whether society and historical vicissitudes had an impact on their transformation. This is the case of the twin micro-constructions *um belo dia* in Brazilian Portuguese and *un bel giorno* in Italian. This article starts from the panchronic analysis of Silva (2017) and its description of the uses of the micro-construction in Brazilian Portuguese according to the contexts of Diewald (2002), in particular. The article includes an initial theoretical part, based on the subjects of Functionalism and Constructional Grammar, a second part of analysis of data derived from the Italian historical corpus, with socio-historical contextualization and a part of analysis of the contexts of use of the Italian micro-constructions.

Keywords: Um belo dia. *Un bel giorno*. Micro-construction. Construction Grammar. Diachrony.

¹ Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, Goiânia, GO, Brasil. Endereço eletrônico: vaniacassebgalvao@gmail.com.

² Università del Salento, Lecce, LE, Itália. Endereço eletrônico: carlotta.boellis@gmail.com.

Introdução

Este artigo apresenta os resultados da análise dos usos e da mudança envolvendo a microconstrução italiana *un bel giorno*, a partir da comparação com a sua equivalente no português brasileiro (PB) *um belo dia*, considerando a análise descritivo-construcional de Silva (2017), e de Silva; Casseb-Galvão (2018, 2019), conforme resumido a seguir:

Silva (2017) faz uma exaustiva descrição dos usos da microconstrução *um belo dia* no PB, tendo como justificativa a polissemia desse pareamento, conforme (1) e (2), a seguir:

(1) [...] Mestre Cosme armara-lhe uma rede no alpendre e fora-se a desbastar a mata, escanchado na Coruja. Fazia *um belo dia* de sol, calmo e luminoso. O arvoredado imóvel dormitava na esplêndida pulverização da luz que o narcotizava para beber-lhe a seiva. O passaredo aninhava-se na verde espessura dos cajueiros em flor, contubernal e gárrulo; rolas bravas debicavam nas clareiras os minúsculos diamantes que o sol punha na areia. (A normalista, Adolfo Caminha, *Corpus* do Português).

(2) [...] Este, um temperamental, *um belo dia* cansou de tantos estudos, cálculos, tabelas, orçamentos, índices contraditórios, estatísticas expurgadas e planos mirabolantes, ainda mais quando se aproximavam eleições para o Congresso e o seu serviço de informações o advertira da crescente impopularidade do governo: convocou uma reunião ministerial, exigindo a presença de todos os titulares [...] (A greve dos desempregados, Luiz Beltrão, *Corpus* do português)

Um belo dia exerce funções sintáticas e semânticas diferentes nas duas instanciações, pois em (1), ele integra a estrutura oracional básica, tem uma estruturação composicional, preenche a casa do único argumento de verbo apresentacional, constitui um sintagma adjetival, tem significação mais concreta, voltada para o tempo físico e atua em uma sequência textual descritiva. Já em (2), *um belo dia* é um todo significativo mais abstrato, um operador que atua no nível da organização do texto, e é auxiliar na organização da estrutura narrativa e do seu climax.

Em uma abordagem pancrônica, Silva (2017) analisou esse pareamento no lapso entre os séculos XIX, XX e XXI. A autora distinguiu todos os usos de *um belo dia*, os descreveu segundo o modelo de Croft (2001), atentando para as suas propriedades sintática, morfológica, fonológica, semântica, pragmática e discurso-funcional; conforme proposto por Diewald (2002), analisou seus contextos de gramaticalização; e, seguindo a teoria construcional de Traugott; Trousdale (2013), os analisou também considerando as dimensões tamanho, especificidade e conceito, e os fatores hierárquicos esquematicidade, composicionalidade e produtividade.

Mais especificamente quanto aos contextos de gramaticalização, Silva (2017)

distinguiu três estágios: contexto típico (de valor lexical), atípico (polissêmico, ambíguo) e crítico (valor gramatical), e analisou os seus usos representativos, considerando a posição na frase, a sequência textual que integram e a sua função na organização do texto. Ela chegou à seguinte conclusão:

No contexto típico, o pareamento *um belo dia* pode ocorrer anteposto e posposto ao verbo, uma prerrogativa de sua formação composicional, e tanto em uma sequência descritiva quanto narrativa. O contexto atípico apresenta a microconstrução também anteposta e posposta ao verbo, predominantemente, em uma sequência narrativa, em um adjunto adverbial. No contexto crítico, aparece mais anteposta ao verbo, predominantemente, encabeçando uma sequência narrativa, funcionando como um operador textual. (SILVA, 2017, p. 122)

Para melhor revelar a mudança ocorrida no pareamento, Silva (2017, p. 124) compara os extremos do contínuo de mudança, cujos polos mais concreto e mais abstrato são os usos do contexto típico e crítico:

Um belo dia concreto

Atuação primária: oração básica

Função primária

Organização do predicado

Argumental, informação na descrição espaço-temporal

Função secundária

Integra sequências descritivas em texto narrativo.

Um belo dia abstrato

Atuação primária: nível textual

Função primária

Organização interoracional, textual

Integra e organiza sequências narrativa

Silva (2017) afirma que *um belo dia* em contexto crítico perde propriedades composicionais (em relação ao contexto típico) e integra a rede dos operadores textuais introdutores de clímax da narrativa, como *de repente, quando dei fé, quando dei por mim*.

Feito esse breve resumo do trabalho que fornecerá a contraparte da análise comparativa, podemos dizer que pretendemos, em particular, descrever os usos do pareamento *un bel giorno* em italiano, conhecer a sua evolução, durante o mesmo período analisado por Silva (2017) e Silva; Casseb-Galvão (2018, 2019), distinguir sua funcionalidade e estruturação, tendo como parâmetro o que se verificou para o par equivalente em português e a teoria de contextos de gramaticalização proposta por Diewald (2002). Isso porque, também como verificado em português, no caso de *un bel giorno*, distinguimos, em uma

análise preliminar do italiano contemporâneo, pelo menos, duas diferentes funções desse conjunto: uma descritiva, para indicar que o dia está lindo, agradável, ensolarado; e uma segunda, textual-narrativa, introdutora do clímax da narrativa ou indicadora de uma mudança não esperada no curso dos acontecimentos. Em seu trabalho, Silva (2017) traz uma descrição exaustiva a partir de vários princípios teóricos da Linguística Funcional Centrada no uso (LFCU) e da Gramática de Construções (GrxConstr), mas, por delimitação editorial, restringiremos nossa análise aos objetivos anteriormente elencados.

Sendo assim, este artigo está dividido em três partes. Na primeira parte serão apresentados os princípios teóricos que fundamentam a pesquisa, em particular, as noções de construção e microconstrução (GOLDBERG, 1995; MASSINI, 2016), e a noção de contextos de gramaticalização (DIEWALD, 2002). Na segunda parte do artigo, serão apresentados os *corpora* que ofereceram os dados relevantes para a pesquisa e o resultado quantitativo inicial. Em seguida, faremos uma análise sócio-histórica dos usos verificados e promovemos uma análise dos seus contextos evolutivos: típico, atípico e crítico. Será também analisada a organização do paradigma italiano, diferenciais e pontos em comum entre este e a contraparte brasileira. A frequência de usos representativos desses contextos foi analisada a partir do contexto sócio-histórico-político da sociedade italiana no período compreendido entre os séculos XIX e XXI.

As conclusões reúnem as especificidades do pareamento italiano frente à sua contraparte brasileira, em uma opção de resposta à seguinte pergunta geral de pesquisa: quanto à sua estruturação, uso, frequência e funcionalidade, as microconstruções derivadas do pareamento *un bel giorno* revelam um percurso de mudança equivalente ao de sua “alma gêmea” (expressão equivalente) *um belo dia*, em português, conforme descrito por Silva (2017)?

Base Teórica

Para melhor analisar a microconstrução *un bel giorno*, sua formação, frequência, funcionalidade e uso temos que, assim como Silva (2017), considerar como base teórica os assuntos do Funcionalismo, especialmente da Linguística Funcional Centrada no Uso (LFCU) e da Gramática de Construções (GRCx). A escolha pela LFCU se dá porque a riqueza da diversidade linguística é melhor compreendida se estudada a partir da situação comunicativa, da sua natureza e fluidez. E a opção pela GRCx permite uma visão dessa microconstrução como parte de uma rede, o próprio sistema linguístico, cujas partes componentes são interconectadas e interdependentes, e, portanto, permite analisar a sua interrelação com outras

entidades linguísticas funcionalmente correlatas. Adotar uma visão funcionalista é mesmo importante, pois permite considerar igualmente a forma (aspectos morfossintáticos, fonológicos e prosódicos) e a função (aspectos semânticos, pragmáticos, discursivos e funcionais) de uma construção.

A partir de Fillmore (1988) e de Goldberg (2006), uma construção é definida como um pareamento de forma e significado que, ademais, não pode ser entendido a partir da análise das suas partes individuais. Ela é reconhecida a partir desse conjunto estrutural e formal significativo. As construções, no entanto, não aparecem de repente na língua. Em primeiro lugar, elas derivam dos construtos, ou seja, das realizações linguísticas concretas produzidas pelos falantes, que são responsáveis pela evolução da linguagem.

As microconstruções constituem relações hierárquicas: de fato, se elas são partes de uma rede, integram então um subesquema, que deriva de um esquema mais geral. O fato de *integrarem* subesquemas, não significa que as (micro)construções são fixas e imóveis. Ao invés, isso significa que as ligações no âmbito da rede construcional as influenciam, pondo em marcha processos de mudança. Como afirma Justino (2018, p.49), “a mudança é o resultado de inovações no uso e realinhamento de aspectos funcionais e/ou formais das unidades da língua dentro da rede conceptual”. O processo de mudança não é abrupto, mas ocorre através de alguns micropassos (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013), dos quais citamos inovação, neoanálise, analogização, convencionalização e construcionalização.

Não nos deteremos a definir cada um desses micropassos, que são amplamente conhecidos na área dos estudos construcionais, mas cabe dizer que é possível traçar uma trajetória da mudança, reconhecendo que a construção se organiza em níveis a partir de um padrão mais geral, abstrato (do esquema), que pode derivar níveis intermediários (subesquemas), aos quais estão atreladas microconstruções (esquemas-*type*); os construtos, por sua vez, são *tokens* instanciados na situação comunicativa particular, podem ser falados ou escritos e ajudam a moldar a representação mental da linguagem (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Assim, quando consideramos as construções como pareamento de forma e função

[...] os contextos internos correspondem às influências no entorno da forma linguística, ao passo que os contextos externos correspondem aos aspectos funcionais que influenciam na constituição da construção, desde as influências cognitivas às discursivo-pragmáticas.” (JUSTINO, 2018, p. 54)

De toda maneira, podemos mencionar quanto às influências externas, o uso pelo falante em situações interativas diversas e em diferentes domínios sócio-históricos e políticos, a adoção da construção em ambiente estrutural diverso do típico, eventuais inadequações de uso etc. Estas têm um valor enorme na mudança que afeta as construções de qualquer tipologia.

Para melhor compreender como sucede a mudança e quais fatores estão a ela relacionados, uma opção que entendemos interessante envolve a adoção de um ponto de vista diacrônico, pois na maioria dos casos o estudo ao longo do tempo facilita a percepção das evoluções linguísticas. Por isso, como Silva (2017), recorremos à contribuição de Diewald (2002) quanto à uma abordagem diacrônica da mudança linguística e aos micropassos (internos) que levam à construcionalização de *un bel giorno* (mudança em ambas as faces do pareamento):

- 1) Contexto típico: a (micro)construção está na sua forma básica, original, mais lexical.
- 2) Contexto atípico: primeiro estágio do processo de gramaticalização. A construção se destaca do seu uso original e pode ser registrada em contextos diferentes e a partir de usos inovadores. Acontecem novas influências pragmáticas e semânticas.
- 3) Contexto crítico: é ativado o processo de gramaticalização. A construção ainda está relacionada a diferentes usos e significados, que originam interpretações diferentes.
- 4) Isolamento: a gramaticalização é instaurada. Coexistem as duas construções: a primeira com seu significado original e lexical, e a segunda, mais recente e gramatical. Nesta fase é certo dizer que as duas têm usos e contextos diferentes não susceptíveis de confusão.

Resulta central o conceito de gramaticalização, e, para relembrar sua definição, uma vez que é um fenômeno muito estudado até então, é necessário partir da noção de *processo*, uma vez que a linguagem nunca é um estado ou um produto, mas um fazer-se e refazer-se, uma atividade contínua e, como tal, instável por definição. E, se considerarmos a linguagem como em constante mudança, não deveríamos considerar também o tempo ao longo do qual ela muda? A partir daí, podemos dizer também que a noção de gramaticalização permite superar a lacuna entre análises voltadas para a sincronia ou para a diacronia, ou seja, esse tipo especial de mudança pode ser percebido sincrônica ou diacronicamente, mas é essencialmente um processo diacrônico, ou seja, diz respeito à mudança linguística no tempo e, neste caso, ao nascimento de novas estruturas (construções, microconstruções) gramaticais ou mais gramaticais da língua a partir de unidades lexicais ou menos gramaticais.

A gramaticalização é um processo gradual, de percepção unidirecional, através do qual as unidades lexicais *transitam* para novos valores gramaticais, perdendo progressivamente autonomia semântica, categorial e, às vezes, fonética. Nesse contexto, não nos interessa tanto verificar a perda de propriedades inerentes à microconstrução origem, mas a aquisição de novas propriedades e funções, especialmente no nível pragmático, ou seja, a extensão do contexto de uso. Pretendemos, portanto, compreender como a microconstrução *un bel giorno* mudou e quais são os seus contextos de mudança.

Considerações metodológicas

O objetivo desta seção é apresentar a construção italiana *un bel giorno* e indicar como os dados foram coletados, selecionados e analisados a partir do *corpus* de referência, no nosso caso, o *corpus* do italiano escrito *Paisà*, disponível em <https://www.corpusitaliano.it/>.

Esse *corpus* integra um projeto da Università Di Bologna, compreende fontes extraídas da web e é constituído por 250 milhões de palavras. Esse foi o primeiro *corpus* de análise, mas necessitávamos de um *corpus* dividido por períodos históricos, a fim de satisfazer o aspecto diacrônico desta pesquisa. Foi assim que, buscando na internet, encontramos o site do *DiaCORIS*, um *corpus* do italiano escrito que compreende estratos de textos escritos em italiano no período entre 1861 e 2001. Utilizar este *corpus* foi importante por oferecer dados mais precisos a respeito da implementação do processo de mudança ao longo do tempo.

Contrariamente à pesquisa da Silva (2017), que fez uma ampla investigação de natureza pancrônica, nossa pesquisa apresenta fontes e instrumentos bem mais limitados e vai intentar delinear a trajetória da microconstrução *un bel giorno*, restringindo a análise dos dados disponíveis a uma reflexão de tipo histórico-funcional.

Fizemos uma busca geral no *DiaCORIS*, a fim de verificar se esse pareamento é usado ao longo do tempo, sem, no entanto, distinguir usos e funções. O número de ocorrências de *un bel giorno* no tempo considerado é apresentado na tabela a seguir:

Tabela 1: Número de ocorrências por período histórico

Período histórico	Ocorrências / Percentual
1861-1900	51 / 39%
1901-1922	20 / 15%
1923-1945	17 / 13%
1946-1967	31 / 24%
1968-2001	9 / 7%
Total	128 / 100%

Fonte: elaborada pelas autoras.

Queremos destacar que, devido às grandes transformações sócio-políticas vividas pela Itália, e toda a Europa, em decorrência das duas guerras mundiais, acontecimentos que mudaram o modo de ver e conceber o mundo dos falantes de italiano, o que certamente influenciou na formação de novos usos da língua, decidimos dividir o século XX em três períodos, considerando tanto as guerras em si quanto os períodos entreguerra e pós-guerra, a era da reconstrução. Nesse contexto histórico, também se atenta para a processo de formação do Estado italiano aos moldes atuais. Essa divisão se diferencia daquela de Silva (2017), que seguiu rigorosamente a distinção em séculos.

A partir dessas ocorrências, operamos uma diferenciação histórica dos contextos de gramaticalização, segundo a diferenciação de Diewald (2002). O resultado é apresentado na tabela 2 a seguir:

Tabela 2: Contextos de *un bel giorno* por período histórico

PERIODO	Típico	Atípico	Crítico	Total
1861 – 1900	1/1,8%	18/35,9%	32 / 62,7	51 / 39,8%
1901 – 1922	1/5%	6/30%	13 / 65%	20 /15,6%
1923 – 1945	0/0%	6/35,3%	11 / 64,7%	17 /13,3%
1946 – 1967	1/3,3%	14 /45%	16 / 51,7	31 /24,3%
1968 – 2001	0/0%	5/55%	4 / 45%	9 / 7%
Total	3/2,3%	49/38,3%	76/59,4%	128/100%

Fonte: elaborada pelas autoras.

Os dados descritos na tabela 2 revelam, primeiramente, que a microconstrução gramaticalizada *un bel giorno* já era amplamente usada no século XIX e oscila em termos percentuais entre o século XIX e o século XX, mas é o uso preferencial em todo o período analisado. Até o ano de 1945, o uso diminui gradualmente, e há novamente uma alta de uso no período 1946-1967. No período mais recente, que vai até 2001, o uso resulta muito limitado na literatura.

Como são temas recorrentes na literatura linguística socio-discursiva, não nos deteremos em longas discussões ou em polemizar as noções de gênero e de tipo ou sequências textuais, por exemplo, mas cabe definir essas duas dimensões da configuração discursivo-textual, nível de organização linguística no qual atuam os usos mais abstratizados de *um belo dia / un bel giorno*. Para a análise, é importante, portanto, consideramos, seguindo Paredes Silva (1997, 2010), que o *gênero* (discursivo ou textual) identifica uma unidade interacional, caracteriza um modo de condução discursiva vinculado a uma determinada situação comunicativa. Nesta definição estão previstos fatores de ordem externa (ideológicos, sociolinguísticos, psicológicos etc) e interna à organização linguística (funcionais e formais).

Já os *tipos textuais ou sequências textuais* são enunciados especialmente distintos na sequenciação textual e analisáveis em seus aspectos formais.

Os tipos textuais são estruturas disponíveis, cuja organização predicativa segue determinadas especificações, são ancoradas nos sistemas de tempo/aspecto/modo do verbo e na *dêixis*, a partir da centralidade em determinada pessoa do discurso (1a, 2a, e 3a). Paredes Silva (2010) destaca também como parâmetros de distinção dos tipos textuais a tendência pela organização semântica a partir de predicados de natureza mais verbal ou nominal, o predomínio da ordenação lógica ou cronológica, etc. Alguns desses *tipos* são o narrativo, o descritivo, o argumentativo, o expositivo, injuntivo etc. A autora destaca, por exemplo, entre os aspectos estruturais dos tipos narrativos, a preferência pelo verbo no pretérito perfeito do indicativo, os predicados com verbos de ação, a organização dos eventos em torno da primeira ou terceira pessoa, e a marcada articulação oracional de base temporal.

Análise do processo de gramaticalização

Correlações sócio-históricas

Uma hipótese sócio-histórica poderia ser avançada, observando-se a flutuação das ocorrências detectadas nos vários períodos em confronto com o contexto sócio-político de formação da sociedade italiana: o primeiro período é historicamente o do *Regno d'Italia*, caracterizado por ser uma fase de otimismo geral, de inovação e de construção do Estado. Portanto, se o período é marcado por *novidade*, poderíamos dizer que *un bel giorno* (em seu uso crítico) funciona como um *incipit*, na comunicação linguística, para indicar uma novidade inesperada. Isso é evidente, já naquele período, na preferência por esse contexto que, como se nota, sublinha aspectos novos e inesperados no texto. É preciso salientar que quase a metade das ocorrências deste período pertencem ao romance *I Viceré*, de Federico de Roberto (1894), um dos livros símbolo do *Ressurgimento* italiano.

Os dois períodos seguintes (1901-1922 e 1923-1945) são os das duas Guerras Mundiais. Portanto, são períodos de forte pessimismo. *Un bel giorno* em seu uso crítico pode introduzir algo que vem de repente, é um operador textual, mas não tem o mesmo significado do primeiro período: os usos verificados apresentaram essencialmente conotação negativa, refletindo a situação de guerra e totalitarismo. Observamos uma diminuição das ocorrências de todos os usos da microconstrução (17, 20 unidades totais), e, ao mesmo tempo, o uso de contexto crítico é favorito e não foram verificadas ocorrências do contexto típico. Por volta do período 1923-45 registramos novamente um número significativo (6) de ocorrências em

outras obras símbolo da literatura italiana, no caso, de um par de obras de Italo Svevo, cujas temáticas são desenvolvidas com forte componente psicológico.

Em geral, nesse período os usos da microconstrução de contexto atípico e crítico são muito recorrentes no discurso político, por exemplo, em artigos jornalísticos e ensaios, o que pode estar relacionado com uma hipótese de evolução desses usos para contextos menos oficiais ou menos formais. Isso também é evidente, no período 1901-22, em duas ocorrências em *romanaccio*, o dialeto de Roma e arredores, sinal de que a microconstrução em contexto atípico e crítico é presente na linguagem do povo ou, em geral, na linguagem mais *vulgar*.

O quarto período (1946-1967) diz respeito ao segundo pós-guerra, neste caso, um período de reconstrução. As expectativas, as esperanças e o otimismo renascem, até o ano de 1968, quando ocorrem grandes protestos que representam a concretização de um desejo de mudança sócio-política geral. Com o voltar das esperanças e o otimismo, ainda no quarto período, aumentam as ocorrências de *un bel giorno* (nos seus contextos atípico e crítico) no âmbito dos jornais impressos (13 ocorrências), que, na época, eram o principal e o favorito veículo de informação da sociedade italiana. Aparecem também em textos narrativos (13 ocorrências), o tipo textual de preferência e mais produtivo para o uso mais inovador dessa microconstrução. Assinalamos uma ocorrência particular desse período:

(3) Ma perché insisti? Se rimani qui tra noi, *un bel giorno* la identificherai anche tu, la parola proibita, *all'improvviso*, quasi senza accorgertene. Così è, figliolo mio.
(La Parola Proibita, **Sessanta Racconti**, Dino Buzzati, 1958, *corpus DiaCoris*)

(Mas por que você insiste? Se você ficar aqui entre nós, *um belo dia* você também vai identificá-la, a palavra proibida, *de repente*, quase sem perceber. É assim que é, meu filho – tradução nossa)

O exemplo em questão resulta interessante pela coocorrência da microconstrução *un bel giorno* e da locução adverbial *all'improvviso* (*de repente*, em português) que, como já mencionamos, representa o significado que a microconstrução adquire no contexto crítico. Poderíamos considerar essa ocorrência de um uso parcialmente atípico e parcialmente crítico, uma vez que o clímax da narrativa não é identificado de imediato e *un bel giorno* poderia ser considerado equivalente a *um dia qualquer*. No entanto, o trecho *identificherai anche tu, la parola proibita* é, certamente, a parte principal da narrativa. Não chega a ser um clímax típico porque seu entorno não é organizado de modo a fazer o texto progredir também do ponto de vista das expectativas do leitor em relação ao desfecho de um evento acontecido, pois está em discurso direto e tem um caráter mais injuntivo, de conselho. A coocorrência de *all'improvviso* ajuda na construção da ideia de um resultado que chegará de repente, quase

inesperado, tratando-se, no entanto, de um comentário com projeção futura e não uma narrativa prototípica de fatos passados em um mundo real ou ficcional. No caso, trata-se da representação de eventos do mundo comentado, das ideias.

O último período do *corpus* histórico é aquele de 1968-2001, no qual registramos dados de confirmação, pois ocorre o aumento do uso mais gramaticalizado em textos jornalísticos e uma ligeira diminuição dos contextos de uso críticos a favor daquele atípico. É evidente, também, uma diminuição gradual das ocorrências totais, se comparadas com o século anterior. É claro, no entanto, que os usos da microconstrução em textos escritos formais diminuem ao longo do tempo, sejam eles de contexto típico ou até crítico. Uma hipótese para explicar isso envolve a preferência por *all'improvviso* ou por *una bella giornata*, esta que é a expressão mais frequente em italiano para indicar o percurso temporal e para instanciar o cumprimento mais usado em referência ao longo do dia.

A diminuição drástica do número de ocorrências no século XXI nos levou a um retorno ao *corpus Paisà*, no qual verificamos 131 ocorrências entre os usos atípico e crítico. A grande maioria desses usos de *Un bel giorno* ocorreu em interações informais no ambiente da internet, e ultrapassa de largo o número de ocorrências verificadas nos textos de literatura ou jornalísticos mais recentes (1968-2001), do *corpus DiaCORIS*. Enfim, no italiano, a microconstrução é quase sempre usada em contextos discursivos de menos controle, típico de comentários na Internet. No *corpus* em questão, referimo-nos a comentários, artigos e, em geral, fontes *online* nas quais os usuários, embora escrevendo, adotam uma linguagem menos controlada, às vezes, muito próxima à fala.

Apresentados os resultados da análise sócio-histórica e política, cabe apresentar os resultados da análise diacrônica, a partir da proposta a respeito dos contextos de gramaticalização de Diewald (2002) e que retomam a pesquisa de Silva (2017), base para este estudo comparativo.

Análise individualizada dos contextos

Tal como Silva (2017) verificou para o PB, nossa análise revelou que *un bel giorno* em contexto típico pertence ao subesquema formal [Artigo indefinido, - específico + Adjetivo + Substantivo], e na medida em que se gramaticalizam, o grau de composicionalidade das microconstruções na forma *un bel giorno* é diminuído. O contexto crítico funciona como um operador textual, as partes componentes são indecomponíveis e o seu significado é depreendido desse conjunto estrutural. Houve neanálise no plano sintagmático. A construção original passou por um processo de adaptação e mudança semântica e, ao longo do tempo, os

falantes atribuem-lhe novos sentidos. Portanto, há um novo nó na rede dos operadores textuais, como *all'improvviso*, a partir da adaptação e da implementação desses usos inovadores.

Essa evolução pode ser descrita, considerando-se a proposta de Diewald (2002), como uma passagem por estágios. Os estágios são, pois, ordenados cronologicamente e associados a um contexto particular (DIEWALD, 2002).

Tendo em consideração que o contexto de base é o chamado *contexto típico*, da microconstrução no seu uso mais concreto, é pertinente mencionar novamente os vários estágios de mudança, parafraseando a descrição de Arena (2015):

- *Contexto atípico*: são evidentes as pré-condições de gramaticalização e presença de implicaturas conversacionais. Há uma expansão dos contextos nos quais a unidade construcional ainda não havia sido usada.

- *Contexto crítico*: a construção resulta mais marcada e caracteriza-se por múltiplas situações de ambiguidade estrutural e semântica, levando, por isso, a várias possibilidades de interpretação, entre elas o novo significado gramatical.

- *Contexto de isolamento*: é a consolidação do processo de gramaticalização. Nesta fase, o novo significado gramatical é isolado como um significado separado do significado básico, mais lexical. Essa separação dos dois significados é alcançada pelo desenvolvimento de contextos de isolamento para ambas as leituras, lexical e gramatical, ou seja, de contextos linguísticos específicos que favorecem uma leitura excluindo a outra. O novo significado gramatical não depende mais de implicatura conversacional, uma vez que o elemento linguístico em gramaticalização se tornou verdadeiramente polissêmico.

A tese de Arena (2015) foi indicativa do ponto de vista da diversificação dos contextos iniciais. A autora cita Traugott (2008) e a importância da determinação dos diversos *contextos iniciais* em um caso particular de gramaticalização, mais alerta que efetivamente se deve concentrar em apenas um tipo específico do processo de mudança. Isso parece particularmente útil uma vez que encontramos dois contextos iniciais para a microconstrução no *corpus* em análise.

O primeiro contexto ou contexto típico, tal como em português, é *un bel giorno* no seu sentido descritivo e mais ligado à expressão do conteúdo:

(4) Qualche giorno più tardi, lui le telefonò dall'Olanda e le disse: "Oggi è *un bel giorno*". ([http://room67.blogspot.com/2010/12/corpus Paisà](http://room67.blogspot.com/2010/12/corpus_Paisà))

(Alguns dias depois, ele a chamou da Holanda e disse: "Hoje é [um belo dia]". – Tradução nossa)

Como esse uso (típico, clássico) se revelou muito reduzido no *corpus DiaCORIS*, nos perguntamos quais poderiam ser outras opções semelhantes de uso típico em italiano. A primeira opção encontrada foi a sua forma no feminino *una bella giornata*.

(5) Ma il mio sconforto non nasce per quelle nuvole, anzi, si fa strada proprio nel mezzo di *una bella giornata*, contro lo splendore del sole. (**I Bei Momenti**, Enzo Siciliano, 1998, *corpus DiaCoris*)

(Mas o meu desespero não nasce para aquelas nuvens, pelo contrário, ele faz o seu caminho bem no meio *de um belo dia*, contra o esplendor do sol. – Tradução nossa)

Pesquisando-se no *corpus Paisà* foram encontradas 56 ocorrências de *una bella giornata* com sentido descritivo e, portanto, típico. No *corpus* escrito *DiaCORIS*, foram verificadas 31 ocorrências, das quais 3 delas sugerem uma leitura de uso atípico, como é visível no exemplo que segue:

(6) Non obbedì al consiglio di qualche amico che gli suggerì di mandare la fotografia dell'assegno ad Antonio Baldini, che, pure essendo il più pacioso degli uomini, gli aveva avvelenata *una bella giornata del 1922* - quando il sole della fama dell'autore di Mimì Bluetta pareva non dovesse mai spegnersi. (**Guido Da Verona**, Orio Vergani, Il Nuovo Corriere Della Sera, 1949, *corpus DiaCoris*)

(Ele não obedeceu aos conselhos de alguns amigos que sugeriram enviar a fotografia do cheque a Antonio Baldini, que, mesmo sendo o mais pacífico dos homens, o tinha envenenado *um belo dia do 1922* - quando o sol da fama do autor de Mimì Bluetta parecia nunca se apagar. – Tradução nossa)

A relação entre as duas construções é clara, uma vez que, também os resultados para o uso atípico de *un bel giorno* mostraram o mesmo padrão semântico de *una bela giornata* nesse mesmo contexto:

(7) Nei giorni seguenti capitò relativamente spesso di trovare la zia Maglorie priva di sensi vittima dell'alcol, e *un bel giorno, sotto Natale*, la trovarono per terra a faccia sulla neve e morta. (**Il Barilotto**, Guy De Maupassant, 1884, *corpus Paisà*)

(Nos dias seguintes aconteceu com relativa frequência encontrar a tia Maglorie inconsciente vítima do álcool, e *um belo dia, durante o Natal*, eles a encontraram caída com o rosto na neve e morta. – Tradução nossa)

É evidente que essa ancoragem no tempo cronológico mostra uma dessemantização em relação ao uso típico, uma vez que ocorre em ambiente de uma narração e é preterido o sentido descritivo da construção.

Também em italiano, e como indicou a Silva (2017), no contexto de uso atípico, *un bel giorno* tem o mesmo valor e sentido de *um dia qualquer*, *um dia X*, mas que já traz também informações a respeito da progressão narrativa.

Diacronicamente, é possível ver como os usos inovadores da construção já eram implementados no sistema do italiano por volta do final do século XIX, como demonstra este ótimo exemplo, no qual a construção mais tipicamente conhecida aparece seguida por um esclarecimento temporal:

(8) È pericoloso tenersi in casa tutto questo denaro disse d'un tratto. Perché? Perché si potrebbe sapere, sospettare e *un bel giorno od una bella notte* venirci a sgozzare in letto per derubarci. (**Mastro Titta: Il Boia di Roma – Memorie di un carnefice scritte da lui stesso**, autore sconosciuto, 1891, *corpus DiaCoris*)

(É perigoso manter todo este dinheiro em casa, disse ele de repente. Porquê? Porque você pode saber, suspeitar, e *um belo dia ou uma bela noite* vir e cortar nossas gargantas na cama para nos roubar. – Tradução nossa)

O exemplo é único nos *corpora* em italiano, precisamente porque nenhum outro caso foi encontrado, e, ainda hoje, na fala ou na escrita, um falante nativo italiano dificilmente o utilizaria em um contexto discursivo similar. O uso esperado seria *una bella giornata*. Este caso, portanto, é uma indicação de como uma (micro)construção pode evoluir principalmente a partir de licenças estilísticas inovadoras, confirmando a transição da construção para um papel de operador narrativo com ancoragem temporal.

Na parte teórica deste artigo já mencionamos que, no contexto crítico, a construção deve ser considerada um *chunk*, uma unidade formal [*um bel giorno*], um conjunto estrutural indissolúvel com sentido único. Este sentido é abstrato: o operador ajuda a organizar a narrativa e permanece a indicação da qualidade temporal na sequência dos eventos narrados. Assim, [*um bel giorno*], tal como [*um belo dia*], introduz o clímax da narrativa e a culminância de uma série de acontecimentos:

(9) Ci prova e ci riprova, finché [*um bel giorno*] con un treno speciale carica su diecimila supporters ed entra senza colpo ferire nella città. (<http://italy.indymedia.org/news/2005/10/888122.php>, *corpus Paisà*)

(Ele tenta e tenta novamente, até [*um belo dia*] entrar na cidade com um trem especial carregado com dez mil apoiadores e sem lutar. – Tradução nossa)

Foram analisados então os três contextos de produtividade, conforme proposto por Diewald (2002), tendo sempre como referência os parâmetros de análise utilizados no trabalho de Silva (2017), com algumas pequenas alterações com fins de aperfeiçoamento. Os dados são do *corpus Paisà*. Os parâmetros de análise envolvem: posição na oração com respeito ao verbo, tipologia de sequência textual (narrativa, argumentativa ou descritiva), atuação sintática do construto e o valor semântico de *un bel giorno* em cada contexto de uso.

A análise quantitativa indicou que, também em italiano, o construto resulta preferencialmente posposto ao verbo, como em *Oggi è un bel giorno*. Os resultados para os dois parâmetros seguintes são diferentes do que foi verificado para o português. Na verdade, eles mostram resultados quantitativos opostos. Em italiano, de fato, neste primeiro contexto, a sequência textual em que encontramos a construção é principalmente descritiva, enquanto em português se encontra principalmente em sequências narrativas. O papel na organização sintática nas duas línguas também é oposto. Em italiano, no contexto típico, o construto é mais usado nas funções tipicamente exercidas pelo sintagma nominal (sujeito ou complemento); em português, por um sintagma adverbial (geralmente como único argumento de verbos apresentacionais). Quanto ao valor semântico, confirmamos o sentido lexical e concreto, com referência física e ancoragem do conteúdo no tempo e no espaço.

Vejam-se agora os resultados para o *contexto atípico*. Já como explicou Silva (2017), nesse contexto o novo significado pode ser gramaticalizado e surgir como uma implicatura conversacional, por isso dá-se a polissemia. Precisamente por essa razão, foi bem complicado individualizar no *corpus* as ocorrências do uso atípico e, para exemplificar o trabalho empreendido, também escolhemos adotar como parâmetro distintivo a paráfrase do construto por *um dia qualquer*. Com referência ao parâmetro posição na oração, o que surgiu foi mais uma vez uma situação oposta àquela da língua portuguesa, com uma maioria de ocorrências com posição pré-verbal (36). Quanto à sequência textual, os resultados são bem similares. Também em italiano o construto é mais utilizado em textos do discurso narrativo, nos quais representa uma ancoragem no tempo cronológico e opera na progressão narratológica. Pode-se assinalar também a presença de marcadores temporais, como anos ou festividades (*un bel giorno agli inizi dell'87* ou *un bel giorno, intorno a Natale*).

Ao contrário do que se verifica em português, esse uso não aparece no italiano com muita frequência conjuntamente a verbos apresentacionais, que são mais frequentes junto ao contexto típico, por exemplo. Sintaticamente, *un bel giorno* resulta sempre como adjunto adverbial, enquanto que, semanticamente, o construto é abstratizado. Tal como em português,

às vezes *un bel giorno* atípico é ligado ao tempo concreto e outras ao tempo vago da narratologia do texto.

Quanto aos resultados do contexto crítico, que também em italiano resultou o mais frequente, é possível traçar uma certa semelhança com os resultados observados no PB. Enquanto para o português ocorre inversão quantitativa quanto ao parâmetro posição, em italiano, confirmamos, mais uma vez, uma tendência de o construto aparecer majoritariamente antes do verbo e mesmo antes da sequência narrativa que introduz.

Confirmamos também a coocorrência de expressões de realce, como, *finché*, *per poi* e *fino a quando* e de conjunções adversativas no ambiente anterior à micro-construção *un bel giorno*, que, na escrita, ocorre quase sempre entre vírgulas. Essas particularidades ajudam na sinalização de que a história narrada está por chegar a um ponto de criticidade ou/e que algo novo, inesperado e relevante acontecerá (um clímax). O construto tem função sintática de operador textual, atuando estritamente na construção dos sentidos no nível das relações entre orações (entre os eventos) e não propriamente no nível da oração básica, da relação com o predicado.

Quanto ao parâmetro semântico, salientamos o fato de *un bel giorno* se tornar um verdadeiro *chunk* neste último contexto de mudança. Ao constituir-se operador textual *un bel giorno* forma um conjunto estrutural inseparável, diferente do uso em contexto típico, no qual se distinguem um adjetivo *bel* e um substantivo *giorno*. É verdade também que o construto perdeu seu valor de indicativo de beleza e introduz situações de clímax e contra expectativa em geral.

Confirmamos, também em italiano, a possibilidade de parafrasear o construto por *all'improvviso* (*de repente*, em italiano); o que indica a proximidade de um evento inesperado na narrativa exposta. Isso pode ser confirmado por quanto segue:

(11) La madre sta al gioco del figlio, finché però [*un bel giorno*] questi sparisce nel nulla. (<https://www.cineblog.it/post/8450/the-orphanage-recensione-in-esclusiva-da-los-angeles>, *corpus Paisà*)

(11 a) La madre sta al gioco del figlio, finché però [*all'improvviso*] questi sparisce nel nulla.

(A mãe brinca com o filho, até que *um belo dia/de repente* ele desaparece no ar. – tradução nossa)

Ademais, destacamos a ausência de ocorrências relativas ao último estágio de mudança, segundo a proposta de Diewald (2002). No italiano, a microconstrução parece não

ter chegado ao ponto de se isolar. Isso porque, além do ter adquirido um sentido mais abstrato (contexto crítico), *un bel giorno* ainda não apresenta particularidades tais que a ponham em oposição com os outros contextos. Além do mais, em italiano também persiste a ligação ao tempo, e os contextos de uso não são estritamente especificados.

Conclusões

Neste artigo foram analisados os contextos de uso das microconstruções italianas do tipo *un bel giorno* que, à primeira vista, parecem muito semelhantes à sua equivalente em português. Por essa razão, a investigação foi realizada diametralmente à leitura e à análise da dissertação de mestrado de Michele Denise da Silva (2017). Esta pesquisa forneceu um exemplo excelente de análise dessa construção, o que possibilitou uma análise comparada português/italiano.

Tentamos identificar, sempre que possível, os pontos comuns e as diferenças na evolução e nos usos dessa microconstrução nas duas línguas em comparação. Consideramos primeiramente o *corpus* histórico DiaCORIS, devido à possibilidade de oferecer dados para a descrição dos contextos de preferência de uso entre os anos de 1861 e de 2001, e podemos ancorar a análise também considerando a influência de acontecimentos históricos, políticos e sociais na escolha de uso de um contexto ou outro, e, para evidenciar a trajetória de uso de *un bel giorno* frente a diferentes tipologias textuais.

O resultado envolveu a preferência geral pelos contextos atípico e crítico (com maioria de casos desse último tipo), a preferência de uso da microconstrução em períodos mais positivos politicamente e uma passagem gradual no uso da microconstrução de contextos literários e narrativos para contextos jornalísticos menos controlados e mais informais, orientados para a expressão da opinião.

Devido às limitações editoriais, escolhemos as teorias de Diewald (2002) para a análise dos contextos de mudança a partir dos resultados verificados no *corpus Paisà* que, como já foi dito, favorece resultados mais sistematizados e oferece melhor possibilidade de seleção de dados, se consideramos o pouco registro histórico de dados da língua italiana. No geral, observa-se uma certa semelhança de uso e funcionalidade entre as microconstruções comparadas, cujos usos típicos são formalmente idênticos. Identificamos os mesmos contextos de uso (típico, atípico e crítico) que Silva (2017) identificou para o português.

Destacamos dos resultados que: a) no contexto típico, *un bel giorno* ocorre principalmente em sequências descritivas, enquanto em português se encontra principalmente em sequências narrativas; b) no contexto atípico, há, mais uma vez, uma situação oposta

àquela da língua portuguesa, com uma maioria de ocorrências em posição pré-verbal. Diferentemente do que Silva (2017) verificou para o português, a coocorrência de marcadores temporais (de ano, festividades etc) é um fator de distinção desses contextos no italiano, bem como a ausência de verbos apresentacionais, e, c) no contexto crítico, foram confirmadas as tendências construcionais também em italiano, ou seja, a preferência pela posição anteposta ao verbo e o uso em contextos narrativos. Verificamos também a concomitância de expressões de realce e de conjunções adversativas junto ao uso de contexto crítico. Neste último contexto de mudança, *un bel giorno* assume função de operador textual, confirmando também a tendência visível no PB.

Concluimos afirmando que a microconstrução mais abstrata em italiano parece ter tido uma evolução contextual e diacrônica muito mais estável do que a sua contraparte em português. A não composicionalidade é uma alteração importante no âmbito da forma também em italiano, mas podemos destacar o valor emocional no uso da construção, evidente nos resultados da análise do *corpus* histórico. Neste, os dados revelaram que, nos últimos três séculos, a escolha por *un bel giorno* sempre esteve correlacionada à condição social e moral daqueles que a usaram. O uso mais abstratizado indica discursivamente a aproximação de um clímax e também sugere, semanticamente, uma mudança inesperada no curso dos acontecimentos e ideias.

Referências

ARENA, A. B. **Construcionalização do conector daí que em perspectiva funcional centrada no uso**. 2015. 192 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2015.

CORPUS PAISÀ. In: <https://www.corpusitaliano.it/it/index.html>.

CORPUS DIACORIS. In: <http://www.corpora.dslo.unibo.it/DiaCORIS/>.

DIEWALD, G. A model for relevant types of contexts in grammaticalization. In: WISCHER, I.; DIEWALD, G. (Eds.). **New reflections on grammaticalization**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2000. p.103-120.

FILLMORE, C. The mechanisms of ‘Construction Grammar’. **Berkeley Linguistics Society**, v. 14, p. 35-55, 1988.

GOLDBERG, A. **Constructions**: a construction approach to argument structure. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: Oxford University Press, 2006.

JUSTINO, A. R. **Construções comparativo-intensificadoras de valor absoluto** – estudo do esquema X que só. 2018. 147 f. Tese (doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018.

MASINI, F. **La grammatica delle costruzioni**. Roma: Carocci, 2016.

PAREDES SILVA, V. L. Gêneros e tipos de texto: aproximações e distinções. **Diacrítica**, Braga, v. 24/1, p. 471-489, 2010.

PAREDES SILVA, V. L. Forma e função nos gêneros de discurso. **ALFA**, São Paulo, v. 41, p. 79-98, 1997.

SILVA M. D. **Um estudo de um belo dia na perspectiva da gramática de construções**. 2017. 132 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

SILVA, M. D; CASSEB-GALVÃO, V. C. Um belo dia resolvi mudar: uma análise dos usos da microconstrução um belo dia no português brasileiro. **Laborhistórico**, Rio de Janeiro, v. 5, p. 70-95, 2019.

SILVA, M. D. Um belo dia e seus contextos de gramaticalização. **Polifonia**, Cuiabá, v. 25, p. 273-296, 2018.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Sobre as autoras

Vânia Cristina Casseb Galvão (Orcid iD <http://orcid.org/0000-0001-6952-6623>)

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); mestra em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). É professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás (UFG); professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística, Letras e Interculturalidade da Universidade Estadual de Goiás (UEG); e professora visitante na Università del Salento (Unisalento, Itália). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq; pesquisadora contemplada com o auxílio do European Research Council (ERC) e do Brazilian National Council of State Funding Agencies to provide research in Ca Foscari University - Italy.

Carlotta Boellis (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-6515-0489>)

Mestranda em Tradução e Interpretação na Università del Salento (Unisalento, Itália); graduada em Mediação Linguística.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

A gramaticalização de *geral* no português brasileiro: de adjetivo a pronome indefinido/quantificador

Grammaticalization of *geral* in Brazilian Portuguese: from adjective to indefinite pronoun/quantifier

Luis Filipe Lima e Silva¹
Sueli Maria Coelho²

Resumo: A gramaticalização é um processo que desenvolve formas gramaticais a partir de formas lexicais e formas ainda mais gramaticais a partir de formas já gramaticais (KURYŁOWICZ, 1975[1965]; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; HEINE; KUTEVA, 2005, entre outros). Este trabalho descreve o processo de gramaticalização pelo qual está passando o adjetivo *geral* na língua portuguesa. A partir da análise de dados extraídos do *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006) e da rede social Twitter, propõe-se que esse adjetivo é empregado com valor adverbial em alguns contextos nos quais determina o verbo e como um quantificador universal em contextos nos quais satura o predicador verbal, seja na posição de sujeito seja na de objeto. As evidências que atestam o processo de gramaticalização deste adjetivo incluem (i) a extensão, pois ele passa a ocorrer em ambientes onde anteriormente não ocorria; (ii) a dessemantização, já que ele passa a veicular um sentido gramatical, sobretudo em seu uso como quantificador, equivalendo ao sentido do pronome indefinido *todos*; e (iii) a descategorização, uma vez que, em contextos onde é usado em sua forma gramaticalizada, perde a propriedade de se flexionar em número. O *cline* de gramaticalização proposto segue a direção de adjetivo > substantivo > advérbio > pronome indefinido/quantificador.

Palavras-chave: Adjetivo. Quantificador. Gramaticalização.

Abstract: Grammaticalization is a process whereby grammatical forms are developed from lexical forms and forms even more grammatical are developed from forms already grammatical (KURYŁOWICZ, 1975[1965]; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; HEINE; KUTEVA, 2005, among others). This paper describes the grammaticalization process that the adjective *geral* in Portuguese is going through. Based on the analysis of data extracted from Corpus do Português (DAVIES; FERREIRA, 2006) and from the social network Twitter, it is proposed that this adjective is used with an adverbial value in some contexts which it determines the verb and as an universal quantifier in contexts which it saturates the verbal predicate, whether in subject or object position. The evidences that attest to the grammaticalization process of this adjective include (i) extension, since it starts to occur in environments where it did not previously occur, (ii) desemantization, since it starts to convey a grammatical sense mainly in its use as a quantifier, equivalent to the meaning of the indefinite pronoun *todos*, and (iii) decategorialization, since, in contexts where it is used in its grammatical form, it loses the property of number inflection. The proposed cline follows the direction of adjective > noun > adverb > indefinite pronoun/quantifier.

Keywords: Adjective. Quantifier. Grammaticalization.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, MG, Brasil. Endereço eletrônico: luisf.1397@gmail.com.

² Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Belo Horizonte, MG, Brasil. Endereço eletrônico: sucoelho@ufmg.br.

Considerações iniciais

A palavra *geral* é prototipicamente um adjetivo, embora possa, pelo recurso da derivação imprópria, funcionar como substantivo em certos contextos. Como adjetivo, modifica o nome que a precede ou que a sucede e flexiona-se em número, para concordar com o nome determinado, conforme mostram os exemplos abaixo, extraídos do *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006) (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

(1) a. “Esses são cursos com afinidades para o ensino acadêmico. Dão-se bem dentro das escolas regulares. Afinal, aprender a usar um computador é *cultura geral* ou profissional?”

b. “Foi, portanto, ao contrário do que se esperaria, com um suspiro de *geral aprovação*, que os lares sobreviventes na Levada se viram desleixados, como órfãos que gozam a leveza da orfandade.”

c. “Sim, dependendo de qual foi o agente causador da alergia, se o processo que se instalou não for debelado e o agente causador não for afastado, poderá haver generalização do processo com surgimento de *sintomas gerais*, como febre, dor de cabeça e articulações, calafrios ou falta de ar.”

d. “Aparece na plataforma do bonde o Anjo, que sobe ao som de *gerais aclamações*, levando a reboque a tartaruga em que vai montado o Correio.”

Como substantivo, *geral* ocupa a posição de núcleo do sintagma nominal, precedido de artigo masculino definido, com o significado de “a maior parte”, como mostra este exemplo também extraído do *Corpus do Português*:

(2) “Contra o Castelo Melhor, não se descuidavam de irritar o ódio e a desconfiança, que uma parte do povo manifestava contra o poderoso ministro; contudo *o geral da nação* estava ainda, por aquele tempo, quase indiferente às contendas e inimizades da corte”.

Essa forma pode ainda ocorrer como substantivo precedido de artigo feminino em expressões metafóricas cristalizadas como ‘dar *uma geral* na casa’, ‘o policial deu *uma geral*

nos suspeitos’, ‘o preço *da geral* é mais barato’³. Contudo, o fenômeno que nos interessa particularmente neste trabalho não é a conhecida derivação imprópria, nos termos tradicionais, mas a gramaticalização desse vocábulo como integrante do paradigma da categoria funcional de pronome. A gramaticalização é um fenômeno linguístico que, grosso modo, promove a migração de palavras/construções de categorias lexicais para categorias funcionais. O que parece estar ocorrendo com *geral* é o início de um processo de gramaticalização por meio do qual a forma/construção passa a transitar por categorias lexicais – quer menos gramaticais, como a dos adjetivos e a dos nomes, quer mais gramaticais, como a dos advérbios – e por categorias funcionais ou gramaticais, como a dos pronomes indefinidos, em que se comporta como um quantificador universal⁴. Esse uso gramaticalizado como pronome já pode ser documentado até mesmo na Música Popular Brasileira, como ilustra a estrofe de um samba de Arlindo Cruz, bem como a estrofe de um funk de Naldo Benny:

(3.a) É o meu jeito de ser

Falar com *geral* e ir a qualquer lugar

E é tão normal de me ver

Tomando cerveja calçando chinelo no bar

(Arlindo Cruz, “Meu nome é favela”, 2011)

(3.b) Um rapá bem legal

Só controla, na moral

Quando ela desce, ela sobe

Geral passa mal

(Naldo Benny, “Quer mexer (Ela quer dançar)”, 2012)

Note-se que, no contexto dessas canções, *geral* não é usado como adjetivo ou como substantivo. Essas ocorrências ilustram um uso da forma que se classifica como um pronome indefinido cuja função é quantificar um conjunto de elementos, conotando, assim, uma

³ *Geral*, no último exemplo, diz respeito a uma área de alguns estádios de futebol brasileiros onde os torcedores assistem aos jogos em pé e cujo preço do ingresso é mais barato. Houve, contudo, uma modernização dos estádios para a Copa do Mundo de 2014 sediada no Brasil que excluiu as *gerais*, o que acabou provocando uma elevação do preço dos ingressos. Essa situação é retratada no documentário *Adeus, Geral* (2016), dirigido por Gustavo Altman, Martina Alzugaray, Matheus Bosco e Pedro Arakaki.

⁴ Na lógica de predicados, um quantificador universal x diz que a seguinte fórmula é verdadeira para todo valor de x . Por exemplo, designando A como americano, a fórmula $(x)Ax =$ Para todo x , x é americano = Todos são americanos.

categoria de número plural, com o mesmo sentido do pronome indefinido *todos*. Como será discutido adiante, embora não se possa atestar com absoluta segurança, acreditamos que a origem desse uso esteja circunscrita à cidade do Rio de Janeiro, dado que os dois cantores, assim como os gêneros musicais a que eles pertencem, são de origem carioca. O objetivo deste trabalho é, portanto, descrever os usos dessa palavra na língua portuguesa contemporânea, tentando flagrar possíveis estágios de sua gramaticalização de categoria lexical para a categoria funcional de pronome. Nossa hipótese é a de que, por ser um estágio ainda embrionário do processo, *geral* é contemporaneamente uma forma bastante fluida tanto no paradigma lexical – já que pode ser adjetivo e substantivo – quanto no gramatical. Iniciamos a tarefa a que nos propusemos, discutindo a noção de gramaticalização que adotamos. Na sequência, avaliamos a adequação da hipótese aventada, a partir de uma análise qualitativa e quantitativa de dados coletados tanto no *Corpus do Português*, quanto na rede social Twitter (<https://twitter.com/>) e encerramos este texto, sistematizando nossas generalizações.

A noção de gramaticalização

O termo *gramaticalização* foi cunhado por Meillet (1912). Embora não o tivesse definido, o autor o utilizava para se referir ao processo de “atribuição de caráter gramatical a uma palavra outrora autônoma” (MEILLET, 1912, p. 131)⁵. Essa ideia, contudo, é bem mais antiga, remontando pelo menos ao filósofo Condillac, que explicava a categoria de tempo por meio da coalescência de um advérbio temporal à raiz do verbo, por exemplo (cf. CONDILLAC, 2001[1746]). Posteriormente, vários autores se dedicaram ao estudo da evolução das formas gramaticais a partir de formas lexicais (cf. LEHMANN, 1982, para a história da pesquisa em gramaticalização) e, desde então, diferentes definições foram propostas para o fenômeno de mudança linguística tratado sob o rótulo de gramaticalização (cf. NARROG; HEINE, 2011). Apesar de haver controvérsias, grande parte dos autores compartilham, de certa maneira, a definição clássica de Kuryłowicz⁶, que também será adotada neste estudo:

A gramaticalização consiste no aumento do alcance de um morfema que avança de um status lexical para um gramatical ou de um status menos

⁵ Tradução nossa do original: “attribution du caractère grammatical à un mot jadis autonome”.

⁶ O conceito tradicional de gramaticalização proposto por (KURYŁOWICZ, 1975[1965]) foi refinado ao longo dos anos e, desde Heine (1993), assume-se que não é a forma/item lexical em particular que se gramaticaliza, mas que toda a construção em que a forma/item lexical ocorre se torna gramatical. Assim, o mais adequado contemporaneamente é tratar da gramaticalização não da forma lexical, mas da forma/construção.

gramatical para um mais gramatical, por exemplo, de uma forma derivada para uma flexional (KURYŁOWICZ, 1975[1965], p. 52)⁷.

O que está na base da definição acima é o fato de haver uma dicotomia de funções entre formas lexicais e formas gramaticais nas línguas. As primeiras são usadas para descrever, para nomear ou para se referir à realidade extralinguística: verbos, nomes, adjetivos e certos advérbios são alguns exemplos de classes que comportam formas lexicais (também conhecidas por palavras de conteúdo). As formas gramaticais, por seu turno, são usadas, entre outras funções, para codificar categorias de tempo, de aspecto e de modo, para conectar nominais ou orações, para identificar se um referente já foi ou não mencionado no discurso. Adposições, conjunções, pronomes etc. são, portanto, alguns exemplos de classes que comportam formas gramaticais (também conhecidas por palavras funcionais), assim denominadas por se referirem não a elementos do mundo físico, mas a entidades linguísticas. Considerando-se que a língua é dinâmica e que as formas podem mudar de categoria, a gramaticalização pode ser entendida, portanto, como um processo que promove a mudança de categorias, ou seja, que permite que formas/construções lexicais passem a integrar o conjunto das formas/construções gramaticais, ampliando, assim, o repertório funcional da língua. Além disso, como assinalado por Kuryłowicz (1975 [1965]), uma forma/construção já gramatical pode, no curso da história da língua, tornar-se ainda mais gramatical, o que nos leva a assumir que há uma escala de gramaticalização entre as formas da língua, atestando a existência de um *continuum* entre elas. Essa gradação se desenvolve no sentido de um *cline* de evolução, conforme proposta de Hopper e Traugott (2003):

item de conteúdo > palavra gramatical > clítico > afixo flexional⁸

Tomando como referência qualquer ponto na escala, cada elemento à direita é entendido como mais gramatical. É preciso, contudo, dizer que o processo não prevê necessariamente que a forma/construção deva cumprir o ciclo até o final. Pródigos são os exemplos de gramaticalização no português que não completaram esse ciclo (cf. MARTELOTTA et al. 1996; BATORÉO, 2010; VITRAL; COELHO, 2010; SILVA, 2017, entre outros). Lopes (2003), por exemplo, investiga o desenvolvimento da forma/construção lexical *a gente* – então usada no

⁷ Tradução nossa do original: “Grammaticalisation consists in the increase of the range of a morpheme advancing from a lexical to a grammatical or from a less grammatical to a more grammatical status, e.g. from a derivative formant to an inflectional one”.

⁸ Tradução nossa do original: “content item > grammatical word > clitic > inflectional affix”.

século XVI para fazer referência a um determinado grupo de pessoas – no quadro pronominal do português, sendo usada contemporaneamente como pronome de primeira pessoa do plural. Portanto, uma forma de conteúdo nocional passa, em determinada construção, a uma forma gramatical, considerando o *cline* mostrado acima. Nessa mesma linha, temos o verbo *ir* empregado como marcador de futuro numa construção perifrástica como, por exemplo, *vou fazer*. Na sua forma gramaticalizada, esse verbo funciona como um auxiliar na marcação de tempo (cf. LIMA, 2001), não tendo ainda se tornado um afixo flexional. Adicionalmente, uma forma/construção gramatical pode se tornar mais gramatical na medida em que expande seu uso funcional, como é o caso, por exemplo, de verbos relacionais que se gramaticalizam em verbos auxiliares, ilustrando também os dois primeiros estágios do *cline*. Como exemplo de uma forma/construção que chegou até o final do ciclo de gramaticalização, pode-se mencionar a marca de futuro desinencial das línguas românicas. Essa marca de futuro veio de formas modais analíticas do latim até se gramaticalizar como afixo flexional que indica tempo e modo, que pode ser ilustrado no seguinte *cline*: *cantare habeo* > *cantar hei* > *cantarei* (cf. SPIZTER, 1918; CÂMARA JR., 1957).

O processo de gramaticalização do item/construção *geral*

O processo de gramaticalização do item/construção *geral* parece ser relativamente recente na língua e provavelmente está circunscrito aos anos finais do século XX e/ou aos anos iniciais do século XXI, tendo em vista que, numa busca realizada na base de dados históricos do *Corpus do Português* (DAVIES; FERREIRA, 2006), uma amostragem linguística constituída de 45 milhões de palavras produzidas entre os anos de 1200 a 1900⁹, não foi encontrada nenhuma ocorrência desse vocábulo no seu uso gramaticalizado. Entretanto, quando esta busca compreende a parte mais recente do referido *corpus*, composta por 1,1 milhões de palavras coletadas em artigos de jornais e revistas na Web, no período de 2012 a 2019, é possível flagrar tais ocorrências, conforme ilustrado a seguir:

(4) “O ano continua difícil para o Mato Grosso do Sul com chuvas muito variadas, não entra um frente (*sic*) e chove *geral* desde dezembro.”

⁹ Cumpre um esclarecimento adicional de cunho metodológico em relação ao intervalo de tempo analisado: o hiato temporal identificado (1901-2012) deve-se à limitação do banco de dados cujo *corpus* histórico congrega apenas textos produzidos até o início do século XX, iniciando a parte contemporânea no ano de 2012. Avaliamos, contudo, que tal hiato não compromete a atestação de que os usos gramaticalizados de *geral* inexistiam até os anos iniciais do séc. XX.

(5) “*No Man’s Sky* prometia muito desde que foi revelado, mas acabou decepcionando *geral* em seu lançamento. O jogo tinha diversos problemas técnicos e de desempenho, além de não ter entregado aquela experiência “mágica” tão prometida.”

(6) “Às vezes tem um pensamento comum entre a galera mais jovem e ativista de que as empresas só pensam em lucro e ‘destroem *geral*’ e isso é sempre generalizado, o que acaba formando um bloqueio de diálogo”.

(7) “Sabe aquele sujeito crítico que *geral* diz que odeia, mas que no fundo, lá no fundo, todos amam? Esse é o Edgard.”

(8) “A deputada Jó Pereira levantou a discussão, fazendo críticas ao *liberou geral* previsto no decreto.”

(9) “O gesto da arminha com a mão pegou *geral*, chefe. E esse garoto-propaganda que eu escolhi!”, comemora, se referindo a Bolsonaro.”

A análise do conjunto de dados apresentados acima comprova a hipótese de que a palavra *geral* está passando por um processo de gramaticalização na língua e, adicionalmente, que parece haver uma fluidez de usos da forma, conforme passamos a descrever. Em (04), o item/construção é empregado com valor adverbial, determinando o verbo *chover* e acrescentando uma circunstância de lugar, equivalendo, semanticamente, a *em todo o estado*. Trata-se, pois, de um uso mais gramatical da forma, se comparado ao uso prototípico como adjetivo, por exemplo, que carrega marcas de flexão. O exemplo (05) é curioso para estudiosos do fenômeno da gramaticalização, porque apresenta uma leitura ambígua, o que pode nos fornecer alguma pista de seu contexto de reanálise: *geral*, em (05), pode ser interpretado tanto como um advérbio determinante da forma nominal de gerúndio, equivalendo a *completamente*, quanto como um sintagma nominal que satisfaz as exigências do predicador verbal, funcionando como seu complemento e equivalendo semanticamente a *todas as pessoas (ou todo mundo)*. Em (06), *geral* também é argumento do verbo *destruir*, classificando-se, morfológicamente, como um pronome indefinido equivalendo a *tudo* e funcionando, portanto, como um quantificador universal. No exemplo (07), a forma/construção também satisfaz as exigências argumentais do predicador *dizer*, funcionando como seu sujeito e equivalendo a *todos (todo o mundo)*; trata-se, portanto, de um pronome indefinido (expressão indefinida)

plural desempenhando, mais uma vez, a função de um quantificador universal. O exemplo (08) é especialmente interessante porque a forma/construção de cuja descrição nos ocupamos já se incorporou de tal modo àquela que determina que o composto foi substantivado: o *liberou geral* já parece ser uma expressão nominal cristalizada na língua, capaz de satisfazer as exigências argumentais do predicador nominal *críticas*. Trata-se, portanto, de um uso outrora adverbial que já participa de um novo processo de renovação lexical, confirmando a dinamicidade da língua. Por fim, em (09), identificamos, mais uma vez, um emprego adverbial da forma, que determina o verbo *pegar*, atribuindo-lhe uma circunstância, aos moldes do advérbio *completamente*¹⁰.

Interessante observar que a essência semântica do item *geral* em todos os contextos analisados se liga à ideia de totalidade, condensando, assim, num único vocábulo, o sentido de um sintagma mais complexo, o que pode, pragmaticamente, motivar sua escolha por parte do falante. Aliado a isso, não podemos desconsiderar também que o processo de gramaticalização envolve questões cognitivas de duas naturezas: (i) metafórica, ligada à abstração da forma, e (ii) metonímica, ligada ao contexto de reanálise. O fato de *geral* ser dotado da propriedade de traduzir de modo mais condensado o conteúdo semântico de um bloco sintagmático envolve uma operação cognitiva de natureza metonímica que favorece, sem dúvida, o processo de reanálise e de gramaticalização da forma.

Embora não nos seja possível afiançar, considerando-se o tipo de registro adotado nos gêneros textuais em que as ocorrências puderam ser capturadas na interface contemporânea do *Corpus do Português*, acreditamos que o processo de gramaticalização do item/construção *geral* tenha se originado em situações de fala menos formal, envolvendo a interação de falantes mais jovens. Ademais, conforme já antecipado nas considerações iniciais, especulamos se o fenômeno não teria se iniciado na cidade do Rio de Janeiro e se difundido pelo país devido à forte presença desse padrão linguístico nos lares brasileiros por meio da mídia televisiva. A especulação acerca da origem regional do fenômeno se fortalece em alguma medida diante do fato de que, tendo sido realizada uma busca no banco de dados C-ORAL-BRASIL I (RASO; MELLO, 2012), um *corpus* de referência do português brasileiro falado informal representando majoritariamente a diatopia mineira, composto por gravações feitas entre 2006-2011, não

¹⁰ Esse é outro dado que pode eventualmente fomentar uma leitura ambígua, sendo *geral* interpretado alternativamente como argumento direto do verbo *pegar*. Entretanto, essa nos parece uma leitura menos prototípica, sobretudo se considerarmos que, nessa construção, o verbo *pegar* já está esvaziado semanticamente, denotando o sentido de “firmar-se ou ter continuidade”, semelhante à seguinte abonação extraída do dicionário *Michaelis on line*: “Este novo bar pegou e já é o preferido da galera”. Esse processo de abstração semântica certamente interfere na seleção argumental da forma e, desse modo, a leitura que nos parece mais prototípica é mesmo a de conotação adverbial: o gesto da arminha com a mão se firmou e está se espalhando entre todos.

podemos encontrar nenhuma ocorrência do item/construção *geral* em seu uso gramaticalizado. Assim, visando não só a testar nossas intuições, como também a obter mais dados que nos permitissem descrever minimamente o fenômeno, recorreremos a outras fontes de dados, entre as quais a rede social Twitter, o que resultou em muitas ocorrências, tanto da forma gramaticalizada quanto da forma canônica. Entretanto, como o Twitter não é um *corpus* e, portanto, não apresenta balanceamento ou representatividade¹¹, a análise dos dados nele obtidos se limitará a aspectos qualitativos para o estudo do processo de gramaticalização.

Nos exemplos abaixo, *geral* aparece não em sua forma canônica de adjetivo, isto é, como uma categoria lexical, mas de pronome indefinido de conotação plural, ou seja, uma categoria funcional. O sentido do vocábulo *geral* em sua forma/construção gramaticalizada é, como nos dados da mídia eletrônica já analisados, o do pronome indefinido *todos*, correspondendo, portanto, a um quantificador universal. Vejamos os exemplos capturados no Twitter:

(10.a) “Acho que *geral* madrugou nesse sábado kkkkkkkk”

@MamaeDaJhu. 23 de maio de 2020, 9:34 AM. Tweet.

(11.a) “Quando eu falei que *daciolo* era melhor, *geral* riu da minha cara”

@koe_marcin. 23 de maio de 2020, 9:33 AM. Tweet.

O vocábulo *geral* se comporta nesse ambiente como o pronome indefinido plural *todos*, ocorrendo na posição de sujeito nos exemplos acima. Substituindo *geral* por *todos* ou por *todo mundo* nesses dados, obtém-se o mesmo sentido, o que atesta tratar-se de formas variantes.

(10.b) Acho que *todos* madrugaram nesse sábado.

(11.b) Quando eu falei que *Daciolo* era melhor, *todos* riram da minha cara.

¹¹ Aqui é preciso esclarecer que o Twitter não foi arquitetado para ser um *corpus*; sua funcionalidade é outra, embora ele registre dados que possam ser utilizados em pesquisas linguísticas. Para obter representatividade e balanceamento, seria necessário uma incursão nos tweets de modo a selecioná-los segundo os parâmetros preconizados pela Linguística de *Corpus* para a compilação de um *corpus*, ou seja, da forma como o Twitter se encontra não se pode dizer que ele seja um *corpus* e que seus dados brutos atendam aos critérios que estão presentes em outros *corpora* destinados à pesquisa linguística, ainda que seja possível compilar um *corpus* a partir dos dados disponíveis nele.

Conforme já observamos, embora *geral* seja uma forma singular, seu significado remete a plural e, diferentemente do que ocorre com outras formas singulares que também denotam plural, como *peçoal*, por exemplo, não encontramos nenhuma ocorrência de concordância ideológica, ou seja, em que o verbo tenha sido empregado no plural, concordando com a ideia de que o núcleo quantificador é plural. A despeito de se equivaler semanticamente ao indefinido *todos*, conforme demonstrado, *geral* comporta-se sintaticamente de modo distinto, já que, se for flexionado no plural, as sentenças se tornam agramaticais.

(10.c) *Acho que *gerais* madrugaram nesse sábado.

(11.c) *Quando eu falei que Daciolo era melhor, *gerais* riram da minha cara.

Portanto, há uma assimetria de flexão na semântica da forma gramaticalizada da palavra, isto é, um item singular está denotando o plural, sem que isso implique relações de concordância com os demais elementos do período, o que pode ser entendido como uma *especialização* da forma, nos termos de Hopper (1991). Tal especialização, aliada à semântica de totalidade, sugere que, num *continuum* de gramaticalização, a forma/construção *geral* que se gramaticaliza como pronome indefinido com função de quantificador tenha evoluído a partir da forma/construção adverbial, já destituída de flexão. A incompatibilidade entre a forma/construção gramaticalizada e as relações de flexão parece ser tão marcada que leva o falante a elidir o verbo, a fim de evitá-la, conforme ilustra este exemplo:

(12.a) “*Geral* aqui em casa já acordados, acho que vou voltar a dormir mais um pouquinho”

@Letcia17085726. 23 de maio de 2020, 8:37 AM. Tweet.

A flexão plural do predicativo (*acordados*) evidencia que *geral* é, no contexto, um pronome indefinido cuja referenciação é plural. A despeito disso, o verbo relacional não é flexionado no plural, mas omitido:

(12.b) *Geral* aqui em casa já (*estão*) acordados, acho que vou voltar a dormir mais um pouquinho.

Curiosamente, a substituição de *geral* por outro quantificador também singular (cf. (13)) produziria uma sentença agramatical, o que nos leva a concluir que, de fato, é a assimetria entre a semântica plural e a forma singular que bloqueia a concordância:

(13) **Toda* a família (estão) felizes.

Ressalvada essa idiosincrasia sintática da concordância, *geral*, como forma/construção gramatical, pode ocorrer nos mesmos ambientes sintáticos em que o pronome indefinido plural *todos* ocorre, como, por exemplo, sujeito, objeto, complemento de preposição, bem como seguido de cópula em construção pseudo-clivada etc, conforme ilustram, respectivamente, os exemplos abaixo.

(14) “Agora *geral* vai querer se chegar já pensando nas eleições de 2022”

@RedePatriotas. 23 de maio de 2020, 8:10 AM. Tweet.

(15) “como assim meu twitter deixou de seguir *geral*??? caralho.”

@jsfxr. 23 de maio de 2020, 9:34 AM. Tweet.

(16) “Me chamem no whats, perdi o número de *geral*”

@leh_silvaa12. 7 de julho de 2019, 8:32 AM. Tweet.

(17) “O q vejo, e compreendo, é *geral* já no discurso impotente de q de nada servirá esse vídeo. Política é um jogo, infelizmente tirar esse fdp do poder n será fácil, mas temos q entender q se perdermos a capacidade de lutar, se indignar e se articular contra isso, de fato perdemos!”

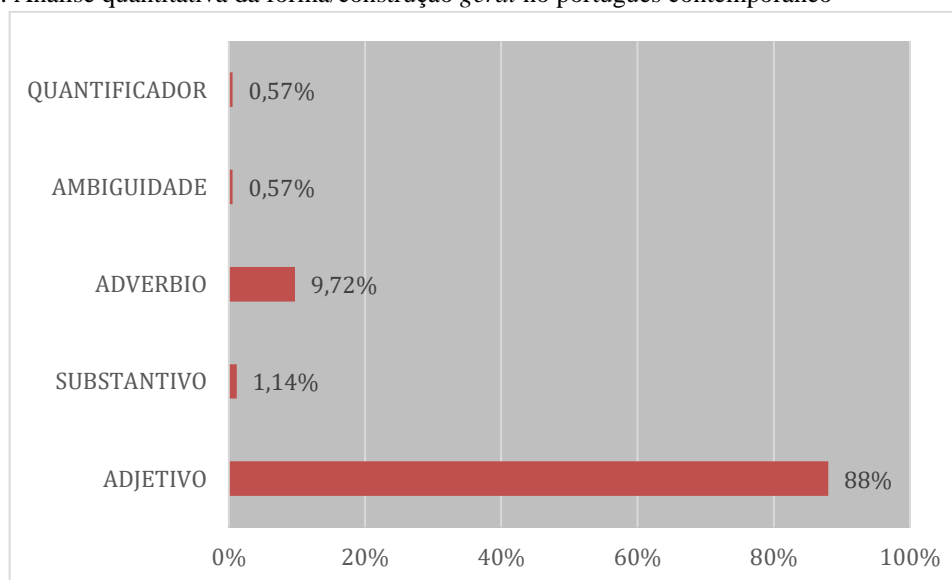
@M_I_N_U_S. 23 de maio de 2020, 8:07 AM. Tweet.

Embora, pelos motivos expostos, os dados do Twitter não nos permitam uma análise quantitativa¹², esta seria importante para julgar a adequação da hipótese de que o processo de gramaticalização da forma *geral* de adjetivo a pronome indefinido quantificador é ainda embrionário. Perseguindo esse objetivo, tomamos como base de dados para quantificação do fenômeno a interface mais nova do *Corpus do Português*

¹² Como coletamos dados brutos do Twitter, isto é, não compilamos um *corpus* a partir de tais dados, isso não nos habita a desenvolver uma análise quantitativa estatisticamente válida desses dados.

(<https://www.corpusdoportugues.org/xp.asp?c=4>), criada em agosto de 2018 e constituída por textos jornalísticos midiáticos separados por semestre e por ano a partir de 2012. Usando a ferramenta de busca da plataforma, selecionamos as 25 (vinte e cinco) primeiras ocorrências da forma *geral* em cada um dos 15 (quinze) semestres (2012/1 a 2019/1) do século XXI, chegando a um total de 375 (trezentos e setenta e cinco) dados. Constituída essa amostragem, tabulamos as formas segundo três categorias: (i) *lexical*, representada pelos usos de *geral* como adjetivo (forma prototípica), como substantivo e como advérbio; (ii) *gramatical*, representada pelo uso de *geral* como pronome indefinido quantificador; e (iii) *contexto de ambiguidade*, dentro do qual agrupamos dados como aquele ilustrado em (05), em que tanto uma leitura lexical quanto uma leitura gramatical são igualmente legítimas¹³. Os resultados obtidos podem ser visualizados no gráfico 01:

Gráfico 01: Análise quantitativa da forma/construção *geral* no português contemporâneo



Fonte: dados coletados.

Os dados dispostos no gráfico acima corroboram a adequação de nossa hipótese, já que os empregos gramaticais são ainda muito baixos (0,57%), equiparando-se aos contextos de ambiguidade. Desse modo, identificamos um total de 98,86% de ocorrências lexicais, percentual liderado pelo uso prototípico da forma como adjetivo (88%). A esse percentual, seguem-se os usos adverbiais da forma (9,72%), diferindo-se daquele prototípico não na semântica, mas na morfologia flexional. Finalizando os usos considerados lexicais, aparecem

¹³ A leitura gramatical aqui referida é a de pronome, ao passo que a leitura lexical é a de advérbio, que é uma categoria lexical ainda que possa ter um estatuto mais gramatical do que o adjetivo e o substantivo num *cline* de gramaticalização, por exemplo.

as ocorrências de *geral* como substantivo (1,14%) cuja semântica e funções sintáticas aproximam-nas de *todos*, conforme ilustrado de (14) a (17).

Uma questão descritiva que se impõe a todo estudioso de processos de mudança e que nem sempre é de fácil solução, sobretudo em processos emergentes, como é o caso daquele que analisamos, é qual seria o contexto de reanálise que engatilhou o processo de gramaticalização. Conforme já antecipamos, o fato de *geral* restringir a concordância tanto dos determinantes quanto do verbo de que é sujeito leva-nos a crer que o emprego adverbial, que também fica latente nos contextos de ambiguidade, seja o elo entre a forma lexical e a gramatical, sobretudo porque o advérbio já é uma forma invariável. Entretanto, não podemos desconsiderar que, também como já discutido, fatores cognitivos de natureza metonímica atuam no processo e, nesse caso, os empregos da forma como substantivo, significando *todos* ou *a maior parte* dos elementos de um dado conjunto é relevante para a função de quantificador, além do que o pronome é uma forma nominal, passível de substituir o nome em vários contextos. Assim, até onde pudemos alcançar, parece que o emprego de *geral* na posição de núcleo do sintagma nominal foi relevante para a reanálise semântica que lhe confere as propriedades necessárias para a quantificação, conforme passamos a explorar, a partir deste dado extraído do Twitter:

(18.a) “Q isso *geral* da firma perdeu a hr do trabalho hj e so eu q acordei cedo pra ir e atoa pelo visto”

@Mnrpatrao. 23 de maio de 2020, 8:03 AM. Tweet.

O núcleo de um sintagma nominal parece ser um contexto potencial para a reanálise semântica. No exemplo acima, ambiente em que *geral* ocorre na posição de sujeito, a reanálise semântica seria do sentido que indica “a maior parte” para o que indica “todos”. Importante observar que, uma vez reanalisado semanticamente, *geral* deixa de funcionar como substantivo e passa a pronome indefinido, o que lhe impõe as restrições sintagmáticas próprias da categoria, como, por exemplo, a incompatibilidade com o determinante, identificada quando a forma é um substantivo:

(18.b) *Todos* da firma perderam a hora do trabalho hoje [...].

(18.c) *O *geral* da firma perdeu a hora do trabalho hoje [...].

A partir dessas generalizações, parece ser possível representar o *continuum* de gramaticalização da forma *geral* de adjetivo a pronome indefinido no seguinte *cline*:

adjetivo > substantivo ¹⁴ > advérbio > pronome indefinido/quantificador
--

Tal como discutimos, a contiguidade semântica com a forma substantiva, aliada à posição de núcleo do sintagma nominal, teria promovido a transferência de um domínio conceptual a outro, de modo a permitir a função quantificadora do pronome indefinido, e a contiguidade morfológica com o advérbio, que é uma categoria invariável, explicaria as restrições de flexão da forma gramaticalizada.

Em relação aos parâmetros apresentados por Heine e Kuteva (2005) para a compreensão do fenômeno da gramaticalização, aqueles que estariam atuando no caso em estudo seriam basicamente três: (i) a *extensão*, isto é, o surgimento de um novo sentido, nomeadamente gramatical, para uma forma/construção linguística a partir do momento em que o uso de tal item/construção é estendido para novos ambientes, o que constitui uma reinterpretação induzida pelo contexto e corresponde ao que Hopper (1991) postulou como princípio da *estratificação*; (ii) a *dessementização*, isto é, a perda ou a generalização do significado; e (iii) a *descategorização*, ou seja, a perda de certas propriedades morfossintáticas, o que corresponde ao princípio homônimo proposto por Hopper (1991).

A extensão ou estratificação diz respeito à emergência de “novas” formas e à sua coexistência com as formas “antigas”. Assim, conforme retratado no gráfico 01, a forma *geral* ocorre na língua contemporânea como adjetivo, como substantivo, como advérbio e como quantificador. De acordo com Heine e Kuteva (2005), a *extensão* caminha lado a lado com a *dessementização*. Portanto, ao se gramaticalizar como pronome, há uma alteração do sentido lexical do vocábulo ou um desbotamento semântico (*semantic bleaching*). Hopper (1991) trata dessa questão, quando discute o princípio da *persistência*, que prevê a manutenção de alguns traços semânticos da forma-fonte na forma/construção gramaticalizada. No caso de *geral*, conforme propusemos, é possível perceber que a noção de coletividade presente no substantivo (forma/construção lexical) está latente na forma/construção gramaticalizada em pronome indefinido, permitindo-lhe denotar quantificação universal. Por fim, não restam dúvidas de que *geral*, ao se gramaticalizar como pronome indefinido, perdeu propriedades morfossintáticas

¹⁴ A precedência do adjetivo em relação ao substantivo nesse *cline* de gramaticalização não é de natureza morfossintática, mas semântica, já que parece ter sido o sentido que a forma/construção assume como núcleo do sintagma nominal que lhe permitiu a reanálise como quantificador universal.

próprias de formas lexicais, como a marca morfológica de número e a possibilidade de determinação por artigo.

Antes de passarmos às nossas considerações finais, resumizamos, no quadro abaixo, os principais argumentos que atestam, segundo nossa análise, a adequação de nossa hipótese segundo a qual a forma/construção *geral* está emergindo como um pronome indefinido na língua portuguesa contemporânea por força de um processo de gramaticalização.

Quadro 1 – Parâmetros que atestam a gramaticalização do item *geral* no PB

Parâmetro	Uso lexical	Uso gramatical
Extensão/Estratificação	<i>Geral</i> é (i) um adjetivo que só pode ocorrer acompanhado de um nome, ou (ii) um substantivo quando determinado por artigo, ou, ainda, (iii) um advérbio. Exs.: (i) Tivemos muitas dificuldades para montar a equipe, mas isso é um <i>problema geral</i> ; (ii) Nota-se um bom senso no <i>geral dos homens</i> , mas este é como a luz do relâmpago; (iii) Acho que a crise pegou <i>geral</i> . (<i>Corpus do Português</i>).	<i>Geral</i> passa a ocorrer no lugar de um nome em ambientes onde anteriormente não poderia ocorrer. Ex.: Agora <i>geral</i> vai querer se chegar já pensando nas eleições de 2022 (<i>Twitter</i>).
Dessemantização/Persistência	<i>Geral</i> apresenta significado lexical, como consta em dicionário: <i>geral</i> <i>adj2g</i> 1. Comum à maior parte; genérico. 2. V. <i>total</i> (1). 3. Universal (4). <i>sm</i> . 4. A maior parte. <i>sf</i> . 5. Local, em teatros, estádios, etc., pelo qual se cobram preços mais baixos. [Pl.: <i>-rais</i> .] (FERREIRA, 2008, p. 432).	<i>Geral</i> passar por um processo de ressignificação preservando algumas nuances do sentido lexical que lhe permite denotar quantificação universal, à semelhança do indefinido <i>todos</i> . Ex.: Quando eu falei que Daciolo era melhor, <i>geral</i> riu da minha cara (<i>Twitter</i>).
Descategorização	<i>Geral</i> (i) sofre flexão de número (<i>gerais</i>) e (ii) pode ser determinado por artigo na posição de núcleo de um sintagma nominal. Exs.: (i) O duodécimo é utilizado para pagar as despesas <i>gerais</i> da Câmara; (ii) O espanhol Raúl Alarcón (W52-FC Porto) lidera <i>a geral</i> individual do 40º Grande Prémio Abimota. (<i>Corpus do Português</i>).	<i>Geral</i> gramaticalizado como pronome perde tanto a flexão de número quanto o determinante. Ex.: a. Acho que <i>geral</i> madrugou nesse sábado (<i>Twitter</i>). b. *Acho que <i>gerais</i> madrugaram nesse sábado.

Fonte: Elaboração do autor

Considerações finais

Depois de mostrar o uso canônico de *geral* como adjetivo, este trabalho buscou descrever e analisar o processo de gramaticalização pelo qual essa forma/construção está passando no português brasileiro por meio da análise de dados extraídos do *Corpus do Português* e do Twitter. Este estudo mostrou que esse processo se encontra em estágio embrionário, haja vista os números apresentados pela amostra extraída para análise quantitativa, que revelaram que a frequência do uso gramaticalizado ainda é baixa comparada à frequência de uso dos contextos em que há ambiguidade categorial. Foi proposto que o processo de gramaticalização do adjetivo *geral* envolve sua migração para a categoria de advérbio, nos casos em que ele determina o verbo em dados como *chove geral*. Nota-se, portanto, a migração de uma categoria lexical de adjetivo para outra categoria lexical de advérbio, sendo a última, em virtude de sua ausência de flexão, com estatuto mais gramatical do que a primeira. Ademais, também foi proposto que há uma migração de *geral* para a categoria gramatical de pronome indefinido com valor de quantificador universal a partir de seu emprego adverbial. Dados como *geral madrugou nesse sábado* ilustram essa migração. O uso gramaticalizado desse vocábulo foi igualmente atestado por meio de uma análise qualitativa dos parâmetros de gramaticalização propostos por Hopper (1991) e por Heine e Kuteva (2005). Foi constatada a atuação dos parâmetros de (i) extensão/estratificação, (ii) dessemantização/persistência e (iii) descategorização. Assim, no curso da língua, *geral* expande seu contexto de uso passando a ocorrer em posição de sujeito e de objeto além de coexistir com outros usos, satisfazendo o parâmetro (i); adquire um estatuto gramatical de pronome com valor de quantificador, satisfazendo o parâmetro (ii); adicionalmente, perde a propriedade de se flexionar em número e a possibilidade de determinação por artigo nos novos ambientes em que ocorre, o que satisfaz o parâmetro (iii). Além disso, o uso gramaticalizado do vocábulo atestado em diferentes meios de interação linguística, como na mídia impressa, na MPB e em rede social, mostra que esse uso está se difundindo pelo país, embora não seja possível afiançar com segurança o período exato de início do processo e sua origem regional. Contudo, a busca pela forma/construção nesses diferentes meios mostrou-se crucial para uma análise mais completa e acurada do fenômeno.

Referências

BATORÉO, H. Gramaticalização na língua portuguesa: uma abordagem contrastiva dos estudos desenvolvidos em português europeu (PE) e em português do Brasil (PB). **Estudos Linguísticos/Linguistic Studies**, Lisboa, v. 5, p. 95-107, 2010.

CÂMARA JR., J. M. **Uma forma verbal portuguesa** – estudo estilístico e gramatical. Tese apresentada no concurso para a cadeira de Língua Portuguesa da Faculdade de Filosofia. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio/Rodrigues & Cia., 1957.

CONDILLAC, É. B. **Essay on the Origin of Human Knowledge**. Edited by Hans Aarsleff. New York: Cambridge University Press, 2001[1746].

DAVIES, M.; FERREIRA, M. **Corpus do Português: 45 million words, 1300s-1900s**. 2006. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org>. Acesso em: 25 maio 2020.

FERREIRA, A. B. de H. **Miniaurélio: o dicionário da língua portuguesa**. 7 ed. Curitiba: Editora Positivo, 2008.

HEINE, B. **Auxiliaries, cognitive forces, and grammaticalization**. New York: Oxford University Press, 1993.

HEINE, B.; KUTEVA, T. **Language Contact and Grammatical Change**. New York: Cambridge University Press, 2005.

HOPPER, P. The emergence of perfective aspect in Indo-Aryan Languages. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Orgs.). **Approaches to Grammaticalization**. Amsterdam: John Benjamins, 1991. p. 59-90.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. 2 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KURYŁOWICZ, J. **Esquisses linguistiques II**. München: W. Fink, 1975/1965. p. 38-54.

LEHMANN, C. **Thoughts on grammaticalization: a programmatic sketch**. v. 1 Arbeiten des Kölner Universalien-Projekts, 1982.

LIMA, J. Sobre a gênese e a evolução do futuro com ir em português. In: SILVA, A. (Org.). **Linguagem e Cognição: a perspectiva da Linguística Cognitiva**. Braga: Associação Portuguesa de Linguística/Universidade Católica, 2001. p. 119-145.

LOPES, C. R. dos S. **A inserção de 'a gente' no quadro pronominal do português**. Frankfurt am Main, Madrid: Vervuert, Iberoamericana, 2003.

MARTELOTTA, M. E.; VOTRE, S. J.; CEZARIO, M. M. (Orgs.). **Gramaticalização no português do Brasil: uma abordagem funcional**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MEILLET, A. L'évolution des formes grammaticales. **Scientia (Rivista de Scienza)**, v. 12, n. 26), p. 6, 1912.

NARROG, H.; HEINE, B. **The Oxford Handbook of Grammaticalization**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

RASO, T.; MELLO, H. **C-ORAL-BRASIL I: corpus de referência do português brasileiro falado informal**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SILVA, L. F. L. Desenvolvimento do conector ‘na hora que’ na Língua Portuguesa: uma análise qualitativa sob uma perspectiva construcional. **Signo y Señá**, v. 32, p. 123-136, 2017.

SPITZER, L. Über das Futurum cantare habeo. In: SPITZER, L. **Aufsätze zur romanischen Syntax und Stilistik**. Tübingen: Max Niemeyer, 1918. p. 173-180.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

VITRAL, L; COELHO, S. (Orgs.). **Estudos de processos de gramaticalização em português**: metodologias e aplicações. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

Sobre os autores

Luis Filipe Lima e Silva (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-0188-2861>)

Doutor e mestre em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); graduado em Letras (habilitação em Linguística) pela mesma instituição.

Sueli Maria Coelho (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-4021-0339>)

Doutora em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestra em Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-MG); licenciada em Letras pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Patos de Minas. É professora da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da UFMG.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

Semiprodutividade construcional: uma investigação empírica da complementação sentencial do português brasileiro

The partial productivity of grammatical constructions: an empirical investigation into Brazilian Portuguese clausal complementation

Dayanne de Oliveira Ximenes¹
Diogo Pinheiro²

Resumo: A literatura em Gramática de Construções Baseada no Uso – entendida aqui como a vertente cognitivo-funcional da Gramática de Construções – menciona três mecanismos possíveis para explicar como o falante evita a supergeneralização: o conhecimento gramatical, o enraizamento e o bloqueio estatístico. Este artigo busca avaliar a realidade psicológica de cada um desses mecanismos a partir da análise de uma construção específica do português brasileiro: a Construção de Complementação Sentencial (por exemplo, “Ela disse que sairia”). Após uma análise baseada em *corpus*, da qual derivamos três hipóteses relativas à representação mental da construção em pauta, relatamos um experimento de produção induzida. Os resultados confirmam a atuação de um mecanismo baseado em conhecimento gramatical e de um mecanismo baseado em conhecimento estatístico em termos de enraizamento. Por outro lado, não foi possível comprovar a atuação do bloqueio estatístico.

Palavras-chave: Complementação sentencial. Conhecimento semântico. Enraizamento. Bloqueio estatístico.

Abstract: How do speakers retreat from overgeneralization? In Usage-Based Construction Grammar, three answers have been offered: (i) speakers rely on general grammatical knowledge; (ii) speakers rely on item-based statistical knowledge in terms of entrenchment; (iii) speakers rely on item-based statistical knowledge in terms of preemption. In order to probe into the psychological validity of these explanations, this paper focuses on the Brazilian Portuguese Clausal Complementation Construction (e.g. “Ela disse que estava bem” ‘She said that she was fine’). After a corpus-based analysis, from which we derive three specific hypothesis concerning the representation of the underlying constructional network, an elicited production experiment was carried out where subjects were asked to watch short videos and answer interpretive questions. The results suggest that grammatical (semantic) knowledge and entrenchment play an important role in the retreat from overgeneralization; on the other hand, no evidence was found to support statistical preemption.

Keywords: Clausal complementation. Semantic knowledge. Entrenchment. Statistical preemption.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: dayannecolosso@gmail.com.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: diogopinheiro@letras.ufrj.br.

Primeiras palavras

Como toda teoria gramatical, a Gramática de Construções Baseada no Uso – entendida aqui como a vertente cognitivo-funcional da Gramática de Construções – deve lidar com o problema da geratividade linguística. Em outras palavras, o modelo deve representar o conhecimento linguístico do falante de maneira tal que ele seja capaz de licenciar todas e apenas as sentenças possíveis na língua sob investigação. Frequentemente, esse desafio se revela nada trivial, como mostram os exemplos abaixo (GOLDBERG, 1995):

- (1) a. Joe gave the earthquake relief fund \$5.
b. ?? Joe donated the earthquake relief fund \$5.

Ainda que a única diferença entre as duas sentenças sejam os verbos – que são, inclusive, semanticamente próximos –, a primeira é avaliada como natural e a segunda como pouco aceitável para falantes do inglês. Sob uma ótica construcionista, e assumindo-se que construções podem ser mais ou menos produtivas a depender da quantidade de itens da língua que podem instanciá-las, o problema colocado pelos exemplos acima pode ser referido como a questão da *semiprodutividade construcional*.

Para investigar a semiprodutividade de construções e explicar, portanto, a natureza do saber inconsciente que leva o falante a evitar usos como (1b), pesquisadores alinhados à GCBU têm evocado a existência de dois tipos de conhecimento: o gramatical, que envolve o domínio inconsciente de regularidades fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas ou pragmáticas, e o estatístico, que diz respeito ao registro da experiência do falante com cada item – ou sequência de itens – particular. A relevância e o papel de cada tipo de conhecimento, no entanto, ainda não são consensuais na literatura.

Uma primeira discussão se coloca entre aqueles que enfatizam o papel do conhecimento estatístico, como Dabrowska (2014) e Rosanen, Ambridge e Pine (2016), e aqueles que chamam a atenção para a importância das generalizações gramaticais, como Goldberg e Perek (2015) e Ambridge e Goldberg (2008). Assim, ao mesmo tempo em que tem ganhado força na literatura a preocupação com o conhecimento puramente estatístico, baseado no item, é possível identificar um movimento de reação, que procura valorizar o caráter geral e regular do conhecimento linguístico do falante.

Uma segunda discussão diz respeito à atuação dos dois mecanismos ligados ao conhecimento estatístico: o enraizamento (em inglês, “entrenchment”), que diz respeito simplesmente ao grau de fixação de uma determinada construção no inventário construcional

do falante, e o bloqueio estatístico (em inglês, “statistical preemption”), que é um tipo de aprendizado baseado em erro de previsão (“error-driven learning”). Enquanto alguns estudos argumentam em favor da centralidade do bloqueio estatístico (ROBENALT; GOLDBERG, 2015; PEREK; GOLDBERG, 2017), outros sugerem que apenas o enraizamento é verdadeiramente efetivo para impedir supergeneralizações (AMBRIDGE *et alii*, 2015).

Inserindo-se nesses debates, esta pesquisa se volta para uma construção presente na gramática do português brasileiro (PB), a que nos referimos aqui como Construção de Complementação Sentencial (CCS). Trata-se de uma estrutura sintático-semântica esquemática que tem a forma SUJEITO + VERBO + SINTAGMA ORACIONAL INTRODUZIDO PELO COMPLEMENTIZADOR “QUE” e é utilizada produtivamente para, por exemplo, reportar discursos, percepções e avaliações. Exemplos da CCS podem ser vistos abaixo:

- (2) A diretora anunciou que o concurso foi adiado.
- (3) Meu irmão percebeu que ninguém estava interessado.

Apesar de poder ser instanciada por uma ampla gama de verbos, é possível verificar que a CCS não é plenamente produtiva, como mostram os exemplos abaixo:

- (4) ?? João criticou que o jogo acabou tarde.
- (5) ? Ela opinou que a festa foi perfeita.

Para investigar a semiprodutividade da CCS, contribuindo para o debate acerca dos mecanismos cognitivos que permitem ao falante evitar a supergeneralização, este estudo foi dividido em duas partes. Na primeira, realizou-se uma análise de *corpus* com o objetivo de levantar hipóteses sobre a representação mental da CCS por parte de falantes nativos do PB, em particular no que tange aos mecanismos que bloqueiam a supergeneralização. Na segunda, buscou-se verificar, por meio de um experimento psicolinguístico de produção induzida, cada uma das hipóteses levantadas anteriormente, a fim de avaliar a realidade psicológica dos mecanismos de bloqueio da supergeneralização³.

³ Como se observa, este artigo combina dois recursos metodológicos: método observacional (análise de *corpus*) e método experimental. Essa combinação tem sido produtiva na literatura em GCBU (ver, por exemplo, Ambrige *et alii* (2015) e Ambridge *et alii* (2008)), o que se explica, a nosso ver, por duas razões. A primeira, de natureza mais geral, diz respeito ao fato de que a integração de métodos complementares permite que o ponto fraco de cada um deles (a maior dificuldade em controlar as variáveis e a alegada ausência de evidência negativa, no caso das investigações observacionais; a artificialidade da tarefa e potencialmente dos resultados, no caso das investigações experimentais) seja em alguma medida compensado pelo outro, em um movimento de beneficiamento mútuo. A

O artigo está organizado como segue. Na próxima seção, apresentamos os princípios básicos da GCBU e discutimos o problema da semiprodutividade construcional. Em seguida, apresentamos a primeira parte do estudo, baseada na análise de dois *corpora*. Na seção seguinte, sistematizamos as hipóteses sobre a representação do conhecimento construcional, que podem ser derivadas da análise de *corpus*. Na sequência, voltamos para a segunda parte do estudo, baseada em metodologia experimental. Nesse momento, detalhamos o experimento realizado, descrevemos os resultados obtidos e, sobretudo, discutimos suas implicações analítico-descritivas. As considerações finais sintetizam as principais contribuições da pesquisa.

Gramática de Construções Baseada no Uso

A Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU), aqui definida como a vertente funcional-cognitiva da Gramática de Construções, é um modelo gramatical que busca capturar a totalidade do conhecimento linguístico do falante de modo declarativo (isto é, não derivacional), sob a forma de uma rede de construções gramaticais (unidades simbólicas que consistem em pareamentos de forma e significado). Para que isso seja possível, o conceito de construção gramatical deve ser amplo o suficiente para abarcar uma variedade de unidades linguísticas, de palavras e expressões cristalizadas (“bola”, “Quem tudo quer tudo perde”, etc.) até padrões prosódicos e sintáticos esquemáticos (entonação ascendente; padrão SVO; etc.), passando por padrões parcialmente especificados (ex: “Vê se X”, “Que mané X”; etc).

À luz da GCBU, a capacidade gerativa da linguagem se explica a partir da integração entre construções mutuamente compatíveis. Por exemplo: uma construção abstrata, como a construção bitransitiva do inglês, cuja forma é SUJEITO VERBO OBJ₁ OBJ₂, pode ser combinada com construções mais concretas, fixas e fonologicamente preenchidas, como o verbo já flexionado “told”, o determinante “a” e os nomes “Joe”, “Mary” e “story”, resultando na sentença “Joe told Mary a story”. É importante notar, entretanto, que não são todos os verbos que podem ser instanciados nesse padrão. Na verdade, mesmo alguns verbos semanticamente próximos de “tell” são bloqueados na construção bitransitiva, como se observa em “*Joe whispered Mary a story” (GOLDBERG, 1995).

Sabemos que não é comum que um falante nativo produza sentenças gramaticalmente inaceitáveis na sua língua, a despeito do fato de que, durante o processo de aprendizado, ele tende a não ser exposto diretamente a evidências negativas, como correções explícitas ou sinais ostensivos de incompreensão por parte do ouvinte (BOYD; GOLDBERG, 2011). Diante disso,

segunda, atrelada especificamente à natureza da GCBU, diz respeito ao fato de que esse modelo teórico estuda, precisamente, o impacto do uso concreto sobre a representação mental subjacente.

como explicar o fato de eles não supergeneralizarem construções semiproductivas, produzindo enunciados inaceitáveis como “*Joe whispered Mary a story”?

Na literatura em GCBU, dois tipos de respostas têm sido propostos para esse problema. De um lado, diversos autores sugerem que a supergeneralização é evitada graças a uma exigência de compatibilidade entre propriedades gramaticais da construção abstrata e da construção lexical com potencial para instanciá-la. Segundo Goldberg (1995), é isso que se observa nos exemplos abaixo:

- (6) a. I invited Bob into the room.
- b. I asked Bob into the room.
- c. *I begged Bob into the room

Embora (6a) e (6b) sejam gramaticais, o mesmo não se pode dizer de (6c), apesar do fato de o verbo “beg” ser semanticamente próximo a “invite” e “ask”. Segundo Goldberg (1995), isso acontece porque a construção de movimento causado (que está presente nos três enunciados) apresenta uma restrição semântica segundo a qual o deslocamento do tema (no caso, “Bob”) deve ser a situação *default*, esperada. Em (6c), porém, a presença do verbo “beg” sugere que a ocorrência do movimento não pode ser presumida. Assume-se, assim, que a inserção de “beg” na construção de movimento causado produz um conflito semântico, cujo resultado é uma sentença malformada. Neste caso, portanto, a generalização indevida de (6c) seria evitada graças ao conhecimento gramatical do falante acerca da semântica da construção de movimento causado e da construção lexical “beg”.

Muitos autores sustentam ainda que, além desse conhecimento de natureza gramatical, a supergeneralização pode ser evitada graças a um conhecimento do tipo estatístico (AMBRIDGE, 2013; BOYD; GOLDBERG, 2011). Esse tipo de conhecimento é idiossincrático, na medida em que diz respeito ao registro do histórico da experiência do falante com cada item particular. Especificamente, dois mecanismos já foram propostos: o enraizamento (“entrenchment”), por meio do qual o falante evita um item A em uma construção abstrata B sempre que não experiencia essa formulação específica; e o bloqueio estatístico (“statistical preemption”), por meio do qual o falante evita um item A em uma construção abstrata B sempre que não experiencia essa formulação específica e, ao mesmo tempo, experiencia recorrentemente uma formulação alternativa funcionalmente comparável.

A título de exemplo, considere-se a sentença do inglês “?? Explain me the story”, que soa pouco natural para um falante do inglês (BOYD; GOLDBERG, 2011). Uma explicação

baseada no conceito de enraizamento para o fato de que falantes nativos evitam esse tipo de formulação seria bastante simples. Aqui, a ideia é simplesmente a de que o falante nunca ou apenas muito raramente ouve o verbo “explain” instanciado na construção bitransitiva, o que o leva a adotar a postura linguisticamente conservadora de não arriscar essa instanciação.

Por outro lado, uma explicação baseada no mecanismo de bloqueio estatístico é um pouco mais complexa. Neste caso, a proposta é a seguinte: se o falante experiencia frequentemente o verbo “explain” na construção dativa (como em “She explained the story to me”) em situações nas quais esperava que fosse usada a construção bitransitiva (como em “?? She explained me the story”), acaba por concluir que a construção bitransitiva não é apropriada especificamente para esse verbo, ainda que outros verbos semanticamente próximos sejam possíveis em ambos os padrões (BOYD; GOLDBERG, 2011). Nesse sentido, o bloqueio estatístico é entendido como um tipo de aprendizado baseado no erro (“error-driven learning”); isto é, assume-se que o aprendizado resulta da frustração de uma expectativa linguística (ROBENALT; GOLDBERG, 2015).

Conforme observado na introdução, não existe consenso na literatura em GCBU quanto ao papel dos dois tipos de conhecimento – o gramatical e o estatístico – na prevenção da supergeneralização. Além disso, não existe consenso em relação à atuação dos dois tipos de processos de natureza estatística – o enraizamento e o bloqueio. Diante disso, este trabalho busca contribuir com novos elementos para elucidar essas questões teóricas.

Uma primeira aproximação: explorando os *corpora*

Para investigar a CCS do PB, recorreremos inicialmente aos *corpora* NILC/São Carlos e Corpus Brasileiro (linguateca.pt/ACDC). Para encontrar instâncias dessa construção, foi utilizado o comando `[pos="V"] "que"`, de modo que foram buscadas sequências que contivessem qualquer forma verbal seguida da palavra “que”. Todos os resultados foram revisados manualmente, a fim de que resultados indevidos fossem descartados.

Ao todo, foram encontradas 1664 instâncias da CCS, distribuídas por 157 verbos distintos⁴. Uma primeira aproximação dos dados revelou uma característica comum a todos os verbos que se combinam com a CCS: trata-se de verbos que exigem (na acepção que tomam na moldura sintática da CCS) complemento que denote proposição⁵. Assim, é possível explicar a

⁴ Em função das limitações de espaço, não é possível apresentar aqui a frequência token de cada verbo. Alguns dados são apresentados na próxima seção a fim de embasar as redes construcionais postuladas.

⁵ Tal como definida aqui, uma proposição é uma representação conceptual de situações, eventos, estados de coisas, etc., sendo reconhecível pela possibilidade de ser verdadeira ou falsa (LAMBRETTCH, 1994).

completa ausência de muitos verbos entre 157 *types* identificados – como “comprar” e “comer”, por exemplo – pelo fato de que seus complementos não expressam proposições. A título de exemplo, contrastem-se as seguintes sentenças:

- (7) a. Na verdade esse teste, da maneira como foi construído, **sugeri**u que eles desconheciam a contagem. (*Corpus Brasileiro*)
b. E a Turma da Mônica, ops equipe econômica, **pensa** que recessão é passar o filme duas vezes: re-sessão. (*Corpus Brasileiro*)
- (8) a. Júlia **comprou** roupas novas.
b. Ontem **comi** três biscoitos diferentes.

Observa-se, nos exemplos, que os complementos de “sugerir” e “pensar” expressam proposições – já que seus *denotata* são avaliáveis como verdadeiros ou falsos –, o que justifica a compatibilidade deles com a CCS. Os complementos dos verbos “comprar” e “comer”, por outro lado, não expressam proposições; em vez disso, designam entidades – o que explica a impossibilidade de serem combinados com a CCS.

Se, por um lado, todos os 157 verbos encontrados se agrupam semanticamente pelo fato de apresentarem complemento proposicional, também é verdade que eles podem ser organizados em classes semânticas mais restritas. Especificamente, é possível identificar, em meio a esse conjunto de predicadores verbais, três subclasses semânticas: verbos de comunicação, verbos de cognição, e verbos de causação. Vejamos:

- (9) Segundo ele, as cervejarias não devem enviar comunicado para a Apas **informando** que querem voltar a negociar, como chegou a solicitar a entidade. (*Nilc/São Carlos*)
- (10) Seria ingenuidade, entretanto, **supor** que as fotos tomadas pelos internos realizam a imagem que eles fazem de si e da instituição. (*Nilc/São Carlos*)
- (11) O que **permite** que um mesmo nome se enlace nos três nós é a possibilidade homonímica de um nome sempre poder ser outro. (*Corpus Brasileiro*)

Vê-se, em (9), um exemplo em que o verbo “informar” está combinado com a CCS. Verbos como esse, assim como “sugerir”, “comunicar”, “avisar”, “propagar” e “confessar”, entre muitos outros, compõem uma das três classes semânticas nas quais é possível distribuir os verbos compatíveis com a CCS: a classe dos verbos de comunicação. Em (10), tem-se o verbo

“supor” como um representante da classe de cognição, juntamente a outros como “entender”, “pensar”, “refletir”, “imaginar”, “especular”, etc. E em (11), por fim, tem-se a combinação da CCS com “permitir”, pertencente à classe dos verbos de causação, junto a outros como “deixar” e “conseguir”.

Até aqui, temos, portanto, o seguinte quadro: a Construção de Complementação Sentencial do PB (i) exige que seu complemento sintático denote uma proposição e (ii) admite verbos pertencentes a três classes semânticas (comunicação, cognição e causação). Essa análise, no entanto, é insuficiente para caracterizar plenamente o fenômeno da complementação sentencial em termos construcionistas, já que não explica a incompatibilidade entre a CCS e uma série de verbos que em princípio deveriam estar aptos a instanciá-la, como “criticar”, “elogiar”, “exaltar”, “analisar”, “reconsiderar”, “alfinetar” e “discorrer”.

- (12) a. ?? João criticou que o jogo acabou tarde.
b. João criticou o fato de que o jogo acabou tarde.
- (13) a. ?? Ela elogiou que a festa foi perfeita.
b. “A festa foi perfeita”, elogiou ela.

Os exemplos (12a) e (13a) sugerem que os verbos “criticar” e “elogiar” não são plenamente aceitáveis na CCS, uma intuição que é corroborada pelo fato de que, dentre todas as instâncias da construção encontradas nos amplos *corpora* analisados, nenhuma delas continha qualquer um desses dois verbos⁶. Ao mesmo tempo, os exemplos (12b) e (13b) mostram que, diferentemente do que ocorre com exemplos como (8a) a (8b), a estranheza não pode ser explicada, neste caso, com base na restrição semântica de que o objeto deve denotar uma proposição. Afinal, os exemplos (b) evidenciam que os verbos “criticar” e “elogiar” apresentam objetos diretos com semântica proposicional – eles apenas não admitem que tais proposições sejam formalmente expressas por meio da moldura sintática da CCS. Nesse sentido, usos do tipo (12a) e (13a) constituiriam *supergeneralizações* indevidas da CCS.

Dado que a restrição a complementos não-proposicionais não explica a impossibilidade (ou menor naturalidade) de tais usos, como dar conta do fato de que o falante do PB tende a evita-los? É dessa questão que tratamos na próxima seção.

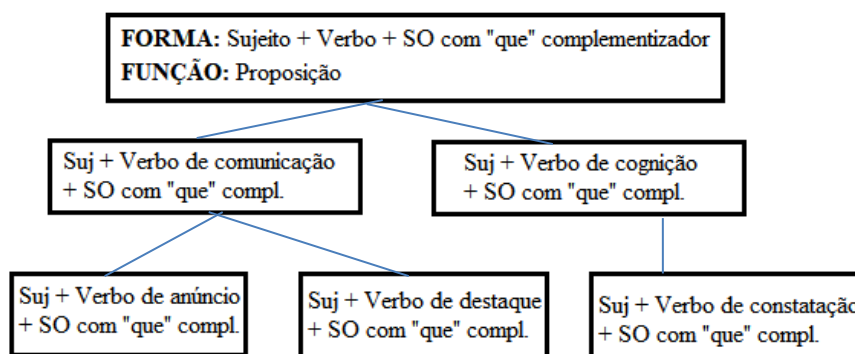
⁶ Certamente, a instanciação de “criticar” e “elogiar” na CCS não produz enunciados fortemente agramaticais. No entanto, tanto as evidências oriundas da análise de *corpus* (relatadas nesta seção) quanto as evidências experimentais (a serem apresentadas na próxima seção) sugerem que tais enunciados tampouco são inteiramente aceitáveis.

Como representar a rede construcional da CCS (a fim de evitar a supergeneralização)?

Conforme exposto acima, pesquisadores alinhados à GCBU apontam que falantes podem evitar supergeneralização utilizando-se de um conhecimento de natureza gramatical e/ou de um conhecimento de natureza estatística – que pode ser do tipo enraizamento e/ou do tipo bloqueio. Aplicando essas hipóteses ao objeto deste estudo, obtemos três possibilidades distintas para o desenho da rede construcional do falante, que representa parte do seu conhecimento acerca da complementação sentencial no PB.

A primeira hipótese é a de que o falante emprega na CCS verbos pertencentes a determinadas classes semânticas ainda mais específicas (que as de comunicação, cognição e causação mencionadas na seção anterior), ao mesmo tempo em que evita verbos de outras classes. Nesse caso, assume-se que a generalização é bloqueada graças a um conhecimento de natureza gramatical – mais especificamente, semântica. À luz dessa hipótese, o conhecimento do falante acerca da CCS pode ser representado em uma rede como a seguinte:

Figura 1 - Rede construcional da complementação sentencial: conhecimento gramatical



Fonte: elaborado pelos autores.

No nível mais alto da rede, tem-se a CCS mais esquemática, com suas especificações de forma e de significado. Em um nível intermediário, temos construções definidas pelas três grandes classes semânticas abrangidas pela CCS⁷. Por fim, em um nível mais baixo, há subconstruções, nas quais estão especificadas classes verbais mais restritivas passíveis de serem combinadas com a CCS. Na rede desenhada acima, destacamos três dessas classes, a título de exemplificação: as classes dos verbos de anúncio, de destaque e de constatação.

Segundo a primeira hipótese, portanto, o falante inconscientemente agruparia, em subclasses semânticas específicas, os verbos passíveis de instanciar a CCS – e, a partir daí,

⁷ Por uma questão de clareza visual, representamos apenas a classe dos verbos de comunicação e de cognição.

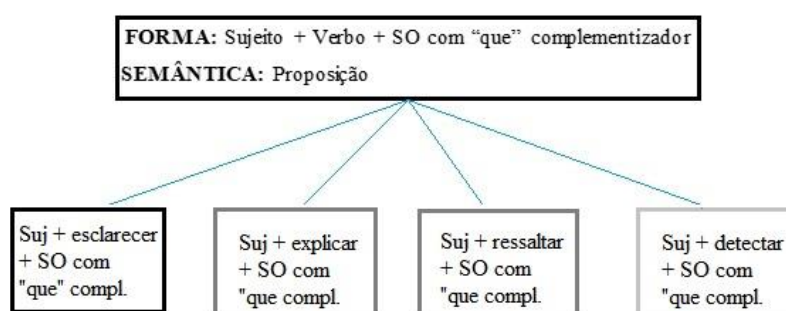
apenas aceitaria na construção verbos pertencentes a essas classes. Nesse sentido, a rejeição a enunciados como (12a) e (13a) resultaria de uma *generalização semântica*.

A segunda hipótese, por seu turno, sugere que o falante emprega na CCS verbos que frequentemente experiencia sendo empregados nela, ao mesmo tempo em que evita aqueles verbos com os quais não tem nenhuma experiência na construção. O falante estaria, portanto, sendo guiado por um *conhecimento estatístico do tipo enraizamento*. Nesse caso, as sentenças exemplificadas em (12a) e (13a) seriam evitadas porque o falante simplesmente não experiencia esses verbos na CCS (como mostra a análise de *corpus* apresentada acima).

Por fim, a terceira hipótese, que se fundamenta em um *conhecimento estatístico do tipo bloqueio*, é a de que o falante usa na CCS verbos que não são frequentemente empregados em uma construção funcionalmente comparável. De acordo com essa ideia, as sentenças em (12a) e (13a) são evitadas porque o falante não experiencia essas formulações específicas e, ao mesmo tempo, experiencia esses verbos em construções alternativas.

Tanto para a segunda quanto para a terceira hipótese, a rede postulada é a seguinte:

Figura 2 - Rede construcional da complementação sentencial: conhecimento estatístico



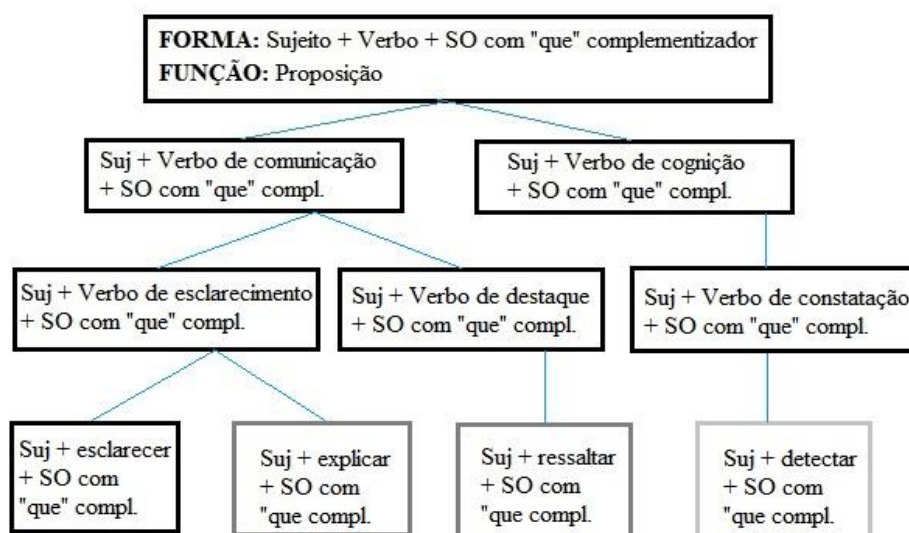
Fonte: elaborado pelos autores.

Nesse caso, no nível mais concreto, estão combinados com a CCS os verbos que o falante experiencia sendo utilizados nela. É importante destacar que as construções de nível mais baixo podem ter graus distintos de enraizamento, conforme representado pelas cores das linhas que delimitam os retângulos (quanto mais escura a linha, maior o grau de enraizamento). Segundo a GCBU, esses graus decorrem da frequência de exposição do falante a cada construção; sendo assim, assume-se que o nível de enraizamento (e, portanto, de acessibilidade cognitiva) de uma construção é diretamente proporcional à sua frequência *token*. A representação acima ilustra essa ideia com os verbos “esclarecer”, “explicar”, “ressaltar” e “detectar”: como, nesse grupo, “esclarecer” é o mais frequente (com 125 ocorrências),

“detectar” é o menos frequente (com apenas uma ocorrência) e “explicar” e “ressaltar” se situam em uma faixa intermediária de frequência (com 20 e 21 ocorrências, respectivamente), assume-se, correspondentemente, que “esclarecer” está mais enraizado que “explicar” e “ressaltar”, os quais, por sua vez, estão mais enraizados que “detectar”.

Há, ainda, a possibilidade de o conhecimento linguístico do falante incluir, a um só tempo, informações de natureza gramatical e estatística. Observe-se:

Figura 3 - Rede construcional da complementação sentencial: conhecimento gramatical + estatístico



Fonte: elaborado pelos autores.

No nível mais abstrato da rede acima, há a CCS geral com suas especificações de forma e significado; um pouco mais abaixo, em um primeiro nível intermediário, estão especificadas construções definidas pelas três grandes classes semânticas associadas à CCS; em seguida, em um segundo nível intermediário, estão presentes cada uma das classes semânticas mais específicas compatíveis com a CCS; e, por fim, em um nível mais concreto, cada um dos verbos que: (i) pertencem às classes indicadas acima (ii) são diretamente experienciados pelo falante na construção. Esses verbos também exibem níveis distintos de enraizamento, conforme indicado, mais uma vez, pelas linhas que delimitam os retângulos (e conforme sugerido pelos valores de frequência *token* apresentados no Apêndice).

Todas as propostas apresentadas até aqui são igualmente compatíveis com os dados dos *corpora*, o que sugere que o método observacional, neste caso, não é suficiente para decidir em relação à representação apropriada do conhecimento subjacente. Diante disso, desenvolvemos

um experimento psicolinguístico com o objetivo de testar empiricamente cada uma das três hipóteses apresentadas ao longo desta seção.

O estudo experimental

Visão geral e previsões experimentais

Foi desenvolvido um experimento de produção induzida, em que os participantes deveriam assistir a uma sequência de vídeos curtos e, na sequência, responder oralmente a uma pergunta interpretativa relacionada ao seu conteúdo (ex: *O que o homem anunciou?*). A resposta deveria se iniciar com uma sequência obrigatória, especificada como parte do estímulo (ex: *O homem anunciou*). Como a resposta podia ou não consistir em uma instância da CCS (dado que a sequência inicial não incluía o complementizador), a variável dependente era o índice de respostas com emprego da CCS (em oposição a outras molduras sintáticas).

Duas variáveis independentes foram controladas: a classe semântica do verbo (presente tanto na pergunta interpretativa quanto na sequência inicial da resposta) e a familiaridade do falante com o verbo. As classes semânticas escolhidas foram as de *verbos de anúncio* (como, por exemplo, “anunciar”) e *verbo de crítica* (como, por exemplo, “criticar”). Essas classes foram selecionadas por representarem, respectivamente, valores semânticos compatíveis e incompatíveis com a CCS⁸.

Em relação ao grau de familiaridade, foram utilizados verbos reais (como “anunciar” e “criticar”) e verbos inventados (como “lomar” – ver próxima subseção). Esse expediente foi utilizado para anular possíveis efeitos de familiaridade. Em outras palavras, a ideia é a de que, se um verbo inventado de anúncio ocorre mais frequentemente na CCS do que um verbo inventado de crítica, essa diferença só pode ser atribuída à classe semântica, dado que a familiaridade dos falantes com ambos os verbos é igual a zero.

Cruzadas as duas possibilidades de cada variável independente, obtêm-se quatro condições experimentais: verbos de anúncio reais, verbos de anúncio inventados, verbos de críticas reais e verbos de crítica inventados. Juntas, elas permitem avaliar três previsões experimentais distintas, cada uma delas associada a uma das hipóteses disponíveis na literatura construcionista para explicar como o falante evita a supergeneralização (conforme descrito na segunda seção). Observe-se:

⁸ A avaliação de (in)compatibilidade decorre tanto do nosso julgamento intuitivo quanto da coleta de dados em *corpora* – como se viu, nenhum dos itens encontrados veicula semântica de crítica, mas muitos expressam ideia de anúncio.

Quadro 1 - Previsões experimentais derivadas de cada uma das três hipóteses

Hipótese	Previsão experimental
Usamos na CCS verbos pertencentes a determinadas classes semânticas, e não a outras (conhecimento gramatical)	Verbos de anúncio inventados terão maior incidência de respostas com a CCS do que verbos de crítica inventados.
Usamos na CCS verbos que frequentemente experienciamos empregados nela (conhecimento estatístico – enraizamento)	Verbos de anúncio reais terão maior incidência de respostas com a CCS do que verbos de anúncio inventados.
Usamos na CCS verbos que não são frequentemente utilizados em uma construção funcionalmente equivalente (conhecimento estatístico – bloqueio)	Verbos de crítica inventados terão maior incidência de respostas com a CCS do que verbos de crítica reais.

Fonte: elaborado pelos autores.

Materiais e estímulos

O experimento foi montado no software Open Sesame e contou com desenho intrassujeitos, de modo que todos os participantes foram expostos à totalidade dos estímulos.

Ao todo, cada sujeito teve acesso a 16 estímulos críticos, sendo quatro para cada condição experimental. A. O quadro abaixo apresenta os verbos utilizados em cada condição:

Quadro 2 - Verbos utilizados conforme condição experimental

	Verbos de anúncio	Verbos de crítica
Verbos reais	anunciar, revelar, informar, alertar	ironizar, criticar, debochar, elogiar
Verbos inventados	lomar, dunaflar, colifar, blumar	ravifar, roguilar, bonirar, tumenar

Fonte: elaborado pelos autores.

Cada estímulo era composto por um vídeo curto – o mais longo deles tinha duração de 34 segundos – seguido de uma pergunta interpretativa. No caso das perguntas com verbos inventados, os sujeitos eram expostos a três vídeos nos quais esses verbos eram empregados (e não apenas um). Isso lhes dava oportunidade de inferir contextualmente o significado dos verbos inventados. Além disso, eles tinham acesso a um glossário, o que permitia ainda a apreensão direta desse mesmo significado.

O significado dos verbos inventados, conforme indicado no glossário a que os participantes tinham acesso, está especificado nos quadros a seguir:

Quadro 3 - Significado dos verbos de anúncio inventados

VERBO	SIGNIFICADO
Lomar	Dizer que fez alguma coisa, mesmo sem ter feito, por estar sob pressão
Dunaflar	Transmitir uma informação antes do tempo previsto.
Colifar	Transmitir uma informação com má vontade.
Blumar	Dizer o mesmo fato várias vezes.

Fonte: elaborado pelos autores.

Quadro 4 - Significado dos verbos de crítica inventados

VERBO	SIGNIFICADO
Ravifar	Expressar opinião depreciativa sobre alguém, de modo que apenas a pessoa afetada perceba.
Roguilar	Expressar uma opinião positiva sobre algo ou alguém, sem que esse seja seu real pensamento.
Bonirar	Pensar nos defeitos de algo ou alguém, mas não verbalizar essa opinião.
Tumenar	Expressar uma informação negativa sobre algo ou alguém, apesar de sua real opinião ser positiva.

Fonte: elaborado pelos autores.

Para além dos 16 vídeos que integraram os estímulos críticos, foram produzidos outros 32 vídeos, utilizados para comporestímulos distratores. Todos os estímulos foram organizados em ordem pseudoaleatória, de maneira que os estímulos críticos de mesma classe semântica e grau de familiaridade não fossem exibidos consecutivamente e de modo que não fosse possível detectar qualquer padrão na apresentação dos estímulos críticos e distratores.

Durante a gravação dos vídeos, tomou-se o cuidado de que os atores não utilizassem em suas falas instâncias da CCS, a fim de evitar a ocorrência de efeitos *depriming* e de saciação sintática. Caso esse cuidado não fosse tomado, o participante poderia ter escolhido responder a uma pergunta relacionada a algum dos verbos utilizando-se da CCS simplesmente pelo fato de ter se deparado, ao assistir ao vídeo, com essa combinação.

Participantes

Participaram voluntariamente do estudo 28 sujeitos (21 homens e sete mulheres), todos falantes nativos do português brasileiro e estudantes universitários cursando o primeiro período de um curso de Letras. Os participantes assinaram termos de consentimento e receberam, em retribuição, horas de Atividades acadêmico-científico-culturais (AACCs).

Procedimentos

Para realizar o experimento, o participante inicialmente recebia explicações orais sobre a tarefa e a dinâmica do teste. Em seguida, tinha acesso, através do software Open Sesame, às

mesmas instruções dadas oralmente, desta vez por escrito, as quais poderiam ser lidas quantas vezes quisessem e por quanto tempo julgassem necessário. Após esse momento, eles eram instruídos a apertar uma tecla que levava à exibição do primeiro vídeo.

Após a exibição de cada vídeo, surgia na tela uma pergunta interpretativa (ex: *O que a menina criticou?*). Logo abaixo, aparecia o início de uma resposta (nesse caso: *A menina criticou...*). Esse artifício foi necessário para que o voluntário fosse levado a utilizar um verbo na resposta. O participante tinha o tempo que julgasse necessário para responder oralmente, e sua fala e tempo de resposta eram gravados. Após a resposta, ele deveria pressionar a tecla indicada, que levava automaticamente à exibição do estímulo seguinte.

Para os estímulos com verbos inventados, antes da exibição do vídeo, era exibido um alerta de que o participante veria uma palavra nova. Em seguida, surgia o verbo inventado seguidos de dois vídeos produzidos com o objetivo de permitir a apreensão contextual do seu significado. Antes de finalmente ser exposto ao terceiro vídeo – aquele que viria acompanhado da pergunta-estímulo interpretativa –, o participante lia a seguinte mensagem: *após o próximo vídeo, você estará pronto para responder uma pergunta*. Junto a essa informação, a definição do verbo era exibida novamente (por exemplo: *Lembre-se: “lomar” = dizer que fez alguma coisa, mesmo sem ter feito, por estar sob pressão*).

O experimento foi rodado com cada um dos 28 sujeitos pelo mesmo pesquisador, o que garantiu que as instruções orais e os procedimentos fossem igualmente explicitados a todos eles. A aplicação era feita individualmente e o pesquisador permanecia na sala junto ao voluntário, durante a leitura das instruções e o início do experimento, para sanar eventuais dúvidas e problemas. Após esse momento, retirava-se do local.

Resultados

Como observado acima, a variável dependente do estudo foi a quantidade de respostas com e sem a moldura sintática da CCS. Lembramos que a tarefa experimental consistia em completar a resposta a uma pergunta interpretativa – por exemplo, para a pergunta “O que a professora alertou?”, eles deveriam completar a frase “A professora alertou...”. Sendo assim, as respostas poderiam conter ou não um complementizador, como nos exemplos abaixo:

- (14) A professora alertou que o tempo estava acabando
- (15) A professora alertou sobre a falta de tempo
- (16) A professora alertou o tempo de se preparar

Em (14), vemos um exemplo de resposta com a moldura sintática da CCS, isto é, com complemento oracional. As sentenças (15) e (16), em contrapartida, exemplificam respostas em que o participante preferiu a CCS em favor de uma estrutura não-oracional (introduzida por preposição, no primeiro caso, e não introduzida por preposição, no segundo).

Após a análise de todas as respostas, elas foram codificadas e classificadas de forma binária – isto é, de um lado, respostas que se constituíam como instâncias da CCS e, de outro, respostas que *não* se constituíam como instâncias da CCS. Nas tabelas a seguir, indicamos o número de enunciados produzidos com e sem a CCS para cada uma das quatro condições experimentais. Começamos pela condição *verbos de anúncio reais*:

Tabela 1 - Resultado das respostas do experimento com verbos de anúncio reais

Verbos de anúncio reais	Número de respostas com a CCS	Número de respostas com outras molduras sintáticas
Alertar	22	6
Informar	27	1
Anunciar	28	0
Revelar	28	0
Total	105	7

Fonte: elaborada pelos autores.

Como se observa, com verbos de anúncio reais, os participantes utilizaram quase exclusivamente a CCS – 105 respostas com essa moldura sintática contra apenas sete com outras estruturas. Entretanto, quando se trata de verbos inventados dessa mesma classe, o resultado é bastante distinto:

Tabela 2 - Resultado das respostas do experimento com verbos de anúncio inventados

Verbos de anúncio inventados	Número de respostas com a CCS	Número de respostas com outras molduras sintáticas
Colifar	6	22
Lomar	20	8
Blumar	13	15
Dunaflar	13	15
Total	52	60

Fonte: elaborada pelos autores.

As formulações escolhidas sugerem que, para verbos de anúncio inventados, a CCS não é privilegiada em relação a outras molduras sintáticas possíveis. Deve-se notar, entretanto, que está sendo comparada a quantidade de uso desses verbos na CCS com a quantidade de uso deles

em todas as outras construções possíveis; por isso, 52 usos de verbos de anúncio inventados com a CCS ainda parece um número elevado.

As respostas referentes aos verbos de crítica podem ser vistas nas tabelas a seguir:

Tabela 3 - Resultado das respostas do experimento com verbos de crítica reais

Verbos de crítica reais	Número de respostas com a CCS	Número de respostas com outras molduras sintáticas
Ironizar	4	24
Criticar	7	21
Elogiar	0	28
Debochar	5	23
Total	16	96

Fonte: elaborada pelos autores.

Tabela 4 - Resultado das respostas do experimento com verbos de crítica inventados.

Verbos de crítica inventados	Número de respostas com a CCS	Número de respostas com outras molduras sintáticas
Tumenar	9	19
Roguilar	7	21
Ravifar	2	26
Bonirar	7	21
Total	25	87

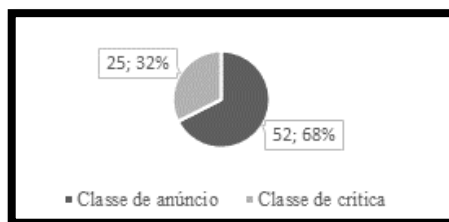
Fonte: elaborada pelos autores.

Os resultados revelam que os participantes não privilegiaram o uso de verbos de crítica na CCS. Isso vale tanto para os verbos reais (16 X 96) quanto para os inventados (25 X 87). Esses números, comparados com os alcançados com os verbos de anúncio, sugerem a atuação de um conhecimento gramatical de natureza semântica. Para avaliar essa possibilidade, assim como a possível atuação de algum mecanismo de natureza estatística, todos os resultados acima foram submetidos a um teste qui-quadrado de homogeneidade.

Verificação da hipótese 1

Como dissemos, para confirmar nossa hipótese 1, seria necessário que verbos de anúncio inventados tivessem maior incidência de respostas com a CCS do que verbos de crítica inventados. Das 224 respostas pertinentes a verbos inventados, 77 são instâncias da CCS. Dessas 77, 52 foram com verbos de anúncio e 25 com verbos de crítica, o que resulta em 67,53% contra 32,46% respectivamente, conforme demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Uso da CCS com verbos inventados



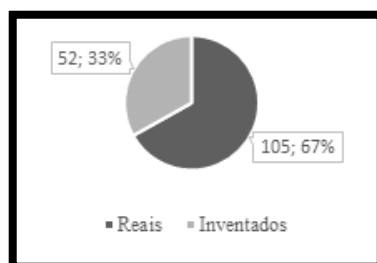
Fonte: elaborado pelos autores.

O teste qui-quadrado de homogeneidade revelou que a diferença numérica entre o total de verbos inventados de anúncio e de crítica é estatisticamente significativa ($p = 0.0021$). Esse resultado confirma, portanto, a atuação do conhecimento gramatical.

Verificação da hipótese 2

Para confirmar a hipótese 2, seria necessário que verbos de anúncio reais tivessem maior incidência de respostas com a CCS do que verbos de anúncio inventados. Os resultados são numericamente compatíveis com a hipótese, como se pode ver no gráfico abaixo:

Gráfico 2 - Uso da CCS com verbos de anúncio



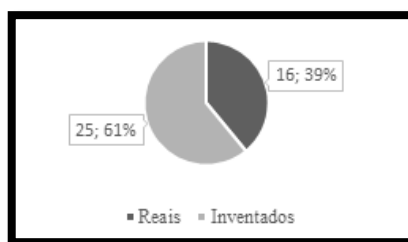
Fonte: elaborado pelos autores.

Também aqui a diferença é estatisticamente significativa ($p\text{-valor} < 0.0001$). Logo, a hipótese de que o processo de enraizamento atua sobre CCS também foi confirmada.

Verificação da hipótese 3

Para confirmar a hipótese 3, seria necessário que verbos de crítica reais tivessem maior incidência de respostas com a CCS do que verbos de crítica inventados. O gráfico com os resultados sugere a confirmação da hipótese:

Gráfico 3 - Uso da CCS com verbos de crítica



Fonte: elaborado pelos autores.

A diferença numérica apresentada acima não alcançou, contudo, significância estatística ($p = 0.15$). Isso nos impede de afirmar que os falantes utilizem um conhecimento estatístico do tipo bloqueio para evitar supergeneralização na CCS.

Discussão

Os resultados apontam para a atuação dos conhecimentos de natureza gramatical e de natureza estatística do tipo enraizamento sobre a produtividade da CCS. Isso significa que o falante evita produzir enunciados como (12a), por exemplo, por duas razões complementares: (i) porque o verbo é incompatível semanticamente com a CCS, isto é, pertencente a uma classe que não está prevista na rede construcional que representa o conhecimento do falante acerca da complementação sentencial no PB, e (ii) porque o verbo não é, na prática, experienciado nessa formulação específica. Dito de outra maneira, os resultados sugerem que o conhecimento do falante acerca da complementação sentencial no PB pode ser representado, em termos construcionistas, em uma rede como a proposta na figura 3.

Por outro lado, não foi possível comprovar estatisticamente a atuação do processo de bloqueio, o que impede a afirmação que alguns verbos não seriam utilizados na CCS devido à experiência que o falante teria com esses mesmos verbos em construções funcionalmente comparáveis. Apesar disso, a diferença numérica que foi verificada (conforme tabelas 3 e 4) sugere que pode haver atuação desse mecanismo. Para verificar essa possibilidade, é necessário que seja realizado um experimento com um número mais elevado de observações.

Palavras finais

Como dissemos introdução deste trabalho, não há consenso na literatura em GCBU quanto ao papel dos dois tipos de conhecimento – o gramatical e o estatístico – na prevenção da supergeneralização. Alguns autores enfatizam o papel do conhecimento estatístico, ao passo que outros chamam atenção para o conhecimento gramatical.

A presente pesquisa contribui para essa discussão ao sugerir que ambos os tipos de conhecimento coexistem e atuam conjuntamente no sentido de impedir que o falante recaia em supergeneralizações em relação às estruturas de complementação sentencial. Em outras palavras, o conhecimento linguístico do falante acerca da CCS envolve conhecimento de natureza gramatical (especificamente, semântica) e também conhecimento de natureza estatística do tipo enraizamento (“item-based knowledge”).

Referências

- AMBRIDGE, B. How do children restrict their linguistic generalizations?: an (un-) grammaticality judgment study. **Cognitive Science**, v. 37, n. 3, p. 508-543, dez. 2013.
- AMBRIDGE, B.; BIDGOOD, A.; TWOMEY, K. E.; PINE, J. M.; ROWLAND, C. F.; FREUDENTHAL, D. Preemption versus entrenchment: Towards a construction-general solution to the problem of the retreat from verb argument structure overgeneralization. **PLoS ONE**, v. 10, n. 4, p. 1-20, abr. 2015.
- AMBRIDGE, B.; PINE, J. M.; ROWLAND, C. F.; YOUNG, C. R. The effect of verb semantic class and verb frequency (entrenchment) on children’s and adults’ graded judgements of argument-structure overgeneralization errors. **Cognition**, v. 106, n. 1, p. 87-129, jan. 2008.
- AMBRIDGE, B.; GOLDBERG, A. E. The island status of clausal complements: Evidence in favor of an information structure explanation. **Cognitive Linguistics**, v. 19, n. 3, p. 349–382, set. 2008.
- BOYD, J. K.; GOLDBERG, A. E. Learning what not to say: The role of statistical preemption and categorization in a-adjective production. **Language**, v. 87, n. 1, p. 55-83, mar.2011.
- DABROWSKA, E. Recycling utterances: A speaker’s guide to sentence processing. **Cognitive Linguistics**, v. 25, n. 4, p. 617-653, out. 2014.
- GOLDBERG, A. E. **Constructions: A construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University Press, 1995.
- HILPERT, M. **Construction Grammar and its application to English**. Edinburgh University Press, 2014.
- PEREK, F.; GOLDBERG, A. E. Linguistic generalization on the basis of function and constraints on the basis of statistical preemption. **Cognition**, v. 168, p. 276-293, nov. 2017.
- ROSANEN, S. H. M., AMBRIDGE, B.; PINE, J. M. An elicited-production study of inflectional verb morphology in child Finnish. **Cognitive Science**, v. 40, n. 7, p. 1-35, nov. 2016.
- ROBENALT, C.; GOLDBERG, A. E. Judgment evidence for statistical preemption: It is relatively better to vanish than to disappear a rabbit, but a lifeguard can equally well

backstroke or swim children to shore. **Cognitive Linguistics**, v. 26, n. 3, p. 467-504, jun. 2015.

Sobre os autores

Dayanne de Oliveira Ximenes

Mestra em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); graduada em Letras - Português/Espanhol pela mesma instituição.

Diogo Pinheiro (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-2403-5040>)

Doutor em Linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre em Língua Portuguesa pela mesma instituição; graduado em Letras - Português/Latim pela UFRJ. É professor da Faculdade de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFRJ.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

O que brasileiros dizem acerca de usos de construções com verbo-suporte?

What do Brazilians say about usages of constructions with support verb?

Pâmela Fagundes Travassos¹
Marcia dos Santos Machado Vieira²

Resumo: Focalizamos padrões construcionais com verbo-suporte *DAR*, enquanto operador de verbalização de elementos não-verbais do tipo (um(a)) X-[a/i]da, (um(a)) X-[a/i]dinha, (um(a)) X-adela e (um(a)) X-(z)inh[o/a], tal como em *dar uma escapadinha* e *dar uma olhadela*. Baseamo-nos em pressupostos da Linguística Funcional-Cognitiva e da Gramática de Construções. Utilizamos dados retirados de situações reais de comunicação, do acervo *online* do jornal O Globo (1925 a 2015), para lidar com o problema da avaliação subjetiva. A metodologia é a de pesquisa experimental baseada em usos observados nesses textos. Os objetivos consistem em observar quais valores são associados por brasileiros a usos dessas construções e descrever características formais e funcionais desses predicadores complexos considerando também a ótica do usuário sobre eles. Resultados apontam que essas construções põem em evidência não só aspectualidade, mas, principalmente, o valor modal, e tais valores são reconhecidos pelos informantes.

Palavras-chave: Construções com *DAR*. Linguística Funcional-Cognitiva. Pesquisa experimental.

Abstract: We focus on constructional patterns with support verb *GIVE*, as a verbalizing operator of non-verbal elements of the type (um(a)) X-[a/i]da, (um(a)) X-[a/i]dinha, (um(a)) X-adela and (um(a)) X-(z)inh[o/a], such as *dar uma escapadinha* and *dar uma olhadela* (more or less near *take a short break* and *take a short look*). We are based on assumptions of Functional-Cognitive Linguistics and Construction Grammar. We use data taken from real situations of communication, online collection of the newspaper O Globo (1925 to 2015), in order to deal with subjective evaluation. The methodology is that of experimental research based on the uses observed in such texts. The objectives are to observe which values are associated by Brazilians with the uses of these constructions and describe the formal and functional characteristics of these complex predicates, also considering the speaker's perspective of them. Results point out that these constructions highlight not only aspectuality, but, mainly, the modal value, and these values are recognized by the informants.

Keywords: Constructions with *GIVE*. Functional-Cognitive Linguistics. Experimental research.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: fagundespamela@hotmail.com.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: marcia@letras.ufrj.br.

Introdução

O objeto de estudo deste artigo é a avaliação subjetiva de usos de construções com verbo-suporte *DAR* enquanto operador de verbalização de elementos não-verbais como (um(a)) X-[a/i]da, (um(a)) X-[a/i]dinha, (um(a)) X-adela e (um(a)) X-(z)inh[o/a], tais como: *dar entrada*, *dar partida*, *dar uma caminhadinha*, *dar uma crescidinha*, *dar uma escapadela*, *dar uma voltinha*. Partimos da seguinte questão central: como esses padrões construcionais se configuram formal e funcionalmente para os usuários do português brasileiro? Por configuração *formal*, entendemos aspectos prosódicos, fonético-fonológicos, morfológicos, morfossintáticos e sintáticos e por configuração *funcional*, aspectos semânticos, discursivos, pragmáticos, cognitivos e sociais.

Assim, o tema consiste no funcionamento e na configuração dessas perífrases verbo-nominais, tendo a metodologia experimental desenhada a partir de usos linguísticos como base e a perspectiva que o falante registra em testes como fonte de observação. Servimo-nos, principalmente, do enfoque teórico funcional-cognitivo, bem como da abordagem da língua na modelagem em rede da Gramática de Construções (TRAUGOTT & TROUSDALE, 2013 e GOLDBERG, 1995 e 2006). Argumentamos que tais construções são acionadas para pôr em perspectiva certas funcionalidades na interação discursiva, que podem alternar a depender do ângulo escolhido pelo conceptualizador em função de condições da situação comunicativa e de sua intencionalidade. Quando instanciadas no discurso sob a forma de constructos (usos), tendem a ser associadas ao valor aspectual não-durativo (VENDLER, 1967; RAPOSO, 2013; NEVES, 2000), como no seguinte exemplo:

(1) Convenceu seu amigo a ir até ao Centro curtir o carnaval junto. ‘Vou *dar só uma olhada*, só pra te dar essa moral, depois volto e tu fica.’ [PB, Jornal *online*, www.oglobo.globo.com]

O evento é concebido, nesse caso, focalizando-se a brevidade e a superficialidade do estado de coisas. No entanto, este estudo revela que tais predicadores/predicados complexos indicam diversas outras nuances de sentido, marcadamente influenciados não só pelo contexto semântico, discursivo, pragmático, cognitivo e social (extralinguístico), mas também pelo entorno linguístico, ou seja, pelo co-texto (intralinguístico). Um dos valores que se destacam como relacionados a essas construções é o valor modal, como podemos perceber no exemplo que segue.

(2) A mãe retornou e relatou que havia saído, mas que foi rápido e que havia pedido para sua vizinha *dar uma olhada* nas crianças. [PB, Jornal *online*, www.oglobo.globo.com]

Observando o exemplo 2, percebemos que a instanciação da microconstrução *dar uma olhada* se volta à função de modalizar o discurso. Há um pedido, por parte da mãe, à vizinha para que *cuide* das crianças enquanto a mãe estivesse fora, ou seja, que *olhe com cuidado, com atenção*. Não se trata, predominantemente, pois, de *olhar brevemente e superficialmente*, embora o evento possa ter ocorrido rapidamente. Como estratégia para alcançar seu objetivo, ou seja, com a finalidade de convencer a vizinha a cumprir a tarefa de cuidar das crianças, a mãe utiliza uma linguagem à qual se tende a associar polidez, atenuando o evento e a participação da vizinha (papel social de *cuidadora/mantenedora*, culturalmente associado à mãe), por meio do uso da construção com verbo-suporte.

Portanto, o interesse na pesquisa aqui sintetizada surgiu em função de encontrarmos, cada vez mais, no português do Brasil, perífrases verbo-nominais associadas à função de modalização do discurso e à intersubjetividade, na medida em que consistem em estratégias discursivas argumentativas que focalizam o interlocutor e a situação pragmática de comunicação. Parte-se da perspectiva de conceptualização do locutor/emissor (significado subjetivo), levando-se em conta suas crenças, opiniões, atitudes e ideologias, para se alcançar o interlocutor (significado intersubjetivo) no contexto de negociação de sentido.

Foram coletados 291 dados do acervo *online* do jornal O Globo, de 1925 a 2015, os quais foram distribuídos por década para fins de organização. Contamos com metodologia de pesquisa experimental (FASOLD, 1987; GONZALEZ-MARQUEZ, 2006 e KENEDY, 2013), de modo que pudéssemos analisar percepções, impressões, comportamentos e atitudes de usuários do português brasileiro acerca do funcionamento formal-funcional dessas perífrases. As respostas dos informantes também são analisadas tanto quantitativa quanto qualitativamente. Objetivamos descrever características formais e funcionais das construções com verbo-suporte *DAR* em estudo, aliando análise empírica a testes de atitude linguística (processamento cognitivo). Hipotetizamos que não só elementos da predicação, mas também o contexto semântico-discursivo-textual implicam diversas possibilidades de sentido, de valores.

Fundamentação teórico-explicativa

Baseamo-nos no enfoque funcional-cognitivo, bem como na pesquisa (psico)linguística (KENEDY, 2014, 2015; MACHADO VIEIRA & ESTEVES, 2009). Tendo em vista que a língua, inevitavelmente, se estabelece num contexto social, no qual usuários – que têm intenções, se comunicam e interagem – estão imersos, utilizamos a abordagem da Gramática de Construções para a exploração e investigação das construções com verbo-

suporte *DAR*. E também recorreremos a um alinhamento desses enfoques com a Linguística Cognitiva, bem como, em certa medida, com a Psicolinguística, para a observação de registros (i) de percepção e atitude dos usuários da língua portuguesa frente aos estímulos linguísticos e (ii) de conceptualização que associam às perífrases aqui em análise, sem perder de vista a interligação intrínseca entre mente humana e linguagem.

No que se refere ao campo de estudos da Psicolinguística, levamos em consideração conceitos e orientações relacionadas à metodologia experimental, com a confecção de testes de percepção e de atitude linguística, cujo objetivo central é o de observar e descrever avaliações subjetivas, que se traduzem em comportamentos linguísticos, preferências, impressões, valores, reações (positiva/negativa/neutra), opiniões e julgamentos intuitivos de usuários do português do Brasil com relação à percepção dos polos formal-funcional dos padrões construcionais. De acordo com Esteves (2008), atitude linguística é “um estado mental de predisposição em relação a formas/estruturas linguísticas em um sistema”.

Já a Linguística Cognitiva será importante por sua perspectiva integradora, ao reiterar a associação entre linguagem, pensamento, sentimento/emoção, memória, percepção, experiência (corporal) de estar no mundo, crença, informação pragmática e cognição. Na produção e na recepção dinâmica de sentidos, parte-se da perspectiva do locutor como sujeito conceptualizador pertencente a uma determinada cultura, sociedade e comunidade multifacetada (influência exterior) para se alcançar a perspectiva de entendimento do interlocutor, o qual também faz parte igualmente de um ambiente sociocultural. No uso, a variação de significados emerge e tem de ser compartilhada entre falante e ouvinte para que a comunicação tenha sucesso. Além disso, valores sociais relacionados ao prestígio (aceitação) ou estigma (rejeição) por determinada forma linguística podem exercer influência na percepção, na preferência e na “escolha” individual.

No que se refere à abordagem da Gramática de Construções, destacamos a *construção* como um construto teórico central: trata-se da unidade básica da gramática (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001; CROFT & CRUISE, 2004), sendo composta por um pareamento simbólico de forma (aspectos prosódicos, fonético-fonológicos, morfológicos, morfossintáticos, sintáticos) e função (aspectos semânticos, discursivos, pragmáticos, cognitivos, sociais), podendo variar em relação ao tamanho e complexidade: de morfema a cláusula inteira e padrão ainda mais abstrato e sendo organizada em rede. Não há uma separação rígida entre léxico e gramática, o que há é um *construc-t-icon*, isto é, um grande léxico/inventário de (meta)construções (unidades representadas sob diferentes configurações formais; por exemplo, morfológicas, lexicais, (intra/supra)sentenciais). As metaconstruções

(MACHADO VIEIRA; WIEDEMER, 2019) são variantes construcionais, unidades desse inventário em variação por similaridade. Tendo em vista os diversos atributos presentes em cada polo da construção, bem como seu caráter abstrato, Fried (2004, p.7) assevera que a construção: “fornece um protótipo geral, multidimensional, que licencia expressões linguísticas bem formadas”. Além disso, ressalta que as construções “são também objetos cognitivos, pois elas estabelecem hipóteses e generalizações explicitamente formuladas sobre o conhecimento linguístico dos falantes”.

Tendo em vista que hipotetizamos que o valor modal, bem como a perspectiva intersubjetiva estão sendo cada vez mais associados às construções com verbo-suporte aqui em foco, é importante que explicitemos conceitos teóricos relacionados a esses valores. Com relação ao aspecto verbal, Castilho (2010) apresenta a seguinte consideração: “o aspecto verbal é uma propriedade da predicação que consiste em representar os graus do desenvolvimento do estado de coisas aí codificado, ou seja, as fases que ele pode compreender, e que integra o campo simbólico”. Já Comrie (1976) assevera: “aspects are different ways of viewing the internal temporal constituency of a situation”³. Segundo Vendler (1967), o aspecto marca o tempo interno de uma situação (tempo intrínseco ao verbo, independente da situação). Consoante Travaglia (1994, p. 47), “duração é a primeira noção semântica aspectual. Em oposição à duração, temos a não duração ou pontualidade que é o caso da situação cujo início e término ocorrem no mesmo instante ou separados por um lapso de tempo curto, de tal forma que a situação é concebida como pontual”. Assim, o aspecto não-durativo (pontual) é aquele “que se confina a um único momento linguisticamente estabelecido” (VENDLER, 1967).

Entendemos modalidade, com base em Raposo (2013), como a expressão, por meio de recursos e estratégias linguísticas, de atitudes subjetivas, crenças, conhecimentos, verdades, ideologias, opiniões do sujeito enunciativo sobre o conteúdo proposicional do enunciado produzido. Desse modo, quando um usuário da língua modaliza o seu discurso, ele leva em consideração o estado de coisas estabelecido e compartilhado na comunidade a que pertence e atualiza pragmaticamente esses valores em textos subjetivos permeados de inferências facilmente deduzíveis na interação locutor-interlocutor.

No domínio da modalidade epistêmica, a intersubjetividade se destaca. Em função do modo de perspectivização de um evento, pode haver focalização de um estado de coisas,

³ “aspectos são formas diferentes de ver a constituição temporal interna de uma situação” (COMRIE, 1976, tradução nossa).

predominantemente, de modo menos subjetivo, mais subjetivo ou, ainda, mais intersubjetivo (TRAUGOTT; DASHER, 2005). O ponto de vista menos subjetivo apresenta menos marcas pessoais do locutor. A perspectiva mais subjetiva, por outro lado, apresenta marcas explícitas da avaliação e da atitude do locutor em relação ao conteúdo proposicional, bem como a elementos do discurso. A conceptualização de um estado de coisas é mais intersubjetiva quando há uma preocupação e uma atenção maior ao interlocutor, como participante da interação sociocomunicativa e, nesse sentido, pode envolver, marcas de polidez (BROWN; LEVINSON, 1987). Tais modos de perspectivização são vistos como gradientes, podendo coocorrer, embora uma perspectiva sobressaia. Em nossa hipótese, consideramos que o modo intersubjetivo possa figurar em proposições envolvendo as construções de predicação com verbo-suporte ora analisadas.

Materiais e metodologia

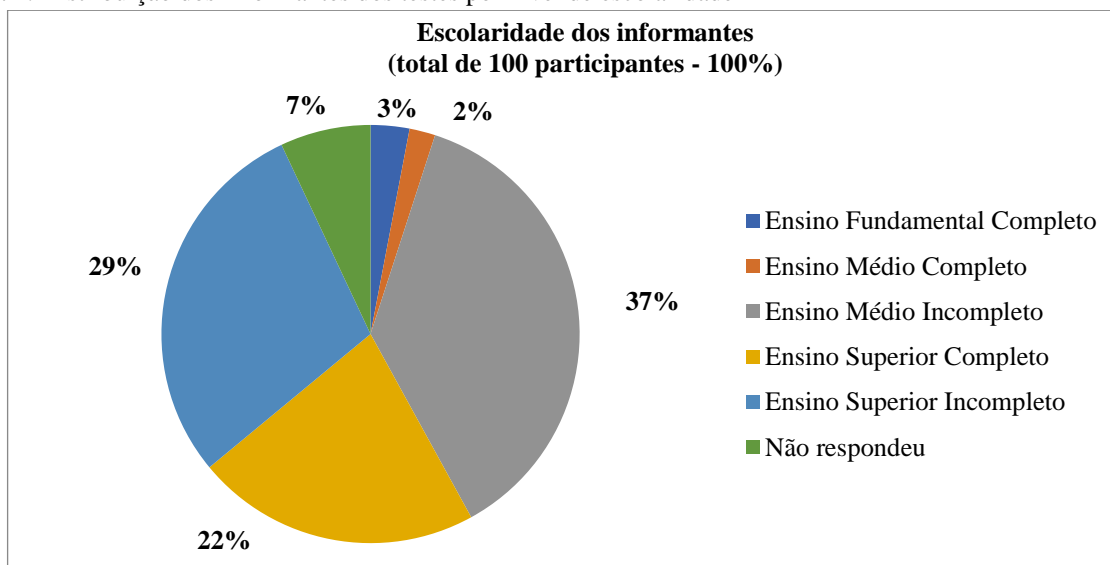
A análise dos dados oriundos de percepções tem um perfil não só quantitativo, mas também qualitativo. A análise quantitativa é importante, na medida em que, com ela, podemos observar características dos complexos verbo-nominais e identificar padrões recorrentes, bem como tendências e restrições. A análise qualitativa propicia reconhecer os valores envolvidos nas construções com verbo-suporte e verificar a possível influência de fatores contextuais e/ou co-textuais nas diversas possibilidades de sentido. A amostra de 291 dados de uso do português brasileiro é formada por trechos de textos escritos do domínio jornalístico, mais especificamente, do gênero textual *notícia*, retirados do acervo *online* do jornal O Globo, de 1925 a 2015.

A partir de trechos de textos com instanciações de construções com verbo-suporte do *corpus*, selecionamos contextos (de 1925 a 2015) que funcionariam como enunciados-estímulo nos testes de percepção e avaliação subjetiva. Optamos pela técnica experimental de medida *offline*, na qual há reflexão consciente do informante sobre o fenômeno alvo por tempo não definido previamente; ou seja, o respondente pode usar o tempo que achar necessário e as respostas captam o resultado do processamento linguístico. Houve teste de reação subjetiva, com solicitação de emissão de juízo de valor em relação às construções por parte do participante e teste de autoavaliação, com explicitação de qual forma o informante acredita que seria mais provável de ser usada por ele. A técnica usada foi a de questionários abertos (com resposta discursiva) e fechados (modelo de múltipla-escolha). Em alguns testes, havia também esquemas de categorização, escalas de diferenciação e preenchimento de lacunas. As pesquisas contavam com espaço para que o informante justificasse cada resposta,

se possível, e a opção *outro significado* para o caso de não haver a opção de sentido desejada nas opções fornecidas.

Ao todo, cem participantes, habitantes do Rio de Janeiro, responderam aos testes (no ano de 2015): dez informantes por teste (dez modelos, cf. primeira situação de cada teste nos anexos). Cada participante respondeu a apenas um teste em cerca de 20 minutos. O perfil dos respondentes é diverso, uma vez que são alunos (i) de duas turmas do Curso de Línguas Aberto à Comunidade (CLAC), projeto de extensão da UFRJ, (ii) de uma turma do primeiro ano do Ensino Médio (em torno de quarenta alunos) do Colégio QI da Tijuca, (iii) de uma turma de alunos de um curso de inglês da COPPEAD (UFRJ) e (iv) de alunos do curso de Letras da UFRJ que não tinham feito a disciplina de Morfossintaxe ainda (sem domínio do tema e do fenômeno em estudo). A faixa etária variou de catorze a sessenta anos, mas os participantes estavam na condição de estudante ao responder ao questionário. Os testes foram aplicados em sala de aula, foi dito aos participantes que não havia resposta certa e errada e que gostaríamos de contar com a opinião deles apenas. O gráfico a seguir ilustra o perfil de escolaridade dos respondentes:

Figura 1: Distribuição dos informantes dos testes por nível de escolaridade



Fonte: Autoral.

Três modelos têm *design* semelhante, porém com diferentes contextos-estímulos do *corpus*. O cabeçalho dos testes iniciava com a solicitação de informações do participante: nível de escolaridade, idade, cidade e bairro onde mora. Foi dito aos informantes que não havia resposta certa ou errada, que não havia necessidade de identificação nominal e que o objetivo da pesquisa era obter as opiniões e impressões deles sobre as formas em destaque nos

testes (perífrases verbo-nominais): *Gostaríamos de contar com sua participação (voluntária) num estudo que tem o propósito de mapear a nossa linguagem a partir das percepções de diferentes falantes. Queremos sua opinião a respeito das situações abaixo. Ao final dos testes, havia a confirmação de consentimento dos participantes acerca da disponibilização das respostas para a pesquisa: Então, autoriza-nos a contar com sua participação/opinião? () SIM () NÃO e espaço para crítica ou sugestão ao teste: Se desejar, anote aqui sua sugestão e/ou queixa em relação a esta consulta.* Ademais, optamos por não utilizar estímulos distratores para que as pesquisas não ficassem cansativas demais para os informantes e isso comprometesse sua atenção e disposição para responder. Então, foi feita a análise dos dados de avaliação subjetiva, obtidos via pesquisa experimental, de modo a observar a opinião e a percepção de usuários da língua portuguesa acerca do fenômeno.

Análise dos dados de avaliação subjetiva

Configuramos o primeiro modelo de teste de atitude com os objetivos de observar os sentidos associados às perífrases verbo-nominais e de analisar em que medida o co-texto e o contexto influenciariam para as diversas nuances de sentido. Nesse teste, destacamos a construção com verbo-suporte e demandamos que o informante escolhesse uma das opções de múltipla-escolha com o sentido que correspondesse, de acordo com a sua opinião, mais fielmente ao sentido da construção em análise. As opções eram formadas por predicadores simples e o respondente podia escrever outro sentido que não estivesse disponível nas opções. Além disso, também havia a possibilidade de marcar mais de uma opção. Segue uma situação do teste 1, bem como as respostas dos dez informantes (as mais frequentes estão na cor vermelha):

6) Olhos, para que os quero. Para ver, fixar, reconhecer, apreciar, *dar aquela piscadinha*, arregalar.

() concordar () piscar () paquerar () fechar e abrir rapidamente os olhos () afirmar que sim () fazer charme () outro sentido [neste caso, qual o sentido? _____]
Justificativa:

Quadro 1: Respostas de dez informantes para a situação 6 do teste 1

Concordar	0
Piscar	0
Paquerar	7
Fechar e abrir rapidamente os olhos	1
Afirmar que sim	0
Fazer charme	2
Outro sentido	- "O pronome 'aquela' indica que não é uma piscadinha qualquer, sugere uma paquera."

Fonte: Autoral.

Na situação 6, a maior parte dos participantes associou a microconstrução *dar aquela piscadinha* ao sentido de *paquerar*. Um respondente colocou a seguinte observação: o pronome 'aquela' indica que não é uma piscadinha qualquer, sugere uma paquera, o que reitera o valor modal e a perspectiva intersubjetiva em jogo. O pronome aquele(a), que é um dos recursos acionados para codificar gradação (avaliação do mundo) que Vieira & Machado Vieira (2008) descrevem, alinha-se ao matiz avaliativo frequentemente associado ao predicador. Em geral, as respostas de associação dos usos de predicadores complexos às opções indicadas nas diferentes situações desse teste permitiram a seguinte conclusão: tendência de associação dos usos dessas construções a valor modal e à perspectiva intersubjetiva⁴.

Formulamos o teste 2 com a finalidade de observar qual seria a *escolha*, preferencial ou exclusiva, dos participantes dentre as opções com verbo-suporte e verbo simples cognato disponíveis para preenchimento da lacuna em cada situação. Caso houvesse marcado mais de uma alternativa, era solicitado que o informante as dispusesse em um *continuum* de semelhança. Desse modo, seria possível observar o grau de comparabilidade funcional entre elas a partir do ponto de vista de usuários da língua. A seguir, há uma situação do teste 2 com as respectivas respostas dos respondentes.

- 3) O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), de 79 anos, _____
na tarde desta terça-feira no serviço médico.
a) () deu entrada b) () deu uma entradela c) () deu uma entradinha
d) () fez entrada e) () fez uma entradinha f) () entrou

Quadro 2: Respostas de dez informantes para a situação 3 do teste 2

Deu entrada	10
Deu uma entradela	0
Deu uma entradinha	0
Fez entrada	1
Fez uma entradinha	0
Entrou	3

Fonte: Autoral.

Na situação 3, todos os participantes marcaram a microconstrução *dar entrada* como sendo possível nesse contexto. Acreditamos que a *escolha* unânime por essa construção se justifique, na medida em que ela possui um alto grau de ligação interna entre seus elementos constituintes, o que a torna uma expressão já cristalizada, não-composicional e convencionalizada socialmente. Ainda com relação a essa situação, um dos informantes comentou uma possível diferença entre o predicador simples e o predicador complexo: *deu*

⁴ Detalhamentos sobre os resultados encontram-se em Travassos (2016).

entrada = receber serviço médico e *entrou* = começou a exercer serviço médico. De modo geral, nesse teste, em cada situação, todos ou muitos informantes marcaram a mesma opção específica preferencialmente ou até mesmo categoricamente como a (mais) adequada para o contexto determinado, o que revela a associação que os falantes fazem com relação à frequência de usos de construções a uma situação de comunicação (re)conhecida, fruto da interligação do conhecimento enciclopédico ao conhecimento da própria língua.

Com o teste experimental 3, objetivamos observar qual era a avaliação dos participantes com relação ao próprio uso linguístico das perífrases verbo-nominais, ou seja, se *certamente* usariam, *talvez*, *difícilmente* ou *jamais* usariam. Na situação 3 do teste 3 (cf. segue), 90% dos informantes indicaram que *certamente* usariam a forma *dar uma olhada*, o que revela uma predileção nesse contexto. Tal conclusão se revelou de forma semelhante nas outras situações do teste. De modo geral, os participantes indicaram que *certamente* usam (é possível e preferível o uso de) construções com verbo-suporte *DAR* (com ou sem artigo, com ou sem diminutivo) nos contextos apresentados. Além disso, raramente demonstraram preferência pelo uso do predicador simples ou pela construção com verbo *FAZER* nas situações do teste.

- 3) Duas galerias de screenshots bem didáticas mostram como lidar com a segurança nos browsers Internet Explorer e Mozilla Firefox. Vale a pena _____.
- a) dar olhada b) dar uma olhadinha c) dar uma olhada d) dar uma olhadela e) olhar**

Os modelos dos testes 4 e 9 são semelhantes, mas apresentam enunciados-estímulo diferentes. Optamos por desmembrar em duas versões para que um teste não ficasse muito longo e *cansativo* para os participantes (embora cada participante tenha respondido a apenas um teste). Para cada situação (tanto do teste 4 quanto do teste 9), era solicitado ao informante que escrevesse uma palavra ou expressão com sentido aproximado ao da construção destacada. A seguir, há cinco situações do teste 4 (12, 13, 14, 19 e 20) acompanhadas das respostas dos participantes, a título de ilustração. Observamos que, a depender do contexto/da situação comunicativa, há um sentido diferente. As instanciações das microconstruções *dar uma esticada*, *dar uma esticadela*, *dar uma esticadinha*, *dar uma esticada* e *dar uma esticada*, acionam, respectivamente (em 12, 13, 14, 19 e 20), nos contextos selecionados, os sentidos de *operação plástica*, *distorção da verdade*, *movimento* (tal como o verbo simples *ir*), *melhora na posição no ranking* e de *esticar*. Embora haja associação dessas construções à mesma mesoconstrução, elas apresentam valores diversos dependendo do contexto em que estão.

Assim, ficou evidente nesses testes que todas as situações revelam a importância do contexto semântico, discursivo, pragmático, cognitivo e social.

12) Meu pai era muito vaidoso. Ele fez até plástica para *dar uma esticada* no rosto. Nunca tive nenhum talento musical. Dele devo ter herdado então a vaidade. Adoro me maquiar, tirar foto.

Quadro 3: Respostas de dez informantes para a situação 12 do teste 4

1) Dar uma melhorada	6) Reduzir as rugas
2) Espichar	7) Dar uma revigorada
3) Mudar algo	8) Melhorar
4) Melhorar a pele	9) Rejuvenescer
5) Ficar mais novo	10) Melhorar

Fonte: Autoral.

13) Alguém poderia perguntar: “Que mal há numa mentirinha, em *dar uma “esticadela”* na verdade?” A desonestidade é dolorosa, não só para a pessoa que está sendo enganada, mas também para a que engana.

Quadro 4: Respostas de dez informantes para a situação 13 do teste 4

1) Dar uma amenizada	6) Dar uma disfarçada
2) Dar uma esticadinha	7) Recriar
3) Acrescentar um ponto	8) Inventar
4) Prolongar	9) Modificar
5) Dar uma desviada	10) Enganar

Fonte: Autoral.

14) Neste fim de semana, quando você for visitar o Barra Shopping, *dê uma esticadinha* até Santa Monica e conheça o outro grande sucesso da Barra. Um bairro planejado para o novo estilo de viver que surge na cidade.

Quadro 5: Respostas de dez informantes para a situação 14 do teste 4

1) Dê uma passadinha	6) Vá até
2) Dê uma passadinha	7) Dar um rolé
3) Vá	8) Vai
4) Dar uma passada	9) Vá
5) Vá rapidinho	10) Prorrogar

Fonte: Autoral.

19) Não me preocupa, porque tenho muita confiança no que está sendo feito e tenho certeza que o Botafogo daqui a pouco vai *dar uma esticada*. A diferença de pontos está pequena, e essa oscilação no campeonato acontece, comentou o treinador.

Quadro 6: Respostas de dez informantes para a situação 19 do teste 4

1) Subir no placar	6) Subir de posição
2) Dar uma aumentada	7) Subir
3) Vai voltar	8) Melhorar
4) Avançar	9) Subir
5) Ter uma melhora	10) Voltar a vencer

Fonte: Autoral.

20) Escolha um lugar no corredor, em caso de voos longos. É mais fácil sair para ir ao banheiro, ou *dar uma esticada* nas pernas, sem ter de acordar os passageiros ao lado ou ter de saltar sobre eles em manobras arriscadas e ridículas.

Quadro 7: Respostas de dez informantes para a situação 20 do teste 4

1) Dar uma alongada	6) Esticar
2) Dar uma alongada	7) -----
3) Alongar	8) Esticar
4) Alongar as pernas	9) Descansar
5) Dar uma mexida	10) Atividade

Fonte: Autoral.

Tal como os modelos 4 e 9, os modelos dos testes 5 e 6 são semelhantes, porém com enunciados-estímulo diferentes. O enunciado solicitava que o informante indicasse qual característica (*provável, duradouro, completo, repetido no tempo, duvidoso, habitual, dinâmico, superficial, possível e suave*) ele julgava estar mais fortemente associada ao evento descrito pela construção com verbo-suporte (ação, processo, estado, experiência) e o grau de intensidade dessas características: *muitíssimo, mais, relativamente, pouco e nada*. A seguir, há a situação 4 (teste 5) como exemplificação. Conforme observamos nos comentários de alguns informantes, há a percepção de que o uso de *dar uma olhadelazinha* está a serviço da marcação da noção de aspecto não-durativo, uma vez que se refere a um *olhar breve e superficial*. Em 4, há o contexto do trabalho. Desse modo, tendo em vista o momento de atenção, de cuidado e de responsabilidade emersos e requeridos pelo contexto em questão, a *olhada* (no jogo) teria de ser, necessariamente, breve. Ademais, no co-texto, há uma expressão adverbial que reforça a noção de brevidade do estado de coisas: *de vez em quando*. Nesses testes, em geral, os informantes associaram os valores revelados pelos usos das construções em cada situação, em função do co-texto linguístico e do contexto de comunicação.

4) Apesar de sair do trabalho às 18.30h apenas posso *dar uma olhadelazinha ao jogo* de vez em quando no meu celular. [PB, *Jornal online*, www.oglobo.globo.com]

Quadro 8: Comentários de dois informantes sobre respostas dadas para a situação 4 do teste 5

Comentários de dois informantes:

- 1) “Quando se lê essa frase, percebe-se que olhar o jogo será uma ação extremamente superficial, uma vez que o jogo deverá ser assistido rapidamente.”
- 2) “Momentâneo e superficial, porque ele está trabalhando e repetido no tempo conforme se deduz da expressão ‘de vez em quando’”.

Fonte: Autoral.

Os testes de atitude 7 e 8 (modelos semelhantes com exemplos diferentes) foram elaborados com vistas a analisar quais características os usuários da língua associam aos

enunciadores das construções complexas (*escolarizado, simpático, eloquente, formal, cuidadoso, superficial, habilidoso* ou *sutil*) e com que intensidade (*muitíssimo, mais, relativamente, pouco* e *nada*). A situação 8 que segue exemplifica um contexto do teste 7. Nesse exemplo, observando as opções marcadas pelos respondentes, percebemos que a interferência do co-texto fica evidente quando metade dos informantes associa o produtor do enunciado com *dar uma facada* como *mais escolarizado* e *mais formal* e 60% dos informantes atribuem ao enunciador as características *mais eloquente* e *mais habilidoso*, por influência do uso de ênclise (*dando-lhe*) e de mesóclise (*ter-lhe-á*) no entorno linguístico, que revelam um grau maior de monitoração da linguagem. Por outro lado, acreditamos que a maior parte dos participantes (60%) tenha marcado as opções *pouco simpático* e *pouco sutil* e 40% tenham indicado a opção *pouco superficial*, por interferência do contexto, ou seja, por acreditarem que o ato de dar uma facada em outra pessoa consiste em uma ação violenta, pouco sutil, uma vez que causa um ferimento nada superficial e pela crença de que a pessoa que o fez não é nada simpática. Padrões de associação como esse foram captados em todas as situações dos testes.

8) No meio de mais uma discussão, ele *ter-lhe-á* atirado o vinho que tinha num copo e ela respondeu *dando-lhe uma facada* no abdômen, num movimento ‘rápido e violento’. [PB, *Jornal online*, www.oglobo.globo.com]

Quadro 9: Distribuição e percentual de respostas marcadas para a situação 8 do teste 7

	+		+ -		-	
	Muitíssimo	Mais	Relativamente	Pouco	Nada	
Escolarizado	2	5 50%	2	1		
Simpático		1	1	6 60%	1	
Eloquente	2 20%	6 60%	1	1		
Formal	1	5 50%				3
Cuidadoso	1	1	2	2		2
Superficial	1	1	1	4 40%		2 20%
Habilidoso		6 60%	1	1		1
Sutil			1	6 60%		3 30%

Fonte: Autoral.

Com o teste 10, objetivamos investigar a percepção dos informantes acerca de qual estrutura seria mais adequada ao contexto (múltipla-escolha) e qual seria a intenção comunicativa dos enunciadores ao utilizarem tais estruturas em cada situação (curta resposta

discursiva). A seguir, ilustramos com a situação 9 do teste 10, seguida das respostas dos participantes. Nesse contexto, a maioria dos informantes marcou a opção *pintar* como a mais adequada para preenchimento da lacuna. Na sentença original, a frase era preenchida pela construção *dar uma pintadela* (opção considerada apenas por um informante). Acreditamos que a opção preferencial pelo predicador simples se deve ao paralelismo com outros verbos no infinitivo do entorno, como *retirar* e *fazer* e também devido à referência a uma autoridade pública (papel social) na descrição da situação: o governador, o qual remete à formalidade maior da situação e, portanto, a uma associação do verbo simples a uma situação mais formal e mais culta e, por outro lado, o complexo verbo-nominal à informalidade. Já outros participantes, indo na direção contrária, responderam que a forma verbal simples seria uma maneira menos complicada para o direcionamento à população. Esse perfil de resposta associado aos participantes do evento comunicativo, isto é, à intenção do locutor e à interpretação do interlocutor, foi captado em todas as situações fornecidas no teste.

9) (Situação: *Governador* dá satisfação à população da utilização da verba pública.)
 É uma verba que servirá para retirar os andaimes e escoras, _____ e fazer pequenos arranjos. (teste 10)

Quadro 10: Respostas de dez informantes para a situação 9 do teste 10 e justificativas

(a) Dar uma pintadinha	1
(b) Uma pintadela dar	0
(c) Dar uma pintadinha	1
(d) Uma pintada dar	1
(e) Dar uma pintadela	1
(f) Uma pintadinha dar	0
(g) Pintar	7
Justificativas de informantes para a marcação da opção (g):	
1) Mais culta, em se tratando de uma figura política	
2) Se explicar com a população	
3) Passar de modo simples a informação	
4) Ser formal	

Fonte: Autoral.

Discussão dos resultados e considerações finais

Os resultados revelam que tanto o contexto semântico, discursivo, pragmático, cognitivo e social quanto o co-texto linguístico influenciaram nas diversas possibilidades de interpretação dos sentidos. Isso revela como é urgente que a contextualidade seja também um parâmetro explorado nas investigações construcionistas, que se voltam aos parâmetros esquematicidade, produtividade e composicionalidade. Além disso, o valor preponderante é o modal, bem mais recorrentemente associado às construções com verbo-suporte *DAR* (enquanto operador de elementos não-verbais do tipo (um(a)) X-[a/i]da, (um(a)) X-[a/i]dinha,

(um(a)) X-adela e (um(a)) X-(z)inh[o/a]) atualmente do que o valor aspectual não-durativo, havendo, portanto, uma convencionalização social. Assim, observamos que várias outras relações de sentido se atualizaram e, até mesmo, se sobrepuseram à de aspecto, normalmente referida quando se pensa nesse tipo de construção de predicação.

À luz da Linguística Funcional-Cognitiva, da Gramática de Construções e de metodologia da Psicolinguística, observamos registros feitos por falantes brasileiros sobre o comportamento linguístico relacionado ao fenômeno que é detectado em notícias jornalísticas. Os participantes de pesquisa experimental, por vezes, associam determinadas perífrases ao aspecto não-durativo (pontual), ou seja, à brevidade do estado de coisas, porém, há, pelo menos atualmente, uma tendência grande a relacionar essas construções à noção de modalização, como uma estratégia argumentativa de persuasão e de construção de relação polida com o interlocutor. (Inter)subjetividade parece ser a força discursivo-pragmática a mobilizar o acionamento estratégico dos padrões construcionais com verbo-suporte analisados na construção dos contornos sociocomunicativos.

Portanto, a contribuição desta pesquisa reside na reflexão que provoca acerca da consideração da relação entre contextualidade e os demais parâmetros envolvidos numa construção (TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013) e de um recurso linguístico disponível na língua portuguesa (variedade brasileira): complexos verbo-nominais. Desse modo, com o conhecimento de seu funcionamento formal-funcional, bem como com a conscientização de seus efeitos, como estratégia para alcançar o interlocutor, é possível uma externalização consciente e produtiva na interação sociocomunicativa, o que nos torna mais competentes na relação locutor-interlocutor e mais expressivos, uma vez que, com esse recurso, produzimos diversos valores, sentidos e perspectivas de conceptualização dos eventos do mundo.

Referências

- ABRAÇADO, J.; KENEDY, E. **Transitividade traço a traço**. Niterói: Eduff, 2014.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. **Politeness**: Some universals in language usage. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.
- COMRIE, B. **Aspect**. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.
- CROFT, W. **Radical construction grammar**: syntactic theory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CROFT, W.; CRUSE, A. D. **Cognitive linguistics**. Cambridge: University of Cambridge Press, 2004.

ESTEVES, G. A. T. **Construções com DAR + Sintagma Nominal: a gramaticalização desse verbo e a alternância entre perífrases verbo-nominais e predicadores simples**. 2008. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FASOLD, R. **The Sociolinguistics of society**. Vol. I. New York, USA: B. Blackwell, 1987, p. 147-179.

FRIED, M.; ÖSTMAN, J. Construction Grammar: A thumbnail sketch. In: FRIED, M.; ÖSTMAN, J.-O. (Eds.). **Construction grammar in a cross language perspective**, 2004.

GOLDBERG, A. **Constructions: A Construction Grammar Approach to Argument Structure**. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

GOLDBERG, A. **Constructions at work: the nature of generalization in language**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONZALEZ-MARQUEZ, M. *et al.* **Methods in cognitive linguistics**. Amsterdam, John Benjamins, 2006.

KENEDY, E. Curso básico de linguística gerativa. São Paulo: Contexto. **Sintaxe e computações sintáticas**, p. 177-208, cap. 8, 2013.

KENEDY, E. Psicolinguística na descrição gramatical. In: MAIA, M. (Org.). **Psicolinguística, psicolinguísticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, p. 143-156, 2015.

MACHADO VIEIRA, M. S.; ESTEVES, G. A. T. **Metodologia de avaliação subjetiva de usos linguísticos em variação**. Neue Romania, Variação Linguística em Megalópoles Latino-Americanas, 39, Série do Instituto de Filologia Românica da Universidade de Berlin, Lincom GmbH, p. 237-266, 2009.

MACHADO VIEIRA, M. S.; WIEDEMER, M. L. Sociolinguística Variacionista e Gramática de Construções: os desafios e as perspectivas de compatibilização. In: MACHADO VIEIRA, M. S.; WIEDEMER, M. L. **Dimensões e experiências em sociolinguística**. Rio de Janeiro: Blucher, 2019. p. 85-120.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2000.

RAPOSO, E. B. P.; BACELAR DO NASCIMENTO, M. F.; MOTA, M. A. C.; SEGURA, L.; MENDES, A. (Coords.). **Gramática do português**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, XLVII+XXIII+2409, p. 2013.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and construction changes**. Great Britain: Oxford University Press, 2013.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal do português: a categoria e sua expressão**. 3. ed. Uberlândia. E: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

TRAVASSOS, P. F. **Construções com verbo-suporte DAR: indicação de aspecto e/ou outro valor?** Monografia de fim de curso. Faculdade de Letras. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2016.

VENDLER, Z. **Linguistics in philosophy**. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1967.

VIEIRA, S. R.; MACHADO VIEIRA, M. S. A expressão de grau: para além da morfologia. **Cadernos de Letras da UFF**, n. 34, p. 63-83, 2008.

O Globo. Rio de Janeiro. Disponível em: www.oglobo.globo.com. Acesso em: 18 dez. 2018.

Anexo

TESTE 1

Escolha a(s) opção(ões) que corresponda(m) melhor ao SENTIDO da expressão sublinhada. Se achar que mais de uma é adequada, marque-as. Se possível, justifique a(s) seleção(ões) feita(s) e/ou diga por qual motivo não escolheu as outras opções. Caso opte por “outro sentido”, diga qual o sentido diferente que você percebe.

1) D. Adalgisa Nery Fontes, que vem trabalhando tanto para o Menor Abandonado, podia, já que está com a mão na “massa”, **dar uma olhadela** (n)esses menores, abandonados pelo poder público.

- conferir olhar prestar atenção experimentar espiar examinar espreitar
 outro sentido [neste caso, qual o sentido? _____]

Justificativa:

TESTE 2

Leia, com atenção, cada uma das 9 situações a seguir.

Marque, com X, a resposta (ou as respostas) que, na sua avaliação, se relaciona(m), com maior precisão de significado, a cada situação. Se achar que mais de uma alternativa é possível, assinale mais de uma. Se achar que todas são possíveis, marque todas.

Ao lado de “Justificativa:”, diga, se possível, o motivo que o levou a marcar o que marcou ou diga por que não marcou as outras opções.

Que expressão(ões) cabe(m) nas lacunas dos trechos abaixo?

1) Fora da capital, Pezão gosta de _____ nos fins de semana a Paraty, Mauá, uma noite no antigo lar. Maria Lúcia gosta do apartamento do Leblon. E é a primeira-dama quem puxa o governador para dar umas voltas.

- a) dar uma escapada b) dar uma escapadela c) dar uma escapadinha
d) fazer uma escapadela e) fazer uma escapada f) fazer uma escapadinha g) escapar

Justificativa:

Se tiver marcado mais de uma alternativa de resposta, indique, na escala de parentesco de significado na tabela abaixo, como se apresentam, entre si, as respostas marcadas com X. Basta usar, nessa indicação (no preenchimento da tabela abaixo), as letras que correspondem às respostas.

+ Muitíssimo parecida(s)	mais parecida(s)	± parecida(s)	pouco parecida(s)	- Nada parecida(s)

TESTE 3

Leia, com atenção, cada uma das 9 situações a seguir.

Com base no sentido sugerido em cada trecho de texto e também no uso que efetivamente fazemos do Português, associe cada alternativa oferecida a uma avaliação de uso (na primeira coluna da tabela), preenchendo a segunda coluna da tabela com as letras que correspondem às alternativas linguísticas em jogo. Se quiser, pode relacionar uma mesma alternativa a mais uma avaliação. Na última coluna, diga, se possível, o motivo que o levou a cada associação (entre avaliação e alternativa(s)).

Que expressão(ões) tenderia ou não a usar em cada situação?

1) (Zoológico) Para suprir essa deficiência, médicos, veterinários, dentistas, ligados a entidades preservacionistas dedicam seus fins-de-semana- sem nada receber- para cuidar e tratar deles. Por isso é comum no parque encontrar o dentista Luís Paulo Sacco, que, quando pode, _____ do seu consultório para ajudar no tratamento dos animais doentes.

- a) dá escapada b) dá uma escapada c) dá uma escapadela d) dá uma escapadinha
 e) faz uma escapadela f) faz uma escapada g) faz uma escapadinha h) escapa

No contexto acima,	Que alternativas?	Por quê?
Certamente usaria		
Talvez até usasse		
Difilmente usaria		
Jamais usaria		

TESTE 4

Leia, com atenção, cada uma das 21 situações a seguir. Em seguida, substitua cada uma das formas verbais em negrito por verbo ou expressão que exprima sentido equivalente/parecido ao que cada uma delas revela em cada trecho.

A que sentido cada expressão em negrito em cada contexto corresponde?

Contexto	Forma com sentido equivalente
1) Mesmo sabendo do pouco tempo que temos até a entrega do trabalho escrito, o professor disse: “Ainda assim, as ideias são tantas – e tantas delas boas – que vale a pena dar uma olhadela .”	1)

TESTE 5

Leia, com atenção, cada uma das 11 situações a seguir e analise as expressões em destaque (em negrito), marcando com X a coluna correspondente ao seu significado.

Numa das colunas de cada tabela, localize, marcando com X, o sentido mais fortemente sugerido por cada expressão em negrito. Observe que cada coluna representa um grau diferente do sentido em exame, começando do valor mais forte, na primeira coluna, até o mais fraco do sentido na última.

Se achar que mais de uma alternativa de sentido (indicado em cada linha da tabela) é possível, assinale X em mais de uma linha. Se achar que todas são possíveis, marque X em todas as linhas. Sempre de acordo com o valor mais ou menos forte do sentido em exame em cada linha. Se considerar que nenhuma das opções indica exatamente o sentido, acrescente o sentido que você percebe ao lado de “Outro significado:”.

Ao lado de “Justificativa:”, diga, se possível, o motivo que o levou a marcar o que marcou ou diga por que não marcou as outras opções.

Que sentido(s), no evento descrito (ação, processo, estado, experiência), cada uma das expressão(ões) sublinhadas nos trechos abaixo sinaliza mais fortemente?

1) Mesmo sabendo do pouco tempo que temos até a entrega do trabalho escrito, o professor disse: “Ainda assim, as ideias são tantas – e tantas delas boas – que vale a pena **dar uma olhadela**.”

Evento				
+		±		-
Muitíssimo	mais	relativamente	pouco	nada
provável				provável

duradouro				duradouro
completo				completo
repetido no tempo				repetido no tempo
duvidoso				duvidoso
habitual				habitual
dinâmico				dinâmico
superficial				superficial
possível				possível
suave				suave

Outro significado:

Justificativa:

TESTE 6

Teste semelhante ao teste 5, porém com estímulos diferentes.

TESTE 7

Leia, com atenção, cada uma das **11 situações** a seguir e marque, com X, a coluna correspondente à caracterização de quem fala cada trecho.

Cada linha revela uma característica diferente de quem fala cada trecho. E cada coluna representa um grau diferente dessa característica em exame, começando do valor mais forte, na primeira coluna, até o mais fraco dessa característica na última.

Que características tem o falante de cada trecho abaixo?

1) Mesmo sabendo do pouco tempo que temos até a entrega do trabalho escrito, o professor disse: “Ainda assim, as ideias são tantas – e tantas delas boas – que vale a pena **dar uma olhadela.**”

Evento				
+ Muitíssimo	mais	\pm relativamente	pouco	- nada
escolarizado				escolarizado
simpático				simpático
eloquente				eloquente
formal				formal
cuidadoso				cuidadoso
superficial				superficial
habilidoso				habilidoso
sutil				sutil

Percebeu outra característica?

TESTE 8

Teste semelhante ao teste 7, porém com estímulos diferentes.

TESTE 9

Leia, com atenção, cada uma das 16 situações a seguir. Em seguida, substitua cada uma das formas verbais em negrito por verbo ou expressão que exprima sentido equivalente/parecido ao que cada uma delas revela em cada situação.

A que sentido cada expressão em negrito em cada contexto corresponde?

Contexto	Sentido
1) Ainda assim, as ideias são tantas – e tantas delas boas – que vale a pena dar uma	1)

olhadela.

TESTE 10

Analise cada situação proposta abaixo e, então, marque a(s) alternativa(s) de resposta que mais adequadas são à intenção comunicativa do emissor do texto que você percebe em cada trecho. Se achar que mais de uma é adequada, marque mais de uma alternativa. Ao final de cada análise, diga qual é a intenção comunicativa que percebeu em cada trecho.

Que intenção(ões) sobressai(em) em cada trecho abaixo? Que alternativa(s) preencheria(m) mais adequadamente cada lacuna?

1- (**Situação:** Pedro e Maria conversam. Pedro critica um jornal, enquanto Maria o defende.)

Maria: Ainda assim, as ideias são tantas – e tantas delas boas – que vale a pena

Que alternativa seria mais adequada?	Para que intenção comunicativa?
(a) dar uma olhada	(a)
(b) dar uma olhadela	(b)
(c) dar uma olhadinha	(c)
(d) dar uma olhadelazinha	(d)
(e) dar uma boa olhada	(e)
(f) dar aquela olhada	(f)
(g) olhar	(g)

Sobre as autoras

Pâmela Fagundes Travassos (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-0683-9742>)

Doutoranda, bolsista da CAPES, no Programa de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestra em Língua Portuguesa (Letras Vernáculas) pela mesma instituição; especialista em Língua Portuguesa pela Universidade Federal Fluminense (UFF); licenciada em Letras - Português-Literaturas pela UFRJ.

Marcia dos Santos Machado Vieira (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-2320-5055>)

Doutora e mestra em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); graduada em Letras - Português/Inglês pela mesma instituição. É professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFRJ.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

Transitividade em definições de dicionários escolares: análise dos tipos de processos em verbetes sobre homossexuais masculinos

Transitivity in definitions of school dictionaries: analysis of process types in entries about male homosexuals

Hugo Leonardo Gomes dos Santos¹
Antônio Luciano Pontes²
Pedro Henrique Lima Praxedes Filho³

Resumo: Nosso objetivo nesta pesquisa foi investigar os padrões de transitividade encontrados nos verbetes relacionados a homossexuais masculinos em dicionários escolares tipo 3. Compusemos um *corpus* que apresenta 40 ocorrências de 11 entradas extraídas de cinco dicionários: Bechara (2011), Ferreira (2011), Geiger (2011), Ramos (2011) e Saraiva e Oliveira (2010). As definições selecionadas foram analisadas de acordo com os tipos de Processos da Linguística Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Os dados apresentam a seguinte distribuição geral: 45 (78,9%) Processos relacionais, 6 (10,5%) Processos comportamentais, 5 (8,8%) Processos mentais e 1 (1,8%) Processo material. Essa distribuição pode ser influência do gênero textual sobre as escolhas lexicogramaticais dos autores. No entanto, as escolhas dos Participantes ilustram os preconceitos, as pressões sociais e as lutas pela dignidade das pessoas LGBTQ+.

Palavras-chave: Tipos de Processo. Verbetes. Homossexualidades.

Abstract: Our objective in this research was to investigate the transitivity patterns found in the entries related to male homosexuals in type 3 school dictionaries. We composed a *corpus* that contains 40 occurrences of 11 entries extracted from five dictionaries: Bechara (2011), Ferreira (2011), Geiger (2011), Ramos (2011) and Saraiva & Oliveira (2010). The selected definitions were analyzed according to the types of Processes of Systemic-Functional Linguistics (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). The data have the following general distribution: 45 (78.9%) relational Processes, 6 (10.5%) behavioral Processes, 5 (8.8%) mental Processes and 1 (1.8%) material Process. This distribution may be an influence of the genre on the lexicogramatical choices of the authors. However, the choices of Participants illustrate prejudices, social pressures, and struggles for the dignity of LGBTQ+ people.

Keywords: Types of Process. Entry. Homosexualities.

¹ Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística; Secretaria Municipal de Educação, Fortaleza, CE, Brasil. Endereço eletrônico: prof.hugoleo13@gmail.com.

² Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Instituto de Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras; Mestrado Profissionalizante de Letras, Pau dos Ferros, RN, Brasil. Endereço eletrônico: pontes321@hotmail.com.

³ Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, CE, Brasil. Endereço eletrônico: pedro.praxedes@uece.br.

Introdução

Os feminismos, as sexualidades, as homossexualidades e as masculinidades são temas recorrentes em discussões atuais, tanto no ambiente acadêmico quanto fora dele. Nesse contexto, o conceito de gênero social e de orientação sexual ganham notoriedade, devido à grande quantidade de expressões possíveis da sexualidade humana. O gênero social estaria relacionado a nossa identificação com esse ou aquele ou a nenhum gênero e, a partir daí, a como performamos essa identificação, que é a forma visível aos outros membros da sociedade da identificação, o que independe da genitália atribuída no nascimento. Já a orientação sexual estaria relacionada a aspectos biopsicológicos do desejo de se relacionar com os outros.

Por serem temas complexos, existem trabalhos em diferentes áreas tratando sobre esses assuntos, como Butler (2010), nas Ciências Sociais e Filosofia, Carvalho (2012), na Comunicação Social, e Albuquerque Júnior (2013), na História. Sob o ponto de vista linguístico, existem alguns trabalhos, principalmente em Análise do Discurso, que apresentam discussões sobre temas relacionados à sexualidade humana, como Chaves (2011) e Pontes e Santos (2014). Porém, é interessante pensar também como as sexualidades são encaradas em textos sob o ponto de vista de suas características linguísticas e não apenas discursivas.

Neste trabalho, assumimos essa tarefa de abordar as características linguísticas em dado tipo de texto, o verbete lexicográfico, que trata das questões da sexualidade. Ademais, um trabalho que se propõe a tratar da definição de um aspecto tão complexo e fluido da experiência humana precisa necessariamente recorrer a uma teoria que contemple os aspectos sociais envolvidos na codificação linguística. Dessa forma, nosso trabalho adota o referencial teórico da Linguística Sistêmico-Funcional da Escola de Sidney. Essa escola propõe que a língua seja compreendida como processo de construção de significados em sociedade, pois a língua está intimamente ligada ao sistema social, visto que existe uma relação de ativação/realização e de construção/realização entre o contexto de situação (social), parte do contexto mais amplo da cultura, e os sistemas internos à língua (PRAXEDES FILHO, 2010).

Nosso objetivo foi investigar os padrões de transitividade encontrados nos verbetes relacionados a homossexuais masculinos em dicionários escolares tipo 3, evidenciando os Processos utilizados pelas obras em análise para significar os homossexuais masculinos. A homossexualidade, apesar de ser uma orientação sexual, apresenta uma natureza definitória relacionada também ao gênero social, pois há homens homossexuais transgênero. Portanto, a natureza definitória tem uma dimensão bio-psico-social. Assim, sendo, nossa hipótese de pesquisa aponta para uma maior utilização de Processos materiais, devido ao caráter social que envolve as discussões atuais sobre gênero e sexualidade, bem como de Processos mentais

e comportamentais, evidenciando o caráter ambivalente da homossexualidade – mundo interno, devido aos aspectos da orientação do desejo sexual e afetivo, e mundo externo, devido à construção social de gênero.

Este artigo se encontra dividido em cinco seções, sendo esta introdução a primeira. A segunda seção trata da fundamentação teórica, em que discutimos aspectos relacionados à transitividade, ao dicionário e à definição. A terceira seção apresenta aspectos metodológicos referentes ao desenvolvimento da pesquisa. A quarta seção apresenta os dados levantados e as discussões sobre os tipos de Processos encontrados e sua distribuição no *corpus*. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais, seguidas das referências utilizadas.

Pressupostos teóricos

No âmbito da LSF, é através dos significados ideacionais-experienciais ou da metafunção ideacional-experiencial que as pessoas conseguem observar o entorno e seu mundo interior, refletir sobre eles e representar as experiências cotidianas que acontecem tanto no entorno quanto no mundo interno, o que é feito sempre de modo subjetivo ou histórica, cultural e ideologicamente situado. As representações da experiência humana são lexicogramaticalmente realizadas na hierarquia da oração que compõe o texto, através do sistema lexicogramatical de TRANSITIVIDADE. No que diz respeito a esse sistema, a oração é, então, vista como representação de uma experiência de uma ou mais pessoas no mundo social.

Segundo Lipson (2004, p. 46), “[a]s experiências [...] do mundo são compostas de ações, eventos, coisas que acontecem com pessoas ou com coisas (Participantes) envolvidas”⁴, com cada oração de um texto contendo uma figura experiencial representada, composta pelos seguintes elementos: um Processo (realizado pelo grupo verbal), seus Participantes (realizados por grupos nominais) e as Circunstâncias (realizadas por grupos adverbiais e frases preposicionadas) nas quais os Processos ocorrem. Existem três tipos de Processos considerados primários, pois, através deles, representamos nossas experiências no mundo exterior, interior e estabelecemos relações entre fragmentos de nossa experiência. São eles: os materiais, que dizem respeito às ações e acontecimentos (mundo exterior); os mentais, que dizem respeito aos pensamentos, aos conhecimentos, às percepções, às emoções e aos desejos (o mundo interior); e os relacionais, que dizem respeito à identificação ou à atribuição de características às pessoas ou às coisas (mundo experiencial).

⁴ As traduções dos trabalhos de Lipson (2004), Halliday e Matthiessen (2014) e Matthiessen, Teruya e Lam (2010) são de nossa autoria.

Entre os Processos primários, há três tipos de Processos secundários que apresentam características em comum com os primários com que fazem fronteira. São eles: os verbais, que estão relacionados ao falar e ao dizer, situados entre os mentais e os relacionais; os comportamentais, que dizem respeito a aspectos fisiológicos ou psicológicos, situados entre os materiais e os mentais; e os existenciais, que estão relacionados à representação da existência de algo ou alguém, situados entre os materiais e os relacionais.

Halliday e Matthiessen (2014) propõem uma metáfora visual para deixar mais clara a conceituação do sistema. Para os autores, embora o ideal fosse representar a organização dos Processos por meio de uma esfera, as limitações de um livro impresso os levaram a representá-la por meio de um círculo dividido em regiões. Nas palavras dos autores, “o nosso modelo de experiência, tal como interpretado pelo sistema lexicogramatical de transitividade, constitui-se de regiões dentro de um espaço contínuo [...]; mas a continuidade não é entre dois polos, é redonda em um loop” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014, p. 216).

Ao centro, estariam as experiências mais básicas, relacionadas ao mundo físico, à consciência e às relações abstratas. Embora apresente linhas divisórias, a metáfora proposta pelos autores não apresenta limites bem definidos entre os Processos. Essa característica é uma manifestação do princípio da “indeterminação sistêmica”, segundo o qual uma mesma experiência pode ser representada por meio de diferentes Processos a partir das diversas escolhas possíveis de representação de determinada experiência.

Os Processos materiais, como afirmamos, estão relacionados aos eventos do mundo exterior, ao fazer e ao acontecer. Segundo Matthiessen, Teruya e Lam (2010, p. 135), com relação à estrutura, “eles sempre envolvem um Ator. E o fazer também envolve o Participante afetado – impactado ou criado – pelo fazer, a Meta”. Além desses Participantes, o fazer pode envolver ainda dois outros, a saber, o Recebedor ou o Cliente. Ambos são subtipos do Beneficiário, Participante que é beneficiado pelo Processo, e se diferenciam pela natureza de seu benefício: o Recebedor recebe um bem, enquanto o Cliente recebe um serviço.

Os Processos mentais, relacionados ao mundo da consciência, representam uma percepção da realidade e não uma mudança no mundo físico, como os Processos materiais. Esses Processos envolvem dois Participantes, um dotado de consciência e que sente algo, o Experienciador, e outro que é sentido, o Fenômeno. As orações mentais podem ser de quatro tipos: perceptivas, que envolvem a percepção do mundo através dos sentidos; cognitivas, que envolvem o pensamento e a consciência; afetivas, que envolvem o sentimento e a afeição; e desiderativas, que envolvem o desejo, a vontade ou o interesse do indivíduo por algo.

Quanto aos Processos relacionais, estabelecem ligações entre fragmentos de experiência. Halliday e Matthiessen (2014, p. 259) afirmam que eles “servem para caracterizar e identificar”. Logo, existem dois modos possíveis de categorização das orações relacionais, o modo atributivo e o identificativo, respectivamente, com seus próprios Participantes. As atributivas envolvem os Participantes Portador, que detém a característica, e Atributo, que caracteriza o Portador, e as identificativas envolvem o Identificado, entidade que recebe a identidade, e o Identificador, entidade que concede a identidade ao Identificado.

Entre os Processos mentais e os relacionais, estão os relacionados aos atos de dizer, os Processos verbais. Os Participantes nesses Processos podem ser: Dizente, o falante humano ou uma fonte simbólica do dizer; Verbiagem, o que é dito ou falado; Receptor, o destinatário do dizer; e Alvo, quem é afetado pelo dizer. Os Processos verbais podem ser categorizados em dois tipos: os de atividade, relacionados a ações de dizer, como ‘denunciar (alguém)’, ‘criticar (algo ou alguém)’ e ‘conversar (com alguém)’, que envolvem um Alvo ou Receptor, podendo não apresentar Verbiagem; e os de semiose, relacionados a ações de dizer cujo foco é a Verbiagem, como ‘prometer (algo a alguém)’ e ‘convencer (alguém de algo)’.

Os Processos comportamentais estão situados entre os materiais e os mentais e apresentam muitas semelhanças com esses dois. Sobre isso, Halliday e Matthiessen (2014, p. 301) apontam que o “Participante que está ‘se comportando’, denominado Comportante, é tipicamente um ser consciente, como o Experienciador; o Processo é gramaticalmente mais parecido com um ‘fazer’”. São Processos que envolvem a fisiologia e a psicologia humanas.

Os Processos existenciais representam algo que existe ou acontece, situando-se entre os materiais e os relacionais. O Existente, Participante desse Processo, aparece depois do verbo na maioria das vezes. Segundo Fuzer e Cabral (2014, p. 79), o verbo típico dessas orações é ‘haver’ (no sentido de existir) e, em português, não apresentam Sujeito.

Cada gênero textual apresenta uma combinação diferente de Processos. Por exemplo, em gêneros como a ‘notícia’, os Processos verbais podem aparecer para apresentar fontes e depoimentos de pessoas envolvidas, enquanto em uma ‘receita’, estes são improváveis. Por isso, é importante compreendermos como funciona o verbete lexicográfico enquanto gênero textual e as características da definição lexicográfica.

Sobre o gênero textual ‘verbetes’, Dionísio (2010) afirma que dicionários, glossários e enciclopédias seriam “colônias discursivas” e, portanto, a produção e o consumo desses textos não se processam de forma comum. Dentre as características de um texto colônia, a autora destaca: a organização em ordem alfabética, a numeração das acepções, a não composição de uma prosa contínua (DIONÍSIO, 2010, p. 136).

Segundo Pontes (2009), em geral, as definições costumam adotar a seguinte estrutura: *genus proximum* (hiperônimo) mais *differentia specifica* (características específicas que descrevem a entrada e diferenciam-na de outros objetos do mesmo gênero). Por exemplo, a definição de ‘cadeira’ poderia ser introduzida pelo hiperônimo ‘móvel’ e seguida por expressões como ‘dotado de encosto’ ou ‘utilizado para sentar’, para distinguir a entrada de outras que também poderiam começar pelo mesmo hiperônimo, como ‘mesa’ ou ‘sofá’.

Sobre a relação entre a entrada e a definição, Dionísio (2010) ainda afirma que existe uma “cópula” que deixa subentendido o verbo ‘ser’ ou algum equivalente como ‘significar’. Portanto, esses verbos estariam subentendidos entre a entrada e a definição. No exemplo da entrada ‘cadeira’, então, teríamos: ‘cadeira [é/significa] móvel dotado de encosto utilizado para sentar’. Partiremos agora para a seção de Metodologia.

Metodologia

Como nosso objetivo é investigar os padrões de transitividade encontrados nos verbetes relacionados a homossexuais masculinos, este trabalho pode ser caracterizado como uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo. Os dicionários que serviram de fonte para a composição do *corpus* foram os seguintes: (1) DABL: Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras (BECHARA, 2011); (2) AJ: Aurélio Júnior – dicionário escolar da língua portuguesa (FERREIRA, 2011); (3) CA: Caldas Aulete – minidicionário contemporâneo da língua portuguesa (GEIGER, 2011); (4) DDLP: Dicionário didático da língua portuguesa (RAMOS, 2011); e (5) SJ: Saraiva jovem – dicionário da língua portuguesa ilustrado (SARAIVA; OLIVEIRA, 2010).

O *corpus* principal, apresentado no Quadro 1, é composto por 40 ocorrências de 11 entradas, cujo critério de escolha foi o fato de serem substantivos com significado exclusivamente referente ao sujeito homossexual masculino ou com uma de suas acepções referente a homossexual masculino.

Quadro 1 – *Corpus* principal

Entradas	DABL (7)	AJ (4)	CA (10)	DDL (10)	SJ (9)	Total
Baitola	----	----	X	X	X	40
Bicha	X	----	X	X	X	
Boiola	----	----	X	X	X	
Boneca	X	----	X	X	X	
Gay	X	X	X	X	X	
Homo	----	----	----	X	----	
Homossexual	X	X	X	X	X	
Maricas	X	X	X	X	X	
Mariquinhas	----	----	X	----	----	

Pederasta	X	X	X	X	X	
Veado	X	----	X	X	X	

Fonte: adaptado de Santos (2016, p. 53).

Após a leitura desses verbetes, percebemos que as definições utilizadas formavam um fluxo de remissões entre si. Em alguns casos, as definições faziam referência a entradas que não foram contempladas pelos critérios de inclusão adotados. Logo, elaboramos um *corpus* complementar para completar o fluxo de sentidos proposto em cada obra por meio da rede de remissões. O *corpus* complementar apresenta os verbetes: ‘afeminado’, ‘efeminado’, ‘heterossexual’, ‘homossexualidade’, ‘homossexualismo’ e ‘pederastia’.

Os procedimentos de análise foram os seguintes: (1) identificação da acepção relacionada a homossexuais masculinos em verbetes com mais de uma acepção; (2) categorização do Processo identificado nas acepções selecionadas; (3) identificação das remissões entre os verbetes; (4) elaboração das redes de sentidos a partir das remissões entre os verbetes do *corpus* principal; (5) consulta ao *corpus* complementar para completar possíveis lacunas entre as remissões do *corpus* principal; e (6) discussão dos resultados em relação aos percentuais de Processos e a distribuição visual dos Processos nas redes. A seguir, partimos para a apresentação da análise dos dados.

Análises e resultados

Gostaríamos de, inicialmente, demonstrar como se deu a análise das definições, tomando como exemplo o verbe ‘bicha’ do DABL.

bicha (*bi.cha*) *s.f.* **1. fam.** Nome comum à sanguessuga, à lombriga e aos vermes e répteis de forma comprida e sem pernas. **2. fam.** Verme intestinal; lombriga. *s.m. e f.* **3. pej.** Homossexual masculino.

O verbe apresenta três acepções, no entanto, a única que nos interessa é a última. A análise do Processo presente nessa definição foi feita levando-se em consideração os possíveis verbos elípticos, ‘ser’ ou ‘significar’, que constituem a relação entre a entrada do verbe e sua definição. Assim, temos o seguinte:

Bicha	[significa/é]	homossexual masculino
Portador	Proc. Rel. Atrib. (elíptico)	Atributo

Trata-se de um Processo relacional atributivo devido a não reversibilidade das posições dos Participantes do Processo na oração⁵, principal diferença entre os modos atributivo e identificativo. Através desse tipo de Processo, alguém ou algo é classificado a partir das características que o incluem em uma categoria, estabelecendo relações abstratas entre os Participantes. No caso, o Portador, ‘bicha’, é inserido na categoria de pessoas caracterizadas pelo Atributo ‘homossexual masculino’. A partir desse exemplo, é possível observarmos como se deu o procedimento de análise das definições selecionadas. Apresentaremos, nos quadros que seguem, apenas as definições e os tipos de Processos encontrados. O Quadro 2 apresenta as análises do DABL:

Quadro 2 – Verbetes DABL

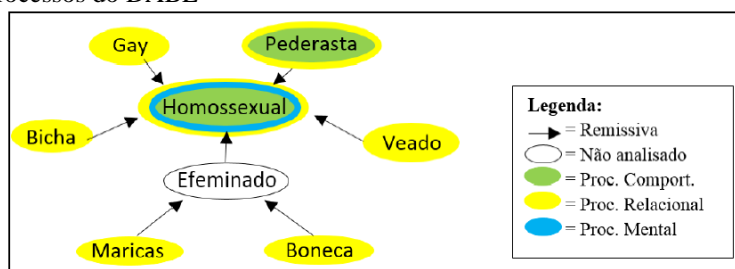
Entradas	Acepções selecionadas	Tipos de Processo	Remissão
Bicha	3. <i>pej.</i> Homossexual masculino.	Rel. Atrib.	Homossexual
Boneca	5. <i>pej.</i> Homem efeminado.	Rel. Atrib.	Efeminado
Gay	1. Homossexual, geralmente referido ao sexo masculino.	Rel. Identif.	Homossexual
	2. Homossexual.	Rel. Identif.	Homossexual
	3. Referente ou próprio de homossexual.	Rel. Atrib.	Homossexual
Homossexual	1. Que sente atração por ou tem relações sexuais com indivíduo do mesmo sexo.	Mental / Comport.	---
	2. Pessoa homossexual.	Rel. Identif.	Homossexual
Maricas	1. <i>pej.</i> Homem efeminado.	Rel. Atrib.	Efeminado
	3. Que é efeminado ou medroso.	Rel. Atrib.	Efeminado
Pederasta	Homem que tem relações sexuais com outro homem; homossexual.	Comport. / Rel. Identif.	Homossexual
Veado	2. <i>chulo</i> Homem homossexual.	Rel. Atrib.	Homossexual

Fonte: adaptado de Santos (2016, p. 66).

O Quadro 2 põe em relevo o fato de que a maior parte das definições é expressa através de Processos relacionais. Das treze orações analisadas, dez (76,9%) são realizadas por esse tipo de Processo, duas (15,4%) são comportamentais e uma (7,7%) é mental. Essa relação fica mais explícita se apresentada de forma visual. Elaboramos uma rede, apresentada na Figura 1, que expressa a relação entre os verbetes e os tipos de Processo expressos em suas definições. Vejamos:

⁵ É interessante destacar que, ao inverter a posição dos participantes, teríamos a seguinte oração: ‘Homossexual masculino [significa/é] bicha’. Essa expressão é tida como preconceituosa pela comunidade LGBTQ+. Então, seria desrespeitoso e até criminoso fazer tal registro, ainda mais em um dicionário de uso escolar.

Figura 1 – Rede de Processos do DABL



Fonte: Santos (2016, p. 67).

Com base na Figura 1, é possível observar que há uma relação entre a organização medioestrutural do dicionário e os tipos de Processo utilizados para definir cada palavra. Nas áreas periféricas da rede, o mais comum é encontrarmos palavras que são definidas através da atribuição de características que as inserem em uma categoria de seres, no caso, os seres ‘homossexuais’. Por sua vez, a palavra ‘homossexual’, ao centro da figura, apresenta maior complexidade, considerando a quantidade de figuras experienciais envolvidas em sua definição. O verbete ‘pederasta’, situado em área periférica da imagem, é o único que, nessa posição, apresenta outro tipo de Processo, o comportamental. Feitas estas considerações, partiremos agora para as análises, apontadas no Quadro 3, dos verbetes extraídos do AJ.

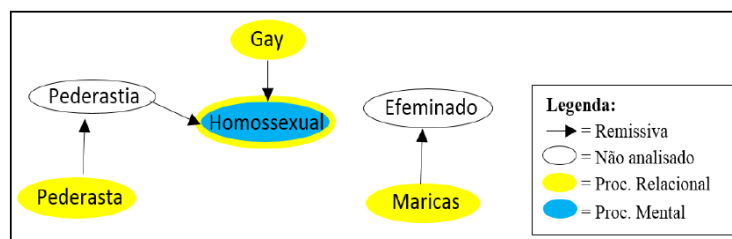
Quadro 3 – Verbetes AJ

Entradas	Aceções selecionadas	Tipos de Processo	Remissão
Gay	1. Que é homossexual.	Rel. Identif.	Homossexual
	2. Homossexual.	Rel. Identif.	Homossexual
Homossexual	1. Pessoa que sente atração sexual por pessoas do mesmo sexo.	Mental	----
	2. De, ou relativo a homossexual (1).	Rel. Atrib.	Homossexual
Maricas	Indivíduo efeminado, ou medroso.	Rel. Atrib.	Efeminado
Pederasta	Aquele que é dado à pederastia.	Rel. Atrib.	Pederastia

Fonte: adaptado de Santos (2016, p. 74).

Nesse conjunto de verbetes, a maior parte dos Processos encontrados é composta por Processos relacionais. Temos, então, os seguintes valores percentuais: Processo relacional, com cinco ocorrências (83,4%), e apenas uma ocorrência de Processo mental (16,6%). Não houve, diferentemente do que ocorreu no dicionário anterior, ocorrência de nenhum Processo comportamental. Vejamos, na Figura 2, como esses Processos se relacionam em rede seguindo o fluxo de sentido proposto pelas definições analisadas:

Figura 2 – Rede de Processos do AJ



Fonte: Santos (2016, p. 74).

Devido ao reduzido número de entradas, não é possível tecer comentários mais consistentes sobre as relações entre a posição da entrada na rede e o tipo de Processo realizado em sua definição. No entanto, é importante destacar que os Processos relacionais se distribuem por toda a figura e o verbete ‘homossexual’, para onde converge uma parte do fluxo de sentido, apresenta um Processo mental, além do relacional. Partiremos, agora, para a análise, apresentada no Quadro 4, do conjunto de entradas extraídas do CA.

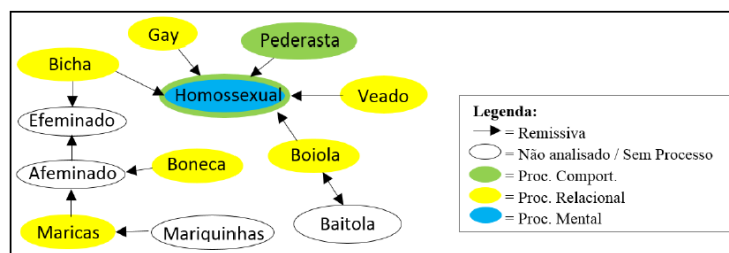
Quadro 4 – Verbetes CA

Entradas	Aceções selecionadas	Tipos de Processo	Remissão
Baitola	-----	∅	Boiola
Bicha	4 Bras. Vulg. Pej. Homossexual masculino, homem efeminado.	Rel. Atrib. / Rel. Atrib.	Homossexual / Efeminado
Boiola	<i>Pej. Pop.</i> Homossexual do sexo masculino; BAITOLA.	Rel. Atrib.	Homossexual / Baitola
Boneca	6 Bras. Pej. Homem efeminado.	Rel. Atrib.	Efeminado
Gay	1 Homem homossexual.	Rel. Atrib.	Homossexual
	2 Homossexual.	Rel. Identif.	Homossexual
	3 Próprio ou típico de homossexual	Rel. Atrib.	Homossexual
Homossexual	Que ou quem sente atração por e/ou tem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. Cf.: <i>heterossexual</i>	Mental / Comport.	Heterossexual
Maricas	<i>Pej. Pop.</i> Que ou quem é afeminado ou medroso (diz-se de homem ou garoto).	Rel. Atrib.	Afeminado
Mariquinhas	-----	∅	Maricas
Pederasta	Homem que tem relações sexuais com pessoas do mesmo sexo; HOMOSSEXUAL.	Comport.	Homossexual
Veado	2 Bras. Tabu. Homem homossexual.	Rel. Atrib.	Homossexual

Fonte: adaptado de Santos (2016, p. 83).

Nesse conjunto de verbetes, temos doze Processos distribuídos da seguinte maneira: nove (75%) relacionais; dois (16,6%) comportamentais; e um (8,4%) mental. Novamente, é possível observar a presença significativa dos Processos relacionais na construção das definições. A Figura 3 apresenta, de forma visual, a distribuição dos Processos em rede.

Figura 3 – Rede de Processos do CA



Fonte: Santos (2016, p. 84).

Como observado anteriormente, as áreas periféricas da rede são ocupadas por Processos relacionais e o elemento central apresenta uma combinação de Processos para construir o significado experiencial. Também é necessário destacar a presença do Processo comportamental de ‘pederasta’, verbete situado em região periférica da figura. No Quadro 5, há as análises do quarto conjunto de entradas, extraídas do DDLP.

Quadro 5 – Verbetes DDLP

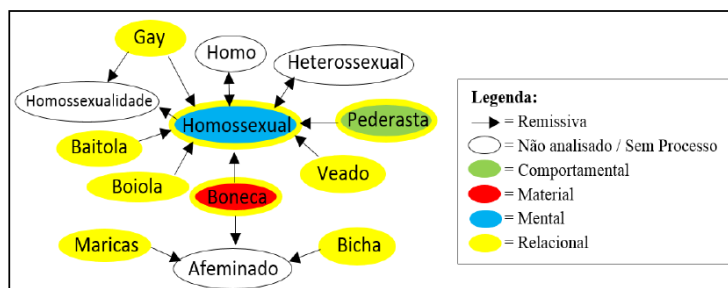
Entradas	Acepções selecionadas	Tipos de Processo	Remissão
Baitola	<i>pejorativo</i> Homossexual masculino.	Rel. Atrib.	Homossexual
Bicha	<i>pejorativo</i> Homem afeminado.	Rel. Atrib.	Afeminado
Boiola	<i>pejorativo</i> Homossexual masculino.	Rel. Atrib.	Homossexual
Boneca	3 <i>pejorativo</i> Pessoa do sexo masculino que é afeminada.	Rel. Identif.	Afeminado
	4 <i>popular</i> Homossexual masculino que se veste com roupas próprias do sexo feminino.	Material	Homossexual
Gay	1 Da homossexualidade ou relacionado a ela.	Rel. Atrib.	Homossexualidade
	2 Pessoa homossexual.	Rel. Atrib.	Homossexual
Homo	-----	Ø	Homossexual
Homossexual	1 Da homossexualidade ou relacionado a ela.	Rel. Atrib.	Homossexualidade
	2 Que ou quem sente atração sexual por indivíduos do mesmo sexo.	Mental	Heterossexual / Homo
Maricás	1 <i>popular</i> Em relação a uma pessoa do sexo masculino, que é afeminada.	Rel. Identif.	Afeminado
Pederasta	1 <i>pejorativo</i> Homem homossexual.	Rel. Atrib.	Homossexual
	2 <i>pejorativo</i> Homem adulto que tem relações sexuais com um rapaz.	Comport.	---
Veado	2 <i>pejorativo</i> Homossexual masculino.	Rel. Atrib.	Homossexual

Fonte: adaptado de Santos (2016, p. 93).

Em relação a esse conjunto de verbetes, encontramos treze acepções cujos Processos estão assim distribuídos: dez relacionais (76,9%), um material (7,7%), um comportamental (7,7%) e um mental (7,7%). É importante destacar a presença de um Processo material, o único em todas as nossas análises. Portanto, em nosso *corpus*, não o encontramos em abundância, embora, segundo Halliday e Matthiessen (2014), os materiais sejam os Processos mais frequentes na língua em geral. Provavelmente, por se tratar de um *corpus* composto unicamente por verbetes lexicográficos referentes a substantivos; portanto, a preocupação da

definição é explicar o que ‘são’ essas entidades. Na Figura 4, apresentamos a rede medioestrutural com as informações sobre os Processos encontrados.

Figura 4 – Rede de Processos do DDLP



Fonte: Santos (2016, p. 94).

É visível que os Processos relacionais são mais facilmente encontrados nas regiões periféricas da figura. Porém, esses Processos perpassam toda a rede medioestrutural. Também é importante destacar a presença de outros Processos deslocados do centro da figura. Feitas essas considerações, partiremos para as análises, no Quadro 6, dos verbetes do SJ.

Quadro 6 – Verbetes SJ

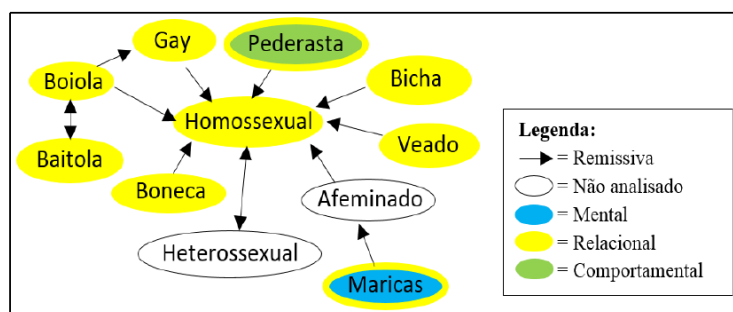
Entradas	Acepções selecionadas	Tipos de Processo	Remissão
Baitola	-----	Ø	Boiola
Bicha	3. <i>Bras vulg</i> homossexual masculino.	Rel. Atrib.	Homossexual
Boiola	<i>pej</i> Homossexual do sexo masculino, <i>gay</i> . <i>Sin baitola</i>	Rel. Atrib. / Rel. Identif.	Homossexual / Gay / Baitola
Boneca	4. <i>pej</i> homossexual masculino	Rel. Atrib.	Homossexual
Gay	1. Homossexual	Rel. Identif.	Homossexual
	2. relativo aos homossexuais.	Rel. Atrib.	Homossexual
Homossexual	1. Relacionado ao interesse sexual ou amoroso por pessoas do mesmo sexo	Rel. Atrib.	---
	2. pessoa que tem esse interesse.	Rel. Atrib.	Homossexual / Heterossexual
Maricas	<i>pej pop</i> Que ou quem se amedronta com facilidade ou tem modos afeminados.	Mental / Rel. Atrib.	Afeminado
Pederasta	Homem que mantém relações sexuais com outro homem; homossexual masculino.	Comport. / Rel. Atrib.	Homossexual
Veado	2. <i>pej</i> homem homossexual.	Rel. Atrib.	Homossexual

Fonte: adaptado de Santos (2016, p. 104).

Nesse conjunto de entradas, existem treze Processos: onze (84,6%) relacionais, um (7,7%) comportamental e um (7,7%) mental. Apesar da manutenção do padrão quantitativo dos Processos, uma mudança chama atenção: o verbete ‘homossexual’ é definido apenas com Processos relacionais atributivos, o que é diferente do que acontece nas outras obras, em que ao menos uma definição desse verbete é realizada por um Processo mental ou

comportamental. Então, embora apresente informações semanticamente semelhantes às dos dicionários anteriores, a realização lexicogramatical da definição foi operada de forma diferenciada. Na Figura 5, apresentamos a rede elaborada com os dados sobre os Processos.

Figura 5 – Rede de Processos do SJ



Fonte: Santos (2016, p. 105).

Os Processos relacionais configuram a maior parte dos Processos encontrados. Nessa figura, esses Processos estão presentes em toda a rede medioestrutural e observamos o deslocamento dos Processos mental e comportamental para as áreas periféricas da imagem, mudança radical em relação aos padrões de distribuição de Processos das outras obras.

Com relação ao quantitativo de Processos, é necessário estabelecer uma visão geral das ocorrências de cada tipo de Processo em relação às obras e em relação às entradas. Na Tabela 1, apresentamos a distribuição das ocorrências por dicionário e no *corpus*.

Tabela 1 – Visão geral sobre os Processos por dicionário

Tipo de Processo	DABL (13)	AJ (6)	CA (12)	DDL (13)	SJ (13)	Totais (57)
Relacional	10 (76,9%)	5 (83,4%)	9 (75%)	10 (76,9%)	11 (84,6%)	45 (78,9%)
atrib.	6 (46,1%)	3 (50%)	8 (66,6%)	8 (61,5%)	9 (69,2%)	34 (59,6%)
identif.	4 (30,8%)	2 (33,4%)	1 (8,4%)	2 (15,4%)	2 (15,4%)	11 (19,3%)
Mental	1 (7,7%)	1 (16,6%)	1 (8,4%)	1 (7,7%)	1 (7,7%)	5 (8,8%)
Comport.	2 (15,4%)	----	2 (16,6%)	1 (7,7%)	1 (7,7%)	6 (10,5%)
Material	----	----	----	1 (7,7%)	----	1 (1,8%)

Fonte: adaptado de Santos (2016, p. 109).

Em termos percentuais, os Processos relacionais ocorreram em 78,9% do *corpus*, com ocorrência total de 45 casos. O menor valor percentual ficou com os Processos materiais, 1,8% do conjunto total de entradas. Os Processos mentais e comportamentais ficaram em posições intermediárias com os valores 8,8% e 10,5%, respectivamente.

Sobre a grande quantidade de Processos relacionais e a mínima quantidade de Processos materiais, acreditamos que esses resultados se devam à natureza do *corpus* e do conjunto de entradas, em análise. A principal preocupação do dicionário tem sido a definição,

em termos linguísticos, das palavras que compõem o léxico de uma língua. A preocupação metalinguística dessas obras faz com que aspectos enciclopédicos e culturais não estejam tão presentes nas definições.

Além do mais, o conjunto de entradas selecionadas também contribuiu significativamente para os resultados que obtivemos. A escolha de palavras semanticamente aparentadas e de contextos de uso semelhantes faz com que, pela questão da viabilidade econômica e física da obra, as entradas sejam definidas a partir de sua relação com uma categoria que possa acolhê-las, semântica ou contextualmente. Uma palavra selecionada para representar a categoria, então, recebe uma definição melhor elaborada, enquanto as outras palavras são definidas através de sinônimos ou remissivas que conduzem o consulente para a palavra que representa a categoria. Dessa forma, esse processo de economia de espaço contribui para a elaboração das ligações que compõem a medioestrutura do dicionário. Vejamos, no Quadro 7, como se dá o padrão de Processos por entrada:

Quadro 7 – Visão geral sobre os Processos por entrada

ENTRADAS	DABL (13)	AJ (6)	CA (12)	DDL P (13)	SJ (13)	TOTAIS
Baitola	----	----	∅	Rel. Atrib.	∅	Atrib. – 1
Bicha	Rel. Atrib.	----	Rel. Atrib. Rel. Atrib.	Rel. Atrib.	Rel. Atrib.	Atrib. – 5
Boiola	----	----	Rel. Atrib.	Rel. Atrib.	Rel. Atrib. Rel. Identif.	Atrib. – 3 Identif. – 1
Boneca	Rel. Atrib.	----	Rel. Atrib.	Rel. Identif. Material	Rel. Atrib.	Atrib. – 3 Identif. - 1 Material – 1
Gay	Rel. Identif. Rel. Identif. Rel. Atrib.	Rel. Identif. Rel. Identif.	Rel. Atrib. Rel. Identif. Rel. Atrib.	Rel. Atrib. Rel. Atrib.	Rel. Identif. Rel. Atrib.	Atrib. – 6 Identif. – 6
Homo	----	----	----	∅	----	∅
Homossexual	Comport. Mental Rel. Identif.	Mental Rel. Atrib.	Mental Comport.	Rel. Atrib. Mental	Rel. Atrib. Rel. Atrib.	Atrib. – 4 Identif. - 1 Mental - 4 Comp. – 2
Maricas	Rel. Atrib. Rel. Atrib.	Rel. Atrib.	Rel. Atrib.	Rel. Identif.	Mental Rel. Atrib.	Atrib. – 5 Identif. - 1 Mental – 1
Mariquinhas	----	----	∅	----	----	∅
Pederasta	Comport. Rel. Identif.	Rel. Atrib.	Comport.	Rel. Atrib. Comport.	Comport. Rel. Atrib.	Atrib. – 3 Identif. - 1 Comp. – 4
Veado	Rel. Atrib.	----	Rel. Atrib.	Rel. Atrib.	Rel. Atrib.	Atrib. – 4

Fonte: adaptado de Santos (2016, p. 110).

A variedade de Processos que concorre para a construção dos sentidos relacionados aos homossexuais masculinos poderia ser explicada pelo princípio da indeterminação semântica (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). No entanto, é necessário destacar algumas

especificidades desse conjunto de entradas. Em outra pesquisa que desenvolvemos (SANTOS; PONTES; PRAXEDES FILHO, 2019), atestamos que existem basicamente dois conjuntos de entradas em nosso *corpus*, aquelas cujo uso é marcadamente pejorativo e as que não apresentam marcas de uso, sendo consideradas pelos dicionários como ‘neutras’.

No grupo das palavras pejorativas, temos: ‘baitola’, ‘bicha’, ‘boiola’, ‘boneca’, ‘maricas’, ‘mariquinhas’, ‘pederasta’ e ‘veado’. Já as palavras ‘neutras’ seriam apenas três: ‘gay’, ‘homo’ e ‘homossexual’. Ao elaborarmos as redes medioestruturais com a informação das marcas de uso de cada entrada, a distribuição das palavras mostrava as palavras ‘neutras’ em regiões centrais da rede para onde convergiam as remissões das palavras marcadas, situadas às margens das redes de cada obra.

De forma semelhante ao que fizemos em Santos, Pontes e Praxedes Filho (2019), queríamos observar a distribuição dos tipos de Processo pela rede medioestrutural de cada obra, hipotetizando que os Processos materiais, mentais e comportais ocupariam a região central da rede, sendo as margens ocupadas por Processos relacionais. Os dados levantados, como vimos nas Figuras 1 a 5, confirmam a presença de Processos materiais, mentais e comportamentais no centro das redes ou próximos ao centro; porém, as figuras mostraram também que os Processos relacionais estão espalhados por toda a rede, não só nas margens como havíamos pensado. Possivelmente, como já destacamos, esse aspecto seja resultado da influência do gênero textual em análise: o ‘verbete lexicográfico’.

Focando na regularidade dos Processos, um dado interessante decorre da análise dos Processos relacionais identificativos. Foram encontradas 12 ocorrências desse tipo de Processo em nosso *corpus* e, destas, 7 ocorrências coincidem com definições por sinonímia. Esse tipo de definição é caracterizado pela indicação de uma palavra que poderia supostamente substituir a entrada em qualquer contexto. Podemos citar como exemplo os casos em que a entrada ‘gay’ é definida pela palavra ‘homossexual’.

Essa substituição, talvez, não cause problemas de comunicação, mas não é sempre que a troca de palavras ocorre sem alterações de sentido. Citando outro exemplo de nosso *corpus*, no verbete ‘boiola’ de SJ, ocorre a indicação de ‘gay’ como um possível sinônimo para a entrada. No entanto, como destacamos do trabalho de Santos, Pontes e Praxedes Filho (2019), ‘boiola’ é uma entrada marcada como ‘pejorativo’ enquanto ‘gay’ não. Então, a substituição de ‘boiola’ por ‘gay’ poderia diminuir a carga preconceituosa do enunciado, mas a troca de ‘gay’ por ‘boiola’ causaria, provavelmente, o efeito contrário.

A partir das discussões de Santos, Pontes e Praxedes Filho (2019), cabe agora discutir alguns aspectos relacionados aos Processos encontrados em nosso *corpus* e possíveis

implicações desses aspectos. Sobre os relacionais atributivos, duas características escolhidas para ocupar a posição do participante Atributo desses Processos sobressaem: a ‘homossexualidade’ e a ‘feminilidade’. A primeira característica é atribuída a 8 das 11 entradas: ‘baitola’, ‘bicha’, ‘boiola’, ‘boneca’, ‘gay’, ‘homossexual’, ‘pederasta’ e ‘veado’.

Dentre as entradas com ‘homossexualidade’ como Atributo, há palavras marcadas e não marcadas como ‘pejorativo’. Dessa forma, essa característica, central para a compreensão dos verbetes em análise, não se configura como um diferencial para identificação de formas ‘neutras’ e ‘pejorativas’. As únicas entradas excluídas desse primeiro conjunto são ‘homo’ e ‘mariquinhas’, pela ausência de definição analisável, e ‘maricas’. Esta última entrada, em geral, se relaciona com o atributo da ‘homossexualidade’ através da ‘feminilidade’. A característica da feminilidade está presente também em outras duas entradas: ‘bicha’ e ‘boneca’. As três pertencem ao grupo de palavras ‘pejorativas’. Então, podemos inferir que a manifestação dessa característica em pessoas que não pertençam ao sexo biológico feminino é tida como negativa em nossa sociedade.

Essa leitura é reforçada ao analisar com maior atenção a entrada ‘boneca’, no qual se encontra a única ocorrência de Processo material. Essa entrada indica o ato de se vestir com roupas femininas como expressão material da homossexualidade. Dessa forma, os dados mostram que, nesse embate entre a masculinidade e a feminilidade, as pessoas que tentam romper a barreira que teoricamente separa essas expressões são alvo de preconceito, o que explica o fato de, em nosso *corpus*, a entrada ‘boneca’ aparecer com a marca ‘pejorativo’.

A entrada ‘maricas’, por sua vez, nos indica outro elemento para compor esse raciocínio. Essa palavra é usada, de acordo com os dados que levantamos, para se referir ao ‘homem/menino afeminado’ ou ao ‘homem/menino medroso’. Esta última acepção, analisada como Processo relacional, não aparece em nosso *corpus* como expressão de ‘homossexualidade’; no entanto, é entendida como característica desviante do padrão de masculinidade idealizado em nossa sociedade e, por isso, marcada como pejorativa.

É necessário ainda comentar o Processo comportamental ‘ter relação sexual (com pessoa do mesmo sexo)’ e o Processo mental ‘atrair-se sexual ou afetivamente (por pessoa do mesmo sexo)’. O interesse por pessoa do mesmo sexo é tratado, então, sob dois pontos de vista, como prática exclusivamente carnal, podendo sugerir um comportamento de perversão sexual, ou como interesse também afetivo-amoroso. O primeiro ponto de vista expressa um sentido marcadamente pejorativo em nossa sociedade, enquanto o segundo, observando os achados de Santos, Pontes e Praxedes Filho (2019), não apresenta aspecto negativo.

As entradas em que esses Processos aparecem são, respectivamente, ‘pederasta’ e ‘homossexual’. Embora a entrada ‘homossexual’ também apresente o Processo comportamental, nela, não há marca de uso pejorativo como destacam Santos, Pontes e Praxedes Filho (2019), situação diferente de ‘pederasta’, marcadamente pejorativa. Cabe aqui destacar que essa entrada é relacionada à pedofilia no AJ e no DDLP, com marcas que indicam que o tipo de relação representada pelo Processo comportamental é imprópria. Além disso, no AJ, a entrada ‘pederastia’ é definida como uma ‘perversão sexual’. Todos esses aspectos contribuem para construir um contraste entre essas entradas que, embora tenham o Processo comportamental em comum, são bastante diferentes em seus usos e sentidos.

Por fim, resta agora destacar como os dicionários escolares constroem significados relacionados aos homossexuais masculinos em seus verbetes. Inicialmente, os dicionários constroem a figura experiencial sobre o homossexual masculino a partir, principalmente, de relações de categorização ou de classificação, utilizando frequentemente as características ‘homossexualidade’ e ‘feminilidade’. Outros aspectos utilizados para construir essa figura são ‘vestir-se com roupas femininas’ (material), ‘ter relações sexuais com pessoa do mesmo sexo’ (comportamental) e ‘atrair-se por pessoa do mesmo sexo’ (mental). Acreditamos que a diversidade de Processos escolhidos tendo em vista a construção dessa figura dão uma mostra da pluralidade das homossexualidades masculinas.

Considerações finais

Nesse ponto do trabalho, é importante resgatar o objetivo da pesquisa, qual seja, investigar os padrões de transitividade encontrados nos verbetes relacionados a homossexuais masculinos em dicionários escolares tipo 3, bem como a hipótese de pesquisa: presença maior de Processos materiais, mentais e comportamentais. Os resultados encontrados, no entanto, mostram uso de quase 80% de Processos relacionais, provavelmente por influência do gênero textual sobre as escolhas lexicogramaticais dos autores.

O levantamento quantitativo nos ajudou a perceber a forma como os significados ideacionais-experienciais são construídos no texto lexicográfico. A definição dos homossexuais masculinos através de possíveis características, práticas, comportamentos e sentimentos contribuem, como já indicamos, para a compreensão da pluralidade das expressões das homossexualidades masculinas. Diversos recursos são mobilizados para que todo esse processo de construção de significado aconteça. A escolha do tipo de definição, assim como dos Processos e dos Participantes que compõem a figura experiencial, além da

indicação de questões sociais envolvidas no uso das entradas são mostras da complexidade desse processo de construção de significados que ocorre no dicionário.

Os debates atuais em relação a gênero social e sexualidade provocaram uma modificação nos usos que fazemos dessas palavras. Há uma luta da população LGBTQ+ para o reconhecimento do caráter bio-psicológico da orientação sexual, afastando-a da noção de ‘promiscuidade’ e de ‘comportamento anormal’, que marcou a percepção social das expressões de sexualidade que desviavam do padrão heteronormativo. Assim, palavras como ‘homossexual’ e ‘gay’ foram ressignificadas de maneira positiva por pressões sociais. Entretanto, nesse mesmo processo de ressignificação social, palavras como ‘pederasta’, ‘sodomita’ e ‘invertido’, outrora usadas para se referir a sujeitos homossexuais, não foram ressignificadas ou caíram em desuso.

Em relação aos debates entorno do gênero social, gostaríamos de destacar que esta pesquisa trata de um gênero textual específico, o verbete, mas seria interessante diversificar os gêneros textuais para observar como os embates entorno da temática se materializam linguisticamente. É importante lembrar que, como ressaltamos nas análises, as lutas pela dignidade das pessoas LGBTQ+ também são travadas na interação entre os discursos que circulam em nosso meio.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Nordestino**: a invenção do “falo” – uma história do gênero. 2. ed. São Paulo: Entremeios, 2013.

BECHARA, E. C. (Org.). **Dicionário escolar da Academia Brasileira de Letras**. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminino e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, C. A. **Jornalismo, homofobia e relações de gênero**. Curitiba: Appris, 2012.

CHAVES, C. R. D. **Le Robert micro**: desvelando ideologia(s) em torno do gênero verbete. 2011. 161 f. Dissertação (mestrado acadêmico em Linguística Aplicada) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

DIONÍSIO, A. P. Verbetes: um gênero além do dicionário. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 135-148.

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio Júnior**: dicionário escolar da língua portuguesa. 2. ed. Curitiba: Positivo, 2011.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

GEIGER, P. (Org.). **Caldas Aulete**: minidicionário contemporâneo da língua portuguesa. 3. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2011.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Halliday's introduction to functional grammar**. 4. ed. Londres/Nova York: Routledge, 2014.

LIPSON, M. **Exploring Functional Grammar**. [Bologna: s.n.], [2004]. Coursebook.

MATTHIESSEN, C. M. I. M.; TERUYA, K.; LAM, M. **Key terms in Systemic Functional Linguistics**. Londres: Continuum, 2010.

PONTES, A. L. **Dicionário para uso escolar**: o que é como se lê. Fortaleza: EdUECE, 2009.

PONTES, A. L.; SANTOS, H. L. G. A representação do homem e da mulher no Dicionário de Usos do português do Brasil. **Linha D'Água**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 123-140, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/84308>. Acesso em: jun. 2020.

PRAXEDES FILHO, P. H. L. Sobre a abrangência da Linguística sistêmico-funcional. In: ARAÚJO, J. C.; BIASI-RODRIGUES, B.; DIEB, M. (Orgs.). **Seminários linguísticos**: discurso, análise linguística, ensino e pesquisa. Mossoró: Edições UERN, 2010. p. 305-325.

RAMOS, R. A. (ed. resp.). **Dicionário didático de língua portuguesa**. 2. ed. São Paulo: SM, 2011.

SANTOS, H. L. G. **Verbetes lexicográficos e Processos**: uma abordagem metalexiconográfica e sistêmico-funcional de dicionários escolares. 2016. 126 f. Dissertação (mestrado acadêmico em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-graduação em Linguística Aplicada. Fortaleza, 2016. Disponível em: http://www.uece.br/posla/dmdocuments/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Hugo%20Leonardo.pdf. Acesso em: jun. 2020.

SANTOS, H. L. G.; PONTES, A. L.; PRAXEDES FILHO, P. H. L. Marcas de uso e redes medioestruturais de verbetes sobre homossexual masculino em dicionários escolares. **Domínios de ling@gem**, v. 12, n. 4, p. 2384-2410, 2019. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/dominiosdelinguagem/article/view/41313>. Acesso em: jun. 2020.

SARAIVA, K. S. A.; OLIVEIRA, R. C. G. **Saraiva jovem**: dicionário da língua portuguesa ilustrado. São Paulo: Saraiva, 2010.

Sobre os autores

Hugo Leonardo Gomes dos Santos (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-1180-8254>)

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC); mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); graduado em Letras - Português/Literatura pela UECE e especialista em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa e Literatura pela Faculdade Educacional da Lapa (FAEL). É professor da rede pública de ensino da Prefeitura Municipal de Fortaleza.

Antônio Luciano Pontes (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-2091-8161>)

Doutor em Linguística pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP); mestre em Língua Portuguesa pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB); licenciado em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). É professor no curso de Letras, no Programa de Pós-Graduação em Letras e no Mestrado Profissionalizante em Letras da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Pedro Henrique Lima Praxedes Filho (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-4786-0051>)

Doutor em Letras - Inglês e Literatura Correspondente pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com estágio pós-doutoral na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); mestre em Letras pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); graduado em Letras - Português/Inglês e Literaturas pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e especialista em Ensino de Línguas Estrangeiras-Inglês pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). É professor associado da UECE.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em agosto de 2020.

The PERIODICITY System in Texts of Technical Education in the Area of Civil Construction - Buildings*

O sistema de PERIODICIDADE em textos de ensino técnico da área de construção civil - edificações

Tânea Maria Nonemacher¹

Abstract: The system of PERIODICITY, from the discursive perspective (MARTIN, 1992a; 1992b; 1993; MARTIN; ROSE, 2007) has its origin in the Systemic-Functional Linguistics (SFL) with Halliday's studies (1979/2002) and refers to the way information flows along a text from the complementarity between Theme and New. In this article, an excerpt of a text of the area of buildings is analyzed and there is an attempt to demonstrate the thematic realization patterns and the strategies used by the author to establish the method of development of the text (FRIES, 1981/1983; MARTIN, 1992b). It follows the hypothesis that the Theme in Portuguese could occur not only as the first element of a clause. The results show that, in the context of the study in question, the thematic organization patterns of the PERIODICITY system also occur by agreement to the Process (MOYANO, 2016). These results aim to contribute to the discussions as well as to encourage new research on the thematic realization in Portuguese.

Key-words: Systemic-Functional Linguistic. PERIODICITY system. Theme in Portuguese. Method of Development.

Resumo: O sistema de PERIODICIDADE, sob a perspectiva discursiva (MARTIN, 1992a; 1992b; 1993; MARTIN; ROSE, 2007) tem sua origem na Linguística Sistemico Funcional (LSF) com os estudos de Halliday (1979/2002) e refere-se à maneira como a informação flui ao longo de um texto a partir da complementaridade entre Tema e Novo. Neste artigo, analisa-se um excerto de texto da área de edificações e busca-se mostrar os padrões de realização temática e as estratégias utilizadas pelo autor para estabelecer o método de desenvolvimento do texto (FRIES, 1981/1983; MARTIN, 1992b). Segue-se a hipótese de que o Tema em português poderia ocorrer não apenas como primeiro elemento de uma oração. Os resultados mostram que, no contexto de estudo em questão, os padrões temáticos de organização do sistema de PERIODICIDADE ocorrem também por concordância ao Processo (MOYANO, 2016). Tais resultados pretendem contribuir para as discussões e incentivar novas pesquisas a respeito da realização temática em português.

Palavras-chave: Linguística sistêmico-funcional. Sistema de PERIODICIDADE. Tema em português. Método de Desenvolvimento.

* I thank Professor Dr. Estela Inés Moyano - UNGS – Buenos Aires, whose guidelines during the completion of the Doctoral Internship - PDSE, were essential for this study. This research was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

¹ Instituto Federal Farroupilha - *Campus* Santa Rosa, Santa Rosa, RS, Brasil. Endereço eletrônico: taneamn@gmail.com.

Introduction

The system of PERIODICITY (MARTIN, 1992a; 1992b; 1993; MARTIN; ROSE, 2007) is a concept used in the Systemic-Functional Linguistics (SFL), originated from the studies of Halliday (1979/2002) and concerns the complementarity between Theme and New. In this article, a text excerpt about the survey of walls of a building under construction (BORGES, 2016) is analyzed from a discursive perspective (MARTIN, 1992a, 1992b, 1993; MARTIN; ROSE, 2007). It is intended to show the thematic patterns that organize the flow of information through the system of PERIODICITY (MARTIN, 1992a, 1992b, 1993; MARTIN; ROSE, 2007) and the strategies used by the author to establish the method of text development (FRIES, 1981/1983; MARTIN, 1992a).

This paper is part of a doctoral research, whose objective is *to identify and map the textual genres instantiated in texts of the area of civil construction - buildings*. The data analyzed refer to the Brazilian context of technical education, within the scope of the Federal Institutes of Science and Technology (IFs), particularly in what refers to the course of Buildings Integrated to High School.

The curricular analysis of the course in question allowed the identification of the main texts used by the students to build their technical knowledge in the area throughout their training. This criterion allowed the delimitation of the general *corpus* of the research, that is, the books: *Prática das pequenas construções* (BORGES, 2016, Practices of Small Constructions) and *O edifício e seu acabamento* (AZEREDO, 2016, The building and its finish), are included in the bibliography of several courses as being essential for building knowledge in buildings². For the present study an excerpt from one of the chapters of Borges' books (2016) will be analyzed.

This article is organized in three sections. The first one discusses the theoretical assumptions that guide this research; the second one presents the data analysis and discussion of the results and the last one brings the final considerations.

Theoretical Framework

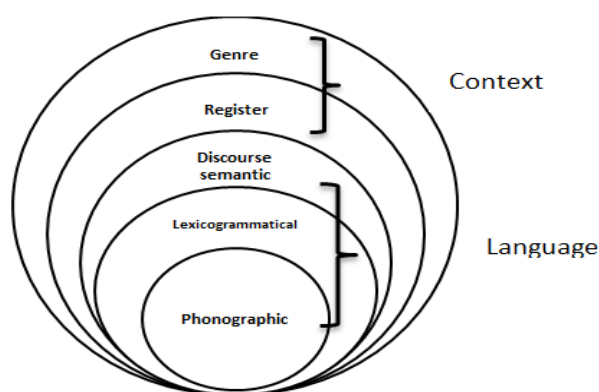
This work is related to the conception of language as a result of a social process that allows us to construct reality, to reflect and to act upon it (HALLIDAY, 1978). In this conception, language is a system of options and the text, used to carry out the most diverse actions of man with his environment, is an instance of this system. In this way, system and

² These are part of the corpus of analysis selected for the development of the doctoral thesis by the Post Graduate Program in Languages – Language Studies, UFRGS, Brazil.

text are two complementary phenomena in which the choices of the user in producing and transmitting a message are socially motivated (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004).

Based on this functionalist and systemic view of language (HALLIDAY, 1978) there is the stratified model of context and language (MARTIN, 1999; MARTIN; ROSE, 2007), in which the context is constituted of more abstract socio-semiotic strata, that is to say, the genre and the register, realized by the language, a semiotic system integrated in its different levels (MARTIN; ROSE, 2008).

Figure 1 - Context and language stratification



From: Martin (2008, p. 30).

In this perspective, a text is the instance of a genre and this is the recurrent configuration of meanings (register variables) that determines social practices of a given culture (MARTIN; ROSE, 2008). Regardless of the social environment in which they are produced, all texts have a purpose, and in many cases, especially when it comes to a longer text, several socio-communication goals are at stake. Such a situation may lead to its realization in a more complex configuration that instances several genres, or in terms of Martin and Rose (2008), a macro-genre.

A genre/macro-genre instantiates different possibilities of expression and understanding of meanings which are performed by the variables of record. These variables, field, tenor and mode, in their turn, are performed, respectively, by the metafunctions of the language: ideational, interpersonal and textual. In this sense, the linguistic choices used to produce the meanings of language as a representation of (ideational) human experience indicate the nature of the social action manifested in the text (field). In the same way, the patterns of achievement of interpersonal metafunction refer to language as an exchange and indicate the relationships between the participants in social action and the roles they play.

Finally, the textual metafunction indicates how the discourse is explicit in the text (mode) and materializes the ideational and interpersonal meanings (HALLIDAY, 1994; 2004).

With regard to the strata of language (discourse semantic, lexicogrammatical and phonographic), these allow to verify different aspects of the same text through the analysis of different units, as shown in the table below.

Table 1 - Strata of language and respective units of analysis

Strata	Unit
Discourse semantic	Text
Lexicogrammatical	Clause
Phonographic	Phoneme, intonation, graphic units

Adaptation from Moyano (2013, p.37)

Given these assumptions, a text produced in a particular culture shows how this culture achieves a social purpose. According to SFL, it is the grammar that constructs the relevant meanings and looking at the linguistic choices instantiated in the text plays a fundamental role in understanding the meanings produced. This implies analyzing the choices made by the writer in terms of the structure and use of language as clues to understanding the path of reading³.

The theory of stratified context and language (MARTIN, 1992a; MARTIN; ROSE, 2007) proposes possibilities of analysis in the discourse semantic stratum through several systems related to metafunctions. These systems direct the look of the discourse researcher to certain aspects of the text which, allied with each other, allow a deep and detailed view of the choices made by the author. Table 2 below illustrates these possibilities.

Table 2 - Correlation of realization

Register variables	Metafunctions	Discourse semantic systems
Field →	Ideational →	IDEATION CONJUNCTION
Tenor →	Interpersonal →	APPRAISAL NEGOTIATION
Mode →	Textual →	PERIODICITY IDENTIFICATION

Form: Martin (1992a).

³ Even though the model proposed by Martin applies to the interpretation of other forms of expression, I focus only on the scope of the written text for the purposes of this research.

In this section, Table 2 shows the realization of the stratum of the record by means of one of the strata of language⁴, the discourse semantics. Language metafunctions are performed through the systems of IDEATION, CONJUNCTION, APPRAISAL, NEGOTIATION, PERIODICITY and IDENTIFICATION; the focus of meaning is beyond prayer in the relationships constructed throughout the text as a means to show the constitutive role of language in social life.

Among these language systems related to the organization of meaning, in this work, I focus on the role of the PERIODICITY system (Martin, 1992a; 1992b; 1993; Martin & Rose, 2007) whose concept originates from Halliday's studies (1979/2002) regarding the complementarity between Theme and New. The PERIODICITY system occurs both in the macro (in the text) and micro configuration (in the clause) and its identification helps in the overall comprehension of the text, since it is possible to notice the regularity of the information flow that organizes the discourse fluidity having the text as its . In these terms, the construction of the periodicity of discourse occurs by the effect of the peaks of prominence formed by elements of two different structures, the Theme, from the thematic structure Theme-Rheme and the New, from the information structure Given-New (MOYANO, 2015).

The Theme, in many languages, is an element of the clause that directs the way information flows to achieve its social purpose. In the systemic-functional view, Theme "is the element that serves as the starting point of the message, it is what the clause is about" (HALLIDAY, 1994, p. 37).

Linked to this perspective, from the discursive point of view, understanding a text implies understanding the way meanings are realized as it unfolds. The information flow is compared to small waves that merge with larger waves and determine the rhythm of speech, with peaks of prominence in the clause, in the paragraph, and in the text as a whole. The complementarity of these peaks of prominence, which form a regular pattern of waves at a predictable rate, constitutes the system of PERIODICITY in discourse (MARTIN, 1992a; MARTIN; ROSE, 2007).

At the clause level, the smaller waves are constituted by the peak of prominence realized by the Theme, complemented by the peak of prominence of the information, realized by the New. At the discourse level, the waves expand as the text flows and are made up of

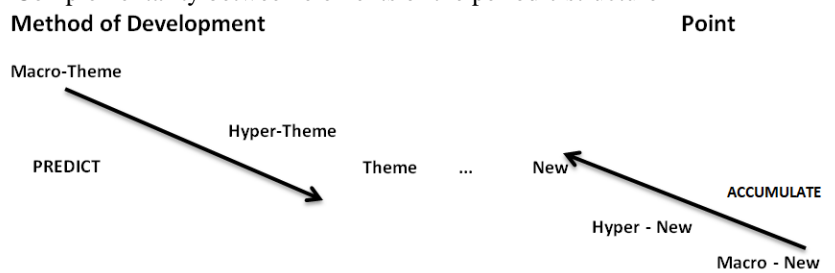
⁴ As the analysis of this work is done considering the relationships in the text, we focus on Table 2, the -discourse semantic stratum. However, as shown in Table 1, as the degree of specificity in the systemic description increases, we reach lower stratum levels and take smaller units of analysis.

patterns of hyperThemes and macroThemes. Complementarity occurs in different phases of discourse by the standards of New, hyperNew and macroNew, whose cumulative function consolidates the information constructed in the text (MARTIN, 1992a; 1992b).

In this configuration, hyper-Themes consist of clauses that introduce a phase of discourse and set expectations of how the text will develop. Hyper-News, in turn, summarize and complement information announced in hyper-Themes. Likewise, macro-Themes lie beyond the clause and paragraph at a higher level in the hierarchy of PERIODICITY and encompass broader phases of discourse. These predict hyper-Themes complemented by even greater peaks of prominence that summarize and consolidate, in macro-New, the information constructed in the text and enable the opening to new information (MARTIN, 1992a; 1992b).

Figure 2 illustrates the complementarity between Theme/hyper-Theme/ macro-Theme and New/hyper-New/macro-New for the construction of the PERIODICITY system of a text. In this relationship, one constructs the method of development and the point of the text, two concepts elaborated by Fries (1981/1983) which considers the information of the Rheme as constitutive elements of the point of the text. However, Martin (1992a, pp. 448-460 and 1992b, pp. 168-173) and Martin and Rose (2007, p.192), based on the SFL, extend the discussion and propose that the point occurs by the set of News.

Figure 2 - Complementarity between elements of the periodic structure



From Martin (1992a, p. 456).

As you can see, Theme patterns can be predicted in the macro-Themes and hyper-Themes and are related to the global aspects of the text structure. In this sense, in Martin's terms (1992a, 1992b), defining the Theme as the starting point of the clause does not necessarily mean that the Theme is the first element of the clause⁵, but it is the one which directs the way to be covered by the text. According to the author, the thematic choices are not random, they tend to be systematic and establish an orientation to an aspect of the field of

⁵ Although that is the case in languages such as English (HALLIDAY, 1994).

discourse; therefore, it is these patterns that instantiate the method for the development of a text (MARTIN, 1992a).

The method of development "is the lens through which the field is constructed" (MARTIN, 1992b, p. 172) and informs where the text originates. In this sense, while the Theme is related to the lexical chains that guide the field and construct meanings throughout the text, the New complements the method of development and establishes the point of the discourse, that is, the direction the text follows to accomplish its purpose. Thus, the "Theme ties the text down, point elaborates it, developing it as News" (MARTIN, 1992b, p. 172).

Although the Theme is realized in different ways in different languages, in general, for its realization, the textual and interpersonal elements are optional, while the ideational ones are indispensable (ROSE, 2001). The ideational Theme or topic Theme (HALLIDAY, 1994) is usually a participant and, in languages like English, it converges with the Subject; a circumstance usually indicates a marked Theme and signals new steps in a sequence of events.

Studies on the typology of languages (CAFFAREL; MARTIN; MATTHIESSEN, 2004) showed the different achievements of the periodic structure in languages, such as Chinese (HALLIDAY; MCDONALD, 2004), Vietnamese (THAI, 2004), Tagalog (MARTIN, 2004), Pitjantjatjara (ROSE, 2004), French (CAFFAREL, 2004), Japanese (TERUYA, 2004), Telugu (PRAKASAM, 2004) and German (STEINER; TEICH, 2004). Matthiessen (2004), in a comparative study, points out that the realization of periodic meanings based on degrees of prominence, which can occur in the clause in different ways: (a) intonationally, through tonic prominence; (b) sequentially, by prominence at the beginning or end of the clause, and (c) by segment, with the use of a marker indicating the prominent element.

In Spanish, studies on the subject differ⁶. In a comparative study of Theme between declarative sentences in English and Spanish, Moyano (2016) proposes a new look in relation to previous studies. The author postulates the possibility of considering as Topic the concurring participant, expressed or elliptical, and, if expressed, before or after the Process. Another prominent characteristic refers to the fact that the signs of verbal posting agree with "one 'central' or 'major' participant of the clause, whether it is the more active participant (active voice) or the one affected by the process (passive voice)" (MOYANO, 2016, p. 191). In the occurrence of an elliptical subject, the meaning is recoverable from an element of preceding clauses or from context.

⁶ For further information, verify Moyano (2010).

This study shows the verbal affix in Spanish as a device of reference related to the element of the clause that fulfills the function of the Theme and points out the accomplishment of the periodic structure in Spanish by agreement. This occurs, according to Moyano (*op.cit*), through the meaning of the verbal affix as a thematic marker located in the domain of the verbal group, indicating the participant who performs this textual function of the clause.

In Portuguese, the few studies dedicated to the topic postulate that Theme is more related to a functional definition than to its position in the clause. Since the language presents the possibility of null subject, in a clause with this type of occurrence, the verb cannot be indicated as Theme, since, “if the subject is recoverable, the subject will be the Theme” (GOUVEIA; BARBARA, 2006, p. 65).

An analysis of the meta-functional profile of Brazilian Portuguese, developed by Figueredo (2011), shows the contribution of the Theme to consolidate the text as a unit of meaning and to establish the basis of what is to come. The author follows Halliday (1994; 2004) in the sense that the theme is the starting point of the message and considers the organization of discourse closely linked to what comes first in each clause. In order to do so, he postulates that “the theme in Brazilian Portuguese has apparent realization and consequently, its identification is given by the first position in the structure” (FIGUEREDO, 2011, p. 307).

From the point of view of discourse, Figueredo (*op. cit.*) follows Halliday and Matthiessen (1999, p. 12) in the sense that the Theme lays the basis for the discourse that is to come. From the point of view of the clause, “the Theme is responsible for establishing the basis of interpretation for the rest of the clause, which is the Rheme, hence culminating in its point of arrival” (FIGUEREDO, 2011, p. 103).

Analysis: Theme, PERIODICITY and Method of Text Development

As explained in the introduction, we analyze fragments of a text of the construction area - buildings, used in the scope of technical high school. The focus is on the discursive sphere to identify thematic organization patterns in order to (a) verify how the system of PERIODICITY is performed and (b) take a first step to understand how to establish the field of the text.

In order to do so, we selected excerpts from a text about the building of walls on the ground floor of a building under construction. Next, the clauses were separated one by one in

order to identify the thematic selection patterns that construct the method of text development (FRIES, 1981/1983; MARTIN, 1992a, 1992b).

Table 3 shows the identification of the Theme following studies developed about Portuguese (FIGUEREDO, 2011). The clauses are separated into columns according to the function of the elements in the text, adopting the following format: in *italics* the occurrences of *Textual and Interpersonal Theme*; in **bold** the occurrences of **Experiential Theme**, if it is a **Marked Theme**, it will be **underlined and in bold**, both (marked and unmarked) with elliptical elements in brackets; and, in the last column of the table, it is the Rheme.

Table 3 - Patterns of the Theme

TXT Theme	INTP Theme	Experiential Theme	Rheme
		Ø [Nós]	Devemos deixar no mínimo um dia para a secagem da camada de impermeabilização e, só então serão erguidas as paredes do andar térreo que devem obedecer a planta construtiva em suas posições e espessuras (um ou meio tijolo).
Ø (We) must leave at least one day for the waterproofing layer to dry and only then the walls of the ground floor will be built, which must obey the building plan in its positions and thicknesses (one or half brick).			
§			
		O serviço [de levantar as paredes]	é iniciado pelos cantos, de preferência os principais e obedecer (sic) o alinhamento vertical o prumo do pedreiro.
		No sentido horizontal,	uniformizando as alturas ou espessuras das fiadas, cabe ao cantilhão funcionar como guia.
		O cantilhão	consiste de uma régua de madeira, com comprimento do pé direito do andar (distância que vai do piso ao forro graduada fiada por fiada).
		A graduação	é de 6,5 cm em 6,5 cm, pois o tijolo tem 0,50 cm de espessura e prevê-se uma camada de 1,5cm de argamassa entre duas fiadas (se a opção for pela utilização de tijolos baianos ou blocos de concreto deve-se (sic) adotar os espaçamentos correspondentes).
		A marcação dos traços sobre a régua	é feita com o auxílio do serrote, abrindo-se pequenos sulcos que assim permanecem bem visíveis.
		Os cantos	são levantados em primeiro lugar, pois dessa forma o restante da parede será erguido sem maiores preocupações de prumo e horizontabilidade das fiadas
		Estica-se	uma linha entre os dois cantos já levantados, fiada por fiada, servindo esta de guia para os tijolos.

		A Figura 7-1	explica essa vantagem mais claramente demonstrando nela o cantilhão que se encarregará de manter todas as fiadas num mesmo plano horizontal, evitando o aspecto desagradável de uma alvenaria com linhas inclinadas e irregulares.
		Observe	ainda nesta figura a preocupação de manter as juntas desencontradas (em amarração) para evitar o cisalhamento vertical do maciço.
<p>The service [of building the walls] starts by the corners, preferably the main ones and obey (sic) the vertical alignment of the mason's plumb-line. In the horizontal direction, uniformizing the heights or thicknesses of the rows, it is up to the building corner profile to function as a guide. The building corner profile consists of a wooden ruler, with length of the ceiling height from the floor (distance that goes from the floor to the ceiling graded row by row). <i>The grading is of 6.5 cm in 6.5 cm, because the brick is 0.50 cm thick and a layer of 1.5 cm of mortar is expected between two rows (if the option is for the use of Bahia bricks or blocks of concrete, (sic) one must adopt the corresponding spacing)</i>. The marking of traces on the ruler is made with the aid of the saw, opening small grooves that remain very visible by doing so. The corners are raised first, because in this way the rest of the wall will be erected without major concerns of plumb-line and horizontability of the rows. A line is stretched between the two already raised corners, row by row, serving as a guide for the bricks. Picture 7-1 explains this advantage more clearly demonstrating in it the building corner profile that will be in charge to keep all the rows in the same horizontal direction, avoiding the unpleasant aspect of a masonry with bent and irregular lines. Observe in this picture the concern of keeping the joints mismatched (in binding) to avoid the vertical shear of the solid brick.</p>			
§			
		Sempre	recebemos certa quantidade de tijolos partidos juntamente com os perfeitos.
		Esses pedaços	devem ser aproveitados nos alicerces e nas paredes de um tijolo.
		O seu emprego	deve ser evitado nas paredes de meio tijolo, pois atrapalham a amarração, além de provocarem falhas no alinhamento e no prumo.
<p>(We) always receive a certain amount of broken bricks along with the perfect ones. These pieces should be used on the foundations and walls of a brick. Its usage should be avoided in the walls of half a brick, as they hinder the binding, besides causing failures in alignment and plumb-line.</p>			

The author begins the text with the Elliptical Theme [We] referring to the subject discussed in the previous chapter (waterproofing). In the Rheme you will find the information that will direct the subject of the chapter “building of the walls” indicated by “the walls of the ground floor will be built”. This same information is taken up by the Theme of the second paragraph.

The second paragraph begins with the theme “**The service**” inferred as “the service [of building walls]” and is complemented by information on how to proceed to build the walls. Next, the Theme marked “**In the horizontal direction,**” indicates the stage in which the forms of alignments to be used in the building of the walls will be detailed. The Themes that follow “**The building corner profile**”, “**The grading**”, “**The marking of traces on the ruler**”, “**The corners**” are elements that reinforce the information about the horizontal alignment. All of these Themes presented with the exception of the marked Theme performed by a mode Circumstance are performed by Participants. However, this linearity is broken by the thematic realization by means of a Process “Is stretch”, followed by a Theme formed by a Participant “**Picture 7-1**”, culminating in an elliptical Theme (you) according to the Process “**Observe**”.

The third paragraph begins with the marked Theme “**Always**”, performed by a time Circumstance. The marking indicates a break because it introduces a new phase of the discourse that provides information about the consequences of the use of irregular bricks in a construction, that is, they can cause “plumb alignment failures”. The other Themes in this paragraph are made by Participants explicitly and by ellipse: “**These pieces**”, “**its usage**”.

It can be seen that the lexical chains carried out by the unmarked Themes in these fragments help to construct the field on “building of walls”. They are identified by the participants who carry out most of the Themes, that is, “*the service [of building walls], the building corner profile, the grading, the marking of the traces, the corners*”.

However, there is a discontinuity in the thematic realization pattern given that some Themes are performed by the Processes “**Is stretched (estica-se)**” and “**Observe**”. This situation differs from Fries's (1981/1983) postulates that the Themes of the clauses of a paragraph, related to a given semantic field, create the method of development of this paragraph. In addition, the use of two Processes in the first position in the clause (thematic position according to Figueredo, 2011) also conflicts with the results of the research carried out by Rose (2011) on the thematic realization. According to the author, in general, in all languages, the Themes are participants.

Therefore, it is proposed, in this article, to look at the realization of the Theme in Portuguese, in consonance with studies of Moyano (2015; 2016) about the periodic realization in Spanish occurring by agreement. In this new analysis, presented below, we try to analyze whether the condition of the postponed concordant to the verb is an element of the same lexical chain of the Themes that construct the field, and whether this could be considered Theme in Portuguese. Moreover, there is an attempt to understand whether under the

perspective of the confluence between Theme and New, there would be a lexical pattern in the thematic choices.

Table 4, in the sequence, illustrates this analysis and presents all the clauses separated into columns according to the function of the elements. In relation to the previous analysis, presented schematically in Table 3, this new Table 4 presents the possibility of, in some clauses, the Theme to converge with the New was included. Therefore, the Processes were isolated in a new column in order to mark the agreeing element. Hence, Table 4 presents the following conventions: in *italics*, the occurrences of *Textual and Interpersonal Theme*; in **bold** the **unmarked experiential Themes**; in **underlined bold** occurrences of **marked experiential Theme**, both with elliptical elements in brackets; in *italics, in bold and underlined* the elements of **confluence of Theme /New**; and finally, the column corresponding to New. The circles highlight the verbal endings and the arrows indicate the agreeing element.

Table 4 - Patterns of the Theme and confluence of Theme/New

TXT Theme	INTP Theme	Marked Experiential Theme	Experiential Theme		Theme /New	New
			Ø [Nós]	Devemos		no mínimo um dia para a secagem da camada de impermeabilização
		<i>só então</i>		serão erguidas	<i>as paredes do andar térreo</i>	
			que [as paredes do andar térreo]	devem obedecer		a planta construtiva em suas posições e espessuras (um ou meio tijolo).
(We) must leave at least one day for the waterproofing layer to dry and only then the walls of the ground floor will be built, which must obey the building plan in its positions and thicknesses (one or half brick).						
§						
			O serviço [de levantar as paredes]	é iniciado		pelos cantos, de preferência os principais
<i>e</i>			Ø [O serviço de levantar as paredes]	(sic) [deve] obedecer ^a		o alinhamento vertical o prumo do pedreiro
§						
		No sentido horizontal, uniformizando as alturas ou espessuras das fiadas.		cabe ao cantilhão	<i>funcionar como guia.</i>	
			O cantilhão	consiste		de uma régua de

						madeira, com comprimento do pé direito do andar (distância graduada fiada por fiada)) [[que vai do piso ao forro]]
§						
			A graduação	é		de 6,5 cm em 6,5 cm
<i>pois</i>			o tijolo	tem		0,50 cm de espessura
<i>e</i>				prevê-se	<u>uma camada de 1,5cm de argamassam entre duas fiadas</u>	
		(se a opção for pela utilização de tijolos baianos ou blocos de concreto		deve-se (sic) adotar	<u>os espaçamentos correspondentes).</u>	
§						
			A maração dos traços sobre a régua	é feita		com o auxílio do serrote,
				abrindo-se ^b	<u>pequenos sulcos</u>	
<i>que assim</i>			Ø [pequenos sulcos]	permanecem		bem visíveis
§						
			Os cantos	(são) levantados		em primeiro lugar,
<i>pois dessa forma</i>			o restante da parede	sefa erguido		sem maiores preocupações de prumo e horizontabilidade das fiadas
§						
				Estica-se	<u>uma linha entre os dois cantos já levantados, fiada por fiada,</u>	
				servindo	<u>Esta</u>	de guia para os tijolos.
§						
			A Figura 7-1	explica		essa vantagem mais claramente demonstrando nela o cantilhão
			Ø[o cantilhão]	se encarregará de manter		todas as fiadas num mesmo plano horizontal,
			Ø[o cantilhão]	Evitando		o aspecto desagradável de

						uma alvenaria com linhas inclinadas e irregulares.
§						
			Ø [você]	Observe		ainda nesta figura a preocupação de manter as juntas desencontradas (em amarração) para evitar o cisalhamento vertical do maciço.
<p>The service [of building the walls] starts by the corners, preferably the main ones and obey (sic) the vertical alignment of the mason's plumb-line. In the horizontal direction, uniformizing the heights or thicknesses of the rows, it is up to the building corner profile to function as a guide. The building corner profile consists of a wooden ruler, with length of the ceiling height from the floor (distance that goes from the floor to the ceiling graded row by row). The grading is of 6.5 cm in 6.5 cm, <i>because the brick</i> is 0.50 cm thick and a layer of 1.5 cm of mortar is expected between two rows (if the option is for the use of Bahia bricks or blocks of concrete, (sic) one must adopt the corresponding spacing). The marking of traces on the ruler is made with the aid of the saw, opening small grooves that remain very visible by doing so. The corners are raised first, because in this way the rest of the wall will be erected without major concerns of plumb-line and horizontability of the rows. A line is stretched between the two already raised corners, row by row, servicing as a guide for the bricks. Picture 7-1 explains this advantage more clearly demonstrating in it the building corner profile that will be in charge to keep all the rows in the same horizontal direction, avoiding the unpleasant aspect of a masonry with bent and irregular lines. Observe in this picture the concern of keeping the joints mismatched (in binding) to avoid the vertical shear of the solid brick.</p>						
§						
		Sempre	Ø [Nós]	recebemos		certa quantidade de tijolos partidos juntamente com os perfeitos.
			Esses pedaços	devem ser aproveitados		nos alicerces e nas paredes de um tijolo.
			O seu emprego [tijolos partidos]	deve ser evitado		nas paredes de meio tijolo,
<i>pois</i>			Ø [os tijolos partidos]	atrapalham		a amarração,
<i>além de</i>			Ø [os tijolos partidos]	provocarem		falhas no alinhamento e no prumo
<p>(We) always receive a certain amount of broken bricks along with the perfect ones. These pieces should be used on the foundations and walls of a brick. Its usage should be avoided in the walls of half a brick, as they hinder the binding, besides causing failures in alignment and plumb-line.</p> <p><i>Note a:</i> In this situation, the verb is not conjugated, it appears in its infinitive form, and the conjugation is taken from the verb that performs the Process of the previous clause. "It is a 'habitual phenomenon in the uses of oral Portuguese.'" (personal communication by Figueredo, 2011).</p> <p><i>Note b:</i> In this case, the Participant that would be the concordant was considered as Theme in case the verb that carries out the Process was conjugated.</p>						

Table 4 shows the Participants as elements of the lexical chain that constructs the field in the same way as Table 3. In the clauses of the first and second paragraphs in which there are occurrences of the marked Themes, “**only then**”, “**In the horizontal direction, uniformizing heights or thicknesses of the rows**” and “**(if the option is for the use of Bahia bricks or blocks of concrete)**” there is a kind of movement of the concordant element for the postposition in relation to the verb. In these cases, the agreement occurs with the following elements, respectively: “the walls of the ground floor”, “work as a guide [for alignment]” and “the corresponding spacing”.

In the situations in which the analysis of Table 3 showed the thematic accomplishment through the Process “**is stretched**”, in this are other Processes “**is foreseen**”, “**one must (sic) adopt**”, “**opening**” and “**servicing**”, all with displacement of the matching element for the postposition. In these cases, again, one could postulate the confluence of Theme and New, which are performed by the following Participants: “**a layer of 1.5cm of mortar between two rows**”, “**the corresponding spacing**”, “**small grooves**”, “**a line between the two already lifted corners, row by row**” and “**this [line between two corners ...]**”.

The Themes of the third paragraph are performed by the following Participants: “[We]; the walls of the ground floor; the [wall-lift] service; act as a guide [the building corner profile]; the building corner profile; grading; or brick; a layer of 1.5cm of mortar between two rows; the corresponding spacing; the marking of traces; small grooves; the corners; the rest of the wall; a line between the two already raised corners, row by row; this [the line between two corners ...]; Picture 7-2; Ø [the building corner profile]; Ø [you]; Ø [we]; these pieces [of bricks]; its usage [pieces of bricks]”.

The analysis represented in Table 4 shows more clearly the method of development of the text adopted by the author, since it analyzes all the relations between Processes and Participants and allows us to identify the lexical choices that construct the field of the text.

Final considerations

In this study, thematic realization patterns that organize the information flow in texts of the area of civil construction - buildings were identified, in order to understand how the system of PERIODICITY occurs in these texts in Brazilian Portuguese. Furthermore, the lexical patterns that give evidence of how the field is organized in the text have been investigated. In order to do so, two perspectives were followed: (a) the first one, exposed in Table 3, related to studies on Brazilian Portuguese that consider the realization of the Theme “by the first position in the structure” (FIGUEREDO, 2011, p. 307); and (b) the second, demonstrated in

Table 4, based on the method of text development (FRIES, 1981/1983) and on the hypothesis that the Theme could be by agreement to the Process, having the confluence between Theme and New in some cases (MOYANO, 2016).

Concerning the first perspective, in the fragment analyzed and illustrated in Table 3, the Theme was performed by Participants (“*the service*”, “*the building corner profile*”...), by Processes (“*Stretch*”, “*Observe*”) and by Circumstances (“*In the horizontal direction*”, “*Always*”). As a result, it is possible to observe this variation in the elements that perform the role of Theme in the clauses (Participants, Processes and Circumstances) does not allow the identification of a lexical pattern that would indicate the method of text development and, as a consequence, it does not allow the identification of patterns in the organization of the field either.

In this sense, the second analysis perspective, expressed in Table 4, propose the analysis of the occurrence of the Theme by agreement. The results showed that, except in cases where Themes are performed by ellipsis [we] and [you], there is a lexical pattern around which information flows throughout the text. Thematic choices formed by Participants such as “*ground floor walls, mortar layer, rows, spacing, building corner profile, marking, corners, bricks, remaining wall*” construct the semantic field “building of walls” and create the method of text development.

It is emphasized that the elements related to these lexical chains do not always appear in the first position in the clause. However, sometimes in the first position, sometimes in confluence with the New, they all are, by agreement, directly related to the Processes. In this sense, it is possible to claim that the realization of the Theme and, consequently, the realization of the PERIODICITY of the text is by agreement.

Although the analysis has shown this possibility, it is emphasized that the argumentation about the realization of the periodic structure in Brazilian Portuguese by agreement refers to texts of the specific context of this research and, therefore, is not conclusive. Such results contribute to the discussions around the thematic realization and the PERIODICITY system, at the same time as they encourage new investigations that can deepen the understanding on the subject.

References

AZEREDO, H. A. **O edifício e seu acabamento**. (Rev. Ed.) São Paulo: Edgard Blücher. 2016.

BORGES, A. C. **Prática das pequenas construções**. v. 1, 8. ed, rev. ed. São Paulo: Edgard Blücher. 2016.

CAFFAREL, A. Metafunctional profile of the grammar of French. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.). **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins, 2004. p. 305-396.

CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.). Introduction: Systemic functional typology. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.). **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins, 2004. p. 1-76.

FIGUEREDO, G. **Introdução ao perfil metafuncional do português brasileiro: contribuições para os estudos multilíngues**. 2011. Dissertation (Doctorate in Applied Linguistics) - Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2011.

FRIES, P. H. On the status of Theme in English: Arguments from discourse. **Forum Linguisticum**, v. 6, n. 1, p. 1-38, (August). Reprinted in PETÖFI, J.; SÖZGER, E. (Eds.). (1983). **Micro and Macro Connexity of Texts**, (pp. 116-152). **Papers in Text Linguistics** 45, Hamburg, Helmut Buske Verlag, 1981.

GOUVEIA, C.; BARBARA, L. Marcado ou não marcado não é a questão, a questão é: onde está o Tema? In: MOTT-ROTH, D.; ALMEIDA DE BARROS, N. C.; RICHTER, M. G. (Eds.). **Linguagem, Cultura e Sociedade**. Santa Maria: Postgraduate program in Letras, UFSM, 2006. p. 155-157.

HALLIDAY, M. A. K. **Language as social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

HALLIDAY, M. A. K. Modes of meaning and modes of expression: types of grammatical structure and their determination by different semantic functions. In: **On Grammar** (Vol. 1 in the Collected Works of M.A.K. Halliday, ed. by Jonathan J. Webster, pp.196–218). (First published in *Function and context in linguistic analysis: A festschrift for William Haas*. ed. by D. J. Allerton, E. Carney & D. Holdcroft, pp. 57–79. Cambridge: Cambridge University Press.) London: Continuum, 1979/2002.

HALLIDAY, M. A. K. **An Introduction to Functional Grammar**. 2. ed. London: Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Construing experience as meaning: a language based approach to cognition**. London: Cassel, 1999.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An Introduction to Functional Grammar**. 3. ed. London: Arnold, 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; McDONALD, E. Metafunctional profile of the grammar of Chinese. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J.; MATTHIESSEN C. M. I. M. (Eds.). **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins, 2004. p. 305-396.

MARTIN, J. R. **English Text: System and Structure**. Amsterdam: John Benjamins, 1992a. doi: 10.1075/z.59

MARTIN, J. R. Theme, method of development and existentiality: the price of reply. **Occasional Papers in Systemic Linguistics**, v. 6, p. 147-183, 1992b.

MARTIN, J. R. A contextual theory of language. In: COPE, B.; KALANTZIS, M. **The powers of literacy: A genre approach to teaching writing**. London: The Falmer Press, 1993. p. 116-136.

MARTIN, J. R. Modelling context: a crooked path of progress in contextual linguistics (Sydney SFL). In: GHADDESSY, M. (Ed). **Text and Context in Functional Linguistics**. Amsterdam: Benjamins (CILT Series IV), 1999. p. 25-61.

MARTIN, J. R. Metafunctional profile of the grammar of Tagalog. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.) **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins. 2004. p. 305-396.

MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, M. I. M.; PAINTER, C. **Deploying Functional Grammar**. Beijing: The Commercial Press, 2010.

MARTIN J. R.; ROSE, D. **Working with Discourse: Meaning Beyond the Clause**. 2. ed. London: Continuum, 2007.

MARTIN, J. R.; ROSE, D. **Genre Relations: Mapping Culture**. Equinox: London and Oakville, 2008.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. **Lexicogrammatical Cartography: English Systems**. Tokyo: International Language Science Publishers, 1995.

MATTHIESSEN, C. M. I. M. Descriptive motifs and generalizations. In: CAFFAREL, A., MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.). **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins. 2004. p. 305-396.

MOYANO, E. I. El sistema de Tema en español: una mirada discursiva sobre una cuestión controvertida. In: GHIO E.; FERNÁNDEZ, M. D. (Eds.). **El discurso en español y portugués: Estudios desde una perspectiva sistémico-funcional**. Santa Fe: Universidad Nacional del Litoral, 2010. p. 39-87.

MOYANO, E. I. (Org.). **Aprender ciencias y humanidades: una cuestión de lectura y escritura**. Aportes para la construcción de un programa de inclusión social a través de la educación lingüística. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2013.

MOYANO, E. I. Little and bigger waves: Theme and Periodicity in Spanish academic texts. Colloquium on Communicative Dynamism above below and at clause level: a SFL approach. Coordinator: Gerard O'Grady (U.Cardiff, UK). In: 42TH INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS (ISFC), RWTH Aachen University, Aachen, Germany, from July 27th to 31st, 2015.

MOYANO, E. I. Theme in English and Spanish: Different means of realization for the same textual function. In: CLARK, B.; ARÚS-HITA, J. (Eds.). **Special Issue on Communicative Dynamism**, English Text Construction, v. 9, n. 1, p. 190-220, 2016.

PRAKASAM, V. Metafunctional profile of the grammar of Telugu. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.). **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins. 2004. p. 305-396.

ROSE, D. Some variation in Theme across languages. **Functions of Language**, v. 8, n. 1, p. 109-145, 2001.

ROSE, D. Metafunctional profile of the grammar of Pitjantjatjara. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.). **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins. 2004. p. 305-396.

STEINER, E.; TEICH, E. Metafunctional profile of the grammar of German. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.). **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins. 2004. p. 305-396.

TERUYA, K. Metafunctional profile of the grammar of Japanese. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.). **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins. 2004. p. 305-396.

THAI, M. D. Metafunctional profile of the grammar of Vietnamese. In: CAFFAREL, A.; MARTIN, J. R.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. (Eds.). **Language Typology: A Functional Perspective**. Amsterdam: Benjamins. 2004. p. 305-396.

Sobre a autora

Tânea Maria Nonemacher (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-1099-3005>)

Doutora em Letras (Estudos da Linguagem) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); mestra em Educação nas Ciências pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ); graduada em Letras - Português/Inglês e respectivas literaturas pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco. É professora do Instituto Federal Farroupilha (IFFarroupilha).

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

Coerência referencial e ordem oracional

Referential coherence and order of clauses

Sávio André de Souza Cavalcante¹

Márluce Coan²

Resumo: Tomando por base o fenômeno da coerência referencial tal como entendido por Givón (1995; 2001b), analisamos suas consequências sintáticas na combinação de cláusulas. Com apoio em teorias funcionalistas que defendem a articulação de cláusulas em termos de gradiência (HAIMAN; THOMPSON, 1984; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; GIVÓN, 2001b), descrevemos e analisamos 596 Cláusulas Hipotáticas Temporais do *Corpus Sociolinguístico de la Ciudad de México* (CSCM) e testamos a hipótese de Givón (1995; 2001b) sobre continuidade referencial em cláusulas mais integradas às que se articulam, observando a posição (anteposta, intercalada, posposta), seu tipo (desenvolvida, reduzida) e seus sujeitos (correferenciais ou não aos de suas nucleares). Nossos resultados mostram a atuação do princípio de marcação e sua dependência ao contexto (GIVÓN, 1995; 2001a) e do princípio de expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012), principalmente no uso de cláusulas intercaladas, formas menos marcadas nesse contexto, por expressarem maior coerência referencial do que as antepostas e pospostas. Concluímos que a combinação de orações serve a propósitos discursivos, mobilizando a coerência referencial no discurso, cujos meios sintáticos são expressos em cláusulas mais integradas à sua nuclear.

Palavras-chave: Coerência referencial. Ordem oracional. Cláusulas Hipotáticas Temporais. Funcionalismo norte-americano.

Abstract: Based on the phenomenon of referential coherence as understood by Givón (1995; 2001b), we analyzed its syntactic consequences in the combination of clauses. Supported by functionalist theories that defend the articulation of clauses in terms of gradience (HAIMAN; THOMPSON, 1984; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; GIVÓN, 2001b), we described and analyzed 596 Temporal Hypotactic Clauses of the *Corpus Sociolinguístico de la Ciudad de México* (CSCM) and we tested Givón (1995; 2001b)'s hypotheses regarding the greater referential continuity of clauses more integrated to those to which they are articulated. We observed the position of the clause (preposed, interpolated, postposed), its type (developed, reduced), and its subject (coreferential or non-coreferential to the nuclear clause's subject). Our results show the role of the markedness principle along with its dependence on context (GIVÓN, 1995; 2001a) and the principle of expressiveness (DUBOIS; VOTRE, 2012) in the use of interpolated sentences, which are less marked forms in this context, as they express greater referential coherence than preposed and postposed clauses. We conclude that the combination of clauses has discursive purposes, mobilizing the discourse referential coherence, whose syntactic means are expressed in clauses more integrated to their sentential nucleus.

Keywords: Referential coherence. Order of clauses. Temporal Circumstantial Hypotactic Clauses. North American functionalism.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Endereço eletrônico: savio.andre@ifce.edu.br.

² Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Vernáculas, Fortaleza, CE, Brasil. Endereço eletrônico: coanmalu@ufc.br.

Introdução

Dentre os aspectos que pautam a combinação oracional estão, na visão de Givón (1995; 2001b), os relacionados à coerência interoracional, mecanismo que permite a continuidade discursiva dos enunciados conectados³. O autor explica que não é possível haver independência contextual de cláusulas em um discurso articulado e que essa coerência discursiva sempre apresentará consequências gramaticais.

Entre os meios sintáticos de gerenciamento da continuidade referencial, ressaltamos a ordem de Cláusulas Temporais em relação às suas respectivas nucleares, estratégia empregada pelo falante para o encaminhamento de seus objetivos comunicativos por meio da codificação de distintas funções textual-discursivas, como vemos em (01) a (03):

(01) 31 I: sí/ todavía/ y habitualmente **cuando**// **pues no sé/ cuando** <~cuando:>/ **termina uno de comer/ ah/ pues no sé/ tienes/ tres cuatro/ cinco personas/ y pues no te da tanta flojera/ ¿verdad?** <~verdá>// y y **cuando yo llegué/ cuando tenía seis años/ llegando llegando en la terminal** este/ por ahí <~ai>/ nos paramos a/ a comer algo/ y entonces/ **cuando yo terminé** me/ me <~me:>/ **hiqué en una de las sillas y me puse a ver toda** <~to:da> la gente que había ahí/ ¿no?/

(31 I: sim/ ainda/ e habitualmente **quando**// **pois não sei/ quando alguém termina de comer/ ah/ pois não sei/ tens/ três quatro/ cinco pessoas/ e pois não te dá tanta moleza/ verdade?// e e quando eu cheguei/ quando tinha seis anos/ chegando chegando ao terminal** este/ por aí/ paramos a/ a comer algo/ e então/ **quando eu terminei** me/ me/ **finquei em uma das cadeiras e comecei a ver toda as pessoas que havia aí/ não?/**). (ENTREVISTA 55 – ME-110-22M-00).

(02) ... sí/ yo también **cuando la conocí/ pensé que era más joven**//(...).

(sim/ eu também **quando a conheci/ pensei que era mais jovem**// (...)).
(ENTREVISTA 7 – ME-107-31M-00).

³ Admitimos o postulado da relação entre coerência e coesão, embora sem limites precisos, porque “a coerência é estabelecida a partir da sequência linguística que constitui o texto, isto é, os elementos da superfície linguística é que servem de pistas, de ponto de partida para o estabelecimento da coerência. A coesão ajuda a estabelecer a coerência na interpretação dos textos, porque surge como uma manifestação superficial da coerência no processo de produção dos mesmos textos” (KOCH; TRAVAGLIA, 2015, p. 49). Neste trabalho, entretanto, adotamos a proposta de Givón (1995; 2001b), tendo em vista as reflexões do autor sobre os aspectos da continuidade discursiva e posição de orações, ponto de partida das hipóteses desta pesquisa.

(03) 496 I: ... en cambio/ en los nietos/ todo lo que hacen es gracia// *ya se me olvidó lo que hacían los niños/ **cuando empiezan a hablar***// ves cómo empiezan a estructurar las palabras/ y te mueres de emoción/ de cómo van// formando su cerebritito.

(496 I: ... ao contrário/ quanto aos netos/ todo o que fazem é graça// *eu já me esqueci do que faziam as crianças/ **quando começam a falar***// você vê como começam a estruturar as palavras/ e você morre de emoção/ de como vão// formando seu cerebrinho). (ENTREVISTA 31 – ME220-33M-02).

Nos exemplos apresentados, vemos, respectivamente, anteposição, intercalação e posposição de Cláusulas Temporais. Entre as várias cláusulas em (01), destacamos duas: *cuando termina uno de comer* (*quando alguém termina de comer*) e *llegando en la terminal* (*chegando ao terminal*), respectivamente, uma cláusula desenvolvida e uma reduzida. Iniciando um novo turno, o falante introduz uma Temporal com o pronome indefinido *uno* (*alguém*) trazendo um caráter de genericidade. À medida que prossegue, instaura a primeira pessoa por meio do pronome pessoal *yo* (*eu*), retomando-o nas cláusulas subsequentes.

Em (02), a Temporal *cuando la conocí* (*quando a conheci*) retoma o sujeito de primeira pessoa da nuclear à que se integra, sem marca pronominal. No trecho (03), a continuidade referencial também se observa, dessa vez com *cuando empiezan a hablar* (*quando começam a falar*). Em ambos, o sujeito se apresenta como correferencial ao da nuclear, o que não ocorre na primeira Temporal anteposta em (01).

Dessas observações, notamos que as cláusulas antepostas que iniciam turnos de fala parecem mais integradas às porções de texto anteriores, enquanto as intercaladas e as pospostas sugerem maior integração à sua cláusula nuclear. Em face dessa discussão, objetivamos analisar a coerência referencial codificada na posição de Orações Temporais, investigando a correferencialidade entre seus sujeitos e os de suas respectivas nucleares (identidade de elementos) e o tipo de oração, desenvolvida ou reduzida (compartilhamento de tempo-aspecto-modalidade com a nuclear pela redução de finitude). A análise aqui proposta tem como norte teórico a noção de coerência referencial (GIVÓN, 1995; 2001a; 2001b) e os princípios de marcação (GIVÓN, 1995; 2001a) e expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012).

Na próxima seção, tratamos de coerência referencial, seguindo-se seção sobre as cláusulas hipotáticas adverbiais, pois a continuidade (ou não) de elementos no discurso implica opções de ordenação ou, por prisma inverso (porém articulado), a ordenação de uma cláusula adverbial em relação a sua nuclear repercute na coerência referencial. Ordenação e correferencialidade refletem, portanto, marcação e expressividade, princípios que abordamos

na terceira seção teórica deste artigo e dos quais emergem nossas hipóteses. Seguem-se metodologia, análise e conclusões. Na metodologia, além da apresentação do corpus, explicitamos os parâmetros analíticos e expomos nossa opção pelo viés quantitativo. Essas etapas metodológicas culminam em análise que correlaciona resultados estatísticos aos pressupostos teóricos.

Coerência referencial

A coerência é definida por Givón (2001b) como a continuidade ou recorrência de elemento(s) em porções do discurso. Entre os elementos que podem expressar a coerência estão os referentes, entidades evocadas pelos falantes, em seu intento referencial, cujos efeitos na língua apontam para a coerência referencial. Segundo o mesmo autor, na articulação entre as cláusulas adverbiais e suas respectivas nucleares, a posição em que aquelas se apresentam revela aspectos da coerência referencial que delas emerge (GIVÓN, 2001b).

O autor, retomando Thompson (1985) e Ramsay (1987), conclui que cláusulas adverbiais pospostas teriam uma conectividade mais estrita às suas nucleares, apresentando sujeito correferencial, como no exemplo (03). Isso apontaria, sintaticamente, para um maior grau de integração entre essas cláusulas, o que se percebe, também, pela ausência de pausa. Já as adverbiais antepostas, voltando-se a cadeias, parágrafos ou episódios antecedentes, teriam um escopo mais amplo e difuso, não restrito à sua nuclear, inclusive separando-se dela por pausa. Como consequência, Givón (1995; 2001b) distribui as pospostas em contexto de alta continuidade temática, refletindo coerência mais local, e as antepostas, em contexto de alta descontinuidade temática, apontando para maior coerência global. A proposta do autor, no entanto, não especifica o escopo dos termos anteposição e posposição, ao que concluímos que se trata da posição em relação à nuclear, embora também possa se referir a posições pré e pós-verbais, critério depreendido de Olivares Pardo (2002) ao tratar de ordem de orações. Os resultados apontados pelo pesquisador também não mencionam as estruturas intercaladas prototípicas (CAVALCANTE, 2020), inseridas entre verbo e seus argumentos/circunstâncias.

Outra consequência sintática da continuidade discursiva é a tendência à não expressão do sujeito correferencial. Estudos como o de Silva-Corvalán (2003) comprovam que, em distintas variedades do Espanhol, a expressão dos sujeitos não correferenciais ocorre em 50% dos dados contra 25% de expressão de sujeitos correferenciais. Observando apenas os casos de sujeito explícito, Manjón-Cabeza Cruz *et al.* (2016) perceberam que a correferencialidade motiva mais a aparição do sujeito quando se relaciona a qualquer elemento da cláusula anterior (peso 0.560) do que ao próprio sujeito precedente (peso 0.469).

Desse modo, com os devidos ajustes, objetivamos aplicar as conclusões de Givón (2001b) à análise da ordem de Cláusulas Temporais, tomando por base a hipótese de que as pospostas e as intercaladas, por apresentarem um escopo mais restrito à sua nuclear, teriam maior índice de codificação da coerência referencial por meio da correferencialidade dos sujeitos, enquanto as antepostas apresentariam menor frequência de sujeitos equivalentes aos de suas nucleares, estabelecendo coerência mais global. Por acreditarmos que o processamento da língua advém de pressões de distintos domínios, essas hipóteses precisam ser relacionadas, também, à manifestação da Cláusula Temporal, que pode se apresentar em forma finita ou não-finita (desenvolvida ou reduzida), como veremos na seção seguinte.

As Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais

A tradição gramatical opõe orações coordenadas e subordinadas a partir do critério da dependência, postulando que as coordenadas são independentes e autônomas, enquanto as subordinadas seriam dependentes e, portanto, sem autonomia gramatical. Por outro lado, a visão funcionalista que norteia este texto considera a articulação oracional como uma questão de grau (HAIMAN; THOMPSON, 1984; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; GIVÓN, 2001b etc.), partindo da tríade parataxe-hipotaxe-subordinação (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). A hipotaxe denota interdependência entre as cláusulas (HOPPER; TRAUGOTT, 2003), já que, por não funcionarem como argumentos verbais, não seriam dotadas do traço *encaixamento*, mas, por veicularem noções semânticas de elaboração (relativas apositivas) ou de realce (adverbiais) (HALLIDAY, 2004[1985]), guardariam certa dependência.

Entre as Cláusulas Hipotáticas de realce, encontram-se as Temporais, que expandem o sentido de suas correspondentes nucleares, apresentando noção circunstancial de tempo. Essas cláusulas podem ter seu verbo em forma finita, como em (02) e (03), apresentando variados conectores⁴ (PILAR GARCÉS, 1994), entre os quais o *quando* (*quando*) é o mais prototípico.

Os enunciados de tempo também podem ser codificados por meio de orações não-finitas (reduzidas), como em *llegando en la terminal* (*chegando ao terminal*), no exemplo (01), cuja noção temporal pode ser recuperada por meio de interpretações plausíveis, fatores contextuais, relação falante/ouvinte e temática abordada no texto específico (FORD, 1987).

⁴ A saber: *cuando, mientras (que), mientras tanto, entretanto que, en tanto que, en el (mismo, preciso) momento (instante) en que, a medida que, a la vez que, al (mismo) tiempo que, siempre que, cada vez que, antes de que, antes de, una vez que, después (de) que, después de, luego que, en cuanto, tan pronto como, apenas, así que, desde que, hasta que [quando, enquanto, enquanto isso, enquanto, enquanto, no (mesmo, preciso) momento (instante) em que, à medida que, ao mesmo tempo que, ao (mesmo) tempo que, sempre que, cada vez que, antes que, antes de, uma vez que, depois (de) que, depois de, assim que, enquanto/quando, assim que/logo que/tão logo que, mal, assim que, desde que, até que]*.

Segundo Bakhtin (2013), o uso de orações reduzidas, como em (01), está diretamente conectado à manifestação de traços expressivos individuais dos falantes. Nesse *token*, a cláusula sofreu um processo de dessentencialização (LEHMANN, 1988), com a perda da finitude do verbo e do referente sujeito, tendo, em sua leitura, sujeito, tempo e aspecto contextuais (MACAMBIRA, 1971; CAVALCANTE, 2017). Nesse sentido, hipotetizamos que as temporais reduzidas seriam, em sua maioria, intercaladas ou pospostas, contribuindo ativamente para a continuidade referencial do período em que estão inseridas, apontando para aspectos mais expressivos que o mero uso de conectores subordinativos.

Se as Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais têm mobilidade na estrutura, ou seja, podem estar antepostas, pospostas ou intercaladas, a opção por uma ou outra ordenação decorre de motivações que refletem princípios cognitivos, como os de marcação e expressividade por exemplo, sobre os quais tecemos considerações na sequência.

Marcação e expressividade

Uma noção que relaciona a codificação linguística a estratégias cognitivas é a marcação. Segundo Givón (1995; 2001a), esse fenômeno é sensivelmente motivado pelo contexto e mensurado por três critérios: complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva, este último avaliado quanto a esforço mental, demanda de atenção e tempo de processamento. Avaliada sob esses parâmetros, a categoria marcada seria mais complexa estruturalmente, menos frequente e mais complexa cognitivamente que sua correspondente não marcada (GIVÓN, 1995; 2001a).

Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2003) preferem avaliar marcação não em perspectiva binária, mas escalar, e Cavalcante (2020) manuseia o critério de complexidade estrutural não apenas como aumento de forma, mas na ocorrência de qualquer padrão estrutural não canônico. Outra revisão é a proposta de Dubois; Votre (2012), em que os autores discutem o equilíbrio das tarefas de codificação, propondo o princípio de expressividade, sugerindo que determinado fenômeno linguístico marcado pode ser menos complexo estruturalmente e cognitivamente e mais frequente. Acreditamos que as assunções dos autores refletem a dependência da marcação ao contexto (GIVÓN, 1995; 2001a).

Nesse sentido, consideramos as seguintes hipóteses quanto à marcação das variáveis analisadas neste estudo, tendo em conta que o **contexto de continuidade referencial**, por ser menos marcado (GIVÓN, 1995), atrairia formas menos marcadas:

- Deveria haver abundância de orações Temporais antepostas, menos marcadas quanto à complexidade cognitiva (pela função de guia) e por sua alta frequência (cf. CAVALCANTE, 2015); e de orações Temporais pospostas, menos marcadas quanto à complexidade estrutural, mais frequentes que as intercaladas. No entanto, considerando a assunção de Givón (2001b) quanto à coerência global das antepostas e mais local das pospostas (e, por inferência, das intercaladas), seriam utilizadas formas mais marcadas que a anteposição, como a posposição e a intercalação, por ser mais icônico retomar um referente, ou seja, estabelecer uma relação anafórica entre o referente e o termo que o retoma, do que apelar para a coerência global (a parágrafos ou episódios antecedentes, cujo escopo seria mais difuso) ou para uma relação catafórica. Observamos, assim, a dependência da marcação ao contexto (GIVÓN, 1995, 2001a) e o princípio de expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012);

- Tal contexto, menos marcado, também deveria atrair cláusulas finitas, desenvolvidas, formas menos marcadas (GIVÓN, 1995; ANDERSEN, 2001). Contudo, mais uma vez considerando marcação dependente de contexto (GIVÓN, 1995, 2001a) e o princípio de expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012), as reduzidas, cláusulas não-finitas, deveriam ser as mais comuns nessas situações, já que, no discurso conectado, tendem a refletir compartilhamento de sujeito, tempo, aspecto e modalidade (MACAMBIRA, 1971; GIVÓN, 1995; CAVALCANTE, 2017), imprimindo maior subjetividade (BAKHTIN, 2013);

- Relacionando as hipóteses anteriores, postulamos que, nesse contexto menos marcado, predominaria a correferencialidade dos sujeitos, principalmente codificados pelas formas não marcadas da pronominalização e/ou anáfora zero (GIVÓN, 1995).

Em face das exigências de cruzamentos entre as variáveis, o atendimento aos princípios de marcação (GIVÓN, 1995, 2001a) e de expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012) sempre deve ser observado em contexto, e, por isso, suas motivações serão descritas ao longo da análise dos dados. Antes, porém, vejamos os procedimentos metodológicos adotados.

Metodologia

Esta pesquisa, quanto ao método de abordagem, tem orientação abduativa (GIVÓN, 1995), o que nos permite formular hipóteses e ratificá-las ou não ao longo da observação dos dados. No que diz respeito ao tipo, a investigação tem cunho descritivo e explicativo (GIL, 2008), por tratar de um fenômeno observado na língua em uso e por buscar explicações teóricas para as diferentes estratégias de ordenação descritas.

Nosso universo de pesquisa é composto pela análise de 36 entrevistas do *Corpus Sociolinguístico de la Ciudad de México* (CSCM)⁵, que reúne inquéritos de residentes da região denominada Zona Pertinente (ZP), de 27 entidades do estado mexicano. O número de entrevistas advém da organização estratificada das seguintes células sociais: 3 faixas etárias (jovens: 20-34 anos; adultos: 35-54 anos; idosos: maiores de 55 anos) X 3 níveis de escolaridade (alto, médio e baixo) X 4 informantes por célula. Apesar de incluir os fatores *faixa etária* e *escolaridade*, não é nossa intenção verificar a atuação dessas variáveis e sua relação com a coerência referencial subjacente à posição das orações, mas minimizar um falso viés dos resultados (GUY; ZILLES, 2007).

Nossa opção pelo *corpus* citado leva em consideração critérios elencados por Sardinha (2004): (i) autenticidade (composto por situações de uso da língua); (ii) atualidade (entrevistas coletadas entre 1997 e 2007); (iii) extensão (contém cerca de 1.500.000 palavras, classificado como médio-grande); (iv) representatividade (reúne informantes de 27 entidades do Estado do México) e (v) organização/formatação (construído sob rigor metodológico de orientação sociolinguística e legível por computadores). Além desses aspectos, o banco de dados possibilita o acesso completo às entrevistas, característica crucial para o mapeamento de estruturas temporais canônicas e não canônicas.

Após a coleta das Cláusulas Temporais (antepostas, intercaladas e pospostas), codificamos cada dado segundo o tipo de cláusula (desenvolvida ou reduzida) e a correferencialidade entre seus sujeitos e os de suas respectivas nucleares (correferencial ou não correferencial). Entre os dados descartados, incluímos as Temporais cujas nucleares não puderam ser recuperadas cotextualmente, as que não podiam ter sua posição comutada e, apenas no grupo *correferencialidade*, os dados de oração sem sujeito.

Concluída a etapa de coleta e codificação dos dados, realizamos tratamento estatístico com o auxílio do *software* GOLDVARB X, que calcula frequências e pesos relativos⁶, medidas úteis para entender o curso dos fenômenos linguísticos (GUY; ZILLES, 2007). Por isso, a pesquisa também se enquadra no tipo qualitativo-quantitativo (RICHARDSON *et al.*, 2012), não apenas observando ocorrências quantificadas, mas regularidades atestadas em dados individuais ou em categorias de dados.

⁵ Disponível em: https://lef.colmex.mx/corpus_sociolinguistico.html. Acesso em: 10 mai. 2020.

⁶ “O peso de um fator é um valor calculado pelo Varbrul (com base em um conjunto de dados) que indica o efeito deste fator sobre o uso da variante investigada neste conjunto. O valor dos pesos recai sempre no intervalo entre zero e um (0-1), em que um valor de zero indica que tal variante nunca acontece quando este fator está presente, e um valor de um indica que tal variante sempre ocorre quando o fator está presente” (GUY; ZILLES, 2007, p. 239, grifos dos autores). Em geral, consideramos que valores acima do ponto neutro (>0.5) favorecem a aplicação da regra, enquanto os valores abaixo (<0.5) desfavorecem.

Tendo em vista a não binariedade da variável dependente *ordem de orações*, optamos por realizar três rodadas estatísticas, que relacionam, respectivamente, (i) *anteposição e posposição*, (ii) *intercalação e anteposição* e (iii) *posposição e intercalação*. Passemos, então, à apresentação e discussão dos resultados.

Coerência referencial e ordem de orações I – Anteposição *versus* posposição

Em primeiro lugar, apresentamos os resultados gerais que dizem respeito às posições oracionais aqui analisadas. A tabela 01 revela maior concentração de Temporais às margens do período (anteposição: 57.7% e posposição: 25.3%), em rechaço aos mecanismos que propiciam a descontinuidade da nuclear (intercalação: 17%):

Tabela 01 – Ordem de Orações Temporais no Espanhol Mexicano Oral

<i>Fatores</i>	<i>%</i>	<i>Aplicação/Total</i>
Anteposição	57.7	344/596
Posposição	25.3	151/596
Intercalação	17	101/596
Total		596 ocorrências

Fonte: elaborada pelos autores.

Segundo Cavalcante (2015), a anteposição é a posição menos marcada do ponto de vista da alta frequência e da baixa complexidade cognitiva, já que, por ser lugar propício à expressão da função de guia, apresenta os fatos para o entendimento de toda a cena narrada na cláusula nuclear. Acreditamos que, por expressarem coerência mais global (GIVÓN, 1995, 2001b), as antepostas são uma espécie de **repositório de informação anafórica**, construídas a partir do que vinha se desenvolvendo em períodos anteriores, e articulam-se à porção seguinte do texto, constituindo-se em **pontes de coerência** (GIVÓN, 2001b)/ **pontes de transição** (DECAT, 2001). Ainda segundo Cavalcante (2015), as pospostas atenderiam ao padrão canônico esperado para os elementos circunstanciais, **emoldurando/ realçando/ avaliando** os fatos já apresentados, instituindo coerência local (GIVÓN, 1995, 2001a). Em último lugar no quesito frequência, ficam as intercaladas, segundo Cavalcante (2015), as mais complexas estruturalmente e cognitivamente, tendo sido esse último aspecto rediscutido por Cavalcante (2020), pois

O enunciador intercala não para carregar sua sentença de complexidade, mas, pelo contrário, para reduzir a complexidade da interpretação, adicionando o máximo de informações que puder, para que a comunicação linguística tenha maior eficácia e alcance seus propósitos (CAVALCANTE, 2020, p. 118).

Ainda que atuem na manutenção da coerência local e continuidade discursiva, as intercaladas, além de representarem uma quebra no padrão canônico de disposição dos termos na sentença, são inseridas entre termos aderidos entre si. Esses dois mecanismos ferem, respectivamente, o princípio de integridade de domínio⁷ (DIK, 1997) e regras de espaçamento⁸ (GIVÓN, 2001a).

Em relação às rodadas estatísticas, como dissemos, foram feitas três análises, cujos resultados passamos a discutir. Em primeira análise, apenas com dados de anteposição e posposição (495 ocorrências), os grupos escolhidos não foram considerados relevantes pelo *software* estatístico. Por isso, apresentaremos apenas percentuais, que não revelam motivações, mas apenas tendências de uso:

Tabela 02 – Correferencialidade dos sujeitos e anteposição *versus* posposição

Fatores	%		Aplicação/Total	
	Anteposição	Posposição	Anteposição	Posposição
Sujeitos correferenciais	69.4	30.6	127/183	56/183
Sujeitos não correferenciais	67.2	32.8	133/198	65/198
	Totais		260 (68.2%)	121 (31.8%)
	381 ocorrências⁹			

Fonte: elaborada pelos autores.

Tabela 03 – Tipo de oração/conectivo e anteposição *versus* posposição

Fatores	%		Aplicação/Total	
	Anteposição	Posposição	Anteposição	Posposição
Desenvolvida	69.3	30.7	316/456	140/456
Reduzida	71.8	28.2	28/39	11/39
	Totais		344 (69.5%)	151 (30.5%)
	495 ocorrências			

Fonte: elaborada pelos autores.

Com base no princípio de marcação (GIVÓN, 1995), hipotetizamos que as formas menos marcadas (anteposição e posposição) atuariam com mais frequência nesse contexto. Já as intercaladas, formas mais marcadas, entrariam em contextos de continuidade referencial em atendimento ao princípio da expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012), já que são mais integradas à nuclear que escopam. Os resultados desta primeira rodada, com percentuais muito aproximados, não nos permitem fazer afirmações categóricas. No entanto, há uma leve preferência pelas antepostas correferenciais (69.4% contra 67.2%) do que pelas pospostas (30.6% contra 32.8%).

⁷ Esse princípio prevê que os constituintes costumam permanecer em seus próprios domínios e não interromper outros.

⁸ A saber: *proximidade e relevância* e *proximidade e escopo*. Em ambos, Givón (2001a) prevê que não há tendência ao distanciamento espacial entre elementos que guardam alguma dependência (cognitiva ou sintática) entre si.

⁹ Os demais 114 dados representam *tokens* excluídos deste grupo, como explicamos, já que se trata de orações sem sujeito.

Parece-nos, então, que Temporais antepostas, por seu traço de guia, estabelecem também a orientação catafórica dos referentes a serem apresentados na nuclear, como em (04), o que revela uma sutil preferência pela estrutura mais marcada (orações reduzidas: 71.8%), cuja complexidade é suavizada pela equivalência dos referentes suprimidos. No exemplo (04), a informante utiliza a Temporal anteposta reduzida *teniendo novio* a partir de informações cotextuais anteriormente expressas, para explicar que, nessa situação, as pessoas costumam ficar apaixonadas. Nos termos de Bakhtin (2013), essa opção expressaria melhor a individualidade do falante do que a opção correlata *quando uno tiene novio* (*quando uma pessoa/alguém tem namorado*), ainda mais considerando o tópico conversacional: relações amorosas. Além disso, o uso da reduzida evita a repetição desnecessária do sujeito *uno* (*uma pessoa/alguém*). A combinação das duas cláusulas, em um jogo discursivo, permite, inclusive, uma sobreposição de relações semânticas (FORD, 1987), entre as quais uma interpretação plausível é a de motivo:

(04) 155 E: [¿por qué] no tienes novio?

156 I: ah bueno es que realmente <~realmente:>/ en mi casa ha habido muchos problemas con mis hermanos/ y <por> realmente lo pienso ahorita/ (risa)

157 E: ¿por qué?

158 I: ¿por qué?/ *porque realmente pues <~pus> yo sé que <~que:>/ **teniendo novio siempre uno se enamora y/ ¡siempre termina uno junta! ¡o casada! (...)/ ¿no?***

(155 E: [por que] você não tem namorado?

156 I: ah bem é que realmente/ na minha casa houve muitos problemas com meus irmãos/ e <por> realmente penso nisso agora/ (risos)

157 E: por quê?

158 I: por que?/ *porque realmente pois eu sei que/ **tendo namorado sempre uma pessoa se apaixona e/ sempre essa pessoa termina se juntando! ou casada! (...)/ não?***.
(ENTREVISTA 84 – ME-307-11M-07)

Em outro polo, as pospostas manteriam as relações de coerência local não apenas com o sujeito da cláusula anterior, mas com outros referentes de sua nuclear (MANJÓN-CABEZA CRUZ *et al.*, 2016), mitigando a consequência sintática da correferencialidade dos sujeitos, como em (05). A posposição também pode ser contexto de inserção de sujeitos pressupostos pela situação comunicativa, o que se vê em (06). Além disso, pode ser ambiente propício para

apresentar informação totalmente nova, ou ponto de inserção de sujeito novo (SOUZA, 2001), fenômeno observado em (07):

(05) 176 I: *sí/ me parece que sí/ yo la ahora <~ora> la veo muy poco porque es muy po-/ para ella/ pero sí yo <~yo:> la conocí des-/ cuan-/ desde antes que/ fuera arquitecta/ y ahora <~ora> es arquitecta.*

(176 I: *sim/ me parece que sim/ eu a agora a vejo muito pouco porque é muito pou-/ para ela/ mas sim eu a conheci des-/ quan-/ desde antes que/ fosse arquiteta/ e agora é arquiteta*). (ENTREVISTA 61 – ME-144-23H-01).

(06) 771 I: *son este/ vientos de trescientos cincuenta kilómetros por hora*

772 E: *ajá*

773 I: *es lo que estaba yo/ escuchando ahorita cuando entraste tú.*

(771 I: *são é/ ventos de trezentos e cinquenta quilômetros por hora*

772 E: *aham*

773 I: *é o que eu estava/ escutando agorinha quando você entrou*). (ENTREVISTA 25 – ME-009-33H-97).

(07) 409 I: (...) *yo no daba crédito/ cuando/ cuando/ cuando me llegó mi carta así de la universidad y/ “bienvenida es usted universitaria”/.*

(409 I: (...) *eu não dava crédito/ quando/ quando/ quando chegou minha carta da universidade e/ “bem-vinda você é universitária”/*). (ENTREVISTA 24 – ME-259-32M-05).

No contexto do exemplo (05), os falantes discorrem acerca de uma arquiteta, referente que, de tão acessível, é retomado pelo clítico *la (a)* e até apagado, atendendo ao princípio de iconicidade *expressão zero e previsibilidade* (GIVÓN, 2001a)¹⁰ como na Temporal posposta do trecho. No dado (07), por outro lado, ainda que se apresente um referente novo e totalmente lexicalizado, a continuidade discursiva é mantida pelo possessivo ancorado *mi (minha)*, estabelecendo uma relação anafórica com o sujeito da cláusula anterior, *yo (eu)*.

Percebemos, nesta seção, que anteposição e posposição, relacionadas, parecem não mostrar diferenças acentuadas no que diz respeito à coerência. A partir da seção seguinte, vejamos como cada uma dessas posições se comporta ao ser cotejada com a intercalação.

¹⁰ Quanto mais previsível uma informação é, mais tende ao apagamento.

Coerência referencial e ordem de orações II – Intercalação *versus* anteposição

A segunda etapa de rodadas estatísticas incluiu apenas dados de intercaladas e antepostas (445 dados), em cuja análise o programa Goldvarb considerou relevante apenas o grupo *correferencialidade dos sujeitos*, para o qual obtivemos pesos relativos.

Nossas hipóteses, como vimos afirmando, consistem em que intercaladas prototípicas, inseridas entre verbo e argumentos/circunstâncias, observadas pelo viés da expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012) e dependência da marcação ao contexto (GIVÓN, 1995; 2001a), manteriam relações de coerência mais intensas que as antepostas, cujo escopo seria mais difuso. Por ser forma marcada, a intercalação atrairia opções também marcadas, como a dessentencialização da Temporal, com elementos apagados por serem recuperados na nuclear, embora em contexto menos marcado (de continuidade referencial). Por outro lado, as antepostas, menos marcadas que as intercaladas, refletiriam opções também pouco marcadas, como o uso de Temporais desenvolvidas, para retomar os referentes a que se referem. Observando os resultados sistematizados nas tabelas 04 e 05, em sequência, notamos que essas afirmações confirmam-se apenas parcialmente:

Tabela 04 – Correferencialidade dos sujeitos e intercalação *versus* anteposição

Fatores	Peso relativo		%		Aplicação/Total	
	Intercalação	Anteposição	Intercalação	Anteposição	Intercalação	Anteposição
Sujeitos correferenciais	0.576	0.424	29.4	70.6	53/180	127/180
Sujeitos não correferenciais	0.416	0.584	17.9	82.1	29/162	133/162
Significância: 0.010						
Totais					82 (24%)	260 (76%)
					342 ocorrências¹¹	

Fonte: elaborada pelos autores.

Tabela 05 – Tipo de oração/conectivo e intercalação *versus* anteposição

Fatores	%		Aplicação/Total	
	Intercalação	Anteposição	Intercalação	Anteposição
Desenvolvida	22.7	77.3	93/409	316/409
Reduzida	22.2	77.8	8/36	28/36
Totais			101 (22.7%)	344 (77.3%)
			445 ocorrências	

Fonte: elaborada pelos autores.

Assim como acontece em comparação às pospostas, quanto à manifestação formal das Temporais (tabela 05), os percentuais são extremamente aproximados, sugerindo não haver associações categóricas, apenas com sutil tendência de orações antepostas reduzidas (77.8%)

¹¹ Os 103 dados restantes referem-se às cláusulas sem sujeito.

e intercaladas desenvolvidas (22.7%). Uma vez mais, sugere-se que a coerência das Temporais antepostas pode ser tanto global como local, sem preferências explícitas, porque também tendem a apontar para sua subsequente nuclear, compartilhando elementos, como ocorre em (04), citado. Esse fato também é apoiado pelo peso associado às antepostas correferenciais (0.424), próximo a 0.5, o que favoreceria a aplicação da regra.

Quanto à intercalação, comparada à anteposição, os resultados mostram que há maior peso probabilístico de associação dessa posição à correferencialidade (peso 0.576), como se vê em (08), no qual há manutenção dos referentes na posição de sujeito tanto da nuclear quanto da Temporal:

(08) 165 I: ahora <~ora> pura química/ sí/ pero antes/ había mucha <~mu:cha> gente que andaba recogiendo todo el/ el excremento de la gente que pues <~pus> ahí se hi-/ se hacía del baño/ *nosotros cuando vivíamos/ en <~en:> en en la colonia Buenos Aires/ no teníamos baños en ese lugar donde vivíamos/* era una vecindad <~vecindá>/ pero no había baños/...

(165 I: agora pura química/ sim/ mas antes/ havia muita gente que andava recolhendo todo o/ o excremento das pessoas que pois aí se fa-/ fazia suas necessidades/ *nós quando vivíamos/ na na na colônia Buenos Aires/ não tínhamos banheiros nesse lugar onde vivíamos/* era uma vizinhança/ mas não havia banheiros/...). (ENTREVISTA 108 – ME-313-13M-07).

No exemplo, a intercalada prototípica *cuando vivíamos en la colonia Buenos Aires* intercala-se entre o sujeito *nosotros* e o sintagma verbal *no teníamos baños en ese lugar donde vivíamos*. Sua coerência local é estabelecida principalmente pela continuidade referencial do sujeito, servindo de “guia/orientação referencial, já que ajuda a construir informações detalhadas sobre o referente sujeito da nuclear” (CAVALCANTE, 2020, p. 170). Quanto à marcação, as intercaladas têm uma leve tendência de expressão por meio de orações desenvolvidas (22.7% ao invés de 22.2% das reduzidas), o que acreditamos ser um mecanismo menos complexo para suavizar sua inerente complexidade (DUBOIS; VOTRE, 2012; CAVALCANTE, 2020).

Feitas as correlações entre intercaladas e antepostas, vejamos como as intercaladas se comportam ao serem cotejadas com as pospostas.

Coerência referencial e ordem de orações III – Posposição *versus* intercalação

As rodadas estatísticas que relacionaram posposição e intercalação, cujos resultados vemos nas tabelas 06 e 07, contaram com 252 dados, e novamente o programa estatístico selecionou o grupo *correferencialidade*. Até aqui podemos perceber que, nas três análises realizadas, sempre que o grupo das intercaladas era inserido, mostrava associação relevante com a correferencialidade.

Tabela 06 – Tipo de oração e posposição *versus* intercalação

Fatores	Peso relativo		%		Aplicação/Total	
	Posposição	Intercalação	Posposição	Intercalação	Posposição	Intercalação
Sujeitos correferenciais	0.414	0.586	51.4	48.6	56/109	53/109
Sujeitos não correferenciais	0.599	0.401	69.1	30.9	65/94	29/94
Significância: 0.010						
Totais					121 (59.9%)	82 (40.1%)
					203 ocorrências¹²	

Fonte: elaborada pelos autores.

Tabela 07 – Tipo de oração/conectivo e posposição *versus* intercalação

Fatores	%		Aplicação/Total	
	Posposição	Intercalação	Posposição	Intercalação
Desenvolvida	60.1	39.9	140/233	93/233
Reduzida	57.9	42.1	11/19	8/19
Totais			151 (59.9%)	101 (40.1%)
			252 ocorrências	

Fonte: elaborada pelos autores.

Como dito, hipotetizamos que pospostas e intercaladas manteriam relações de coerência mais local que antepostas, e que as intercaladas tenderiam a refletir procedimentos marcados, como a dessentencialização da oração, equilibrando o efeito dos princípios de marcação e expressividade. Quanto a este último aspecto, vimos, na seção anterior, que, em contraste com as antepostas, as intercaladas tendem sutilmente à expressão por meio de orações desenvolvidas, ao passo que, em oposição às pospostas, denotam mais mecanismos de integração à sua nuclear, como mostram as últimas tabelas apresentadas.

O que se pode perceber é que, em um *continuum* discursivo, as intercaladas apresentam maior tendência a facilitar a coerência referencial. Isso se comprova pela correferencialidade de seus sujeitos (peso 0.586), como em (09), também por tendência à redução de seus elementos (42.1%) em comparação à posposição, contexto que seria favorável à continuidade discursiva. No exemplo a seguir, o falante utiliza a intercalada *desde que tengo trece años* para narrar fatos de sua própria vida:

¹² Os 49 dados que faltam dizem respeito às cláusulas com sujeito inexistente.

(09) 104 I: (...) yo yo me vine de/ doce años/ y de trece años aquí <~aquí:>/ *estoy desde que tengo trece años aquí [trabajando]*. (eu eu vim aos/ doze anos/ e aos treze anos aqui/ *estou desde que tenho treze anos aqui [trabalhando]*). (ENTREVISTA 37 – ME049-21H-99)

A partir dos resultados das variáveis *correferencialidade* e *tipo de oração* em relação à ordem de cláusulas, estabelecemos, na seção seguinte, um *continuum* de mecanismos de coerência referencial.

Coerência referencial e ordem de orações IV – um *continuum*

Fazendo um cruzamento entre ordem, tipo das Temporais e correferencialidade, podemos constatar alguns meios de como funciona a coerência referencial. Segundo os resultados da tabela 08 e do quadro 01, a seguir, percebemos que a correferencialidade perpassa os distintos tipos e posições da Temporal, embora com preferências:

Tabela 08 – Cruzamento entre ordem da Temporal, tipo de oração e correferencialidade dos sujeitos

	Sujeitos correferenciais	Sujeitos não-correferenciais
Anteposta Reduzida	52,17% (12/23)	47,83% (11/23)
Anteposta Desenvolvida	48,52% (115/237)	51,48% (122/237)
Intercalada Reduzida	57,14% (4/7)	42,86% (3/7)
Intercalada Desenvolvida	65,33% (49/75)	34,67% (26/75)
Posposta Reduzida	57,14% (4/7)	42,86% (3/7)
Posposta Desenvolvida	45,61% (52/114)	54,39% (62/114)

Fonte: elaborada pelos autores.

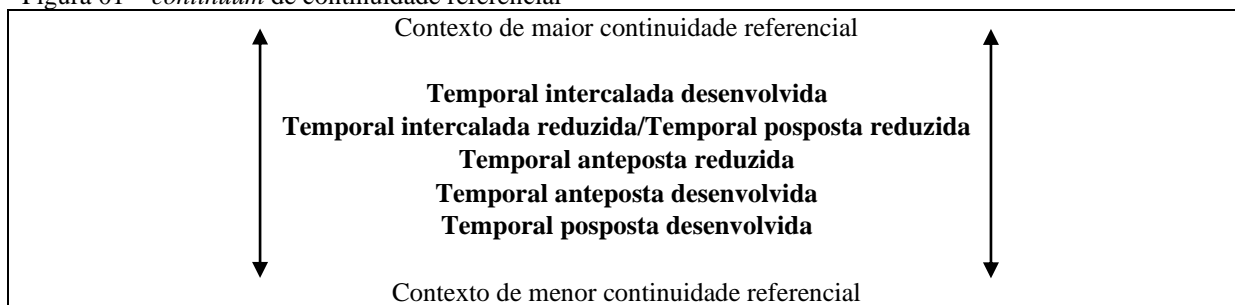
Quadro 01 – Cruzamento entre ordem da Temporal, tipo de oração e correferencialidade dos sujeitos

	Anteposta	Intercalada	Posposta
Temporal reduzida	Sujeitos correferenciais	Sujeitos correferenciais	Sujeitos correferenciais
Temporal desenvolvida	Sujeitos não-correferenciais	Sujeitos correferenciais	Sujeitos não-correferenciais

Fonte: elaborado pelos autores.

Os cruzamentos realizados evidenciam que as intercaladas, em ambas realizações formais (com preferência pelas desenvolvidas), junto às pospostas reduzidas, constituem as formas menos marcadas para a continuidade referencial. A essas estruturas, seguem-se, nessa ordem, as antepostas reduzidas, as desenvolvidas, e as pospostas desse mesmo tipo. Permitimo-nos, portanto, postular o seguinte *continuum* de coerência referencial a partir das variáveis aqui analisadas:

Figura 01 – *continuum* de continuidade referencial



Fonte: elaborada pelos autores.

No topo da escala, ficam as intercaladas, que equilibram sua complexidade estrutural por meio de orações desenvolvidas, servindo a motivações relacionadas à expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012). Em seguida, figuram as reduzidas, que marcam sua continuidade por meio da perda de elementos compartilhados, das intercaladas às antepostas, passando pelas pospostas, retomando referentes mencionados na cláusula nuclear. Logo depois, vemos as antepostas desenvolvidas, que direcionam a interpretação da sentença que virá. Na base da escala, estão as pospostas desenvolvidas, servindo à apresentação de informações novas ou mantendo a continuidade por meio de elementos pressupostos pela situação comunicativa.

Conclusões

Neste artigo, analisamos o fenômeno da coerência referencial (GIVÓN, 1995; 2001b) correlacionando-o com meios sintáticos, entre os quais a posição das orações, seu tipo (desenvolvida, reduzida) e compartilhamento de sujeito com suas nucleares (correferencialidade). Tendo por viés a abordagem funcionalista, que defende a combinação de orações como questão de grau (HAIMAN; THOMPSON, 1984; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; GIVÓN, 2001b), voltamo-nos para a descrição das Cláusulas Hipotáticas Temporais no Espanhol mexicano oral e testamos as hipóteses de Givón (1995; 2001b) no que se refere à maior continuidade referencial de sentenças mais integradas às cláusulas que escopam.

Nossos resultados mostram a atuação do princípio de marcação e sua dependência ao contexto (GIVÓN, 1995; 2001a) e do princípio de expressividade (DUBOIS; VOTRE, 2012). As orações às margens (anteposição e posposição) não apresentam, quando cotejadas entre si, acentuadas diferenças no que diz respeito à correferencialidade. Contudo, em comparação com o mecanismo de intercalação, essas posições não motivam correferencialidade. Alertamos, no entanto, para o fato de que as afirmações aqui expostas não podem ser tomadas como categóricas, porque as diferenças percentuais se apresentaram de maneira sutil; e os pesos relativos, próximos ao ponto neutro (0.5). Entretanto, pudemos mostrar que a língua

revela motivações comunicativas distintas por meio dos modos de posicionar uma cláusula temporal ao longo do período em que se insere.

Em perspectiva escalar, percebemos que os contextos de maior continuidade referencial têm como expressão formal não marcada as intercaladas desenvolvidas, seguidas desse mesmo tipo e dos demais padrões em forma reduzida. Essas estruturas se opõem às antepostas e pospostas desenvolvidas, que atuam em contexto de menor continuidade referencial, o que, no primeiro caso, parece apontar para relações anafóricas, e, no segundo caso, para expressão de sujeitos novos, pressupostos pela situação comunicativa ou não correferenciais aos da nuclear.

Os resultados decorrentes desta pesquisa corroboram pesquisas anteriores sobre o espanhol mexicano, dentre as quais as de Cavalcante (2015, 2017, 2020). Além disso, permitem-nos estabelecer similaridades com outras variedades do espanhol, cujos achados se encontram, por exemplo, em Silva-Corvalán (2003) e Manjón-Cabeza Cruz *et al.* (2016). Nossas descobertas expõem, ainda, uma aproximação aos mecanismos de articular orações em outras línguas, tais como o português e o inglês, uma vez que as tendências são semelhantes às observadas em Decat (2001), Souza (2001), Haiman; Thompson (1984), entre outros.

Referências

ANDERSEN, H. Markedness and the theory of linguistic change. ANDERSEN, H. (Ed.). **Actualization** (Current Issues in Linguistic Theory 219) 21–57. Amsterdam–Philadelphia: Benjamins, 2001. p. 21-57.

BAKHTIN, M. **Questões de estilística no ensino da língua**. Tradução, posfácio e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: Editora 34, 2013.

CAVALCANTE, S. A. de S. **Análise sociofuncionalista da ordenação de cláusulas hipotáticas adverbiais temporais no Espanhol mexicano oral**. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/12620?mode=full>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CAVALCANTE, S. A. de S. Análise das Orações Temporais reduzidas em Espanhol pelo viés do princípio de marcação. **Cadernos de Letras da UFF**, Niterói, v. 27, n. 55, p. 83-107, 2017. Disponível em: <http://www.cadernosdeletras.uff.br/index.php/cadernosdeletras/article/view/504>. Acesso em: 10 mai. 2020.

CAVALCANTE, S. A. de S. **Efeitos prototípicos da intercalação de Cláusulas Hipotáticas Circunstanciais Temporais no Espanhol mexicano oral**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal Ceará, Fortaleza, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/51477>. Acesso em: 10 mai. 2020.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática adverbial no português em uso. In: DECAT, M. B. N.; SARAIVA, M. E. F.; BITTENCOURT, V. O.; LIBERATO, Y. G. (Orgs.). **Aspectos da gramática do português**: uma abordagem funcionalista. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 103-166.

DU BOIS, J. W. The discourse basis of ergativity. **Language**, Baltimore, v. 63, p. 805-855, 1987.

DUBOIS, S.; VOTRE, S. J. Análise modular e princípios subjacentes do funcionalismo linguístico. In: VOTRE, S. J. (Org.). **A construção da gramática**. Niterói: Editora da UFF, 2012. p. 49-71.

FORD, C. Overlapping relations in text structure. In: ANNUAL MEETING OF THE PACIFIC LINGUISTICS CONFERENCE, 2., 1986, Oregon. **Proceedings...** DELANCEY, S.; TOMLIN, R. S. (Eds.). Oregon: University of Oregon, Dept. of Linguistics, 1987.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. Rios de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: Faperj/DP&A, 2003. p. 29-55.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

GIVÓN, T. **Syntax**: An Introduction – Volume I. Amsterdam: J. Benjamins, 2001a.

GIVÓN, T. **Syntax**: An Introduction – Volume II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2001b.

GUY, G. R.; ZILLES, A. **Sociolinguística Quantitativa**: instrumental de análise. São Paulo: Parábola, 2007.

HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. Subordination in universal grammar. In: ANNUAL MEETING OF BERKELEY LINGUISTICS SOCIETY, 10, 1984, Berkeley. **Proceedings...** Berkeley: Berkeley Linguistics Society, 1984.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 3. ed. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Hodder Education, 2004[1985].

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KOCH, I. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. 18. ed. São Paulo: Contexto, 2015.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1988. p. 181-225.

MACAMBIRA, J. R. **A estrutura da oração reduzida**. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1971.

MANJÓN-CABEZA CRUZ, A.; POSE FUREST, F.; SÁNCHEZ GARCÍA, F. J. Factores determinantes en la expresión del sujeto pronominal en el corpus PRESEEA de Granada. **Boletín de Filología**, Tomo LI, n. 2, p. 181-207, 2016. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0718-93032016000200007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 mai. 2020.

OLIVARES PARDO, M. A. El tiempo y los tiempos en las subordinadas temporales. Estudio de casos. In: FIGUEROLA CABROL, M. C.; PARRA, M.; SOLÀ, P. (Eds.). **La lingüística francesa en el nuevo milenio**. Lleida: Editorial Milenio, 2002. p. 541-550.

PILAR GARCÉS, María. **La oración compuesta en español, estructuras y nexos**. Madrid: Verbum, 1994.

RICHARDSON, R. J. *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. 14. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012.

SARDINHA, T. B. **Linguística de Corpus**. Barueri, SP: Manole, 2004.

SILVA-CORVALÁN, C. Otra mirada a la expresión del sujeto como variable sintáctica. In: MORENO FERNÁNDEZ, F. *et al.* **Lengua, variación y contexto**. Estudios dedicados a Humberto López Morales – v. II. Madrid: Arco/Libros, 2003. p. 849-860. Disponível em: <http://smjegupr.net/wp-content/uploads/2012/08/Otra-mirada-a-la-expresion-del-sujeto-como-variable-sint%C3%A1ctica.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SOUZA, M. S. C. de. O papel discursivo e coesivo das orações temporais. In: NEVES, M. H. de M. (Org.). **Descrição do Português: definindo rumos de pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2001. p. 67-78.

Sobre os autores

Sávio André de Souza Cavalcante (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-5152-6924>)

Doutor e mestre em Linguística Universidade Federal do Ceará (UFC); graduado em Letras - Português/Espanhol pela mesma instituição. É professor de Língua Espanhola no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e professor tutor do Instituto UFC Virtual / Universidade Aberta do Brasil, nos cursos de graduação Letras - Português e Letras - Espanhol, na modalidade a distância.

Márluce Coan (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-7809-8624>)

Doutora e mestra em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); graduada em Letras pela mesma instituição. É professora do Departamento de Letras Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 2.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em agosto de 2020.

O meme e a elipse da oração principal em construções temporais com sentido condicional factual

The meme and the main clause ellipse in temporal constructions with factual conditional meaning

Vanessa Leme Fadel Steinhauser¹
Juliano Desiderato Antonio²

Resumo: Com base na abordagem funcionalista, Neves (2011) declara que, nas construções condicionais, pode ocorrer elipse da oração principal, ficando a cargo do interlocutor o preenchimento do conteúdo emoldurado. Partindo dos pressupostos de Neves (2011), de que as construções temporais apresentam particularidades similares às das condicionais, este estudo teve como objetivo, *a priori*, mostrar que, nas construções temporais, a oração subordinada adverbial temporal também pode vir “isolada”, isto é, sem a presença explícita da oração nuclear, principalmente em situações interativas incutidas pela multimodalidade, como ocorre nos memes (Santos, 2018). Posteriormente, o estudo se encarregou de evidenciar o tipo de relação lógico-semântica existente entre a oração adverbial temporal e a imagem. Para tais intentos, 50 memes foram investigados, mas, neste trabalho, são apresentados apenas 6, que, de uma forma geral, ilustram todos os resultados obtidos. A análise constatou que o imbricamento das dimensões verbo-visuais nos memes possibilita a elipse da oração principal em construções temporais, posto que a oração subordinada temporal isolada tem o seu sentido completado (e vice-versa) pela imagem que, nesses casos, representa o conteúdo da oração principal omitida. Ademais, percebeu-se uma relação lógico-semântica temporal com sentido condicional factual em todos os memes analisados.

Palavras-chave: Construções temporais. Meme. Multimodalidade. Linguística Funcionalista.

Abstract: Based on the functionalist approach, Neves (2011) states that, in conditional constructions, ellipse of the main clause can occur, leaving the interlocutor to fill in the framed content. From the assumptions of Neves (2011), that the temporal constructions present particularities similar to those of the conditional ones, this study aimed, *a priori*, to show that, in the temporal constructions, the temporal adverbial subordinate clause can also come “isolated”, this is, without the explicit presence of nuclear prayer, mainly in interactive situations instilled by multimodality, as occurs in memes (Santos, 2018). Subsequently, the study was in charge of highlighting the type of logical-semantic relationship between the adverbial temporal clause and the image. For such purposes, 50 memes were investigated, but in this work, only 6 are presented, which, in general, illustrate all the results obtained. The analysis found that the overlapping of the verbal-visual dimensions in memes allows the ellipse of the main sentence in temporal constructions, since the isolated temporal subordinate sentence has its meaning completed (and vice versa) by the image that, in these cases, represents the main sentence content omitted. Furthermore, a temporal-semantic relation with a factual conditional sense was perceived in all the memes analyzed.

Keywords: Temporal constructions. Meme. Multimodality. Functionalist Linguistics.

¹ Universidade Estadual de Maringá, Programa de Pós-Graduação em Letras, Maringá; Colégio Objetivo, Paranavaí, PR, Brasil. Endereço eletrônico: vanessalemefs@hotmail.com.

² Universidade Estadual de Maringá, Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias, Programa de Pós-Graduação em Letras, Maringá, PR, Brasil. Endereço eletrônico: prof.jdantonio@gmail.com.

Introdução

O funcionalismo entende a gramática como suscetível às pressões do uso, pois vê as línguas como instrumentos de comunicação da experiência. A todo momento os interlocutores estão buscando uma comunicação bem-sucedida a partir de suas determinações situacionais e socioculturais, o que faz com que adotem estratégias linguísticas que favoreçam o uso da língua. Nesse viés, percebe-se que a gramática é constantemente determinada pelo uso (Du Bois, 1985), ou seja, está frequentemente a serviço do discurso (Givón, 1979b).

Tomando essas premissas como ponto de partida, este estudo busca provar que, assim como pode ocorrer eclipse da oração principal nas construções condicionais (cf. Neves, 2011), nas construções temporais, isso também é possível. Para tal intento, utiliza-se o gênero meme como forma de evidenciar a influência da multimodalidade no comportamento e no uso das construções temporais, dado que, o diálogo verbo-visual existente nos memes permite a oração temporal realizar-se desgarrada da sua principal. Isso pode ser visualizado no exemplo abaixo:

Figura 1: Meme do Scrat



Fonte: Memes e gifs engraçados. Disponível em: <https://pt.dopl3r.com/memes/engra%C3%A7ado/quando-eu-vejo-comida-adilhinha/212472>. Acesso em: 29 de fev. 2020.

No meme acima, a oração subordinada adverbial temporal “quando eu vejo comida” aparece desacompanhada da oração principal, a qual deveria expressar uma circunstância. Se lida isoladamente, sem a imagem, a oração não pode ser compreendida em sua total amplitude. Contudo, ao ser lida em conjunto com a imagem, percebe-se que as dimensões verbo-visuais se unem para a construção da significação do texto, de modo que fique inteligível.

Essa constatação é bastante relevante, pois mostra que a disposição da construção temporal depende não apenas de fatores gramaticais, mas da situação comunicativa que

motiva o uso dessas estruturas. Pensando nisso, este estudo adota a Linguística Funcional e a teoria da multimodalidade como embasamentos teóricos para uma análise a qual prevê a descrição de uma particularidade bastante empregada nos memes atualmente, que é a elipse das orações principais em construções temporais.

Pressupostos teóricos

Linguística Funcional

O Funcionalismo analisa o funcionamento da língua a partir dos usos socialmente configurados, já que a língua é um instrumento de comunicação verbo-social para os seres humanos. Conforme Cunha (2008, *apud* MARTELOTTA, 2008, p. 157), o interesse da investigação linguística dos funcionalistas “vai além da estrutura gramatical, buscando na situação comunicativa – que envolve os interlocutores, seus propósitos e o contexto discursivo – a motivação para os fatos da língua”.

Há, nesse sentido, toda uma preocupação com o processo de interação entre as motivações internas e externas que, em um jogo de forças (Du Bois, 1985), favorecem diretamente as múltiplas opções de uso que os contextos discursivo-comunicativos projetam. Por conseguinte, a Linguística Funcional se preocupa com a linguagem em uso, compreendendo-a como “recurso para fazer e trocar significados, utilizada no meio social de modo que o indivíduo possa desempenhar papéis sociais” (CABRAL; FUZER, 2014, p. 21). Com base nessas premissas, os funcionalistas entendem que:

A linguagem é uma atividade sócio-cultural; a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; a estrutura é não-arbitrária, motivada, icônica; mudança e variação estão sempre presentes; o sentido é contextualmente dependente e não-atômico; as categorias não são discretas; a estrutura é maleável e não rígida; as gramáticas são emergentes; as regras de gramática permitem algumas exceções. (KENEDY; MARTELOTTA, 2003, p. 26)

Isto posto, o funcionalismo compreende que “as formas da língua são meios para um fim, não um fim em si mesmas” (HALLIDAY, 1985 *apud* NEVES, 2018, p. 30), havendo, portanto, uma integração entre os componentes sintático, semântico e pragmáticos na gramática, já que estes são relacionados e interdependentes. Em posição contígua, espera-se assim fazer uma descrição sintática que privilegie uma investigação acerca das circunstâncias discursivas norteadoras das escolhas linguísticas específicas do uso, visto que a abordagem funcionalista almeja explicitar as regularidades visualizadas no uso interativo da língua, verificando as condições discursivas que motivam o uso.

A partir dessa ótica funcionalista, nota-se que “a estrutura gramatical depende do uso que se faz da língua, ou seja, a estrutura é motivada pela situação comunicativa” (CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2003, p. 29). Nesse viés, torna-se imprescindível a verificação dos aspectos sintáticos em termos semânticos e pragmáticos, dado que a estrutura gramatical é uma variável dependente às pressões do uso que, por sua vez, moldam o sistema ao longo do tempo. Essa mutabilidade do uso é perceptível principalmente em contextos banhados pela multimodalidade, dado que a mescla de semioses dá origem a novos usos da língua e da linguagem. Com base nessa perspectiva, o próximo tópico discorrerá com mais propriedade sobre a Teoria da Multimodalidade, a qual está de certo modo vinculada ao Funcionalismo.

Teoria da Multimodalidade

A Era Digital fez com que diversos gêneros ganhassem características multimodais, isto é, mais de um modo de se serem representados. A mescla de recursos semióticos surgiu como estratégia para a produção e o compartilhamento de informações, principalmente nas redes sociais, o que fez com que “imagem e palavra mantivessem uma relação cada vez mais próxima, cada vez mais integrada” (DIONÍSIO, 2005, p. 159), tornando a nossa sociedade cada vez mais visual. Nas palavras de Descardesi (2002), hoje em dia,

[...] qualquer que seja o texto escrito, ele é multi-modal, isto é, composto por mais de um modo de representação. Em uma página, além do código escrito, outras formas de representação como a diagramação da página (layout), a cor e a qualidade do papel, o formato e a cor (ou cores) das letras, a formatação do parágrafo, etc. interferem na mensagem a ser comunicada. Decorre desse postulado teórico que nenhum sinal ou código pode ser entendido ou estudado com sucesso em isolamento, uma vez que se complementam na composição da mensagem. (DESCARDESI, 2002, p. 20)

Essas outras formas de representação que direta ou indiretamente interferem na mensagem transmitida fazem com que a combinação de palavras e imagens tragam implicações discursivas de suma importância para o jogo interacional e conversacional, ainda mais se tratando do universo digital, já que:

Os gêneros discursivos produzem significados e estabelecem relações através dos textos ou discursos neles veiculados. Esses, por sua vez, materializam-se através da linguagem, seja ela verbal ou não-verbal. Todo o arranjo visual existente no gênero, ou seja, a diagramação, cores, figuras, tipo de papel (no caso de texto escrito) ou até como as pessoas se comportam nos textos orais (gestos, entonação de voz, expressões faciais) chamamos de multimodalidade. (FERREIRA; BORTOLUZZI, 2007, p. 1104)

A teoria da multimodalidade se embasou nos pressupostos da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF), propostos por Halliday. As metafunções linguísticas de Halliday (1976) foram adotadas para analisar não somente a linguagem escrita ou falada, como também a todos os tipos de semiose humana. Segundo Halliday (1976), os textos se constituem a partir da (i) metafunção interpessoal; (ii) metafunção ideacional; (iii) metafunção textual.

A metafunção interpessoal refere-se “a distinções como as de ‘modo’ ou ‘modalidade’ (isto é, as diferenças entre afirmações, perguntas e ordens)” (HALLIDAY, 1976, p. 134). Nessa função, há uma preocupação evidente com a modalidade, ou seja, com o grau de veracidade da mensagem transmitida, posto que a metafunção interpessoal exerce diferentes tipos de relação entre os participantes, sejam eles representados (pessoas, lugares e coisas representadas em imagens) sejam interativos (pessoas que se comunicam com outras por meio de imagens; os produtores e espectadores dessas imagens). Assim sendo, nesse grupo, adotam-se estratégias semióticas que explicitem a realidade social do grupo ao qual a mensagem foi dirigida, de modo a promover a troca interativa entre os participantes e “estabelecer e manter relações sociais para a expressão de papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados pela própria linguagem” (HALLIDAY, 1976, p. 136).

Já a metafunção ideacional diz respeito “ao que é comumente chamado de ‘sentido cognitivo’ ou ‘conteúdo proposicional’ de orações” (HALLIDAY, 1976, p. 134). Nessa função, entende-se que as imagens advêm de estruturas narrativas (processos de ação) e conceituais (processos estáticos), as quais levam em consideração a representação dos seres, dos lugares e das coisas no processo de interação para a construção coesa dos significados. Isso faz com que essa metafunção esteja fortemente vinculada à ideia de “construção de experiências”, já que

[...] ao desempenhar tal função, a linguagem também estrutura a experiência e ajuda a determinar nossa maneira de ver as coisas, de modo que exige algum esforço intelectual vê-las de outra maneira que não aquela que nossa linguagem sugere. (HALLIDAY, 1976, p. 136)

Por fim, a metafunção textual é o “modo por que a estrutura gramatical e entonacional das orações as relaciona umas com as outras em textos contínuos e com as situações em que são usadas” (HALLIDAY, 1976, p. 134) por como os falantes de uma língua constroem/organizam o fluxo discursivo da interação, estabelecendo a coesão textual. De acordo com Halliday (1976, p. 137), além de capacitar o falante e o escritor a construir “textos”, a função textual “capacita o ouvinte ou o leitor a distinguir um texto de um conjunto

aleatório de orações” (HALLIDAY, 1976, p. 137). Há, desse modo, a necessidade de se adotar estratégias coerentes que atendam aos propósitos discursivo-comunicativos da mensagem/informação veiculada.

As metafunções de Halliday colaboraram com o desenvolvimento da Gramática do *Design Visual* (GDV), cujos expoentes são Kress e van Leeuwen. Contudo, com vistas a descrever o modo semiótico visual, na GDV, as metafunções da LSF equivalem-se, respectivamente, a significados interacionais, estruturas representacionais e significados composicionais. Assim, unindo o contexto, a interação, as estratégias discursivas, os produtores e receptores, a GDV espera descrever os sentidos produzidos pela mescla de recursos semióticos nas diferentes situações comunicativas.

Em suma, é válido ressaltar que, na teoria da multimodalidade, as naturezas dos recursos semióticos são “produtos de histórias culturais e recursos cognitivos que usamos para criar significados na produção e interpretação de mensagens visuais e de outros tipos” (JEWITT; OYAMA, 2001, p. 136). A escolha dos recursos semióticos nos atos comunicativos se dá assim pelas motivações que norteiam seu uso, isto é, pelo contexto de produção e recepção das mensagens socialmente constituídas.

Isso prova que a multimodalidade é uma ferramenta extremamente eficiente no processo comunicativo atual, seja em anúncios publicitários, charges, cartazes de filmes, infográficos, seja, até mesmo, nos memes. O sentido gerado pela imbricação da linguagem verbal e da não-verbal favorece múltiplas leituras sobre como os usos estabelecem padrões. Dessa forma, a multimodalidade nos memes acaba por oferecer embasamento teórico para se justificar os fenômenos linguísticos por detrás desse “inocente” gênero discursivo que vem conquistando o mundo – em especial, os brasileiros – que é o meme.

Gênero Meme

Segundo Santos (2018, p. 1), “como gênero multimodal emergente das redes sociais, o meme constrói sua significação sob uma dupla articulação: a gramática da dimensão linguística e a gramática da dimensão visual”. Assim sendo, este é um gênero digital permeado de múltiplas semioses, que pode apresentar tom humorístico ou, ainda, crítico.

Há uma relação bastante intrínseca entre a propagação desse gênero e sua função social. De certo modo, os memes funcionam como *replicante cultural* (DUARTE, 2014), posto que são ideias, frases, imagens, vídeos, sons, que viralizam rapidamente e se alastram como replicadores linguístico-comportamentais de um contexto sociocultural.

Para se explicar esse caráter de “replicador” cultural e comportamental, pode-se fazer uma analogia entre o “meme” da internet e o “meme” de Dawkins (um zoólogo darwinista). Segundo esse cientista, assim como os genes podem ser responsáveis pela transmissão e replicação de características às gerações posteriores, existem mecanismos de transmissão cultural e informacional, os quais ele chamou de memes. Para Dawkins (1979), e por extensão Blackmore (1999), os memes podem ser ideias, músicas, histórias, hábitos, invenções, e comportamentos transmitidos por imitação.

À vista disso, Blackmore (1999 *apud* SOUZA, 2013) entende que as meméticas são “uma força poderosa que moldam nossa evolução, reduzindo o ser humano a uma simples máquina portadora de genes biológicos e de memes culturais, um veículo de disseminação, um ente de quem os replicadores fazem uso para perpetuarem-se pelas gerações”. Essa caráter ora metamórfico (de reinterpretação), ora mimético (de imitação) dos memes de Dawkins pode ser visualizado nos memes da internet, já que também podem ser conceituados como “replicadores comportamentais, unidades de transmissão e de imitação cultural, responsáveis pela propagação de fatos, reprodução de pensamento e comportamento” (SANTOS, 2018, p. 2).

Ao se fazer uma alusão ao meme de Dawkins, os internautas passaram a utilizar o termo “meme” para se referir ao que se espalha na mídia digital, em especial nas redes sociais, já que é no ciberespaço que o compartilhamento de informações se dá de forma mais evidente. Por meio de postagens de fotos e vídeos, comentários, *gifs*, *emojis*, figurinhas, os internautas estabelecem relações, fazem inferências e mesclam diversos recursos semióticos com o intuito de se comunicarem e interagirem. Vê-se assim que o uso motiva a escolha de como a informação será transmitida e repercutida.

Com o avanço das tecnologias e dos meios de comunicação, os memes ganharam gosto popular e, hoje, são expressos por textos multimodais que se replicam no meio virtual rapidamente, levando humor, sagacidade e informação aos quatro cantos da internet. Deslocando um enunciado de seu contexto de enunciação, nos memes,

[...] situações acontecidas ou frases ditas em determinados contextos são relacionadas a imagens ou *gifs* diversos, garantindo nova significação aos Memes, por vezes um tom humorístico. Entretanto, mesmo que muitos vejam os Memes de internet como expressões engraçadas propagadas na Web, a forma de atuação a que foi elevado esse replicante garantiu-lhe um tom crítico, combativo, analítico ou, para ressaltar o contexto brasileiro, de protesto. (SANTOS, 2018, p. 5)

Isso ilustra o caráter social desse gênero, dado que, além de ser entretenimento, funciona como uma expressão textual (linguística e visual) de grande repercussão em múltiplos contextos e camadas sociais brasileiras. Assim, além de ser um replicador cultural e comportamental, o meme da internet funciona também como um replicador linguístico, posto que, “baseados nos fatos que acontecem na sociedade e que, muitas vezes, ganham grande repercussão na mídia, encerram em si uma efetiva realização linguística em que avultam fatores e construções de cunho lexical, fonético, morfológico e sintático” (SANTOS, 2018, p. 5-6).

Com base nessas premissas, o meme é um gênero digital que, por ser multimodal, carrega suas próprias ferramentas de produção e replicação. Unindo imagem e texto em sua composição, humor e crítica no estilo e fatos socioculturais em sua composição temática, esse gênero circula em grande escala no Brasil, tornando-o “o país dos memes”.

No gênero supracitado, as dimensões verbal e visual se unem para a construção da significação do texto. Assim, para garantir a compreensão do conteúdo do meme, torna-se viável transpor a mera leitura do componente verbal, e adentrar na sintaxe visual, levando em consideração os recursos multimodais que, juntos, dão completude à semântica do texto mêmico. Isso pode ser exemplificado por meio da figura 1, apresentada na introdução deste trabalho, dado que a união da imagem com a frase torna o meme compreensível. Nele, há uma construção temporal formada pela visibilidade da oração temporal e pela elipse da oração principal, a qual tem o seu conteúdo recuperado pela imagem. O próximo tópico traz considerações adicionais sobre as construções temporais e essa possibilidade de elisão.

Construções Temporais

Segundo Neves (2011), a construção temporal é formada por uma oração principal e uma temporal, a qual pode ser posposta ou anteposta. Isso pode ser visualizado a seguir:

1. Ele acordou *quando ela chegou*.
2. *Quando ela chegou*, ele acordou.

A ordem das orações depende do efeito de sentido desejado ou da importância dada pelo produtor do discurso àquela circunstância expressa pela oração temporal. Há, portanto, uma dependência dos fatores semântico-pragmáticos dos elementos numa construção.

Além do “quando”, outras conjunções ou locuções conjuntivas podem expressar relação temporal, a exemplo do “enquanto, apenas, mal, antes que, depois que, logo que, assim que, sempre que, até que, desde que, primeiro que, todas as vezes que, cada vez que”.

De fato, cada uma delas traz particularidades muito interessantes para o processo de formação das construções temporais, contudo, nosso estudo está focado em estruturas iniciadas por “quando”.

De acordo com Neves (2011), podem-se existir outras relações de tipo lógico-semântico (causal, condicional, concessiva) associadas à relação temporal que se estabelece entre as orações. Tais relações se dão em virtude do conectivo que as ligam e da natureza modo-temporal dos verbos empregados na construção.

[...] a expressão do tempo sempre se liga a relações muito complexas. Essa complexidade aumenta quando a relação temporal envolve dois estados de coisas, isto é, duas predicções, como é exatamente o caso das construções com uma oração principal e uma oração temporal. (NEVES, 2011, p. 795)

Isso pode ser exemplificado pela relação temporal com sentido condicional que ocorre em construções que apresentam simultaneidade, traço não télico e aspecto imperfectivo. A leitura condicional pode se dar quando as orações (subordinada e principal) ocorrem no presente ou no pretérito imperfeito, podendo trazer uma relação simultânea entre o estado de coisas da oração temporal e o da principal (sentido condicional eventual) ou ainda uma relação de simultaneidade tênue, em que o fato expresso na oração temporal é entendido como justificativa para o que se afirma na oração principal (sentido condicional factual). Veja os exemplos abaixo:

3. O bom de ser pobre e feio é que, *quando uma pessoa gosta de você*, ela gosta mesmo.
4. O bom de ser pobre e feio é que, *se uma pessoa gosta de você*, ela gosta mesmo.

Como pode se ver, a relação temporal e a condicional podem estabelecer relações de sentido muito próximas em muitos contextos, o que faz com que determinadas particularidades de uma possam ser observadas na outra também. Embora Neves (2011) não faça menção à possibilidade de elipse da oração principal em construções temporais, pode-se adotar essa ideia se comparada à explicação dada pela autora sobre esse mesmo fenômeno nas construções condicionais, já que, em alguns casos, o uso do conectivo “quando” e do “se” comportam características muito similares. Sobre a elipse, a autora declara que

Nas construções condicionais pode ocorrer elipse da oração principal. Nesses casos, o falante constitui a moldura de referência condicional, que é a oração com SE, mas deixa a cargo do ouvinte o preenchimento do conteúdo emoldurado (a oração principal). O conteúdo da parte nuclear da construção, então, tem de ser resgatado pelo ouvinte segundo seu conhecimento, sua experiência no assunto, ou mesmo, seu desejo. (NEVES, 2011, p. 855)

A seguir, apresentam-se exemplos de construções em que há elipse da oração principal:

5. Se o prefeito te ouve acusando o filho dele...
6. Ainda se fosse só isso...
7. Ah, se eu fosse solteiro!

Todas essas sentenças são perfeitamente possíveis de serem encontradas na fala. E isso se dá em virtude do conteúdo emoldurado da oração principal ser preenchido pelo ouvinte por meio de seu conhecimento de mundo, de sua experiência no assunto, ou ainda, de seu desejo.

Pensando nas particularidades das construções temporais, os seguintes questionamentos podem ser levantados: pode haver elipse da oração principal em construções temporais? Quais são os contextos comunicativos que propiciam isso? Quais são as relações de tipo lógico-semântico existentes? Para responder a essas perguntas, parte-se agora para a metodologia.

Corpus e metodologia

Este estudo optou por uma *metodologia tipológica de investigação teórico-especulativa*, de natureza qualitativa, que assume uma *perspectiva interpretativista de condução*, já que busca entender, analisar e interpretar fenômenos inseridos em um contexto (BORTONI-RICARDO, 2008). Adotando um paradigma pós-positivista de investigação, fez-se uso do realismo crítico para desenvolver um estudo funcionalista que abarcasse a influência da multimodalidade no uso dos fenômenos linguísticos. Para tanto, foram utilizados principalmente os pressupostos teóricos de Santos (2018) e Neves (2011).

Com vistas a se provar que pode haver elipse da oração principal em construções temporais que apareçam em contextos multimodais, metodologicamente, foram selecionados 50 memes que, apesar de não estarem em número volumoso, podem demonstrar funcionalmente o imbricamento do meio verbal e do visual na significação da mensagem produzida por memes da internet. Como forma de obter esse *corpus*, utilizou-se a ferramenta de pesquisa “Google Imagens” para encontrar memes que apresentassem construções temporais iniciadas por “quando” e desprovidas visivelmente da oração principal.

Análise dos dados

Quanto ao aspecto composicional, os 50 memes analisados estruturam-se basicamente do mesmo modo, *id est*, são compostos por imagens que vêm acompanhadas de uma oração

subordinada adverbial temporal introduzida por “quando” e isolada, sem a presença explícita da oração principal. Isso pode ser visualizado no meme a seguir:

Figura 2: Meme da Branca de Neve



Fonte: Branca de Neve e menina feliz. Disponível em: <https://www.gerarmemes.com.br/memes-galeria/530-branca-de-neve-menina-feliz/44>. Acesso em: 29 fev. 2020.

Acima, vê-se que, por meio da feição da garotinha mediante a presença de uma mulher fantasiada de Branca de Neve, o enunciador dessa mensagem quis retratar a sua reação quando alguém o acorda cedo no sábado e depois vai falar com ele. A cara emburrada da menina revela o desprazer do enunciador em ser acordado e incomodado pela manhã.

Essa leitura não seria possível se fosse observado apenas o aspecto verbal, isto é, a oração subordinada adverbial temporal explícita no meme. Um leitor qualquer poderia apresentar dificuldades em compreender o estatuto semântico atribuído à forma textual em análise. Isso se justifica pela potencial subordinação dessas orações que, tradicionalmente, deveriam sintaticamente funcionar como adjuntos adverbiais.

A oração subordinada adverbial temporal “quando alguém me acorda cedo no sábado” apresenta uma lacuna sintático-semântica se lida isoladamente, não podendo ser identificados explicitamente todos os componentes lexicogramaticais da constituinte ideacional, isto é, participantes, processos e circunstâncias do sistema de subordinação.

Em virtude do meme acima deixar a cargo do leitor o preenchimento do conteúdo emoldurado (a oração principal), este precisa ser resgatado a partir da imagem. Assim, para garantir uma maior inteligibilidade desse meme, necessita-se transpor a leitura do componente verbal e descrever também a sua sintaxe visual.

Essa leitura imbricada dos componentes verbais e visuais ilustram que as lacunas sintático-semânticas verificadas nas orações isoladas se desmancham ao se estabelecer um diálogo com a dimensão visual. Nota-se, portanto, que a completude semântica do texto mêmico se dá pela leitura fundida dos signos verbais e não-verbais, já que o conteúdo da oração principal é substituído pela imagem, fazendo com que esse aspecto multimodal desempenhe uma função linguística de suma importância, inclusive. Como forma de explicitar tais considerações, vê-se um outro meme abaixo:

Figura 3: Meme da Mia Colucci



Fonte: Quando eu lembro que amanhã tem aula. Disponível em: <https://loveforquotes.com/i/dim-dim-dim-dimdimdimofc-quando-eu-lembro-que-amanh%C3%A3-tem-e2a2dd3a7a6e4321acae302a0092311d>. Acesso em: 29 fev. 2020.

Caso o leitor fosse completar a construção temporal com o preenchimento da oração principal, poderiam surgir algumas possibilidades, como: “quando eu lembro (...), eu fico triste”, ou ainda, “quando lembro (...), eu choro”. Muitas outras combinações poderiam surgir, porém, todas se caminhariam para uma mesma direção semântica, a infelicidade do interlocutor. Essa interpretação se configura possível mediante o processo representacional que a presença do elemento visual acarreta. A ausência linguística da oração principal não traz danos à compreensão da mensagem transmitida, pois a inteligibilidade é garantida pela leitura das sintaxes verbo-visuais do meme em questão.

Sobre esse diálogo entre os elementos verbo-visuais, Santos (2018, p. 14) declara que o meme é um gênero digital que, “verbalmente, pode ser constituído de uma ou mais orações, estabelecendo um profundo e constante diálogo com a semiose visual”. Sua composição sintático-semântica depende, portanto, de uma análise verbo-visual, em que se considere o contexto ao qual o meme se relaciona, *id est*, “a dinamicidade, informalidade e a

multiplicidade semiótica próprias da Internet” (SANTOS, 2018, p. 14). Isso pode ser exemplificado com o meme a seguir:

Figura 4: Meme do coelho



Fonte: Memes engraçados. Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/690247080367111113/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

Para se fazer uma leitura mais atenta desse meme, torna-se viável buscar inferências que propiciem uma ampla compreensão do jogo verbo-visual proposto pelo enunciador. O sentido é pragmaticamente recuperável com base no diálogo formado entre as orações subordinadas adverbiais temporais e as imagens que funcionam como conteúdo emoldurado para cada uma delas. Porém, desse diálogo, surge o seguinte questionamento: quem teria surgido, isto é, sido pensado primeiro no meme? A imagem ou a escrita (e seu conteúdo temático)?

De antemão, poderíamos pensar que a oração subordinada foi construída primeiro, e a imagem surgiu como um complemento para o sentido da escrita, sendo um mero acessório para a composição do meme, um recurso lúdico e ilustrativo. Caso adotássemos essa hipótese, estaríamos sendo muito superficiais e (talvez) negligentes, pois a imagem possui um conteúdo de força igual ou maior ao apresentado pela escrita.

Por outro lado, se pensarmos que foi a imagem que destoou primeiro, em virtude desta apresentar o conteúdo expresso na oração principal, concluiríamos que a escrita surgiu nesses memes para complementar o sentido da imagem, sendo pensada, portanto, posteriormente. Isso poderia ser comprovado pela própria função sintática exercida pela oração subordinada adverbial temporal, a qual é empregada como um adjunto adverbial, uma moldura de referência para o conteúdo emoldurado na imagem.

Essa relação de “quem veio primeiro” é muito interessante, pois pode ser justificada não só no âmbito semiótico, mas também no linguístico, já que as funções sintático-semânticas estão sendo incorporadas tanto nos componentes verbais quanto nos visuais. Veja mais um exemplo de meme que evidencia esse diálogo verbo-visual:

Figura 5: Meme do cachorrinho triste



Fonte: Jovem Grisolho. Disponível em: <https://me.me/i/jovem-grisolho-ajovemgrisolho-quando-voce-ta-tentando-esquecer-aquela-pessoa-9293427>. Acesso em: 29 fev. 2020.

O meme acima retrata essa ligação intrínseca entre o elemento verbal e o visual, já que o conteúdo semântico existente na imagem do cachorrinho triste com fones de ouvido funciona como um gatilho para o surgimento das orações, em especial, da oração subordinada adverbial temporal “quando você tá”, dado que esta funciona como complemento para aquilo que foi sugerido na imagem. Assim sendo, o isolamento da oração temporal no meme se justifica mediante a recuperação do conteúdo semântico emoldurado no elemento visual.

Para finalizar essa primeira análise, a figura 6 traz um meme que, embora o conteúdo da parte nuclear das orações possa ser resgatado pelo leitor conforme seu conhecimento de mundo e/ou sua experiência no assunto – sem a necessidade de um elemento visual, a imagem surge como uma atestadora daquilo que já fora compreendido pelo receptor da mensagem, sendo, assim, um resultado esperado pelo leitor.

Figura 6: Meme sobre estudar, trabalhar, ter vida pessoal e social

Quando você tenta estudar, trabalhar,
ter um namorado, ir a academia, fazer
dieta, dormir 8 horas, ficar bem com a
sua família e apoiar seus amigos.



Fonte: Anatomia. Disponível em: <https://www.facebook.com/anatomia.love/posts/marque-seus-amigos-vamos-compartilhar-conhecimentossiga-nos-instagramcomsouenfer/1501533323355935/>. Acesso em: 29 fev. 2020.

Um outro ponto interessante a ser mencionado sobre esse meme (e todos os outros 49 memes que foram analisados neste estudo – inclusive os acima mencionados) condiz com o tipo de relação lógico-semântica existente entre a oração adverbial e a imagem, a qual representa aqui o conteúdo expresso na oração principal omitida. Com base nisso, o trabalho parte agora em busca da contemplação de seu segundo objetivo, o qual é justamente a verificação de qual relação de tipo lógico-semântico é estabelecida nos memes estudados.

De acordo com Neves (2011), o conectivo “quando” possui um valor neutro, o que o faz apresentar sentidos sobrepostos em alguns casos, mediante dependência modo-temporal. Assim sendo, em todos os 50 memes analisados, deduz-se, com base na citação de Neves (2011), que os verbos da oração nuclear (representada pela imagem) e da oração subordinada moldaram-se no tempo presente. Isso revela que “a correção de presente com presente caracteriza uma perspectiva global imperfectiva de estado de coisas simultâneas (total ou parcial), o que licencia a indicação de habitualidade” (NEVES, 2011, p. 791). Contudo, a relação temporal entre os dois estados de coisas (simultaneidade) nos memes analisados é tênue. A factualidade contida nas orações adverbiais temporais mostram condições preenchidas, isto é, o fato expresso na oração adverbial com sentido condicional pode ser entendido como justificativa para o que se afirma na oração principal. À vista disso, pode-se constatar a presença da relação temporal com sentido condicional factual nos 50 memes analisados do *corpus*.

Para se explicar essa complexa relação de tipo lógico-semântico, volta-se novamente aos 6 memes já utilizados como representação neste trabalho, de modo a evidenciar agora a ligação existente entre condição e tempo. De antemão, no meme 1, pode-se fazer uma interpretação condicional da oração temporal “quando eu vejo comida”, de modo que essa oração se configure como condição para o fato expresso da imagem. Isto posto, dada a realização/a factualidade da oração temporal com sentido condicional, segue-se, necessariamente, a realização/ a factualidade da oração principal, expressa nos exemplos por meio da imagem. Nesse sentido, pode-se interpretá-la como “quando eu vejo comida (se eu vejo comida), eu fico animado”, em que a oração temporal traz essa condição factual para o evento expresso na principal (na imagem).

No meme 2, a oração temporal “quando alguém me acorda cedo no sábado e depois vem falar comigo” também funciona como condição para a realização do fato expresso na imagem, que, no caso, trata-se do semblante irritado da garota. Percebe-se então que a realização do conteúdo expresso pelo componente visual só é possível se dada a factualidade da oração adverbial. Há portanto uma relação factual implicativa que interliga a imagem à escrita, de modo que o fato expresso pela proposição adverbial implica o fato expresso pela oração principal, a qual vem representada pela imagem.

Do mesmo modo, em 3, “quando eu lembro que amanhã tem aula” é, sem sombra de dúvidas, a condição para a menina estar chorando. A combinação do elemento visual e verbal revela que, se dada a realização do fato expresso pela oração adverbial, isto é, se a garota se lembra que tem aula no dia seguinte, tem-se a realização do conteúdo expresso pela figura, isto é, ela fica triste. Essa noção de realização, dá à oração temporal um sentido condicional factual.

No meme 4, vê-se que a forma como o coelho se comporta mediante “a pessoa” é resultado da condição enunciada na oração adverbial, isto é, do fato de ele conhecê-la intimamente ou não. Logo, se o coelho conhece uma nova pessoa, age de maneira “fofa”. Contudo, ao passo que vai adquirindo intimidade, mostra sua verdadeira face. Há, portanto, um jogo temporal e condicional bastante evidente nessas relações.

Outrossim, em 5, a tristeza do cachorrinho ao escutar uma música também é efeito da condição expressa na oração adverbial. Por meio de um diálogo multissemiótico, esse meme simboliza uma situação corriqueira na vida das pessoas: a influência das músicas no comportamento e nas emoções humanas.

Por fim, no meme 6, o conteúdo expresso no período “quando você tenta estudar, trabalhar, ter um namorado, ir à academia, fazer dieta, dormir 8 horas, ficar bem com a sua

família e apoiar seus amigos” pode ser compreendido facilmente como uma moldura de referência para o efeito emoldurado na oração principal (que, no caso, é representado pela imagem). A aparência cansada e desgastada da personagem “Docinho”, das Meninas Superpoderosas, surge como representação do efeito causado pelas condições descritas na oração adverbial. O enunciado da oração principal (imagem) é tido como certo, desde que seja dada a realização/a factualidade da oração adverbial temporal com sentido condicional factual.

Além do tipo de relação que se exprime nessas construções temporais, é interessante ressaltar também a forma como a informação no texto foi organizada. A partir dos memes analisados, notou-se que, estruturalmente, a oração adverbial apareceu frequentemente anteposta à imagem, constituindo, em geral, um ponto de apoio para a referência. Parafraseando Neves (2011), pode-se entender então que as orações adverbiais temporais com sentido condicional formam nessas comunicações uma espécie de moldura de referência em relação ao conteúdo expresso pelas imagens.

A partir dessas constatações, vê-se que a disposição/organização da construção temporal depende não apenas dos fatores gramaticais, mas da situação comunicativa que motiva o uso dessas estruturas. Seria duvidoso dizer, portanto, que uma oração subordinada adverbial temporal não possa aparecer isolada em um texto, posto que a visibilidade da oração principal pode ser, como vimos, dependente de fatores que perpassam o campo verbal, adentrando, assim, caminhos que levam para uma semiose visual.

De encontro a essa ideia, seria audacioso dizer também que as construções temporais possuem uma única relação de sentido, já que, a expressão do tempo pode se associar a relações muito complexas. Nos memes aqui estudados, pôde-se constatar que a relação de tipo lógico-semântico condicional pode sim ser lida em uma construção temporal, confirmando que “algumas combinações de predicções com relação temporal efetuadas por *quando* propiciam leitura condicional, com diferentes nuances” (NEVES, 2011, p. 797).

De uma forma geral, considerando o *corpus* de análise, pode-se pressupor que os memes que apresentam elipse da oração principal em construções temporais trariam uma relação de tipo lógico-semântico condicional factual, em que a condição estaria expressa na oração adverbial iniciada por “quando” e o resultado da condição enunciada estaria ilustrado na imagem, a qual detém o conteúdo da oração principal. Isso comprova novamente a intrínseca relação existente entre os elementos verbais e não-verbais no gênero digital multimodal meme e, por extensão, evidencia a influência dessa relação no comportamento dos fenômenos linguísticos.

Considerações finais

A completude sintático-semântica proveniente da relação verbo-visual do gênero multimodal meme comprova a influência desse contexto comunicativo no comportamento do fenômeno linguístico estudado. A elipse da oração principal em construções temporais mostrou-se possível nos memes analisados devido ao uso da imagem como representante do conteúdo expresso pela oração principal omitida visivelmente. Isso prova que a completude semântica do texto mêmico se dá pela leitura fundida dos signos verbais e não-verbais.

Ademais, o imbricamento das dimensões verbo-visuais mostrou uma relação temporal com sentido condicional em todos os 50 memes analisados, o que sugere, portanto, que, além de representarem o conteúdo da oração principal, as imagens nesses memes funcionam como efeitos/resultados das condições enunciadas na oração adverbial iniciada pelo conectivo “quando”. Os estados de coisas do elemento verbal e do não-verbal dialogam em uma relação de simultaneidade tênue, em que a factualidade expressa pela oração adverbial implica na realização do conteúdo expresso pela oração principal, representada pela imagem). Assim sendo, pode-se sugerir que as orações adverbiais temporais analisadas possuem sentido condicional factual.

Em suma, os dados aqui discutidos mostraram, acima de tudo, que as motivações para os fatos da língua vão além de meras estruturas gramaticais. As vicissitudes dos discursos comunicativos e dos contextos semântico-pragmáticos projetam múltiplas opções de uso da língua, e é exatamente isso que a torna tão rica.

Referências

BLACKMORE, S. **The Meme Machine**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

BORTONI-RICARDO, S. M. Postulados do paradigma interpretativista. In: BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

CABRAL, S. R. S.; FUZER, C. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua Portuguesa**. Campinas: Mercado das Letras, 2014.

CUNHA, M. A. F. da; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 29-55.

CUNHA, A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Ed.). **Manual de linguística**. Editora Contexto, 2008. p. 157-176.

DAWKINS, R. **O gene egoísta**. São Paulo: Itatiaia, 1979.

DESCARDECI, M. A. A. S. Ler o mundo: um olhar através da semiótica social. **ETD – Educação Temática Digital**, v. 3, n. 2, p. 19-26, Campinas: Unicamp, jun.2002.

DIONÍSIO, A. P. **Multimodalidade discursiva na atividade oral e escrita**. Fala e Escrita. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DU BOIS, J. W. **Competing motivations**. In: Iconicity in syntax. Benjamins Amsterdam, 1985.

DUARTE, G. A. **No universo especulativo dos memes da copa**: a expressão social, consumo e entretenimento na trajetória da seleção brasileira. 4 Encontro de GTS. São Paulo: 2014.

FERREIRA, J. C.; BORTOLUZZI, V. I. **Estudos em multimodalidade**: A multimodalidade em capas de revista de autoajuda. Anais do, v. 4, 2007.

GIVÓN, T. (Ed.). **Discourse and syntax**. Academic Pr, 1979.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. Baltimore: E. Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. Estrutura e função da linguagem. In: LYONS, J. (Org.). **Novos horizontes em linguística**. São Paulo: Cultrix, 1976. p. 134-160.

HALLIDAY, M. A. K. **Spoken and written language**. Oxford University Press, USA, 1989.

JEWITT, C.; OYAMA, R. Visual meaning: a Social Semiotic approach. In: VAN LEEUWEN, T.; JEWITT, C. **Handbook of visual analysis**. London, Thousand Oaks, New Delhi: Sage Publications, 2001. p. 134-156.

KENEDY, E; MARTELOTTA, M. E. T. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. T. (Org.). **Linguística Funcional**: teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003, v. 1, p. 17-28.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. 2. ed. atual. São Paulo: Unesp, 2011.

NEVES, M. H. M. **Gramática funcional**: interação, discurso e texto. São Paulo: Contexto, 2018.

SANTOS, W. Q. A sintaxe verbo-visual da expressão mêmica no português do Brasil: perspectivas da Linguística Sistêmico-Funcional e da Gramática do Design Visual. In: Anais IX **Simpósio Internacional de Estudos de Gêneros textuais**. Campinas: Galoá, 2018. v. 1.

SOUZA, C. F. Memes: formações discursivas que ecoam no ciberespaço. **Vértices**, Campos dos Goytacazes, v. 15, n. 1, p. 127-148, 2013.

Sobre os autores

Vanessa Leme Fadel Steinhauer

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM); graduada em Letras - Português/Inglês pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). É professora de Língua Portuguesa e de Oficina de Produção Textual.

Juliano Desiderato Antonio (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-9816-5852>)

Doutor e mestre em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) – Campus de Araraquara, com pós-doutoramento na UNESP – Campus de São José do Rio Preto; graduado em Letras pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). É professor do Departamento de Teorias Linguísticas e Literárias e do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

Construções contrastivas *acontece que e logo eu*

Contrastive constructions *acontece que e logo eu*

Nilza Barrozo Dias¹
Jocineia Andrade Ramos Araújo²
Priscilla Hoelz Pacheco³

Resumo: Neste artigo, propomo-nos a analisar as construções contrastivas *acontece que e logo eu/tu*, não prototípicas, com base em modelos centrados no uso. O efeito de contraste estabelecido entre os segmentos A e B, em construções prototípicas, resulta de uma quebra de expectativa (não) inferencial, percebida como desigualdade. Utilizamo-nos da proposta de valor semântico da conjunção prototípica *mas*, de Neves (2011), como exemplar representativo do valor de contraste, para verificar quais relações semânticas são instanciadas pelas construções em foco. Verificaremos, nas amostras selecionadas, os domínios cognitivos *chunking* (agrupamento) e categorização (BYBEE, 2016). Os dados de *acontece que* são selecionados em entrevistas da modalidade falada, e *logo eu/tu*, em amostras de redes sociais e de modalidade falada. Os resultados mostram que *acontece que* instancia a maior parte das características do conector prototípico *mas*, enquanto *logo eu/tu* aponta somente para duas relações semânticas. Ambos instanciam um *chunking* que nos leva a considerá-los como parte dos conectores de contraste.

Palavras-chave: Construções. Contrastivas. Categorização. *Acontece que. Logo eu.*

Abstract: In this article, we propose to analyze the constructions of contrast *acontece que* and *logo eu/tu*, from usage-based models perspective. The contrast effect established between segments A and B, in prototypical constructions, results from a breach of (non) inferential expectations, perceived as inequality. We make use of Neves' (2011) approach regarding the semantic value of the prototypical conjunction *mas*, in order to verify which semantic relations are instantiated by the constructions in focus. In the selected samples, we verify the cognitive domains chunking and categorization (BYBEE, 2016). The data related to the construction *acontece que* are selected in interviews of the spoken modality, and the data related to *logo eu/tu*, in texts on social networks and in speech samples. Results show that *acontece que* instantiates most of the characteristics of the prototypical connector *mas*, while *logo eu/tu* point only to the semantic relationship resulting from breach of expectations by contrast and by denying inference. The two objects present a chunking that leads us to consider them as part of the connectors of contrast.

Key words: Constructions. Contrast. Categorization. *Acontece que. Logo eu.*

¹ Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: nilzabarrozodias@id.uff.br.

² Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Niterói; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, São Gonçalo, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: jocineiaadd@hotmail.com.

³ Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: priscillapacheco@id.uff.br.

Introdução

Objetiva-se analisar as construções contrastivas *acontece que* e *logo eu/tu* em amostras de modalidades falada e escrita. Verificaremos como as relações semânticas da conjunção prototípica contrastiva *mas* se apresentam nas novas relações que emergem dos dados selecionados. Utilizaremos alguns dos processos cognitivos de domínio geral, *chunking* (agrupamento) e categorização, conforme proposta da Linguística Centrada no Uso de Bybee (2016).

A nossa hipótese considera que *acontece que* e *logo eu/tu* funcionam como conectivos textuais de valor semântico contrajuntivo, fazendo parte da rede contrastiva. Tais elementos linguísticos podem conectar sintagmas, orações e enunciados.

Para a verificação da hipótese, objetivamos averiguar quais relações semânticas propostas para a construção *mas* são instanciadas pelos novos membros e como se alocam na categoria de conectores contrastivos, se mais para o centro ou mais para a periferia.

O texto apresenta a seguinte sequência: abordagem sobre construção e os valores semânticos de tempo e contraste, seguida de considerações acerca da focalização. Prosseguimos com a categorização das construções *acontece que* e *logo eu/tu*, seguida de procedimentos metodológicos e análise de dados. Por fim, fazemos as considerações finais e apresentamos as referências bibliográficas.

Construção e o valor semântico de tempo

A construção é aqui entendida como um pareamento de forma e função. Segundo Goldberg (1995, p. 4): “C é uma construção se e somente se C é um par forma-significado, de tal modo que nenhum aspecto de forma ou de significado seja estritamente previsível a partir de partes componentes de C ou a partir de outras construções previamente estabelecidas”. A relação entre forma e significado realiza-se de maneira bastante integrada, entendendo forma como padrão formal e também como significante, e pode abranger formas presas, itens lexicais e sentenças; já o significado prevê os componentes semântico e pragmático. Assim, toda e qualquer estrutura linguística é construcional, do morfema às orações ou aos enunciados. (BYBEE, 2016; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

As construções em estudo expressam valor semântico de tempo na semântica do léxico de origem – verbo *acontecer* e advérbio *logo* –, progredindo para o valor semântico de contraste, no sentido de que o segundo segmento marca desigualdade em relação à informação anterior.

Os eventos, no tempo linguístico, são ordenados a partir do presente da enunciação, o momento da fala, devido ao seu caráter dêitico, podendo se reportar ao que vai acontecer, ao que já aconteceu e ao que está acontecendo (ABRAÇADO, 2020). Lyons (1996) considera o tempo presente como o das verdades atemporais. O presente do indicativo possibilita a intervenção do falante por ser de verdade atemporal; e pode não se reduzir ao momento da fala (MF), mas indicar uma fração de tempo que inclua o momento da fala. O autor coloca os *tempora* ao lado dos advérbios, dos pronomes e dos verbos. Assim, o futuro caracteriza-se por indicar um evento posterior a um determinado momento tomado como referência.

Kortmann (1996) investiga, em cento e quarenta polifuncionalidades de conectores adverbiais em línguas europeias e não europeias, relações temporais individuais nas conjunções adverbiais, propondo, num mapa cognitivo, os tempos definido e indefinido. Cabe ao primeiro, o tempo anterior, imediato, simultâneo, de término e o tempo posterior, e, ao segundo, cabe a contingência, que instancia o tempo indefinido. O autor ressalta que os subordinadores temporais apresentam um espectro de relações temporais que instanciam realizações adjacentes no mapa cognitivo do nó temporal (op.cit., p. 185), sendo que os indicadores de tempo simultâneo e suas variedades são propensas à marcação de relações contrastivas. Também Hilpert (2013) aponta que é bastante recorrente a frequência de tempo simultâneo na geração de contraste em várias línguas investigadas.

No caso de *acontece*, a perspectiva do falante já se acha bem objetivada no MF, porque o evento está em desenvolvimento ao mesmo tempo em que é referido num espaço atemporal. Dias e Correa (*no prelo*) apontam que, no século XVI, a estrutura *acontece + que*, na sua forma origem, é constituída de verbo pleno no presente do indicativo, na oração matriz, com valor lexical de acontecimento/realização de evento, seguido de oração completiva subjetiva, introduzida pela conjunção *que*, formando uma unidade informacional, uma soldadura, nos termos de Bally (1965). A presença do adjunto adverbial aspectual *vezes*, no contexto contrastivo, evidencia o aspecto repetitivo de ocorrência do evento. O tempo presente aponta um limite de tempo, mas que poderá ser lido como irrestrito temporalmente, uma atemporalidade (LYONS, 1996).

No caso do advérbio *logo*, ele faz parte dos circunstanciais de tempo, que são construídos num esquema constituído por uma relação (cronológica), conforme Neves, (1985, p. 486), apontando um evento posterior a um determinado momento tomado como referência. Assim, o *logo eu/tu* pode ser utilizado para contrastar situações que manifestam primariamente uma comparação entre os eventos, denotando inclusive contraste por negação e

por negação de inferência e, secundariamente, uma projeção de evento para uma possibilidade de realização futura, mas que não se fará (RAMOS, 2019).

O valor semântico de contraste

Podemos encontrar a relação semântica de contraste manifestada em modos alternativos de se conectar, sintaticamente, sintagmas e orações/sentenças, tais como nas contrajuntivas e nas concessivas. Tal relação se apoia na desigualdade e ambas as construções em estudo partilham a quebra de expectativa que pode incorporar relação entre os interlocutores, entre conhecimentos compartilhados, etc. Além disso, o contraste por quebra de expectativas, segundo Longhin (2002, p. 118) “não decorre da incompatibilidade semântica entre orações, mas sobretudo de aspectos ligados ao contexto pragmático, que inclui as avaliações, as crenças e as pressuposições do falante”.

Para Castilho (2010), o segundo segmento contraria as expectativas geradas no primeiro, funcionando a conjunção *mas*, prototípica, como um bloqueador de aposição. O “efeito de contraste resulta de uma quebra de expectativas entre os segmentos A e B, que será percebida como negação, desigualdade, contrariedade, rejeição, não realização de uma relação de causa e efeito ou curso inesperado de evento” (PEZZATI; THOMAZI, 2008, p. 919), sendo que o referido valor contrastivo, segundo Azeredo (2010), pode consistir-se de (i) uma simples oposição de dois conteúdos; ou de (ii) uma quebra de expectativa criada pela primeira proposição. Ele acrescenta também que a conjunção prototípica *mas* pode ser (iii) focalizadora de circunstâncias e focalizadora contrastiva.

Para Neves (2011, p. 757), as especificações do valor semântico de *mas* podem ser por contraposição ou por eliminação. Vejamos:

Quadro 1 - Especificações de valores semânticos de *mas*, conforme Neves (2011)

1. CONTRAPOSIÇÃO		
	1.1 Contraposição em direção oposta	
	1.1.1 Marcando contraste	<i>Jesus, naquela ocasião, não satisfez a curiosidade dos discípulos, mas foi à prática: curou o cego.</i>
	1.1.2 Marcando compensação	<i>Curto, mas lido com voz clara e sem hesitações, o discurso no Congresso arrancou aplausos em várias ocasiões.</i>
	1.1.3 Restringindo, por acréscimo de informação, o que acaba de ser enunciado	<i>Casou-se, mas não foi com a Luízinha.</i>
	1.1.4 Negando inferência	<i>O Bar do Porco era velho e fedia: era muquinho de um português lá onde, por uns mangos fuleiros, a gente matava a fome, engolindo uma gororoba ruim, preta. Mas eu ia.</i>
	1.2 Contraposição na mesma direção	<i>O sertão, para ele, não é uma coisa, mas principalmente uma ideia e um sentimento</i>

1.3	Contraposição em direção independente	<i>O assunto é polêmico, mas o importante é deixar claro que toda relação estatística precisa ser discutida à luz de outros conhecimentos</i>
2. ELIMINAÇÃO		
2.1	Eliminação se dá no tempo	
2.1.1	Negada a subsequência, nada se põe no lugar	<i>Era um sono de paz que se espalhava pelo corpo e pelo espírito do velho Noé, mas, súbito, acordou ouvindo um ruído.</i>
2.1.2	Negada a subsequência, mas há recolocação	<i>O primeiro contato não traz o prazer esperado. Torres e pedrinhas magoam-lhes os pés. Mas logo avista, mais adiante, um trecho de lama, boa, lisa, morna, pegajosa</i>
2.2	Eliminação não se refere a uma relação temporal entre os membros coordenados	
2.2.1	É negado o que é enunciado no primeiro membro	<i>Você pensa que sabe, mas não.</i>
2.2.2	É rejeitada a oportunidade do primeiro membro coordenado	<i>Chego a me perguntar mesmo – mas isso não importa muito nesta conversa.</i>

Fonte: Elaboração própria a partir de Neves (2011, p. 757-767).

Destacamos que as relações semânticas acima propostas serão aplicadas na investigação das construções *acontece que e logo eu/tu*.

Neves (2011), ainda, ressalta que a conjunção *mas* se aplica a início de oração ou início de enunciado, se for por determinações pragmáticas. Entre tais determinações, destacam-se a estratégia de mudança de foco da narrativa e a de progressão temática.

Dias (2020) aponta uma rede construcional em que temos, de um lado, a construção contrastiva com a conjunção paratática prototípica, *mas*; e temos, na outra posição, as construções contrastivas, menos prototípicas, com *acontece QUE, logo X, enquanto QUE, agora X, já X e até X*, que apresentam algumas das relações semânticas da rede, decorrentes do contraste, mais a função de focalizador. Tais elementos linguísticos entram como não prototípicos na categorização de conectores contrastivos. E tanto o verbo quanto o advérbio acima apontados instanciam uma noção de tempo em suas bases, o que nos leva a uma reanálise da noção de tempo em valor de contraste.

A focalização

A focalização constitui uma das estratégias utilizadas pelo falante para fortalecer sua argumentação e, assim, atingir seus propósitos comunicativos. O falante salienta, focaliza aquilo que ele considera importante e principal dentre toda a informação que está sendo veiculada e possa acrescentar algo ao conhecimento pragmático do ouvinte (DIK, 1981). De acordo com Halliday (1994, p. 204), “foco é um tipo de ênfase por meio da qual o falante

salienta parte (que pode ser o todo) de um bloco de informação como a que ele deseja que seja interpretada como informativa”.

O foco ainda pode apresentar subclassificações. Ele pode ser classificado em foco amplo e foco estreito a depender da porção textual a ser focalizada. O primeiro pode ser dividido entre foco de predicado e foco sentencial. A estrutura de foco de predicado seria a não marcada, no qual os argumentos seriam tópico e comentário, enquanto o foco sentencial corresponde à focalização de uma sentença inteira. Já o segundo, o foco estreito, ocorre quando um único argumento da sentença é focalizado, chamado de foco argumental.

Além da porção textual, há ainda teorias que classificam o foco com base na função que exerce no discurso. Nesse caso, os tipos de foco mais difundidos são o informacional e o contrastivo (ou identificacional) (DIK, 1981; LAMBRECHT, 1994). Foco informacional é aquele que insere informação não compartilhada/nova entre os interlocutores ou que o falante tem o propósito de apresentar como informativa em relação às suas crenças. Já o foco contrastivo visa a transmitir algum tipo de contraste/oposição em relação a um fato já pressuposto pelo interlocutor. Nesse caso, a focalização pode apontar informação dada/compartilhada, mas que o falante ache importante realçar, num conjunto de entidades possíveis, no ato da comunicação, com a intenção de comparar, contrapor informação presente em contexto anterior (LEITE DE OLIVEIRA, 2017; PACHECO, 2020).

Categorização das construções em estudo

“Categorizar é agrupar entidades (objetos, ideias, ações, etc) por semelhança” (LIMA 2010). Tal processo ajuda na demanda humana, porque simplifica a interação do indivíduo com o ambiente, podendo a informação ser facilitada no que diz respeito ao armazenamento e sua recuperação (ROSCH, 1978). As novas construções são definidas como mais ou menos periféricas em relação ao protótipo central, apresentando graus de compartilhamento (TAYLOR, 1995; BYBEE, 2016).

Para Bybee (2016, p. 138), “a categorização se dá por comparação local de itens em vários aspectos quanto à frequência de ocorrência. Isso significa que itens formam relações estreitas, locais, sempre que possível”.

Na categorização, a autora aborda a esquematicidade que aponta para a abstração semântica de um grupo geral de construções, procedural ou de conteúdo. O esquema é uma generalização taxonômica de categorias linguísticas (ou não) que aponta a captura de padrões gerais através de uma série de construções específicas, as microconstruções. Ele é rotinizado, *entrenched* (enraizado), como resultado de modelos da experiência (LANGACKER, 1993;

BYBEE, 2016; CROFT, 2001), sendo as estruturas simbólicas construídas dentro do esquema e apresentando *slots* (espaços) que podem ser inteiramente abstratos (SVO) ou parcialmente esquemáticos. Linguisticamente são grupos semanticamente gerais e abstratos de construções e, segundo Traugott e Trousdale (2013), tais abstrações se fazem por uma série de construções que são percebidas intimamente relacionadas umas às outras pelo falante. Os graus de esquematicidade, segundo os autores, estão relacionados aos níveis de generalidade e especificidade.

O esquema da construção contrastiva é uma generalização taxonômica das categorias que o compõem; são abstrações estabelecidas a partir de conjuntos de construções que são percebidas pelos usuários como intimamente relacionadas umas às outras na rede construcional contrastiva. As construções menos prototípicas em foco apresentam relações com o conjunto, representando a expansão da rede de contraste.

Na construção *acontece que*, temos a mudança de categoria de verbo para a função de novo membro da categoria de conector textual contrastivo que focaliza e faz ressalva da informação contida em B. É oriundo da categoria de verbo de acontecimento que migra para o grupo dos contrastivos, no esquema *verbo X* (DIAS e CORREA, *no prelo*).

A construção *logo eu/tu* também se apresenta como um novo membro da categoria de contraste. O advérbio temporal *logo* migra para a categoria de conectores contrastivos não prototípicos, formando um *chunk* (agrupamento) com *eu* ou *tu*. Temos um evento A, seguido de intervalo de tempo, mais um evento B, em que se observa o valor semântico de contraposição por contraste ou por negação de quebra de expectativa. A cena evocada pelo falante diz respeito a *frames* compartilhados pelos usuários, recheada de metáforas conceptuais. No evento B, encontramos um contraste não explicitado formalmente, mas identificado pelo processo inferencial, com o conector contrastivo *logo eu/tu* focalizando a justificativa da contra-argumentação (RAMOS, 2019). A autora afirma que a construção se comporta de modo semelhante aos advérbios denominados focalizadores (ILARI, 1992; CASTILHO, 2010) por dar destaque a uma informação que o falante julga importante para o conhecimento pragmático do ouvinte.

Procedimentos metodológicos

Como já exposto, temos como objetivo neste trabalho investigar os usos de *acontece que* e *logo eu/tu* no português brasileiro contemporâneo, utilizando a classificação de valores semânticos de Neves (2011) para o *mas*, aplicada aos nossos objetos, a fim de verificarmos como se comportam os novos membros na categoria de contraste. Lembramos que a língua é

um grande inventário de construções, marcada por uma gramática emergente. (GOLDBERG, 1995, 2006; CROFT, 2001; BYBEE, 2016; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013).

Hopper e Traugott (2003) reconhecem que uma dada sincronia já aponta evidências significativas de mudança no uso da língua, o que dá suporte à nossa pesquisa, embora assinalem que a mudança linguística deva ser comprovada mais efetivamente por meio de estudos diacrônicos⁴.

A seguir, traçamos um paralelo da construção *acontece que* com os valores semânticos identificados no uso, com base em uma adaptação da proposta de Neves (2011).

Quadro 2 - Valores semânticos de *acontece que*, a partir dos estudos de Neves (2011) para o *mas*

VALORES SEMÂNTICOS DE <i>ACONTECE QUE</i> NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO	
COM CONTRASTE + FOCALIZAÇÃO	Contraste por oposição
	Contraste por parcialidade
	Contraste por eliminação do trecho anterior
	Contraste por negação de inferência
	Contraste por direção independente
	Contraste por marcação de compensação

Fonte: Elaboração própria, com base em Pacheco (2020).

Ressalta-se que nessa análise tanto propriedades formais quanto semânticas foram consideradas, tomando-se, assim, o contexto de uso como amplamente construído, conforme defendem Traugott e Trousdale (2013).

Elegemos o site *Memória Roda Viva*⁵ como nosso banco de dados. O *site* reúne entrevistas transcritas do programa de televisão Roda Viva, exibido pela TV Cultura. Analisamos 500 entrevistas, sendo encontrado um total de 160 ocorrências de *acontece que*. Entretanto, nove dados foram descartados pelo fato de o falante ser estrangeiro e por haver muitas interrupções que impediram o desenvolvimento do texto, o que totaliza 151 ocorrências. Desses 151, entretanto, dezoito não apresentam valor contrastivo e, por essa razão, para este trabalho, o *corpus* é constituído por 133 ocorrências.

Já em relação ao segundo objeto, a construção *logo eu/tu*, percebemos que, em todos os dados, há presença constante da função focalizadora. A seguir, traçamos um paralelo da construção com os valores semânticos identificados no uso, com base em Neves (2011).

⁴ Hilpert (2013), por exemplo, buscou identificar mudança linguística em um estudo sincrônico.

⁵ Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br/>.

Quadro 3 - Valores semânticos de *logo eu/tu*, a partir dos estudos de Neves (2011) para o *mas*.

VALORES SEMÂNTICOS DE <i>LOGO EU/TU</i> NO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO	
COM CONTRASTE	Contraste por negação de inferência
+ FOCALIZAÇÃO	Contraste por oposição

Fonte: Elaboração própria, com base em Ramos (2020).

Nomeamos as redes sociais para investigarmos a construção *logo eu/tu* e identificamos dois segmentos de um enunciado, marcando desigualdade, sendo o primeiro constituído geralmente de verbos volitivos e modalizadores expressos, e o segundo constituído de uma quebra de expectativa que leva a uma negação do que foi dito anteriormente, num evento não explícito formalmente, mas que é inferido, com o *logo eu/tu* funcionando como focalizador da justificativa contra-argumentativa. Na construção, podemos observar que *eu* e *tu* são o ponto de apoio da irradiação do contraste. A seguir, a representação da construção *logo eu/tu*:

[VONTADE, DESEJO verbo volitivo/modalizador; orações optativa][CONTRASTE FOCALIZADOR inferencial [MAS NÃO CONSEGUIU **LOGO X** + ORAÇÃO OU SINTGMA NOMINAL]]

Para a análise da construção acima, iniciamos as buscas a partir do item lexical *logo*. Excluímos os dados que apresentavam valor temporal ou conclusivo e focamos os nossos esforços na construção contrastiva. Investigamos as ocorrências no *corpus* PorUs (www.uff.br/porus), e em redes sociais (*Facebook, instagram, twitter*), com o auxílio da ferramenta de busca *Google*, perfazendo um total de 97 ocorrências. Por meio dessa triagem, os dados analisados foram aqueles em que constavam os preenchimentos de *slot* (espaço) X, posposto ao item *logo*, que pode ser preenchido por SN (pronomes pessoais e nome próprio) e por SAdv (*ontem, hoje e agora*). Selecionamos para este trabalho o *logo eu/tu*. Fizemos, manualmente, a contagem de 75 ocorrências de *logo eu* e 4 ocorrências de *logo tu*.

É importante destacar que a análise envolve ainda o entendimento de como os processos cognitivos de domínio geral são incorporados pelo falante para a compreensão e uso das características categoriais de determinada construção linguística que se aloca em outro nó da rede, por analogia com as funções daquela outra construção, absorvendo características que colocam as construções em estudo no centro ou na periferia dessa nova função, conforme apontado por Bybee (2016). Todo o processo inclui a percepção de processos metonímicos que possibilitam a absorção de significado a partir de contágio, isto é, por repetição e estocagem de elementos frequentes, além de identificar o papel das inferências

sugeridas na situação comunicativa (BYBEE, 2016; TRAUGOTT; TROUSDALE, 2013). Destacamos o *chunking* e a categorização para a análise das amostras.

Análise de dados

A análise das ocorrências será dividida em duas partes: a primeira compreende a proposta acerca de *acontece que* e a segunda compreende as ocorrências com *logo eu/tu*. Cada uma detém uma representação específica, conforme suas características relacionadas à forma que possui e à função que exerce. As construções apresentam valor temporal no domínio fonte, o valor semântico de contraste no plano meta, além da função pragmática focalizadora.

A fim de atingir o propósito estabelecido, pretende-se verificar quais relações semânticas do *mas prototípico*, conforme Quadro 1, são encontradas nas construções apontadas e como o falante adequa as relações semânticas das construções em foco para o enquadramento na categoria de contraste. Além disso, iniciaremos a análise de processos de domínio geral, primeiramente com *chunking* (agrupamento) ao consideramos que, em *acontece que* e *logo eu/tu*, o falante pratica e repete sequências de palavras, passando a embalá-las juntas e acessá-las como uma unidade que opera na formação de unidades mais complexas. É a interação de *chunking* com categorização que permite ao falante perceber, em graus variados, a analisabilidade e a composicionalidade das sequências convencionalizadas. Nas construções, as partes que as compõem podem ser identificadas, mas o significado só se faz acessível quando se vê o conjunto, o que as coloca como mais composicionais. Na sequência, verificaremos os resultados obtidos e as características dos novos membros como *chunks* na categoria de contraste.

A construção *acontece que*

Mostraremos inicialmente o papel de *acontece que* e de que modo os usuários da língua, na tentativa de serem mais precisos na interação, utilizam-se da construção no português contemporâneo. Vejamos o primeiro exemplo:

(01) Alberto Goldman: Nós passamos oito anos sendo violentamente agredidos pela oposição na época (...). Nós “entregávamos o Brasil ao imperialismo”; éramos “vendidos ao capital financeiro internacional, nacional”; éramos “os eticamente condenáveis”. Tudo o que se fazia, qualquer coisa que acontecia era “um bando de ladrão” (...). E nós perdemos. Muitos companheiros perderam a eleição porque muitos perderam milhares e milhares de votos. Isso

estava tudo engasgado. *Acontece que*, infelizmente, nesse segundo turno, parece que essa coisa explodiu, emergiu toda. (*Entrevista com Alberto Goldman, em 12/09/2005*)

No trecho acima, Alberto Goldman coloca como *engasgado* o episódio em que muitos companheiros seus de partido perderam a eleição. Já na sentença introduzida pela construção *acontece que*, o político aponta que essa situação, até então *engasgada*, *explodiu* e *emergiu*. *Explodir* e *emergir* não são verbos diretamente antônimos a *engasgar*. No entanto, considerando o sentido pretendido pelo falante, fica clara a oposição entre os usos das palavras e, ainda, mais especificamente, entre as ideias pretendidas: o que está engasgado está preso, está no campo do não-dito e, conseqüentemente, não está sendo trazido à tona. Assim, é produzido no trecho *contraste por oposição* de ideias.

Vejamos o próximo exemplo:

(02) Julio Abramczyk: Doutor Adib, o senhor falou em equipamentos e há um paradoxo dentro da medicina, que quanto mais ela avança tecnologicamente mais cara ela fica. (...) Por que na medicina os equipamentos melhoram e encarecem?

Adib Jatene: Não, na verdade eles também baixam de preço. *Acontece que* eles não têm a economia de escala. (*Entrevista com Adib Jatene, em 12/01/1998*)

O exemplo (02) trata do elevado preço dos equipamentos utilizados na medicina. O entrevistado argumenta que esses equipamentos baixam de preço, assim como os outros citados. Entretanto, Jatene menciona, no trecho introduzido por *acontece que*, que diferentemente dos demais equipamentos tecnológicos, aqueles utilizados na medicina não possuem economia de escala, o que impacta diretamente nos preços.

Nesse sentido, a sentença introduzida pela construção não nega completamente o que foi dito antes (“eles também baixam de preço”): ela *contrasta parcialmente* o conteúdo, acrescentando uma informação importante que influencia de modo significativo a queda ou o aumento de preços de certos produtos. Cabe destacar que esse contraste parcial, em direção oposta, e que restringe, por acréscimo de informação, o que acaba de ser enunciado, é um dos valores prototípicos do *mas*, apontados por Neves (2011). Outro valor prototípico ressaltado por Neves (2011) é o de *eliminação*, conforme a seguir:

(03) Luciano Suassuna: Mas, nessa questão, qual seria a diferença entre o que foi dito pelos líderes do MST e o que foi dito pelo presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros ou

o ministro Sepúlveda Pertence, de que as pessoas tinham... Nenhum juiz iria condená-los por causa desse furto famélico, uma expressão assim.

Milton Seligman: *Acontece que* não é furto famélico que nós estamos vendo no caso nordestino. (*Entrevista com Milton Seligman, em 11/5/1998*)

No trecho (03), o entrevistador Luciano Suassuna questiona o entrevistado sobre supostos furtos famélicos realizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), isto é, furtos de alimento para o próprio sustento. Milton Seligman, à época presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é enfático ao desconsiderar a fala de Suassuna, negando que o caso fosse de furto famélico. Desse modo, Seligman faz com que o *acontece que* introduza uma negação completa da fala do entrevistador (*não é furto famélico*), que desconsidera e, portanto, *elimina*, conforme Neves (2011), o que foi pontuado.

Já em relação ao valor de *negação de inferência*, vejamos o exemplo a seguir:

(04) Mônica Teixeira: Agora, doutor Jatene, deixa perguntar uma coisa? O senhor, quando está falando em dinheiro da saúde, sempre fala nos hospitais, o senhor acha que o problema da saúde no Brasil é pagar em dia os hospitais ou pagar melhor os hospitais?

Adib Jatene: (...) O que nós gastamos com atendimento médico hospitalar é menos da metade do orçamento, *acontece que* o que mais tem visibilidade na imprensa é o atendimento médico hospitalar, por isso eu falo hospital. (*Entrevista com Adib Jatene, em 1998*)

No exemplo acima, é abordada a questão da aplicação do dinheiro do Ministério da Saúde. Quando o ex-ministro diz que “o que nós gastamos com atendimento médico hospitalar é menos da metade do orçamento”, infere-se que mais atenção deveria ser dispensada aos outros gastos que consomem mais do orçamento público. Entretanto, é sobre o atendimento médico hospitalar que a imprensa gosta de falar. Desse modo, o *acontece que* introduz a quebra de expectativa, negando a inferência de que outros itens do orçamento deveriam receber mais atenção, uma vez que é o atendimento médico hospitalar que ocupa a maior parte dos interesses da mídia.

O quinto valor semântico encontrado para o *acontece que* é o de *contraste por direção independente*. Vejamos o exemplo (05):

(05) José Alencar: Há estados do Brasil, que você mesmo conhece, em que da receita líquida, 75% vai para folha de pagamento. Desses 75%, 41% é para inativos. Então, veja bem, a reforma da Previdência não é ideal e nem é vontade do presidente Lula, é exigência do Brasil. Paulo Markun: E ainda assim dá a impressão de que os setores que são contra a reforma da Previdência (...) estão muito mais ativos e atuantes do que supostamente a grande maioria, que deve ser a favor da reforma. O senhor não acha?
José Alencar: Não, tudo bem, *mas acontece que* a reforma é posta como assinatura dos 27 governadores (...). (*Entrevista com José Alencar, em 16/6/2003*)

Todo o trecho anterior trata da questão da reforma da previdência, ainda no ano de 2003. Ao longo da entrevista, o ex-vice-presidente da República, José Alencar, deixa claro seu posicionamento a favor da reforma. O entrevistador, por sua vez, menciona que alguns setores da sociedade estão mais atuantes contra a reforma do que a suposta maioria que seria a favor. Ao responder, em uma tentativa de mudar o subtópico do assunto, Alencar introduz o *acontece que*, antecedido por um *mas* e por um *não*, pontuando que a reforma é uma necessidade de todos os governadores do Brasil.

O *mas acontece que* destaca que, na verdade, não importa que haja pessoas contra a reforma, o que importa é que todos os governadores são a favor, como tentativa de equilibrar as contas dos estados brasileiros, realizando um *contraste por direção independente*, que também é um dos valores prototípicos de *mas*. Assim, José Alencar escolhe como argumento superior e, portanto, mais relevante, a posição dos governadores.

O sexto e último valor semântico encontrado para o *acontece que* é o de *marcação de compensação*, conforme vemos no exemplo a seguir:

(06) Luiz Carlos Bresser Pereira: Se nós examinarmos o que aconteceu no Brasil nos últimos 25 anos (...), nós vemos que, em termos de renda per capita, cresceu pouquíssimo, cresceu 8% a renda per capita. Nos anos 1970, crescia 8% em dois, máximo três anos. Agora, vinte anos entre 1980 e 2000, 8%. Aí, eu me perguntei: *mas*, ao mesmo tempo, *acontece que* os índices sociais no Brasil melhoraram muito. O analfabetismo caiu de 31% para 15% da população. A mortalidade infantil caiu de trinta por mil, para 16 por mil.

Em um primeiro momento, Bresser Pereira pontua que a renda *per capita* no Brasil cresceu bem menos do que deveria nos últimos 25 anos, entretanto, indica que, em contrapartida, os índices sociais melhoraram muito. Assim, o *acontece que*, que introduz uma

quebra de expectativa, apontando para um detalhe que faz toda a diferença na construção da argumentação. Esse detalhe é considerado como uma ressalva que marca a compensação entre o positivo e o negativo. Cabe ressaltar que apontar para um aspecto positivo é diferente do que foi predominantemente encontrado nas análises dos nossos dados. De modo geral, o *acontece que* é utilizado para introduzir noção de contraste por ressalva negativa.

Diante do exposto, no que se refere à persistência da noção temporal, podemos dizer que o *acontece que* é utilizado para introduzir uma ruptura entre o evento que o antecede e o evento que o sucede. Ambos os eventos se projetam no tempo presente, uma vez que possuem valor de verdade universal, atemporal. O valor de verdade universal é relevante no sentido de que o *acontece que* está sendo utilizado com força argumentativa. Assim, com o *acontece que*, os falantes se utilizam do presente atemporal para posicionar suas declarações em um patamar sem possível refutação.

A construção *logo eu/tu*

Após discussão sobre o *acontece que*, nesta seção, mostraremos o papel de *logo eu/tu* e de que modo os usuários da língua, na tentativa de serem mais precisos na interação, utilizam-se da construção no português contemporâneo. É possível notar que a construção *logo eu/tu*, assim como a construção *acontece que*, revela um significado contrastivo com resquícios do sentido temporal.

A seguir, seguem três exemplos, a fim de verificar a análise descrita:

(07)

A screenshot of a social media post. The text is handwritten in black ink on a light gray background. The text reads: "Quis me deixar sem palavras logo eu que faço letras!". The words "logo eu" are written in red ink, while the rest is in black. The text is arranged in four lines: "Quis me deixar sem", "palavras", "logo eu", and "que faço letras!".

(Rede Social)

No exemplo (07), a construção com verbo volitivo *querer* no primeiro segmento, “*Quis me deixar sem palavras*”, mostra que o interlocutor *você*, de referência indefinida, ansiava por deixar o falante sem palavras. O desejo expresso no primeiro segmento gera uma expectativa, que é quebrada quando se percebe que houve, de fato, uma negação inferida do que foi expresso: *mas você não conseguiu me deixar sem palavras*, o que configura, do ponto de vista das relações semânticas, uma desigualdade entre os segmentos que leva a uma leitura

de contraste e negação. O *logo eu* focaliza a justificativa de uma contra-argumentação: *o falante faz letras*, sendo que o pronome *eu* aponta a ironia e o espanto do falante, numa cena evocada.

Do ponto de vista da forma, é importante destacar o tempo verbal de *querer* no primeiro segmento, que é um pretérito com função de futuro do pretérito, projetando o evento dentro do campo da possibilidade. Outro destaque é a utilização da oração adjetiva, “que eu faço letras”, que serve para especificar e destacar a importância do *eu* dentro da mensagem veiculada.

Toda essa leitura é possível por compartilharmos experiências e conhecimentos acerca do *frame* curso de letras. Podemos dizer que existe, no domínio do vocabulário, uma relação próxima entre o verbo volitivo *querer* e o focalizador contrastivo *logo eu/tu*. Ambos evocam uma projeção de valor semântico de futuridade, considerando-se o compartilhamento da cena geral (FILLMORE, 1977), que é o pertencimento à comunidade de letras.

(08) “Aí a pessoa queria me fazer de palhaça, *logo eu*, a dona do circo.” (Rede Social)

No exemplo (08), observamos dois segmentos: o primeiro aponta um falante/escrevente que deseja mostrar que haveria impossibilidade de o ouvinte cogitar alguma expectativa acerca de ela ser feita de palhaça, e o segundo representa a quebra de expectativa resultante de inferência, que desencadeia uma leitura de negação. O pareamento forma/sentido ocorre com uma oração 1 com verbo modalizador+ oração 2. LOGO X(no início) + sintagmas. *Logo* focaliza e *eu* refere-se a si mesmo, como referência ao locutor do discurso preenchido no *slot*. O sintagma nominal a dona do circo especifica formalmente quem é o representante *eu*.

No que se refere à função da construção, nota-se, no primeiro segmento, surpresa do locutor à tentativa de ser feita de palhaça. “A pessoa queria me fazer de palhaça” gera uma expectativa, que é negada por inferência, ou seja, não teve êxito: a pessoa queria me fazer de palhaça, *mas não conseguiu*. Uma observação importante é a presença de verbos volitivos explícitos que apontam pensamentos aceitos como expectativas, e o tempo verbal pretérito com leitura de futuro do pretérito que desencadeia expectativa, isto é, o desejo de que uma ação/estado se concretize.

No segundo segmento, há uma justificativa (sou a dona do circo) que representa a impossibilidade da realização da expectativa do segmento anterior. Tal justificativa se baseia em um *frame*.

Portanto, a construção evoca um cenário compartilhado de que a expressão *fazer de palhaça* é utilizada quando acreditamos que o outro pode ser enganado ou quando se age de má fé, duvidando da capacidade do outro de entender sobre o que acontece. Desse modo, ser a dona do circo é a metaforização de saber mais que o palhaço e, portanto, a impossibilidade de ser enganada. *Logo eu* representa a manifestação da focalização do contraste entre o que é esperado anteriormente: a expectativa de fazer *alguém* de palhaça e o conhecimento compartilhado do *frame* do segundo segmento que leva a não realização dessa expectativa.

Assim, a desigualdade entre os segmentos tem a sua marca registrada no *logo eu*, como um focalizador contrastivo que chama a atenção da negação resultante da desigualdade, e aponta para a surpresa do falante/enunciador devido à expectativa do interlocutor de que a falante poderia ser *feita de palhaça*. Percebe-se o tom irônico ao se recorrer ao *frame* circo, numa linguagem metafórica, aproximando os elementos palhaço e circo (FILLMORE, 1982).

A seguir, um exemplo com a construção *logo tu* em que o contraste resulta em oposição negativa, com valor de decepção/frustração:

(09) A *sister* quer saber pra onde Marcos já foi e o cirurgião lista os lugares do Brasil e do mundo, mas confessa que não conhece Minas Gerais. A gaúcha fica surpresa e exclama: 'Que milagre! *Logo tu*, ariano, não conhece BH!'. 'Vou pra lá então', ele dispara. Em seguida vai até a jovem e a enche de beijinhos no rosto (*site* Globo.com).

No excerto (09), a situação comunicativa retratada no trecho é um diálogo entre participantes do *reality show Big Brother Brasil* enquanto estão no programa de televisão. O *frame* engloba inter-relação entre participantes sobre variedades, como num show ininterrupto. A *sister* (Emily) e o participante Marcos conversam sobre viagens e ele afirma que não conhece Belo Horizonte.

Emily se surpreende com a resposta do viajado Marcos e manifesta surpresa, perplexidade e frustração no primeiro segmento. Já, no segundo segmento, "*Logo tu*, ariano, não conhece BH", ela quebra a expectativa gerada de que ele deveria conhecer Minas Gerais e afirma que o ouvinte não conhece BH. Neste segmento, temos o *logo tu*, em que o *tu* é destacado, pois é um recurso para se focalizar a surpresa dela. Temos aí a relação semântica contrastiva por oposição. Na crença criada pela participante, pode-se dizer que Emily "aplica um *frame* em uma determinada situação, mostrando que pretende fazê-lo, usando determinadas palavras, que devem ser reconhecidas como *suporte* em tal *frame*" (FILLMORE, 1977, p. 384).

Nota-se que a crença criada pela participante considera o signo astrológico de Marcos como relevante, por ele ser do signo de áries. Tal conhecimento faz parte de determinado grupo social, ao saber que as pessoas desse signo valorizam aspectos físicos para um relacionamento amoroso, o que pode ser ou não compartilhado por todos os seus membros.

É interessante notar que o contexto contrastivo mostra-nos aspectos mais diretos da negação e da desigualdade. Não se percebe valor de futuridade, mas depreende-se não uma informação direta, mas que precisa ser inferida, o que é desencadeado por *logo tu*. Segundo Fillmore (op.cit., p. 384), “algumas vezes a perspectiva que é assinalada pela palavra não é a da cena corrente, mas alguma coisa que possa ser visível numa representação pictórica da cena”.

Conclusão

As construções em foco apresentam relações semânticas contrastivas, sendo que o *acontece que* incorpora mais valores do *mas*, o que o coloca como membro mais próximo do centro da categoria de conectores contrastivos e o *logo eu/tu* instanciam apenas dois dos valores semânticos de *mas*, o que os coloca na margem da categoria de contraste. Ambas as construções são também recursos de focalização, sendo a primeira construção focalização de aspecto negativo. Das relações propostas por Neves (2011), encontramos:

Tabela 1 - Relação contrastiva e focalizadora de *acontece que*

Contraste por oposição	28
Contraste por parcialidade	28
Contraste por negação de inferência	26
Contraste por eliminação do trecho anterior	23
Contraste por direção independente	22
Contraste por marcação de compensação	6

Fonte: Elaboração própria, com base em Pacheco (2020).

Já em relação aos usos da construção *logo eu/tu*, verificamos que o contraste é manifestado por negação de inferência e por oposição, conforme tabela 4.

Tabela 2 - Relação contrastiva e focalizadora de *logo eu e logo tu*

Contraste por oposição	4
Contraste por negação de inferência	75

Fonte: Elaboração própria.

Podemos confirmar que as novas construções fazem parte da categoria de contraste e que se apresentam como novos *chunks* criados pelo falante para mostrar também focalização.

A focalização aponta para o contraste encontrado entre os dois segmentos, cabendo à primeira construção um tom mais negativo e à segunda, um tom de decepção e frustração. Quanto ao valor de tempo na base das construções, pode-se considerar que o tempo verbal presente, de valor atemporal, que engloba o momento da fala, aponta para um patamar argumentativo irrefutável, na primeira construção, mas há uma projeção de futuridade e de volição mais caracterizada na segunda construção.

Referências

ABRAÇADO, M. J. **O tempo, o tempo linguístico e o tempo verbal**. São Paulo: Contexto, 2020.

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2010.

BALLY, C. **Linguistique générale et linguistique française**. 4. ed. Editions Francke Berne, 1965 [1944].

BYBEE, J. **Língua, uso e cognição**. Trad. Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016.

CASTILHO, A. T. de. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

CROFT, W. **Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective**. Oxford: Oxford University Press, 2001.

DIAS, N. Construções contrajuntivas não prototípicas em variedades da língua portuguesa. **Relatório de pesquisa**. UFF. 2020.

DIAS; CORREA. O valor contrajuntivo de acontece que. **Revista Confluência**. *No prelo*.

DIK, S. C. *et al.* On the typology of focus phenomena. In: HOEKSTRA, T. (Ed.). **Perspectives on Functional Grammar**. Dordrecht: Foris, 1981. p. 41-74.

FILLMORE, C. Frame semantics. In ZAMPOLLI, A. (Ed.). **Linguistic Structure Processing**. Amsterdam: North Holland Publishing Company, 1977. p. 55-82.

GOLDBERG, A. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University Press, 1995.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London/New York: Arnold/Oxford University Press, 1994 [1985].

HILPERT, M. **Constructional Change in English**. Cambridge University Press, 2013.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

ILARI, R. Sobre advérbios focalizadores. In: **Gramática do português falado**. v. 2. Campinas: Ed. Unicamp/Fapesp, 1992. p. 193-212.

KORTMANN, B. **Adverbial subordination**: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages. Berlin; New York: M. de Gruyter, 1996.

LAMBRECHT, K. **Information structure and sentence form**. A theory of topic, focus, and the mental representations of discourse referents. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, v. 71, 1994.

LANGACKER, R.W. Gramatical Traces of some “Invisible” Semantic Constructs. **Language Sciences**, p. 323-355, 1993.

LEITE DE OLIVEIRA, D. **Construções de foco com o marcador “éto” em russo**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

LONGHIN, S.R. **A gramaticalização da perífrase conjuncional 'só que'**. Tese (doutorado) - Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: [s.n.], 2002.

LIMA, G. Modelos de categorização: apresentando o modelo clássico e o modelo de protótipos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 15, n. 2, p. 108-122, 2010.

LYONS, J. **Semântica II**. Editorial Presença/Martins Fontes. Lisboa. 1977.

Memória Roda Viva. Iniciativa conjunta da Fundação Padre Anchieta, da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). São Paulo. Disponível em: <http://www.rodaviva.fapesp.br>.

NEVES, M. H. M. O estatuto das chamadas conjunções coordenativas no sistema do português. **Alfa**, São Paulo, v. 29, p. 59-65, 1985.

NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

PACHECO, P. H. **A construção “acontece que” no português brasileiro contemporâneo: uma análise baseada no uso**. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2020.

PEZATTI, E.; THOMAZI, S. As construções coordenadas. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. 2. Campinas: Ed. Unicamp, 2008.

RAMOS, J. A construção LOGO X. Comunicação pessoal em **Seminário Interno do Porus**. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

ROSH, E. Principles of categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. (Eds.). p. 27-48. 1978.

TAYLOR, John R. **Linguistic categorization**: prototypes in linguistic theory. New York: Oxford University Press, 1995.

TRAUGOTT, E.; TROUSDALE, G. **Construcionalization and constructional changes**. Cambridge. Oxford. 2013.

Sobre os autores

Nilza Barrozo Dias (Orcid iD <https://orcid.org/0000-0003-3521-508X>)

Doutora em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com estágio doutoral na University of Santa Barbara; mestra em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF); especialista em Língua Portuguesa pela UFF; licenciada em Letras - Português/Inglês pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia. Realizou pós-doutorado na Universidade Católica Portuguesa. É professora do Instituto de Letras e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF.

Jocineia Andrade Ramos Araújo (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-2839-6399>)

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF); mestra em Estudos de Linguagem pela mesma instituição; graduada em Letras - Português/Literaturas pela UFF. É professora substituta do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e professora de Língua Portuguesa e Literatura na rede privada.

Priscilla Hoelz Pacheco (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0002-1367-4114>)

Doutoranda em Estudos de Linguagem pela Universidade Federal Fluminense (UFF); mestra em Estudos de Linguagem pela mesma instituição; graduada em Comunicação Social - Jornalismo e em Letras - Português/Inglês pela UFF. É Técnica em Assuntos Educacionais na Superintendência de Relações Internacionais da UFF.

Recebido em julho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

Construções condicionais no discurso de autoajuda

Conditional constructions in self-help discourse

Anna Flora Brunelli¹
Gisele Cássia de Sousa²

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar o funcionamento de orações condicionais no discurso de autoajuda em português. A fundamentação teórica é constituída de estudos discursivos que caracterizam o discurso em questão em termos de um discurso autoritário e de pesquisas funcionalistas que descrevem a língua em uso e consideram aspectos formais, semânticos e pragmáticos das orações condicionais do português. As análises fundamentam-se na ocorrência de construções condicionais prototípicas, introduzidas pela conjunção *se*, presentes em uma obra bastante popular no Brasil, representativa do discurso de autoajuda. Os resultados revelam, por um lado, o importante papel que as condicionais desempenham nesse tipo de discurso para a construção da argumentação e para a garantia de envolvimento do enunciatário de modo a alcançar sua total adesão às orientações e propostas de atitudes a serem tomadas. Por outro lado, observa-se o funcionamento específico das condicionais factuais e eventuais na atenuação do tom impositivo que caracteriza o discurso de autoajuda, e das condicionais contrafactuais na ilustração das teses apresentadas.

Palavras-chave: Gramática Funcional. Construções Condicionais. Discurso de Autoajuda.

Abstract: This paper aims to analyze the functioning of conditional sentences in the self-help discourse in Portuguese. The theoretical foundation consists of discursive studies that characterize the discourse in question as authoritarian and functionalist researches that describe usage language and consider formal, semantic and pragmatic aspects of the conditional sentences of Portuguese. The analyzes are based on the occurrence of prototypical conditional constructions, introduced by the conjunction *if*, present in a very popular book in Brazil, representative of the self-help discourse. The results reveal, on the one hand, the important role that the conditionals play in this type of discourse for the construction of the argument and for the guarantee of the reader's involvement in order to achieve their full adherence to the guidelines and proposals for actions to be taken. On the other hand, the specific functioning of factual and eventual conditionals is observed in attenuating the imposing tone that characterizes self-help discourse, while the counterfactual conditionals function to illustrate the theses present on this discourse.

Keywords: Functional Grammar. Conditional Constructions. Self-help Discourse.

¹ Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, São José do Rio Preto, SP, Brasil. Endereço eletrônico: anna.brunelli@unesp.br.

² Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Departamento de Estudos Linguísticos e Literários, São José do Rio Preto, SP, Brasil. Endereço eletrônico: gisele.cassia@unesp.br.

Introdução

A análise de produções linguísticas reais tem, como sabe, papel central em teorias linguísticas que se definem como funcionalistas. Conforme se reconhece, é a partir de expressões linguísticas efetivamente produzidas que se pode compreender a função essencial da linguagem: a comunicativa-interacional. A separação entre os módulos de descrição linguística presente nas teorias funcionalistas – morfossintático/fonológico, semântico e pragmático – constitui, nesse sentido, recurso metodológico que permite vislumbrar aspectos específicos das expressões linguísticas analisadas. Todas as teorias reconhecem, entretanto, mais ou menos explicitamente, a primazia da pragmática, que tem o discurso/texto como seu *locus* de expressão, sobre a semântica e a morfossintaxe. Como um pressuposto funcionalista, aspectos semânticos e formais estariam, desse modo, a serviço da pragmática e, assim, das funções comunicativas de uma língua (e.g. HENGEVELD; MACKENZIE, 2008; GIVÓN, 1984, 1990, 1995; LANGACKER, 1987, 2001; BYBEE, 2010).

Apesar da importância crucial dada à pragmática, parte significativa dos estudos descritivos acabam por focalizar fatores semânticos de um modo mais sistemático e homogêneo, do que propriamente fatores pragmáticos/interacionais. Givón (1998) atribui essa preponderância dos aspectos semânticos a um viés metodológico intuitivo dominante nas análises funcionalistas e que, segundo o autor, deveria ser alterado para o alcance mais amplo de explicações funcionais:

Nossa intuição semântico-proposicional sobre agentes, pacientes e verbos é acessível e replicável. Mas nossa intuição pragmático-discursiva sobre a função comunicativa da gramática acaba por ser muito inconstante. É aí que o linguista deve abandonar o tradicional método de reflexão consciente sobre o que é e o que faz a gramática e buscar métodos empíricos não intuitivos, capazes de levar à identificação da correlação entre forma gramatical e função comunicativa. (GIVÓN, 1998, p. 58)³

De modo a buscar contribuir para a ampliação dos estudos funcionalistas empíricos a que se refere Givón, neste trabalho, considerando as características do discurso de autoajuda (CHAGAS, 1999; BRUNELLI, 2004), analisamos o funcionamento semântico-pragmático de construções condicionais prototípicas (iniciadas por *se*) presentes nesse discurso. Adotamos o

³ Our propositional semantic intuition about agents, patients and verbs seems both accessible and replicable. But our discourse-pragmatic intuition about the communicative function of grammar turns out to be rather fickle. This is where linguist must give up the traditional method of conscious reflection about what grammar is and what grammar does, and search for non-intuitionist empirical methods, ones capable of teasing out the correlation between grammatical form and communicative function. (GIVÓN, 1998, p. 58)

ponto de vista funcionalista para as descrições e procuramos verificar qual é o papel que as condicionais exercem na constituição do discurso, isto é, como servem aos propósitos comunicativos na construção do discurso de autoajuda.

Para as análises, selecionamos como *corpus* uma obra representativa do discurso em questão, isto é, o livro “O sucesso não ocorre por acaso” de Lair Ribeiro (1992), obra que vendeu milhares de exemplares no Brasil e que foi, inclusive, comercializada em outros países para cujos idiomas foi traduzida. Essa obra é a fonte das orações condicionais que analisamos do ponto de vista qualitativo, ou seja, trata-se menos de levantar a frequência das condicionais e/ou de seus subtipos no discurso de autoajuda, e mais de verificar quais os efeitos de sentido que sua ocorrência desencadeia nesse discurso.

Antes de entrarmos na análise propriamente dita, no próximo item, apresentamos as principais características do discurso de autoajuda, a fim de compreendermos o contexto de ocorrência das orações de que vamos tratar.

Sobre o discurso de autoajuda

De modo geral, podemos dizer que o discurso de autoajuda se apresenta com a finalidade de ensinar fórmulas eficientes para a realização bem sucedida de uma série de tarefas, tais como: alcançar o sucesso profissional e financeiro, obter autoconfiança, conquistar o parceiro ideal ou um emprego melhor, curar doenças crônicas, resolver problemas de personalidade etc. Trata-se de aspirações corriqueiras, comuns a um conjunto indefinível de pessoas dos mais variados lugares, classes sociais e até idades.

O discurso de autoajuda⁴ sustenta a tese de que cada pessoa é responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso, o que justifica o fato de encontrarmos, em textos representativos desse discurso, sequências linguísticas do tipo “o sucesso está em suas mãos”, “você é o dono do seu próprio destino”, “a vida que você leva foi criada por você”. Com a tese de que cada um constrói seu próprio destino, na condição de o *único* responsável pela própria felicidade ou tristeza, pelo que há de bom ou ruim em sua vida, o discurso de autoajuda desconsidera as condições sócio-históricas a que as pessoas estão submetidas.

O discurso de autoajuda também sustenta a tese de que o “segredo” para que qualquer um consiga melhorar de vida, alcançar o sucesso, ganhar muito dinheiro, etc. está na crença incondicional na realização dos sonhos, do projeto de vida, dos desejos, etc. Assim, quem acredita que vai conseguir, consegue e quem duvida, não. O suposto segredo do sucesso é,

⁴ A caracterização do discurso de autoajuda que apresentamos neste item se baseia na análise desenvolvida por Brunelli (2004, 2008).

nesses termos, uma questão de fé, de crença absoluta e, essencialmente, de jamais duvidar do poder que se tem de mudar a realidade. Como se trata de uma questão de acreditar, de não duvidar, o enunciador desse tipo de discurso também manifesta em seus enunciados essa mesma crença/confiança que prega como necessária com relação às teses que propõe. Por isso, esse discurso é bem marcado por um tom de convicção. A esse respeito, Chagas (1999) ressalta que os livros de autoajuda trazem

[...] na sua estrutura, *conteúdos e convicções inabaláveis*, como se, de fato, fossem experiências testadas e aprovadas pelas pessoas. Nesse discurso *não existem indagações ou dúvidas*. O que eles trazem é a resposta de uma promessa dogmática e definitiva. (CHAGAS, 1999, p. 75; grifo nosso)

Esse modo de enunciar categórico, comprometido com a certeza, confere credibilidade ao discurso, que se apresenta como uma verdade que independe de quem enuncia, o que cria a impressão de objetividade e neutralidade, favorecendo a veracidade do conteúdo asseverado e intensificando consideravelmente o seu poder persuasivo.

O discurso de autoajuda também afirma que quem tem uma atitude positiva consegue o que quer e prospera; já quem tem uma atitude negativa não só não prospera, como também atrai situações desagradáveis. Por isso, sugere aos seus enunciatários que assumam uma atitude positiva perante a vida, adotando uma forma ideal de formular pensamentos e de enunciar específica. Isso porque, segundo esse mesmo discurso, as palavras, sejam aquelas que constituem os diálogos interiores, sejam aquelas que são exteriorizadas, têm poder “criativo”, que consegue produzir qualquer tipo de situação, tanto positiva quanto negativa. Como a mente reproduz tudo o que se pensa e se diz, devemos, segundo esse discurso, saber exatamente o que queremos e nos concentrarmos nisso, descartando o que não é desejado, para que isso não aconteça. Daí a necessidade de formularmos o pensamento e o que dizemos com objetividade e assertividade, para não atrairmos justamente o que é indesejado.

Desse modo, podemos dizer que a “objetividade” no discurso em questão é entendida como um sinônimo de direcionamento, de priorizar o que interessa; assim, pensar ou enunciar com objetividade é direcionar o pensamento ou a enunciação exatamente para o que se almeja, focalizando somente o que se quer. Como no caso da certeza, essa objetividade proposta pelos enunciadores de autoajuda também pode ser percebida em seu discurso; afinal, o discurso de autoajuda é muito mais um conjunto de orientações, de direcionamentos do que um convite à reflexão. Por isso, esse discurso, à sua maneira, também “prioriza o que interessa”, ao apresentar, ao lado de um conjunto relativamente pequeno de teses, um

conjunto de orientações que supostamente devem conduzir seus enunciatários rumo ao êxito de seus projetos. Isso explica a grande quantidade de frases imperativas que podemos encontrar nos textos representativos desse discurso. Espécie de manual de sobrevivência do mundo atual, o discurso de autoajuda dispensa as discussões de suas teses ao apresentá-las como verdades inquestionáveis. Ao invés de estimular a reflexão acerca dos problemas do mundo contemporâneo que afetam negativamente a vida dos indivíduos, esse discurso oferece aos seus enunciatários supostas receitas e segredos para solucionar qualquer tipo de problema. Ou seja, é um discurso que se propõe a atender as expectativas de alguém que está precisando que lhe digam como fazer as coisas, como administrar a sua vida.

Na verdade, o discurso de autoajuda não se dispensa apenas de apresentar uma reflexão mais profunda a respeito das teses que apresenta. Com a tese a respeito da responsabilidade que os homens têm sobre os seus destinos, ela se coloca numa posição privilegiada na qual não há necessidade de oferecer qualquer reflexão a respeito dos inúmeros problemas do mundo de hoje e dos efeitos negativos que provocam nas pessoas, ou seja, a maneira como o discurso de autoajuda apresenta suas teses implica uma atitude acrítica. Assim, ao invés de discutir causas, o discurso de autoajuda oferece receitas de soluções e, com elas, promete a metamorfose de uma pessoa fraca e insegura em alguém todo poderoso, capaz de resolver todos os seus problemas independentemente do contexto em que está inserido. Essa característica enunciativa do discurso de autoajuda também é detectada por Chagas. Nas palavras do autor:

Os conteúdos discursivos dessas literaturas produzem um nível de atração caracteristicamente autoritário em sua imponência e convicção. *Não existe interesse pela reflexão do pensamento crítico*, visto que sua proposta é a de dar certo, jamais falhar. [...] Mais do que demonstrar, esse discurso visa fascinar, nada mais, nada menos, do que pelas expressões maravilhosas de seus líderes [...]. *As palavras ou frases proferidas orientam o sujeito para as ações*. Assim, todo e qualquer orador que vem promover o otimismo e a motivação pela autoajuda, *não permite sequer uma análise ou reflexão crítica sobre as fórmulas e técnicas ensinadas*. O que os líderes fascinadores da autoajuda indicam, através de seus discursos (muitas vezes provocativos), é que todos os sonhos, isto é, todas as ilusões, podem tornar-se realidades, de forma semelhante, como acontece nos contos de fadas e como num passe de mágicas [...]. (CHAGAS, 1999, p. 75; grifo nosso)

Por fim, uma outra característica desse discurso é seu tom otimista⁵. Afirmando que “semelhante atrai semelhante” (RIBEIRO, 1992, p. 58), esse discurso sustenta que as pessoas

⁵ Característica evidenciada também por Chagas (1999), conforme podemos notar na mesma citação apresentada (“fascinar”, “expressões maravilhosas”, “otimismo”, “motivação”).

devem pensar única e exclusivamente em coisas positivas para que, com pensamentos de sucesso, consigam finalmente atraí-lo. É por isso que o discurso de autoajuda é marcado por um tom de otimismo e esperança, descartando qualquer referência negativa ao mundo de hoje (BRUNELLI, 2008). Cria-se, com isso, uma atmosfera de entusiasmo, na qual os enunciatórios podem encontrar um amparo para a insegurança que aflige a sociedades pós-modernas.

A tipologia das construções condicionais

Antes de analisarmos o papel das orações condicionais no discurso da autoajuda, vamos caracterizar sucintamente os tipos de orações condicionais que existem em língua portuguesa, a fim de melhor compreender o seu funcionamento no discurso em questão.

Segundo Neves (2000), há três tipos básicos de construções condicionais em português: as *factuais*, as *eventuais* e as *contrafactuais*. Nas primeiras, enuncia-se, na prótase (a condicional), um *fato* apresentado como verificado; diz-se que esse fato é ou não é, embora colocando-se a proposição no âmbito do verificador de factualidade *se*. Na apódose (oração principal), encontra-se uma conclusão ou implicação do fato na apódose, o que justifica a proximidade dessas construções com as construções causais. Vejamos um exemplo:

(1) *Se o senhor não recebeu o telegrama*, então eu vou apurar quem o engoliu.⁶

Esse enunciado pode ser lido da seguinte forma: SE (*é um fato que*) o senhor não recebeu o telegrama, então (*daí, em consequência*) eu vou apurar quem o engoliu. Desse modo, podemos dizer que essas construções têm uma nuance causal, que pode ser explicitada da seguinte forma: *causa hipotética*: o senhor não recebeu o telegrama; *consequência*: eu vou apurar quem o engoliu. Nesse caso há, na oração condicional, um evento afirmado como factual que é apresentado como causador do evento da oração principal; assim, na oração principal, o evento é apresentado como uma consequência do evento da oração condicional.

Esse mesmo esquema pode ser invertido. Vejamos o próximo exemplo:

(2) *Se ela não fala com você*, é porque você não soube dialogar com ela.

Nesse caso, também temos na condicional um evento afirmado como factual, mas esse evento não é apresentado como causador do evento da oração principal; pelo contrário, ele

⁶ Todos os exemplos apresentados neste item foram formulados pelas autoras para facilitar a exposição.

aparece como consequência do evento da oração principal, que, por sua vez é apresentado como a causa do evento anterior. Esse tipo de construção normalmente vem marcado pela expressão “é porque” na oração principal.

Do ponto de vista formal, as orações factuais apresentam correlações modo-temporais bastante frequentes, a saber: (i) modo indicativo em ambas as orações, o que é um indicador de sua factualidade, (i) presente ou passado na prótase; (ii) presente, passado ou futuro na apódose.

Já no caso das construções condicionais eventuais, o fato expresso na prótase repousa sobre a *eventualidade* de que depende o fato expresso na apódose; o enunciado na apódose é tido como certo desde que eventualmente satisfeita a condição enunciada na prótase. Vejamos um exemplo:

(3) *Se o Raul deixar*, eu mostro o quadro que ele pintou.

Esse tipo de oração condicional também pode expressar um matiz alternativo, isto é, uma disjunção, como no seguinte exemplo:

(4) *Se você não consegue se controlar*, você não consegue dormir (= *ou* você consegue se controlar *ou* você não consegue dormir).

As correlações modo-temporais mais frequentes dessas construções são, também de acordo com Neves (2000): (i) modo indicativo na principal, e indicativo ou subjuntivo na condicional, embora nesse caso o subjuntivo seja mais frequente em razão de haver indicação de eventualidade; (ii) presente, passado ou futuro na condicional (o futuro do subjuntivo é o mais usual); (iii) presente, passado ou futuro na principal.

Por fim, temos as construções condicionais *contrafactuais*. Nessas construções, enuncia-se, na prótase, um determinado fato cuja realização conduziria à realização do fato enunciado na apódose. Fica afirmado, porém, que o fato na condicional não se realizou; nem se realizou, portanto, o fato na principal, tal como ilustra o seguinte exemplo:

(5) *Se a pergunta tivesse partido de Flora*, a resposta de Bernardo teria sido outra.

Como podemos observar, nesses casos, fica pressuposta uma inversão da polaridade dos fatos expressos na oração principal e na condicional, o que pode ser esclarecido pelo seguinte esquema de leitura:

- prótase positiva: se a pergunta tivesse partido de Flora (= fato com polaridade negativa, isto é, a pergunta NÃO partiu de Flora).
- apódose positiva: a resposta de Bernardo teria sido outra (fato com polaridade negativa, isto é, a resposta NÃO foi outra.)

Quanto às correlações modo-temporais mais frequentes, temos, para esse tipo de condicionais, as seguintes possibilidades: (i) modo subjuntivo na condicional, e indicativo na principal; (ii) formas de passado (pretérito imperfeito, mais-que-perfeito e futuro do pretérito) em ambas as orações.

O funcionamento das construções condicionais no discurso de autoajuda

No discurso de autoajuda, encontramos os três tipos de orações condicionais descritos anteriormente. Vejamos alguns exemplos, começando com as condicionais factuais:

(6) *Se você convive em ambientes de pessoas negativas, é difícil desenvolver uma autoestima sadia.* (RIBEIRO, 1992, p. 55)

(7) *Se você vive em terreno de peru, é muito difícil você aprender a voar feito águia.* (RIBEIRO, 1992, p. 31)

(8) *Se alguém lhe provoca a sensação de inferioridade ou de infelicidade é porque você está deixando, você está dando permissão: o sentimento é seu e é você quem decide o que quer sentir.* (RIBEIRO, 1992, p. 31)

Nos exemplos em questão, temos três ocorrências de orações condicionais factuais: as duas primeiras com nuance causal, e a última com nuance conclusiva. Conforme podemos notar, nos três casos as condicionais expressam indiretamente uma orientação. Assim, nos dois primeiros casos, temos uma orientação indireta, expressa pela condicional, seguida pelo objetivo almejado que deve ser atingido pelo enunciatório e que vem expresso na principal. No terceiro exemplo, por sua vez, a condicional expressa a consequência negativa que o enunciatório deve evitar seguindo a orientação expressa na principal e que equivale, justamente, à causa do fato expresso na condicional, iniciada pela locução conclusiva “é porque”. Mais exatamente, diz-se ao enunciatório que siga a orientação dada na principal, isto é, que ele não deixe ninguém lhe provocar sensação de inferioridade/infelicidade e/ou não dê permissão para que ninguém o faça se sentir inferior/infeliz, para evitar a consequência negativa expressa na condicional, ou seja, a sensação de inferioridade/infelicidade.

Considerando essas leituras, os exemplos de (06) a (08) podem ser parafraseados da seguinte forma:

- (6') Não conviva com pessoas negativas, para desenvolver uma autoestima sadia.
- (7') Não viva em terreno de peru, para que consiga voar feito águia.
- (8') Não deixe ninguém lhe provocar a sensação de inferioridade ou infelicidade e, com isso, evite tais sensações.

Vejamos agora exemplos de condicionais eventuais:

- (9) *Se você mudar, o mundo muda com você.* (RIBEIRO, 1992, p. 42)
- (10) *Se você pensar nos momentos bem-sucedidos que já teve na vida, mais sucesso vai aparecer.* (RIBEIRO, 1992, p. 58)
- (11) *Se eu tiver amor, é o que receberei.* (RIBEIRO, 1992, p. 41-2)
- (12) *Se você mudar a sua estrutura, pode mudar a sua vida.* (RIBEIRO, 1992, p. 62)
- (13) *Se você falha em planejar, está planejando falhar.* (RIBEIRO, 1992, p. 84)

Conforme podemos notar, como no caso das factuais, as eventuais também se prestam a expressar uma orientação indireta formulada pelo enunciador de autoajuda para o seu enunciatário. A condicional expressa a orientação indireta propriamente dita, enquanto a principal expressa o objetivo a ser almejado, que deve ser atingido pelo enunciatário. Nesses termos, os exemplos acima podem ser parafraseados da seguinte forma:

- (9') Mude, para que o mundo mude com você.
- (10') Pense nos momentos bem-sucedidos que já teve na vida, para que mais sucesso apareça.
- (11') Tenha amor, para que você o receba.
- (12') Mude a estrutura, para poder mudar a sua vida.
- (13') Não falhe em planejar, para não planejar falhar.

Diante do exposto, podemos dizer que as orações factuais e as eventuais veiculam uma orientação indireta ao enunciatário, por isso servem como recurso de atenuação do tom impositivo/imperativo típico do discurso de autoajuda. Além disso, entre as condicionais factuais e eventuais, podemos observar graus distintos de atenuação da força impositiva da orientação dado pelo enunciador de autoajuda: as factuais, em comparação às eventuais, são mais impositivas, embora menos do que as orientações expressas no imperativo. Essa gradação não está relacionada exclusivamente à oração condicional, mas também aos modos indicativo e subjuntivo presentes nas construções. De acordo com Givón (1995), o indicativo equivale ao modo *realis*, indicativo de certeza e factualidade, de que decorre grau maior de

direcionamento/imposição da orientação dada. Já o subjuntivo, pertencente ao modo *irrealis*, serve à indicação de incerteza e eventualidade, de que deriva o menor grau de direcionamento/imposição da orientação, o que podemos representar pelo seguinte esquema:

Figura 1 – Graus de força imperativa nas construções condicionais



Fonte: elaborado pelas autoras.

Além desses dois tipos de orações condicionais, no discurso de autoajuda ocorrem orações condicionais contrafactuais, que são empregadas na construção dos exemplos hipotéticos, para ilustrar algumas das teses do discurso de autoajuda. Entre as contrafactuais, há as canônicas e as que apresentam nuance eventual.

Nas contrafactuais canônicas, apresentam-se fatos com polaridade invertida, ou seja, afirma-se um não-fato. Exemplos:

(14) *Se o seu pai não tivesse feito isso* [batido muito em você], quem sabe, talvez você fosse hoje um criminoso. (RIBEIRO, 1992, p.23)

Nesse caso, aplicando a análise da polaridade invertida, temos:

- prótase negativa: se o seu pai não tivesse feito isso (batido muito em você) → fato com polaridade positiva: seu pai FEZ isso;
- apódose positiva: talvez você fosse hoje um criminoso → fato com polaridade negativa: você hoje NÃO é um criminoso.

(15) *Se num determinado momento*, quando neste seu treinamento ainda neném, você *dissesse*: “Não vou conseguir, não adianta” – você não estaria andando até hoje. (RIBEIRO, 1992, p. 53)

Neste exemplo, por sua vez, a análise da polaridade invertida nos leva ao seguinte esquema de leitura:

- prótase positiva: se, quando ainda neném, você *dissesse*: “não vou conseguir” → fato com polaridade negativa: você NÃO disse “não vou conseguir”;

- apódoxe negativa: você não estaria andando até hoje → fato com polaridade positiva: hoje você ANDA.

Já no caso das contrafactuais com nuance eventual, fica pressuposta a polaridade invertida apenas do fato na condicional. A esse tipo de condicional, bastante frequente no *corpus*, associa-se uma nuance de potencialidade embora a construção também apresente formas verbais de pretérito e expresse contrafactualidade. O fato na oração condicional é entendido como contrafactual (não-fato) por se tratar de um mundo possível que não representa a realidade, mas que é criado exclusivamente para exemplificação da tese a ser defendida, a partir de situação mais concreta e, por isso, mais facilmente compreendida (e aceita) pelo enunciatário, que aliás é geralmente incluído nessas situações por meio do emprego dos pronomes *você* e *nós*, como em:

(16) *Se de repente você esquecesse tudo o que aprendeu até agora no ginásio, no colégio e na faculdade*, ainda assim estaria melhor do que qualquer pessoa que nunca estudou. (RIBEIRO, 1992, p. 13)

Em outras palavras, ficam pressupostas nessas construções um conjunto de afirmações. No caso do exemplo (16), as afirmações pressupostas são:

- (i) considere um mundo possível (que não equivale à realidade, mas se destina a essa exemplificação) em que você esqueceu tudo o que aprendeu;
- (ii) nesse mundo, na *eventualidade* de “você esquecer tudo o que aprendeu” (satisfeita essa condição), o fato de “você estar melhor do que qualquer pessoa que nunca estudou” é para ser considerado como certo.

Vejamos mais alguns exemplos e as afirmações que pressupõem:

(17) Antes de Newton demonstrar a Lei da Gravidade, *se você pulasse de um penhasco*, fatalmente cairia: a gravidade não está nem aí se você a entende ou não. (RIBEIRO, 1992, p. 39)

- (i) considere o mundo possível (que não equivale à realidade) de você pular de um penhasco; e
- (ii) nesse mundo, na *eventualidade* de “você pular de um penhasco” (satisfeita essa condição), o fato de “você fatalmente cair” é para ser considerado como certo.

(18) *Se você estivesse hipnotizado*, você levantaria somente a mão, e não a mão e o antebraço, como você provavelmente fez. (RIBEIRO, 1992, p. 64)

- (i) considere o mundo possível (que não equivale à realidade) de você estar hipnotizado; e
- (ii) nesse mundo, na *eventualidade* de “você estar hipnotizado” (satisfeita essa condição), o fato de “você levantar somente a mão” é para ser considerado como certo.

(19) *Se você dissesse: vou lê-lo até o final do mês*, você arrumaria tempo para fazê-lo. (RIBEIRO, 1992, p. 77)

- (i) considere o mundo possível (que não equivale à realidade) de você dizer: “vou lê-lo (esse livro) até o final do mês; e
- (ii) nesse mundo, na *eventualidade* de “você dizer: vou lê-lo até o final do mês” (satisfeita essa condição), o fato de “você arrumar tempo para fazê-lo” é para ser considerado como certo.

Assim, diferentemente das contrafactuais canônicas, nas contrafactuais eventuais fica pressuposta a polaridade invertida apenas do fato na condicional; o fato na principal é tido como certo (*factual*, independentemente de sua polaridade) desde que preenchida a condição expressa:

- prótase positiva: se você pulasse de um penhasco → fato com polaridade negativa: você **não** pulou de um penhasco, mas considere como possível um mundo em que isso eventualmente ocorresse;
- apódose positiva: você fatalmente cairia → fato positivo (em vez de negativo): *você cairia (desde que/se eventualmente pulasse de um penhasco)*
- prótase positiva: se você estivesse hipnotizado → fato com polaridade negativa: você **não** está hipnotizado, mas considere como possível um mundo em que isso eventualmente ocorresse;

- apódose positiva: você levantaria somente a mão → fato positivo (em vez de negativo): *você levantaria somente a mão (desde que/se eventualmente estivesse hipnotizado)*

Diante do exposto, podemos dizer que essa função que têm as condicionais no discurso de autoajuda, isto é, a de servir à construção de exemplos que sustentam as teses do discurso em questão, é favorecida pela função mais ampla que têm as condicionais de todos os tipos de atuar na criação de “mundos possíveis”, conforme aponta Traugott (1985). Nesse discurso, porém, são acionadas para essa função especialmente as condicionais *contrafactuais*, de modo a tornar claro que os fatos anunciados não devem ser entendidos com referência ao mundo real, mas exclusivamente com referência à situação criada para validar uma ideia/tese. Podemos dizer, assim, que, nesse discurso, essas condicionais servem a um recurso voltado à organização textual e à argumentação, já que se destinam à clareza das demonstrações e, conseqüentemente, ao convencimento do enunciatário acerca da validade do que é afirmado.

Além disso, a função de indicar uma orientação, de forma menos direta e impositiva, que têm as condicionais *factuais* e *eventuais*, também as tornam formas que, nesse discurso, servem a estratégias persuasivas. Como alternativa a formas do imperativo, essas condicionais permitem que se alcance maior adesão do enunciatário de autoajuda à orientação transmitida, na medida em que elas permitem tanto atenuar o tom marcadamente autoritário desse discurso, quanto envolver mais diretamente o enunciatário no conteúdo do enunciado (máxima no discurso de autoajuda), levando-o a estabelecer vínculos condicionais (relações de causa e consequência) entre atitudes e sua condição econômica e/ou profissional, no caso da obra em análise.

Também essa função de propiciar maior envolvimento do enunciatário pode ser considerada como proveniente de uma função mais ampla das condicionais, como tópicos indicativos de informação dada, tal como apontam, por exemplo, Haiman (1978), Traugott (1985) e Neves (2000).⁷ Conforme demonstram esses autores, as condicionais, especialmente as antepostas, assim como os tópicos discursivos, funcionam na interação como informação “compartilhada”, no sentido de que a continuidade do conteúdo na apódose pressupõe concordância, ou discordância do interlocutor. Assim, é como se o enunciador propusesse uma questão (o conteúdo tópico) e obtivesse do enunciatário o consentimento (ou não) da

⁷ Em razão desse funcionamento, Dik (1997) atribui a construções condicionais a macrofunção pragmática de Orientação.

validade do que ele propôs. No momento da enunciação, ambos concordariam, desse modo, sobre a validade da proposição, e essa concordância ou discordância entre eles, passa a funcionar como base para o que o falante diz em seguida. As paráfrases abaixo, relativas aos exemplos (06), ilustram esse funcionamento.

(6'') *Se você convive em ambientes de pessoas negativas, é difícil desenvolver uma autoestima sadia.*

A: *Você convive em ambientes de pessoas negativas?*

B: Sim (concordância).

A: Então você não desenvolverá uma autoestima sadia.

Ou:

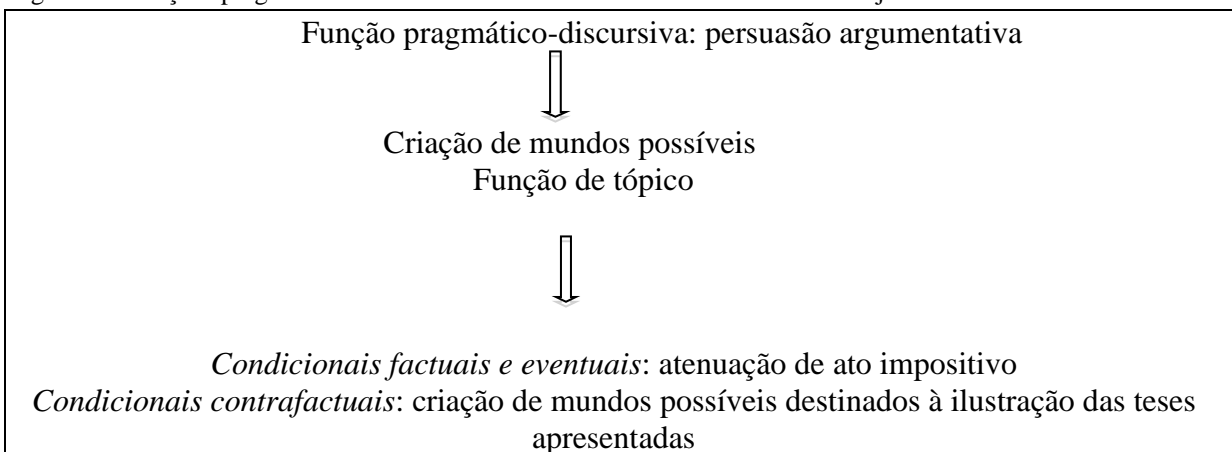
A: *Você convive em ambientes de pessoas negativas?*

B: Não (discordância).

A: Logo, você desenvolverá uma autoestima sadia.

Diante das considerações aqui expostas, podemos representar o papel das construções condicionais no discurso de autoajuda por meio do seguinte esquema:

Figura 2 – Funções pragmático-discursivas das condicionais no discurso de autoajuda



Fonte: elaborado pelos autores.

Conclusões

Neste trabalho, analisamos o papel das orações condicionais no discurso de autoajuda. Em termos mais gerais, as análises aqui apresentadas reforçam o princípio funcionalista de que certas estruturas linguísticas são recrutadas para o cumprimento de funções interacionais mais amplas nos textos em que são empregadas. No caso das condicionais no discurso de autoajuda, essas funções são a de contrabalancear o tom caracteristicamente impositivo desse

tipo de discurso e de propiciar ao enunciador de autoajuda o alcance de maior adesão do enunciatário às teses e formas de conduta que ele lhe apresenta. Em termos mais específicos, esses resultados também se mostram como evidência clara do pressuposto funcionalista de que as gramáticas das línguas se moldam a partir de e para o uso efetivo que os falantes fazem delas, a fim de atingir diferentes propósitos comunicativos.

Referências

- BRUNELLI, A. F. **O sucesso está em suas mãos: análise do discurso de autoajuda**. 2004. 194 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo. 2004.
- BRUNELLI, A. F. Confiança e otimismo: intersecções entre o *ethos* do discurso de autoajuda e do discurso da Amway. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Orgs.). **Ethos discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 133-148.
- BYBEE, J. **Language, usage and cognition**. New York: Cambridge University Press, 2010.
- CHAGAS, A. T. S. **A ilusão no discurso da autoajuda e o sintoma social**. Ijuí: Editora da Unijuí, 1999.
- DIK, S. C. **The theory of Functional Grammar**. Part II – Complex and derived constructions. New York: Mouton, 1997.
- GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction** (vol. I). Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1984.
- GIVÓN, T. **Syntax: a functional-typological introduction** (vol. II). Amsterdam: J. Benjamins, 1990.
- GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam: J. Benjamins, 1995.
- GIVÓN, T. The Functional Approach to Grammar. In: TOMASELLO, M. (Eds.). **The New Psychology of Language: cognitive and functional approaches to language structure**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998. p. 41-66.
- HAIMAN, J. Conditional are topics. **Language**, v. 54, p. 564-589, 1978.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: a typologically-based theory of language structure**. New York: Oxford University Press, 2008.
- LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar**. Vol 1: Theoretical Prerequisites. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- LANGACKER, R. W. Discourse in Cognitive Grammar. **Cognitive Linguistics**, v. 12, n. 2, p. 143-188, 2001.
- NEVES, M. H. M. **Gramática de usos do português**. São Paulo: EDUNESP, 2000.

RIBEIRO, L. **O sucesso não ocorre por acaso**. 25. ed. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992.

TRAUGOTT, E. C. Conditional markers. In: HAIMAN, J. (Ed.). **Iconicity in syntax**. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 289-307.

Sobre os autores

Anna Flora Brunelli (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-4981-3291>)

Doutora e mestra em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com pós-doutorado na mesma instituição. É professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de São José do Rio Preto.

Gisele Cássia de Sousa (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-2615-5126>)

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Araraquara, com estágio de pós-doutorado na Universidade Católica Portuguesa; mestra em Estudos Linguísticos e graduada em Letras pela UNESP, Campus de São José do Rio Preto. É professora do Departamento de Estudos Linguísticos e Literários do Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da UNESP, Campus de São José do Rio Preto.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em agosto de 2020.

Opiniões em confronto: o emprego das cláusulas de finalidade como estratégia argumentativa

Opinions in opposition: the use of final clauses as argumentative strategy

Amanda Heiderich Marchon¹

Resumo: Este artigo investiga a impossibilidade de se empreender uma análise linguística que dissocie os níveis sintático, semântico e pragmático. Sob a perspectiva teórica do Funcionalismo associada a conceitos da Análise do Discurso e da Semântica Argumentativa, analisaremos aspectos discursivos das cláusulas hipotáticas de finalidade na construção da argumentação. Especificamente, discutiremos como essas cláusulas se articulam, no português brasileiro em uso, baseando-nos em um dos aspectos que contribuem para a organização argumentativa do discurso, a hipotaxe circunstancial. Partindo da hipótese de que as estruturas hipotáticas revelam um matiz argumentativo, constituíram como *corpus* de análise desta pesquisa quarenta e oito (48) artigos de opinião publicados pelo jornal *Folha de São Paulo*, na coluna *Tendências e Debates*, nos anos de 2014 e de 2020, dos quais provêm cento e trinta (130) cláusulas hipotáticas de finalidade, que se mostraram mais produtivas em textos que advogam contra a *doxa* social instaurada.

Palavras-chave: Cláusula de finalidade. Hipotaxe circunstancial. Argumentação.

Abstract: This study investigates the impossibility of undertaking a linguistic analysis that dissociates the syntactic, semantic and pragmatic levels. Under the theoretical perspective of Functionalism associated with concepts of Discourse Analysis and Argumentative Semantics, we will analyze discursive aspects of the purpose clauses in the construction of argumentation. Specifically, we will discuss how these clauses are articulated, in Brazilian Portuguese which is in use, based on one of the aspects that contribute to the argumentative organization of the discourse, the circumstantial hypotaxis. Based on the hypothesis that hypothetical structures reveal an argumentative hue, forty-eight (48) opinion articles published by the *Folha de São Paulo* newspaper, in the column *Tendências e Debates*, in years 2014 and 2020, constituted the *corpus* of analysis of this research, out of which there are one hundred and thirty (130) purpose clauses, which were more productive in texts that advocate against the established social *doxa*.

Keywords: Purpose clause. Circumstantial hypotaxis. Argumentation.

¹ Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Niterói, RJ, Brasil. Bolsista PNPd-CAPES. Endereço eletrônico: claraeamanda@hotmail.com.

Palavras iniciais

Pensar a respeito da argumentação é se perguntar até que ponto o homem é capaz de influenciar os demais, em maior ou menor grau, por meio do discurso. De acordo com estudos vinculados às correntes enunciativas e argumentativas mais recentes da linguística, que se preocupam com uma abordagem pragmática acerca da língua, argumentar consiste em apresentar enunciados com o objetivo de alterar o comportamento, o pensamento, a crença ou mesmo alguma emoção do interlocutor. Sobre essa construção de enunciados passíveis de exercerem influência, analisamos, neste artigo, o emprego das cláusulas hipotáticas de finalidade como estratégia de argumentação, num estudo de interface teórica entre pressupostos do Funcionalismo, da Teoria Semiolinguística do Discurso e da Semântica Argumentativa.

Entre os inúmeros recursos de que dispõe o sistema linguístico para a construção da argumentação, investigamos os aspectos semântico-discursivos das cláusulas hipotáticas de finalidade, dado seu relevante matiz argumentativo. Nosso *corpus* de análise é composto por quarenta e oito (48) artigos de opinião dos quais provêm cento e trinta (130) cláusulas hipotáticas de finalidade. Esses textos figuram na coluna *Tendências e Debates*, publicada aos sábados pelo jornal Folha de São Paulo, seção do periódico que apresenta uma pergunta sobre determinado assunto que suscitou polêmicas ao longo da semana nos noticiários. Os articulistas convidados², ao responderem *sim* ou *não* ao questionamento feito pela instância midiática, defendem visões opostas em relação ao tema em tela, aproximando-se ou afastando-se da *doxa* vigente, ou seja, concordam ou não como valores que a sociedade considera com aceitáveis em determinado momento da história.

Desta feita, na seção seguir, apresentamos os principais pontos de confronto entre a gramática tradicional e os estudos funcionalistas no que se referem à articulação de cláusulas. Na seção subsequente, tecemos considerações acerca dos aspectos semântico-discursivos das cláusulas de finalidade. Na seção seguinte, abordamos os conceitos de argumentação, *doxa* e polifonia à luz dos pressupostos Teoria Semiolinguística do Discurso e da Semântica Argumentativa. Em seguida, procedemos à análise do *corpus*, procurando desvelar, por meio da materialidade linguística, a subjetividade inerente a todo e qualquer discurso, nomeadamente no que concerne ao emprego das cláusulas hipotáticas de finalidade na construção da argumentação.

² Nenhum dos articulistas mantém vínculo profissional com o jornal, mas são figuras com notoriedade na sociedade e, por isso, convidadas para escreverem os artigos de opinião que compõem a coluna. A formação acadêmica e a profissão de todos os autores convidados para exporem seus posicionamentos estão em estreita relação com o assunto proposto para o debate, o que lhes confere autoridade para se posicionarem.

A articulação de cláusulas: um olhar tradicional e um olhar funcionalista

O estudo da articulação entre a oração principal e a oração subordinada constitui um campo de investigação amplo e heterogêneo. Os estudiosos procuram critérios para determinar o grau de (in)dependência entre as orações de um período e as relações semântico-discursivas que emergem dessa relação. Embora nossa investigação se desenvolva à luz dos postulados funcionalistas sobre os vínculos inter-oracionais, partiremos das considerações da tradição gramatical sobre o tema, uma vez que

[...] as propostas de descrição e tipologização de sentenças complexas que têm sido apresentadas na literatura linguística, independentemente das correntes teóricas em que se inserem, fazem, de algum modo, referência a essa abordagem: ou a questionam, demonstrando suas incoerências, e/ou ampliam os seus conceitos. (CARVALHO, 2004, p. 10)

A gramática tradicional distingue os tipos de articulação entre as orações através da dicotomia *subordinação vs. coordenação*. Ainda que esses rótulos tenham sido consagrados pela maioria dos gramáticos que segue a tradição, alguns teóricos afirmam que essa classificação oficial não reflete adequadamente a estruturação do sistema linguístico. Decat (1993) observa que, além de restringirem a análise do tema ao nível sentencial, não há consenso entre os gramáticos na tarefa de estabelecer distinção entre os processos de subordinação e de coordenação, o que se observa são a mistura e a indefinição de critérios: a noção de *dependência* ora é pautada em explicações sintáticas, ora pautada em explicações semânticas. Cunha e Cintra (2001, p. 594), por exemplo, descrevem a subordinação por meio de critérios estruturais: “As orações sem autonomia gramatical, isto é, as orações que funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração, chamam-se subordinadas”. Todavia, a descrição de coordenação destaca aspectos tanto semânticos quanto sintáticos: as orações coordenadas são estruturas “da mesma natureza, autônomas, independentes, isto é, cada uma tem sentido próprio; não funcionam como termos de outra oração, nem a eles se referem: apenas uma pode enriquecer com o seu sentido a totalidade da outra” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 593-594).

Estudos funcionalistas acerca da relação entre cláusulas³ defendem que o binômio *subordinação-coordenação* cede espaço para uma visão tripartite: *parataxe – hipotaxe – subordinação/encaixamento*. Hopper e Traugott (1993) propõem um *continuum*, ou seja,

³ Neste artigo, empregaremos o termo *cláusula*, seguindo a nomenclatura do Funcionalismo. Todavia, utilizaremos o termo *oração* quando nos referirmos às definições apresentadas pelas gramáticas tradicionais aqui analisadas, por ser essa a expressão mais empregada nessas obras.

estágios intermediários de vinculação entre as cláusulas definidos pelos traços *dependência* e *encaixamento*:

Tabela 01 - *Continuum* de dependência das cláusulas complexas

	PARATAXE	>	HIPOTAXE	>	SUBORDINAÇÃO
[Dependência]	-		+		+
[Encaixamento]	-		-		+

Fonte: Hopper e Traugott (1993, p. 170).

Da tabela 01, depreendemos que a parataxe se situa no ponto de menor grau de encaixamento e de dependência no *continuum*, o que nos leva a perceber que essa relação é representada pela justaposição de cláusulas-núcleo, como ilustra o exemplo 01 em que enunciador, para qualificar positivamente Regina Duarte, emprega uma construção paratática:

(01) E agora não é que Regina é escolhida pelo presidente da República para assumir a Secretaria de Cultura? Na minha opinião, a melhor escolha. Repetindo: *Regina é representativa da classe, / tem enorme popularidade, boa vontade política, uma visão ampla do panorama cultural do país.*

(Juca de Oliveira – Folha de São Paulo, 07 de março de 2020)

A subordinação, ao contrário da parataxe, ocupa o ponto de maior grau de encaixamento e de dependência, no outro extremo do *continuum*. No nexos clausal a seguir, os argumentos do predicador *esperar* são representados sob forma oracional:

(02) Eu *espero / que Regina me desminta, / me ridicularize*, pelo simples fato de fazer tudo diferente do que pensei, do que julguei, do que concluí – motivo pelo qual fui convidada a escrever neste espaço.

(Zélia Duncan – Folha de São Paulo, 07 de março de 2020)

Por fim, a hipotaxe, expressa um grau intermediário de dependência, em que a cláusula dependente não exerce função de termo constituinte da cláusula nuclear, embora se sustente pela relação de interdependência, de modo que uma cláusula satélite⁴ realce o sentido da cláusula nuclear. No exemplo 03 a seguir, essa relação ainda é ampliada, pois a cláusula hipotática grifada age sobre dois predicadores, *assumir* e *demitir*.

(03) Bem, *enquanto terminava este texto*, Regina assumiu e demitiu o maestro dos infernos que jura que o rock é coisa do diabo. Amém!

(Zélia Duncan – Folha de São Paulo, 07 de março de 2020)

⁴ As cláusulas nucleares distinguem-se das cláusulas satélites ou marginais porque podem ocorrer por si mesmas; estas, por sua vez, podem exibir diferentes graus de dependência.

As palavras de Braga (2001, p. 29), resumem a proposta de Hopper e Traugott (1993):

A parataxe compreende tanto as sequências nas quais as orações-núcleo se justapõem uma as outras, desde que sob um mesmo contorno entonacional (justaposição), quanto aquelas nas quais um elemento segmental sinaliza a relação entre elas (coordenação). Contrapõe-se à subordinação que se caracteriza pela total inclusão de uma oração-margem em uma oração-núcleo. *A subordinação e a hipotaxe compartilham uma propriedade – dependência – e diferenciam-se pelo traço encaixamento: apenas a oração subordinada é um argumento oracional de outra oração.* (Grifos nossos)

A fim de traçar um paralelo entre a visão tradicional e a visão funcionalista para o entendimento dos processos que envolvem a estrutura das cláusulas complexas, Rodrigues (2015) propõe o diagrama a seguir:

Figura 01 - Diagrama comparativo entre a tradição gramatical e a proposta funcionalista



Fonte: Rodrigues (2015).

Respalhada pelos postulados funcionalistas, Rodrigues constrói um esquema em que a articulação de cláusulas é entendida como um sistema de gradação. Na parte superior do diagrama, encontram-se os processos sintáticos em que o grau de dependência entre as cláusulas é alto – as orações subordinadas substantivas e adjetivas restritivas, segundo a tradição, são equivalentes ao processo de subordinação/encaixamento nos termos funcionalistas. Na parte inferior da figura, estão as cláusulas em que o nível de dependência é baixo – as tradicionais orações coordenadas são denominadas paratáticas pelo Funcionalismo. Interessa-nos, por fim, discutir, a *hipotaxe*, relação que a pesquisadora destaca com um retângulo azul em seu diagrama. As cláusulas hipotáticas – as orações adverbiais e adjetivas explicativas da tradição – expressam um grau intermediário de dependência, em que a estrutura hipotática não exerce

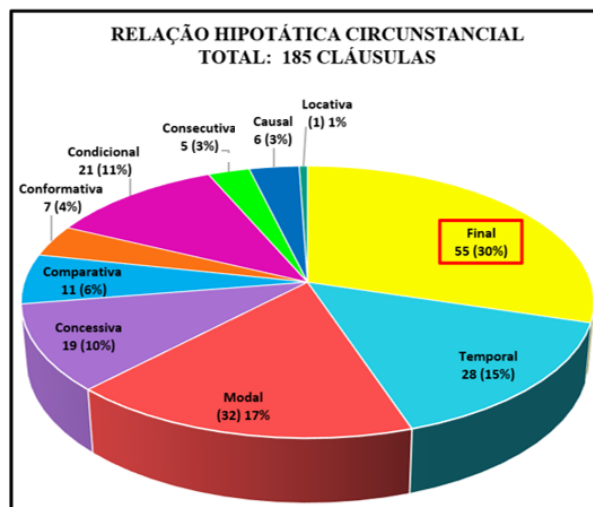
função de termo constituinte da cláusula-núcleo, o que instancia o terceiro processo sintático, a hipotaxe, processo esse que a gramática tradicional equipara à subordinação.

Como as cláusulas hipotáticas não são selecionadas pelo predicador da cláusula-núcleo, mantêm com ele uma relação menos coesa do que a observada entre predicador e argumentos, o que revela uma nuance de opcionalidade – umas das propriedades dessas estruturas que, na nossa visão, contribuem para a construção da argumentação. Em outras palavras, defendemos que a hipotaxe, diferentemente da subordinação, é prescindível do ponto de vista sintático, conforme Hopper e Traugott (1993), mas imprescindível do ponto de vista discursivo, já que essas estruturas se tornam relevantes exatamente pela informação que acrescentam ao discurso. Ademais, como bem observa Decat (1993, p. 47), “ainda que se possam separar as orações, constituindo, elas próprias, enunciados diferentes, o sentido do que elas expressam será, evidentemente, distinto do sentido dado anteriormente quando faziam parte de um único período”. Para além do nível sentencial, o estudo das cláusulas hipotáticas deve observar os efeitos de sentido que as estruturas mantêm com as porções de discurso em que estão inseridas, compreendidas, neste trabalho, como fios da teia argumentativa empreendida pelo enunciador para envolver o interlocutor.

Partindo da hipótese de que as estruturas hipotáticas revelam um matiz argumentativo, em trabalho anterior (MARCHON, 2017), investigamos os aspectos sintático-discursivos de cento e oitenta e cinco (185) cláusulas hipotáticas circunstanciais cotejadas de vinte e quatro (24) artigos de opinião publicados em 2014, na coluna *Tendências e Debates*, no jornal *Folha de São Paulo*. Como observamos que as cláusulas de finalidade se destacaram das demais estruturas controladas devido à sua maior produtividade, conforme gráfico 01 a seguir, focalizamos, na pesquisa atual, apenas essas cláusulas, ampliando, porém, o espectro de análise para quarenta e oito (48) artigos de opinião⁵, totalizando cento e trinta (130) estruturas:

⁵ Na pesquisa finalizada em 2017, trabalhamos com artigos de opinião publicados no ano de 2014. Na pesquisa atual, acrescentamos a esse *corpus* mais vinte e quatro (24) textos publicados na mesma coluna, no primeiro semestre de 2020.

Gráfico 01 – Relação hipotática circunstancial



Fonte: Marchon (2017, p. 117).

A fim de propormos discussões que associem aspectos estruturais e discursivos das cláusulas que expressam a noção de finalidade, ampliando a visão gramatical e ultrapassando o nível sentencial de análise, na seção seguinte, debruçamo-nos, especificamente, sobre tais estruturas. Para Matthiessen e Thompson (1988), estudar a articulação de cláusulas não é determinar em que ponto do *continuum* as estruturas devem ser posicionadas, mas discutir a função discursiva que emerge dessa relação – perspectiva de estudo que norteia esta pesquisa.

As cláusulas hipotáticas de finalidade: aspectos semântico-discursivos

Apesar do tratamento diferenciado dado à articulação de cláusulas, conforme discutido na seção anterior, tanto as gramáticas tradicionais quanto os estudos linguísticos de base funcionalista descrevem as estruturas de finalidade, em termos de efeitos de sentido, como a codificação da intenção, do objetivo da declaração expressa na cláusula-núcleo, como ilustra o exemplo 04 seguir, trecho do artigo de opinião que responde “*não*” ao questionamento “*Aumentar impostos sobre bebidas açucaradas é uma forma de inibir o consumo?*”.

(04) Penalizar esses alimentos por conta do açúcar contido neles teria efeito reduzido no controle da obesidade no país e, mais grave, significaria empobrecer ainda mais o consumidor brasileiro, já tão castigado pelo peso da tributação. Isso é ruim, mas, se analisarmos sem paixões, podemos ver que é pior: o efeito de uma tributação assim atingirá exclusivamente as classes mais pobres. São eles que fazem as contas *para decidir o que fica e o que sai do carrinho*.

(Evandro Gussi - Folha de São Paulo, 04 de janeiro de 2020)

A cláusula satélite grifada expressa o propósito de os cidadãos das classes menos favorecidas *fazerem as contas* orçamentárias – informação expressa na cláusula nuclear. Para sustentar sua tese de que o governo não deve sobretaxar bebidas açucaradas para inibir o

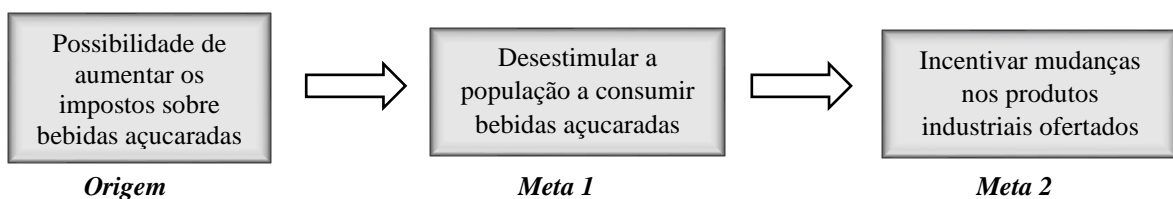
consumo, o enunciador emprega o argumento de que o aumento dos impostos oneraria não só orçamento do “*consumidor brasileiro já tão castigado pelo peso da tributação*”, mas atingiria exclusivamente as classes mais pobres, já que essa é parcela da população que precisa definir prioridades de compras para que a sobrevivência seja possível.

Seguindo os estudos de Dias (2001), entendemos que a relação de finalidade codifica o movimento de uma *origem* para uma *meta* no mundo das intenções. Em outras palavras, um deslocamento no esquema cognitivo *origem-trajetória-meta*, movimento esse que pode sobrepor-se ou não ao deslocamento no mundo físico. Esse deslocamento no mundo das intenções pode ser observado no exemplo 05 a seguir, extraído do texto intitulado “*Sim: Novo ambiente alimentar*” que, ao contrário do posicionamento de Evandro Gussi citado anteriormente, defende a tese de que maior tributação sobre bebidas açucaradas pode inibir o consumo:

(05) É fundamental que o Brasil mude com urgência sua política nessa área, alinhando-se às experiências bem-sucedidas internacionais. Além da redução dos subsídios, precisamos criar tributos específicos sobre as bebidas açucaradas *para desestimular o consumo da população e incentivar mudanças nos produtos industriais ofertados*. Apenas o consumo dessas bebidas tem estreita relação com o desenvolvimento de uma série de doenças.

(Paulo Teixeira – Folha de São Paulo, 04 de janeiro de 2020)

Nesse excerto, temos duas cláusulas satélites que se articulam com uma mesma cláusula nuclear. O movimento de finalidade tem como origem *a oportunidade de aumentar os impostos sobre bebidas açucaradas*; como metas, *a possibilidade de desestimular a população a consumir esse tipo alimento*, bem como *a expectativa de incentivar mudanças nos produtos ofertados pelas indústrias alimentícias*, conforme o seguinte esquema de deslocamento no mundo das intenções:



No plano discursivo, as cláusulas hipotáticas apresentadas nos fragmentos 04 e 05 atuam na sustentação das teses defendidas pelos articulistas, apresentando objetivos plausíveis para o aumento ou não da tributação sobre bebidas com excesso de açúcar. Metaforicamente, essas estruturas constituem os fios de uma teia argumentativa que visa a capturar o leitor. Nesse sentido, a relação semântico-discursiva que emerge do nexos clausal é intencionalmente construída pelo enunciador, conforme explicam Mateus *et alii* (2003, p. 715-716):

Diferentemente das construções que contêm uma oração condicional, o nexos condição-consequência entre as duas proposições nem sempre tem a ver diretamente com o conteúdo de ambas (de re): a relação de dependência semântica é formulada pelo próprio locutor (de dicto). Assim, o conteúdo proposicional de A (a oração principal) é considerado *pelo locutor* como uma condição do conteúdo proposicional descrito em B (a oração final); por outro lado, B significa uma consequência e, simultaneamente, um propósito, uma finalidade de A. O caráter *volitivo* e *intencional* é uma das características semânticas desse tipo de oração. (Grifos nossos)

Como a realização da ação que a estrutura de finalidade expressa está condicionada à realização prévia da ação expressa na cláusula núcleo, podemos dizer que ao deslocamento de uma origem para uma meta a que Dias (2001) se refere, consequentemente, está associada a noção de *passagem de tempo*, o que confere à cláusula de finalidade um caráter *prospectivo*. Em termos de estruturação, Magalhães (2016, p. 35), ao citar Hernanz (1999), explica que a defectividade temporal do infinitivo característico das cláusulas de finalidade “é neutralizada pela ação da preposição *para*, que transmite à subordinada não só informação de posteridade como também de alguma incerteza, resultando daí que, quando construídas na forma finita, estas orações usem o modo conjuntivo e não o indicativo”, como ilustra o exemplo 06 a seguir:

(06) Diante de tantos deveres e desafios, a estabilidade no emprego é uma condição fundamental *para que os servidores públicos se defendam de iniciativas subjetivas de chefes, bem como enfrentem o arbítrio de governantes e o poder e interesse econômico de ricos e poderosos*. Essa segurança para os servidores é parte da estabilidade da nação.
(Clemente Ganz Lúcio – Folha de São Paulo, 29 de fevereiro de 2020)

No que se refere à posição das cláusulas de finalidade no nexos clausal, essas estruturas podem aparecer em posição anteposta ou posposta à cláusula-núcleo⁶, como é comum entre as cláusulas hipotáticas circunstanciais, todavia, “o facto de as orações adverbiais poderem ocorrer em mais de uma posição não significa necessariamente que a interpretação atribuída a cada caso seja idêntica” (RAPOSO *et alii*, 2013, p. 1992). Embora as abordagens tradicionais situem o fenómeno da ordenação de cláusulas no plano estilístico, associando a flexibilidade de posição das estruturas à vontade do enunciador, destacamos que

[...] é desnecessário recordar que a ordem dos constituintes, oracionais ou não-oracionais, não é regulada apenas por razões estilísticas ou idioletais. Como lembram Bates e Macwhinney (1987), qualquer língua natural precisa codificar uma grande variedade de funções, valendo-se apenas dos recursos limitados do canal acústico-articulatório. Ao manusear a ordem dos constituintes, o falante, de uma certa forma, subverte tais limitações e

⁶ Pela escassez de dados em nosso *corpus* de análise, não trataremos, neste trabalho das cláusulas hipotáticas de finalidade em posição medial. Dias (2001) afirma que tais estruturas apresentam características semântico-discursivas bem próximas das observadas nas cláusulas em posição inicial, todavia, sem exercerem a função de tópico.

consegue sinalizar significados, leituras, sutilezas que não se deixam apreender tão somente pelo conteúdo referencial dos itens lexicais. (BRAGA, 1999, p. 452)

Sobre a ordenação das cláusulas de finalidade, em especial, Thompson (1985) vai além e defende que, na língua inglesa, estruturas antepostas e estruturas pospostas à cláusula-núcleo compartilham os mesmos aspectos morfológicos, todavia, por apresentarem características semântico-discursivas radicalmente distintas, poderiam ser vistas como duas estruturas distintas: *initial purpose clause* e *final purpose clause*.

Para a autora, a cláusula de finalidade em posição inicial fornece o quadro de referência em que o sentido da cláusula-núcleo pode ser interpretado, funcionando como um elo na cadeia de discursiva: a estrutura de finalidade nomeia o problema e cria expectativas sobre a solução; o material subsequente (cláusula-núcleo) cumpre essas expectativas e apresenta a solução, como ilustra o exemplo 07 a seguir:

(07) Diferentemente, seguindo as recomendações da Organização Mundial da Saúde, como também observa-se com a experiência internacional de países que começaram a praticar esse relaxamento, seria fundamental estabelecer um quadro de critérios mais completo para a tomada de decisões. Ou seja, *para que um município se enquadre objetivamente em uma fase qualquer estabelecida para o relaxamento*, os critérios a serem adotados deveriam observar, de maneira concomitante, por um prazo de três semanas: (1) a diminuição do total de infectados; (2) a quantidade de óbitos deve parar de crescer; e (3) o número de internações por Covid-19 não deve aumentar, e a taxa de ocupação de leitos precisa estar abaixo de 60%.

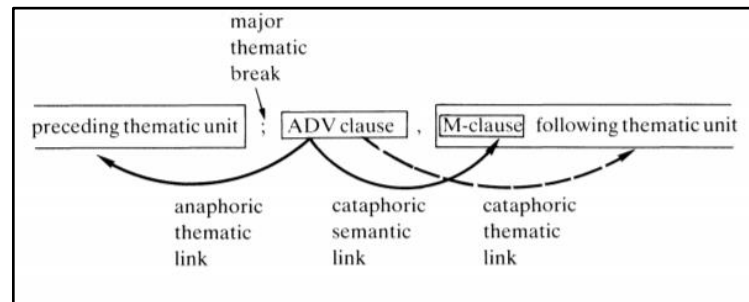
(Domingos Alves – Folha de São Paulo, 13 de junho de 2020)

O trecho em tela é parte do artigo de opinião que defende a tese de que flexibilizar o isolamento social na cidade de São Paulo, antes de diminuir as estatísticas de contágio da Covid-19, seria uma medida precipitada. Nessa construção, fica nítido que, na cláusula de finalidade, o enunciador apresenta, de fato, o *problema* de os municípios definirem objetivamente se estariam aptos a tornarem menos rígida a quarentena, para apresentar, na cláusula-núcleo, o quadro de critérios que guiaria essa tomada de decisão, o que representa a *solução* para a problemática anunciada. Essa interpretação proposta por Thompson (1985) não se opõe às conclusões de Dias (2001), que defende que cláusulas de finalidade codificariam um deslocamento de uma origem em direção a uma meta – a origem seria a possibilidade de relaxamento das medidas de distanciamento social impostas devido à pandemia; a meta, apresentada na cláusula de finalidade, seria a adequação dos municípios em relação aos critérios que determinariam ser viável ou não possibilidade.

Sobre a anteposição de cláusulas hipotáticas, Thompson (1985, p. 61) afirma que a cláusula de finalidade em posição inicial ajuda a orientar a atenção do leitor, sinalizando, dentro

da parte do texto em que ocorre, como se espera que o leitor associe o material subsequente à estrutura de hipotaxe com o material precedente, função a que Chafe (1988) chama de *guidepost*. Givón (1987) ilustra essa relação da cláusula com o discurso:

Figura 02 – Cadeia discursiva⁷



Fonte: Givón (1987, p. 182).

Nesse sentido, a articulação entre as unidades da relação finalidade pode superar os limites da sentença. Em outras palavras, as cláusulas hipotáticas finais não funcionam somente como modificadores de um núcleo (o que define a subordinação adverbial, de acordo com as abordagens tradicionais), mas podem também sinalizar a organização discursiva, como revela o exemplo 08 a seguir:

(08) Diante dos fatos de que cerca de 20% dos casos diagnosticados assumem forma severa e de que a taxa de letalidade da Covid-19 é próxima de 2%, não podemos simplesmente deixar a doença se espalhar na população. O sistema de saúde ficaria sobrecarregado a ponto de não poder atender todos os casos graves, não somente de corona vírus, mas também de outras enfermidades, aumentando o número de mortes.

Assim, a estratégia de esperar a imunidade se estabelecer na população teria um custo enorme de vidas humanas. *Para que se tenha ideia dos números envolvidos*, estimativas para uma situação assim, nos EUA, apontam para algo próximo de 2 milhões de mortes numa população de 327 milhões de pessoas. Esperar que no Brasil seja diferente, sem uma razão clara para tal, corresponde a uma aposta descabida.

(Caroline Franco – Folha de São Paulo, 21 de março de 2020)

A cláusula *Para que se tenha ideia dos números envolvidos* codifica uma informação dada no parágrafo anterior sobre o percentual de letalidade da Covid-19, encadeando o discurso no sentido de apresentar que, dentro desse quadro de referência, dois milhões de pessoas perderiam suas vidas no Estados Unidos. O jogo argumentativo engendrado visa a sustentar a tese de que o Brasil deve adotar medidas drásticas de confinamento devido ao avanço da pandemia provada pelo coronavírus: se o número de mortes seria alarmante num país do porte econômico dos Estados Unidos, essa taxa seria ainda maior no Brasil, dada a fragilidade do sistema de saúde.

⁷No diagrama, os termos *ADV clause* e *M-clause* se referem, respectivamente, à *cláusula hipotática circunstancial* e *cláusula-núcleo*, neste artigo.

Diferentemente desse papel discursivo exercido pela cláusula de finalidade em posição inicial, Thompson (1985) afirma que a estrutura de finalidade em posição final expressa a motivação da realização da ação veiculada na cláusula nuclear, exercendo, pois, um papel semântico de delimitar a informação descrita na cláusula-núcleo, conforme exemplo 09, trecho extraído do artigo de opinião que defende tese oposta à defendida por Caroline Franco, no exemplo anterior:

(09) Devemos nos questionar a fundo se tal decisão não poderia ser evitada com o uso adequado dos recursos tecnológicos de testagem. Nas palavras do infectologista Kim Woo Joo: “A Coreia do Sul é uma república democrática, nós achamos que o ‘lockdown’ (fechamento geral) não é uma alternativa razoável”.

Os gestores públicos, pressionados pelo pânico, necessitarão de muita calma e suporte científico *para não errar na dose desse “tratamento”*. Precisamos evitar mortes, mas é imprescindível avaliar riscos e benefícios das condutas tomadas agora, pensar um pouco à frente e buscar o maior número de evidências que possam nos guiar. A Covid-19 mata, mas o pânico pode matar muito mais.

(Ricardo Ariel Zimmerman – Folha de São Paulo, 21 de março de 2020)

A cláusula *para não errar na dose desse ‘tratamento’* constitui a motivação que leva os governantes a necessitarem de *calma e suporte científico* antes de imporem um rígido isolamento social. Em termos de construção argumentativa, essa cláusula de finalidade parece buscar um suposto equilíbrio entre a necessidade de se adotar medidas de contenção ao avanço da pandemia, sem, contudo, impor restrições severas que desestabilizariam o sistema econômico do país – o enunciador defende, pois, a tese de que o Brasil não deveria impor medidas rígidas de isolamento social logo nas primeiras semanas após a confirmação do primeiro caso de Covid-19 no país.

Sobre os papéis discursivo e semântico exercidos pelas cláusulas hipotáticas, Thompson, em trabalho com Longrace, estende essa interpretação para as demais cláusulas hipotáticas circunstanciais:

The preposed clause primarily serves the text-organizing function of linking sentences and paragraphs together, sometimes marking a higher level boundary. The postposed clause primarily serves a semantic function, similar to coordination, but giving a greater integration with the main clause at the local level. (THOMPSON; LONGRACE, 1985, p. 30)

Por essa razão e por observarmos que, em nosso corpus, independentemente da posição que a cláusula de finalidade ocupa no nexos clausal, a estrutura em tela mobiliza o esquema semântico origem-meta, neste trabalho, não compactuamos com a visão de Thompson (1985) sobre estarmos diante de duas estruturas hipotáticas distintas. Acreditamos que a cláusula de finalidade apresenta subtipos, conforme Dias (2001) e Fontes (2016), mas, para nós, isso não

configura evidência suficiente para propor uma nova classificação no espectro maior que codifica a hipotaxe circunstancial, visto que a ideia de propósito que caracteriza tal estrutura é preservada.

Finda a explanação sobre os aspectos semânticos-discursivos característicos das estruturas hipotáticas que codificam a finalidade, procederemos à apresentação de alguns conceitos relacionados à Análise do Discurso e à Semântica Argumentativa que balizaram a análise dos dados.

Vozes em confronto: argumentação, *doxa* e polifonia

Tendo em vista o princípio dialógico da linguagem, sobre o qual toda ação linguageira suscita uma ação responsiva do interlocutor (BAKHTIN, 2003), autores como Amossy (2018) e Fiorin (2015) consideram que todo discurso apresenta uma dimensão argumentativa:

Na medida em que um discurso é sempre um discurso sobre outro discurso, todos os discursos são argumentativos, pois todos eles fazem parte de uma controvérsia, refutando, apoiando, contestando, sustentando, contradizendo um dado posicionamento. Todos os discursos são argumentativos, pois são uma reação responsiva a outro discurso. (FIORIN, 2015, p. 29)

Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 16), na obra *Tratado da Argumentação*, definem *argumentação* como o ato de provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam ao seu assentimento. De acordo com Charaudeau (2009), argumentar é uma atividade dupla que depende tanto daquele que argumenta quanto daquele que recebe essa argumentação e enuncia uma resposta a partir dela – ainda que tal resposta seja apenas imaginada pelo enunciador e não se concretize linguística e textualmente nas palavras do interlocutor.

Tal como a compreendo, a argumentação considera o interlocutor não como um objeto a manipular, mas como um *alter ego* que se quer levar a fazer partilhar sua visão. Agir sobre ele é procurar modificar as diversas representações que lhe atribuímos, evidenciando certos aspectos das coisas, ocultando outros, propondo novidades, tudo isso com a ajuda de uma esquematização apropriada. (GRIZE, 1990, p. 40 *apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 52)

Segundo Charaudeau (2009), o *modo argumentativo de organização do discurso* possibilita a construção das explicações sobre asserções que tratam do mundo, partindo de uma perspectiva racional de demonstração e de persuasão. Todo o jogo linguístico-discursivo promovido pelo enunciador tem por objetivo a busca pelo verossímil – um verossímil que depende das representações socioculturais divididas pelos membros de um dado grupo em nome

da experiência ou dos conhecimentos que constituem os imaginários sociodiscursivos, balizados pelos valores que guiam uma determinada sociedade numa determinada época. Embora muitos dos postulados de Aristóteles tenham passado por modificações ao longo dos séculos, pode-se dizer que o que o estagirita define como *doxa* se aproxima do que hoje entendemos por posicionamentos sociais.

Doxa é uma palavra emprestada do grego e designa a opinião, a reputação, o que dizemos das coisas ou das pessoas. A *doxa* corresponde ao sentido comum, isto é, a um conjunto de representações socialmente predominantes, cuja verdade é incerta, tomadas, mais frequentemente, na sua formulação linguística corrente. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2008, p. 176-177)

Considerando, porém, que a *doxa* é situada social e historicamente, podendo variar a depender da cultura de um povo ou mesmo entre grupos de uma mesma sociedade em uma mesma época, como identificar, então, a *doxa* vigente? Nossa proposta metodológica consiste em examinar a *doxa* que emerge dos pares de textos em análise, por meio do reconhecimento de marcas polifônicas comuns nos dois textos que compõem a coluna *Tendências e Debates*. Ducrot (1987, p. 172), define *polifonia* como as diversas vozes evocadas pelo enunciador na construção de seu discurso, vozes essas que podem ser concordantes ou não com o posicionamento defendido.

Ducrot ilustra esse esquema argumentativo, recorrendo à metáfora da balança: o locutor coloca no prato A um argumento (ou conjunto de argumentos) com o qual não concorda e que pode ser atribuído ao interlocutor, a outras pessoas, a um determinado grupo social, ou à *vox populi*; coloca, a seguir, no prato B, um argumento (ou conjunto de argumentos) contrário, com o qual concorda, fazendo a balança inclinar-se nessa direção. Mesclam-se no discurso “vozes” que falam de perspectivas diferentes – polifonia. (MONNERAT, 2001, p. 84)

A teoria polifônica evidencia que a língua é o lugar em que se elabora a argumentação, exatamente porque nela está inscrito o lugar do outro, representado pela multiplicidade de vozes que se faz presente no discurso.

À guisa de exemplificação, tomemos dois trechos dos artigos de opinião publicados no dia 07 de março de 2020, que respondem à seguinte pergunta: “*Regina Duarte será capaz de ampliar o diálogo do governo com a classe artística?*”. O primeiro texto, assinado pelo ator e dramaturgo Juca de Oliveira, responde “*sim*”, defendendo que a atriz, por ser uma “operária da arte e da cultura brasileiras”, certamente, desempenhará bem o papel na Secretaria de Cultura. O segundo texto, assinado pela cantora e compositora Zélia Duncan, apresenta o “*não*” como resposta, questionando as ideologias políticas da nova secretária do governo.

(10) SIM: OPERÁRIA DA CULTURA

Aceitou, sim, por claríssima determinação, uma meta a ser atingida – e que tem tudo a ver com a sua personalidade e paixão de ativista social. Ela na secretaria é um bem para a cultura e uma alegria para nós, artistas.

“Mas ela é de direita!”, dirão alguns. Mas que importância tem isso? Nós, atrizes e atores, nascemos da religiosidade num templo grego lá pelos 550 anos a.C. com o sacerdote Téspis, o primeiro ator da história!

Apesar de nosso trabalho artístico ter perdido aquele caráter litúrgico, sua função social continua a mesma: melhorar o homem, torná-lo mais generoso, mais afetivo, mais íntegro e, sobretudo, mais solidário. Portanto, não importa se o secretário é liberal, de centro, de esquerda ou de direita.

(Juca de Oliveira – Folha de São Paulo, 07 de março de 2020)

(11) NÃO: QUEM VIVER VERÁ O QUÊ?

Mas aí ela solta uma convocação para o tal ato a favor da ditadura, ou como queiram, contra o Congresso Nacional, e estraga tudo de novo.

(...)

Como se despregar dos valores pessoais de quem a convidou? Ou foi convidada justamente porque se afina com eles?

(...)

Os órfãos de “Malu Mulher” (1979), onde me incluo, estão ainda meio chocados com tudo isso. Pior foi saber que Regina, atualmente, acha que a personagem era “exagerada”, um tanto feminista para o seu gosto atual.

(Zélia Duncan – Folha de São Paulo, 07 de março de 2020)

As marcas polifônicas identificadas nos dois textos fazem emergir a *doxa* de que os movimentos artísticos, em geral, não coincidem com os valores políticos de direita. No exemplo 10, o jogo argumentativo evoca a voz dos que questionam essa incompatibilidade – “*Mas ela é de direita!*”, *dirão alguns*” – para concluir que os ideais políticos do secretário não se relacionam com a função social da arte, posicionamento não coincidente com a *doxa* identificada. No exemplo 11, a argumentação confirma a *vox populi* acerca dessa incompatibilidade ideológica: em princípio, a trama argumentativa abre espaço para a voz do próprio leitor: “*Como se despregar dos valores pessoais de quem a convidou? Ou foi convidada justamente porque se afina com eles?*”; mais à frente, coloca em confronto as vozes dos fãs da série “Malu Mulher” e da própria Regina Duarte.

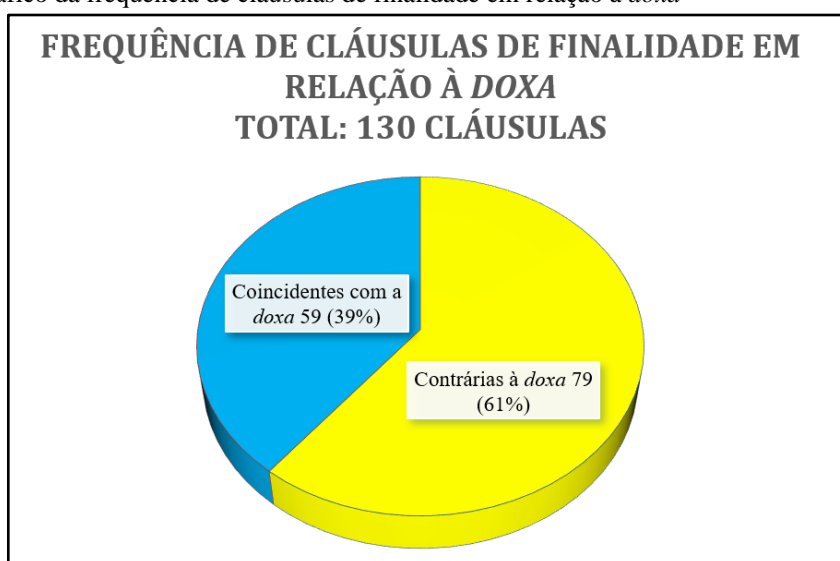
O entendimento desses conceitos relacionados às teorias enunciativas da linguagem é de extrema importância para o desenvolvimento da proposta que apresentamos neste artigo, pois visamos à investigação e à compreensão da hipotaxe circunstancial como estratégia argumentativa, nomeadamente no que se refere ao emprego das cláusulas hipotáticas de finalidade. Na seção seguinte, procedemos à análise estatística dos dados, à luz da interface teórica apresentada.

As cláusulas hipotáticas de finalidade: dados estatísticos sob uma perspectiva de interface teórica

Certos de que toda teoria tem seus limites, independentemente da área do conhecimento a que se relacione, investigamos as cláusulas hipotáticas de finalidade à luz dos pressupostos teóricos do Funcionalismo, da Semântica Argumentativa e da Semiologia, uma das vertentes da Análise do Discurso. Partimos do pressuposto de que emprego das cláusulas hipotáticas, de forma geral, está diretamente atrelado aos propósitos do enunciador, contribuindo para a organização argumentativa do discurso, já que se tornam relevantes pela informação que acrescentam ao texto, ou, noutros termos, “pela importância que assumem na organização coerente ou lógica do raciocínio” (AZEREDO, 2012, p. 323).

Procederemos à análise estatística do *corpus*, procurando desvelar, por meio da materialidade linguística, a trama argumentativa tecida pelo enunciador, tendo por fios as estruturas hipotáticas de finalidade. No que se refere à frequência de uso dessas construções, verificamos que são mais produtivas em textos cujas teses refutam as *doxas* vigentes, como mostra gráfico a seguir:

Gráfico 02 – Gráfico da frequência de cláusulas de finalidade em relação à *doxa*



Fonte: elaborada pela autora.

Dessa maior incidência de cláusulas hipotáticas em textos que advogam contra a *doxa* (61%), decorrem duas considerações: (i) quanto maior a complexidade de comprovação de uma proposição, mais produtivo é o emprego estruturas linguísticas com matiz argumentativo; (ii) dado o caráter de futuridade das cláusulas de finalidade, mais numerosas são em textos que visam à mudança de paradigmas sociais.

Sobre o primeiro ponto, acreditamos que a desconstrução do imaginário social para a reestabelecimento de uma nova ordem não é tarefa simples. Ao defender um posicionamento

contrário à *doxa* instaurada, além de selecionar argumentos que sejam eficientes para a sustentação de sua tese, torna-se indispensável que o enunciador considere aspectos linguísticos para a construção de seu projeto argumentativo. Dessa forma, por seu matiz argumentativo, as cláusulas de finalidade mostram-se como importante estratégia para a tessitura da argumentação, como ilustraram os exemplos apresentados na seção que se deteve à discussão dos aspectos semântico-discursivos dessas estruturas.

Sobre a segunda consideração decorrente da análise estatística dos dados, partindo do pressuposto de que essas construções expressam um deslocamento de uma origem a uma meta no mundo das intenções, entendemos que, em nosso *corpus*, esse deslocamento pode ser entendido como a própria trajetória de mudança do comportamento social. Em outras palavras, como as cláusulas finais expressam uma ideia de projeção, de futuridade, acreditamos que sejam numerosas em artigos que advogam contra o que o senso comum considera “politicamente correto”, a fim de apontar os benefícios que a mudança de atitude da sociedade pode promover.

No que tange à ordenação das estruturas investigadas, destacamos que, das cento e trinta (130) cláusulas analisadas, apenas dezesseis (16) estruturas aparecem em posição anteposta à cláusula-núcleo, o que, em termos percentuais, equivale a 12,30%. Tendo em vista que a categoria marcada tende a ser menos frequente do que a categoria não-marcada correspondente (GIVÓN, 1995, p. 26), esse resultado, coincidente com o de outras pesquisas, define que a anteposição da cláusula de finalidade codifica a ordem marcada⁸, enquanto a posposição constitui a ordem não marcada. Como a distribuição da frequência de uso dessas estruturas marcadas mostrou-se equivalente tanto em textos que coincidem com a *doxa* quanto em textos que a refutam, entendemos a posição da cláusula hipotática de finalidade, em nosso *corpus*, está ancorada na promoção da coesão textual, não influenciando de maneira relevante na construção da argumentação. Nos textos analisados, observamos que as cláusulas de finalidade antepostas estão, majoritariamente, a serviço da ligação entre parágrafos, o que Decat (1999, p. 187) entende como *ponte de transição* de uma porção a outra do texto, mantendo a função mais geral de guia – *guidepost*, nos termos de Chafe (1988). Todavia, devido ao número relativamente baixo de estruturas antepostas à cláusula-núcleo, consideramos que o *corpus* deve ser ampliado a fim de que possamos definir com maior precisão se a anteposição das hipotáticas de finalidade adquire ou não relevância discursiva devido à sua posição tópica, a exemplo do estudo de

⁸ A intercalação da cláusula de finalidade também figura como ordem-marcada. A própria ausência dessa estrutura no *corpus* analisado depõe a favor dessa conclusão, uma vez que tal ordenação é descrita pela literatura, mas rara nos dados.

Haiman (1978) sobre as cláusulas condicionais e de Neves (1999) sobre as cláusulas concessivas.

Por ora, podemos dizer que observamos uma forte tendência de a estrutura de finalidade na posição não marcada expressar a ordem em que os acontecimentos ocorrem no mundo, dado seu caráter prospectivo. Nesse sentido, a cláusula de finalidade ocupa, preferencialmente, a posição posposta à cláusula-núcleo, uma vez que essa estrutura hipotática expressa uma consequência (visada) da ação realizada na cláusula nuclear – o princípio da iconicidade explica a preferência pela ordem linear núcleo-satélite, pois, cognitivamente, a causa precede a consequência. Azeredo (2012, p. 323) considera a cláusula de finalidade como uma das estruturas que compõem a macrorrelação de *causalidade*⁹, já que “do ponto de vista extremamente lógico, dois fatos se articulam pela relação de causalidade se a realização de um deles depende ou decorre da realização do outro”. Esse caráter icônico, porém, não anula o matiz argumentativo que as estruturas investigadas revelaram ter: se, por um lado, tais cláusulas não são exigência da estruturação formal das sentenças, o que as coloca no rol da hipotaxe; por outro, são imprescindíveis no que se refere ao discurso, já que realçam argumentos e encadeiam raciocínios lógicos arquitetados pelo enunciador em seu projeto de argumentação.

Palavras finais

Como nossa perspectiva de análise privilegia a materialidade linguística e considera como inseparáveis do texto os aspectos discursivos e sociais, foi possível focalizar que as cláusulas hipotáticas circunstanciais refletem escolhas subjetivas do enunciador na tessitura da argumentação. A partir da leitura de Matthiessen e Thompson (1988), depreendemos que, ao analisarmos as porções de texto, dois aspectos distintos – e não excludentes – são observados: (i) a estrutura sintática de articulação das cláusulas (parataxe, hipotaxe e subordinação); (ii) o sentido que manifesta no discurso. Concluimos, portanto, que é impossível se empreender uma análise linguística que dissocie os níveis sintático, semântico e pragmático.

Nesse viés, procedemos à análise de cento e trinta (130) cláusulas hipotáticas provenientes de quarenta e oito (48) artigos de opinião publicados na coluna *Tendências e Debates*, do jornal Folha de São Paulo. Ao nos debruçarmos sobre os dados estatísticos, observamos que a estrutura investigada se mostrou mais produtiva em textos que defendem teses opostas aos valores sociais vigentes. Dada a complexidade de construção da argumentação

⁹ De acordo com Azeredo (2012), na macrorrelação de causalidade, a ideia de *causa* é codificada por cláusulas *causais* e *condicionais*; o valor de *efeito* é gramaticalmente representado por estruturas *consecutivas* e *finais*.

em textos dessa natureza, concluímos que, de fato, as cláusulas hipotáticas de finalidade apresentam relevante matiz argumentativo – o nexos causa-consequência nas construções com esse tipo de estrutura é instanciado pelo próprio enunciador ao articular seu discurso, já que estamos tratando de uma consequência visada, uma objetivo a ser alcançado. No que tange ao deslocamento origem-meta que codificam um caráter prospectivo, as cláusulas investigadas, no plano do discurso, expressam as vantagens concernentes às mudanças que os textos em que figuram propõem, ou seja, benefícios advindos da reestruturação de paradigmas sociais anteriormente instaurados.

Por fim, resta-nos ressaltar, uma vez mais, que, para que se proceda a uma análise linguística como a apresentada neste artigo, imprescindível é considerar como indissociáveis os níveis sintático, semântico e pragmático, o que a interface de teorias nos ajudou a promover.

Referências

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018.

AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. São Paulo: Publifolha, 2012.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRAGA, M. L. Os enunciados de tempo no português falado no Brasil. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999. p. 443-496.

BRAGA, M. L. Processos de combinação de orações: Enfoques funcionalistas e gramaticalização. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 23-34, 2001.

CARVALHO, C. S. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas. **Vereadas: Revista de Estudos Linguísticos**, Juiz de Fora, v. 14/15, 2004.

CHAFE, W. L. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: Jhon Benjamins Publishing, 1988.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, P. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2009.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2001.

DECAT, M. B. N. **Leite com manga morre: da hipotaxe adverbial no português em uso**. 1993. 287 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino da Língua) – Programa de

Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

DIAS, N. B. **As cláusulas de finalidade**. 2001. 175 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

DUCROT, O. **O dizer e o dito**. Campinas: Pontes, 1987.

FIORIN, J. L. **Argumentação**. Editora Contexto, 2015.

FONTES, M. G. A relação finalidade em português: tipologia e funções. **Cadernos de Pós-Graduação em Letras**, São Paulo, v. 15, 2016

GIVÓN, T. Beyond foreground and background. In: TOMLIN, R. S. **Coherence and grounding in discourse**. Philadelphia: John Benjamins Publishing, 1987.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

HAIMAN, J. Conditionals are topics. **Language**, New York, v. 54, n. 3, 1978.

HOPPER, P.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MAGALHÃES, A. M. O. **A preposição PARA e as subordinadas infinitivas completivas, relativas infinitivas e adverbiais finais** – contrastes. 2016. 90 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2016.

MARCHON, A. H. **As teias da argumentação: um estudo de interface sintático-discursivo da hipotaxe circunstancial**. 2017. 168 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

MATEUS, M. H. *et alii*. **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa, Editorial Caminho, 2003.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. The structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. (Eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, 1988.

MONNERAT, R. A articulação de orações através de mecanismos de oposição. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 67-76, 2001.

NEVES, M. H. M. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. 2. ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da UNICAMP, 1999, p. 545-591.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

RAPOSO, E. B. P. *et alii*. **Gramática do Português**. v. 2. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2013.

RODRIGUES, V. V. Apresentação de comunicação em simpósio temático no Congresso do GEL. Campinas: Unicamp, 2015.

THOMPSON, S. A. Grammar and written discourse: initial vs. final purpose clause in English. **Text - Interdisciplinary Journal for the Study of Discourse**, n. 5, p. 55-84, 1985.

THOMPSON, S. A.; LONGRACE, R. E. Adverbial clauses. In: SHOPEN, T. (Ed.). **Language typology and syntactic description: complex constructions**. v. II. Cambridge: Cambridge University, 1985.

Sobre a autora

Amanda Heiderich Marchon (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-6576-949X>)

Doutora e mestra em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); graduada em Letras - Língua Portuguesa pela Faculdade de Filosofia Santa Dorotéia. Realiza pós-doutorado (bolsista PNPd-CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF).

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

Construções conformativas na perspectiva funcional hallidayana

Conformative constructions on Halliday's functional perspective

Ivo da Costa do Rosário¹

Myllena Paiva Pinto de Oliveira²

Resumo: Neste artigo objetivamos analisar dois tipos de construções conformativas introduzidas por *conforme*, à luz dos postulados da Linguística Sistemico-Funcional de Halliday para a complexação de orações. Partimos da hipótese de que as construções conformativas oracionais em língua portuguesa não constituem um bloco único, mas apresentam traços formais e funcionais distintos. Com base em uma metodologia qualitativa, utilizamos dados do português brasileiro escrito do século XXI como *corpus*. Os resultados de pesquisa permitem concluir que a construção conformativa com expansão por realce é de caráter circunstancial, ao passo que a construção conformativa com projeção de circunstância de ângulo é evidencial.

Palavras-chave: Conformidade. Uso. Linguística Sistemico-Funcional. Oração complexa.

Abstract: In this paper we aim to analyze two types of conformative constructions introduced by *conforme*, considering Halliday's Systemic Functional Linguistics postulates for complex clauses. We start from the hypothesis that the conformative clauses constructions in Portuguese do not constitute a single block, but, instead, they present distinct formal and functional features. Based on a qualitative methodology, we use data from the 21st century written Brazilian Portuguese as *corpus*. The research results allow us to conclude that the conformative construction with expansion by enhancement is circumstantial, whereas the conformative construction with projection of an angle is evidential.

Keywords: Conformity. Usage. Systemic Functional Linguistics. Complex clause.

¹ Universidade Federal Fluminense, Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: rosario.ivo3@gmail.com.

² Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação de Estudos de Linguagem, Niterói, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: myllenaivap@gmail.com.

Considerações iniciais

As pesquisas funcionalistas nascem como resposta aos estudos linguísticos de base formalista, cujos trabalhos muitas vezes prescindem de *corpus* de língua em uso, atentando-se mais detidamente às características internas da própria linguagem (NEVES, 2005). No Brasil e no mundo, coexistem diversas vertentes de pesquisas funcionalistas, como a Linguística Sistêmico-Funcional, representada por Halliday (1985; 2004), que dá sustentação teórica a este trabalho.

A conexão de orações está na base de muitas pesquisas desenvolvidas no país. Para este trabalho, elegemos um ponto desse amplo campo. Assim, nosso objetivo é analisar as construções³ conformativas, chamadas pela tradição gramatical de orações subordinadas adverbiais conformativas. Mais detidamente, nosso foco está nas estruturas instanciadas por *conforme* e seus diferentes usos semântico-pragmáticos.

Como veremos a seguir, há poucas informações disponíveis sobre as conformativas. Além disso, a caracterização dessas orações esbarra em outras nuances semânticas (comparação, modo, proporção) cujos limites nem sempre são muito claros. Portanto, o estudo da conformidade justifica-se especialmente pelo seu tratamento lacônico e, conseqüentemente, pela necessidade de um maior conhecimento acerca de suas propriedades morfossintáticas e semântico-pragmáticas.

Para isso, organizamos este artigo em seis partes. Após estas considerações iniciais, na seção 2, em ‘Conformativas - da visão tradicional à abordagem linguística’, sintetizamos a forma como as orações conformativas são tratadas em algumas obras da Tradição e como costumam ser abordadas com base nas reflexões de alguns linguistas. Na seção 3, apresentamos um breve resumo sobre a conexão de orações na perspectiva hallidayana. Em seguida, na seção 4, explicitamos os procedimentos metodológicos adotados e a análise de dados propriamente dita. Por fim, traçamos algumas considerações finais e arrolamos as referências bibliográficas consultadas para esta pesquisa.

Conformativas - da visão tradicional à abordagem linguística

Ao consultar as gramáticas tradicionais de língua portuguesa, encontramos informações pouco elucidativas sobre as orações conformativas. Devido ao seu próprio

³ Neste trabalho, adotamos o conceito de *construção* utilizado por Traugott e Trousdale (2013, p. 1): “form-meaning pairing”, ou seja, uma construção é concebida como um pareamento de forma e significado. Apesar de este trabalho não se inserir no campo da Gramática de Construções *stricto sensu*, compartilhamos uma visão construcional da gramática, cujos postulados têm sido paulatinamente incorporados pelo Funcionalismo de uma forma geral (cf. ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016), haja vista sua compatibilidade teórica e seu poder exploratório.

caráter prescritivo e normativo, não há muito aprofundamento sobre o tema nem uma reflexão mais detida no plano semântico-pragmático. As chamadas orações subordinadas adverbiais conformativas carregam esse título porque desempenhariam papel sintático de adjunto adverbial de conformidade da sua oração principal. A título de ilustração, apresentamos a seguir a forma como se define esse objeto em três gramáticas normativas de língua portuguesa.

Rocha Lima (1999, p. 279), em *Gramática normativa da língua portuguesa*, assevera que a oração conformativa “traduz a conformidade de pensamento com o pensamento contido na oração principal”. O autor lista as conjunções que podem introduzir esse tipo de oração (*conforme, segundo, consoante e como*), explicando que as conformativas só podem aparecer em sua forma desenvolvida. Figuram como exemplos os seguintes: (a) “Os fatos se passaram *conforme a cigana os previra*” e (b) “*Como disse Buda*, tudo é dor”.

Por sua vez, Luft (2000, p. 61), em *Moderna Gramática Brasileira*, abre um tópico chamado “orações subordinadas” e nele insere as substantivas, as adjetivas e as adverbiais. Neste último grupo, estão as conformativas, definidas como orações que “introduzem-se com as conjunções *conforme, consoante, como, segundo* e semelhantes”. Após citar alguns exemplos, como (c) “*Conforme ele prometeu*, deverá estar aqui amanhã.”, (d) “*Conforme é o pássaro*, assim é o ninho.” e (e) “*Segundo se diz*, ele é um unha-de-fome.”, Luft (2000) faz uma ressalva sobre a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que deixa subentendida a noção de modo dentro das conformativas, com o que, na verdade, ele não concorda.

Bechara (2009), em *Moderna Gramática Portuguesa*, assevera que a conformativa é uma oração subordinada que apresenta um fato em conformidade com a declaração principal. O autor arrola como conjunções possíveis para esse tipo de construção as mesmas listadas por Luft (2000) e Rocha Lima (1999). Seus exemplos são: (f) “Consegui fazer o trabalho *como lhe ensinaram*.” e (g) “Todos procederam *conforme a ocasião ensejava*”.

Nas três obras, a ênfase recai sobre as conjunções que podem aparecer nesse tipo de construção. Logo, o fator discursivo-pragmático envolvido no uso do conector não é abordado, tendo em vista o foco em uma perspectiva mais formal do objeto. Contudo, como afirma Neves (2005), elementos coesivos (por exemplo, as conjunções) não constroem sozinhos a coesão do texto, visto que há outros elementos que ao seu lado colaboram para o estabelecimento das relações semânticas entre as orações.

Nas gramáticas descritivas e em obras de outras naturezas, as orações conformativas igualmente encontram tratamento lacônico, sem grande aprofundamento. Por outro lado, o seu tratamento é geralmente acompanhado de informações adicionais. Em Azeredo (2007), por

exemplo, essas orações são incluídas em um grande grupo de comparativas. Em Bosque y Demonte (2004), as conformativas são tratadas como pseudocomparativas, caracterizadas como estruturas com traços ao mesmo tempo comparativos e proporcionais. Neves (2011) e Raposo *et al* (2013), por sua vez, associam a caracterização das conformativas ao campo das comparativas e modais. Mateus *et al* (2003), da mesma forma, tratam das estruturas conformativas no bojo do que as autoras consideram “construções de graduação e comparação”. Por fim, em uma perspectiva tipológica, Kortmann (1997) trata das conformativas em um grande grupo modal.

Em comum nessas últimas obras, percebemos que há uma grande proximidade entre conformidade de um lado e comparação, proporção e modo de outro. Essa é a motivação para esses autores tratarem dessas orações em um mesmo grupo ou em grupos aparentados. Afinal, há inegáveis sobreposições entre conformidade e outros matizes semânticos. Voltaremos a esse ponto na seção 4 deste artigo. Vejamos agora como Halliday (2004) concebe o processo de conexão de orações.

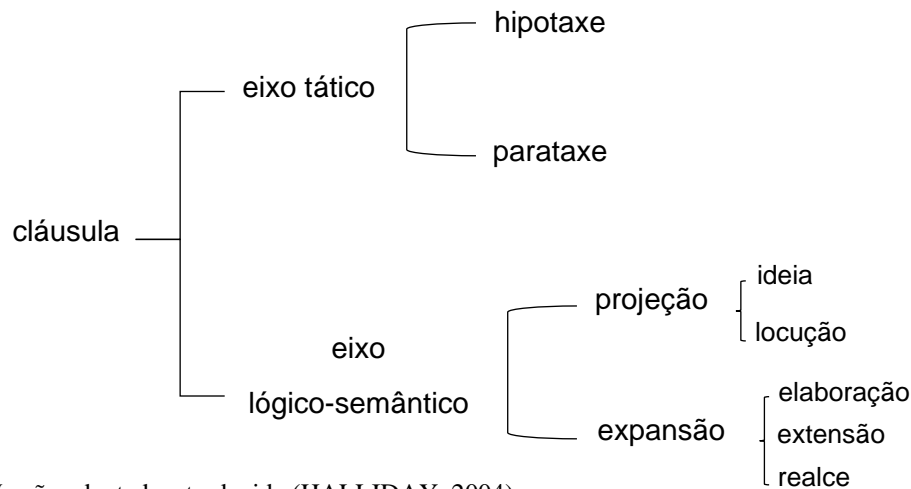
Conexão de orações na perspectiva hallidayana

Halliday (2004) dedica todo um capítulo de sua gramática para tratar da conexão de orações ou da cláusula complexa, como ele denomina. Ele investiga como o fluxo de eventos pode ser construído ao longo de um texto e afirma que, por causa da combinação de cláusulas, a integração de significados se torna mais forte em diversos tipos de texto.

Na perspectiva hallidayana, é possível mapear sistematicamente os recursos de complexação de orações com base em dois sistemas básicos: o tático e o lógico-semântico. De forma resumida, o eixo tático diz respeito ao grau de interdependência das orações. O eixo lógico-semântico, por sua vez, focaliza a relação semântica entre as orações do complexo.

Essa proposta pode ser ilustrada por meio do esquema a seguir.

Esquema 1 – Relações entre cláusulas



Fonte: Versão adaptada e traduzida (HALLIDAY, 2004).

A partir desse esquema, é possível associar o eixo tático a um polo [+ formal] e o eixo lógico-semântico a um polo [+ funcional]. No eixo tático, há dois subsistemas: a hipotaxe e a parataxe. Na hipotaxe, existem um elemento dependente e outro dominante. Na parataxe, por sua vez, os elementos têm o mesmo estatuto: um inicia e o outro continua o complexo oracional. Na complexação de orações, pode ainda haver a convivência dos dois subsistemas. Como vemos, essa é uma dimensão mais associada a propriedades morfossintáticas. A seguir, mostramos dois exemplos de Halliday (2004, tradução livre) para ilustrar a parataxe e a hipotaxe, respectivamente.

- *Kukul se abaixou no chão // e se moveu devagar.*⁴
- *Quando ele chegou a um matagal, ele ouviu um leve farfalhar de folhas.*⁵

No primeiro exemplo, Halliday (2004) mostra que duas orações interdependentes podem ter *status* equivalente – cada uma delas (Kukul se abaixou; se moveu devagar) é uma proposição por si só. No segundo exemplo, apenas uma das orações constitui uma proposição (ele ouviu um farfalhar de folhas).

Segundo Halliday (2004), no eixo lógico-semântico, entram em cena dois subsistemas que abarcam um conjunto de relações lógicas possíveis, o que está mais associado a um plano funcional. Essas são as relações lógico-semânticas apresentadas por Halliday (2004):

⁴ ||| Kukul crouched low to the ground || **and** moved slowly. ||| (HALLIDAY, 2004, p. 373).

⁵ ||| **As** he came to a thicket, || he heard the faint rustling of leaves. ||| (HALLIDAY, 2004, p. 374).

- *Expansão*: instanciada por *elaboração* (igual a), *extensão* (adicionado a) ou *realce* (multiplicado por);
- *Projeção*: instanciada por uma *locução* ou uma *ideia*.

A expansão está na ordem da experiência, ao passo que a projeção está na ordem do pensamento, acima da experiência (relacionada ao que as pessoas dizem e pensam). Aqui, destacamos algumas considerações sobre a *expansão por realce* e a *projeção*, porque, conforme vamos argumentar ao longo do texto, as construções que exprimem conformidade externa (circunstanciais) se enquadrariam em um tipo, e as de conformidade interna (evidenciais), em outro, configurando dois blocos distintos. Em Halliday (2004), encontramos os seguintes exemplos de expansão por realce e de projeção, respectivamente:

- *Mesmo sendo um livro um tanto bobo sobre as grandes paixões dos estudantes universitários, realmente era um romance.*⁶
- *“Em todo os EUA, milhares são vítimas de violações dos direitos humanos”, disse Pierre Sane, secretário-geral da Anistia Internacional. “Muito frequentemente, os direitos humanos nos Estados Unidos são uma história de dois povos – ricos e pobres, branco e preto, homem e mulher”.*⁷

O primeiro caso ilustra uma expansão por realce hipotática finita, já que expressa uma circunstância de concessão. O segundo exemplo representa uma projeção paratática, sem a presença de conector. Funciona como uma citação em língua inglesa, na qual é representado o discurso de terceiros.

Na perspectiva de Halliday, as orações circunstanciais também apresentam subtipos. Por exemplo, a “circunstancial de ângulo” é funcionalmente equivalente a algumas conformativas da língua portuguesa. Para ele, as circunstanciais de ângulo projetam pontos de vista dentro de orações e não entre orações (HALLIDAY, 2004, p. 368). A circunstância de ângulo, juntamente com a circunstância de assunto/matéria, integra a projeção. Entre os conectores que realizam ambos os tipos de circunstância estão “de acordo com”, “nas palavras de”, “para”, “no ponto de vista de”, “na opinião de”.

A proposta de Halliday (2004) em dois eixos (tático e lógico-semântico) configura um notável avanço em relação a perspectivas anteriores. Com base nos pressupostos hallidayanos,

⁶ ||| **Even though** it was a somewhat silly book about the grand passions of college students, || it really was a novel. ||| (HALLIDAY, 2004, p. 418).

⁷ “Across the USA, thousands are victims of human rights violations,” said Mr Pierre Sane, Amnesty’s international secretary-general. “Too often, human rights in the US are a tale of two nations — rich and poor, white and black, male and female.” (HALLIDAY, 2004, p. 446).

o sistema lógico-semântico não está preso a uma determinada estrutura sintática, mas pode ocorrer ao longo do sistema lexicogramatical da língua.

As variadas possibilidades de cruzamento entre os dois eixos propostos por Halliday (2004) mostram a dinamicidade da língua, evidenciando que a necessidade comunicativa faz o usuário escolher construções que sejam mais adequadas aos seus objetivos. *Grosso modo*, essa possibilidade de entrecruzamento dos eixos com variadas formas pelas quais uma noção semântica pode ser instanciada na língua ocorre dentro de grandes domínios funcionais.

De acordo com Rosário e Oliveira (2016), domínios funcionais “são grandes áreas como referência, caso, impessoalização, irrealis, tempo, modo, aspecto etc. (...) as línguas podem codificar um mesmo domínio funcional por meio de diversas estruturas”. Assim, compreendemos a conformidade como um domínio funcional que é expresso por meio de muitas construções que se apresentam na língua a partir dos cruzamentos do eixo tático com o eixo lógico-semântico. A noção de domínio funcional é bastante útil no tocante ao estudo da conexão oracional e de temas correlatos. Assim, o domínio funcional da conformidade, por exemplo, abriga esquemas de diferentes naturezas, em diversos níveis (intraoracional, oracional e supraoracional), caracterizando-se como uma grande rede de construções das línguas humanas, conforme encontramos em Pereira (2014) e Oliveira (2018).

Quando uma oração expande a outra, ela é inserida no eixo lógico-semântico da expansão. Esse eixo está relacionado ao desenvolvimento horizontal do texto. Existem três formas de *expandir* uma oração: por extensão, por elaboração e por realce. A expansão por realce ocorre quando o significado de uma cláusula salienta ou destaca o significado de outra, podendo fazê-lo de diversas maneiras possíveis, ou seja, pelas noções de tempo, lugar, modo ou causa-condição.

A hipotaxe de realce, por sua vez, pode ser equiparada ao que chamamos de orações adverbiais na tradição gramatical. Comparando-se com as paratáticas de realce, podemos dizer que as hipotáticas de realce não contribuem diretamente para mover o discurso “para frente”, como acontece nas narrativas, mas para dar outro tipo de contorno semântico à oração cujo evento ela realça. No plano de figuratividade, funcionam como fundo ou margem.

Halliday (2004, p. 441) define projeção da seguinte forma: “relação lógico-semântica pela qual uma oração funciona não como uma representação da experiência (não linguística), mas como uma representação de uma representação (linguística)”⁸. Ainda nas palavras do autor (2004), os usos mais comuns da *projeção* são os seguintes: atribuir fonte ao jornalismo,

⁸ Tradução livre de “logical-semantic relationship whereby a clause comes to function not as a direct representation of (non-linguistic) experience but as a representation of a (linguistic) representation”.

apresentar pontos de vista no discurso científico, construir o diálogo na narrativa e enquadrar questões em conversa.

Feita essa breve explanação teórica sobre a concepção de Halliday (2004) para a conexão de orações, na próxima seção, apresentamos algumas informações básicas sobre procedimentos metodológicos adotados e exploramos alguns dados que representam diferentes construções conformativas em uso no português do Brasil contemporâneo.

Procedimentos metodológicos e análise de dados

Para este artigo, selecionamos dados extraídos da internet. Por meio do site de buscas Google (www.google.com.br), foram coletadas as 100 primeiras ocorrências da conjunção *conforme* em variadas fontes. Como o objetivo desta pesquisa é eminentemente qualitativo, optamos por não tecer considerações com relação à quantificação⁹. A investigação é sincrônica, com foco no português brasileiro escrito produzido no século XXI.

Nessa coleta de dados, resultados com conteúdo metalinguístico de dicionários eletrônicos e *sites* voltados para descrição da língua foram desconsiderados, visto que não ofereciam o contexto suficiente para o tipo de análise que desenvolvemos. Igualmente controlamos a necessidade de o *corpus* refletir diferentes gêneros e sequências tipológicas, com o objetivo de a análise não ficar enviesada.

Em meio às muitas estratégias que codificam o domínio funcional da conformidade, a partir da pesquisa bibliográfica e dos resultados de outros estudos anteriores já citados neste trabalho, selecionamos o tipo do verbo (cf. SCHEIBMAN, 2001) e a correferencialidade do sujeito como critérios de análise, já que as conformativas são bastante sensíveis a esses aspectos morfossintáticos.

Os tipos de verbos ajudam a definir a relação entre as porções da construção conformativa, considerando que os conectores não constroem sozinhos a noção semântico-pragmática de um enunciado (DECAT, 2001). A análise da correferencialidade do sujeito, por sua vez, auxilia na eliminação dos dados com função mais modal-comparativa do que conformativa, tendo em vista que há uma tendência a que os sujeitos das porções da construção conformativa sejam diferentes, especialmente os de função evidencial, em que se recrutam atos de fala distintos.

⁹ Vale destacar que o levantamento de frequência é um ponto caro à pesquisa funcionalista, visto que esse levantamento atesta importantes tendências de uso. Entretanto, como o objetivo deste trabalho está centrado na caracterização formal e funcional de dois padrões conformativos, a metodologia quantitativa não foi adotada.

As associações da noção de conformidade com as semânticas de modo, proporção e comparação (escamoteadas na abordagem tradicional, mas realçadas pelos linguistas) são pistas muito importantes que nos ajudam a distinguir diferentes funções semântico-pragmáticas das construções conformativas. Essas diferentes funções têm suas contrapartes formais, já que se concretizam morfossintaticamente por meio de diferentes traços (tipo de sujeito, tipo de verbo e sequência tipológica).

O Quadro 1 a seguir contempla esses traços formais e funcionais e ilustra como a conformidade pode se apresentar nos dados de língua em uso no português brasileiro contemporâneo. De maneira sintética, esses são os três tipos de conformidade:

Quadro 1 – Tipos de construção conformativa

Tipos	Exemplos	Características
I conformidade híbrida	<i>Ainda conforme fez na Argentina, ele [Paul McCartney] volta com All My Loving, de 1963, e emenda com Letting Go, de 1975, do disco Venus and Mars.</i> ¹⁰	Função: modal/comparativa, sem causalidade Sujeito: elíptico e correferente Tipo de verbo: material Texto: informativo
II conformidade interna – evidencial	Dos 20 passageiros, seis ficaram feridos. Um deles em estado grave. Eles eram das seguintes cidades: 1 de Araçatuba, 3 de Birigui, 1 de Osvaldo Cruz, 11 de Presidente Prudente, <i>conforme informou a Viação Garcia ao G1.</i> ¹¹	Função: conformativa interna Sujeito: não correferente Tipo de verbo: elocução Texto: informativo
III conformidade externa – circunstancial	O plano de ensino, que pode ser organizado como plano de aula, de unidade, semanal, bimestral, curso ou <i>conforme a escola organiza sua periodicidade, é o resultado do processo mental do ato de planejar, ou seja, é o documento escrito fruto da reflexão coletiva.</i> ¹²	Função: conformidade externa, com causalidade Sujeito: não correferente Tipo de verbo: material Texto: informativo

Fonte: Elaboração própria, com base em Oliveira (2018).

O Quadro 1 revela a heterogeneidade das conformativas. De fato, é um equívoco tratar essas orações de maneira unitária, como se tivessem um comportamento singular. Ao contrário, há tipos distintos de conformativas que exibem diferentes traços formais e funcionais: com sobreposição comparativo-modal, com atos de fala diferentes e com relação de causalidade. Esses tipos distintos, como já afirmamos, estão muito associados aos outros domínios semânticos anteriormente citados, como modo e comparação.

¹⁰ Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,em-show-paul-reveza-o-presente-com-todos-os-seus-passados,70002767922>. Acesso em: 15 fev. 2020.

¹¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/presidente-prudente-regiao/noticia/2019/07/10/motorista-que-dirigia-onibus-de-turismo-de-presidente-prudente-morre-em-acidente-no-parana.ghtml>. Acesso em: 15 fev. 2020.

¹² Disponível em: <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/biologia/planejamento-e-planos-de-ensino-a-organizacao-da-acao-pedagogica-na-sala-de-aula/42982>. Acesso em: 15 fev. 2020.

Neste artigo, por uma questão de recorte, estão em foco as construções conformativas dos tipos II e III (segundo classificação proposta no Quadro 1). Aqui essas construções serão chamadas respectivamente de *construções conformativas internas (evidenciais)*, em que a presença do verbo de elocução permite que a relação de conformidade se dê no nível linguístico, a partir da representação de um ato verbal e, de outro lado, de *construções conformativas externas (circunstanciais)*, nas quais a conformidade se dá no mundo biofísico-social. As construções que veiculam diretamente a noção sobreposta (modo e/ou comparação), integrantes do tipo I, não entram na presente pesquisa por serem híbridas, mas constituem objeto de investigações futuras. Vejamos esses tipos II e III em mais detalhes nas subseções seguintes.

Conformidade tipo II (conformativas circunstanciais)

Observemos o dado [1], um exemplo da conformidade tipo II:

[1] Caberlon declarou também que a EPTC trabalha na melhoria da qualidade de abrigos, como a Parada Segura, de pontos de ônibus e táxis. Também representando a EPTC, Rogério Caldacco Barbosa falou da necessidade do envolvimento de todas as secretarias responsáveis, e que é preciso garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência e pessoas idosas em vias públicas, às vezes prejudicada *conforme estiver instalado o mobiliário*.¹³

No exemplo [1] percebemos que o prejuízo na acessibilidade de pessoas idosas está atrelado ao tipo de mobiliário presente nas ruas, em uma relação de indução. Defendemos que, nesse dado, há uma elipse do verbo auxiliar na formação da voz passiva sintética (verbo auxiliar + *prejudicada*) e os sujeitos são distintos (acessibilidade *versus* mobiliário). Vale destacar o uso do modo subjuntivo nessa construção (forma verbal *estiver*), conforme previsto em Neves (2011). Essa oração conformativa é do tipo circunstancial porque a parte da construção introduzida pelo conector *conforme* (instalação do mobiliário) imprime uma circunstância de indução/causalidade associada ao primeiro evento (acessibilidade). A depender da instalação do mobiliário, as pessoas com deficiências e os idosos terão acesso adequado ou não às vias públicas.

A seguir, oferecemos outro dado para ilustrar nosso objeto. Com o exemplo [2], mostramos novamente que existe uma relação de dependência entre os eventos da oração

¹³ <http://www.camarapoa.rs.gov.br/noticias/comissao-especial-discute-situacao-das-bancas-de-comercio>. Acesso em 15/02/2020.

primária e a secundária (cf. HALLIDAY, 2004): a frequência das sessões está relacionada com o nível de crescimento dos pelos, conforme podemos observar a seguir.

[2] As sessões são mensais, até o 5º. mês normalmente, após este período podem se tornar bimestrais ou trimestrais, *conforme esteja ocorrendo ou não o crescimento dos pelos*. A duração de uma sessão depende do tamanho da área que receberá o laser, varia de 10 a 30 minutos normalmente.¹⁴

Godinho (2011) e posteriormente Oliveira (2018) evidenciam que uma das funções semântico-pragmáticas das construções conformativas é a *indução*. Em outras palavras, o teor da oração dita subordinada induz o teor da oração chamada principal. Esse é o caso do dado [2], já que a frequência das sessões pode ser mais espaçada ou não, a depender do crescimento dos pelos. Em outras palavras, o evento descrito na primeira parte da construção é induzido pelo (ou está em conformidade com) a dinâmica do crescimento dos pelos, evento constante da porção introduzida pelo conector. Destacamos ainda que são diferentes os sujeitos das orações (*sessões* e *crescimento dos pelos*) e que o verbo *ocorrer* é do tipo material.

O próximo dado, de número [3], inserido de igual maneira pelo conector *conforme*, também expressa essa implicação entre as partes do complexo oracional.

[3] É importante também prestar atenção aos sinais dos filhos. *Conforme o bebê cresce*, sua capacidade de regulação térmica melhora e ele perde menos calor para o ambiente. Assim, é possível respeitar os mais calorentos — se eles demonstrarem estar sofrendo com o excesso de peças ou cobertas, tire algumas.¹⁵

Entre os eventos descritos nas orações, existe uma relação de implicação lógica. Para cada fase de desenvolvimento do bebê, há um nível de capacidade de regulação térmica e de perda de calor, estabelecendo uma relação conformativa. Assim, uma informação está relacionada à outra em uma relação de conformidade, novamente caracterizada pela indução.

Cabe destacar que a presença de vocábulos do campo semântico da valoração/quantidade (verbo “melhorar” e advérbio “menos”, por exemplo) possibilita ainda uma leitura proporcional. Isso evidencia que o domínio da conformidade faz fronteira com o domínio da proporção, pois ambos estão ligados a um arquidomínio (ROSÁRIO; OLIVEIRA, 2016) das relações de causa-efeito.

¹⁴ <https://www.revistafutura.com.br/blog/103/este-um-dos-questionamentos-mais-frequentes-qua>.

¹⁵ <https://bebe.abril.com.br/familia/como-saber-se-o-bebe-esta-aquecido-o-suficiente/>.

Comparando-se os dados de [1] a [3], percebemos que há uma gradação do [+ conformativo - proporcional] até o [- conformativo + proporcional]. Em ambos os domínios da conformidade e da proporcionalidade, há uma relação de implicação, indução, mas entendemos que a noção de proporção instanciada pelo conector *conforme* (o mais transparente da categoria da conformidade) constitui-se em um refinamento em que o teor das orações envolve necessariamente uma valoração explícita entre os eventos descritos, logo, tem natureza fortemente contextual.

Esses três exemplos anteriores demonstram que a conformidade tipo II assume características de *hipotaxe de realce* na classificação de Halliday (2004). De fato, encontramos nos dados uma oração dominante e outra dependente. Nesses casos, a oração dominante tem o seu sentido expandido por meio do acréscimo de uma informação circunstancial (conformidade).

De acordo com Decat (2001, p. 111), expansão por realce se constitui como um “fenômeno de articulação de cláusulas que se combinam para modificar (ou expandir), de alguma forma, a informação contida em outra cláusula (ou porção do discurso), o que é manifestado pelas relações circunstanciais”.

Halliday não arrola a conformidade entre as circunstâncias de realce. Contudo, como ele propõe a *causa* (razão, finalidade e resultado etc.) como uma dessas circunstâncias, postulamos que a conformidade do tipo II integra esse grupo. Afinal, argumentamos que a conformidade tipo II (circunstancial) carrega a ideia de causalidade em virtude da *implicatura* existente entre as partes do complexo oracional. Em outras palavras, com base nos dados expostos, evidenciamos que a noção de causalidade está presente nas construções conformativas circunstanciais. Assim esse tipo de conformidade se constitui em mais um subtipo para a circunstância de causa.

Em síntese, as construções conformativas oracionais do tipo II funcionam como integrantes de um complexo em que há hipotaxe de realce, tendo em vista que o evento de uma oração depende do evento da outra oração, havendo uma implicação entre elas. Trata-se de uma relação de conformidade externa, normalmente veiculada por meio de verbos materiais.

Conformidade tipo III (conformativas evidenciais)

As construções conformativas do tipo III apresentam um comportamento distinto do das conformativas do tipo II. Formam um complexo oracional em que detectamos mais de um

ato de fala, composto de duas unidades informacionais (cf. DECAT, 1999). Vejamos o dado (4):

[4] Estas enzimas podem ferir o endotélio (camada mais interna dos vasos sanguíneos) e causar processo inflamatório que favorece o acúmulo de substâncias como lipídios (gorduras) e obstrui vasos, o que pode provocar doenças coronarianas. *Conforme explica a reumatologista Licia Maria Henrique da Mota, coordenadora da Comissão de Artrite Reumatoide, da SBR, há diversos estudos anteriores ao da Dinamarca que pesquisaram aumento do risco cardiovascular em pacientes com artrite reumatoide (AR).*¹⁶

O dado [4] é frequentemente encontrado em sequências argumentativas, geralmente em textos nos quais se precisa ou mostrar a fonte da informação ou validar o teor do texto com um argumento de autoridade. Nele observamos a presença de um verbo de elocução (no caso, o verbo “explicar”) seguido de um sujeito. Oração primária e oração secundária desse complexo oracional não são parte de um mesmo ato de fala, mas, ao contrário, o conteúdo linguístico de Licia Maria Henrique da Mota é utilizado juntamente com o conteúdo linguístico do autor do texto. Portanto, temos uma “representação da representação linguística na formação desse complexo oracional”, nos termos de Halliday (2004).

O exemplo [5] é bastante parecido. Encontramos um verbo de elocução (verbo “informou”) com seu sujeito posposto (substantivo “polícia”).

[5] O suspeito confessou o crime à Polícia Civil. Ele disse que agrediu o menino com socos e, quando a criança ficou desacordada, levou-a até o matagal e a matou por enforcamento, *conforme informou a polícia.*¹⁷

Nesse dado, um enunciado verbal novamente é representado por uma construção conformativa. Em (5), também identificamos o que Halliday (2004) classifica como uma hipotaxe de projeção (“Ele disse que”). De igual maneira, como fica claro, ambas as estruturas são utilizadas no texto para recrutar a atividade verbal de uma terceira entidade, nesse caso o agressor (*ele*) e a polícia. É justamente por isso que Halliday (2004) considera a projeção uma noção lógico-semântica (e não estrutural), porque ela é capaz de ser instanciada de diversas maneiras.

Apresentamos a seguir um último exemplo, o dado [6].

¹⁶ Disponível em: <https://www.reumatologia.org.br/orientacoes-ao-paciente/artrite-reumatoide-aumenta-risco-cardiaco-em-mulheres/>. Acesso em: 12 ago. 2019.

¹⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/noticia/2019/08/04/pai-e-mae-sao-presos-suspeitos-da-morte-do-filho-de-4-anos-em-arcoverde.ghtml>. Acesso em: 12 ago. 2019.

[6] *Conforme evidencia a denúncia*, o nível de endividamento da empresa foi apontado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) – onde o senador não possuía influência política – para negar pedido de empréstimo.¹⁸

O dado [6] é estruturalmente semelhante aos demais, visto que é formado por verbo de elocução (verbo “evidencia”) e sujeito posposto (substantivo “denúncia”). Vale destacar que “*evidenciar*” não é central na categoria dos verbos de elocução, porque passa pela noção relacionada a cognição.¹⁹ Por outro lado, em razão do contexto, expressa uma noção semelhante à dos verbos de elocução, já que, de alguma forma, constitui-se em uma representação de uma representação verbal contida na denúncia.

Com base nos três últimos exemplos, argumentamos que as construções conformativas do tipo III poderiam ser alocadas na categoria de projeção, cunhada por Halliday (2004). Moyano (2015), em estudo sobre as realizações da projeção, em espanhol, menciona construções conformativas (não necessariamente as oracionais), assim como Halliday (2004), como *circunstâncias de ângulo* e as caracteriza, de fato, como exemplares de projeção.

Conformativas circunstanciais e evidenciais

Segundo a análise empreendida, as conformativas dos tipos II e III não podem ser inseridas em mesma categoria singular, já que estão associadas a traços formais e funcionais distintos. Logo, com base na análise qualitativa dos dados desta pesquisa, a conformidade circunstancial e a conformidade evidencial exibem as seguintes características:

Quadro 2 – Distribuição dos tipos de conformidade analisados segundo os critérios de Halliday (2004)

	CONFORMIDADE TIPO II CIRCUNSTANCIAL	CONFORMIDADE TIPO III EVIDENCIAL
Projeção		x
Expansão	x	
Ângulo		x
Realce	x	
Parataxe		x
Hipotaxe	x	

Fonte: Elaboração própria.

¹⁸ Disponível: <https://oglobo.globo.com/brasil/raquel-dodge-denuncia-fernando-collor-por-peculato-23702783>. Acesso em: 12 ago. 2019.

¹⁹ Sobre tipos verbais, ver Scheibman (2001, p. 67). Sobre os tipos verbais observados nas construções conformativas, ver Oliveira (2018).

A conformidade tipo II é equivalente à aqui caracterizada como expansão por realce. Esse tipo de conformidade instancia uma representação direta do mundo biofísico-social, uma relação de destaque entre eventos descritos nas orações que compõem o complexo. Aproxima-se do eixo hipotático, funcionando como uma circunstância conformativo-proporcional, que, segundo nossa análise, se enquadra entre as relações de causa descritas por Halliday (2004).

A conformidade tipo III, por sua vez, é equivalente, em algum nível, ao que Halliday chama de circunstância de ângulo, responsável por evidenciar pontos de vistas e fontes de informação em discursos sobretudo científicos, em sequências argumentativas de modo geral. Portanto, argumentamos que se constitui em uma relação lógico-semântica de projeção. Em razão da presença de verbos de elocução ou de cognição (que podem metaforicamente representar o pensamento, a ideia ou a fala de alguém), construções conformativas tipo III são a representação de uma representação verbal ou mental e, por isso, ao reproduzir um ato linguístico, e não uma circunstância do mundo biofísico-social, pode ser enquadrada como projeção. No que se refere ao eixo tático, as observações sobre a conformidade tipo III indicam que se estruturam de forma [+ paratática]. Esse tipo de construção conformativa, de fato, se distancia do eixo hipotático.

Considerações finais

Com base em Halliday (2004), estabelecemos como objetivo deste artigo o estudo da conjunção *conforme* em dois diferentes tipos de construção conformativa, no âmbito da complexação de cláusulas. Ao contrário do que comumente é veiculado, a conformidade pertence a um domínio complexo e manifesta sobreposições com outros domínios.

Apesar de os autores em geral não salientarem as diferenças entre os tipos de conformativas, concluímos que essas construções não são homogêneas (nem estrutural nem funcionalmente), o que nos fez identificar três tipos distintos. Como recorte, selecionamos analisar neste artigo apenas dois padrões (evidenciais e circunstanciais), sem considerar a conformidade híbrida, que, entendemos, apresenta mais características de modo e/ou comparação do que de conformidade propriamente dita.

Para finalizar essa discussão, apresentamos a seguir um quadro que sintetiza e ilustra as propriedades formais e funcionais da construção de tipo II e da construção de tipo III, já exploradas ao longo deste artigo:

Quadro 3 – Propriedades formais e funcionais das conformativas circunstanciais e evidenciais

CONFORMATIVAS TIPO II – CIRCUNSTANCIAIS	
Hipotaxe de realce por expansão	
Propriedades morfosintáticas	verbo material sujeito não correferencial
Propriedades semântico-pragmáticas	O evento descrito na porção introduzida pelo conector (oração secundária) induz/influencia o evento descrito na oração primária, imprimindo marca circunstancial de causa-efeito ao enunciado.
CONFORMATIVAS TIPO III – EVIDENCIAIS	
Parataxe de ângulo por projeção	
Propriedades morfosintáticas	verbo de elocução (ou metafórico) sem sujeito correferencial
Propriedades semântico-pragmáticas	O evento mencionado na porção introduzida pelo conector (oração secundária) informa a fonte da informação presente na oração primária, projetando uma ideia, um pensamento ou um ato de fala, em forma de representação linguística.

Fonte: Elaboração própria

Sem dúvida, ainda há um longo caminho a ser percorrido, tanto no campo do estudo das conformativas, sempre muito laconicamente apresentadas pelos manuais, como também no campo teórico da conexão oracional em sentido mais amplo. Assim, este artigo, apesar de ser um pequeno passo, já demonstra um grande panorama profícuo de análise e uma rica agenda de trabalhos que pode igualmente ser desenvolvida nessa perspectiva.

Referências

AZEREDO, J. C. **Iniciação à Sintaxe do Português**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BOSQUE, I.; DEMONTE, V. (Orgs.). **Gramática Descriptiva de la Lengua Española**. Madrid: Espasa, 2004.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de ‘unidade informacional’. **Scripta: Linguística e Filologia**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/10274/8394>. Acesso em: jan. 2018.

DECAT, M. B. N. A articulação hipotática no português em uso. In: DECAT, M. B. N.; SARAIVA, M. E. F.; BITTENCOURT, V. O.; LIBERATO, Y. G. (Orgs.). **Aspectos da Gramática do Português: uma abordagem funcionalista**. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 103-166.

GODINHO, A. **Cláusulas com Noção de Modo em Português**: um estudo funcionalista. 2011. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

HALLIDAY, M. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. Above the clause: the clause complex. In: HALLIDAY, M. **An Introduction to Functional Grammar**. 3. ed. New York: Oxford University Press, 2004.

KORTMANN, B. **Adverbial subordination**: a typology and history of adverbial subordinators based on European languages. (EALT, 18.) Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

LUFT, C. P. **Moderna Gramática Brasileira**. São Paulo: Globo, 2000.

MATEUS, M. H. M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003.

MOYANO, E. I. Patrones de realización de la proyección en la Discusión de artículos de investigación producidos en español. **D.E.L.T.A.**, v. 31, n. 1, p. 143-183, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/delta/v31n1/0102-4450-delta-31-01-00143.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

NEVES, M. H. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

NEVES, M. H. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

OLIVEIRA, M. P. P. **Funções semântico-pragmáticas das construções conformativas oracionais**: uma análise centrada no uso. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Linguagem) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

RAPOSO, E. B. P. *et al.* (Orgs.) **Gramática do Português**. v. 2. Coimbra: Fundação Colouste Gulbekian, 2013.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. São Paulo: José Olympio, 1999.

ROSÁRIO, I. C.; OLIVEIRA, M. R. Funcionalismo e Abordagem Construcional da Gramática. **Alfa**: Revista de Linguística, São Paulo, v. 60, n. 2, p. 233-259, 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v60n2/1981-5794-alfa-60-2-0233.pdf>.

SCHEIBMAN, J. Local patterns of subjectivity in person and verb type in American English conversation. In: BYBEE, J. & HOPPER, P. (Ed.). **Frequency and the Emergence of Linguistic Structure**. Philadelphia: John Benjamins North America, 2001.

TRAUGOTT, E. C.; TROUSDALE, G. **Constructionalization and Constructional Changes**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

Sobre os autores

Ivo da Costa do Rosário (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-1315-6787>)

Doutor em Letras pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestre em Letras Vernáculas pela UFRJ e em Letras pela UFF; especialista em Docência do Ensino Fundamental e Médio pela FEITA-Itaboraí, em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela UFF; graduado em Letras – Português/Inglês e respectivas literaturas pela UERJ e em Pedagogia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). É professor do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da UFF. É Jovem Cientista do Nosso Estado pela FAPERJ.

Myllena Paiva Pinto de Oliveira (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-2083-9885>)

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação de Estudos de Linguagem da Universidade Federal Fluminense (UFF); mestra em Estudos de Linguagem pela mesma instituição; especialista em Língua Portuguesa pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); graduada em Letras - Português e Literaturas pela UFF.

Recebido em mês de XXXX.

Aprovado em mês de XXXX.

Cláusulas adverbiais desgarradas na língua oral de Mariana (MG): um estudo funcionalista a partir de uma abordagem social

Unattached adverbial clauses in the oral language of Mariana (MG): a functionalist study from a social approach

Danúbia Aline Silva Sampaio¹

Resumo: Embasando-se teoricamente em pressupostos funcionalistas, o presente artigo tem como objetivo descrever as cláusulas adverbiais, em especial as *cláusulas adverbiais desgarradas*, de um *corpus* constituído de dados da modalidade oral da língua portuguesa contemporânea do município de Mariana (MG). Esta análise, de base funcionalista, foi vinculada a fatores de ordem social para a classificação dos informantes, dentre os quais se destaca o fator *rede social fraca e forte*, conforme pensamento e metodologia de Milroy (1987) e Milroy (1992). Foram entrevistados quatro informantes marianenses de cada uma dessas redes em duas localidades do município de Mariana, de acordo com as faixas etárias e sexo. Na *Rede Universitária*, a ocorrência de cláusulas adverbiais foi mais expressiva, já que do total de unidades informacionais dessa rede foram identificadas 431 cláusulas adverbiais, enquanto que na *Rede de Familiares* foram identificadas 390 cláusulas desse tipo. Em relação ao número de ocorrências de cláusulas adverbiais desgarradas no *corpus*, os resultados apontaram que o fenômeno do *desgarramento* se manifestou com mais frequência na rede social forte. Os fatores sociais idade e sexo pareceram não ter relevância para a construção das cláusulas adverbiais desgarradas nas entrevistas realizadas.

Palavras-chave: Funcionalismo. Rede social. Língua oral. Cláusula adverbial. Cláusula adverbial desgarrada.

Abstract: Theoretically based on functionalist assumptions, this article aims to describe adverbial clauses, especially *unattached adverbial clauses*, of a corpus consisting of data from the oral modality of contemporary Portuguese in the municipality of Mariana (MG). This functionalist-based analysis was linked to social factors for the classification of informants, among which the weak and strong social network factor stands out, according to the thinking and methodology of Milroy (1987) and Milroy (1992). Four informants from each of these networks were interviewed in two locations in the municipality of Mariana, according to age and sex. In the *University Network*, the occurrence of adverbial clauses was more expressive, since 431 adverbial clauses were identified in the total of informational units in this network, whereas in the *Family Network* 390 such clauses were identified. Regarding the number of occurrences of unattached adverbial clauses in the *corpus*, the results showed that the *unattached phenomenon* was more frequently manifested in the strong social network. The social factors age and sex seemed to have no relevance to the construction of unattached adverbial clauses in the interviews.

Keywords: Functionalism. Social network. Oral language. Adverbial clause. Unattached adverbial clause.

¹ Prefeitura Municipal de Betim, Betim, MG, Brasil. Endereço eletrônico: danubiaalinesilva@yahoo.com.br.

Introdução

Embasando-se teoricamente em pressupostos funcionalistas, este trabalho tem como objetivo descrever as cláusulas adverbiais a partir de dados de um *corpus* na modalidade oral da língua portuguesa contemporânea da cidade de Mariana (MG). A presente análise linguística, além de se desenvolver através de uma abordagem funcionalista, orientando-se a partir de uma classificação social dos informantes, está vinculada a fatores de ordem social, dentre os quais se destaca o fator *rede social*, conforme pensamento e metodologia de Milroy (1987) e Milroy (1992).

Um dos alvos principais do trabalho é comparar a realização das cláusulas adverbiais em dados de rede social fraca – denominada, aqui, *Rede Universitária*, constituída por membros que não mantêm entre si laços “íntimos”, “estreitos” e que são, na maioria dos casos, indivíduos socialmente ou geograficamente móveis – e rede social forte – denominada *Rede de Familiares*, constituída por pessoas que mantêm laços sociais significativos entre si, estabelecendo relações com elevado grau de intimidade.

Assim, buscando observar o mesmo fenômeno na modalidade oral da língua e partindo de uma abordagem social, constituiu-se o corpus do presente trabalho. Considerando os fatores idade, sexo, área e rede social, foram entrevistados 4 (quatro) informantes marianenses estudantes do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (ICHS/UFOP) – membros da Rede Universitária (fraca) – e 4 (quatro) informantes marianenses moradores do Distrito de Cachoeira do Brumado – membros da Rede de Familiares (forte).

Para tal estudo comparativo, após identificar as cláusulas adverbiais, buscou-se detectar em qual das duas redes havia um número maior de ocorrências de *cláusulas adverbiais desgarradas*, conforme conceito de *desgarramento* apresentado e desenvolvido por Decat (1999a; 1999b; 2001; 2005; 2008a; 2008b; 2011). A utilização do número de cláusulas desgarradas como ponto de referência na comparação entre uma rede social e outra partiu da afirmação de Decat (1999a) de que as cláusulas adverbiais, na modalidade escrita da língua, devido à sua dependência menor em relação à cláusula anterior, estariam mais propícias a ocorrerem de forma “solta”, “isolada”, o que originaria o fenômeno do “desgarramento”, segundo identificado e estudado pela referida autora.

Cláusulas adverbiais: estudos a partir de uma abordagem funcionalista

Pesquisas realizadas por diferentes linguistas apontam que o fenômeno da subordinação tem sido um importante objeto de estudo. As análises feitas a partir das

denominadas orações subordinadas têm levantado inúmeras questões e apresentado alguns questionamentos de conceitos e definições que ainda permanecem como um ponto alto de discussão entre os estudiosos. No estudo das orações subordinadas, quando o objetivo é definir, de forma coerente e consistente, o termo subordinação, há um número significativo de discussões que, além de apresentarem imprecisão terminológica, acabam levando à circularidade das definições. De acordo com Lima (2002, p. 80), os termos utilizados por esses autores deveriam buscar “uma tipologia que correspondesse com mais fidelidade aos fenômenos do discurso”.

Em muitos trabalhos publicados de base funcionalista, como em Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), são questionadas as diversas discussões feitas acerca da caracterização do fenômeno da subordinação. De um modo geral, todos esses trabalhos, que, em sua maior parte, tomam como embasamento teórico as ideias de Halliday (1985), mostram que para tal definição e caracterização são utilizados critérios inconsistentes e que o termo subordinação deveria ser substituído. Tais autores sugerem a utilização de uma tipologia mais elaborada, que considere os modos como as orações se ligam, se interconectam.

As pesquisas dos autores supracitados apontaram que, uma vez que as orações subordinadas desempenham funções diferentes – o que sustenta a divisão que a Gramática Tradicional faz entre *subordinadas substantivas*, *subordinadas adjetivas* e *subordinadas adverbiais* –, haveria também diferentes graus de integração sintática nas articulações.

Em linhas gerais, esses autores propõem que as orações que estão ligadas, “encaixadas”, dando continuidade a algum termo da oração anterior – exercendo, por exemplo, as funções de sujeito, objeto, complemento nominal ou predicativo – são as orações subordinadas com maior grau de dependência em relação à oração a que ela está ligada. Tal grau de dependência se acentua porque esse tipo de oração está “preso” a algum termo da outra oração, configurando o “encaixamento”. Entre esses tipos de cláusulas, também chamadas de “estruturas de encaixamento”, há uma clara relação hierárquica, em que a subordinada é “constituente particular” da oração principal. As orações *subordinadas substantivas* e as *subordinadas adjetivas restritivas* são aquelas que apresentam as características acima explicitadas e que, portanto, são aquelas que apresentam o maior “grau de dependência”.

Por sua vez, há exemplos em que, apesar das cláusulas manterem uma relação de interdependência, não há entre elas um alto grau de dependência sintática, uma vez que, neste caso, a “subordinada” não está dando continuidade a um termo da outra cláusula. Dessa forma, não se pode dizer que, neste contexto, as orações são independentes entre si, mas que,

no entanto, essa dependência não faz com que a oração “subordinada” esteja “presa” sintaticamente à outra oração. Esses tipos de cláusulas são também denominados “estruturas de hipotaxe”. As *subordinadas adjetivas explicativas* e as *subordinadas adverbiais* são aquelas que se enquadram nesse grupo de orações.

Decat (1999a) considera que a noção de *unidade de informação* possibilitaria uma melhor compreensão da noção de dependência e dos tipos que a caracterizam. Postulada por Chafe (1980), a unidade de informação – ou unidade informacional – é entendida como um “jato de linguagem”, que possui toda a informação que pode ser ‘manipulada’ pelo falante num único “estado de consciência”, segundo o termo de Kato (1985). Assim, Decat (1999a, p. 27) diz “que há um limite quanto à quantidade de informação que a atenção do falante pode focalizar de uma única vez, ou seja, a unidade informacional expressa o que está na ‘memória de curto termo’”. Ainda de acordo com esta autora,

[...] tais unidades ou – blocos de informação – possuem, segundo Chafe (1980), cerca de sete palavras e podem ser identificadas pela entonação (contorno entonacional de final de cláusula), pela pausa (ou hesitação), ainda que breve, que as separa de outra unidade. (DECAT, 1999a, p. 27).

É também dito que as “unidades informacionais tendem a se caracterizar como constituindo uma única cláusula”, mas que, segundo Chafe, “é a entonação (contorno entonacional) o sinal mais consistente para tal identificação, ao passo que a estruturação sintática é o critério menos necessário” (DECAT, 1999a, p. 27).

Em suas conclusões, Decat (1999a) deixa claro que a consideração de tal noção em muito auxilia perceber e compreender as diferenças de “graus de subordinação” entre as diversas cláusulas. Segundo a autora, as estruturas de hipotaxe, ou seja, as estruturas que se caracterizam por uma subordinação mais “frouxa”, mais “solta”, constituem, em função dessa menor dependência em relação à outra cláusula, uma unidade de informação. Já as estruturas encaixadas, devido seu maior grau de dependência, estão inseridas em uma mesma unidade de informação junto ao restante da cláusula, não formando, sozinha, uma unidade informacional.

Dentro de uma perspectiva funcionalista, as estruturas de hipotaxe adverbial são aquelas que provêm informações adicionais, que atribuem dados circunstanciais - dados estes referentes à causa, tempo, finalidade, condição, concessão, comparação – aos enunciados linguísticos. Decat (1999a) faz uma consideração interessante acerca das orações subordinadas adverbiais na modalidade escrita da língua: devido à sua dependência menor em relação à oração anterior, estas estariam mais propícias a ocorrerem de forma “solta”,

“isolada”, o que originaria aquilo que a autora chamou de “desgarramento” dessas orações. Tal fato, explicaria, segundo a autora, “a ocorrência, bastante frequente, de cláusulas subordinadas constituindo sozinha um enunciado”.

Em seu livro “Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa”, Decat (2011, p. 16) define o que seriam as “estruturas desgarradas”:

[...] é também necessário que fique claro, aqui, que o termo ‘desgarrada’ não se vincula a qualquer abordagem gerativa que postule a existência de uma forma que deu origem a outra, que dela se desprende. Ao contrário, trata-se, em termos funcionalistas, de uma estrutura que existe, formalmente por si só, como um enunciado independente – mesmo existindo um nexos semântico entre essa estrutura *desgarrada* e a porção textual com a qual ela se relaciona – e já construída assim pelo usuário da língua na sua produção textual. [...] estrutura que, classificada como oração subordinada adverbial, pela Gramática Tradicional – que considera esse tipo de oração como dependente, por ser subordinada –, ocorre de forma livre, autônoma, já produzida pelo autor como um enunciado independente. Tem-se aí, portanto, o que chamo de estrutura *desgarrada*. (DECAT, 2011, p. 16)

Diante disso, podemos afirmar que cláusulas adverbiais desgarradas são aquelas construções que, apesar de estarem conectadas às outras cláusulas que compõem a rede semântica de todo texto, formam isoladamente uma unidade de informação, constituindo um contorno entonacional completo.

Embasando-se teoricamente nos pressupostos apresentados, o objetivo deste artigo é descrever, a partir de uma abordagem funcionalista, a realização de cláusulas adverbiais na modalidade oral da língua portuguesa mineira contemporânea. A análise exaustiva de cada uma das cláusulas adverbiais no *corpus* tem como alvo principal descrever as ocorrências de cláusulas adverbiais desgarradas. É importante destacar que, para o presente trabalho, o *corpus* foi organizado através de uma metodologia, de coleta e classificação de dados, orientada por pressupostos sociolinguísticos, conforme será mais bem explicitado a seguir.

Para descrever e caracterizar as cláusulas adverbiais, a noção de unidade de informação – conforme teoria proposta por Chafe (1980) e elucidada por Decat (1999a) – é de suma importância, já que todo o *corpus* foi dividido em unidades informacionais e, a partir dessas unidades, foram identificadas e coletadas as cláusulas adverbiais. Considerando que a pausa é um critério importante para se identificar o limite existente entre as diferentes unidades informacionais, é relevante destacar que, para estabelecer o limite entre uma unidade e outra na presente análise, utilizou-se a pausa de final de frase. Isso quer dizer que, entre uma unidade e outra, o informante apresenta uma queda no contorno entonacional, que é percebido

auditivamente. Logo que a outra unidade se inicia, esse contorno da entonação volta a ascender.

Conforme já sinalizado na Introdução, o objetivo principal deste trabalho – unindo a teoria funcionalista de análise linguística aos pressupostos sociolinguístas baseados nos estudos de redes sociais, conforme teoria de Milroy (1987) e Milroy (1992) – é apresentar e comparar a realização das cláusulas adverbiais desgarradas em dados de rede social fraca – Rede Universitária – e rede social forte – Rede de Familiares.

O estudo das cláusulas adverbiais a partir de uma abordagem social

Para a análise, é de suma importância reconhecer a heterogeneidade da língua e que esta diversidade é o próprio reflexo da variabilidade dos diferentes grupos sociais e das diferenças nos usos das variantes linguísticas. O presente trabalho leva em conta a diversidade linguística na escolha e organização do *corpus* de língua falada portuguesa contemporânea. Com base neste *corpus* de língua oral espontânea, são analisadas as cláusulas adverbiais – focalizando o fenômeno do *desgarramento* – segundo a abordagem funcionalista já mencionada, verificando como se processa a realização dessas construções na fala de 8 (oito) informantes da cidade de Mariana (MG), membros de diferentes *redes sociais*. Dos 8 (oito) informantes entrevistados, 4 (quatro) deles pertencem a uma *rede social forte* e os outros 4 (quatro) a uma *rede social fraca*, conforme o modelo teórico social de Lesley Milroy (1987) e as pesquisas também realizadas por James Milroy (1992).

As redes sociais estabelecidas entre os indivíduos podem ser, segundo os autores supracitados, *fortes* ou *fracas*, dependendo do grau de “estreitamento de laços” entre os seus membros. Assim, quanto mais próximos são os indivíduos e quanto mais íntimos são os seus laços, mais forte é a rede social da qual eles participam. É dentro dessas redes sociais que os falantes irão estabelecer sua própria norma linguística, a qual também irá caracterizar e distinguir esse grupo social. As redes fracas, por sua vez, são aquelas que estão abertas às influências externas, em que os indivíduos são socialmente ou geograficamente móveis, não mantendo entre si laços “próximos”, “estreitos”.

Seleção do *corpus* e metodologia

O instrumento utilizado na composição do *corpus* foi a entrevista sociolinguística (individual), de trinta minutos de duração cada, gravada com informantes nascidos na região de Mariana (MG). Para cada entrevistado foi preenchida uma ficha com os seguintes dados: nome, idade, sexo, área – especificando nesse último item se o informante reside na cidade de

Mariana ou no Distrito de Cachoeira do Brumado, o qual pertence à mesma cidade – e, por último, o tipo de rede social à qual pertence o entrevistado – se forte ou fraca.

Todas as entrevistas que compõem o presente estudo têm como temas centrais: a) vida acadêmica e profissional; b) gostos e preferências pessoais; c) política governamental marianense; d) patrimônio histórico das cidades de Mariana e Ouro Preto e do distrito de Cachoeira do Brumado; e) religião e cultura dessas mesmas cidades; f) perigo de vida; g) ou ainda, fatos ocorridos na infância e na adolescência.

Quatro entrevistas já estavam disponíveis no acervo do ICHS/UFOP: essas foram realizadas com quatro informantes que moram na cidade de Mariana e pertencem a uma rede social de universitários. Nessa rede social universitária, esses quatro membros, apesar de estarem sempre em contato devido ao ambiente comum que frequentam – o ICHS/UFOP –, não estabelecem entre si um grau significativo de “estreitamento de laços”, o que caracteriza a existência de uma rede social fraca. Na busca de informantes de rede social forte, foram entrevistados quatro informantes que moram no distrito marianense de Cachoeira do Brumado. Tais informantes, unidos por diferentes graus de parentesco, pertencem a uma grande família cujos membros foram os primeiros a residirem no distrito. Portanto, os informantes dessa rede social de familiares mantêm entre si laços íntimos, de significativa proximidade, caracterizando a existência de uma rede social forte.

Na composição do *corpus*, foram entrevistados informantes tanto do sexo masculino, quanto do sexo feminino. As faixas etárias são as seguintes: jovens (22 a 35 anos) e idosos (49 a 60 anos). Para a análise do material coletado, foram realizadas as seguintes atividades:

1. Realizadas todas as entrevistas definidas para a análise, estas foram separadas em dois grupos: a) entrevistas de *rede social forte* e b) entrevistas de *rede social fraca*.
2. Transcritas todas as entrevistas, as transcrições, de ambas as redes, foram divididas em unidades de informação, utilizando como critério, para delimitação das mesmas, a pausa de final de frase, que caracteriza um contorno entonacional completo, conforme proposto por Chafe (1980);
3. Divididas as unidades de informação, foram analisadas e identificadas as relações de sentido estabelecidas entre as mesmas;
4. Identificados e reconhecidos os diferentes tipos de cláusulas adverbiais encontrados no *corpus*, passou-se a quantificar o número de ocorrências de cada um deles, formalizando um “mapeamento” do uso dessas construções linguísticas;
5. Classificadas e quantificadas as cláusulas adverbiais, apontaram-se as características de sua realização nos textos analisados. Assim, além de sua quantificação, cada um dos tipos de

adverbiais teve suas características apresentadas dentro dos respectivos contextos em que foram produzidos. Na coleta e quantificação dessas construções, foram considerados enunciados tanto com conectores explícitos quanto sem a presença marcada de conectores;

6. Identificados os diferentes tipos de construções adverbiais, passou-se a identificar e quantificar as *cláusulas adverbiais desgarradas* e a caracterizá-las dentro dos contextos em que apareciam, a partir da rede social forte e fraca, conforme exemplos (1) e (2)²:

Exemplo (1)

1. Meu nome é M.M.S... tenho 22 anos e atualmente curso letras na UFOP estou no quinto período.

Doc: Por que você optou pelo curso de letras?

2. Na verdade eu queria farmácia

3. Eu fiz vestibular

4. Aí fiquei como excedente

5. E:: na verdade num deu... pra passar

6. Então depois eu decidi fazer letras **porque eu gostava muito de escrever na época eu gostava muito de ler... tinha uma expressão oral muito boa DIZIAM.**

7. Então por isso que eu optei pelo curso de letras cheguei aqui fiquei meio decepcionada **porque num era aquilo que eu esperava.** (IIG1FRU)

Cláusula adverbial de motivo não desgarrada, já que a referida cláusula adverbial não constitui de forma independente, sozinha, uma unidade de informação.

Exemplo (2)

(a) Doc: ah... e com relação aos jornais... televisivos qual que você tem de mais... se identifica se você acha que tem uma visão mais crítica

132. Eh seria aquele do Boris Casoy né?

Doc: do Boris Casoy

133. Porque além dele ter a visão critica ele ainda faz ele pensa pras pes/ prus telespectadores né? ele mostra a noticia e dá a conclusão dele você aceita né? querendo ou não

² O texto integral das transcrições de cada uma das oito entrevistas realizadas encontra-se disponível na seção de anexos da dissertação “As cláusulas adverbiais e as redes sociais em Mariana (MG): um estudo a partir de uma abordagem Funcionalista”, defendida em 2009, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Profa. Dra. Maria Antonieta Amarante de Mendonça Cohen e coorientação da Profa. Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat. O acesso a esse material permite ao leitor consultar os textos completos dos exemplos apresentados neste artigo, assim como verificar todos os dados que deram origem aos resultados que são aqui apresentados. As transcrições presentes na referida dissertação estão divididas em unidades de informação, conforme procedimento metodológico já anteriormente esclarecido.

134. Mas em relação a mesma audiência no caso seria o Jornal Nacional.

135. Apesar de ter o Jornal da Rede TV que é praticamente no mesmo horário que é: abrange os mesmo assuntos. (IIG1FRU)

Cláusula adverbial concessiva desgarrada, já que a referida cláusula adverbial constitui sozinha, ou seja, de forma independente, uma unidade informacional.

7. Por fim, após quantificação dos dados e discussão dos resultados, foi realizada uma análise comparativa entre as realizações de cláusulas adverbiais – desgarradas e não desgarradas - encontradas na fala de informantes de *rede social forte* e *rede social fraca*.

Conforme abordagem social adotada, os exemplos apresentados neste trabalho estão devidamente identificados. Logo após a apresentação dos exemplos 1 e 2 encontramos a identificação **IIG1FRU**, a qual deve ser entendida da seguinte maneira: “I1” significa *primeiro informante*; “G1” significa que este informante pertence à *primeira faixa etária*, ou seja, a dos *juvêns*; “F” refere-se a expressão *sexo feminino* e, por último, “RU” significa que este informante pertence a *Rede Universitária*. Para a identificação de todo material recolhido, seguindo essa mesma organização, “G2” significa *segunda faixa etária*, “M” significa *sexo masculino* e “RF” refere-se à *Rede de Familiares*.

A pesquisa aqui realizada procurou ser predominantemente qualitativa. No entanto, constatamos o fato de que o levantamento de dados quantitativos foi importante para subsidiar a análise pretendida, já que esse levantamento apresentou-se como o próprio “mapeamento” do uso, ou seja, uma concretização numérica do que seria, de fato, essa língua em uso.

As relações adverbiais identificadas no corpus

Assim como afirma Lima (2002), é importante destacar que as cláusulas adverbiais são um tipo de construção abundante na fala, fato que é comprovado na língua oral dos informantes entrevistados para este trabalho. Na *Rede Universitária*, o número de ocorrências de cláusulas adverbiais foi mais expressivo, sendo que do total de 875 unidades informacionais encontradas a partir das quatro entrevistas, foram identificadas **431** cláusulas adverbiais. Já na *Rede de Familiares*, das 1185 unidades informacionais, foram identificadas **390** cláusulas desse tipo. Lima (2002, p. 64), citando os autores Fernandes e Petiot (1994), aponta que estes consideram que “a subordinação é um processo que tende a ser evitado na fala”. No entanto, como visto acima, os resultados da presente análise contradizem essa afirmação.

Diferentemente, os resultados aqui encontrados corroboram a afirmação de Ford (1993) que, ao analisar as orações adverbiais nas interações de língua inglesa, conclui que estas estruturas são “a estratégia mais usada para operar conjunção na conversação” (FORD, 1993 apud LIMA, 2002, p. 70).

A partir da fala de cada um dos informantes, foi possível perceber a importância das cláusulas adverbiais na constituição de seu discurso. Essas estruturas, guiadas pelas intenções dos falantes em seus respectivos contextos conversacionais, complementam, enriquecem e articulam a fala dos mesmos, proporcionando ao texto oral uma intensa e complexa rede de relações semânticas.

De acordo com os trabalhos de Decat (1993) e Lima (2002), as cláusulas adverbiais do *corpus* podem ser classificadas em 08 (oito) relações de sentido: *motivo/causa*, *tempo*, *finalidade*, *condição*, *concessão*, *modo*, *conformidade* e *comparação*. Sobre a nomenclatura utilizada para a primeira relação adverbial apontada – relação de *motivo/causa* – é importante esclarecer que esta foi definida assumindo-se a mesma posição de Decat (1993, p.148) que, em nota, afirma que “para os propósitos da presente análise, considera-se sob o mesmo rótulo de MOTIVO qualquer articulação de cláusulas que expressem causa, explicação, razão, justificativa, etc.” Tal decisão foi tomada, visto a proximidade e semelhança que existem entre as expressões de causa, razão, explicação ou justificativa, considerando-se, assim, conveniente elencá-las sob um mesmo rótulo.

A cláusula adverbial na *Rede Universitária* (Fraca)

A *Rede Universitária* refere-se a um grupo de quatro pessoas, moradores da cidade histórica de Mariana. A cidade, apresentando como cenário um período de descobertas, religiosidade, projeção artística e busca pelo ouro, é marcada pelo pioneirismo de uma Colônia. Pesquisas acerca da cidade de Mariana confirmam que esta foi a primeira vila, a primeira capital, a sede do primeiro bispado e primeira cidade a ser projetada no Estado de Minas Gerais.

Esses moradores de Mariana são estudantes e ex-estudantes do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Dentro desse grupo, há duas mulheres, uma de 22 anos (I1G1FRU) e outra de 51 anos (I3G2FRU), e dois homens, um de 24 anos (I2G1MRU) e outro de 50 anos (I4G2MRU). Esses informantes têm o ICHS como ponto de encontro de suas atividades acadêmicas e profissionais, mantendo certo contato entre si. Apesar de se relacionarem, não mantêm vínculos fortes, laços íntimos uns com os outros. Dessa forma, a rede social da qual fazem parte é fraca, já que estas pessoas

estão “interligadas” porque frequentam um lugar comum – no caso o ICHS – que, apesar de ser um ponto de encontro entre elas, não as une a ponto de constituir uma rede de pessoas próximas, que mantêm laços estreitos entre si.

A Tabela 1 a seguir apresenta, por ordem decrescente de frequência, os tipos de cláusulas adverbiais encontrados a partir das entrevistas da Rede Universitária:

Tabela 1 – Cláusulas adverbiais na *Rede Universitária*

Cláusulas adverbiais	Frequência	Adverbiais desgarradas	Adverbiais desgarradas com conectivo (ADEC)	Adverbiais desgarradas sem conectivo (ADE)
Motivo	182 (42,2%)	28 (15,4%)	25 (89,3%)	03 (10,7%)
Finalidade	59 (13,7%)	00 (0%)	00 (0%)	00 (0%)
Tempo	51 (11,8%)	01 (2%)	01 (100%)	00 (0%)
Condição	40 (9,3%)	03 (7,5%)	03 (100%)	00 (0%)
Modo	39 (9,0%)	02 (5,1%)	01 (50%)	01 (50%)
Conformidade	23 (5,3%)	01 (4,3%)	01 (100%)	00 (0%)
Comparação	20 (4,6%)	01 (5%)	01 (100%)	00 (0%)
Concessão	17 (3,9%)	05 (29,4%)	04 (80%)	01 (20%)
Total	431	41 (9,5%)	36 (87,8%)	05 (12,2%)

Fonte: Elaborado pela autora.

A cláusula adverbial que teve o maior número de ocorrências foi a cláusula de *motivo*. Do total das cláusulas adverbiais identificadas (431), as que estabelecem relação de motivo representam 42,2% delas. Em seguida vem a cláusula de *finalidade*, representando 13,7%, e a cláusula de *tempo*, que teve 11,8% do total. Há, portanto, uma diferença significativa entre as ocorrências da cláusula de motivo e as demais, evidenciando sua predominância na fala dos informantes.

O resultado aqui encontrado se assemelha muito ao explicitado por Lima (2002) – autora que apresenta uma análise das relações hipotáticas adverbiais na interação verbal -, em que as relações causais também correspondem à quase metade das relações coletadas. Na pesquisa da referida autora, das 1275 cláusulas adverbiais, 586 (46%) são cláusulas adverbiais causais, tendo a mesma queda significativa de ocorrências em relação às cláusulas temporais (17,7%) e às cláusulas finais (16,6%). Observa-se ainda que, tanto na presente pesquisa

quanto na de Lima (2002), não há uma diferença expressiva entre as relações de tempo e as relações de finalidade nos discursos analisados.

Importante salientar que, como as cláusulas de *motivo*, aqui encontradas, incluem cláusulas que expressam causa, explicação, razão e justificativa, é de se esperar que o número de ocorrências seja maior em relação aos outros tipos de cláusulas adverbiais. Além disso, ao analisar as entrevistas como um todo se tem a ideia de que as relações de causa se estabelecem como uma espécie de “esteio” do discurso, de forma que os informantes, ao desenvolverem os diversos temas de sua manifestação linguística, recorrem principalmente a esse tipo de relação adverbial.

Há uma proximidade entre o número de ocorrências das cláusulas de *conformidade* (5,3%) e *comparação* (4,6%). As cláusulas *concessivas* foram aquelas encontradas em menor número, representando apenas 3,9% do total de cláusulas adverbiais.

Das 431 cláusulas adverbiais coletadas entre os dados da Rede Universitária, 41 (9,5%) aparecem constituindo por si mesmas uma unidade de informação. Isso significa que, no decorrer de sua fala, os informantes produziram uma determinada unidade de informação, que pode ou não corresponder a uma única cláusula, e posteriormente produziram uma cláusula adverbial que isoladamente constituiu uma unidade informacional (cláusula adverbial desgarrada). Desses 9,5%, 36 (87,8%) são estruturas *com* conectivo e 05 (12,2%) são estruturas *sem* conectivo.

Apesar deste não ser um número expressivo de adverbiais desgarradas, o resultado encontrado comprova o fato de que este não é um fenômeno que se manifesta apenas na modalidade escrita da língua, como já foi mostrado por Decat (1999a), mas que se concretiza também na modalidade oral da língua portuguesa contemporânea.

A Tabela 1 também apresenta mais detalhadamente o que compreendem esses 9,5% de cláusulas desgarradas. Comparando os tipos de relações adverbiais, observamos que as cláusulas *concessivas* são aquelas que mais se desgarram, sendo que 05 (29, 4%) das 17 cláusulas concessivas são desgarradas. As concessivas são seguidas das cláusulas de *motivo* (15,4%) e logo depois das cláusulas *condicionais* (7,5%). Esses resultados se assemelham àqueles encontrados por Decat (2008), que, após realizar uma análise das cláusulas adverbiais desgarradas na modalidade escrita, constatou que as cláusulas que mais se desgarraram foram as *concessivas* em primeiro lugar, seguidas das cláusulas de *motivo* e, em terceiro, as *condicionais*. Os exemplos (3), (4) e (5) apresentam cláusulas adverbiais desgarradas – concessiva (uma ocorrência), de motivo (quatro ocorrências) e condicional (uma ocorrência), respectivamente -, a partir do *corpus* investigado no presente trabalho:

Exemplo (3)

(b) Doc: ah... com relação aqui ao comportamento das pessoas... o cidadão marianense o cidadão de Ouro Preto... como que você vê? ah cé acha que tem diferenças-

213. Diferenças?

214. Uhm uai a gente poderia dizer que o de Ouro Preto se acha um pouco superior ao de Mariana... né? porque muitas pessoas cê fala “oh eu moro em Mariana” “nó Mariana onde que é isso?” cê fala “fica perto de Ouro Preto” “ah eu sei onde que é.”

215. Então Ouro Preto tem FAMA em relação a Mariana né?

216. Apesar de que Mariana foi a primeira cidade projetada no Estado de Minas Gerais.

217. Mas mesmo assim Ouro Preto ganha nesse sentido.

218. Então muitas pessoas que moram lá acham muito superiores aos de Mariana. (I1G1FRU)

Exemplo (4)

(a) Doc: Como é o colégio Providência?

18. Oh na verdade foi uma das melhores escolas que eu estudei até hoje.

19. Porque:: a gente tinha bastante liberda::de de chega conversa com a diretora tinha bastante liberdade com os professores também.

(b) Doc: ah tá... e e que que cê acha do... da relação entre a Faculdade e a Igreja Católica aqui?

271. Totalmente alheia né?

272. Porque muitas pessoas aqui em Mariana vêm a faculdade como:: uma ameaça entendeu? a religiosidade

273. Porque tem muitos alunos que vêm de fora que têm a cabeça totalmente diferente da cidade.

274. Porque Mariana é uma cidade que num tá preparada pra certos comportamentos que os alunos daqui têm. (I1G1FRU)

Exemplo (5)

Doc: mas- cê num acha assim que às vezes você vê é:: investido esse dinheiro na escola?

50. Seria melhor do que dá pras pessoas.

51. Talvez.

52. Se a direção da escola for... tipo assim for utilizar o dinheiro prus alunos mesmo entendeu?

53. Mas acho que... independente de pra quem vai... é... cê tem que num é bom essas essa questão do assistencialismo ta ta ta. (I2G1MRU)

Entre estes três tipos de cláusulas adverbiais desgarradas, são as estruturas *com* conectivo que se desgarram mais. Diante desse resultado, observamos que é a relação *explícita* que está caracterizando a estrutura desgarrada.

Depois desses três tipos de adverbiais, em que se observa uma queda significativa no percentual de desgarrada, há um percentual aproximado entre as cláusulas adverbiais seguintes, sendo que são estruturas desgarradas 5,1% das relações de *modo*, 5% das *comparativas*, 4,3% das *conformativas* e 2% das *temporais*. Entre os dados coletados da Rede Universitária não houve nenhuma adverbial *final* desgarrada, já que não foram detectadas unidades de informação formadas apenas por uma estrutura desse tipo. Assim como aconteceu com os três tipos de adverbiais que mais se desgarraram, dentre esses últimos tipos de cláusula, são as estruturas *com* conectivo que mais caracterizam as desgarradas.

A cláusula adverbial na Rede de Familiares (Forte)

A Rede de Familiares é composta por quatro moradores de Cachoeira do Brumado, distrito da cidade de Mariana. Dentro desse grupo, há duas mulheres, uma de 29 anos (I1G1FRF) e outra de 57 anos (I2G2FRF), e dois homens, um de 32 anos (I4G1MRF) e outro de 58 anos (I3G2MRF).

Duas, das três casas mais antigas de Cachoeira, pertencem a informantes entrevistados, e têm sido, por mais de duzentos anos, passadas de geração a geração. Um dos informantes, I3G2MRF, durante a entrevista, faz questão de descrever a estrutura de sua casa, apontando características de como esta mantém a mesma arquitetura de há quase trezentos anos, quando foi construída. Uma característica muito relevante é o fato de que este Distrito é formado por grandes núcleos familiares. Segundo moradores, com o passar dos anos, primos e primas foram casando-se entre si, gerando pequenas famílias que, unidas, constituíam um grande grupo familiar. Em função disso, boa parte dos moradores são parentes de sangue, os quais fazem questão de evidenciar essa característica e manter fortes vínculos entre si.

Tabela 2 – Cláusulas adverbiais na *Rede de Familiares*

Relação	Frequência	Adverbiais desgarradas	Adverbiais desgarradas com conectivo (ADEC)	Adverbiais desgarradas sem conectivo (ADE)
Motivo	143 (36,7%)	22 (15,4%)	21 (95,5%)	01 (4,5%)
Finalidade	60 (15,4%)	12 (20,0%)	12 (100%)	00 (0%)
Tempo	53 (13,6%)	04 (7,5%)	01 (25%)	03 (75%)
Condição	44 (11,3%)	04 (9,1%)	04 (100%)	00 (0%)
Modo	40 (10,3%)	04 (10,0%)	01 (25%)	03 (75%)
Comparação	22 (5,6%)	01 (4,5%)	01 (100%)	00 (0%)
Conformidade	20 (5,1%)	03 (15%)	03 (100%)	00 (0%)
Concessão	08 (2,1%)	03 (37,5%)	03 (100%)	00 (0%)
Total	390	53 (13,6 %)	46 (86,8%)	07 (13,2%)

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim como também ocorreu na Rede Universitária, a cláusula adverbial que teve o maior número de ocorrências foi a de *motivo*. Do total das cláusulas adverbiais identificadas (390), as que exibiam relações de motivo representam 36,7% delas. Em seguida, vêm as adverbiais de *finalidade*, representando 15,4% e as adverbiais de *tempo*, que tiveram 13,6% do total. Mais uma vez, destaca-se o fato de que, já que as cláusulas de motivo incluem aquelas que expressam causa, explicação, razão e justificativa, era esperado que o número de ocorrências desse tipo fosse maior em relação aos outros tipos de adverbiais.

Na Rede de Familiares também não houve diferença expressiva entre as adverbiais de *tempo*, de *finalidade* e de *condição* nos discursos analisados. Há também aqui uma proximidade entre o número de ocorrências das adverbiais de *comparação* (5,6%) e *conformidade* (5,1%). Comparando as duas redes sociais, essas duas relações adverbiais foram as únicas que não mantiveram a mesma posição na ordem decrescente de ocorrências, já que na Rede de Familiares o número de cláusulas comparativas superou, ainda que não muito, o número de cláusulas conformativas. As cláusulas *concessivas* foram aquelas encontradas em menor número, assim como na Rede Universitária, representando apenas 2,1% do total de cláusulas adverbiais.

Das 390 cláusulas adverbiais coletadas entre os dados da Rede de Familiares, 53 (13,6%) aparecem constituindo por si mesmas uma unidade de informação, constituindo-se,

portanto, como uma cláusula desgarrada. Desses 13,6%, 46 (86,8%) são estruturas *com* conectivo e 07 (13,2%) são estruturas *sem* conectivo. Mais uma vez, conclui-se que é a relação marcada explicitamente que está caracterizando a estrutura desgarrada.

No Quadro 2, também encontramos algumas informações importantes acerca do que significam esses 13,4% de cláusulas desgarradas. As cláusulas *concessivas* novamente são aquelas que mais se desgarram, sendo que 03 (37, 5%) das 08 cláusulas concessivas são desgarradas. As concessivas são seguidas das cláusulas de *finalidade* (20,0%) e logo depois pelas cláusulas de *motivo* (15,4%). Entre estes três tipos de cláusulas adverbiais, são as estruturas *com* conectivo que se desgarram mais, destacando-se as concessivas e as finais, em que não houve desgarrada *sem* conectivo.

Os exemplos (6), (7) e (8) apresentam cláusulas adverbiais desgarradas - concessiva, de finalidade e de motivo, respectivamente -, a partir dos dados da Rede de Familiares:

Exemplo (6)

(d) Doc: ah tá e e casos de afogamento ↓ lá na cachoeira tem muito?

236. Não na minha época não.

237. Era muito pouco.

238. Mais pessoas de fora ↓ gente daqui mesmo que afogou ↓ eu acho que nem tem.

239. A não ser o caso do menino que eles empurraram ele caiu na água e bateu a coluna.

240. Só isso.

(I1G1FRF)

Exemplo (7)

(a) Doc: mas por que que sua sua avó tinha mais filhos por que que a casa ficou com o seu pai?

126. Porque é::: todos os meus outros tios eram já tinham casa própria eram melhor de vida e só o meu pai que não tinha casa a gente morava com ela... dependia dela... pra ter a casa pra morar meu pai casou e ficou morando com ela.

127. Aí ela entrou em comum acordo com todos os filhos e falou assim “não é :: eu quero que todos vocês dê a sua parte pru ... pru T... e ele fica com a casa.”

Doc: [e os irmãos aceitaram numa boa?

128. Pra ele cuidar da casa].

Exemplo (8)

Doc: e mas co- violência aqui então ↓ o senhor acha que hoje ta melhor ()

262. Ta melhor em vi- em relação tá.

263. Porque hoje cê num vê briga nenhuma aqui. (I3G2MRF)

191. Igual Cachoeira eu largo meu carro todo dia na rua nem tranco ele e ninguém mexe.

Doc: Ah ta. Bem diferente.

192. É lá eu largo... direto na rua. ()

193. Porque todo mundo conhece né? () (I4G1MRF)

Na Rede Universitária, não ocorreu nenhuma cláusula adverbial final desgarrada. Diferentemente da Rede Universitária, na Rede de Familiares, a cláusula adverbial final foi aquela que, em segundo lugar, mais se desgarrou, já que 12 (doze) das 60 (sessenta) adverbiais finais aparecem de forma isolada.

As cláusulas adverbiais *conformativas* ocupam o quarto lugar entre as estruturas desgarradas, apresentando um percentual (15%) de desgarramento bem próximo àquele apresentado pelas relações de motivo. As conformativas são seguidas pelas cláusulas de *modo* (10,0%), pelas *condicionais* (9,1%), pelas *temporais* (7,5%) e, por último, pelas *comparativas* (4,5%). Somente entre as relações de modo e tempo foi que as cláusulas desgarradas se concretizaram, em sua maior parte, *sem* conectivo.

As cláusulas adverbiais desgarradas tiveram uma frequência maior entre os dados da Rede de Familiares. Sobre este resultado, é interessante destacar que, ao analisar a fala de cada um dos informantes de rede social forte, parece que o “fluxo discursivo” é mais fragmentado, pausado, possibilitando uma realização linguística em que as unidades de informações são mais facilmente delimitadas. A delimitação dessas unidades de informação é facilitada uma vez que, no decorrer da fala, é mais perceptível quando a entonação de um determinado “bloco de informação” ascende ou descende.

Assim, é possível que esse fluxo discursivo mais fragmentado e pausado, além de favorecer a delimitação das unidades de informação, também favoreça o fenômeno do desgarramento, já que é mais fácil “se desgarrar” quando a própria organização linguística do discurso já é mais dividida, mais pausada.

Outro ponto relevante é o fato de que as unidades informacionais se mostram mais bem definidas quando o informante está narrando histórias ou fatos, já que dentro dessas sequências discursivas o entrevistado, preocupado em fazer seu interlocutor “acompanhar” o que está sendo dito, utiliza-se de uma organização linguística também mais pausada, com

unidades de informação marcadamente delimitadas. Dentro dessas sequências narrativas, também foi mais fácil identificar uma cláusula adverbial desgarrada na língua falada.

Comparando as quatro entrevistas da Rede Universitária com as quatro entrevistas da Rede de Familiares, foi percebida uma diferença relevante quanto ao grau de “cumplicidade” entre os interlocutores. Na Rede de Familiares, durante a entrevista, percebe-se um envolvimento maior entre os falantes, uma maior cumplicidade, uma significativa satisfação em contar e relatar histórias e experiências pessoais e de seus familiares. É perceptível que cada um destes informantes “revela” características culturais e linguísticas de uma “identidade” própria do distrito de Cachoeira do Brumado.

Os fatores sociais *idade e sexo*

Após a realização de toda análise, detectou-se que os fatores sociais *idade e sexo*, aparentemente, não têm relevância para a construção das cláusulas adverbiais desgarradas nas entrevistas realizadas. Quanto ao fator idade, o Grupo 1 (jovens) e o Grupo 2 (idosos) apresentam o mesmo número de cláusulas adverbiais desgarradas, ou seja, 47 cláusulas cada grupo. Quanto ao fator sexo, do total de 94 cláusulas adverbiais encontradas no *corpus*, entre as mulheres há 55 (58,5%) cláusulas desgarradas e entre os homens 39 (41,5%). Assim, as mulheres foram aquelas que mais realizaram construções desgarradas, apresentando uma diferença de 17% em relação aos homens.

Considerações Finais

Dentre as 821 cláusulas adverbiais encontradas no *corpus* – considerando tanto os dados da *Rede Universitária* quanto os dados da *Rede de Familiares* –, 94 são *cláusulas adverbiais desgarradas*, o que corresponde a uma porcentagem de 11,5% do número total. Comparando as duas redes, percebemos que o fenômeno do *desgarramento* se manifestou com maior frequência na *rede social forte*.

Nas entrevistas da Rede de Familiares – em que os entrevistados demonstram um forte apego à cultura local, ao território e ao desejo de se fazer compreendido diante das histórias e experiências narradas –, o “fluxo discursivo” é mais fragmentado, pausado. Essa característica promove uma materialização linguística com unidades de informação mais facilmente delimitadas, ou seja, é mais perceptível quando a entonação de um determinado “bloco de informação” ascende ou descende.

Assim, é possível que esse fluxo discursivo mais fragmentado e pausado, além de favorecer a delimitação das unidades de informação, também favoreça o fenômeno do

desgarramento: há a possibilidade de uma estrutura desgarrada aparecer mais facilmente quando a própria organização linguística do discurso já é mais dividida, mais pausada.

Apesar de em ambas as redes sociais não haver um número expressivo de adverbiais desgarradas, o resultado encontrado comprova o fato de que este não é um fenômeno que se manifesta apenas na modalidade escrita da língua, como já foi mostrado por Decat (1999a), mas que se concretiza também na modalidade oral da língua portuguesa contemporânea.

Referências

- CHAFE, W. L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. L. (Ed.). **The pear stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production**. Norwood: Ablex, 1980.
- DECAT, M. B. N. Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português. **Revista SériEncontros** (Descrição do Português: abordagens funcionalistas), Araraquara, n. 1, p. 299-318, 1999a.
- DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **Scripta** (Linguística e Filologia), Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999b.
- DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao 'desgarramento'. **Scripta** (Linguística e Filologia), Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 104-118, 2001.
- DECAT, M. B. N. Orações relativas apositivas: SNs 'soltos' como estratégia de focalização e argumentação. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIN, 2005, 4, Brasília. **Anais...** Brasília: ABRALIN, 2005.
- DECAT, M. B. N. A gramática da focalização em português: estruturas desgarradas. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALFAL, 2008, 15, Montevidéu. **Anais...** Montevidéu: ALFAL-UDELAR, 2008a. p. 277-277.
- DECAT, M. B. N. A hipotaxe adverbial em português e sua materialização como estruturas desgarradas. CONGRESSO DE LINGUÍSTICA EM HOMENAGEM À PROFA. DRA. MARIA HELENA MOURA NEVES, 2008, Araraquara. **Anais...** Araraquara: 2008b.
- DECAT, M. B. N. **Estruturas desgarradas em língua portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.
- FORD, C. **Grammar in interaction: adverbial clauses in American English conversations**. Cambridge: University Press, 1993.
- HALLIDAY, M.A.K. **An introduction to funcional grammar**. Baltimore: Edward Arnold Publishers, 1985.

HOPPER, P.J. & TRAUGOTT, E. **Grammaticalization**. Cambridge: CambridgeU. Press, 1993.

KATO, M.A. **A formal-functional approach**: or an integrated view of language description. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1985.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN, J. & THOMPSON, S. (Eds.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1988. p. 181-225.

LIMA, A. **Relações hipotáticas adverbiais na interação verbal**. 2002. 190 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2002.

MILROY, J. **Linguistic variation and change**. On the historical sociolinguistics of English. GB: Brasil Blackwell, 1992.

MILROY, L. **Language and networks**. GB: Brasil Blackwell, 1987.

SILVA, D. A. **As cláusulas adverbiais e as redes sociais em Mariana (MG)**: um estudo a partir de uma abordagem funcionalista. 2009. 284 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Teórica e Descritiva) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

Sobre a autora

Danúbia Aline Silva Sampaio (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-3471-7355>)
Doutora e mestra em Linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG);
graduada em Letras - Licenciatura em Língua Portuguesa e Bacharelado em Estudos
Literários pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). É professora da Educação
Básica da Prefeitura Municipal de Betim.

A materialização prosódica de estruturas *desgarradas* comparada a de tópicos e clivadas: reflexões preliminares

Prosodic materialization of detached structures compared to topical and cleft structures: preliminary reflections

Ana Carolina Barros Gonçalves¹
Aline Ponciano dos Santos Silvestre²

Resumo: Decat (1999; 2009; 2011) postula o fenômeno do *desgarramento* e afirma que o uso de estruturas “soltas” funciona como estratégia de focalização para atender a objetivos comunicativos e discursivos, sendo comparável à topicalização e à clivagem. Com base nisto, este trabalho objetiva averiguar se estruturas *desgarradas* apresentam pistas prosódicas que as assemelhem às já descritas para tópicos e clivadas no Português do Brasil, fornecendo evidência fonológica à estratégia sintática. Para tal, são utilizados os pressupostos teóricos da Fonologia Prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986) e da Fonologia Entoacional (PIERREHUMBERT, 1980; LADD, 2008) e analisadas gravações feitas com base em exemplos retirados de Decat (2011). A análise, feita no programa computacional PRAAT (BOESMA; WEENICK, 2015), verificou os parâmetros acústicos de frequência fundamental (F0), pausa e duração em estruturas *desgarradas* e em estruturas anexadas formalmente à oração matriz, a fim de que se pudesse proceder à comparação dos dados. Os resultados revelam que o “contorno final” e a presença de pausa, descritos por Decat (2011) como possivelmente caracterizadores de cláusulas *desgarradas*, são traços comuns em todas as estruturas analisadas e não evidenciam, fonologicamente, o *desgarramento*. Entretanto, uma maior duração das pausas antes das *desgarradas* pode ser indício de uma estrutura sintaticamente diversa.

Palavras-chave: *Desgarramento*. Prosódia. Estratégias de Focalização.

Abstract: Decat (1999; 2009; 2011) postulates the *detachment* phenomenon and states that the use of “untied” structures works as a focalization strategy to comply with communicative and discursive objectives, being comparable to topicalization and clefting. Based on this, this paper aims to investigate whether *detached* structures have prosodic clues that resemble those already described for topics and clefting in Brazilian Portuguese, providing phonological evidence to the syntactic strategy. For this, the theoretical assumptions of Prosodic Phonology (NESPOR; VOGEL, 1986) and of Intonational Phonology (PIERREHUMBERT, 1980; LADD, 2008) are used and recordings based on examples taken from Decat (2011) are analyzed. The analysis was performed in the computer program PRAAT (BOESMA; WEENICK, 2015) and were verified the acoustic parameters of fundamental frequency (F0), pause and duration in *detached* structures and structures formally attached to the matrix clause, in order to proceed with the comparison of data. The results reveal that the “final contour” and the presence of a pause, described by Decat (2011) as possibly characterizing *detached* clauses, are common features in all analyzed structures and do not show the *detachment* phonologically. However, a longer duration of pauses before the *detached* clauses may indicate a syntactically different structure.

Keywords: *Detachment*. Prosody. Focalization Strategies.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: anacarolinadesb@yahoo.com.br.

² Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Departamento de Letras Vernáculas, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: aponcianosilvestre@letras.ufrj.br.

Introdução

Decat (1999; 2009; 2011), com base em uma análise funcional-discursiva, que leva em consideração fatores pragmáticos além dos estruturais, discute a existência de cláusulas *desgarradas*, afirmando que algumas das estruturas cunhadas como *subordinadas* pela tradição gramatical podem ocorrer de forma independente. Para fundamentar a postulação do fenômeno do *desgarramento*, a autora explicita inúmeros dados reais em que há separação por pontuação não canônica de estruturas, conforme exemplos abaixo:

- (1) Esse caso com a modelo Lilian Ramos realmente foi uma tragédia. **Apesar de Itamar ser um senhor solteiro e o ambiente ter sido de Carnaval.** (Estados de Minas, 17/2/94 *apud* DECAT 2011, p. 33)
- (2) Na Câmara dos Deputados, a Comissão Externa sobre os Desaparecidos políticos, presidida pelo deputado Nilmário Miranda (PTMG) estuda a proposta do governo de indenizar os familiares dos mortos e desaparecidos políticos. **Enquanto na Câmara Municipal de Belo Horizonte tramita o projeto para dar nomes de mortos e desaparecidos políticos mineiros a 42 ruas da capital.** (Jornal de Casa, BH-MG, 9 a 15/05/93 *apud* DECAT, 2011, p. 33)

De acordo com a proposta funcional-discursiva, as porções de texto destacadas em negrito são, nos termos de Decat (2011, p. 34), opções de organização do discurso que não estão estruturalmente integradas em outra. Isto é, em termos de constituição, as cláusulas *desgarradas* são um sintagma clausal fora do sintagma verbal anterior, não constituinte da chamada oração principal.

A noção de *desgarramento* Decat (1999; 2009; 2011) está, ainda, intimamente relacionada às noções de “unidade de informação” e “unidade entonacional”, postuladas por Chafe (1980, 1994) e que se referem a “blocos de informação” completa, os quais carregariam todo o conhecimento necessário para o entendimento de determinada estrutura. Segundo o autor, na língua oral, tais unidades possuem um número máximo de palavras (cerca de sete) e podem ser identificadas pela entonação (contorno entonacional de final de cláusula) e pela pausa (ou hesitação), pistas prosódicas que seriam as responsáveis por delimitá-las³. Para Decat (2011),

[...] a noção de “unidade de informação” está correlacionada com a ocorrência isolada de cláusulas subordinadas. Caracterizando-se como opções do discurso, servindo a objetivos comunicativo-interacionais, tais cláusulas “desgarram-se” porque constituem **unidades de informação à**

³ Em estudo sobre o fraseamento prosódico do Português do Brasil, com base nos pressupostos da Fonologia Prosódica (Nespor e Vogel, 1994), Serra (2009) revela que a fronteira de constituintes prosódicos como o sintagma entoacional (Intonational Phrase – IP), o qual podemos aqui comparar *Unidade Entoacional* de Chafe (1994), é majoritariamente reconhecida pela presença de pausa.

parte, o que as reveste de um menor grau de dependência, tanto formal quanto semântica, chegando mesmo a se identificarem como cláusulas tidas como independentes, à maneira de alguns tipos de coordenadas. A dependência que se estabelece, nesses casos, será pragmático-discursiva. (DECAT, 2011, p. 42, grifo nosso)

Com base, assim, nas noções de Chafe (1980; 1994) supracitadas, Decat (2009; 2011) afirma que será considerado um caso de *desgarramento* uma estrutura que seja precedida por uma pausa (mas não necessariamente) e que tenha um contorno entonacional de princípio e de fim de unidade. A autora menciona a necessidade de comprovar sua afirmação com estudos prosódicos, porém não realiza análise acústica que a comprove⁴.

Ainda no que se refere à ocorrência *desgarrada* na língua falada, Decat afirma que a posição é fator básico para seu entendimento, isso porque sua realização majoritariamente posposta estaria interligada à função remática de concessivas e causais (cf. exemplos de 1 a 4), as quais funcionariam como adendo. A autora salienta as afirmações de Neves (1999, p. 566) que considera ser esse tipo de estrutura portador de “conteúdos ou argumentos novos após aparentemente concluída uma primeira porção do enunciado, e após uma quebra marcada no andamento da fala” (NEVES, 1999, p. 566), o que reveste tais estruturas de grande força argumentativa. Sobre tal força, Decat (2009), ao tratar especificamente da função focalizadora de estruturas *desgarradas*, aventa a hipótese de que

[...] o uso dessas estruturas, **juntamente com os mecanismos de topicalização e de clivagem, constitui estratégia eficaz para atribuição de foco a partes do enunciado**, com vistas a reforçar a argumentação, em decorrência dos objetivos comunicativos do usuário da língua (DECAT, 2009, p. 2141, grifo nosso).

Partindo das considerações feitas anteriormente, este trabalho objetiva averiguar se estruturas *desgarradas* como as explicitadas por Decat (1999; 2009; 2011) apresentam pistas prosódicas que possam, em nível prosódico, ser assemelhadas às já descritas para tópicos e clivadas no PB (MORAES; ORSINI, 2003; FERNANDES-SVARTMAN, 2007; 2012; SILVA, 2018; YANO; FERNANDES-SVARTMAN, 2020), fornecendo evidência fonológica à já fundamentada estratégia de focalização sintática. A fim de cumprir o objetivo, a seção 1 apresenta a os pressupostos teóricos que regem nossa análise e uma breve amostra de estudos que já trataram, da relação entre prosódia e estruturas sintáticas especiais no PB. A seção 2

⁴ Silvestre (2017) em tese sobre a prosódia de orações batizadas como “desgarradas totais”, discute brevemente a correlação entre pausa e *desgarramento* e abre caminhos para discussões fonológicas um pouco mais acuradas sobre tal correlação em Silvestre (2018). Entretanto, uma vez que a autora pensa o fenômeno com viés estritamente fonológico, o que não a faz considerar como “desgarradas totais” estruturas como as de Decat (1999, 2009, 2011) e as analisadas neste trabalho, tais discussões não serão trazidas no momento.

apresenta o corpus e a metodologia utilizados neste estudo e, na seção 3, procedemos à apresentação e discussão dos resultados.

Mesmo que a análise aqui empreendida não se baseie estritamente em pressupostos funcionalistas, as reflexões que a suscitaram têm suporte nas discussões e postulações funcional-discursivas de Decat (1999; 2009; 2011) sobre a materialização de estruturas *desgarradas* em português, o que nos faz admitir que os diferentes modelos teóricos não se situam sempre em polos opostos do pensamento linguístico. Acreditamos que a discussão sobre a prosódia de estruturas adverbiais *desgarradas*, ainda que num viés teórico diverso, pode também contribuir para uma descrição mais acurada das orações e auxiliar na busca por generalizações descritivas e explicativas da língua em uso.

1 Fundamentação teórica

1.1 Fonologia Entoacional e Prosódica

Para a análise e interpretação de nossos dados, lançaremos mão do aparato teórico do modelo Autossegmental e Métrico da Fonologia Entoacional (PIERREHUMBERT, 1980; LADD, 2008), o qual pressupõe que a entoação possui uma organização fonológica que se constitui em contornos entoacionais relacionados à estrutura prosódica. Tais contornos são descritos como uma sequência de eventos tonais alocados em pontos específicos na cadeia segmental, eventos esses que podem ser constituídos por tons altos - H (High) - ou baixos - L (Low) e formam acentos tonais e tons de fronteira. Os acentos tonais são associados à sílaba tônica, marcados com um asterisco (*), e se distinguem em dois tipos: 1) simples ou monotonais, compostos por apenas um tom (L*, H*); ou 2) complexos ou bitonais, compostos por dois tons (L*+H, L+H*, H*+L, H+L*). Os tons de fronteira podem estar associados a fronteiras de domínios prosódicos⁵ e são indicados pelo símbolo % em sua adjacência. Os tons relacionados à fronteira podem, em português, também ser simples (altos ou baixos: H%, L%,) ou complexos (ascendentes (LH%) ou descendentes (HL%).

A menção a domínios prosódicos e fronteiras de constituintes nos leva a postulados teóricos da Fonologia Prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986; 2007), os quais assumem que a fonologia, ainda que em relação com outras áreas da gramática, possui organização própria, não isomórfica a outras áreas, e que o fluxo da fala é estruturado de forma hierárquica, em constituintes (prosódicos) que são o domínio de aplicação de regras fonológicas. São sete os

⁵ Não faremos menção aos domínios neste trabalho, considerando que analisaremos um único domínio prosódico, o sintagma entoacional (IP). Entretanto, tal discussão deve ser realizada em trabalhos futuros, com aparato teórico da Fonologia Prosódica (Nespor e Vogel, 1986) aliado ao da Fonologia Entoacional.

constituintes formalizados pela teoria: pé, sílaba, grupo clítico, palavra prosódica, sintagma entoacional, sintagma fonológico e enunciado. Os dois domínios mais altos – sintagma entoacional (IP – *Intonational Phrase*) e enunciado (U – *Utterance*) – são, se acordo com as autoras, os domínios de um contorno entoacional e de significado, respectivamente, e essa informação que nos interessa particularmente neste artigo, pois, como se verá na breve revisão de estudos feita no tópico posterior, assumiremos como hipótese, assim como Silvestre (2017; 2018) que as orações *desgarradas* postuladas por Decat (1999; 2009; 2011) são independentes porque formam um IP e um U à parte, diferentemente do que ocorre com as orações adverbiais formalmente anexadas à matriz.

Baseamo-nos, portanto, nos pressupostos da Fonologia Prosódica na consideração de que as orações correspondem a um IP e, olhando para este domínio, descreveremos os contornos entoacionais observados, de acordo com os postulados da Fonologia Entoacional.

1.2 A relação entre sintaxe e prosódia em estratégias sintáticas de focalização: discussões anteriores

Nesta seção, a fim de solidificar nossas discussões, procedemos a uma revisão seletiva de trabalhos que, em alguma medida, tratam da relação entre prosódia e sintaxe em tópicos e clivadas, estruturas que, como afirma Decat (2011), podem ser comparadas às *desgarradas*. A observação dos resultados aqui elencados norteia os pressupostos metodológicos que adotamos e é essencial para a comparação entre tópicos, clivadas e *desgarradas* que almejamos proceder na língua falada.

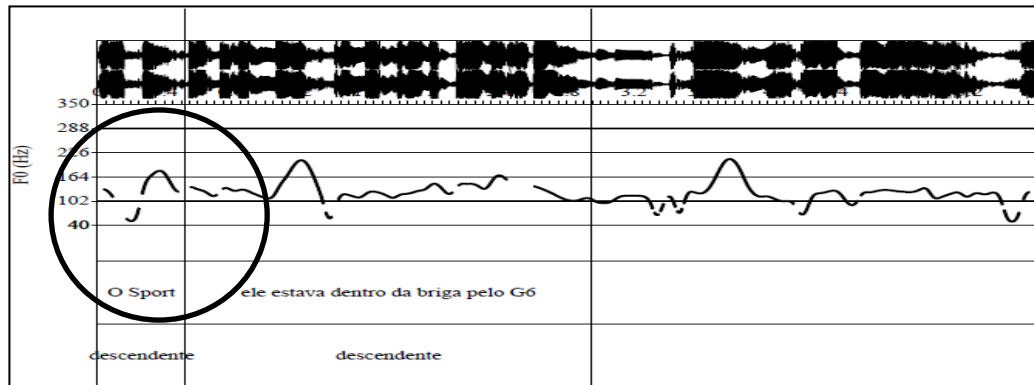
Moraes e Orsini (2003) realizaram análise prosódica das construções de tópico no português do Brasil, em que descrevem a existência de tom alta na sílaba tônica (H*+ L) da estrutura topicalizada. Segundo os autores, o tópico será caracterizado como o sintagma nominal anterior, externo à sentença, normalmente já ativado no contexto discursivo, sobre o qual se faz uma proposição por meio de uma sentença-comentário e, além do referido contorno, descrevem a produtividade de inserção de pausas após a estrutura topicalizada.

Silva (2018) também realizou uma análise fonológica de estruturas de tópico, a fim de verificar o fraseamento prosódico, a presença ou não de pausa entre tópico e o comentário e o papel do peso fonológico⁶ do tópico no fraseamento. A autora, diante de uma análise piloto, confirmou que o tópico é fraseado/ demarcado como um IP independente da sentença comentário e que essa fronteira é marcada, predominantemente, por um movimento melódico

⁶ Peso fonológico é dado pela quantidade de material fonológico existente. Tópicos com maior número de sílabas ou de palavras prosódicas são mais pesados.

descendente, mas sem pausa entre o tópico e o comentário, conforme exemplifica a figura abaixo:

Figura 4 - Contorno melódico da sentença “O Sport ele estava dentro da briga pelo G6



Fonte: Silva (2018, p. 118).

Fernandes Svartman (2012) procedeu a estudo sobre sentenças clivadas no PB com base na interface sintaxe-fonologia e, além de afirmar ser a clivagem uma maneira de expressar focalização, explicita os diferentes tipos de estruturas clivadas no português brasileiro, entre elas: sentenças clivadas, pseudo-clivadas, clivadas invertidas e clivadas invertidas reduzidas, respectivamente demonstradas a seguir:

- a) Foram **as governadoras** que chegaram.
- b) Quem chegou foram **as governadoras**.
- c) **As governadoras** é que chegaram.
- d) **As governadoras** que chegaram.

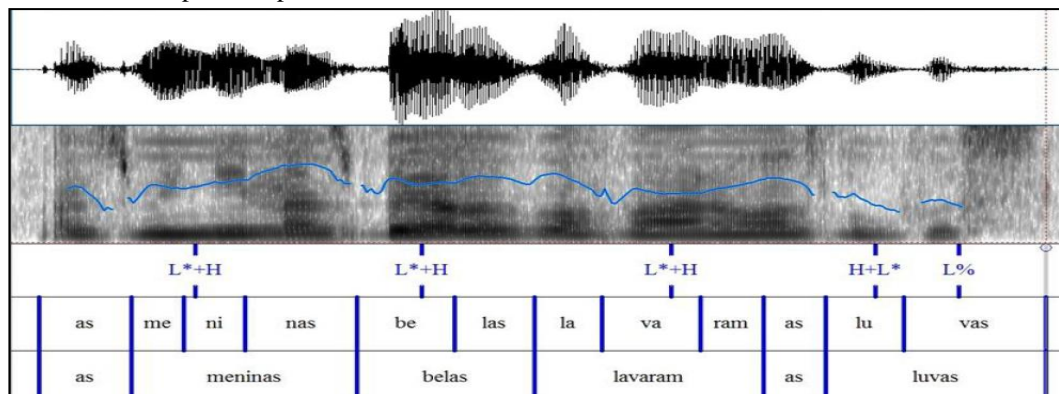
(FERNANDES SVARTMAN, 2012, p. 38)

A autora realizou a análise de contorno entoacional dessas sentenças com o objetivo de averiguar alterações no contorno prosódico das estruturas, comparando o comportamento entoacional entre sentenças neutras e sentenças clivadas. O estudo teve por base a hipótese, afirmada em trabalhos como os de Frota (1994), Vigário (1998) e Fernandes-Svartman (2007), de que, em estruturas sintáticas especiais do português europeu (como sentenças com elementos deslocados, sentenças com advérbios em diferentes posições e sentenças pseudo-clivadas), o contorno entoacional sofre alterações locais e, algumas vezes, globais. A partir desses trabalhos, a autora analisou se a mesma afirmação tem validade no português brasileiro, ou seja, se estruturas sintáticas especiais, como o caso das sentenças clivadas e clivadas invertidas, podem ser codificadas prosodicamente através do contorno entoacional.

Os resultados de Fernandes-Svartman (2012) confirmaram que o contorno entoacional associado às estruturas clivadas no português brasileiro sofre alterações se comparado ao contorno entoacional de sentenças neutras da mesma variedade. Em resumo, a autora descreve

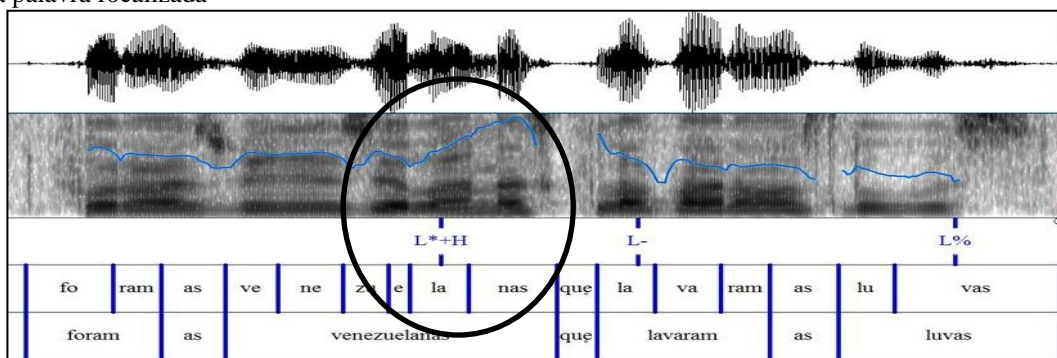
que, diferentemente das sentenças neutras, em que há existência do acento L+H* associado a todas as palavras prosódicas não finais do enunciado (cf. fig. 2), nas sentenças clivadas existe, sistematicamente, o tom ascendente L*+H na palavra focalizada em contraste com as outras palavras do enunciado (cf. fig. 3):

Figura 2 - Sentença neutra “As meninas belas lavaram as luvas”, produzida por uma falante de PB, em que há o acento L+H* em todas as palavras prosódicas não finais



Fonte: Fernandes Svartman (2012).

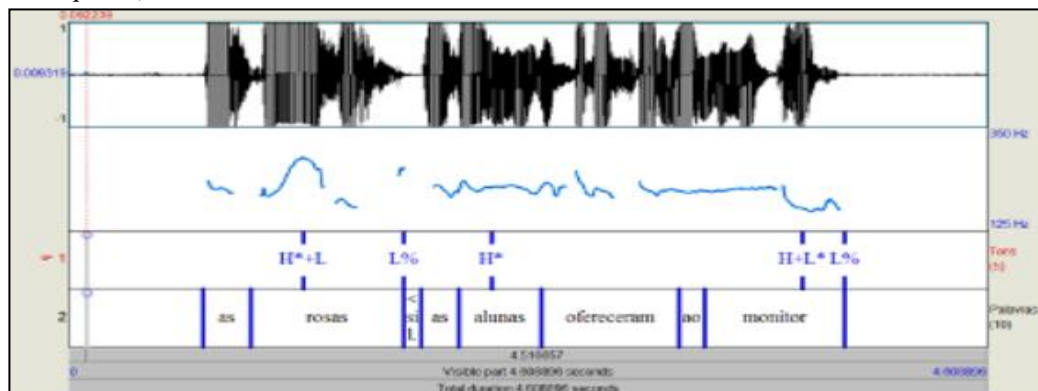
Figura 3 - Sentença clivada “Foram as venezuelanas que lavaram as luvas”, em que a representação do tom L*+H na palavra focalizada



Fonte: Fernandes Svartman (2012).

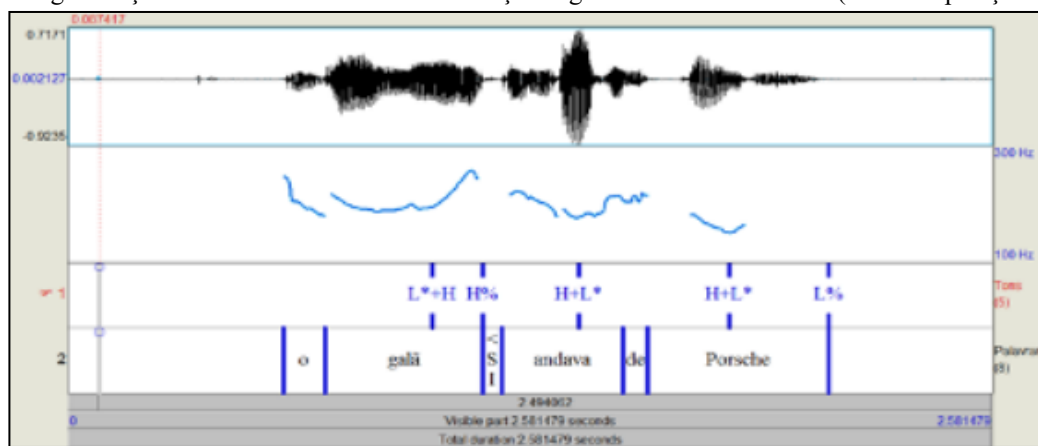
Apresentamos, por fim, resultados do estudo preliminar de Yano e Fernandes-Svartman (2020), sobre a prosódia de construções com tópico e foco no português paulista, em que as autoras investigaram as estratégias prosódicas relativas ao fraseamento prosódico e à configuração tonal do contorno entoacional usadas pelos falantes para marcar tópico e foco em sentenças declarativas do português brasileiro. As autoras trabalharam com a hipótese de que foco e tópico se comportam de maneiras diferentes em relação ao fraseamento prosódico, conforme as sentenças de tópico e foco, respectivamente, abaixo exemplificam:

Figura 6 - Segmentação e análise entoacional da sentença “As rosas, as alunas ofereceram ao monitor” (Tópico deslocado à esquerda)



Fonte: Yano e Fernandes Svartman (2020, p. 270).

Figura 7 - Segmentação e análise entoacional da sentença “O galã andava de Porsche” (Foco em posição inicial)



Fonte: Yano e Fernandes Svartman (2020, p. 273).

Conforme apresentado pelas autoras, os resultados do estudo indicam que foco e tópico se comportam de modo distinto, principalmente no que se refere ao seu fraseamento prosódico. Isto é, nas construções com tópico, a despeito da sua posição na sentença, expressões topicalizadas tendem a formar um sintagma entoacional independente, sendo recorrente a presença de pausa e um tom de fronteira baixo ou alto na sua fronteira direita ou esquerda. Assim, a sentença é fraseada em dois sintagmas entoacionais distintos: um contendo a expressão topicalizada e outro contendo o restante da sentença. Nas construções com foco, porém, as expressões focalizadas, seja em posição final ou inicial, não parecem necessariamente formar sintagmas entoacionais independentes, sendo quantitativamente menos recorrente a inserção de pausa, antes ou depois. Assim, a sentença é fraseada em um único sintagma entoacional, que contém a expressão focalizada e o restante da sentença. Os resultados das autoras, portanto, deixam-nos entrever que uma estrutura sintaticamente focalizada, como o tópico, não é prosodicamente formalizada da mesma maneira que uma estrutura de foco não sintático. Importa, entretanto, salientar a robusta presença de pausa após

as construções de tópico e o contorno H+L*L% em sua fronteira, características apontadas por que Decat (2011) como possivelmente caracterizadoras do desgarramento na língua oral, se considerarmos que sua afirmação sobre “contorno final de cláusula” é referente ao padrão entoacional mais comum em asserções no PB (H+L*L%).

A partir da análise e da reflexão suscitadas pelos trabalhos acima, os quais indicam recorrentemente a existência de características prosódicas que fornecem evidência a diferentes estratégias sintáticas, partimos da hipótese de que as estruturas *desgarradas* postuladas por Decat (2011) também apresentam pistas prosódicas que as singularizam ou que sejam semelhantes às já descritas para tópicos e clivadas no PB, evidenciando, fonologicamente, a afirmação da autora de que o desgarramento constitui uma estratégia de foco juntamente com os mecanismos de topicalização e clivagem.

2 Corpus e Metodologia

Decat (2011), conforme explicitado na introdução, apresenta inúmeros exemplos de cláusulas *desgarradas* encontradas em diversos textos e faz afirmações sobre características prosódicas que indicariam a existência do fenômeno do *desgarramento*. Partindo de afirmações como as de Fernandes-Svartman (2012, p. 50) sobre estruturas sintáticas especiais, a qual atesta que “o contorno entoacional associado às estruturas clivadas no português brasileiro sofre alterações se comparado ao contorno entoacional de sentenças neutras da mesma variedade”, almejamos comparar estruturas com pontuação canônica e estruturas *desgarradas* semelhantes a fim de observar se também existem alterações prosódicas que indicam o *desgarramento*. .

O *corpus* deste trabalho foi montado a partir de nove sentenças retiradas dos estudos de Decat (2011) e foram escolhidas, para esta análise, somente orações subordinadas adverbiais, uma vez que a autora afirma serem essas as mais favoráveis a se apresentarem *desgarradas*. Com base em nove sentenças, reproduzidas abaixo, foram feitas gravações por quatro informantes cariocas:

- 1) Esse caso com a modelo Lilian Ramos realmente foi uma tragédia. **Apesar de Itamar ser um senhor solteiro e o ambiente ter sido de carnaval.** (Estado de Minas, 17/2/94 *apud* DECAT, 2011, p. 33)
- 2) Nós queremos ser o banco da sua vida. **Mesmo que você não seja nosso cliente.** (ISTOÉ, nº. 1754, 14/5/03, p. 24, Propaganda do Banco Real *apud* DECAT, 2011, p. 108)
- 3) Visite já os escritórios da GreiMed e realize o seu sonho. **Enquanto pode.** (VISÃO, n. 343, Lisboa, 7 a 13 de outubro de 1999, p.13 – PE *apud* DECAT, 2011, p. 125)

- 4) Mas, como é domingo, a gente tem obrigação de aproveitar. **Sem falar que o jornal de hoje é imenso.** (Cláudio Paiva, *Tempo*, JORNAL DO BRASIL, OPINIÃO, 03/10/99, p. 9 *apud* DECAT, 2011, p. 125)
- 5) Eu só como queijos brancos...eu evito comer outros queijos...**embora goste muito.** (DID-RJ-328;621-623, *apud* NEVES, 1999a, p. 548 *apud* DECAT, 2011, p. 104)
- 6) Que bom que você confia. **Porque seu cão adora.** (Propaganda da Pedigree *apud* DECAT, 2011, p. 109)
- 7) Almoco Vecchio Sogno. **Para você sentir o sabor de um excelente negócio.** (Propaganda do Vecchio Sogno Ristorante, Belo Horizonte/MG *apud* DECAT, 2011, p. 125)
- 8) Mas realmente então está encerrado... mas gostaríamos demais de mais filhos...**embora eu quase fique biruta.** (D2-SP-360:90-94 *apud* DECAT, 2011, p. 128)
- 9) Uma competição para escolher o melhor petisco. **Até por que a cerveja você já escolheu.** (Propaganda da cerveja Bohemia, a propósito do evento “Comida di Buteco”, publicada no encarte “Divirta-se”, jornal Estado de Minas, 20/04/07, p.16-17 *apud* DECAT, 2011, p. 109)

A análise prosódica foi realizada através do programa computacional *Praat* (BOERMA; WEENICK, 2015) para verificação dos parâmetros acústicos de frequência fundamental (F0), pausa e duração. Duas informantes realizaram a gravação das estruturas com a presença de pontuação não canônica, *desgarradas*, como as originais no trabalho de Decat (2011) e outras duas informantes realizaram a gravação das mesmas estruturas sem a presença da pontuação, conforme postularia a gramática tradicional, ou seja, canônicas, *não desgarradas*. A comparação dos dados com e sem pontuação é essencial que se verifique, por exemplo, se há mais produtividade da pausa em orações *desgarradas*, já que a Decat (2011) trata com relevância o critério da pausa, o qual, segundo a autora, seria representado pelo ponto final ou pontuação equivalente⁷.

É importante salientar que, para este estudo piloto de comparação entre de estruturas *desgarradas* separadas por ponto e estruturas *não desgarradas*, cada informante leu apenas um tipo de estrutura, ou seja, as informantes que leram as estruturas *desgarradas* não tiveram acesso às estruturas e canônicas e vice-versa. Isto porque, até feitura deste trabalho, haver decorrido tempo suficiente para que as informantes se esquecessem da primeira leitura realizada e a análise de ambas as estruturas pela mesma informante poderia enviesar os resultados.

As sentenças foram apresentadas às informantes em papel escrito e foi solicitada a leitura uma única vez. Foram, então, analisados 36 áudios (18 orações *desgarradas* e 18 orações adverbiais canônicas, *não desgarradas*) e os resultados observados na análise

⁷ Tenani (2020) realiza reflexões claras e diretas sobre a relação entre pontuação e pausa em artigo disponível em <http://www.roseta.org.br/pt/2020/05/06/pausa-e-virgula-virgula-e-pausa/>.

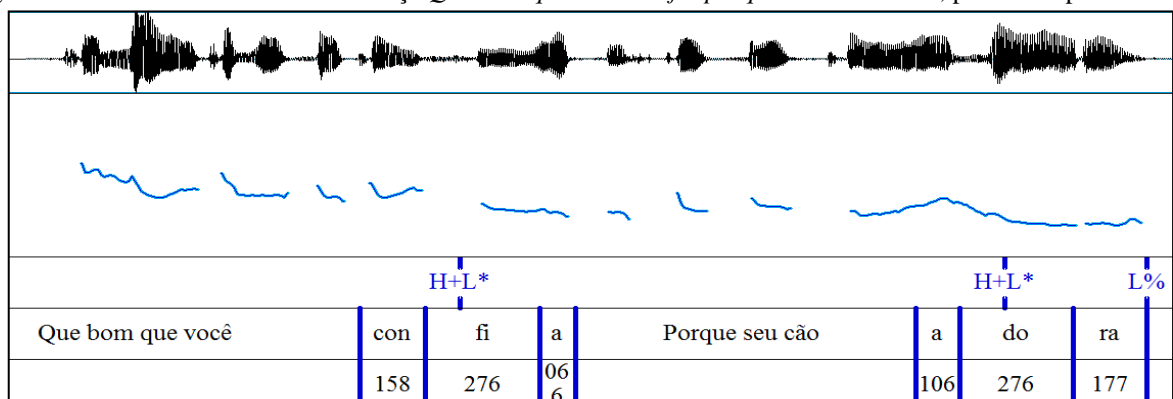
prosódica foram transpostos para o programa Excel, através do qual foram criadas planilhas para melhor organização e cálculo dos parâmetros analisados, parâmetros esses que forma traduzidos em tabelas e gráficos que auxiliaram na descrição dos resultados, apresentados nas próximas seções..

3 Resultados e discussão

3.1 Análise prosódica de cláusulas adverbiais canônicas / sem a presença de pontuação

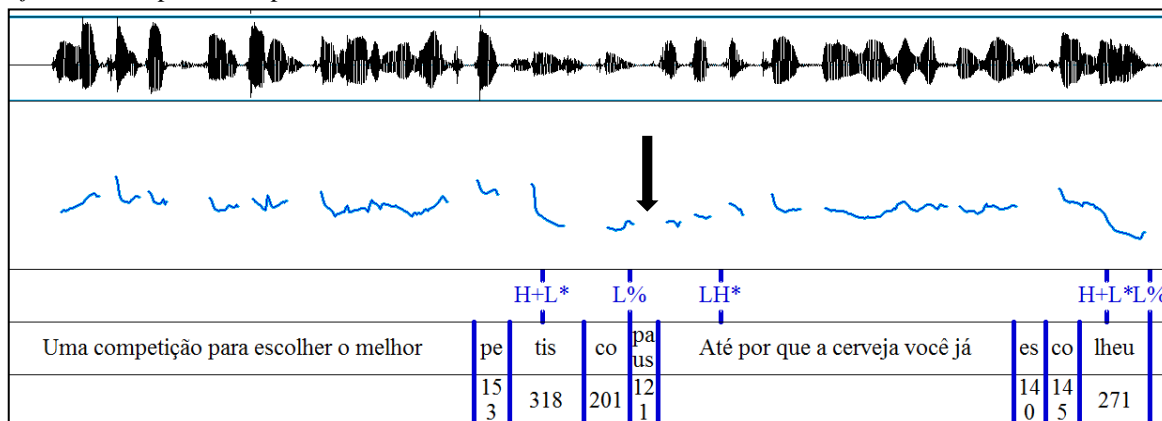
A análise das sentenças demonstrou que o contorno H+L*L% - característico da asserção neutra no português brasileiro (MORAES, 1998; CUNHA, 2000; SILVESTRE, 2012; CASTELO, 2017) foi majoritariamente encontrado no fim da oração matriz e no fim da adverbial. Portanto, há, nestas orações *não desgarradas*, o que se poderia chamar de um contorno “final de cláusula”, o que Decat (2011) aponta como característica do desgarramento na língua falada. O outro parâmetro prosódico analisado por nós, a pausa, foi observado em 77% das cláusulas adverbiais, o que significa que, se também é preponderante em dados de orações canônicas, esse atributo pode também não ser um fator que caracterize o *desgarramento*. Seguem, abaixo, exemplos de sentenças produzidas pelas informantes 1 e 2:

Figura 8 - Análise entoacional da sentença *Que bom que você confia porque seu cão adora*, produzida pela inf. 1



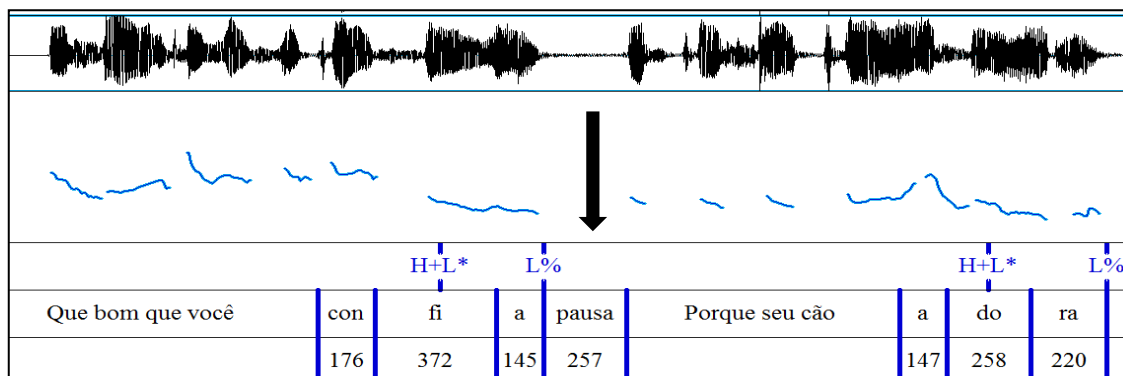
Fonte: elaboração própria.

Figura 9 - Análise entoacional da sentença *Uma competição para escolher o melhor petisco até porque a cerveja você já escolheu*, produzida pela inf. 1



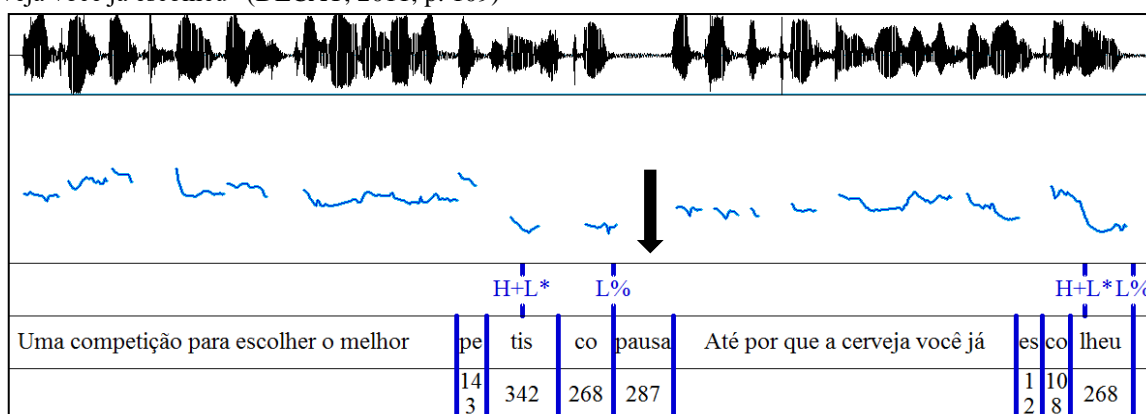
Fonte: elaboração própria.

Figura 10 - Análise entoacional da sentença *Que bom que você confia porque seu cão adora!*, produzida pela inf.2



Fonte: elaboração própria.

Figura 11 - Análise entoacional da sentença “Uma competição para escolher o melhor petisco até porque a cerveja você já escolheu” (DECAT, 2011, p. 109)



Fonte: elaboração própria.

O exemplo da figura 8, sem pausa, é semelhante ao observado em 33% do total dos dados. Nesses casos, não foi produzida pausa entre a oração matriz e a adverbial e, de acordo com os parâmetros prosódicos, podemos dizer que as duas orações foram fraseadas em um

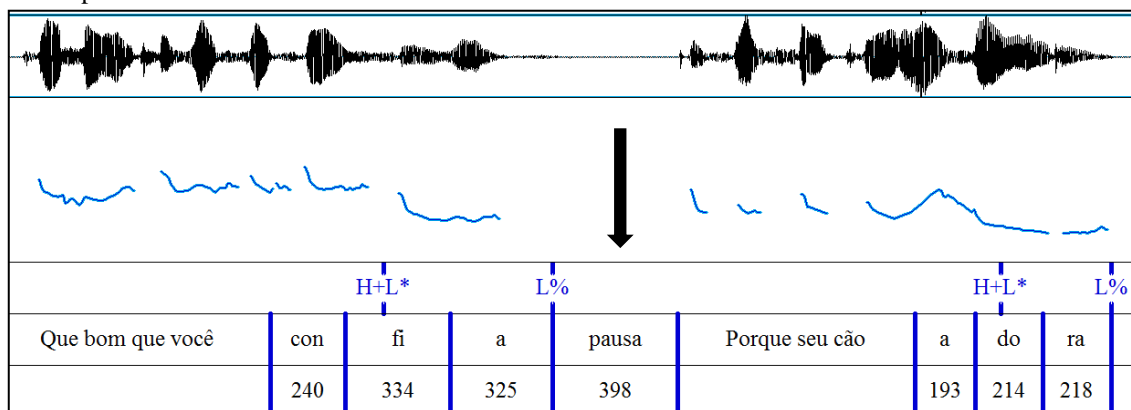
mesmo IP, o que não é o mais comum, considerando a grande quantidade de material fonológico existente.

A outras figuras desta subseção (9,10 e 11) exemplificam a preferência pela produção de pausa entre a oração matriz e a adverbial e, também, a existência do contorno H+L*L%. Importa mencionar, para melhor comparação posterior, que a duração da pausa nestas sentenças foi, em média, de 196 milissegundos.

3.2 Análise prosódica de cláusulas adverbiais *desgarradas* / com a presença de pontuação

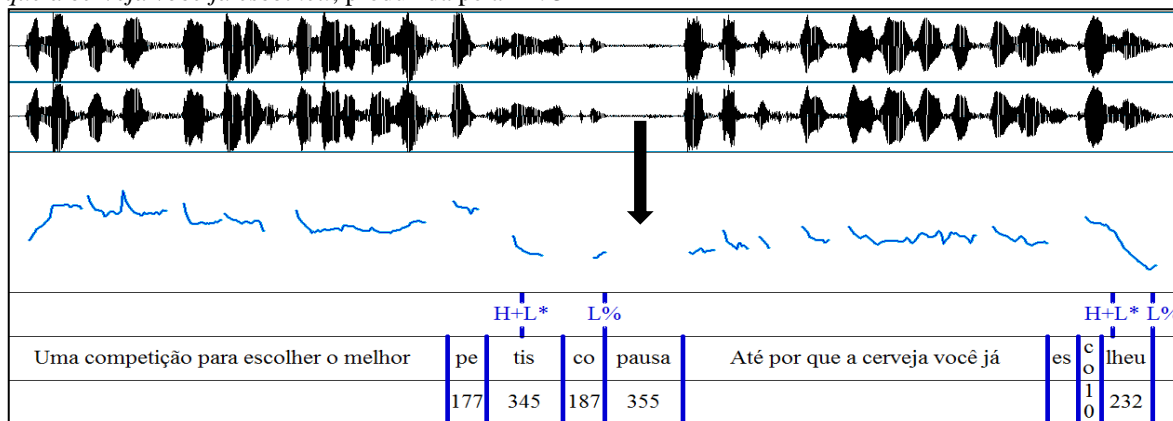
A análise das sentenças demonstrou que o contorno H+L*L%, assim como nas orações canônicas, foi encontrado no fim da oração matriz e no fim da adverbial, o que se poder levar à afirmação de que há um contorno “final de cláusula” como Decat afirma. Entretanto, uma vez que a autora postula serem as *desgarradas* comparáveis a tópicos e clivadas, é importante mencionar que não foram observadas, em nossos dados, outras pistas que poderiam indicar a semelhança prosódica entre as estruturas, como o tom alto (H*) descrito por Moraes e Orsini (2003) para tópicos e por Fernandes-Svartman (2012) para clivadas. Seguem, abaixo, exemplos das orações produzidas pelas informantes 3 e 4:

Fig. 15: Análise entoacional da sentença *desgarrada* *Que bom que você confia. Porque seu cão adora!*, produzida pela inf. 3



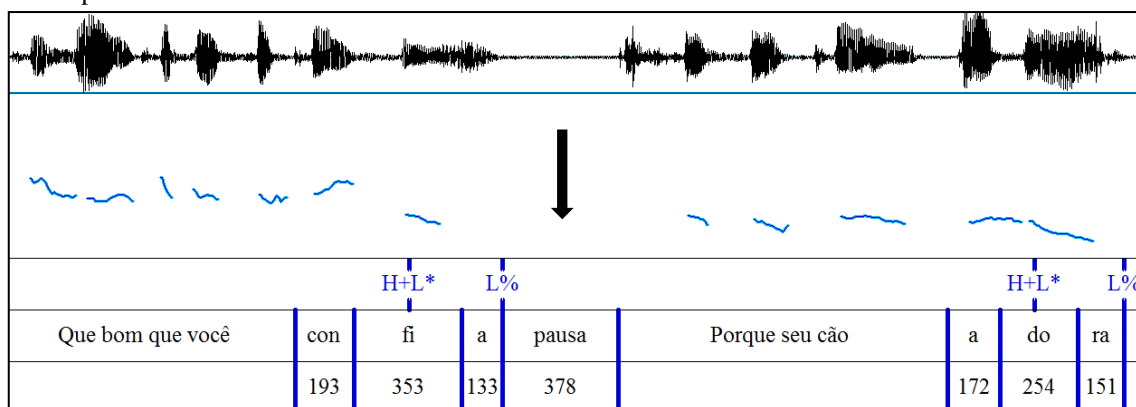
Fonte: elaboração própria.

Figura 16 - Análise entoacional da sentença *desgarrada* Uma competição para escolher o melhor petisco. Até porque a cerveja você já escolheu, produzida pela inf. 3



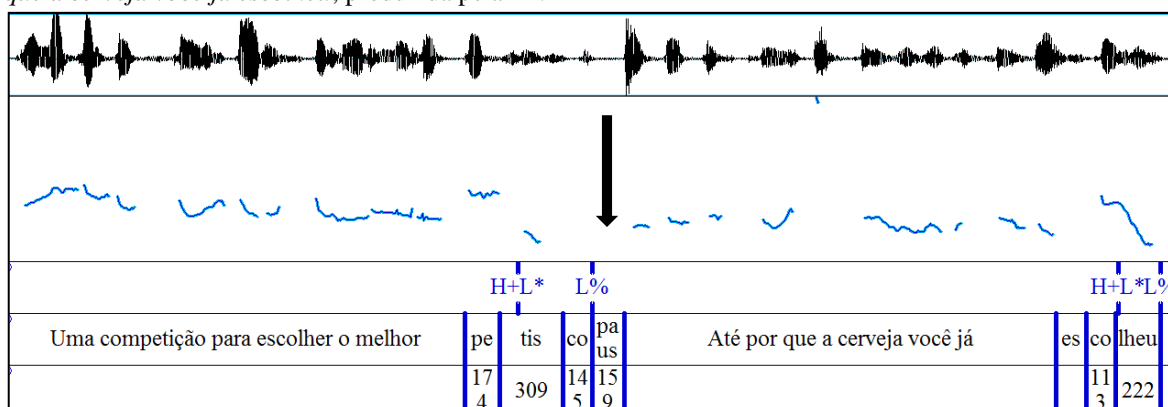
Fonte: elaboração própria.

Fig. 18: Análise entoacional da sentença *desgarrada* Que bom que você confia. Porque seu cão adora!, produzida pela inf. 4



Fonte: elaboração própria.

Figura 19: Análise entoacional da sentença *desgarrada* Uma competição para escolher o melhor petisco. Até porque a cerveja você já escolheu, produzida pela inf. 4



Fonte: elaboração própria.

A ocorrência da pausa foi categórica nas cláusulas adverbiais com a presença de pontuação, porém relembramos que, como apresentado na seção anterior, a pausa também foi observada em grande parte das sentenças sem pontuação (77%). Tal resultado nos faz postular que a caracterização prosódica das estruturas *desgarradas* majoritariamente descritas por

Decat (1999; 2009; 2011) parece não ser possível nos termos prosódicos mencionados pela autora, uma vez que a pausa representa ser um traço comum do fraseamento prosódico do PB (Serra, 2009), assim como o contorno final H+L*L% é o mais produzido em orações assertivos nos dialetos brasileiros (Silvestre, 2012).

3.3. Discussão

A análise prosódica comparativa entre as estruturas canônicas e as de *desgarramento* demonstra a produtividade do contorno entoacional H+L*L%, característico da asserção neutra no português brasileiro. Tal contorno foi encontrado em todas as sentenças, tanto no fim da oração matriz como no fim da oração adverbial, independentemente, de nos termos de Decat (2011), a sentença aparecer *desgarrada* ou não. Portanto, existe, nas *desgarradas*, um contorno entoacional de fim de enunciado, como afirma a autora, porém esta não é uma pista prosódica presente apenas nas estruturas em *desgarramento* e não serve como indicador prosódico de estratégia de focalização.

Decat (1999; 2009; 2011) também destaca a pausa como parâmetro para identificar as estruturas *desgarradas*. Nossa análise demonstrou que a pausa foi categórica nas sentenças lidas com pontuação, porém também existiu na maioria das sentenças canônicas. Logo, essa característica não aparenta ser também uma pista viável para a identificação de uma estrutura *desgarrada* de outra unidade e não serve, à primeira vista, como indicador prosódico de estratégia de focalização, diferentemente do que descrevem Yano e Fernandes-Svartman (2020) em sua análise contrastiva entre tópico e foco no português paulista. No entanto, uma análise mais acurada das pausas nos faz perceber que, se pensarmos em sua duração média, a pausa pode, sim, indicar prosodicamente que estamos diante de uma estrutura diversa, uma vez que foi produzida uma duração consistentemente maior nas sentenças *desgarradas*, conforme demonstram as tabelas e o gráfico a seguir:

Tabela 1 - Duração das pausas/não desgarradas

DURAÇÃO DA PAUSA - SENTENÇAS SEM PONTUAÇÃO	Inf.1	Inf.2
SENTENÇA 1	317	433
SENTENÇA 2	394	138
SENTENÇA 3	0	0
SENTENÇA 4	210	223
SENTENÇA 5	66	79
SENTENÇA 6	0	257
SENTENÇA 7	186	430
SENTENÇA 8	0	399
SENTENÇA 9	121	287
MÉDIA	143,7	249,5

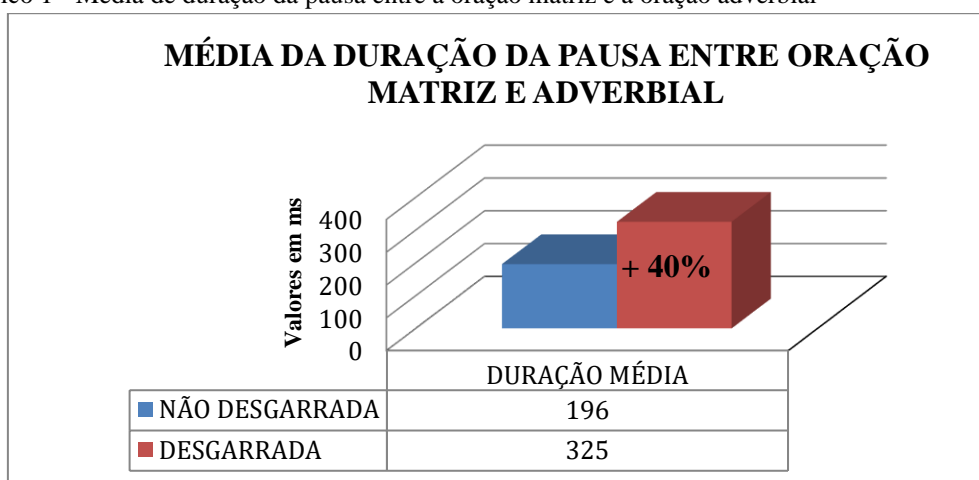
Fonte: elaboração própria.

Tabela 2 - Duração das pausas/desgarradas

DURAÇÃO DA PAUSA - SENTENÇAS COM PONTUAÇÃO	Inf.3	Inf.4
SENTENÇA 1	300	361
SENTENÇA 2	192	70
SENTENÇA 3	330	80
SENTENÇA 4	466	449
SENTENÇA 5	283	152
SENTENÇA 6	398	378
SENTENÇA 7	879	434
SENTENÇA 8	140	435
SENTENÇA 9	355	159
MÉDIA	371,4	279,7

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 1 - Média de duração da pausa entre a oração matriz e a oração adverbial



Fonte: elaboração própria.

Parece, assim, que a simples afirmação de que a pausa entre a oração matriz e a adverbial é uma característica do *desgarramento* não é prudente, porém há de se considerar a possibilidade de uma pausa consistente e consideravelmente maior ser indicio da existência de orações *desgarradas*, nos termos de Decat (2011), na língua falada, o que só pode ser confirmado com maior análise de dados e comparação entre as estruturas.

Para além das características inferidas por Decat (2011) e descritas anteriormente, decidimos, com base em trabalhos anteriores que tratam de pré-indicação prosódica para adverbiais (STEIN, 2008) e de estruturas *desgarradas* (RODRIGUES; SILVESTRE, 2014; SILVESTRE, 2017; 2018) observar se haveria alguma característica na duração das sílabas finais da oração matriz que também poderia indicar a posterior produção do *desgarramento*. A hipótese, baseada também em estudos como o de Serra (2009) sobre o fraseamento prosódico, é a de que haveria uma maior duração das últimas sílabas da oração matriz quando

adverbial posterior está *desgarrada*, o que se configuraria como mais um indício de que não há forte ligação entre as duas orações e de que a adverbial está solta.

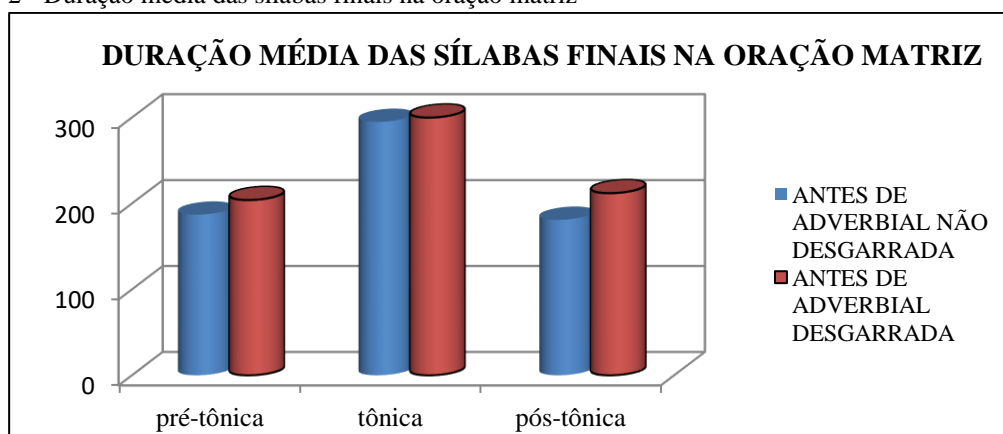
A tabela e o gráfico a seguir revelam os resultados:

Tabela 3 - Duração das sílabas finais da oração matriz

ORAÇÃO MATRIZ - DURAÇÃO DAS SÍLABAS FINAIS				
	pré-tônica	tônica	pós-tônica	
ANTES DE ADVERBIAL NÃO DESGARRADA	187	295	181	61,3%
ANTES DE ADVERBIAL DESGARRADA	204	300	212	70,6%

Fonte: elaboração própria.

Gráfico 2 - Duração média das sílabas finais na oração matriz



Fonte: elaboração própria.

Como se pode se pode perceber, não há, nos dados analisados até aqui, resultados que nos permitam confirmar a hipótese descrita acima, uma vez que os números são bastante parecidos e o percentual de duração da sílaba tônica em relação à pós-tônica é percentualmente próximo nas orações matriz, independentemente de antecederem orações *desgarradas* ou não. Nas estruturas canônicas, a sílaba tônica dura 38,7% a mais que a pós-tônica em média e, nas *desgarradas*, a mesma duração média é de 29,4%. Uma diferença de apenas 10%, com poucos informantes e número de dados deste trabalho preliminar, não nos permite fazer generalizações que só uma análise estatística mais avançada é capaz de afirmar. Acreditamos, entretanto, que este é um importante fator a ser considerado.

4 Conclusões

Podemos, portanto, considerar que as orações *desgarradas* postuladas por Decat (1999, 2011), e aqui analisadas prosodicamente, podem ser indício de algum foco textual-discursivo, mas a análise fonológica preliminar aqui empreendida não apresenta

características claras para seu reconhecimento e distinção, diferentemente do que já foi observado por Moraes e Orsini (2003), Fernandes-Svartman (2012) e Yano e Fernandes (2020) para tópicos e clivadas.

Acreditamos que a falta de evidências claras na comparação aqui feita entre as *desgarradas* e outras estratégias sintáticas de focalização pode também estar relacionada ao fato de que as estruturas exemplificadas pela autora e analisadas neste trabalho aparecem sempre em posição final, o que não é, em essência, verdade para tópicos e clivadas.

Através dessa análise preliminar, acreditamos, assim, que o *desgarramento*, nos termos de Decat (1999; 2009; 2011), pode ser considerado uma estratégia de focalização na língua escrita com o objetivo de trazer relevo a determinadas partes do enunciado. Na língua falada, porém, o fenômeno não parece ser facilmente caracterizável quando a oração matriz é recuperada no texto.

Referências

BOESMA, P.; WEENICK, D. **Praat**: doing phonetics by computer [programa de computador]. Versão 5.4.08. Amsterdam: Universiteit van Amsterdam; 2015. [citado 16 abr. 2015]. Disponível em: www.praat.org.

CASTELO, J. **Entoação dos enunciados declarativos e interrogativas no português do Brasil**: uma análise fonológica ao longo da costa atlântica. 2016. Tese - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2016.

CHAFE, W. L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. L. (Ed.). **The Pear Stories**: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production. Norwood: Ablex; 1980.

CHAFE, W. L. **Discourse, consciousness, and time**: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CUNHA, C. S. **Entoação regional no português do Brasil**. 2000. Tese - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de ‘unidade informacional’. **Scripta**, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999.

DECAT, M. B. N. A função focalizadora de estruturas “desgarradas” no português falado e escrito: um estudo funcionalista de orações em sua ocorrência como enunciado independente. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 2, 2009, Évora. **Anais...** Évora, 2009. p.114-134.

DECAT, M. B. N. **Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editora, 2011.

FERNANDES-SAVARTMAN, F. R. **Ordem, focalização e preenchimento em português: sintaxe e prosódia**. 2007. Tese - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

FERNANDES-SAVARTMAN, F. R. A entoação das sentenças clivadas em Português Brasileiro e a interface sintaxe-fonologia. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 14, n. 1, 2012.

LADD, R. **Intonational phonology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

MOARES, J.; ORSINI, M. Análise prosódica das construções de tópico no português do Brasil: estudo preliminar. **Letras Hoje**, Porto Alegre, v. 38, n. 4, p. 261-272, 2003.

NEVES, M. H. M. As construções causais. In: NEVES, M. H. M. (Org.). **Gramática do português falado**. v. 7. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RODRIGUES, V. V. **Desgarramento de cláusulas em português: usos e descrição**. São Paulo: Blucher, 2019.

SERRA, C. R. **Realização e percepção de fronteiras prosódicas no português do Brasil: fala espontânea e leitura**. 2009. Tese - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SILVESTRE, A. P. S.; RODRIGUES, V. V. O 'Desgarramento' de cláusulas comparativas e a interface sintaxe-prosódia. In: JORNADA NACIONAL DO GELNE, 25, 2014, Natal. **Anais da XXV Jornada Nacional do GELNE**. Natal: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - EDUFRN, 2014. p. 1-11.

SILVESTRE, A. P. S. Contributos do estudo sobre o desgarramento na língua falada para a descrição do fraseamento prosódico no Português Brasileiro. **Filologia E Linguística Portuguesa**, v. 20, n. esp., p. 71-94.

SILVESTRE, A. P. S. “**Se eu pudesse e se o meu dinheiro desse...**”: desgarramento e prosódia no Português Brasileiro e no Português Europeu. 2017. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

SILVESTRE, A. P. S. **A entoação regional dos enunciados assertivos nos falares das capitais brasileiras**. 2012. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

STEIN, C. C. **A pré-indicação prosódica para as orações subordinadas adverbiais no português brasileiro e no francês**. 2008. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

YANO, C.; FERNANDES-SVARTMAN, F. Um estudo preliminar sobre a prosódia de construções com tópico e foco no português paulista. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 10, n. 1, p. 256-282, 2020.

TENANI, L. E. Pausa é vírgula? Vírgula é pausa? Pausa não necessariamente implica vírgula na escrita. **Revista Roseta**, 2020. Disponível em:
<http://www.roseta.org.br/pt/2020/05/06/pausa-e-vmrgula-vmrgula-e-pausa/>.

Sobre as autoras

Ana Carolina Barros Gonçalves

Graduanda em Letras - Português/Literaturas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Aline Ponciano dos Santos Silvestre (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-7019-1178>)

Doutora e mestra em Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com estágio doutoral na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (U.Lisboa); graduada em Letras - Português/Literaturas pela mesma instituição. É professora do Departamento de Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da UFRJ.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em outubro de 2020.

A atuação da metafunção textual nas cláusulas relativas apositivas “desgarradas”

The performance of the textual metafunction in the “detached” appositive relative clauses

Karen Pereira Fernandes de Souza¹

Resumo: Baseado na Gramática Sistemico-Funcional de Halliday e Matthiessen (2014), este artigo propõe a análise da atuação da metafunção textual (eixo Mensagem) – estrutura temática e estrutura informacional – nas cláusulas relativas apositivas “desgarradas”. Foram selecionados 500 dados escritos da plataforma *Corpus do Português*, amostra *online* de textos lusófonos, coletados entre 2015 e 2016 e usamos a ferramenta GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE, 2005) para analisar as frequências. Os resultados mostraram que a cláusula observada é adjacente ao referente em 92,8% dos casos, construída categoricamente por um tema textual e tema tópico, além de ter uma estrutura de Tema-Rema, características herdadas da cláusula não “desgarrada”. Também observamos que a cláusula se estrutura 100% das vezes como não marcada para o estatuto informacional (Dado-Novo) e, em 70,6% dos casos, observamos uma preferência do usuário pelo grau de informatividade baixo.

Palavras-chaves: Cláusula relativa apositiva “desgarrada”. GSF. Estrutura temática. Estrutura informacional.

Abstract: Based on the Functional-Systemic Grammar of Halliday and Matthiessen (2014), this article aims the analysis of the performance of the textual metafunction (Message axis) – thematic structure and informational structure – on the “detached” appositive relative clauses. We selected 500 written data from the *Corpus of the Portuguese* platform, an online *corpus* of lusophone texts collected between 2015 and 2016 and we used the GoldVarb X tool (SANKOFF; TAGLIAMONTE, 2005) to analyze the frequencies. The results showed that the observed clause is adjacent to the reference in 92.8% of the cases, constructed categorically by a textual theme and topical theme, besides having a Theme-Rhema structure, characteristics inherited from the non-“detached” clause. We also observed that the clause is structured 100% as unmarked for the information status (Given-New) and, in 70.6% of the cases, we observed a preference of the user for the low degree of information.

Keywords: “Detached” appositive relative clause. FSG. Thematic structure. Informational structure.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: karen_pf_souza@hotmail.com.

Introdução

Após vários estudos descritivos sobre as cláusulas relativas apositivas “desgarradas” na modalidade escrita (SOUZA, 2016; SOUZA, 2019; SOUZA, 2020; SOUZA; RODRIGUES, 2018; SOUZA; SILVESTRE, 2018), partimos do pressuposto de que essas estruturas são caracterizadas como cláusulas hipotáticas, conforme a Gramática Sistêmico-Funcional – GSF (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014). Se são hipotáticas, significa dizer que a ligação estabelecida entre cláusula relativa apositiva e seu núcleo se dá pela organização do discurso (eixo semântico-pragmático), porque a conexão sintática entre as cláusulas, via hipotaxe, é mais frouxa se comparada ao vínculo existente em cláusulas complexas por encaixamento, visto ser um grau de ligação mais integrado.

Como nos pautamos em uma base fundamentalmente funcionalista, é imprescindível agregar o aspecto semântico à descrição dessa estrutura e, por isso, o conceito de Unidade Informacional – UI (CHAFE, 1980) é posto em cena. Respalado nas observações feitas sobre a consciência humana (foco, memória curta etc.), ele afirma que a fala espontânea do ser humano é realizada por “jatos de linguagem”, havendo muitas pausas, hesitações e falsos começos durante a comunicação, ou seja, a produção oral é composta por meio de um conjunto de “unidades informacionais”. A composição desses “blocos de informação” autônomos forma um todo coeso e de sentido global e cada UI é marcada por um contorno entonacional próprio de curvatura descendente (final de frase).

Quanto à forma como as cláusulas relativas apositivas “desgarradas” se apresentam, na modalidade escrita, elas se materializam sempre após um ponto final por ser o sinal gráfico que limita uma unidade comunicativa à esquerda e à direita. Dahlet (2006, p. 130) mostra que os sinais sequenciais (como o ponto final) estão relacionados à segmentação das sequências textuais, mas, a depender do objetivo comunicativo do usuário da língua, os sinais sequenciais podem adquirir uma *função enunciativo-pragmática*. Essa função já havia sido estudada por Decat (2011) ao observar o fenômeno do “desgarramento” propriamente dito (em cláusulas relativas e circunstanciais), pois o uso desse fenômeno desempenha a *função* de apontar para um propósito comunicativo; em outras palavras, a utilização da cláusula “desgarrada”, formalmente separada de seu núcleo por meio de um ponto final, serve para sinalizar ao leitor/interlocutor a importância da ideia que ali se veicula, isto é, a parte relevante a ser enunciada. Assim, seu uso é uma opção organizacional do texto ao refletir uma decisão do usuário da língua, enfatizando, focalizando, realçando uma ideia, buscando assim uma maior força argumentativa em seu discurso.

Nesse sentido, o objetivo desse trabalho é mostrar a maneira como os significados são organizados dentro da cláusula para formar um todo coeso em forma de *Texto*, através da metafunção textual da GSF. Centramos o estudo no interior da cláusula sem esquecer o seu entorno, uma vez que a cláusula relativa apositiva “desgarrada” está apoiada semanticamente em um sintagma nominal ou porção textual previamente dado no discurso. Assim, o objetivo específico é ver como a *Estrutura Temática* e *Estrutura da Informação* do sistema TEMÁTICO atuam na formação dos significados. Nossa hipótese é a de que o escrevente usa intencionalmente a ruptura sintática da relativa apositiva e seu núcleo com o intuito de dirigir o leitor para o *Rema* e, ao mesmo tempo, preparar o leitor para uma informação com o *status* de *Nova*. Estudar a metafunção textual é bastante relevante uma vez que há poucos trabalhos sobre a cláusula relativa apositiva “desgarrada” que utilizam a GSF.

Selecionamos 500 cláusulas do *Corpus do Português* (DAVIES, 2016) que reúne variados gêneros em língua portuguesa coletados na Internet e, por isso, ele conta com mais de um bilhão de palavras retiradas de diferentes sites lusófonos (Brasil, Portugal, Angola e Moçambique). Como metodologia, fizemos uma análise qualitativa e quantitativa dos padrões da estrutura da informação e da estrutura temática dado a dado e utilizamos a ferramenta computacional GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE, 2005) para nos ajudar com a quantificação e as tabelas de frequências.

Assim, além dessa *Introdução*, a próxima seção aborda a fundamentação teórica calcada na *Gramática Sistemico-Funcional (GSF)* com ênfase no sistema TEMÁTICO; em seguida, temos a seção *Corpus e métodos* para mostrar os procedimentos adotados. Após, apresentamos os resultados da *Análise e padrões da estrutura temática* e, após, seguem as discussões sobre a *Análise e padrões da estrutura informacional*. Fechamos com as *Considerações finais e Referências*.

Gramática Sistemico-Funcional (GSF)

Na Linguística Sistemico-Funcional (LSF), a linguagem não é vista como uma lista de estruturas possíveis no sistema da língua, como um conjunto de regras fixo, aqui, ela é vista como um conjunto de *possibilidades*, um sistema socio-semiótico de modo que o homem estrutura a sua fala de acordo com o que ele experiencia em seu meio ambiente. A língua serve para interagir, trocar e construir significados em seu meio social. Portanto, estamos diante de uma teoria de base *semântica* e de uma língua que é vista como um *potencial de significados*. Tendo esse conceito estabelecido, Michael Halliday sistematiza em 1985 a Gramática Sistemico-Funcional (GSF), na qual a unidade básica de significado é a *cláusula*.

Se a linguagem é usada para dar sentido às experiências humanas e para realizar interações com outras pessoas no meio social, então, é necessário que a gramática de uma língua interaja com o que acontece fora da linguagem. Sendo assim, o homem interpreta o seu meio externo e/ou o seu interior e, concomitantemente, precisa organizar esses significados em forma de um *texto* articulado. Esse *texto* é um constructo de significados elaborado por meio de trocas entre indivíduos em uma situação de comunicação (contexto), organizado através da seleção e composição de camadas linguísticas (plano do conteúdo) e materializado sonoramente ou graficamente (plano da expressão).

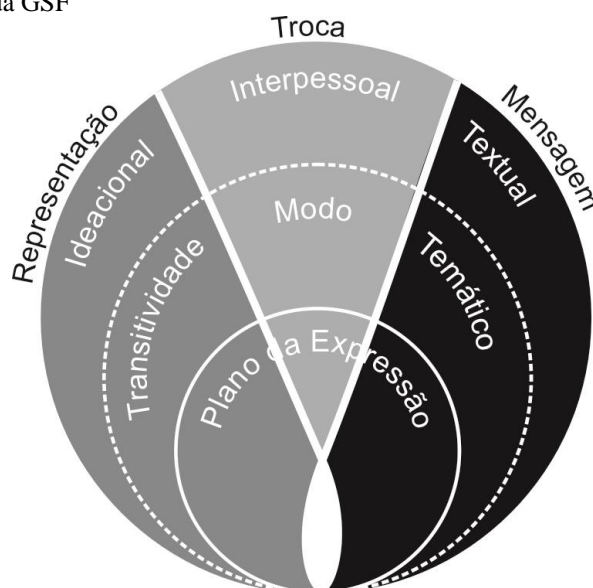
Se as funções básicas da linguagem são (i) fazer sentido às nossas experiências e (ii) fazer nos relacionar uns com os outros, então, a linguagem tem propósitos/objetivos que a GSF chama de *metafunções da linguagem*. Segundo Halliday e Matthiessen (2014), os três componentes do *sistema* de significados (estrato semântico) são: (a) *metafunção ideacional*, que expressa nossas experiências, tanto no mundo material (ações e eventos no mundo exterior), quanto no mundo psicológico (percepção, imaginação, emoção no mundo interior); (b) *metafunção interpessoal*, que expõe os papéis desempenhados pelos participantes de uma interação social; (c) *metafunção textual*, que organiza os significados das experiências e das relações entre os participantes em um todo coerente. Na perspectiva hallidayana, a *cláusula* é a menor unidade significativa da GSF, porque ela engloba:

[...] três significados: uma *representação* (significado como conteúdo); uma *troca* (significado como forma de ação); e uma *mensagem* (significado como relevância para o contexto). Todas as línguas nos moldes da LSF, são organizadas em torno de dois significados principais: o ideacional e o interpessoal. Esses significados, a que se associa um terceiro, o textual, são as manifestações no sistema linguístico dos dois propósitos mais gerais que fundamentam os usos da linguagem: entender o ambiente e influir sobre os outros. (CUNHA; SOUZA, 2011, p. 28, grifos no original)

Como já postulado na teoria geral do Funcionalismo, na GSF, elementos linguísticos isolados nada significam; portanto, para significar, as três metafunções da linguagem precisam estar presentes.

Halliday e Matthiessen (2014) idealizam a GSF como uma tríade indissociável de sistema de valores, mas não significa que não possamos dar ênfase a apenas um dos três eixos. Como queremos mostrar a atuação da metafunção textual nas cláusulas relativas apositivas “desgarradas”, a partir daqui, deixaremos em evidência o sistema TEMÁTICO da metafunção Textual (eixo da Mensagem), destacado em preto na Figura 1 a seguir:

Figura 1 - Escala de níveis da GSF



Fonte: Adaptado de Souza (2020, p. 71).

Caminhando pelo prisma da *cláusula como mensagem*, a metafunção textual é codificada pelo sistema TEMÁTICO. Esse sistema é responsável por organizar os significados do mundo externo e psicológico do comunicante (eixo da Representação) e os significados interpessoais entre os participantes da comunicação (eixo da Troca) em um todo coeso e coerente. No âmbito da léxico-gramática, há dois sistemas atuando em conjunto no fluxo de informação: *Estrutura Temática e Estrutura Informacional*.

Na *Estrutura Temática*, vemos como o escrevente orienta, ou seja, direciona o leitor na compreensão da sua mensagem e como ocorre o fluxo de informação. Observamos, então, que a cláusula é composta por dois componentes: o *Tema*, em que o falante escolhe o ponto de partida, ou seja, o destaque (por isso, é posto em primeiro lugar na composição da cláusula como “sujeito psicológico”), e o *Rema*, a parte em que o falante desenvolve as ideias que estão presentes no Tema, ou seja, a informação importante para o ouvinte/leitor. Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 112), o *Tema* de uma cláusula se estende desde o começo da sentença até, e incluindo, o primeiro elemento com função experiencial; todo o resto constitui o *Rema*.

Como a função experiencial está envolvida na identificação do Tema, podemos ter em língua portuguesa, tema múltiplo, de modo que a cláusula pode conter mais de um tema em sua composição. Portanto, se o elemento realiza uma função do sistema de TRANSITIVIDADE (participante, processo ou circunstância), ele é chamado de *Tema tópico*; se for do sistema de MODO (vocativo, adjunto modal, elemento QU-, metáforas interpessoais), ele é chamado de

Tema interpessoal, e, se for do sistema TEMÁTICO (conjunções, sequencializadores, elementos continuativos), ele é chamado de *Tema textual*.

Como trabalhamos com cláusula complexa, precisamos ter uma visão macro da estrutura. Nesse sentido, a cláusula núcleo passa a ocupar a posição de *Tema* e a cláusula satélite passa a exercer a função de *Rema* – sem nos esquecermos de analisar a estrutura micro de cada cláusula individualmente. Observemos o exemplo a seguir:

Quadro 1 - Tema-Rema do complexo oracional

<i>A partir de agora,</i>	<i>o pagamento das horas extras deve ter início a partir das 18h30,</i>	<i>embora</i>	<i>tradicionalmente</i>	<i>os trabalhos legislativos se estendam pela noite.</i>
Tema tópico	Rema	Tema textual	Tema Tópico	Rema
TEMA		REMA		

Fonte: Fuzer; Cabral (2014, p. 140).

Na cláusula satélite, o primeiro elemento experiencial é a circunstância “tradicionalmente”; então, “embora tradicionalmente” será o Tema e a partir dele tem-se o Rema e toda a cláusula satélite é o Rema da cláusula núcleo “a partir de agora, o pagamento das horas extras deve ter início a partir das 18h30”.

Já nas cláusulas relativas, Halliday e Matthiessen (2014) garantem que os conectivos carregam duas funções temáticas simultaneamente: *Tema textual* e *Tema tópico*. Tal fato ocorre porque o elemento relativo carrega em si a função de se conectar a outras cláusulas ou sintagmas, como as demais conjunções, sequencializadores ou elementos continuativos, bem como exercer função experiencial no interior da cláusula relativa. No exemplo em que se segue, o conectivo “em que” recebe a classificação de Tema tópico e Tema textual ao mesmo tempo. Vejamos:

Quadro 2 - Tema de uma cláusula relativa

<i>(the book is faithful to the time)</i>	<i>in which</i>		<i>it took place.</i>
<i>(o livro é fiel à época)</i>	<i>em que</i>		<i>ele foi escrito.</i>
	Tema textual	Tema tópico	Rema
	TEMA		REMA

Fonte: Adaptado de Halliday; Matthiessen (2014, p. 112)

Na perspectiva hallidayana, a *Estrutura da Informação*, como o próprio nome diz, estuda uma porção de informação. Na Gramática Sistemico-Funcional, *informação* é a tensão entre o que já é conhecido, partilhado entre os participantes do ato comunicativo – *Dado* – e

aquilo que é desconhecido pelo leitor, imprevisível – *Novo*. É a interação entre o Novo e o Dado que gera informação no sentido linguístico. Cada unidade de informação (visto também como uma unidade informacional) consiste em dois aspectos: (i) Novo, marcado por proeminência/saliência, e (ii) Dado, que antecede o elemento Novo em posição não marcada em português. Portanto, o que é tratado como “recuperável” (Dado) é a informação que já foi mencionada no contexto; mas essa não é a única possibilidade, pois pode ser algo que esteja na situação externa ao *texto* (elementos gramaticais exofóricos – dêiticos).

Os linguistas deixam claro, em sua teoria, que existe uma estreita relação semântica entre a *Estrutura Temática* e a *Estrutura da Informação*, quando os elementos estão postos de forma não marcada. Mas, apesar de serem relacionados, Dado-Novo e Tema-Rema nem sempre coincidem. Isso acontece porque o Tema é o que o escritor escolhe para tomar como seu ponto de partida; já o Dado é o que é conhecido pelo leitor. Então, Tema-Rema está na perspectiva do escritor e Dado-Novo está orientado na perspectiva do leitor, mas ambos são selecionados pelo escritor durante a produção do *texto*, pois é o escritor que organiza o fluxo de informação.

Apoiados nos conceitos ora apresentados nessa seção de revisão de literatura (com foco na metafunção textual da cláusula), a próxima seção traz a caracterização do *corpus* utilizado e explica como a análise dos dados foi procedida e os objetivos específicos.

Corpus e métodos

O *Corpus do Português* (DAVIES, 2016) colheu quase um milhão de páginas eletrônicas de diferentes *sites* lusófonos. Optamos por utilizar os textos contidos no compilado *Web/Dialetos*, pois lá estão reunidos textos do período compreendido entre 2015 e 2016 de variados gêneros publicados na *Internet*. Esse *corpus* foi escolhido por ser digital, a sua plataforma facilitava a busca pelos dados.

Dentro da plataforma, após digitar na caixa de pesquisa os formatos introdutórios desejados, selecionamos 100 dados aleatórios para cada conector das cláusulas relativas apositivas “desgarradas”, totalizando 500 cláusulas para análise nessa pesquisa, conforme a distribuição na Tabela 1. Muitas estruturas precisaram ser eliminadas durante o processo de filtragem, já que o formato das cláusulas em estudo pode ser facilmente confundido com o início de outras estruturas da língua portuguesa. O programa GoldVarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE, 2005) foi utilizado para auxiliar na quantificação das frequências e elaboração das tabelas.

Tabela 1 - Distribuição quantitativa dos dados por formato

ORDEM	FORMATO	QUANT.
1.	[. Que]	100
2.	[. O que] ²	100
3.	[. O qual] ³	100
4.	[. Cujo] ⁴	100
5.	[. Onde]	100
TOTAL:		500

Fonte: Souza (2020).

Com relação aos procedimentos de análise da *Estrutura Temática*, Koch e Elias (2008, p. 131) apontam para a Retomada como uma operação responsável pela conservação de objetos discursivos previamente fornecidos no contexto na posição focal dando origem aos diferentes tipos de cadeias referenciais e/ou coesivas. Halliday e Matthiessen (2014) afirmam que essa é uma das táticas previstas pelo Sistema da língua que permite ao usuário ultrapassar os limites da combinação de cláusulas para formar textos maiores e mais complexos. Portanto, torna-se imprescindível a contagem dos elementos intervenientes entre o núcleo e a cláusula “desgarrada” – e quantificá-los – chamamos esse aspecto de *Posição da cláusula*; a exploração de quais componentes temáticos (tema textual, interpessoal, tópico) se fazem presentes na estrutura temática das cláusulas relativas apositivas “desgarradas” e a busca por um padrão de estruturação temática da cláusula visando à progressão textual – analisamos essa última característica dentro do aspecto *Estrutura Temática*.

Com relação aos procedimentos de análise do *Estatuto Informativo*, Halliday e Matthiessen (2014, p.118) mostram que o elemento *Novo* de estruturas não marcadas aparece no final da unidade de informação. Aqui, o que nos é caro é ver o *status* informativo **dentro** da cláusula, pois queremos observar de que maneira funciona a estrutura da informação (Dado-*Novo*) de uma cláusula relativa apositiva “desgarrada” e o seu entorno imediato – chamamos essa subseção de *Estatuto Informativo*. Em seguida, procedemos com a contabilização das UI dentro do período de combinação de cláusulas – chamamos esse aspecto de *Grau de Informatividade*. Esses esquemas auxiliarão na compreensão de como o escrevente organiza, distribui e cede informações pouco a pouco na construção do seu texto, movimentando-se para trás e para frente, tornando o todo fluido e coeso. Passemos às discussões dos resultados.

² Conector invariável.

³ Coletamos dados com variação de gênero, mas não de plural por questões metodológicas.

⁴ Coletamos dados com variação de gênero, mas não de plural por questões metodológicas.

Análise e padrões da estrutura temática

Iniciamos a discussão dos resultados pela *Posição da cláusula relativa*. Segundo a literatura, as cláusulas relativas estão sempre adjacentes ao nome ou à porção textual referente e por isso, julgamos importante observar o posicionamento entre a cláusula e seu referente. O resultado, em 500 ocorrências, nos mostra que estamos diante de um caso categórico, pois 92,8% (464 oco.) dos dados foram classificados como *adjacentes ao referente*, contra 7,2% (36 oco.) como *distantes do referente*, confirmando, assim, a descrição da gramática tradicional. Entretanto, ainda que o índice seja bastante elevado para a característica *adjacente*, vale a pena mostrar como as relativas apositivas “desgarradas” também podem surgir *distantes* de seu referente, e devemos considerar esses poucos casos para fins de análise por serem possíveis na língua portuguesa. Vejamos alguns exemplos:

- Exemplo (1):
- a. E, por outro lado, há na obra de Freyre também uma profunda melancolia, porque toda ela estrutura-se em torno de um mundo que já havia desaparecido. Ou, bem, estava prestes a desaparecer. Um mundo na iminência de virar espectro. Mundo ruinoso. Condenado. Cheio de rachaduras fatais. ***Que já tinha conhecido seu momento mais cintilante***. Ou podia divisá-lo ao longe. Algo que nos remete, ainda uma vez, para o Benjamin que nos ensina que “aquilo que se sabe estar prestes a não se ter mais diante de si torna-se imagem”.
 - b. Uma alternativa socialista é baseada no interesse social e não na propriedade privada e produção, no controle democrático de produtores e consumidores e não da elite burguesa. ***Onde o lucro não determina o que deve ser produzido***, e onde desigualdade e relações hierárquicas de poder e riqueza são trocados por cooperação, igualdade e respeito mútuo, a nível nacional e internacional. Uma economia democraticamente planeada forneceria recursos para garantir uma renda justa e uma independência econômica para todos.
 - c. Este é o tipo de homem que *nunca* trai uma mulher. Que é sempre autêntico e honesto. Que se sente fascinado por ela e a celebra. Que é interessante. Que tem paixões na vida e sabe qual é a sua missão. Que é divertido. ***Cuja consciência está (muito) acima da média***. Não tem nada a ver com “«temos instintos animais, gostamos de discutir, gostamos que o sangue ferva»”. Isso é ridículo.

No Exemplo 1, a cláusula relativa apositiva “desgarrada” – *Que já tinha conhecido seu momento mais cintilante* – da letra (a) tece um comentário avaliativo positivo sobre o referente “mundo que já havia desaparecido”. O escrevente apresenta outros atributos em forma de cláusulas e grupos nominais que vão distanciando cada vez mais o referente da cláusula destacada. Um outro exemplo de distanciamento pode ser visto na letra (b), em que o referente “uma alternativa socialista” da cláusula “desgarrada” *Onde o lucro não determina o que deve ser produzido* está presente na cláusula primária do período anterior. O que os distancia é a cláusula paratática que expande por extensão a cláusula inicial com vários elementos coordenados. Na letra (c), há um outro exemplo de cláusula relativa apositiva

“desgarrada” – *Cuja consciência está (muito) acima da média* – distante de seu referente “homem que nunca trai uma mulher”, após uma série de cláusulas relativas autônomas.

Avançando a análise para a composição da *Estrutura temática* das cláusulas, o componente *Tema* das relativas apositivas “desgarradas” é constituído por um tema textual e um tema tópico em 100% dos casos. Não verificamos, em nenhuma cláusula, o tema interpessoal como elemento interveniente na construção temática. Como a estrutura da cláusula relativa apositiva (não “desgarrada”) é relativamente estável em nossa língua, observamos a manutenção/ conservação dessas funções nas cláusulas relativas apositivas “desgarradas”.

Segundo Halliday e Matthiessen (2014, p. 112), o *Tema* é o ponto de partida da cláusula, pois é ele que direciona o leitor para a mensagem considerada importante (pelo escrevente) para o conteúdo presente no *Rema*. A estrutura temática da cláusula relativa apositiva “desgarrada” é constituída, como já discutido, categoricamente por um único conectivo que exerce a função de tema textual no sistema TEMÁTICO responsável pela retomada anafórica do referente e, simultaneamente, exerce a função de tema tópico (função experiencial) no sistema de TRANSITIVIDADE, como pode ser visto nos exemplos a seguir:

Quadro 3 - Exemplo (2)

Inimigo de qualquer autoridade moral, apelidou seu professor de “«Mestre Linguíça”», outra referência a malfadada iguaria suína. Seu Madruga, que têm muito trabalho para continuar sem trabalhar, cometia o pecado da preguiça. Exigem redobrados esforços suas estratégias de fuga, para não pagar [os indefectíveis 14 meses de aluguel] .	<i>Que</i>		<i>nunca se tornam 15 meses,</i>	denotando que a passagem do tempo está suspensa.
	Tema textual	Tema tópico	Rema	

Fonte: *Corpus do Português* (DAVIES, 2018).

Quadro 4 - Exemplo (3)

Na Aldeia – por uma questão de sensibilidade e de gosto – não existem fotografias de abortos. No entanto, considerando que essas fotos podem ser importantes para ajudar certas pessoas a entenderem melhor que coisa é o aborto, deixamos aqui duas ligações para lugares onde encontra essas esclarecedoras imagens. [São imagens duras, chocantes].	<i>O que</i>		<i>pode ser mau... ou bom.</i>	Depende de si.
	Tema textual	Tema tópico	Rema	

Fonte: *Corpus do Português* (DAVIES, 2018).

Quadro 5 - Exemplo (4)

Em 2005 a ECT possuía um efetivo total de 105334 empregados, compostos da seguinte forma: 81.231 -- Homens e 24103 mulheres e 7011 empregados negros. Como explicar isso no Brasil onde a maioria é negra? Seria necessário debater como eram os processos de contratação [antes do advento do concurso público obrigatório].	<i>Onde</i>		<i>a contratação se dava por indicação do amigo, do amigo.</i>	Quando se reporta a ocupação de funções o cenário em 2005 estava assim composto: [...]
	Tema textual	Tema tópico	Rema	

Fonte: *Corpus do Português* (DAVIES, 2018).


Analisando o tipo de comentário das cláusulas destacadas em negrito, no Exemplo 2 (Quadro 3), podemos notar um comentário sobre a suspensão do tempo que não alcança os 15 meses de aluguel atrasado – *Que nunca se tornam 15 meses*; no Exemplo 3 (Quadro 4), o escrevente expressa a sua dúvida sobre ser boa ou ruim a exposição das imagens de aborto com a cláusula “desgarrada” – *O que pode ser mau... ou bom*; no Exemplo 4 (Quadro 5), o escrevente comenta negativamente a forma de contratação dos funcionários dos Correios antes de ser por meio de um concurso público – *Onde a contratação se dava por indicação do amigo, do amigo*.

Comparando as estruturas temáticas dos três exemplos anteriores, os conectores “Que”, “O que” e “Onde” exercem as funções de ligar semanticamente as duas cláusulas por referência (tema textual) e de exercer a mesma função sintática do elemento substituído (tema tópico) no interior da cláusula hipotática. Para Halliday e Matthiessen (2014, p. 117), não existe cláusula descontextualizada e, caso ela não tenha apoio em um material linguístico, seu apoio estará no ambiente situacional. Nos exemplos fornecidos, todas as cláusulas do *corpus* estão situadas no contexto imediatamente anterior, ou seja, são recuperáveis no meio linguístico: no Exemplo 2 (Quadro 3), *os indefectíveis 14 meses de aluguel*; no Exemplo 3 (Quadro 4), *são imagens duras, chocantes*; no Exemplo 4 (Quadro 5), *antes do advento do*

concurso público obrigatório, seja um grupo nominal, um grupo adverbial ou uma porção textual.

Após a análise de todos os dados observados, podemos afirmar, com segurança que a cláusula relativa apositiva “desgarrada” contribui, de forma expressiva, para a sequenciação textual. Do ponto de vista organizacional das informações, a relação Tema-Rema auxilia no processamento do texto, já que os escritores “não podem utilizar a entonação para marcar quais informações são mais importantes e quais ficam em segundo plano” (FUZER; CABRAL, 2014, p. 141). Assim, a Progressão temática acontece, pois o Rema presente no período anterior à cláusula relativa apositiva “desgarrada” passa a ser o Tema da cláusula seguinte (cf. Quadro 6), de acordo com os 92,8% (464 oco.) dos casos adjacentes ao referente. Preferimos, aqui, não classificar o *tipo de progressão temática* das relativas apositivas “desgarradas”, porque não estamos analisando o entorno da cláusula macrotextualmente, o que se faz necessário para atestar o tipo de progressão sequencial. Apenas salientemos a contribuição das relativas apositivas “desgarradas” na organização e no desenvolvimento das informações no *Texto*. Vejamos no Quadro 6, a seguir, o padrão:

Quadro 6 - Esquema de progressão temática da cláusula relativa apositiva “desgarrada”

Inimigo de qualquer autoridade moral, apelidou seu professor de "«Mestre Linguíça"», outra referência a malfadada iguaria suína. Seu Madruga, que têm muito trabalho para continuar sem trabalhar, cometia o pecado de a preguiça. Exigem redobrados esforços suas estratégias de fuga, para não pagar [os indefectíveis 14 meses de aluguel] .	<i>Que nunca se tornam 15 meses,</i> denotando que a passagem do tempo está suspensa.
Na Aldeia – por uma questão de sensibilidade e de gosto – não existem fotografias de abortos. No entanto, considerando que essas fotos podem ser importantes para ajudar certas pessoas a entenderem melhor que coisa é o aborto, deixamos aqui duas ligações para lugares onde encontra essas esclarecedoras imagens. [São imagens duras, chocantes] .	<i>O que pode ser mau... ou bom.</i>
Em 2005 a ECT possuía um efetivo total de 105334 empregados, compostos da seguinte forma: 81.231 -- Homens e 24103 mulheres e 7011 empregados negros. Como explicar isso no Brasil onde a maioria é negra? Seria necessário debater como eram os processos de contratação [antes do advento do concurso público obrigatório] .	<i>Onde a contratação se dava por indicação do amigo, do amigo.</i>
Pessoas conhecidas, principalmente nas rodinhas de conversa que se formam nas suas costas, como o famoso "«pavio curto"». Para ilustrar a questão, podemos dizer que as criaturas de pavio curto são aquelas que, ao notarem que não estão agradando, sacam imediatamente [as duas pedras que trazem na manga para qualquer eventualidade] .	<i>Coisa que, no caso de essas pessoas, nunca falta.</i>
Rema (a) 	Tema (b) Rema (b)

Fonte: Souza (2020).

Como pode ser visto no Quadro (6), observamos a relação existente entre o referente presente na primeira coluna e a cláusula “desgarrada” negritada na segunda coluna. Verificamos o padrão temático da seguinte forma: o Rema (ou parte do Rema) da cláusula dominante (a) passa a ser o Tema da cláusula “dependente” (b). Logo, o movimento é sempre *progressivo*, pois o assunto retomado é encapsulado pelo conectivo (tema textual), e o foco informacional se direciona para o Rema da cláusula relativa apositiva “desgarrada”.

Conforme a caracterização das cláusulas relativas na *Introdução*, elas não são conectadas sintaticamente ao seu referente, atestadas nos exemplos fornecidos anteriormente. Elas se realizam de forma autônoma e, por essa razão, se manifestam após um sinal gráfico de ponto final. O escrevente faz uso dessa pontuação para agregar ainda mais valor significativo ao conteúdo presente no Rema da cláusula “desgarrada”. Assim, percebe-se haver uma intenção premeditada no uso do “desgarramento” por parte do escrevente, pois ele direciona a atenção do leitor para o conteúdo do comentário presente no Rema, destacando-o/enfatizando-o. Como é o significado que importa ser transmitido, vejamos, na próxima seção, o padrão da *Estrutura da Informação*, na perspectiva da GSF.

Análise e padrões da estrutura informacional

Como vimos, a Estrutura da Informação é a quantidade de informação e nem sempre corresponde ao tamanho de uma cláusula. Se a *Informação* é o vínculo entre o que já é conhecido e aquilo que é desconhecido pelo leitor, então, cada unidade de informação consiste em dois aspectos: *Dado* e *Novo*. Em 100% dos casos, a cláusula relativa apositiva “desgarrada” se configura segundo uma posição não marcada: *Dado-Novos*. Como a cláusula relativa apositiva canônica é uma estrutura relativamente estável no sistema da língua, visto que a composição da informação é *Dado-Novos*, observamos a manutenção dessa característica nas cláusulas “desgarradas”. Assim, temos a retomada de um elemento já fornecido no discurso (função desempenhada pelo conector), seguida da informação que verdadeiramente importa: o comentário. É o conteúdo do comentário que é o elemento *Novo* e que recebe, assim, o *foco informacional*. Deve-se ressaltar que também não identificamos nenhum dado que tivesse a antecipação do elemento *Novo* sobre o elemento *Dado*.

Para essa investigação, trabalhamos apenas com a modalidade escrita da língua. Sendo assim, utilizamos os recursos linguísticos disponíveis no texto para as análises. Como a estrutura investigada trabalha também como um processo de referenciação, vale ressaltar que Halliday e Matthiessen (2014) postulam que elementos gramaticais endofóricos (retomadas anafóricas de elementos no cotexto) e exofórico (dêiticos do contexto situacional) não

carregam o foco da informação por serem elementos recuperáveis no cotexto, sendo assim, isso nos leva a afirmar que o conteúdo informacional com *status* de Novo encontra-se logo após o conectivo (elemento referencial) que recebe o *status* de Dado. Vejamos alguns exemplos a seguir:

Quadro 7 - Exemplo (5)

O mínimo que uma pessoa sensata pensa é. Em fazer exatamente o oposto. Porque esse pessoalzinho, vocês sabem. [Vivem numa lógica de Hay gobierno, soy contra].	O que <i>não é totalmente ruim.</i>	Longe de isso.
Cotexto	Dado ← Novo	

Fonte: *Corpus do Português* (DAVIES, 2018).

No Exemplo 5 (Quadro 7), por referência, o conector [O que] funciona como o elemento Dado da unidade informacional da cláusula relativa apositiva “desgarrada”, pois ele retoma a porção textual destacada em negrito mencionada no cotexto – *Viver numa lógica de Hay gobierno, soy contra*. O elemento Novo coincide justamente com o Rema da proposição – *não é totalmente ruim*. A avaliação negativa do escrevente sobre o assunto é a novidade, pois ela colabora para a progressão textual, agregando mais informação ao texto. Sendo assim, todo o comentário é classificado como Novo. Textualmente, não é possível indicar qual é o vocábulo mais proeminente, porque tudo dentro do conjunto é importante, ou seja, é uma opinião do escrevente externada pela primeira vez para o leitor.

Quadro 8 - Exemplo (6)

Há anos um pequeno grupo apaixonado pelo Peabiru (ao qual eu e meu pai, Rosnel Bond, pertencemos) a tem apresentado a municípios de SC, PR, SP. Importante: nenhum de nós pede pagamento por isto. Somos apenas motivadores. É [uma ideia aberta, livre, leve e solta].	A qual <i>hoje, com variações locais, funciona em Pitanga (PR), Campo Mourão (PR) e cidades do interior e do litoral paulista.</i>	Em SC, um Parque Natural Municipal Caminho do Peabiru foi implantado em Barra Velha [...]
Cotexto	Dado ← Novo	

Fonte: *Corpus do Português* (DAVIES, 2018).

No Exemplo 6 (Quadro 8), o elemento Dado da cláusula relativa apositiva “desgarrada” repousa sobre o conector [A qual] que recupera o grupo nominal negrito no cotexto – *uma ideia aberta, livre, leve e solta*. O elemento Novo está situado no Rema da proposição – *hoje, com variações locais, funciona em Pitanga (PR), Campo Mourão (PR) e cidades do interior e do litoral paulista*. O comentário descritivo realizado pelo escrevente sobre o Tema é a novidade da unidade informacional e tudo ali é importante: (i) “hoje” se opõe a “há anos” presente no cotexto; (ii) “com variações locais” porque a *ideia aberta* não

funciona igual em todas as cidades; (iii) já é possível encontrar a *ideia aberta* nas cidades Pitanga, Campo Mourão e cidades no interior e litoral paulista. Logo, se uma dessas especificações não aparecer, fará falta. Fará falta, porque o leitor não tem conhecimento sobre essas informações. O comentário inteiro permite que o texto se desenvolva mais e, por isso, ele foi classificado como Novo.

Quadro 9 - Exemplo (7)

<p>DAS COISAS QUE A GENTE NEM SABIA QUE PODIA FAZER... Até aí, nada demais - - minha mãe me criou super consciente em relação a esse tipo de coisa, então eu sou daquelas que vai religiosamente a cada 6 meses, faz preventivo e tals. Até porque tenho histórico de câncer na família. Enfim. Só que a médica, que é ótima, me pediu [uma bateria de exames].</p>	<p>Que também faço a cada 6 meses (esses eu enrolo mais, rs).</p>	<p>Te juro que não é bem medo.</p>
<p>Cotexto</p>	<p>Dado ← Novo</p>	

Fonte: *Corpus do Português* (DAVIES, 2018).

Seguindo o modelo de Halliday e Matthiessen (2014), a estrutura no exemplo (7) tem o conector [Que] que funciona como o elemento Dado do bloco de informação, pois ele retoma o grupo nominal negrito no cotexto – *uma bateria de exames*. O elemento Novo, uma vez mais, coincide com o conteúdo da proposição – *também faço a cada 6 meses*. O comentário realizado pelo escrevente sobre o Tema é a novidade da unidade informacional, o que permite que o texto progrida.

Após analisarmos alguns exemplos de *Estrutura da Informação*, em cláusulas relativas apositivas “desgarradas”, segundo a GSF, vale reforçar o porquê de não adotarmos a perspectiva de Prince (1981) para o tratamento dos nossos dados. A noção de informação *Nova* que estamos considerando aqui é interna à cláusula, ou seja, temos como base o conteúdo proposicional disposto na própria cláusula e não uma representação mental de novos elementos/novos referentes no discurso. Nossa preocupação é observar como a informação é trabalhada dentro da cláusula ao observar o nível da léxico-gramática, visto que, na Teoria adotada, para uma estrutura ter *status* de cláusula, ela precisa ter as metafunções ideacional, interpessoal e textual atendidas. Se os estudos de Prince (1981) estivessem sido considerados, precisaríamos expandir a análise para porções maiores no entorno da cláusula, o que não é a nossa intenção aqui. Além disso, precisaríamos adotar a perspectiva da representação dos referentes no discurso, o que não corresponde com a teoria adotada aqui.

Halliday e Matthiessen (2014, p. 115) afirmam que em casos não marcados, cláusula e unidade informacional são coextensivas, sendo assim, todas as relativas apositivas “desgarradas” do *corpus* verificado se configuram por meio de uma estrutura não marcada [Dado-Novo], então, pela lógica, consideramos que a própria relativa apositiva “desgarrada” é uma *unidade informacional*, deixando de fazer sentido a contagem de UI dentro da cláusula. O aspecto *Grau de Informatividade*, então, recaiu sobre o período em que a cláusula se encontra, pois verificamos as cláusulas que se combinam à cláusula relativa apositiva “desgarrada”, formando um complexo clausal. Para tanto, elaboramos a escala de *Grau de informatividade*, de modo que, quanto mais baixo for o grau de informatividade, maior é a evidência/ destaque dado à cláusula relativa apositiva “desgarrada” no texto, pois, já que ela se apresenta individualmente, ela própria é a sentença. Quanto mais elevado for o grau de informatividade, significa dizer que mais cláusulas estão agregadas à cláusula relativa apositiva “desgarrada”, ampliando o *quantum* de informação do período, diminuindo, assim, o foco informacional da relativa. Observemos os resultados obtidos na tabela a seguir:

Tabela 2 - Distribuição das unidades informacionais

<i>Grau de unidades informacionais</i>	Total	
	Oco.	%
1 UI - baixo	353	70,6
2 UI - médio	110	22,0
3 UI - alto	26	5,2
4 UI - elevado	11	2,2
Total:	500	100

Fonte: Souza (2020).

Por meio da Tabela (2), percebemos que a preferência do usuário da língua é o grau de informatividade baixo, ou seja, a presença de apenas uma cláusula: a cláusula relativa apositiva “desgarrada”. Já em 2,2% dos casos (11 oco.), o grau de informatividade foi classificado como elevado, de modo que o complexo clausal é constituído por 4 cláusulas (o máximo identificado em todo o *corpus*): a relativa “desgarrada” combinada a mais três cláusulas hipotáticas e/ou paratáticas. Verifica-se que, de uma forma geral, a “desgarrada” não se combina a outras cláusulas, já que o baixo grau de informatividade registrou 70,6% (353 oco.) e o médio com 22,0% (110 oco.) quando tínhamos somente duas UI no complexo clausal. Somando os graus alto e elevado, verificamos que os dois juntos não chegaram a 10% de todos os dados (500 oco.) analisados. Listamos a seguir alguns exemplos para ilustrar a

combinação de cláusulas composta pela cláusula relativa apositiva “desgarrada” ou a “desgarrada” e uma ou mais cláusula(s) hipotática(s) e/ou paratática(a):

- Exemplo (8)
- a) Sem amor, sem açúcar, sem alegrias... sem tristezas. Voltei... Porque provei que posso seguir! Não voltei pra voce, mas para mim! Tô voltando para a minha vida... Para o meu ego... Para meus amigos... Quero chegar logo! Pular no colo da minha mãe e nos braços de quem amo! Voltei a ser a criança de antes. **A qual havia sido sequestrada pelas tantas dificuldades e problemas da vida.** Que derrepente virou adulto sem face... Não quero mais ir embora... Quero ficar pra SEMPRE, aprendendo o que é viver! Vou arriscar toda vez que sentir vontade... Vou ser ousado, cada vez que meu coração pulsar mais forte. Vou voltar... Tô voltando... Voltei!
- b) De acordo com o policial Sd Sdney que primeiro chegou ao local, o menor é conhecido da polícia. Segundo ele o mesmo já teria se envolvido em uma troca de tiros contra uma guarnição da polícia. "«Ele se envolveu numa ocorrência com a polícia. **Onde ele atirou contra a viatura e foi alvejado num dos braços**»". Relatou o Sd Sdney. Com ele os policiais encontraram um revólver.
- c) Nelson, primeira vez que estou entrando em seu site; moro em Brumado e dia (26/11/08 a 28/11/08) irá ter um feira de ciências em minha escola. **Cujo o tema será Cultura Afro-Brasileira, então a minha professora mandou eu falar sobre a religião...** Pesquisei muito em sites como esse, mas não obtive ajuda, eu irei vestir de (Yamim), so que eu não obtive ajuda para conseguir a minha fala, preciso muito até o dia 23/11/08 para Decorar.
- d) A sua conversa e a sua caminhada devem ser com Deus somente e com aqueles que te demonstrarem amor apesar de tudo, amor incondicional, aqueles que sabem quem você é apesar de não te reconhecerem em meio aos momentos de reestruturação que você vive por a depressão. Porque ninguém fica como sempre foi durante os períodos de depressão. E é o amor, e não acusações, que vai ajudar em isso. A civilização ocidental abomina a depressão. Muitos cristãos abominam a depressão. **O que é previsível, pois vivemos em uma sociedade hedonista, onde tristeza, melancolia e não estar com "«alegria todo dia "» é visto somente como um mal e não como um processo necessário de melhoria e avanço espirituais.**

No Exemplo 8, letra (a), trouxemos um exemplo de grau de informatividade *baixo* contendo apenas a cláusula relativa apositiva “desgarrada” – *A qual havia sido sequestrada pelas tantas dificuldades e problemas da vida*. 353 ocorrências (de 500 oco.) do *corpus* foram dessa forma, o que permitiu mais força, mais evidência para o comentário presente na cláusula única. Selecionamos a porção textual da letra (b) como modelo de 110 ocorrências (de 500 oco.) do grau de informatividade que aqui chamamos de *médio*. Nela, observamos dois blocos de unidade informacional: a cláusula relativa apositiva “desgarrada” – *Onde ele atirou contra a viatura* –, e uma cláusula paratática que estende o significado da primeira cláusula – *e foi alvejado num dos braços*. Pelo período complexo ter duas UI, conseqüentemente, ele traz mais informação para o leitor, diminuindo o direcionamento de foco informacional da cláusula relativa apositiva “desgarrada”.

Na letra (c), a combinação clausal destacada em negrito é modelo de apenas 26 dados (de 500 oco.) rotulados como grau de informatividade *alto* por conter 3 unidades informacionais: (i) uma cláusula relativa apositiva “desgarrada” – *Cujo o tema será Cultura*

Afro-Brasileira; (ii) uma hipotática de realce – *então a minha professora mandou*; (iii) *eu falar sobre a religião*. Percebemos que o grau de informatividade alto, com 3 UI, é bem incomum de ocorrer, já que só obtivemos 5,2% em 500 dados.

Mais raro ainda foram os casos de grau de informatividade *elevado*, 11 dados (2,2%) de 500 oco. A letra (d) é um exemplo dessa combinação de cláusulas constituída por 4 blocos de informação. Nela, temos: (i) uma cláusula relativa apositiva “desgarrada” – *O que é previsível*; (ii) uma cláusula hipotática de realce – *pois vivemos em uma sociedade hedonista*; (iii) uma hipotática que expande o significado da cláusula anterior – *onde tristeza, melancolia e não estar com "« alegria todo dia "» é visto somente como um mal*; (iv) e uma paratática que estende o significado da cláusula anterior – *e não como um processo necessário de melhoria e avanço espirituais*. Em suma, observamos por esses dados que quanto menos cláusulas agregadas à cláusula relativa apositiva “desgarrada”, mais ênfase ela recebe porque a *Figura* não se expande tanto, centrando-se, assim, apenas no *Evento* da “desgarrada”.

Levando em consideração o estudo sobre a *Estrutura Informacional* das cláusulas relativas apositivas “desgarradas” sob a ótica da GSF de Halliday e Matthiessen (2014), podemos validar a hipótese de que o escrevente usa intencionalmente a ruptura sintática (formalmente utilizando o sinal gráfico ponto final) com a finalidade de conduzir o leitor para uma informação com o *status* de *Nova* (informação não recuperável no cotexto). Como vimos na análise dos exemplos, o escrevente cede as informações pouco a pouco durante a construção do seu Texto, movimentando-se para trás (inserindo o elemento *Dado*) e para frente (elemento *Novo*).

Devemos ressaltar que o corpo da cláusula é basicamente constituído de informação *Nova*, visto que a informação *Dada* está encapsulada em um elemento gramatical pronome relativo (geralmente vazio de significado) e que ganha verdadeiro significado quando a referência é ativada, estabelecendo-se uma relação entre a relativa e o referente (SN, SAdv ou porção textual). Assim, na relativa “desgarrada”, o escrevente contextualiza previamente por meio do conector o seu comentário, tornando-o coeso. Quanto ao grau de informatividade, vimos que, quanto mais cláusulas agregadas à cláusula relativa apositiva “desgarrada”, menor é o foco informacional no comentário da cláusula relativa e, por esse motivo, grau de informação alto (com 3 UI) e elevado (com 4 UI) são bem raros, dentro do *corpus* averiguado com 500 cláusulas relativas apositivas “desgarradas”. Sendo assim, verificamos uma preferência dos usuários por um grau de informatividade baixo (com 1 UI), ou seja, a cláusula relativa apositiva “desgarrada” funcionando de forma autônoma, para que ela ganhe maior grau de proeminência focal.

Considerações

A metafunção TEXTUAL, da Gramática Sistêmico-Funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014), revela a sua importância, visto que, por meio dela, podemos verificar a intencionalidade do escrevente ao evidenciar/pôr em relevo o seu comentário, dirigindo o leitor para a informação que *realmente é importante* (do ponto de vista do escrevente) e, concomitantemente, dirige o leitor para a informação com o estatuto de *Nova* (do ponto de vista do leitor).

Mesmo sem uma análise acústica/prosódia da “desgarrada” é possível fazer um estudo do estatuto informacional do comentário da cláusula “desgarrada” por meio dos recursos linguísticos disponíveis. Devemos registrar que o elemento *Novo* da Estrutura Informacional das cláusulas relativas apositivas “desgarradas” coincide com o *Rema* da *Estrutura Temática*, já que em todas as 500 ocorrências do nosso *corpus*, as cláusulas relativas apositivas “desgarradas” seguiram um padrão não marcado. Sendo assim, verificamos um padrão Tema-Rema/ Dado-novo. O baixo índice de outras unidades informacionais agregadas à cláusula relativa (7,4% se juntarmos os dados com 3 UI e 4 UI), reforça o fenômeno do “desgarramento”, pois quanto mais baixo for o grau de informatividade do período, maior é o foco informacional quando a cláusula funciona de forma autônoma.

Portanto, acreditamos que este artigo apresenta subsídios para o estudo das cláusulas relativas apositivas “desgarradas” e, mais especificamente, para as pesquisas relacionadas ao fenômeno do “desgarramento” em língua portuguesa, uma vez que o nosso foco aqui era a metafunção TEXTUAL. Por outro lado, muito há ainda o que ser investigado na cláusula observada, já que a GSF nos dá um leque de possibilidades muito amplo e muito rico, por estar embasada na experiência de mundo do ser humano.

Referências

- CHAFE, W. L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. L. (Org.). **The pears stories: cognitive, cultural and linguistic aspects of narrative production**. New Jersey: Ablex Publishing Co., 1980. p. 9-50.
- CUNHA, M. A.; SOUZA, M. M. **Transitividade e seus contextos de uso**. v. 2. São Paulo: Cortez, 2011.
- DAHLET, V. **As (man)obras da pontuação: usos e significações**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

DAVIES, M. Web/Dialetos. In: **Corpus do Português (2016)**. Provo: Brigham Young University, 2016. Disponível em: <https://www.corpusdoportugues.org/xp.asp>. Acessado em 10 dez. 2018.

DECAT, M. B. N. **Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editores, 2011.

DECAT, M. B. N. Orações relativas apositivas ‘desgarradas’ no português em uso. In: BISPO, E. B.; OLIVEIRA, M. R. (Orgs.). **Orações relativas no português brasileiro: diferentes perspectivas**. Niterói: Editora da UFF, 2014. p.157-189.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. C. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. 1. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2014.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, C. M. I. M. **An introduction to functional grammar**. 4. ed. Londres-Nova York: Routledge, 2014 [1985].

KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender: os sentidos do texto**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE, S.; SMITH, E. **Goldvarb X: A variable rule application for Macintosh and Windows**. Department of Linguistics: University of Toronto, 2005.

SOUZA, K. P. F. “**Exposição de moveis | A qual se fechará brevemente**”: Estudo de cláusulas relativas apositivas “desgarradas” em textos jornalísticos. 2016. 191 f. Dissertação. (Mestrado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SOUZA, K. P. F. Desgarramento de cláusulas relativas apositivas: comparação de três sincronias do PB. In: RODRIGUES, V. V. (Org.). **Desgarramento de cláusulas em português: usos e descrição**. São Paulo: Blucher, 2019. p. 39-60.

SOUZA, K. P. F. **A influência da interpessoalidade nas cláusulas relativas apositivas “desgarradas” segundo a gramática sistêmico-funcional**. 2020. 256 f. Tese. (Doutorado em Letras Vernáculas) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SOUZA, K. P. F.; RODRIGUES, V. V. Adjetivas explicativas e o “desgarramento” em sala de aula. In: RODRIGUES, V. V. (Org.). **Pesquisas em sintaxe e sua aplicação em sala de aula**. Rio de Janeiro: Editorarte, 2018. p. 122-138.

SOUZA, K. P. F.; SILVESTRE, R. C. P. E. “Desgarramento” de cláusulas hipotáticas. In: COELHO, F. A. C.; SILVA, J. E. N.; CONFORTE, A. N. (Orgs.). **Descrição e ensino de língua portuguesa: temas contemporâneos**. Série Língua Portuguesa e Ensino. 1ed. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018, v. 6. p. 385-497.

PRINCE, E. F. Toward a taxonomy of given-new information. In: COLE, P. (ed.). **Radical Pragmatics**. New York: Academic Press, 1981. p. 223-255.

Sobre a autora

Karen Pereira Fernandes de Souza (Orcid iD <http://orcid.org/0000-0002-0544-2778>)

Doutora e mestra em Letras Vernáculas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa pela AVM Educacional; graduada em Letras - Português/Francês pela UFRJ.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

A estrutura retórica de uma redação do ENEM: uma análise funcionalista

The rhetorical structure of an ENEM essay: a functionalist analysis

Luciano Araújo Cavalcante Filho¹
Márcia Teixeira Nogueira²

Resumo: O presente trabalho fundamenta-se na Teoria da Estrutura Retórica do Texto (*Rhetorical Structure Theory* – RST). De acordo com Mann e Thompson (1988), a RST corresponde a uma ferramenta teórica profícua para a descrição das relações entre as cláusulas de um texto, a análise dos sentidos de conjunções no processo de combinação de orações, o estudo da coerência e a identificação das proposições relacionais que, embora não estejam muitas vezes marcadas, acabam por emergir da estrutura durante o processo de interpretação textual. Com o aparato teórico da RST, analisamos a composição estrutural e as proposições relacionais explícitas e inferidas que emergem em uma redação do ENEM selecionada pelo INEP como exemplo de texto que obteve nota máxima em 2017. Nosso estudo é um exercício de análise textual pautado na RST, com o objetivo de demonstrar como esse aparato teórico pode orientar a análise de uma produção textual de natureza tão específica, explicitando relações entre cláusulas, bem como entre porções textuais maiores, tais como período e parágrafos. Assim, observamos que a redação do ENEM apresentou estrutura retórica condizente com a tipologia textual dissertativo-argumentativa. Foram identificadas relações que estão diretamente envolvidas no desenvolvimento temático e argumentativo, tais como evidência, lista, conclusão e elaboração.

Palavras-chave: Funcionalismo. Estrutura Retórica. Redação. Plausibilidade.

Abstract: The present work is based on Rhetorical Structure Theory (RST). According to Mann and Thompson (1988), the RST is a useful theoretical tool for description of the relationships between clauses in a text, the analysis of the meanings of conjunctions in the sentence combination process, the study of the coherence and identification of propositional relations that, although not often marked, eventually emerge from the structure during the process of textual interpretation. With this theoretical basis, we intend to investigate the structural composition and the explicit and inferred propositional relations that emerge in an ENEM essay selected by INEP as an example of a text that obtained the highest grade in 2017. Our study corresponds to a textual analysis exercise based on the RST, with the objective of identifying how this type of textual production, of such a specific nature, is structured through the relations between clauses, as well as between larger textual portions, such as period and paragraphs. English abstract version. Maintain the same settings as the abstract of the original language. If the original language of the article is not Portuguese, the abstract and the Keywords in Portuguese should be presented. Thus, we observed that the ENEM essay presented a rhetorical structure consistent with the textual typology of typology of expository-argumentative texts. Relationships were identified that are directly involved in thematic and argumentative development, such as evidence, list, conclusion and elaboration.

Keywords: Functionalism. Rhetorical Structure. Essay. Plausibility.

¹ Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística; Rede Estadual de Ensino do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil. Bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Endereço eletrônico: lucianoaraujo81@yahoo.com.br.

² Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, CE, Brasil. Endereço eletrônico: marciatn@gmail.com.

Introdução

A Teoria da Estrutura Retórica (*Rhetorical Structure Theory*), doravante RST, representa uma ferramenta teórica capaz de descrever os mecanismos envolvidos no processo de compreensão e escrita de textos. Para demonstrar sua aplicação, nosso trabalho buscou investigar a composição estrutural e as relações de coerência que emergem na produção textual exigida pelo Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), principal modalidade avaliativa do Ensino Médio em nosso País. Por promover uma combinação de mecanismos úteis à análise de estruturas hierárquicas presentes no texto, a RST descreve as relações existentes entre partes que compõem o texto a partir de uma visão funcional de língua (MANN; THOMPSON, 1988).

O estudo que ora apresentamos consiste na aplicação da teoria à análise de uma redação que foi apresentada como exemplo de nota máxima na Cartilha do Participante do ENEM 2018 (BRASIL, 2018), elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Ministério da Educação (MEC). Nosso objetivo consiste, por meio dessa análise, em demonstrar como a RST pode ser aplicada na investigação das proposições relacionais entre cláusulas e em porções maiores de texto, mesmo que essas relações não estejam gramaticalmente marcadas, uma vez que as proposições relacionais podem emergir independentemente da presença de conectivos oracionais. Tal característica metodológica pode contribuir, de maneira significativa, com o estudo da coerência textual.

A teoria da estrutura retórica do texto (RST)

A RST foi desenvolvida pelo núcleo funcionalista da Costa Oeste norte-americana, sendo seus principais representantes Christian Matthiessen, William Mann e Sandra Thompson. A principal característica dessa corrente teórica é crer em um fenômeno combinacional que se define dentro do texto e se volta ao estudo da organização textual como uma rede de proposições relacionais que são estabelecidas entre orações ou porções maiores do texto (denominadas *spans* ou unidades informacionais).

Tais relações, que podem surgir marcadas ou não por meios gramaticais e/ou lexicais, são descritas com base nos propósitos comunicativos do falante/produtor do texto, assim como no julgamento que ele faz acerca de seu ouvinte/leitor. Além disso, Mann e Thompson (1988) afirmam que, devido à coerência de um texto depender em parte dessas proposições relacionais, a RST tem sido útil no estudo da coerência textual. Para os autores, a descrição da estrutura das relações retóricas de um texto corresponde a uma análise funcional justamente

pelo fato de a organização textual refletir, direta ou indiretamente, as intenções comunicativas do falante/escritor, justificando, portanto, o termo *retórica* na designação da teoria.

O processo de identificação de uma proposição relacional ocorre por meio de um *juízo de plausibilidade*. Para Mann e Thompson (1988), o analista tem acesso apenas ao texto, ao contexto em que ele foi produzido e às convenções culturais do escritor e dos possíveis leitores, porém não tem acesso direto às mentes do escritor e do leitor. Portanto, sabendo que o analista não pode identificar, com exatidão, quais são os objetivos comunicativos reais pretendidos pelo escritor, bem como os sentidos específicos apreendidos pelo leitor em sua interpretação, afirmamos que uma determinada relação é *plausível*, isto é, pode ser admitida.

Conforme Mann, Matthiessen e Thompson (1992), no início dos estudos da RST, foi proposta uma lista de, aproximadamente, vinte e cinco proposições relacionais. No entanto, segundo advertência dos próprios autores, essa quantidade não corresponde a um rol fechado, mas sim a um conjunto de relações suficientes para que os fins de investigação dos textos com os quais trabalharam fossem satisfatoriamente concretizados.

De acordo com Mann e Thompson (1987), as relações podem ser classificadas em dois grupos, a partir da noção de *efeito* exercido sobre o leitor/ouvinte. Segundo essa orientação, teremos as relações de assunto (*subject matter*) e as de apresentação (*presentation*). As primeiras têm como efeito conduzir o leitor a reconhecer a relação semântica que está sendo colocada em questão. Já as relações de apresentação, nas quais se encontram aspectos relativos a uma natureza mais pragmática, buscam aumentar a inclinação do leitor a agir de acordo com o conteúdo do núcleo, concordar com o conteúdo do núcleo, acreditar no conteúdo do núcleo ou aceitar o conteúdo do núcleo (ANTONIO; SANTOS, 2014). A lista de proposições relacionais que utilizaremos em nosso estudo (QUADRO 1) corresponde, basicamente, à proposta por Mann e Taboada (2010), com pequenas alterações, devido à necessidade de se acrescentarem algumas outras relações, as quais foram transcritas de Carlson e Marcu (2001)³.

³ As relações extraídas de Carlson e Marcu (2001) por nós acrescentadas à lista proposta por Mann e Taboada (2010) foram ATRIBUIÇÃO, EXEMPLO, CONCLUSÃO e MESMA-UNIDADE. Essa última relação não exerce um papel propriamente retórico, mas sim estrutural, pois tem a função de sinalizar a ocorrência de uma unidade informacional que se encontra intercalada a uma outra unidade.

Quadro 1 – Relações de assunto e apresentação

Assunto: ELABORAÇÃO, CIRCUNSTÂNCIA, SOLUÇÃO, CAUSA, RESULTADO, PROPÓSITO, CONDIÇÃO, INTERPRETAÇÃO, MEIO, AVALIAÇÃO, REAFIRMAÇÃO, RESUMO, SEQUÊNCIA, CONTRASTE, ATRIBUIÇÃO, EXEMPLO, CONCLUSÃO
Apresentação: MOTIVAÇÃO, ANTÍTESE, FUNDO, COMPETÊNCIA, EVIDÊNCIA, JUSTIFICATIVA, CONCESSÃO, PREPARAÇÃO

Fonte: Adaptado Mann e Taboada (2010) e Carlson e Marcu (2001).

De acordo com Antonio (2001), dá-se início a uma análise pautada na RST com a segmentação do texto em unidades que, em sua maioria, correspondem a orações, exceto as completivas e as adjetivas restritivas, que são consideradas como parte da unidade à qual estão ligadas.

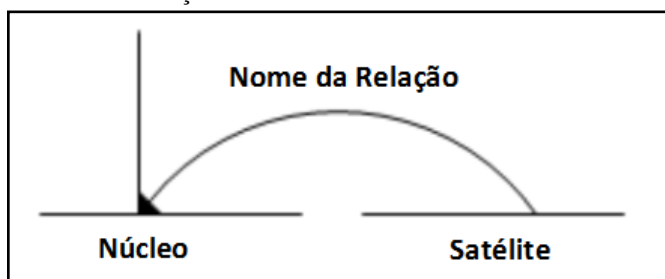
As relações, segundo Mann, Matthiessen e Thompson (1992), são definidas de acordo com critérios de restrições e efeito:

1. Restrições: incluem um conjunto de restrições no núcleo, um conjunto de restrições no satélite, e um conjunto de restrições na combinação entre o núcleo e o satélite.
2. Efeito: incluindo uma declaração do efeito que plausivelmente o escritor estava tentando produzir ao empregar a relação, e (derivado dessa declaração) o *locus* de efeito, que pode ser identificado apenas no núcleo sozinho ou na combinação núcleo-satélite.⁴ (MANN, MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992, p. 11).

Quanto à organização, as relações podem se manifestar na forma *núcleo-satélite* (FIGURA 1), em que uma porção do texto (satélite) é ancilar da outra (núcleo), ou por meio de uma forma *multinuclear* (FIGURA 2), na qual cada porção textual corresponde a núcleos distintos. A RST utiliza-se de esquemas gráficos pré-definidos com o objetivo de representar a maneira como os *spans* se relacionam para formarem porções de texto maiores.

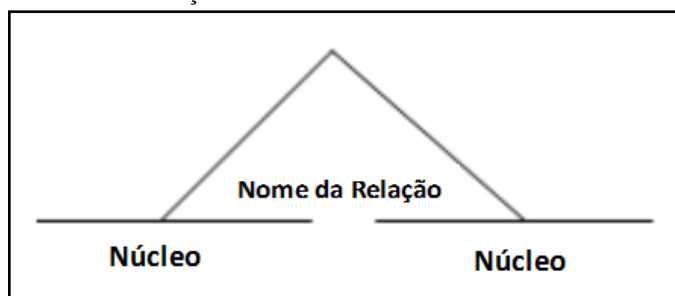
⁴ Tradução nossa de: “1. Constraints: including a set of constraints on the nucleus, a set of constraints on the satellite, and a set of constraints on the combination of nucleus and satellite. 2. Effect: including a statement of the effect that plausibly the writer was attempting to produce in employing the relation, and (derived from that statement) the locus of effect, identified as either the nucleus alone or the nucleus-satellite combination” (MANN; MATTHIESSEN; THOMPSON, 1992, p. 11).

Figura 1 – Esquema genérico de uma relação *núcleo-satélite*



Fonte: Adaptado de Mann e Thompson (1987).

Figura 2 – Esquema genérico de uma relação *multinuclear*



Fonte: Adaptado de Mann e Thompson (1987).

Nesses esquemas, as curvas representam as relações estabelecidas, as linhas verticais representam os núcleos e as linhas horizontais representam as porções textuais.

Análise de uma redação do ENEM

Em 2017, a prova de redação do ENEM solicitava aos candidatos que redigissem um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema *Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil*. O texto que selecionamos é parte integrante de um conjunto formado por nove produções que obtiveram nota máxima (1000 pontos) no ENEM de 2017. Essas redações foram divulgadas pelo INEP na Cartilha do Candidato (BRASIL, 2018) para que os interessados pudessem ter acesso a exemplos de produções textuais que atendessem de forma satisfatória aos critérios de avaliação do exame.

Em nosso trabalho, optamos por analisar uma redação que obteve nota máxima por acreditarmos que, por meio da apresentação da estrutura retórica característica desse texto, nosso trabalho pode representar uma contribuição ao ensino da leitura e da escrita dessa modalidade de texto forjado em condições de produção tão específicas, ao evidenciarmos a rede de proposições relacionais que venha a ser nele identificada.

Ressaltamos, no entanto, que não pretendemos aqui proceder a uma investigação exaustiva a respeito da estrutura da redação desse exame, mas sim apresentar um exemplo de

aplicação da RST e de como ela pode ser útil na análise das proposições relacionais explícitas e inferidas que emergem da articulação das porções responsáveis pela coerência do texto.

Procedimentos metodológicos de análise

Segundo Antonio (2001), os pressupostos teóricos em que Teoria da Estrutura Retórica do Texto se encontra fundamentada são os seguintes:

1. os textos são formados por grupos organizados de orações que se relacionam hierarquicamente entre si de várias formas;
2. as relações que se estabelecem entre as orações podem ser descritas com base na intenção comunicativa do enunciador e na avaliação que o enunciador faz do enunciatário e refletem as escolhas do enunciador para organizar e apresentar os conceitos;
3. a maioria das relações que se estabelecem são do tipo *núcleo-satélite*, em que uma parte do texto serve de subsídio para outra. (ANTONIO, 2001, p. 20).

Mann, Matthiessen e Thompson (1992) afirmam que o primeiro passo de uma análise pautada na RST é dividir o texto em unidades, cujo tamanho é arbitrário. Segundo os autores, a opção metodológica mais profícua tem-se voltado à análise de cláusulas, o que nos faz considerar cada oração como uma unidade de informação, exceto as orações completivas e as adjetivas restritivas, por estarem integradas à principal.

Para Decat (2010), as chamadas unidades de informação podem equivaler ao nível da oração, mas também não se pode negar a possibilidade de elas serem representadas por qualquer porção que venha a se constituir como uma unidade dotada de força informacional. Dessa forma, apoiados na metodologia da RST, obedeceremos aos seguintes passos em nossa análise:

- a) segmentação do texto em uma macroestrutura⁵ composta por três grandes unidades textuais visando à identificação das partes constituintes da estrutura típica do texto dissertativo-argumentativo: *introdução, desenvolvimento e conclusão*;
- b) identificação das proposições relacionais responsáveis por articular as partes que compõem a macroestrutura do texto;

⁵ Em nosso estudo, o emprego das expressões *macroestrutura* e *microestrutura* é inspirado em Van Dijk (2019). Para o autor, a *macroestrutura* representa uma estrutura cognitiva de significado mais geral capaz de dar unidade e coerência ao texto. Já a *microestrutura* corresponde ao nível das cláusulas apresentadas em um texto - oral ou escrito.

c) análise, de forma individualizada, das proposições relacionais que emergem entre as unidades que compõem a microestrutura de cada um dos parágrafos do texto, as quais, em nosso estudo, correspondem, em sua maioria, a cláusulas.

A respeito do que consideramos como unidade informacional, estamos de acordo com Taboada e Mann (2006), quando afirmam que “não acreditamos que um método único de divisão seja correto para todos; nós encorajamos a inovação⁶” (MANN; TABOADA, 2006, p. 8). Com isso, em nosso estudo, optamos por considerar, além de cláusulas em suas formas reduzidas e desenvolvidas, o aposto como unidade informacional.

Em Nogueira (1999), a autora propõe uma nova perspectiva para os estudos sobre as expressões apositivas, as quais devem ser vistas como um mecanismo textual-discursivo. Devido ao seu caráter multifuncional, a aposição não-restritiva participa, a um só tempo, da construção dos sentidos de um texto, nos planos textual, cognitivo e argumentativo-atitude. Logo, acreditamos que o aposto exerce, em geral, a função de expandir a expressão nominal a que se refere, acrescentando-lhe informações e representando uma estratégia textual do autor para desenvolver a temática abordada e orientar argumentativamente seu texto.

Com o objetivo de explicitarmos as relações existentes na amostra, dividimos, inicialmente, o texto em três grandes partes (*introdução, desenvolvimento e conclusão*), de tal modo que identificamos uma macroestrutura em conformidade com a tipologia clássica do texto dissertativo-argumentativo. Além disso, ressaltamos que o *desenvolvimento* foi dividido em duas porções, pois essa unidade é composta por dois parágrafos, que também serão analisados. Dessa forma, podemos verificar como ficou a divisão da redação no quadro a seguir:

Quadro 2 – Partes que compõem a estrutura de uma redação nota máxima do ENEM

INTRODUÇÃO	<p><i>A formação educacional de surdos encontra, no Brasil, uma série de empecilhos. Essa tese pode ser comprovada por meio de dados divulgados pelo Inep, os quais apontam que o número de surdos matriculados em instituições de educação básica tem diminuído ao longo dos últimos anos. Nesse sentido, algo deve ser feito para alterar essa situação, uma vez que milhares de surdos de todo o país têm o seu direito à educação vilipendiado, confrontando, portanto, a Constituição Cidadã de 1988, que assegura a educação como um direito social de todo cidadão brasileiro.</i></p>
-------------------	---

⁶ Tradução nossa de: “we do not believe that one unit division method will be right for everyone; we encourage innovation” (TABOADA; MANN, 2006, p. 8).

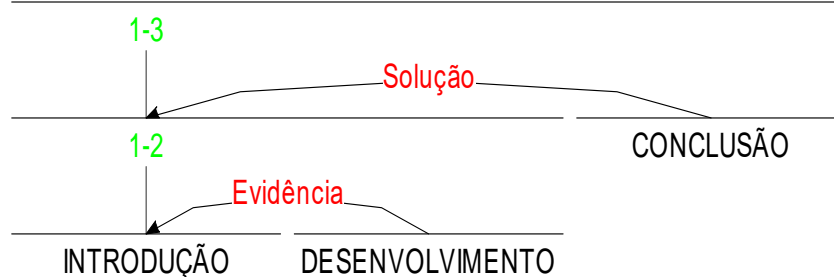
DESENVOLVIMENTO	PORÇÃO I	<i>Em primeira análise, o descaso estatal com a formação educacional de deficientes auditivos mostra-se como um dos desafios à consolidação dessa formação. Isso porque poucos recursos são destinados pelo Estado à construção de escolas especializadas na educação de pessoas surdas, bem como à capacitação de profissionais para atenderem às necessidades especiais desses alunos. Ademais, poucas escolas são adeptas do uso de libras, segunda língua oficial do Brasil, a qual é primordial para a inclusão de alunos surdos em instituições de ensino. Dessa forma, a negligência do Estado, ao investir minimamente na educação de pessoas especiais, dificulta a universalização desse direito social tão importante.</i>
	PORÇÃO II	<i>Em segunda análise, o preconceito da sociedade com os deficientes apresenta-se como outro fator preponderante para a dificuldade na efetivação da educação de pessoas surdas. Essa forma de preconceito não é algo recente na história da humanidade: ainda no Império Romano, crianças deficientes eram sentenciadas à morte, sendo jogadas de penhascos. O preconceito ao deficiente auditivo, no entanto, reverbera na sociedade atual, calcada na ética utilitarista, que considera inútil pessoas que, aparentemente menos capacitadas, têm pouca serventia à comunidade, como é o caso dos surdos. Os deficientes auditivos, desse modo, são muitas vezes vistos como pessoas de menor capacidade intelectual, sendo excluídos pelos demais, o que dificulta aos surdos não somente o acesso à educação, mas também à posterior entrada no mercado de trabalho.</i>
CONCLUSÃO		<i>Nesse sentido, urge que o Estado, por meio do envio de recursos ao Ministério da Educação, promova a construção de escolas especializadas em deficientes auditivos e a capacitação de profissionais para atuarem não apenas nessas escolas, mas em instituições de ensino comuns também, objetivando a ampliação do acesso à educação aos surdos, assegurando a estes, por fim, o acesso a um direito garantido constitucionalmente. Outrossim, ONGs devem promover, através da mídia, campanhas que conscientizem a população acerca da importância do deficiente auditivo para a sociedade, enfatizando em mostrar a capacidade cognitiva e intelectual do surdo, o qual seria capaz de participar da população economicamente ativa (PEA), caso fosse concedido a este o direito à educação e à equidade de tratamentos, por meio da difusão do uso de libras. Dessa forma, o Brasil poderia superar os desafios à consolidação da formação educacional de surdos.</i>

Fonte: Adaptado de Brasil (2018), p. 41.

Podemos perceber que o padrão textual que é exigido pelo ENEM possui uma estrutura mais ou menos fixa e similar à de gêneros que se enquadram no tipo dissertativo-argumentativo. A grande diferença que pode ser identificada entre uma redação estilo ENEM e textos de outros gêneros desse mesmo tipo textual corresponde à obrigatoriedade de que uma intervenção seja proposta pelo candidato, elemento que pode ou não estar presente em outros textos de natureza argumentativa, tais como um artigo de opinião ou um editorial.

Passaremos, agora, a descrever as proposições relacionais explícitas e inferidas identificadas entre os parágrafos do texto que selecionamos para nossa análise, de acordo com a FIGURA 3:

Figura 3 – Proposições relacionais que emergem entre as unidades que compõem a macroestrutura da redação



Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme o *princípio da nuclearidade*, proposto por Mann e Thompson (1988), o núcleo representa a porção do texto mais relevante para a expressão dos propósitos comunicativos do autor, sendo, portanto, sua parte mais central. Com base nisso, verificamos que o *span 1*, correspondente à *introdução*, representa o núcleo com o qual as duas outras porções textuais maiores (*desenvolvimento* e *conclusão*) mantêm relações de EVIDÊNCIA e SOLUÇÃO, respectivamente. Tal fato ocorre por conta de, no parágrafo introdutório, serem apresentadas a temática a ser abordada e a tese a ser defendida, que é, no caso do texto exemplo, a necessidade de uma intervenção para o problema que se coloca.

Como foi dito, a primeira relação núcleo-satélite que se coloca é a de EVIDÊNCIA, que se estabelece entre o *desenvolvimento* (satélite) e a *introdução* (núcleo). EVIDÊNCIA é uma relação de apresentação (*presentation*), exercendo, portanto, uma importante função pragmática, pois manifesta o desejo do autor⁷ em aumentar a adesão do leitor à tese apresentada. Por essa razão, os argumentos utilizados pelo autor para sustentar seu ponto de vista estão concentrados no *desenvolvimento*.

Azar (1999) aponta a existência de Relações Argumentativas (*Argument Relations*), que são proposições relacionais que se manifestam constantemente em textos de caráter persuasivo. Nelas, o processo argumentativo ocorre por meio de uma relação núcleo-satélite, em que o satélite corresponde a um argumento, e o núcleo, a uma opinião/conclusão. Dentre essas relações, segundo Azar (1999), a que melhor representa a forma como o usuário da língua constrói sua argumentação é a de EVIDÊNCIA, devido ao fato de ele buscar, com base no que propõe no satélite, incrementar a crença do leitor, conduzindo-o a aceitar a informação contida no núcleo.

A terceira relação núcleo-satélite que pode ser identificada nessa estrutura corresponde à que se estabelece entre a junção das unidades *introdução* e *desenvolvimento*, as quais

⁷ Consideraremos, em nosso estudo, os termos “autor” e “leitor” como sinônimos de “falante” e “ouvinte”, respectivamente.

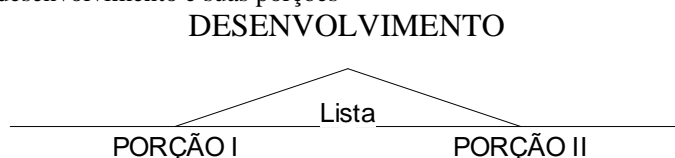
representam, juntas, o núcleo, e o seu satélite, aqui representado pela *conclusão*. Nessa porção final, emerge a relação de SOLUÇÃO. Com ela, podemos perceber que o participante foi levado, devido à exigência própria da prova, a apresentar uma intervenção para o problema sugerido pelo tema da redação. Logo, ele não apenas avaliou o problema, mas também propôs algumas medidas para amenizar as dificuldades que as pessoas com deficiência encontram em sua formação.

Como não será possível, devido a limitações de espaço, demonstrarmos aqui uma análise completa de cada uma das partes que compõem a microestrutura do texto por nós selecionado, apresentaremos, como exemplo de análise, a descrição das proposições relacionais que emergem das unidades que compõem a microestrutura do *desenvolvimento* da redação. A opção por essa unidade específica do texto foi motivada pela própria natureza dissertativo-argumentativa da redação do ENEM, ou seja, é no *desenvolvimento* que o participante vai apresentar e elaborar seus argumentos em busca de dar sustentação à tese que ele propõe na *introdução*.

Análise da porção de desenvolvimento de uma redação do ENEM

No texto que analisamos, a unidade que identificamos como *desenvolvimento* constitui-se de dois parágrafos, os quais mantêm entre si uma relação multinuclear de LISTA. Ao utilizar essa relação, de acordo com Mann e Thompson (1988), o autor manifesta o desejo de levar o leitor a comparar os elementos que ali estão relacionados, os quais correspondem, na redação em análise, aos argumentos que foram apresentados e desenvolvidos de forma separada em cada um dos parágrafos. Assim, cada porção que compõe a unidade informacional do *desenvolvimento* contém o mesmo valor retórico na construção da argumentação apresentada, o que é evidenciado pelo seguinte esquema:

Figura 4 – Estrutura do desenvolvimento e suas porções



Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de suas diferenças, as Porções I e II, as quais se encontram em relação de LISTA (que exhibe algum tipo de estrutura paralela entre as unidades envolvidas na relação), convergem quanto ao aspecto organizacional por se estruturarem a partir de um tópico frasal

que será desenvolvido por meio de relações diversas ao longo de sua produção, o que nos faz acreditar que o participante atuou de maneira consciente ao utilizar uma mesma técnica na produção dos dois parágrafos do *desenvolvimento*.

Assim, segmentamos a primeira porção do *desenvolvimento* conforme o quadro 3. Nele podemos verificar que as unidades informacionais que compõem a microestrutura do parágrafo encontram-se devidamente separadas por colchetes. Vale ainda destacar que, no final do parágrafo, a unidade informacional [*ao investir minimamente na educação de pessoas especiais*] está intercalada à unidade [*Dessa forma, a negligência do Estado dificulta a universalização desse direito social tão importante*]. A intercalação de uma oração adverbial à cláusula núcleo é um fenômeno relevante a ser observado, pois, segundo Decat (2001), o posicionamento das cláusulas hipotáticas adverbiais está sujeito às funções discursivas por elas exercidas no texto.

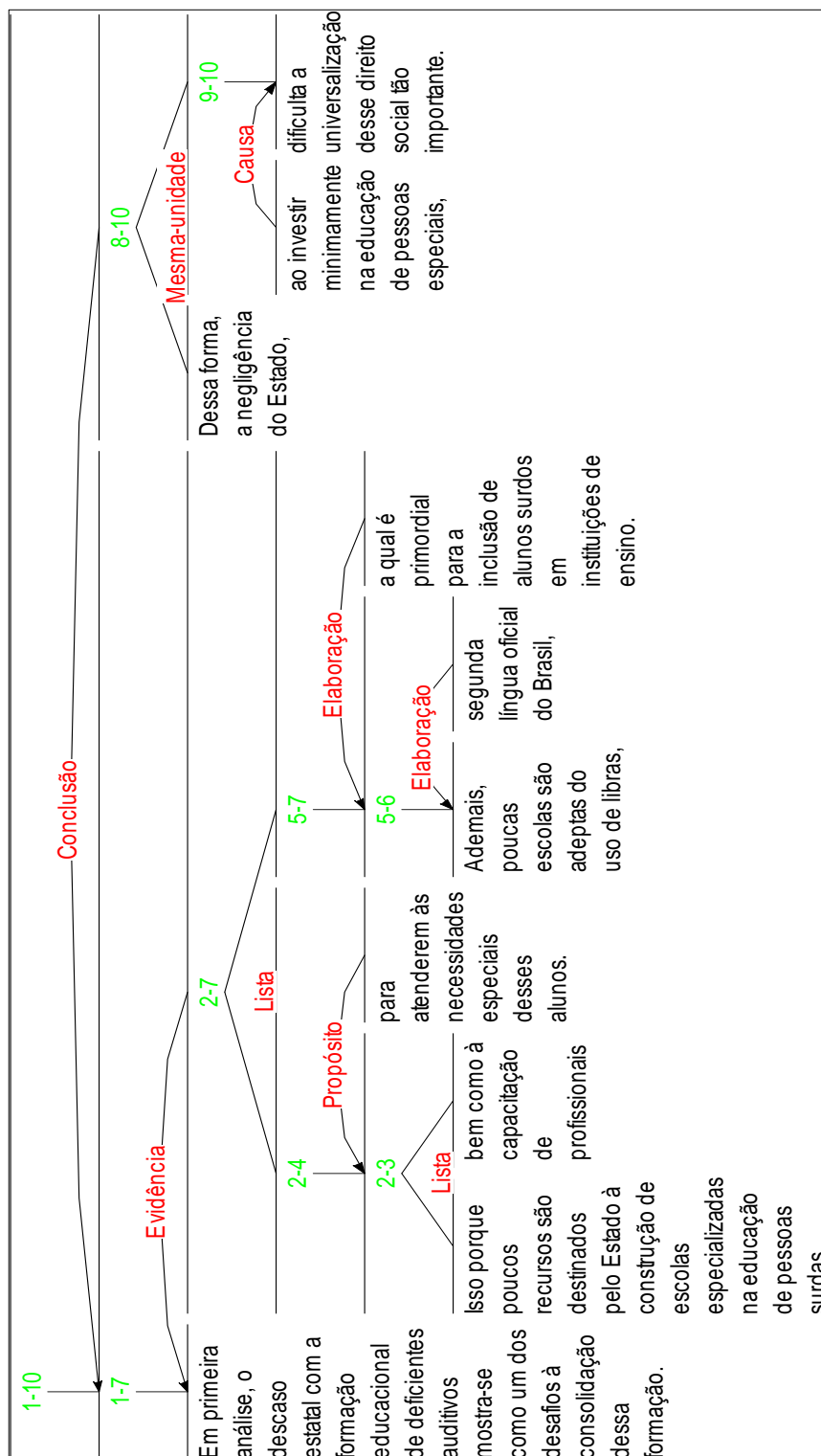
Quadro 3 - Unidades de informação do desenvolvimento (Porção I)

[*Em primeira análise, o descaso estatal com a formação educacional de deficientes auditivos mostra-se como um dos desafios à consolidação dessa formação.*] [*Isso porque poucos recursos são destinados pelo Estado à construção de escolas especializadas na educação de pessoas surdas,*] [*bem como à capacitação de profissionais*] [*para atenderem às necessidades especiais desses alunos.*] [*Ademais, poucas escolas são adeptas do uso de libras,*] [*segunda língua oficial do Brasil,*] [*a qual é primordial para a inclusão de alunos surdos em instituições de ensino.*] [*Dessa forma, a negligência do Estado (...) [ao investir minimamente na educação de pessoas especiais] (...) dificulta a universalização desse direito social tão importante*].

Fonte: Adaptado de Brasil (2018).

Entre essas unidades, foram identificadas 4 relações de assunto (CAUSA, PROPÓSITO, CONCLUSÃO e ELABORAÇÃO), 1 relação de apresentação (EVIDÊNCIA) e 1 multinuclear (LISTA), de acordo com o esquema que representa a Porção I do *desenvolvimento* (FIGURA 5):

Figura 5 – Estrutura retórica do desenvolvimento (Porção I)



Fonte: Adaptado de Brasil (2018, p. 41).

A predominância das relações de assunto nessa porção sinaliza que a preocupação do autor é, possivelmente, fazer que o leitor compreenda as relações estabelecidas entre as unidades linguísticas selecionadas para construir sua argumentação, o que garantiria, por conseguinte, a coerência do parágrafo como um todo.

Como exemplos de relações de assunto que puderam ser identificadas nessa primeira porção do *desenvolvimento*, temos a ELABORAÇÃO e a CAUSA. Podemos verificar que o autor utiliza a relação de ELABORAÇÃO entre os *spans* 5 e 6, assim como nos *spans* 5-6 e 7. Essa relação se manifesta quando a intenção do autor é acrescentar informações atribuídas por ele à porção núcleo, de forma a melhor elaborar suas ideias em busca de uma argumentação consistente.

Finalmente, o segundo exemplo de relação de assunto identificada na Porção I é a de CAUSA. Como o próprio nome diz, o uso dessa relação tem, como objetivo, conduzir o leitor a reconhecer o satélite como a causa de uma informação apresentada no núcleo. Vale destacar que, apesar de a RST diferenciar as noções de causa como *volitiva* e *não-volitiva*, tal distinção não representou uma preocupação necessária ao nosso trabalho, o que nos levou a considerá-la em seu sentido mais amplo.

Sendo assim, para que o leitor compreenda a articulação estabelecida entre as cláusulas expressas nos *spans* 9 e 10, é necessário que ele seja capaz de inferir a relação de CAUSA que emerge entre o satélite (baixo investimento em educação de pessoas especiais) e seu respectivo núcleo (a dificuldade de universalização para os deficientes auditivos do direito à educação de qualidade). Como podemos perceber, a cláusula que representa o satélite dessa relação (*ao investir minimamente na educação de pessoas especiais*) encontra-se intercalada a outra cláusula (*Dessa forma, a negligência do Estado [...] dificulta a universalização desse direito social tão importante*). Devido a esse fenômeno, foi identificada a relação MESMA-UNIDADE, a qual Carlson e Marcu (2001) denominam como uma pseudo-relação, por se tratar apenas de um mecanismo auxiliar na estruturação do texto.

A segunda porção do *desenvolvimento* também foi dividida em unidades informacionais, como pode ser observado no quadro a seguir:

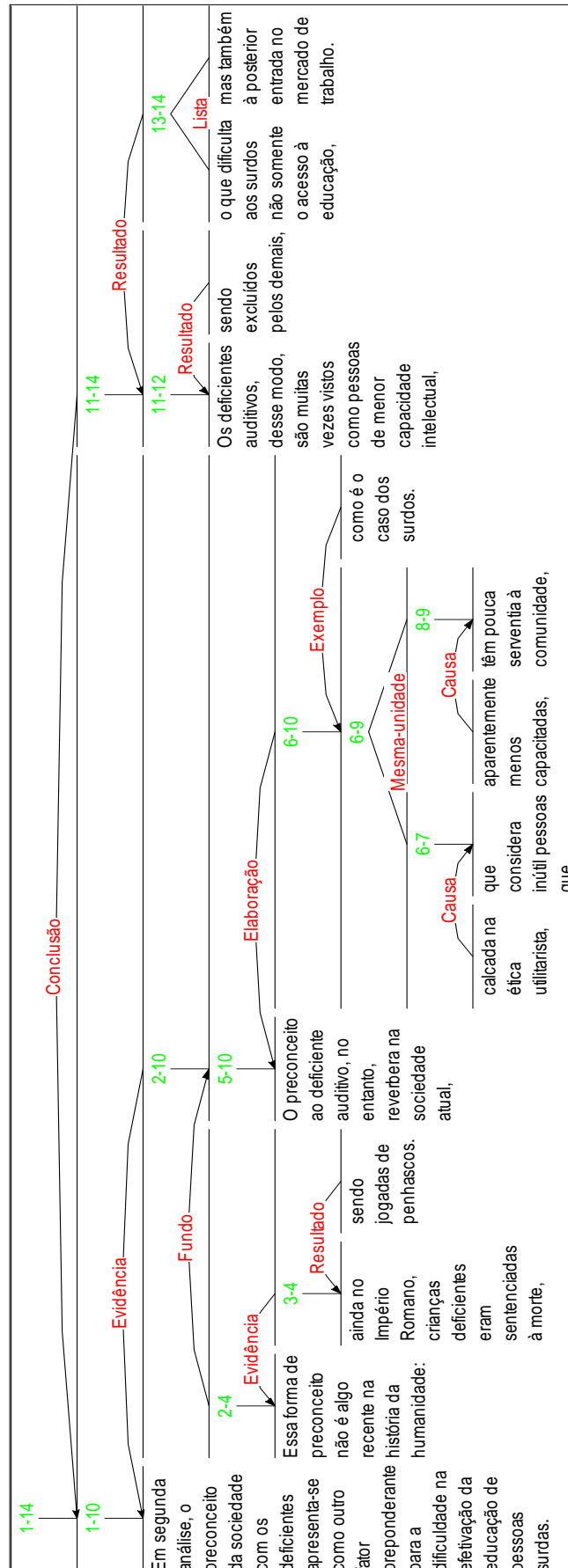
Quadro 4 – Unidades de informação do desenvolvimento (Porção II)

[Em segunda análise, o preconceito da sociedade com os deficientes apresenta-se como outro fator preponderante para a dificuldade na efetivação da educação de pessoas surdas.] [Essa forma de preconceito não é algo recente na história da humanidade:] [ainda no Império Romano, crianças deficientes eram sentenciadas à morte,] [sendo jogadas de penhascos.] [O preconceito ao deficiente auditivo, no entanto, reverbera na sociedade atual,] [calcada na ética utilitarista,] [que considera inútil pessoas que, (...) [aparentemente menos capacitadas,] (...) têm pouca serventia à comunidade,] [como é o caso dos surdos.] [Os deficientes auditivos, desse modo, são muitas vezes vistos como pessoas de menor capacidade intelectual,] [sendo excluídos pelos demais,] [o que dificulta aos surdos não somente o acesso à educação,] [mas também à posterior entrada no mercado de trabalho.]

Fonte: Adaptado de Brasil (2018).

A partir dessa segmentação, foram identificadas as seguintes relações: *a*) relações de assunto: CONCLUSÃO (1), ELABORAÇÃO (1), CAUSA (2), EXEMPLO (1) e RESULTADO (3); *b*) relações de apresentação: EVIDÊNCIA (2) e FUNDO (1); e *c*) relação multinuclear: LISTA (1). Na FIGURA 6 podemos melhor visualizar a estrutura retórica dessa segunda porção do *desenvolvimento*:

Figura 6 – Estrutura retórica do desenvolvimento (Porção II)

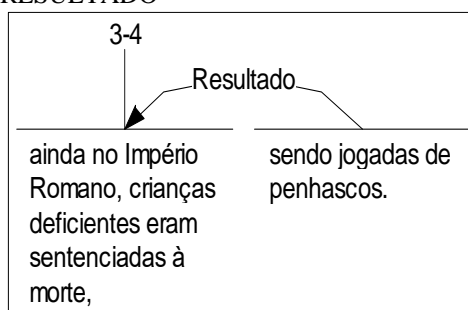


Fonte: Adaptado de Brasil (2018, p. 41).

Como exemplo de uma relação que foi bastante utilizada nessa porção (3 ocorrências), podemos citar a de RESULTADO, que, em sentido contrário ao da relação de CAUSA, manifesta a intenção do autor em levar o leitor a reconhecer o satélite como um resultado de uma causa expressa no núcleo. Assim como a CAUSA, a RST igualmente diferencia a relação de RESULTADO como *volitivo* ou *não-volitivo*. Essa distinção também não foi considerada em nosso estudo.

Na FIGURA 7, temos um exemplo do uso dessa relação, em que o satélite “*sendo jogadas de penhascos*” representa um resultado de uma ação descrita no núcleo, isto é, o fato de crianças portadoras de deficiência serem condenadas à morte na Roma Antiga.

Figura 7 - Exemplo da relação de RESULTADO



Fonte: Adaptado de Brasil (2018, p. 41).

Total de relações identificadas na redação

Como afirmamos, devido à restrição de espaço, não pudemos apresentar aqui uma análise detalhada, mas apenas resultados parciais de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, que conta com um número maior de textos. Apresentamos, no Quadro 5, o total de relações identificadas na análise da redação.

Quadro 5 – Total de proposições relacionais identificadas na redação

RELAÇÕES DE ASSUNTO	RELAÇÕES DE APRESENTAÇÃO
LISTA (6), CONCLUSÃO (5), ELABORAÇÃO (5), PROPÓSITO (5), CAUSA (4), RESULTADO (4), MÉTODO (3), ATRIBUIÇÃO (1), EXEMPLO (1), CONDIÇÃO (1)	EVIDÊNCIA (4) FUNDO (1) CONCESSÃO (1)
TOTAL = 35	TOTAL = 6
TOTAL DE RELAÇÕES = 41	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme podemos verificar, o autor utilizou, com bastante frequência, relações de assunto, como a de LISTA, como forma de elencar seus argumentos selecionados; a proposição relacional de ELABORAÇÃO, acrescentando informações adicionais e/ou explicativas para melhor esclarecer seu ponto de vista, bem como as de CAUSA e RESULTADO, manifestando o valor de causalidade frequentemente identificado em textos dessa natureza. Ainda em referência às relações de assunto, diagnosticamos que o autor da redação utilizou, no final de todos os parágrafos, assim como na última porção da estrutura geral do texto, a relação de CONCLUSÃO. Isso se justifica pela necessidade sentida pelo participante de dar um desfecho lógico-avaliativo para cada parágrafo do texto por ele produzido.

Como já era de se esperar, a relação de apresentação mais frequente na redação foi a de EVIDÊNCIA. Conforme já dito, o uso dessa proposição relacional tem por objetivo aumentar a adesão do leitor às ideias expressas pelo autor na porção núcleo. Segundo Garcia (2010, p. 380), “argumentar é, em última análise, convencer ou tentar convencer mediante a apresentação de razões, em face da evidência das provas e à luz de um raciocínio coerente e consistente”.

Finalmente, apenas para que possamos argumentar em defesa da relevância da identificação das proposições relacionais em um texto, afirmamos que, das 41 proposições relacionais coletadas na amostra, cerca de 13 não estavam explicitamente sinalizadas por meio de um conectivo, isto é, 31,7% do total de relações ocorreram de forma implícita, somente podendo ser inferidas por meio do processo de articulação das porções textuais. Tal fenômeno corrobora um pressuposto funcionalista na qual a RST se encontra pautada, a qual afirma que não se deve analisar formas descontextualizadas, mas sim a função das estruturas em um texto (MANN; THOMPSON, 1988). Em consonância com Neves (2016), argumentamos que é necessário ir ao nível do texto, no qual se verifica a existência de unidades informativas que, em termos de delimitação e extensão, independem das unidades sintáticas.

Considerações finais

Em nosso trabalho, buscamos demonstrar a possibilidade de aplicação dos pressupostos da RST à análise de uma redação selecionada pelo INEP, a qual obteve nota máxima segundo os critérios de correção do ENEM. Além disso, tentamos apresentar, mesmo que de forma resumida, exemplos de proposições relacionais explícitas e inferidas identificadas em nossa breve análise. Para tanto, explicitamos as relações que emergem no desenvolvimento, bem como ilustramos as relações mais utilizadas ao longo do texto.

Embora não estejamos, aqui, propondo a aplicação direta da RST em sala de aula, devido ao seu grau de complexidade, concordamos com Antonio (2010), quando afirma que

[...] os princípios dessa teoria possam ser assimilados pelos professores, para que o trabalho em sala de aula deixe de ser meramente classificatório e formal e passe a valorizar o reconhecimento das proposições implícitas que ajudam a garantir a coerência do texto. (ANTONIO, 2010, p. 98)

Em suma, acreditamos que o estudo da estrutura retórica e das proposições relacionais do texto pode oferecer ao professor uma fonte de reflexão para o desenvolvimento de atividades teóricas e práticas que levem o aluno a aprimorar suas habilidades de leitura, interpretação e produção de textos, levando a uma melhora significativa na qualidade do sua redação e, conseqüentemente, na nota obtida conforme os critérios avaliativos do ENEM.

Referências

ANTONIO, J. D. A estrutura retórica de textos orais e de textos escritos. **Acta Scientiarum**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 18-25, 2001.

ANTONIO, J. D. Algumas contribuições da teoria da estrutura retórica do texto para o ensino de leitura e compreensão de textos na escola. **Signum**, Londrina, n. 13/2, p. 81-100, 2010.

ANTONIO, J. D.; SANTOS, J. A. A estrutura retórica do gênero resposta argumentativa. **Signum**, Londrina, n. 17/2, p. 193-223, 2014.

AZAR, M. Argumentative text as rhetorical structure: an application of rhetorical structure theory. **Argumentation**, v. 13, p. 97-223, 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. **Redação do Enem 2018**: cartilha do participante. Brasília: Inep, 2018.

CARLSON, L; MARCU, D. **Discourse tagging reference manual**. 2001.

DECAT, M. B. N. A Articulação Hipotática Adverbial do Português em Uso. In: DECAT, M. B. N. *et al.* (Orgs.). **Aspectos da gramática do português**: uma abordagem funcionalista. Campinas: Mercado de Letras, 2001. p. 103-166.

DECAT, M. B. N. A estrutura retórica de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (Orgs.). **Estudos da língua em uso**: da gramática ao texto. Belo Horizonte: Editora da UFMG, p. 231-262, 2010.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical Structure Theory and Text Analysis. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A (Orgs.). **Discourse description**: diverse linguistic analyses of fund-raising text. Amsterdam: J. Benjamins, 1992. p. 39-77.

MANN, W. C.; TABOADA, M. **RST Web Site**. 2010. Disponível em: <http://www.sfu.ca/rst/01intro/definitions.html>.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. **Rhetorical structure theory: a theory of text organization**. California: Information Sciences Institute, 1987.

MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organization. **Text**, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.

NEVES, M. H. M. O texto na teoria funcionalista da linguagem. In: **O texto e seus conceitos**. São Paulo: Parábola, 2016. p. 93-102.

NOGUEIRA, M. T. **A posição não-restritiva em textos do português contemporâneo escritos no Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 1999.

TABOADA, M.; MANN, W. Rhetorical structure theory: looking back and moving ahead. **Discourse Studies**, v. 8, p. 423-459, 2006.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. São Paulo: Editora Contexto, 2019.

Sobre os autores

Luciano Araújo Cavalcante Filho (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-8272-9724>)

Doutorando em Linguística na Universidade Federal do Ceará (UFC); mestre em Letras (ProfLetras) pela UFC; especialista em Metodologia de Ensino de Língua Portuguesa pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci; graduado em Letras pela UFC. É professor efetivo da Rede Estadual de Ensino do Ceará.

Márcia Teixeira Nogueira (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-0307-7532>)

Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), com estágio pós-doutoral no Instituto de Linguística Teórica e Computacional (ILTEC/Portugal); mestra em Linguística e Ensino da Língua Portuguesa pela Universidade Federal do Ceará (UFC); graduada em Letras pela UFC. É professora titular aposentada da UFC, onde atua no Programa de Pós-Graduação em Linguística e no Mestrado Profissional em Letras.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

Análise da imperatividade no discurso publicitário: algumas considerações funcionalistas

Analysis of imperativity in advertising speech: some functional considerations

Izac Vieira Chaves¹
Aline Rezende Belo Alves²

Resumo: Este artigo, baseado em uma perspectiva funcionalista da linguagem, voltada para os aspectos funcionais, contextuais, argumentativos e comunicativos do uso da língua, objetiva analisar, num sentido amplo, o fenômeno da imperatividade em propagandas. Nesse sentido, serão analisadas aquelas em que o modo verbal imperativo não é utilizado (de forma explícita). Nesses casos, observamos que a imperatividade acontece através da utilização de vários aspectos pragmáticos, semânticos, discursivos e sintáticos, que auxiliam na composição da mensagem publicitária, a fim de levar o consumidor a adquirir o produto, mesmo sem ser ordenado através de um verbo no modo verbal imperativo. Apresentaremos ainda, um panorama de modelos funcionalistas, tendo como referencial teórico os trabalhos de (DIK, 1989; 1997), (HALLIDAY, 1973; 1985) e (HENGEVELD; MACKENZIE; 2008). Os resultados apontam que a imperatividade se configura através de estratégias sintáticas, semânticas, retóricas, pragmáticas e ilocucionárias. Em outras palavras, trata-se de uma estratégia constituidora da relação entre os usuários da língua, mais especificamente, da interação entre anunciante e potencial comprador.

Palavras-chave: Funcionalismo. Modo verbal imperativo. Imperatividade. Publicidade.

Abstract: This article, based on a functionalist perspective of language, focused on the functional, contextual, argumentative and communicative aspects of language use, aims to analyze, in a broad sense, the phenomenon of imperativity in advertisements. In this sense, those in which the imperative verbal mode is not used (explicitly) will be analyzed. In these cases, we observe that imperativity happens through the use of various pragmatic, semantic, discursive and syntactic aspects, which assist in the composition of the advertising message, in order to lead the consumer to purchase the product, even without being ordered through the explicit imperative verbal mode. We will also present an overview of the functionalist principles, having as theoretical framework the works of (DIK, 1989; 1997), (HALLIDAY, 1973; 1985) and (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). The results show that imperativity is configured through syntactic, semantic, rhetorical, pragmatic and illocutionary strategies. In other words, it is a strategy that constitutes the relationship between users of the language, more specifically, the interaction between advertiser and potential buyer.

Keywords: Functionalism. Imperative verbal mode. Imperativity. Advertising.

¹ Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística; Secretaria de Educação do Estado, Goiânia, GO, Brasil. Endereço eletrônico: izac.chaves@gmail.com.

² Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, Senador Canedo, GO, Brasil. Endereço eletrônico: alinebelo3@gmail.com.

Considerações iniciais

Em uma concepção funcionalista da linguagem, a língua é, por natureza, um instrumento de interação social, dinâmica e adaptável ao contexto situacional e cultural. O uso que se faz dela e a eficiência desse uso está relacionado às condições de produção e ao ambiente interacional. Baseado nesses postulados, este artigo apresenta uma análise do fenômeno da imperatividade em propagandas³ veiculadas em três revistas brasileiras. O pressuposto é o de que a imperatividade ultrapassa os limites do emprego do modo verbal imperativo e que ela é inerente ao discurso publicitário, que tem como objetivo principal convencer o leitor a comprar determinado produto.

A ideia é a de que os sentidos produzidos nesse tipo de texto envolvem injunção, logo, a imperatividade não se esgota na marcação morfológica do modo imperativo. Pretende-se, então, analisar como se dá a organização dessa imperatividade nos textos publicitários em que os produtores não utilizaram um verbo no imperativo na construção dos mesmos.

O uso do modo imperativo com verbo explícito em uma propaganda está relacionado à dimensão semântica que envolve ordem, pedido, mando, injunção, ou seja, às forças ilocucionárias que solicitam do interlocutor um fazer ou um deixar de fazer. O comando é direto.

Já a força imperativa não realizada por meio de uma marca morfológica ocorre por outras estratégias de convencimento ou através da conjugação de outros recursos gramaticais, discursivos, pragmáticos e ilocucionários a serviço da argumentação. Nossa hipótese é a de que a não utilização do verbo no modo imperativo ocorre em virtude da sutileza das relações de convencimento e persuasão pertencentes ao discurso da publicidade. Com tal estratégia, o autor da propaganda pretende convencer o potencial comprador a adquirir o produto, porém, sem deixá-lo perceber que está sendo ordenado, obrigado a fazer.

Este artigo está organizado em três seções. Na primeira, apresentamos alguns modelos do pensamento funcionalista, mostrando como os trabalhos de (DIK, 1989; 1997), (HALLIDAY, 1973; 1985) e (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008) explicitam a concepção de língua como um instrumento de interação social. Dik, com seus postulados e seu modelo de interação social, Halliday, com as metafunções da linguagem e Hengeveld; Mackenzie, que expõem o modelo da Gramática Discursivo-Funcional, como um modelo que parte da interação entre os falantes, para a materialização das expressões linguísticas. Na segunda seção, demonstramos a metodologia de pesquisa utilizada no presente trabalho. Na terceira e

³ Para este artigo, usamos os termos publicidade e propaganda como sinônimos e os definimos como uma mensagem paga veiculada nos meios de comunicação com a finalidade de se vender um produto ou serviço.

última parte, exibimos a análise e discussão dos dados, mostrando como diferentes linhas do pensamento funcionalista integram os componentes de análise dos dados nos textos publicitários.

O pensamento funcionalista

Apesar de haver diferentes tipos de funcionalismos, alguns aspectos são comuns na visão dos distintos grupos como, por exemplo, a concepção de linguagem como instrumento de interação verbal, tendo como objeto de estudo a capacidade do falante de usar a língua e a maneira de se analisar os dados no processo comunicativo/interativo, entendendo-se que esse processo se dá numa interligação dos componentes sintático, semântico e pragmático, com a finalidade de se verificarem os efeitos resultantes da interação. Segundo Castilho (2010, p. 64), para o Funcionalismo,

[...] a língua é um instrumento de interação social, cujo correlato psicológico é a competência comunicativa, isto é, a capacidade de manter a interação por meio da linguagem. Segue-se que as descrições das expressões linguísticas devem proporcionar pontos de contato com seu funcionamento em dadas situações.

A situação comunicativa é que indica como cada falante, usuário da língua a utiliza com finalidades específicas. Nesse sentido, é impossível dizer que falamos de modo aleatório. Os objetivos dos falantes se estabelecem na e pela linguagem. Assim, a opção do falante em usar determinado termo em detrimento de outro está relacionada ao conhecimento que ele tem a respeito do seu interlocutor e do contexto comunicativo.

Segundo Neves (1997, p. 20), “quando o falante diz algo a seu destinatário, sua intenção é provocar alguma modificação na informação pragmática dele”, tal como propôs Dik (1989), no âmbito do funcionalismo holandês, ao propor um modelo de interação verbal.

Neste artigo, compreende-se que a intenção pragmática universal na linguagem de propaganda está relacionada ao desejo do anunciante em convencer o potencial consumidor a adquirir o produto anunciado. Daí a justificativa pela análise e exploração desses corpora. Então, em propagandas, espera-se que haja sempre uma imperatividade inerente e que todas as condições de produção da propaganda cooperem para atingir os objetivos do anunciante.

Dependendo do público-alvo da propaganda será eleito um determinado veículo para anunciá-la. Por exemplo, uma propaganda de creme de depilação feminina não é esperada ou encontrada numa revista destinada exclusivamente ao público masculino.

É nesse sentido que a função primária do modelo de interação proposto em Dik (1989)

se estabelece: é preciso conhecer para quem se fala, pois somente dessa forma, atingem-se metas comunicativas.

Dik (1989, p. 1) declara que “as capacidades humanas envolvem as capacidades linguísticas, epistêmica, lógica, perceptual e a capacidade social”. Aplicando-se esses princípios à linguagem publicitária, entende-se que essas capacidades são recrutadas para estabelecer um processo de organização discursiva altamente complexo e elaborado a fim de convencer o potencial consumidor.

Halliday, no âmbito do funcionalismo inglês/australiano, amplia a noção de funções da linguagem empreendida por Jakobson, alocando-as em um plano macro, e propõe as “metafunções” da linguagem: a ideacional, a interpessoal e a textual. A ideacional está ligada à representação do conteúdo e se refere às escolhas dos interlocutores que expressam o conteúdo do texto, possibilitando, assim, ao observador tirar partido da capacidade da linguagem de representar a natureza da prática social, as experiências do mundo interior e exterior (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Essa metafunção diz respeito à expressão dos variados processos presentes no mundo exterior, e dos esquemas de transitividade da língua, por exemplo.

A metafunção interpessoal, por sua vez, leva em conta as expressões do falante e a escolha de determinados papéis no momento de fala e é conceituada por Halliday, como aquela que materializa as ‘relações’ e está ligada à maneira como os interlocutores usam a linguagem para interagir socialmente. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). É por meio dessa função que os interlocutores realizam e expressam seus juízos a respeito do ato de fala. Segundo Halliday (1985, p. 151), essa função “abrange todos os usos da língua para expressar relações sociais e pessoais, incluindo todas as formas de intervenção do falante na situação de fala e no ato de fala”. Para Neves (1997, p. 23),

[...] o elemento interpessoal da linguagem vai além das funções retóricas, servindo, num contexto mais amplo, ao estabelecimento e à manutenção dos papéis sociais, que, afinal, são inerentes à linguagem. A função interpessoal é, pois, interacional e pessoal, constituindo um componente da linguagem que serve para organizar e expressar tanto o mundo interno como o mundo externo do indivíduo.

É nessa metafunção que mantemos e firmamos nossa relação com a sociedade, “para a expressão de papéis sociais, que incluem os papéis comunicativos criados na própria linguagem”. Halliday (1970, p. 136-137 *apud* CASTILHO, 2010, p. 67) diz que usamos a função interpessoal para “conseguir que coisas sejam feitas, por via de interação entre uma

pessoa e outra”. É por isso que podemos agir, utilizando ou não, um verbo no modo imperativo, por exemplo, dependendo dos papéis sociais desenvolvidos, e pedir que peguem um copo com água, usando uma sentença como, *pegue um copo com água para mim* ou utilizar a função interpessoal de forma indireta dizendo para alguém que esteja na cozinha, próximo à geladeira, *estou com sede*.

Essas sentenças mostram que na função interpessoal, a experiência que os falantes têm do mundo real ou do seu mundo interior é determinante para uma comunicação eficiente. Para que haja o entendimento do que deseja o locutor no segundo exemplo e lhe seja servida água, é necessário que a informação pragmática do interlocutor seja atingida.

No caso do discurso publicitário, por exemplo, em algumas situações, usar o verbo no modo imperativo pode transmitir falta de polidez e até grosseria, por isso, pressupõe-se que os publicitários, sabendo de tal possibilidade, procuram atingir o público consumidor por meio de outros recursos da função interpessoal.

Para completar o quadro de suas metafunções, Halliday relaciona ainda as funções da linguagem ao texto e postula uma terceira função, que instrumentaliza as funções ideacional e interpessoal, a função textual. Conforme o próprio autor, a metafunção textual é a que materializa o próprio texto e seus aspectos semânticos e gramaticais, dando à sentença seu *status* de mensagem e sendo “responsável pela organização dos significados experienciais e interpessoais em um todo coerente.” (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 64). É nessa metafunção que a língua se torna real, se atualiza, é nela que há o material linguístico, uma vez que a organização dos sentidos é realizada no texto, relacionando-se a um determinado contexto.

Neves (2008, p. 163) afirma que “há, na formulação de Halliday, dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem: entender o ambiente (ideacional ou reflexivo); influir sobre os outros (interpessoal ou ativo)”. Pela especificidade do nosso trabalho, para a análise, nos atentaremos à função interpessoal.

A postulação hallidayana de que a gramática funciona como um mecanismo linguístico que, juntamente com as funções da língua, se realiza numa estrutura unificada, pode ser observada no seguinte quadro, reproduzido de Neves (1996).

Quadro 1: Funções e sistemas linguísticos.

FUNÇÃO	SISTEMA
Ideacional	Transitividade (especificação dos papéis “ator”, “meta” etc.).
Interpessoal	Modo (sujeito/predicador/complemento/finitude)
Textual	Tema e informação

Fonte: Neves (1996, p. 64).

Para Halliday (1985), as metafunções da linguagem são refletidas na própria organização interna da língua. Tal proposta influenciou vários trabalhos funcionalistas, entre os quais a teoria da Gramática Funcional de Dik (1989). Ambos comungam da concepção de linguagem como instrumento (processo, atividade) de interação social e da noção de papéis múltiplos numa interação social e de comunicação humana.

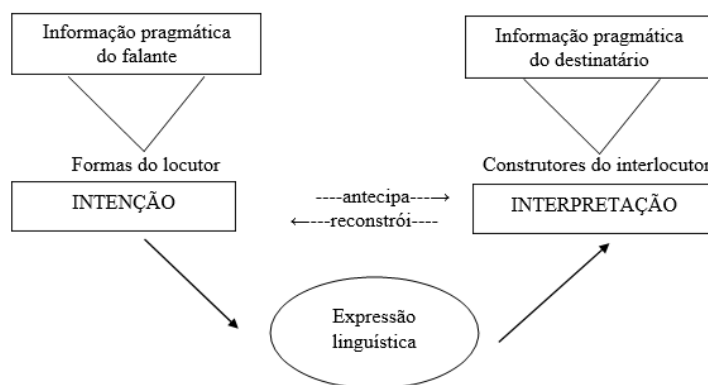
Atingir propósitos comunicativos nem sempre é uma tarefa fácil. Para que intenções pragmáticas sejam bem sucedidas, deve ser levado em conta tudo o que está envolvido na interação, entendendo-se a linguagem como um sistema macro e complexo em que cada elemento deve estar disposto de forma estruturada. Além disso, é preciso conhecer e entender para quem estamos falando e o que estamos falando, ou seja, quais são os papéis sociais desempenhados por quem participa do ato comunicativo.

Acima de tudo, deve-se entender que a linguagem se configura como uma macro extensão que envolve e depende da intenção do outro e das informações pragmáticas desse interlocutor, seus valores, suas crenças, ou seja, aquilo que é significativo para ele.

Transportando tais visões para o gênero propaganda, entendemos que não é possível que uma campanha publicitária tenha êxito, caso o produtor não tenha um bom conhecimento do público para o qual está falando. Esse é um elemento básico relacionado nos manuais de retórica e argumentação, que nomeiam esses públicos de auditórios. Uma propaganda divulgada na televisão ou na internet envolve um auditório universal e, por isso, nos intervalos televisivos e nos *sites* de internet há uma grande variedade de assuntos e produtos veiculados em diferentes propagandas.

O que foi dito anteriormente está baseado ao que Dik (1989, p. 8) elabora como um modelo de interação verbal, que associado ao papel da expressão linguística, explica os movimentos dos interlocutores na atividade interativa. A seguir, o modelo de interação verbal:

Figura 1: Modelo de interação verbal.



Fonte: Dik (1989, p.8). Adaptado e traduzido pelos autores.

Segundo esse modelo de Dik, através da linguagem, a interação social e verbal é instituída. Existe uma cooperação mediada por regras e convenções entre os participantes da situação interativa. Desse modo, regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, aliadas a regras pragmáticas, instrumentalizam as expressões linguísticas, que são mediadoras de sentido.

Os estudos funcionalistas, não se restringiram aos modelos e teorias propostos, especialmente por Halliday e Dik, houve o que podemos chamar de uma evolução dos postulados propostos por esses autores. Estudos que reconhecem a importância dos aspectos pragmáticos na análise sentencial de qualquer língua natural.

A Gramática Discursivo-Funcional, doravante, GDF, é uma teoria mais ampla de interação verbal. Nesse modelo, Hengeveld; Mackenzie (2008) propõem uma expansão da gramática da sentença para a gramática do discurso, ou seja, a análise na GDF não se restringe somente ao comportamento da sentença, ou oração, mas também das unidades maiores ou menores que a oração e incorporam a dimensão discursiva no processo comunicativo.

Nesse modelo, no processo de análise linguística, os autores levam em conta tanto unidades menores quanto maiores, sendo, dessa forma, um modelo de tipologia funcional mais abrangente do que o modelo anterior, já que inclui ao componente gramatical, os componentes conceitual e contextual, além de postular que a escolha de unidades de camadas mais baixas, ou seja, que partem da intenção discursiva do falante (do componente conceitual) para a expressão das formas linguísticas (modelo *top-down* de análise) é determinada pelas camadas mais altas, as quais contemplam o nível proposicional, por exemplo.

Na GDF, um aspecto importante a ser observado é o dos níveis de organização. Eles são distintos e descrevem, estritamente, as funções e os significados dos elementos linguísticos codificados na gramática de uma língua. Os níveis de formulação são, portanto, o nível

representacional e o nível interpessoal. Esse último, o que mais interessa à nossa análise

Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 46), “O nível interpessoal é o nível que lida com todos os aspectos formais de uma unidade linguística, e que reflete seu papel na interação entre o locutor e o interlocutor.” Para conseguir os objetivos comunicativos, o locutor deve saber quais estratégias usar, além de possuir o domínio sobre tais estratégias.

Em um ato comunicativo, definido pelos autores como a menor unidade linguística do comportamento comunicativo e que se constitui de no máximo quatro componentes: *uma ilocução*, que indica a finalidade do ato verbal; *um falante*; *um destinatário* e *um conteúdo comunicado*, o qual contém tudo que o falante deseja evocar na sua interação com o destinatário. Nem sempre os objetivos são facilmente alcançados, pois outros fatores podem contribuir negativamente para que eles aconteçam.

Entre as estratégias interativas, podemos citar as que dizem respeito às funções retóricas e pragmáticas. A função retórica está relacionada com a maneira como os componentes de um discurso são colocados em ordem para que a estratégia comunicativa seja alcançada, ou seja, com a forma como organiza sua argumentação, e também como as propriedades formais dos enunciados influenciam o destinatário a aceitar os propósitos do falante. As funções retóricas, dessa maneira, estão relacionadas aos modos como as unidades linguísticas refletem a estruturação geral do discurso.

A função pragmática, por sua vez, está ligada à maneira com que o falante modaliza sua mensagem com a finalidade de corresponder às expectativas do “estado de espírito” do ouvinte. Segundos os autores, “essa função influencia, por exemplo, quais partes de uma unidade linguística serão apresentadas como particularmente importantes e que serão tomadas para serem compartilhadas entre locutor e destinatário” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46).

As unidades a que estas funções são atribuídas formam conjuntamente uma estrutura hierárquica dentro do nível interpessoal. Cada um dos elementos da estrutura hierárquica representa (ou descreve) uma ação, que pode, ela própria, ser internamente complexa, distinguindo-se de ações menores. Entre esses elementos, cabe distinguir o ato discursivo e a ilocução.

O ato discursivo é definido por Hengeveld; Mackenzie (2008) como a menor unidade identificável no comportamento comunicativo e é qualificado pela ilocução, que, partindo de ilocuições primitivas, carrega marcações bem definidas de atualização de sentença declarativa, imperativa, vocativa, etc. Em um ato comunicativo, o falante utiliza-se de variados conteúdos comunicados e usa a variedade de ilocuições possíveis na língua para atingir seus objetivos.

Isso significa dizer que, numa ilocução, aspectos lexicais e formais são importantes para que o locutor consiga convencer seu interlocutor, aplicando diferentes tipos de produção, que atendam seus interesses e que, ao mesmo tempo, o levem a atingir suas intenções comunicativas.

Segundo Hengeveld; Mackenzie (2008, p. 68), “a ilocução de um ato discursivo capta as propriedades lexicais e formais do referido ato discursivo”, que pode ser atribuída às suas convenções interpessoais usadas para que se consiga, por exemplo, que o interlocutor concorde com algo numa relação comunicativa.

Já o componente conceitual carrega a intenção comunicativa do falante e as estratégias que ele pretende implantar para atingir essa intenção. Assim, haverá um mapeamento de determinadas relações entre o conteúdo do componente conceitual e o conteúdo dos níveis interpessoal e representacional.

Numa propaganda, esse tipo de atitude é muito comum para que o potencial consumidor seja alcançado. Nem sempre o produtor do comercial usa ilocuições ‘reais’. Em alguns casos, ele deixa que o próprio leitor acesse seus *frames*, suas informações pragmáticas e perceba a sutil intenção por trás da mensagem. Caso o que tenha sido exposto o agrade, ele conseqüentemente adquirirá o produto ou estocará mentalmente as informações e os jogos de sentido depreendidos da propaganda.

No nível interpessoal, a construção da imperatividade configura-se como uma estratégia retórica, pragmática e ilocucionária, que está a serviço do convencimento. Trata-se de uma estratégia constituidora da relação falante/ouvinte, neste estudo, especificamente, da relação anunciante/potencial comprador.

O que foi dito pode ser exemplificado numa situação em que, numa sala, com algumas pessoas, algumas estão sentadas próximas às janelas e alguém que não esteja mencione que está muito quente o ambiente. Há uma intenção comunicativa de que se abram as janelas, porém, não foi necessário o uso de uma ilocução imperativa básica como *abra as janelas*, através do contexto, puderam-se inferir e se perceber o desejo.

Isso acontece devido ao fato de que em cada ato discursivo contém uma ilocução (mesmo que implícita). A presença de indicadores ilocucionários serve de diagnóstico importante para realizar o ato discursivo por meio da ilocução. A força ilocucionária, nesse caso, pode ser entendida como a classificação do tipo de ato realizado na interação: *pergunta*, *solicitação* ou *ordem*. Essas construções representam forças ilocucionárias identificadas pelos participantes, tendo em vista certas pistas presentes na situação interativa.

A GDF é um modelo tipológico-funcional participante de uma postulação teórica mais

abrangente de interação verbal, uma vez que acrescenta o componente conceitual e contextual, ao já tradicionalmente básico para qualquer gramática, o componente gramatical. A esse respeito, Neves (2004, p. 28) diz que “alguns fenômenos só são explicados em unidades maiores do que a frase, como partículas discursivas, cadeias anafóricas, formas de verbos da narrativa e outros aspectos da gramática que requerem uma análise que tome um contexto maior”.

Metodologia

Esta pesquisa apresenta uma análise de cunho qualitativo e funcional de textos publicitários veiculados em revistas. Foram selecionadas três revistas de circulação nacional. São elas, a Revista *Nova*, a Revista *Vip*, e a Revista *Veja*. Foram escolhidas três edições de cada uma delas e analisamos um total de sessenta e oito propagandas, dentre essas, selecionamos nove para a explicitação da análise. A escolha dessas revistas e dos textos está relacionada ao público a que elas se destinam: a Revista *Nova*, por exemplo, é destinada a um público específico, o feminino; a Revista *Vip*, ao masculino, e a Revista *Veja* é de destinação mista, sem focalização de público. Foram selecionadas para análises, nas edições citadas, apenas propagandas em que não aparece verbos no modo imperativo. Dessa forma, os textos de propaganda que se mostram neste artigo são apenas uma amostra de uma pesquisa maior realizada.

Sabendo que a língua se constitui socialmente, o propósito dessa metodologia é também o de verificar se as estratégias de argumentação são diferentes, considerando-se o público a que a propaganda se destina. Segundo Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005, p.23) “o conhecimento daqueles que se pretende conquistar é, pois, uma condição prévia de qualquer argumentação eficaz”. Perelman; Olbrechts-Tyteca (2005) chamam esses públicos de auditórios.

Os auditórios, desde Aristóteles, em sua *Retórica*, são classificados conforme idade e fortuna. Nos novos manuais de argumentação, saber atingir esses públicos é essencial para o êxito da publicidade. Isso é visível, por exemplo, na incoerência de uma revista destinada ao auditório feminino optar por colocar em destaque um produto destinado exclusivamente a homens, um gel pós-barba, por exemplo. Parece óbvio demais tal constatação, no entanto, a intenção não é apenas a de apontar que determinada mensagem publicitária é para determinado público, mas, antes de tudo, mostrar como os anunciantes constroem a imperatividade discursivamente diante de cada auditório.

A análise dos dados se apoiará nas considerações teóricas dos diferentes

funcionalismos abordados anteriormente, principalmente, no que se refere às postulações sobre interação verbal Dik (1989) e o nível interpessoal, tanto de Halliday (1973; 1985), Halliday; Matthiessen (2004) quanto de Hengeveld; Mackenzie (2008).

Análise e discussão dos dados

Devido ao fato de o discurso publicitário ter uma natureza imperativa por excelência, presume-se a explicitação do verbo no modo imperativo, ou seja, espera-se encontrar estruturas imperativas prototípicas, indicadoras de ordem ou mando. No entanto, os dados mostraram que tem sido recorrente o uso de uma imperatividade implícita e, nesse caso, o texto da propaganda é expresso como uma sugestão, uma ideia, ou a construção de uma teia semântico-pragmático-discursiva que envolve argumentativamente o leitor e o impele a consumir os produtos anunciados. Nas edições observadas, 88% das propagandas analisadas apresentam textos sem a presença de verbos no imperativo. Isso se deve, possivelmente, ao propósito de se atingir o interlocutor por meio de uma linguagem mais polida (BROWN; LEVINSON, 1987) e adequada às demandas sócio-históricas atuais. É o que se verifica em (1), a seguir:

(1) *Mantém o alisamento químico por até 3 meses.* (“Nova”, 454 ed., ano 39, n. 07- “Seda”)

Em (1), o sujeito gramatical foi omitido e o verbo apresenta-se na terceira pessoa do singular. O interlocutor vai dar a conhecer o sujeito do verbo *manter* quando vê a imagem do creme ‘Seda’ ao lado do texto escrito. Como se vê, não há nenhum enunciado explícito que exorte, no imperativo, o consumidor a comprar do produto. A ideia de compra fica sugerida por meio da vantagem que a mercadoria supostamente tem.

Considerando-se a proposta teórica de Dik (1989; 1997), em seu modelo de interação verbal, locutor e interlocutor, empenhados em alcançar sucesso num evento comunicativo, cooperam entre si. Essa cooperação, porém, ocorre de modo assimétrico na propaganda. Isso porque se, depois de se ter acesso a uma propaganda, o interlocutor compra o produto, não é necessariamente porque o produto é de boa qualidade, mas porque para se elaborarem os textos publicitários, são realizadas pesquisas públicas para saber quais são as preferências dos consumidores, seus ideais, suas crenças, seus desejos, suas expectativas sobre diferentes temas. Daí, a consideração de que o sucesso comunicativo se dá assimetricamente.

A razão pela qual um anunciante opta por colocar em uma revista destinada ao público feminino um enunciado como o descrito em (1), se dá pelo conhecimento das agências de publicidade de que mulheres fazem alisamento químico nos cabelos e de que seu desejo é

manter o cabelo liso.

Se o anunciante sabe de tal informação e procura atender a preocupação da mulher em manter o cabelo alisado, ele consegue atingir imediatamente o público-alvo. Isso significa que não basta comunicar e que a forma como nos comunicamos não é isenta de intenções. Nesse processo, para que uma comunicação eficaz aconteça, é preciso haver conhecimento pragmático do interlocutor. (DIK, 1989; 1997), para que se atinjam eficientemente as metas comunicativas. No caso da publicidade, as metas de aceitação do produto. A esse respeito, Pezatti (2005, p. 72) declara que,

[...] a interação social é vista no modelo teórico funcionalista, como uma atividade estruturada, já que é governada por normas e convenções, e cooperativa, uma vez que necessita de pelo menos dois participantes para que seja realizada. Na interação verbal, os participantes servem-se de certos instrumentos que, no sentido geral do termo, são denominados expressões linguísticas. Essas expressões são elas mesmas novamente entidades estruturadas, isto é governadas por regras e princípios que determinam sua formação.

Concordamos com a autora e reconhecemos que o uso da língua envolve funções humanas de níveis mais elevados, além da função comunicativa, e, que no discurso publicitário, a intenção e as estratégias de comunicação são muito mais controladas do que na fala cotidiana.

Se os veículos de comunicação destinados a públicos específicos sabem que tipo de leitor ou leitora se quer atingir, seria inesperado em uma revista destinada ao público masculino, por exemplo, um anúncio como (2), a seguir:

(2) *Lenços umedecidos íntimos e sabonete líquido íntimo. 'Natura Higeia', uma linha de cuidado íntimo desenvolvida com ingredientes suaves e hidratantes, que limpam e deixam uma agradável fragrância.* (“Nova”, 454 ed., ano 39, n. 07 – “Natura”).

A propaganda, em (2), é introduzida por expressões linguísticas nominais, que descrevem os dois produtos anunciados: lenços umedecidos e sabonetes íntimos.

Em (2), espera-se a adesão do auditório feminino porque, primeiro, a revista é destinada a mulheres, segundo, os autores sabem da preocupação da maioria das mulheres com a higiene e com o cuidado, sobretudo com a higiene íntima. A propaganda só é bem sucedida, porque o anunciante acessa as informações desse público específico e sabe o que importa ou não para as mulheres, ou seja, no comercial são construídas referências do que é ser mulher e do que ela precisa para estar bem, enfim, seu estatuto na situação de interação, determinado socioculturalmente.

No discurso publicitário, a voz do interlocutor assume papel importante no processo argumentativo, já que ela será decisiva para a aceitação dos argumentos utilizados pelo interlocutor. Quando um locutor publicitário reconhecido socialmente fala, a aceitação do grupo interlocutor é maior. A validação de seu discurso se dá em função do lugar social já ocupado, pois, pressupõe uma experiência positiva anterior. Quando uma marca nova surge no mercado, normalmente somos induzidos à dúvida e ao receio de que ela não atenda nossas necessidades e expectativas, mas se ela é veiculada por uma empresa já estabelecida no mercado, a dúvida e o receio são dirimidos, pelo menos em parte.

Não é simples, porém, fazer com que as informações pragmáticas do destinatário sejam modificadas, pois os valores arraigados em cada um de nós, aquilo em que acreditamos, nem sempre é fácil de ser modificado. É nesse sentido que os publicitários se desdobram em pesquisas para conhecer o público, procurando antecipar a interpretação que o leitor/destinatário dará à expressão linguística contida no comercial, de tal modo que ele acione o desejo de consumir determinado produto. A publicidade, além de vender ideias, também constrói crenças e opiniões. Nesse sentido, o modelo de interação de Dik (1989; 1997), apesar de parecer desatualizado frente a novos funcionalismos, tem grande contribuição, porque aponta tanto para a antecipação do locutor sobre o interlocutor quanto para a reconstrução do destinatário em relação ao locutor.

A expressão linguística é elemento balizador dos processos de antecipação e reconstrução de informações pragmáticas. Se observarmos no modelo de Dik, a expressão linguística dá pistas para o sentido produzido no texto. Isso significa dizer que os sentidos serão produzidos levando-se em consideração as informações que o destinatário já possui, somando-se às informações contidas na expressão linguística.

Por esse motivo, um publicitário tem a liberdade de usar termos propositalmente ambíguos, metafóricos, e, muito frequentemente, lança mão de recursos como a intertextualidade e a interdiscursividade, pois sabe que seus leitores e leitoras não são ‘tábuas rasas’. Sabe que os conhecimentos que eles já possuem, aliados às informações e sugestões de sentido do texto, proporcionarão os resultados desejados. A propaganda a seguir ilustra o que dissemos:

(3) *Espelho, espelho meu... O mistério pode começar no espelho, mas a magia fica em suas mãos.* (“Nova”, 454 ed., ano 39, n.07 – “Esmalte Colorama”).

Em uma propaganda de esmalte, por exemplo, como mostrada em (3), o enunciador tem a consciência de que um comercial como esse pode acessar as informações pragmáticas

das potenciais compradoras. O uso da intertextualidade voltada para o mundo dos contos de fada aciona informações relacionadas à beleza, não uma beleza comum, mas uma beleza mágica, que sai do rosto, perpassando todo o corpo até chegar às unhas. O texto da propaganda está atrelado à imagem⁴ de uma bela e famosa cantora, o que reforça a ideia de que quem usa o esmalte anunciado ficará igualmente bela e cheia de mistério e magia, imagens sugeridas no exercício intertextual. O contexto da propaganda pode nos induzir à falácia de que pessoas famosas, celebridades, sabem e gostam do que é bom. É como se nos dissessem: “Se você quer ser igual a ela, use os produtos que ela usa”.

Segundo Neves (1997, p. 21) “do ponto de vista do falante, a expressão linguística não precisa ser uma verbalização plena da sua intenção, muitas vezes, uma verbalização não direta pode ser mais efetiva do que uma expressão direta da intenção”. É exatamente isso que ocorre nessa propaganda. A expressão linguística produz um jogo entre os pares lexicais *mistério* e *magia*, *espelho* e *mãos*. O operador *mas*, juntamente com o jogo de palavras e a imagem do esmalte, aciona a informação pragmática do interlocutor de que as mãos têm poder agentivo, de tomada de decisão e que, portanto, é preciso que elas fiquem belas e “mágicas” usando esmaltes *Colorama*. A utilização do recurso intertextual, do jogo de palavras, da relação literal e figurado para ‘mãos’ dispensa o locutor de fazer uso de um verbo no imperativo, em sentenças como *compre esmalte Colorama* ou *use esmalte Colorama*. Provavelmente, a utilização de recursos que evitam o imperativo tem maior poder sobre o interlocutor para que ele ‘reconstrua’ a informação pragmática do locutor/enunciador.

Assim, sabendo a que público/auditório a propaganda se destina, é possível atingir as informações pragmáticas (conhecimentos, crenças, valores, etc.), sem, aparentemente, impor-lhe nada através de uma ordem direta. Entende-se que a sutileza e a aparente impessoalidade são ingredientes importantes na propaganda.

Considerando-se as propostas de Halliday (1973; 1985) e Halliday; Matthiessen (2004), as asserções apresentam uma faceta ideacional, expressando um conteúdo; uma faceta interpessoal, interagindo com os interlocutores; e uma faceta textual, em que o texto se apresenta como mensagem, tal como foi visto anteriormente. A chave para a interpretação funcional da gramática é a sua multifuncionalidade, já que os mesmos elementos linguísticos de uma sentença ou texto correspondem às três metafunções, ou seja, a sentença é organizada de acordo com os significados ideacionais, interpessoais e textuais. Vejamos os dados a seguir:

⁴ Apenas descrevemos a imagem, pois não conseguimos a autorização para uso da mesma.

- (4) *Bonitos, cheios de tecnologia e com o melhor preço. Faltou alguma coisa? Sim, você correr pro Ponto Frio.* (“Veja”, 2215 ed., ano 44 n. 18- “Ponto Frio”).

A propaganda descrita em (4) é de uma marca de celulares vendida pela loja Ponto Frio. Em termos de metafunção textual, a propaganda, inicia-se com um *tópico marcado*, o autor utiliza atributos descritivos, sem que o produto anunciado seja apresentado no texto escrito. Na imagem aparecem alguns modelos da marca. Os atributos, por sua vez, integram a metafunção ideacional, já que são representações – subjetivas – do mundo material. Ainda, esses mesmos elementos analisados, considerando-se a metafunção interpessoal, podem ser vistos como uma *proposição declarativa*, na qual se apresentam informações para que o interlocutor avalie (e aceite) os atributos dos aparelhos vendidos pela loja Ponto Frio. Na sequência do texto, por meio da *proposta* de bens e serviços na forma interrogativa *faltou alguma coisa?* E da polaridade afirmativa *sim*, seguida da proposição *você correr pro Ponto Frio*, elementos próprios da interação interpessoal são bastante evidentes. Há a simulação de um diálogo virtual com o interlocutor por meio de pergunta e resposta. Há, também, o uso explícito do *você*, exortando o consumidor a dirigir-se à loja. Iniciar a propaganda apresentando os *atributos* dos produtos é uma estratégia argumentativa que coloca em foco a suposta qualidade e o benefício do que está sendo vendido mais do que o produto em si.

Em (4), o modo verbal empregado não é o imperativo. O verbo *correr* na forma infinitiva foi usado como complemento do verbo *faltar*, em vez de recorrer a uma “preposição” no modo imperativo *corra/corre*. Formalmente, pode até não haver um verbo no modo imperativo, mas considerando todo o contexto situacional, a imperatividade está instaurada pelo verbo *faltar*; [*falta*] *você correr pro Ponto Frio*, o que inspira imperatividade, já que *faltar* tem uma conotação básica negativa. A dinamicidade da língua é revelada nessas possibilidades de intercâmbio entre forma e função. Como vimos, a forma verbal é infinitiva, *correr*, mas a função é imperativa. E essa função imperativa é depreendida do contexto situacional, ou seja, uma propaganda publicada em periódico semanal que já possui determinado público leitor.

Em (5), a seguir, o processo se repete:

- (5) *Chegou Samsung Galaxy. Para você que sempre sonha com mais.* (“Veja”, 2215 ed., ano 44 n. 18 – “Samsung”).

Em (5), optou-se pelo uso do verbo *sonhar* no modo indicativo, *sonha* e não uma construção no modo imperativo, como por exemplo, *sonhe*. Essa estratégia faz com que o produtor da propaganda se mostre como conhecedor de todos os interlocutores aos quais se dirige por meio de *você*, afirmando com certeza que esse *você* sempre *sonha* com mais e que o produto anunciado por ele corresponde a esse *mais*. A primeira sentença descreve um

processo material e a segunda, um beneficiário recebedor *para você*. O detalhe é que não é um beneficiário qualquer, mas alguém que realiza o processo mental de *sempre sonhar com mais*. O foco no consumidor é uma estratégia moderna do discurso publicitário. O entendimento é o de que o gerenciamento da boa relação com o cliente o faz consumir não só um aparelho celular *Samsung Galaxy*, por exemplo, mas ser um consumidor permanente da marca vendida.

Considerando-se a proposta teórica de Hengeveld; Mackenzie (2008), no âmbito da gramática discursivo-funcional, numa sentença, mesmo que a forma seja declarativa, é no nível interpessoal, pragmático que a imperatividade se revela, como se pode verificar no dado a seguir:

(6) *Nenhum outro antitranspirante te dá mais proteção que Rexona men.* (“Veja”, 2215 ed., ano 44, n. 18 – “Rexona”).

Em (6), o uso do pronome *nenhum* exclui qualquer possibilidade de escolha por parte do leitor da propaganda. O enunciado está no modo indicativo, mas a organização do conteúdo sugere a falta de alternativa para o consumidor que tem, então, como única opção para estar protegido dos incômodos da transpiração, adquirir o produto. Isso se revela no nível interpessoal, que, segundo Hengeveld; Mackenzie (2008), é o nível em que se usam estratégias para se conseguir determinados objetivos. A retórica e a pragmática se fazem presentes neste nível de análise. Essa estruturação discursiva pode ser observada na propaganda seguinte:

(7) *Do ponto de vista do calendário, o ano tem 365 dias. Do ponto de vista da Pilecco Nobre, tem 365 almoços e jantares inesquecíveis.* (“Nova”, 452 ed., ano 39, n. 05 – “Arroz Pilecco Nobre”).

Na mensagem publicitária mostrada, a interação entre o falante (anunciante) e o ouvinte (consumidor) se realiza a partir de noções sócio-pragmáticas. A propaganda está veiculada em uma revista destinada ao público feminino, delimitado, pela revista, a partir de pesquisas diversas, reconhecendo as idiossincrasias e as expectativas das leitoras daquela publicação específica.

Na propaganda, há a imagem⁵ de um casal sorridente, feliz, e o anunciante recorre ao discurso circulante no senso comum de que *toda mulher quer estar feliz ao lado de alguém que a ame e que proporcione a ela almoços e jantares inesquecíveis*. Há, portanto, o pressuposto de que a relação com a família é muito importante para a mulher. Além disso, pode se destacar

⁵ Apenas descrevemos a imagem, pois não conseguimos a autorização para uso da mesma.

no anúncio, uma atmosfera de refinamento, uma vez que a imagem é ambientada em um local requintado e elegante. A junção dos elementos *família* e *requinte* reforça o argumento de *jantares inesquecíveis*, o que aumenta a força persuasiva do anúncio.

A força ilocucionária imperativa é atribuída pela analogia entre os dias do ano e a qualificação desses dias como inesquecíveis. O adjetivo *inesquecíveis* contribui fortemente para marcar e acentuar a força da ilocução. Isso sugere um caso de conversão ilocucionária primitiva declarativa para uma abstrata imperativa jussiva, com uma sugestão forte, condicionada pelo gênero propaganda.

Temos aqui, um caso de *conversão ilocucionária*, já postulada em Dik (1997, p. 240), que descreve que uma ilocução básica (primitiva) de uma expressão pode ser convertida em outros valores ilocucionários (abstratos), dos quais resultam diferentes efeitos comunicativos. Dik (1989, p. 256) fala em quatro ilocuções básicas (declarativa, interrogativa, imperativa e exclamativa) que funcionam como instruções do falante para que o interlocutor efetue determinadas mudanças em sua informação pragmática.

Com base na noção de força ilocucionária, de Dik (1997a; 1997b), podemos observar como essas ilocuções primitivas (declarativas, por exemplo) podem funcionar como ilocuções abstratas (complexas), mediadas por valores pragmáticos, contribuindo assim, para a modificação da força ilocucionária. Dik (1997b) propõe um recorte metodológico que se concentra na força ilocucionária como codificada na expressão linguística. Hengeveld; Mackenzie (2008), ampliando esses estudos, partem dessas ilocuções básicas, primitivas, para ampliar o número das ilocuções para onze ilocuções abstratas.

Para melhor ilustrar o que dissemos, observe a seguinte propaganda:

(8) *Estamos em junho e já era para você ter se lembrado de alguém. Vai ficar aí parado?*
("Vip", 327 ed., ano 31, n. 06 – "O Boticário").

A cláusula é constituída por uma construção declarativa básica, primitiva, e se mescla com uma interrogativa jussiva. Dentro do contexto situacional, a construção transforma-se (pela força ilocucionária) numa ilocução abstrata, complexa, já que, na verdade, o interlocutor quer fazer com que o leitor se lembre que no mês de junho se comemora o *dia dos namorados*. O autor da propaganda acessa o conhecimento de mundo compartilhado do leitor sobre a data comemorativa e sobre a tradição dos casais em trocarem presentes no dia 12 desse mês. A construção interrogativa provoca uma resposta que incentiva o falante a continuar e leva o interlocutor a agir. (HENGEVELD; MACKENZIE 2008).

Importante destacar que a propaganda está veiculada em uma revista destinada ao

público masculino. Na memória discursiva social, os homens são vistos como aqueles que não se atentam muito para datas românticas e comemorativas. Nesse sentido, o locutor procura atingir essa informação pragmática do interlocutor, lembrando-o da data importante e sobre a importância de se presentear a namorada.

A alteração na definição do funcionamento linguístico (de *bottom up* para *top down*) é um ponto importante na proposta da GDF, uma vez que compreende a própria lógica do uso linguístico: o locutor inicia um processo interacional a partir de um intento comunicativo, para depois elaborar seus enunciados. Tal como revelado em (8). Esse aspecto torna-se muito produtivo em relação à análise das funções comunicativas que desempenham as estruturas linguísticas e à respectiva descrição destas – comprovando o preceito de que a sintaxe de uma língua é suscetível a fatores de organização pragmática, e deve ser descrita a partir de circunstâncias dessa ordem.

O entendimento entre os interlocutores pressupõe um envolvimento conversacional, que, por sua vez, exige um conhecimento linguístico e sociocultural compartilhado, como se observa em:

(9) *O luxo era para poucos – Hyundai. Novas ideias. Novas possibilidades.* (sublinhado pelos autores). (“Veja”, 2218 ed., ano 44, n. 21 – “Hyundai”).

Em (9), a sentença é declarativa e o verbo está no modo indicativo, porém, existem termos que procuram representar conceitos relevantes que completam as informações pragmáticas do interlocutor, formando o que os autores chamam de componente conceitual, ou seja, é a “força motriz por trás do componente gramatical” (HENGEVELD; MACKENZIE 2008, p. 7). O nível interpessoal descrito na propaganda elenca aspectos importantes na relação entre locutor e interlocutor. Um detém e pode vender o luxo (que *era* para poucos), o outro tem (*novas possibilidades*) de adquirir o bem e passar a fazer parte de um grupo seletivo.

Esse jogo semântico-pragmático desperta no leitor o desejo de adquirir bens restritos a uma camada social específica. Segundo o texto, no passado, somente um pequeno grupo poderia ter acesso ao bem, ao luxo, hoje, muitos têm esse direito, essa ideia é construída com base no foco marcado pelo sublinhado no verbo *ser* no tempo pretérito, para fazer contraponto ao presente, e com os valores positivos decorrentes de *novas* e de *possibilidades*.

No discurso publicitário, a união dos componentes conceitual e gramatical com o componente contextual evidencia elementos e particularidades na situação discursiva, tanto no que diz respeito ao que é recuperado pragmaticamente pelo leitor da propaganda na situação imediata de interação, quanto em relação às atuações sociais entre os participantes no

processo interativo (gênero, papel social, etc.): “A intenção desenvolvida por um falante não surge no vácuo, mas em contexto comunicativo multifacetado” (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 9).

Palavras finais

O artigo apresentou alguns aportes teóricos para a análise do fenômeno da imperatividade em propagandas, apresentando alguns postulados de modelos teóricos funcionalistas. Nesse sentido, a teoria funcionalista fornece subsídios que confirmam a linguagem como um processo plural e significativo, que vai além de regras e definições linguísticas. A teoria funcionalista analisa a estrutura gramatical tendo como referência a situação comunicativa como um todo: o propósito do ato de fala, seus participantes e seu contexto discursivo, levando em conta a variedade das funções linguísticas e dos seus modos de realização.

Foram apresentadas análises da imperatividade em propagandas veiculadas em três revistas brasileiras. Um dos achados da pesquisa é que a imperatividade é inerente ao discurso publicitário, que tem como objetivo principal convencer o leitor a comprar um determinado produto, e, por isso, para garantir o efeito de sentido injuntivo, a expressão da imperatividade não se esgota na marcação morfológica. A não utilização de um verbo imperativo explícito sugere uma representação alheia a si própria. O efetivo locutor mantém-se afastado do ato de fala perlocucionário; o interlocutor, no entanto, é alcançado pela atenção desse locutor em referência ao objeto.

A imperatividade é elaborada a partir do uso frequente de oposições, jogos de linguagem intertextual e interdiscursiva, metáforas, paralelismos rítmicos, léxico com traços axiológicos de positividade, multiplicidade semântica, presença de intensificadores, além de palavras com expressividade sonora e semântica e palavras ‘simplificadas’. Esses recursos garantem a eficiência interacional da propaganda, produzindo um efeito de aproximação entre leitor e produto anunciado e de distanciamento entre o locutor e o leitor.

Nesse processo, o discurso publicitário atua como um instrumento de controle social, e, para que a intenção seja eficiente, simula uma situação igualitária, como se fosse possível, dada à singularidade do ser humano, além de retirar os resquícios de autoritarismo e poder controlador da situação, substituindo-os pela linguagem e movimentos estilísticos de sedução.

Os dados analisados e os resultados verificados nesta pesquisa indicam que os objetivos do enunciador são alcançados com o auxílio da configuração linguística (argumentativa, composicional e funcional) dos textos.

Referências

- ARISTÓTELES. **Retórica**. Trad. Manuel Alexandre Junior. Lisboa: INCM, 1998.
- BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- CASTILHO, A. T. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.
- DIK, S. **The Theory of Functional Grammar**. Dordrecht. 2.ed. revisada. Berlim, New York: Mouton de Gruyter, 1997 [1989].
- DIK, S. **The theory of functional grammar: part I – The structure of the clause**. Ed. by Kees Hengeveld. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 1997a.
- DIK, S. **The theory of functional grammar: part II – Complex and derived constructions**. Ed. by Kees Hengeveld. Berlim; New York: Mouton de Gruyter, 1997b.
- HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. London: Edward Arnold, 1973.
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to Functional Grammar**. London: Edward Arnold, 1985 [1978].
- HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional Grammar**. 3. ed. Revised by Christian M. I. M. Matthiessen. London: Arnold, 2004.
- HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional Discourse Grammar: A typologically based theory of language structure**. Oxford: OUP, 2008.
- JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1969.
- NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. Vol. VI: desenvolvimentos. Campinas: Editora da UNICAMP, FAPESP, 1996. p. 163-199.
- NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, M. H. M. **Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- NEVES, M. H. M. **Gramática do português culto falado no Brasil**. v. 2. São Paulo: UNESP, 2008.
- NOVA. São Paulo: Abril, edições 454, 455 e 456, ano 39, n. 07, 08 e 09, maio, jun. e jul.2011.
- PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. **Tratado da argumentação: a nova retórica**. 2. ed. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PEZATTI, E. G. A voz do outro, de uma perspectiva funcionalista. **ALFA**, São Paulo, v. 1, n. 49, p. 65-86, 2005.

VEJA. São Paulo: Abril, edições 2215, 2016 e 2217, ano 44 n.18, 19 e 20, maio 2011.

VIP. São Paulo: Abril, edições 313, 314 e 315, ano 30, n. 6, 7 e 8, maio, jun. e jul. 2011.

Sobre os autores

Izac Vieira Chaves (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-3582-0813>)

Doutorando em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG); mestre em Letras e Linguística pela mesma instituição; especialista em Literatura Brasileira pela Universidade Salgado de Oliveira e em Gestão Pública pela UFG; graduado em Letras - Português/Francês pela UFG. É professor de Língua Portuguesa na Secretaria Estadual de Educação de Goiás.

Aline Rezende Belo Alves (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-7908-2656>)

Doutora e mestra em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás (UFG), com estágio doutoral na North Caroline State University (NCSU); graduada em Letras – Inglês e Português pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). É professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFGO).

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

A condição de distintividade na variação do sujeito pronominal de primeira pessoa do singular em cartas escritas por um capixaba

The distinctiveness condition in the variation of the first person singular pronoun subject in personal letters of a Espírito Santo writer

Caroliny Batista Massariol¹
Lilian Coutinho Yacovenco²

Resumo: No presente estudo, por meio de uma análise sociofuncionalista (NEVES, 1999; GÖRSKI; TAVARES, 2013), observamos o efeito da ambiguidade sobre a variação do sujeito pronominal em 33 cartas pessoais escritas por um capixaba. Utilizamos como base deste estudo os apontamentos de Kiparsky (1972 *apud* POPLACK, 1980) acerca da condição de distintividade; os estudos de Paredes Silva (1988) e de Duarte (1993), sobre a variação da expressão do sujeito pronominal; os pressupostos teóricos da Sociolinguística Variacionista, de Labov (2008 [1972]); a Sociolinguística histórica de Hernández-Campoy; Schilling (2012) e de Conde Silvestre (2007); o detalhamento de Guy e Zilles (2007) sobre o pacote de programas Varbrul. Verificamos nas cartas manuscritas que contextos de ambiguidade morfológica e contextual favorecem o uso do sujeito pronominal explícito, ratificando, assim, a condição de distintividade proposta por Kiparsky (1972 *apud* POPLACK, 1980).

Palavras-chave: Sujeito pronominal. Primeira pessoa do singular. Cartas pessoais. Sociofuncionalismo.

Abstract: Under socio-functional approach (NEVES, 1999; GÖRSKI; TAVARES, 2013), we analyze the effect of ambiguity on the variation of the pronominal subject in 33 personal letters written by a man born in the state of Espírito Santo - Brazil. We based our study on Kiparsky's (1972 *apud* POPLACK, 1980) research about the distinction condition; on Paredes Silva's (1988 and Duarte's studies (1993) about the variation of the pronominal subject; on Labov's studies (2008 [1972], 2001) about linguistic variation and change; on Hernández-Campoy's; Schilling's (2012) and on Conde Silvestre's (2007) about the Historical sociolinguistics; and on Guy & Zilles (2007) considerations about Varbrul, the statistic program used in our research. We verified that contexts of morphological and contextual ambiguity favor the use of the explicit pronominal subject. These results confirm the proposal of the condition distinctiveness, proposed by Kiparsky (1972 *apud* POPLACK, 1980).

Keywords: Pronominal subject variation. First-person singular. Personal letters. Sociofunctionalism.

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Endereço eletrônico: carolinymassariol@gmail.com.

² Universidade Federal do Espírito Santo, Departamento de Línguas e Letras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Vitória, ES, Brasil. Endereço eletrônico: lilianyacovenco@yahoo.com.br.

Considerações iniciais

Este artigo tem como foco central o estudo da variação do sujeito pronominal em 33 missivas pessoais novecentistas³, manuscritas por Oswald Guimarães para Hylda Mattos Guimarães. A partir do controle da ambiguidade contextual, com base em Paredes Silva (1988), e da hipótese da distintividade, de Kiparsky (1972 apud POPLACK, 1980), pretendemos discutir se tal fator condiciona o maior preenchimento do sujeito pronominal de primeira pessoa do singular.

Diversos estudos sobre o sujeito pronominal foram desenvolvidos, seja com dados da fala ou da escrita. Destacamos, entre eles, os de Paredes Silva (1988, 1998), sob o prisma sociofuncionalista, e o de Duarte (1993), de escopo socioparamétrico. Os três estudos apontam o uso frequente de sujeitos pronominais plenos, sendo uma das razões, segundo Duarte (1993), o enfraquecimento do paradigma flexional do português brasileiro. A autora propõe a existência de três paradigmas: um com riqueza flexional, com seis formas morfológicas designando seis pessoas do discurso; um segundo com menos riqueza flexional, em que há apenas quatro formas morfológicas, uma vez que a segunda pessoa passa a ter sua expressão com verbos de terceira pessoa (segunda pessoa indireta, no dizer da autora); e, por último, um paradigma com maior enfraquecimento flexional, de somente três formas morfológicas, em que, além da segunda pessoa, a primeira do plural também é expressa por formas verbais de terceira pessoa do singular (a gente).

Sob um enfoque sociofuncionalista, Paredes Silva (1998) aponta que a ambiguidade contextual, um fator funcional, atua fortemente sobre a expressão de sujeitos pronominais, já que acarreta a necessidade de sujeitos pronominais plenos para que a comunicação se torne clara nos casos de ambiguidade contextual. A autora também discute a condição de distintividade, proposta por Kiparsky (1972 apud POPLACK, 1980), segundo a qual “há uma tendência para a informação semanticamente relevante ser mantida na estrutura superficial” (PAREDES SILVA, 1998, p. 132). Portanto, tanto a ambiguidade contextual, quanto a condição da distintividade reforçam a necessidade, no caso dos sujeitos pronominais, de sua expressão plena para que se desfaçam possíveis vazios semânticos e/ou equívocos na comunicação.

No presente artigo, procuramos observar como era a língua dos capixabas no início dos anos 1900 e, para isto, optamos por fazer uma reconstrução histórica por meio da escrita de cartas pessoais daquele período.

³ A presente análise é um recorte da dissertação de Massariol (2018a), na qual foram analisadas outras variáveis linguísticas e extralinguísticas, além da que consta na presente análise. Também foram analisados cartões postais escritos por outro capixaba.

Analisamos, no caso em tela, a alternância que um missivista faz entre a forma plena ou não do sujeito pronominal de primeira pessoa do singular, observando, mais especificamente, como a variável ambiguidade atua sobre a escolha dessas variantes.

Sobre o sujeito pronominal, a tradição gramatical preconiza que não deve ser expreso, sendo, portanto, o preenchimento recomendado apenas para: (1) dar ênfase à pessoa do discurso, (2) evitar ambiguidades e (3) opor as pessoas gramaticais (ROCHA LIMA, 2011; CUNHA; CINTRA, 2001). Tal postulação é ratificada pela condição de distintividade, que se baseia, conforme dito, na manutenção na estrutura superficial de informação semanticamente relevante (KIPARSKY, 1972, *apud* POPLACK, 1980, p. 372). Notamos, assim, desde os estudos de Paredes Silva (1988, 1998), que a ocorrência de sujeitos pronominais expressos se dá para que a informação semântica seja garantida. Logo, o uso de uma estrutura linguística (o sujeito pronominal), indispensável para a comunicação ocorrer de maneira eficaz, nos casos de ambiguidade contextual, tende a não ser apagada, conforme expreso pela condição de distintividade. Portanto, a expressão do sujeito pronominal se dá para garantir o entendimento do sujeito da sentença. Ao utilizar o sujeito pronominal, o missivista busca não deixar dúvida ao leitor, evitando, então, mensagens ambíguas. Sendo assim, conforme já descrito pela tradição gramatical, o uso de sujeitos pronominais evita ambiguidades e opõe pessoas, daí podermos considerar verdadeira a existência de relação entre distintividade e ambiguidade.

A hipótese funcionalista por detrás da variável analisada faz com que o presente estudo se enquadre no campo denominado sociofuncionalista, uma vez que alinha duas teorias, a Sociolinguística Variacionista e o Funcionalismo. Esse tipo de estudo, no Brasil, tem sido frequente, tendo se destacado, inicialmente, na década de 1980 no Projeto Peul (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua) / UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) (NEVES, 1999; GÖRSKI; TAVARES, 2013). Sobre o estudo do fenômeno em questão, destacamos a tese desenvolvida por Paredes Silva (1988).

Este artigo está estruturado da seguinte maneira: (i) pressupostos teóricos da Sociolinguística e o corpus de pesquisa; (ii) o Sociofuncionalismo; (iii) a expressão do sujeito pronominal em cartas capixabas; (iv) as cartas pessoais: uma reconstrução histórica da variação linguística capixaba nos noventa; (v) a hipótese funcionalista da variável ambiguidade: aliança entre gregos e troianos; (vi) descrição dos resultados e (vii) considerações finais.

Pressupostos teóricos da Sociolinguística e o *corpus* de pesquisa

O campo teórico da Sociolinguística surge por meio de reflexões críticas aos postulados das escolas estruturalista e gerativista. A partir disso, questiona-se a organização da língua e a

sua relação com o meio social. Um dos pontos mais relevantes para a Sociolinguística é a constatação de que não há variação livre, uma vez que a variação, para esta teoria, é sistematizada, sendo ordenada a partir de condicionamentos sociais, estilísticos, cognitivos e linguísticos que favorecem o uso de uma forma linguística em detrimento de outra. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 35; FISCHER, 1974, p. 88). Dessa forma, W. Labov ([1972] 2008) postula que as línguas se caracterizam por serem inerentemente variáveis, ou seja, nas línguas há estruturas linguísticas que possuem duas ou mais formas variantes, as quais têm a possibilidade de dizer a mesma coisa com o mesmo valor de verdade.

Outra importante contribuição diz respeito ao modo de se conceber a mudança linguística, que, para a Sociolinguística, ocorre forma lenta e gradual: em um primeiro momento, há a variação entre duas ou mais formas, que disputam espaço no sistema linguístico para, posteriormente, em alguns casos, uma dessas variantes, a mais nova, superar a mais antiga. Podemos notar que, de acordo com os pressupostos teóricos da Sociolinguística, toda e qualquer mudança pressupõe variação; porém, nem toda variação ocasiona mudança linguística. (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 125-126).

Inicialmente, esse campo teórico centrou-se em estudos voltados para a língua falada, destacando-se os estudos de J. Fischer ([1958] 1974) sobre a variação entre *-ing* e *-in* na fala de crianças da Nova Inglaterra; os de W. Labov ([1972] 2008) acerca da variação sonora dos ditongos /ay/ e /aw/ na ilha de Martha's Vineyard, localizada no estado de Massachusetts/EUA, e também da variação do /r/ na cidade de Nova Iorque.

Para W. Labov, os estudos sobre variação e mudança linguística deveriam ser baseados no vernáculo, que se caracteriza por ser a língua usada em situações em que as pessoas dão pouca atenção à própria fala, situações de conversas naturais e espontâneas. Entretanto, no caso de observação de mudanças linguísticas, por vezes é necessário que se utilizem dados de escrita, os únicos registrados em determinado tempo. Com respeito a estes dados, Labov afirma que o pesquisador deve praticar a arte de “fazer o melhor uso de dados ruins” (LABOV, 1994, p. 11, tradução nossa⁴). Pretendemos, no presente trabalho, usar esta prática, uma vez que, nas primeiras décadas de 1900, não havia gravações de áudio para que fosse possível um estudo do vernáculo capixaba daquela época.

Em busca de se observar mais profundamente o trajeto da mudança linguística, que não fosse pelo construto do tempo aparente, começou-se a questionar como era a língua em

⁴ “Historical linguistics can then be thought of as the art of making the best use of bad data” (LABOV, 1994, p. 11).

sincronias passadas. Uma das possibilidades de se fazer isso era por meio da reconstrução da língua em sincronias passadas a partir de materiais escritos, objeto de estudo do presente texto.

A respeito da busca por essa reconstrução histórica da língua, Hernández-Campoy e Schilling (2012, p. 63, tradução nossa⁵) ressaltam:

O estudo sociolinguístico de formas linguísticas históricas conta com registros linguísticos de períodos anteriores – a maioria dos quais estará incompleta ou não será representativa de algum modo – bem como sobre o conhecimento e o entendimento das situações do passado sociocultural que somente podem ser reconstruídas em vez de diretamente observadas ou experimentadas pelo pesquisador.

O material de análise de cunho histórico pode, entretanto, trazer uma série de problemas de ordem teórico-metodológica para os pesquisadores da área. Conde Silvestre (2007) menciona que as informações que adquirimos, a partir dos textos escritos, são “fragmentárias, escassas e dificilmente vinculáveis com a produção real de seus falantes” (p. 35).

Hernández-Campoy e Schilling (2012) elencam sete problemas principais inerentes à pesquisa em sociolinguística histórica, que são: “i) representatividade, ii) validade empírica, iii) invariação, iv) autenticidade, v) autoria, vi) validade histórica e social, vii) ideologia padrão” (p. 63, tradução nossa⁶).

Entre os problemas mencionados, destacamos a questão da representatividade (HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012), que diz respeito à irregularidade dos dados, devida a questões históricas: alguns textos são preservados, por acaso do destino, ou por conta da família ou órgão público os terem guardado e conservado. Por outro lado, há a perda aleatória de outros. Em decorrência disso, os pesquisadores devem ser cautelosos, uma vez que é necessário avaliar quem são os escreventes com os quais eles estão lidando, a que segmentos da população pertencem e que formas de linguagem suas amostras englobam. Em outras palavras, a partir do *corpus* que possuímos, não podemos fazer generalizações sobre toda a sociedade capixaba da época, uma vez que temos dados referentes, apenas, à escrita de uma pessoa.

⁵ “Historical sociolinguistics has often been considered to suffer, perhaps inevitably, from lack of representativeness and validity of its findings. This is because the sociolinguistic study of historical language forms must rely on linguistic records from previous periods – most of which will be incomplete or non - representative in some way – as well as on knowledge and understanding of past sociocultural situations that can only be reconstructed rather than directly observed or experienced by the researcher” (HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012, p. 63).

⁶ “i) representativeness, ii) empirical validity, iii) invariation, iv) authenticity, v) authorship, vi) social and historical validity, and vii) standard ideology” (HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012, p. 63).

Outro problema relevante é o da invariação, que diz respeito à natureza dos dados, que são de escrita, os quais tendem a ser mais formais, conservadores e normativos, se comparados aos de fala. Por isso, há, mais uma vez, uma restrição, dessa vez quanto à probabilidade de variação. O pesquisador, ao lidar com esse problema, deve ter cuidado ao ver aparente uniformidade ou, por outro lado, variabilidade. Esta pode ser devida a diferenças dialetais, demográficas /sociológicas ou, ainda, as diferenças estilísticas entre os escreventes ou entre os períodos de tempo (HERNÁNDEZ-CAMPOY; SCHILLING, 2012).

O problema da autoria ocorre, principalmente, em correspondências privadas (*corpus* de nosso estudo). As cartas podem ser escritas por outras pessoas que não o remetente, uma vez que, em sincronias passadas, o analfabetismo atingia grande parte da sociedade brasileira. Não há esse problema nas cartas ora analisadas, uma vez que quem as concedeu foi a neta do casal, que nos contou a história das missivas trocadas por seus avós. As cartas foram escritas por seu avô e não por um copista. Cabe também ressaltar que o escrevente pertencia à elite capixaba. Era empresário de destaque, participando ativamente da vida pública capixaba, tendo sido, inclusive, prefeito de Vitória, capital do estado, por um curto período de tempo. Em suas cartas, constatamos que frequentava lugares de prestígio, como teatros e clubes sociais, participava de eventos prestigiados, como concertos musicais, encenação de peças teatrais, conferências e reuniões políticas.

O Sociofuncionalismo

Utilizamos como base deste artigo o alinhamento teórico da Sociolinguística Variacionista (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006) e do Funcionalismo Linguístico (GIVÓN, 1995). Este alinhamento teórico é conhecido por Sociofuncionalismo e foi abordado com notoriedade em estudos do Peul/UFRJ a partir da década de 1980 (NEVES 1999; GÖRSKI e TAVARES, 2013) e expandido no cenário nacional. No Espírito Santo, destacamos a pesquisa de Tesch (2011) acerca da expressão do tempo futuro na escrita jornalística capixaba e a desenvolvida por Pinheiro (2020) sobre a variação do verbo *estar*.

No presente estudo, pretendemos testar a hipótese funcionalista da Condição de Distintividade, que é caracterizada por demonstrar uma tendência das línguas em reterem uma dada informação relevante na estrutura superficial, ou seja, conforme fica nítida a redundância, através de constituinte marcado, isso encadearia uma tendência para que não haja outras marcas, quando não há ambiguidade contextual (KIPARSKY, 1972 *apud* POPLACK, 1980).

Paredes Silva (1998), conforme exposto inicialmente no presente trabalho, analisa a atuação da Condição de Distintividade sobre sujeitos pronominais de segunda pessoa em dados

de fala, extraídos das gravações que compõem o Banco de Dados Interacionais (BID) do Peul/UFRJ. A autora verifica que há predomínio de sujeitos plenos no caso de formas verbais ambíguas, porém não apenas as formas verbais são analisadas, mas, também, o contexto discursivo em que ocorre o pronome. Paredes Silva ratifica, em seu estudo, os resultados de sua pesquisa anterior sobre o sujeito pronominal em cartas pessoais (PAREDES SILVA, 1988) e também, os de Hochberg (1986 *apud* PAREDES SILVA, 1998) sobre o apagamento do –s de segunda pessoa e o uso de sujeitos pronominais plenos no espanhol de Porto Rico. Nesses estudos, observou-se que há um aumento do uso de sujeitos pronominais explícitos em formas verbais morfológica e contextualmente ambíguas. Paredes Silva (1998) afirma não ser apenas esse o fator que atua sobre o uso de sujeitos pronominais explícitos, mas que é uma variável muito importante neste uso.

Vale ressaltar que enlaces teóricos sempre são muitos discutidos em âmbito acadêmico, como visto com a perspectiva que alinha a Sociolinguística ao Funcionalismo (Sociofuncionalismo), ou a entre a Sociolinguística e a Teoria de Princípios e Parâmetros (Sociolinguística Paramétrica). Entretanto, por vezes observamos que o cunho Sociolinguístico é usado, apenas, como procedimento metodológico para o tratamento quantitativo de dados. Ressaltamos que a análise sociofuncionalista ora utilizada no presente trabalho tem como finalidade observar a variação linguística do sujeito pronominal e os condicionamentos funcionais para o uso de uma variante em detrimento de outra.

A expressão do sujeito pronominal

Com o intuito de observarmos o português capixaba dos anos 1900, analisamos cartas escritas por um homem capixaba nas duas primeiras décadas dos noventa. Paredes Silva (1988) e Duarte (1993) já demonstraram que cartas pessoais e peças teatrais, respectivamente, são duas boas fontes para os estudos de sincronias passadas. As cartas pessoais apresentam o caráter da pessoalidade e da proximidade entre o escrevente e o destinatário; e as peças teatrais, por sua vez, procuram reproduzir na fala dos personagens suas características sociais. Sendo assim, ambos os gêneros permitem que se levantem hipóteses sobre o uso da língua em épocas passadas.

O fenômeno variável ora analisado, o sujeito pronominal, não possui estigma social, nem é objeto de atenção por parte de falantes ou interlocutores. Cartas pessoais, sujeitas a uma atuação mais forte dos ensinamentos escolares e cujo monitoramento no uso da língua é maior do que em uma conversa espontânea, parecem ser um gênero que favoreça o uso nulo de sujeitos pronominais que os encontrados na fala, uma vez que, na escrita, há maior pressão para o uso

de acordo com a tradição gramatical, que não prescreve o uso de sujeitos explícitos, considerados exceções e cujo uso é descrito para situações específicas, conforme as mencionadas anteriormente. Essa distinção de uso na fala e na escrita foi estudada por Duarte (1993) ao comparar o uso de sujeitos pronominais em textos de peças de teatro escritos e encenados, tendo verificado um número maior de sujeitos plenos nos textos encenados. Como não é possível que se observe o vernáculo dos capixabas na época estudada, optamos por analisar as cartas pessoais e, como afirmado por W. Labov, procuramos fazer um bom uso de dados não tão bons (LABOV, 1994, p. 11).

Apesar desse maior monitoramento que há em textos escritos, mesmo em textos considerados mais informais, mais próximos à fala, como é o caso da carta pessoal (MARCUSCHI, 2010, p. 41), notamos uma variação linguística latente, como já demonstrou Paredes Silva (1988) ao analisar cartas de cariocas na década de 1980. Além disso, é importante salientar que estudos linguísticos de natureza histórica apontam que as variantes inovadoras são vistas, inicialmente, em produções escritas de natureza mais informal, como as cartas, e, também, sendo estas destinadas a pessoas mais íntimas.

O sujeito pronominal pode ser expresso de duas maneiras: (a) presente/explicito/pleno- “**Eu** acho que não passa do que está” (exemplo retirado da carta datada de 5 de Maio, de 1917); (b) nulo/ausente- “**Ø** acho que debes fazer um esforço para regressar” (exemplo retirado da carta datada 20 de Março de 1926).

Diversos estudos sobre o tema, entre os quais os de Paredes Silva (1988) e Duarte (1993), apontam uma mudança no sistema pronominal, que acaba por desencadear uso mais frequente de sujeitos explícitos. A inserção de formas nominais, como *você* e *a gente*, acarreta o uso do verbo na terceira pessoa, porém a pessoa do discurso refere-se, respectivamente, à segunda do singular e à primeira do plural. Duarte (1993) mostra que a segunda pessoa é o lugar por onde o sujeito explícito começa a ser inserido no quadro pronominal. A partir daí, esse uso se estende para a primeira pessoa, inicialmente a do plural, em virtude da inserção da forma nominal *a gente*, e, posteriormente, também na primeira pessoa do singular. Paredes Silva (1998) também ressalta que há condições funcionais, como a da distintividade ou a da iconicidade, que atuam sobre o uso de sujeitos explícitos. Citando Barrenechea (PAREDES SILVA, 1998, p. 125), Paredes Silva afirma que motivações comunicativas atuam sobre sujeitos explícitos de segunda pessoa, pois seu uso estaria vinculado ao interesse do locutor de manter o vínculo com o interlocutor e chamar sua atenção sobre a conversação. No caso da primeira pessoa do singular, objeto de estudo do presente artigo, apesar de haver usos em que não há

ambiguidade morfológica, por vezes há necessidade de maior autoria sobre o que se fala, daí maior uso do sujeito pronominal explícito.

Paredes Silva (1988), em um estudo sociofuncionalista do sujeito pronominal em setenta cartas de cunho informal, manuscritas nas décadas de 1970 e 1980 por quarenta e dois missivistas, verifica que a não expressão do sujeito pronominal tem caído em desuso. Neste processo de mudança linguística, destacam-se três variáveis: (1) a faixa etária, já que os jovens favorecem mais o preenchimento de sujeito pronominal de primeira pessoa do que os mais velhos; (2) a ênfase, pois quando o missivista quer enfatizar algo utiliza mais sujeitos explícitos na primeira e segunda pessoas; e (3) a conexão discursiva, que se refere à “estreita a ligação do que se diz numa oração com o que se disse na precedente, também menor a necessidade de um sujeito expreso” (PAREDES SILVA, 1988, p. 298). Outra variável importante é a ambiguidade morfológica e contextual, que aponta para um favorecimento do preenchimento do sujeito pronominal em contextos ambíguos.

Duarte (1993), em um estudo sobre o sujeito pronominal sob o prisma da Sociolinguística Paramétrica, analisa o fenômeno linguístico em peças teatrais cariocas de cunho popular, escritas no período entre 1845 e 1992. A pesquisadora observa, a partir de 1918, modificação acentuada do uso do sujeito pronominal, já que, até esta data, havia “nítida preferência pelo sujeito nulo” (DUARTE, 1993, p. 111). Observando o quadro pronominal, a pesquisadora revela que os primeiros contextos que apresentam maior preenchimento são os voltados à segunda pessoa, dada a inserção do pronome você. Para a autora, a mudança do sujeito pronominal está diretamente vinculada aos novos paradigmas flexionais inseridos no português brasileiro: de um paradigma de seis flexões (denominado Paradigma 1), passa-se para um paradigma de quatro flexões (Paradigma 2, com a segunda e a terceira pessoas do singular sendo expressas por formas verbais de terceira pessoa) e, posteriormente, uso concomitante com o paradigma de 3 flexões (Paradigma 3, em que a primeira pessoa do plural também é expressa por forma de terceira pessoa do singular). No que diz respeito à primeira pessoa, a autora amalgama as do singular e plural e verifica a enorme diminuição no uso do sujeito nulo a partir de 1918, acentuando-se ainda mais na segunda metade do século XX. Por outro lado, Duarte também constatou que há contextos de resistência aos sujeitos pronominais explícitos, como os casos de orações independentes, com verbos simples, e de estruturas com correferência, tanto na subordinada, quanto na principal.

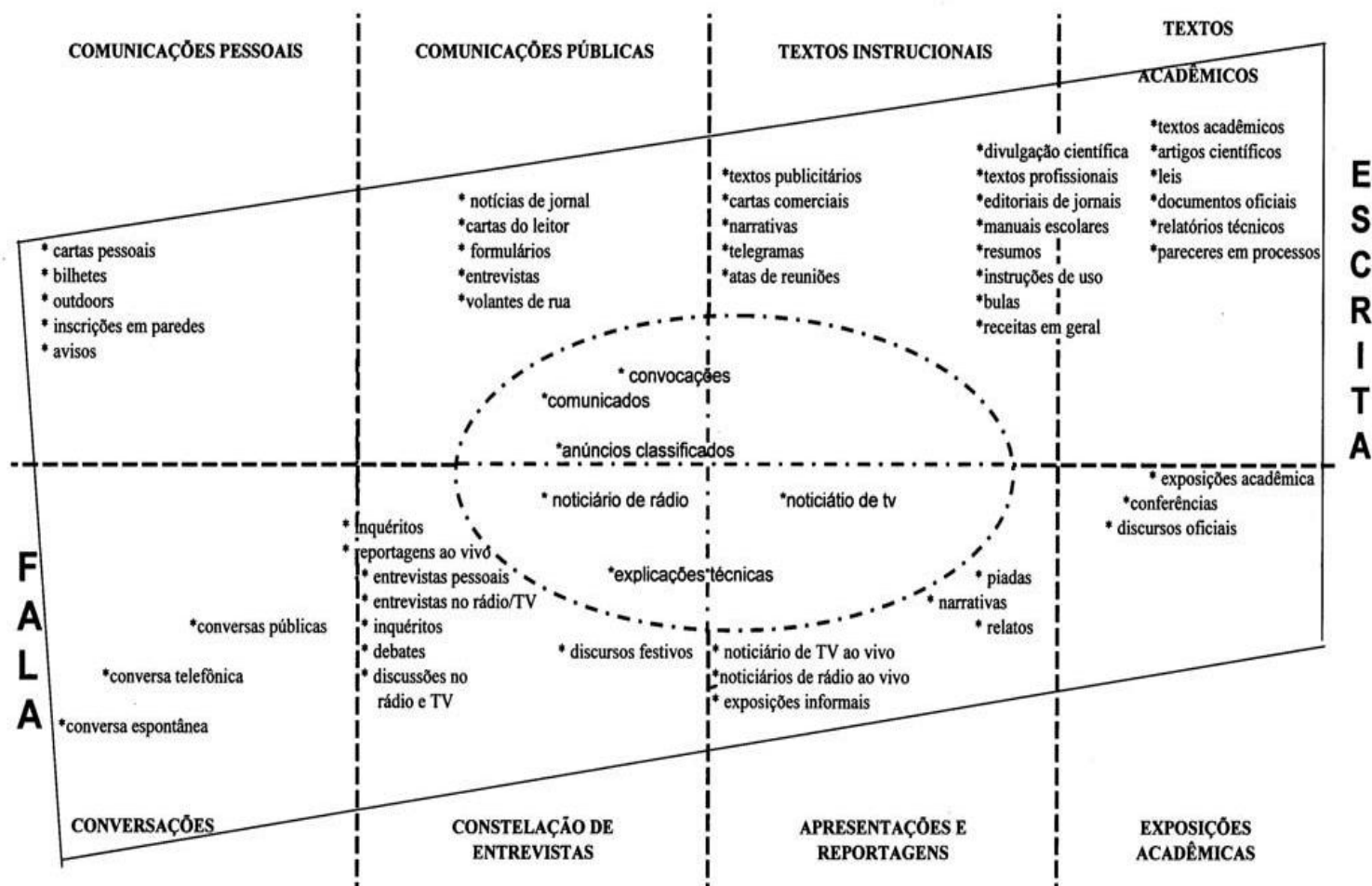
A partir dos resultados apontados, voltamos à descrição do *corpus* analisado.

As cartas pessoais: uma reconstrução histórica da variação linguística capixaba nos noventa

Com o intuito de observarmos a comunidade de fala capixaba do início do século XX, analisamos cartas pessoais desse período, uma vez que podem dar pistas sobre a variedade linguística da época. O *corpus* utilizado compõe-se de 33 cartas pessoais, sendo 28 da primeira década dos noventa e 5 da segunda década. Conforme já mencionado, os estudos em sociolinguística, comumente, são voltados a observar a variação em *corpora* de fala, porém também há análises voltadas para textos escritos, especialmente no caso de ausência de material de fala.

Defendemos, neste artigo, o estudo linguístico da escrita em cartas pessoais como uma possibilidade de se observar a mudança linguística, uma vez que a carta pessoal é um texto de produção real comunicativa entre duas ou mais pessoas, apresentando algumas características comuns à fala, como aponta Marcuschi (2010, p. 41) na figura abaixo.

Figura 1 - Distribuição dos Gêneros textuais no contínuo fala/escrita



Fonte: Marcuschi (2010, p. 41).

Ciapuscio *et al.* (2006, p. 3) propõem um enquadramento da produção escrita a partir da proximidade ou distanciamento da comunicação, conforme exposto na Figura 2 abaixo:

Figura 2 - Proximidade x Distância Comunicativa

(a) caráter privado da comunicação	(a') caráter público da comunicação
(b) intimidade ou familiaridade dos interlocutores, maior conhecimento partilhado	(b') ausência de intimidade ou de familiaridade, menor conhecimento partilhado
(c) forte participação emocional	(c') falta de participação emocional
(d) inserção do discurso no contexto situacional	(d') não inserção do discurso no contexto
(e) referencialização direta (<i>ego-hic-nunc</i>)	(e') referencialização indireta
(f) proximidade local e temporal entre os interlocutores (comunicação face a face)	(f') distância local e temporal entre os Interlocutores
(g) intensa cooperação	(g') fraca cooperação
(h) dialogicidade	(h') monologicidade
(h) dialogicidade	(i') reflexão
(j) pluralidade temática	(j') fixação do tema

Fonte: Ciapuscio *et al.* (2006, p. 3).

Ao observarmos o quadro, notamos que as cartas pessoais ora analisadas se encontram, na maior parte das vezes, mais voltadas para os pontos do lado esquerdo, pois são comunicações de caráter privado, apresentam intimidade e familiaridade entre os interlocutores, há forte carga emocional, inserção do discurso no contexto interacional, dialogicidade e pluralidade temática. Em alguns poucos trechos das cartas, o missivista pode se mostrar mais distante para argumentar a favor de algum ponto de vista, voltando sua escrita mais às características do lado direito do quadro, mostrando mais distanciamento de seu interlocutor.

As cartas que compreendem o *corpus* de nossa pesquisa foram escritas por Oswald Guimarães, uma figura ilustre que fez parte da elite capixaba, tendo sido prefeito da capital do Espírito Santo e vice-presidente da Associação Comercial, havendo, inclusive, nos dias atuais, uma praça, em sua homenagem, em Bento Ferreira, bairro de classe média da cidade de Vitória-ES. O missivista possuía escolaridade de ensino fundamental incompleto, tendo cursado até o terceiro ano⁷. Por meio das cartas, pudemos depreender que foi um indivíduo circunscrito em

⁷ Até os anos 20, a educação brasileira comportou-se como um instrumento de mobilidade social. Os estratos que detinham o poder econômico e político utilizavam-na como distintivo de classe. As camadas médias procuravam-na como a principal via de ascensão social, prestígio e integração com os estratos dominantes. Nesta sociedade, ainda não havia uma função “educadora” para os níveis médio e primário, razão pela qual eles não mereceram atenção do Estado, senão formalmente. A oferta de escola média, por exemplo, era incipiente, restringindo-se, praticamente, a algumas iniciativas do setor privado (ROMANELLI, 1983 *apud* MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DE BRASIL [MEC]; INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA [INEP]; ORGANIZACIÓN DE ESTADOS IBERO AMERICANOS [OEI], 2003, p. 21).

ambiente letrado, uma vez que frequentava teatro, recitais, cinema e os bailes da elite capixaba. As missivas manuscritas por ele são destinadas à noiva, Hylda, e referem-se, normalmente, a notícias da família, notícias sobre a vida do casal, seus planos amorosos e, também, a negócios da família.

A hipótese funcionalista da variável ambiguidade: aliança entre gregos e troianos

Inicialmente, podemos dizer que não há ambiguidade para a primeira pessoa do singular, uma vez que há uma marca verbal nítida, como a que ocorre nos tempos verbais do presente (*canto*), do pretérito perfeito (*cantei*), do futuro do presente (*cantarei*) do indicativo. Contudo, nos demais modos e tempos verbais, a ambiguidade na primeira pessoa é latente, podendo ser confundida com a segunda e terceira pessoa do singular, *você* e *ele*, respectivamente e, também, com a nova primeira do plural, *a gente*. É o que se observa, por exemplo, no pretérito imperfeito do indicativo, em que a marca morfológica de tempo-modo e número-pessoa, *-va*, pode se referir à primeira pessoa do singular (*eu*), à segunda (*você*), à terceira (*ele, ela*) e à primeira do plural (*a gente*).

Segundo Rocha Lima (2011, p. 395), nestes casos de ambiguidade gerada em decorrência da morfologia verbal, o sujeito deve ser preenchido:

“- Queres talvez que vá acordar Carlos, para que me faça o favor de aceitar minhas prendas?” (JÚLIO DINIS) Quando o sentido não distingue, evite-se a ambiguidade pela expressão do sujeito; tal se dá entre as formas da 1ª e 3ª pessoas do singular do imperfeito, e do mais-que-perfeito do indicativo; futuro do pretérito; presente, imperfeito e futuro do subjuntivo, e infinitivo pessoal: lia, lera, leria, leia, lesse, ler. (ROCHA LIMA, 2011, p. 395, grifos nossos)

Cunha e Cintra (2001) trazem uma abordagem semelhante à empregada por Rocha Lima, ao afirmarem que o sujeito pronominal é usado “a) quando se deseja, enfaticamente, chamar a atenção para a pessoa do sujeito: [...] b) para opor duas pessoas diferentes [...] c) quando a forma verbal é comum à primeira e à terceira pessoa do singular e, por isso, se torna necessário evitar o equívoco” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 282-283).

Quanto à variável ambiguidade, notamos um consenso entre o que prescreve a tradição gramatical e a hipótese funcionalista, segundo a qual, a partir da condição de distintividade, há “uma tendência para a informação semanticamente relevante ser mantida na estrutura superficial” (KIPARSKY, 1972 *apud* POPLACK, 1980, p. 372). Portanto, uma estrutura linguística, indispensável para a comunicação ocorrer de maneira eficaz, tende a não ser apagada. No caso dos sujeitos pronominais, quando há margem de dúvida sobre quem seja o sujeito, ocorre a tendência de ele não ser apagado. Em outras palavras, no caso de nossas cartas,

o missivista tende a não deixar margem de dúvida à destinatária sobre quem é o sujeito da ação, evitando, assim, expressões/formas ambíguas.

Paredes Silva (1988) observa que a análise da ambiguidade pautada, apenas, na marca morfológica do verbo não é suficiente para o entendimento do fenômeno, uma vez que também há casos em que a ambiguidade pode estar presente no contexto discursivo. Para resolver a questão, a pesquisadora propõe três possibilidades para o entendimento da ambiguidade dos sujeitos pronominais: verbos morfológicamente não ambíguos; verbos morfológicamente ambíguos, como os casos previstos na tradição gramatical (pretérito imperfeito, futuro do pretérito do indicativo e tempos do subjuntivo), contudo, sem ambiguidade contextual; verbos morfológicamente ambíguos, com ambiguidade textual. A proposta de Paredes Silva é explicitada abaixo com exemplos retirados de nosso *corpus*:

- **Verbos morfológicamente não ambíguos:** “Ø Irei assistir e Ø te contarei” (16 de março de 1919): a marca morfológica do verbo é suficiente para a identificação do sujeito
- **Verbos morfológicamente ambíguos e contexto não ambíguo:** “Como Ø já te disse pela manhã, a recepção aqui foi excelente. Hoje temos folga.” (carta de Oswald, datada de 2 de novembro 1916). Por haver uma interlocução anterior, por meio das missivas, entre emissor e destinatária, fica implícito qual seria o sujeito do verbo *dizer*.
- **Verbos morfológicamente ambíguos e contexto ambíguo:** “E depois já sabe: puxão de orelhas quando **eu** chegar ahi.” (carta de Oswald, datada de 5 de maio de 1917). Neste caso específico, se o sujeito não estivesse expresso, perguntaríamos quem levaria o puxão de orelhas.

Destacada a variável analisada, passaremos, a seguir, a analisar os resultados obtidos.

Descrição dos resultados

Para descobrirmos se a ambiguidade⁸, de fato, favorece maior preenchimento de sujeito pronominal, foi necessário que fizéssemos um teste estatístico para análise. Para tal, utilizamos o programa Goldvarb X (SANKOFF; TAGLIAMONTE; SMITH, 2005), que fez os cálculos matemáticos e estatísticos a partir dos quais obtivemos os resultados sobre contextos que favorecem e os que desfavorecem o uso do sujeito pronominal explícito. Guy e Zilles (2007, p. 211) ponderam que a análise norteadada por peso relativo é um tipo de análise multivariada, ao passo que a voltada a percentuais é um cálculo univariado. Nas palavras dos autores:

⁸ Vale ressaltar que a presente análise é um recorte da dissertação de Massariol (2018a), na qual a pesquisadora analisou mais variáveis linguísticas e, também, extralinguísticas. A variável ambiguidade foi a segunda selecionada pelo programa, ficando atrás, somente, da variável ênfase.

Os pesos calculam os efeitos dos fatores de cada grupo em relação ao nível geral de ocorrência das variantes e resultam de uma análise multivariada. O efeito, assim calculado, pode ser neutro (0,50), favorecedor (acima de 0,50) ou desfavorecedor (abaixo de 0,50) em relação à aplicação da regra em estudo. (GUY; ZILLES, 2007, p. 211)

Tendo isso em vista, obtivemos o seguinte resultado, comparado ao obtido por Paredes Silva (1988):

Tabela 1 - Efeito da ambiguidade sobre a expressão do sujeito pronominal de primeira pessoa do singular: comparativo

Ambiguidade	Frequência	Peso Relativo	Paredes Silva (1988, p. 163)
Verbo morfologicamente não ambíguo	11,9% (63/530)	0,465	19% (283/1469)
Verbo morfologicamente ambíguo e contexto não ambíguo	15,7% (8/51)	0,596	43% (61/142)
Verbo morfologicamente ambíguo e contexto ambíguo	73,7% (14/19)	<u>0,948</u>	90% (35/39)
Total	14,2% (85/600)	Range: 483 Input: 0,103 Significância: 0,031	22,96% (379/1650)

Fonte: Massariol (2018a, p.103) adaptado.

É importante destacar que as formas variantes (presença x ausência de sujeito pronominal) se alternam, isto é, a variante nula aparece, também, em circunstâncias de ambiguidade, assim como a explícita ocorre em situações não ambíguas. Cumpre notar, no entanto, que esses casos aparecem com menor incidência

As duas amostras analisadas são constituídas por textos pertencentes ao mesmo gênero textual – cartas pessoais –, porém são de épocas distintas: as de Paredes Silva compreendem as décadas de 1970 e 1980, enquanto as aqui analisadas são das décadas de 1910 e 1920. Seus resultados são bastante similares: verbos morfologicamente não ambíguos, isto é, aqueles que possuem marca flexional que identifica o sujeito, são os que desfavorecem o sujeito pronominal explícito. Em ambas as amostras, a ambiguidade favorece o sujeito pronominal explícito. Os resultados das cartas pessoais escritas por um capixaba nos anos 1919 e 1920 também são similares aos encontrados por Duarte (1993), que apontam um aumento no uso de sujeitos pronominais explícitos de primeira pessoa nas peças teatrais escritas a partir de 1918. É preciso ressaltar que os dados aqui analisados são apenas da primeira pessoa do singular, ao passo que os de Duarte se referem a singular e plural.

Duarte (1993) afirma que a mudança na expressão do sujeito pronominal decorre da inserção de *você* e *a gente* no quadro pronominal, o que encadeia um novo paradigma flexional,

que passa a ter três ou quatro formas flexionadas, diferentemente do anterior que apresentava seis formas. Com um número menor de flexões de pessoa, há, conseqüentemente, a necessidade de sujeitos pronominais explícitos, sobretudo, nas pessoas do discurso que fazem sua concordância na terceira pessoa para que se distingam as pessoas gramaticais, apesar de possuir, em muitos tempos verbais, uma flexão distinta da que ocorre com a segunda e com a terceira pessoas, também, uma tendência de aumento de sujeitos pronominais explícitos de primeira pessoa do singular. É o que notamos ao compararmos nossos resultados com os de Paredes Silva (1988): nas cartas capixabas das décadas de 1910 a 1920, há 14,2% de sujeitos pronominais explícitos, passando, nas cartas cariocas das décadas de 1970 a 1980, a 22,96%. Portanto, com o passar do tempo, há cada vez maior ocorrência de sujeitos pronominais de primeira pessoa do singular explícitos.

A necessidade de sujeitos pronominais explícitos pode, portanto, como defendido por Duarte (1993), ter ocorrido em função de um rearranjo no paradigma flexional. Entretanto, essa não é a única razão, conforme exposto por Paredes Silva (1998). Há, também, razões de ordem funcional, entre elas a condição de distintividade ou o princípio da iconicidade. Pode-se ter por hipótese que a inserção de *você* e *a gente* são o início do processo, porém não são fatores exclusivos. A necessidade de deixar clara a comunicação faz com que se usem mais sujeitos pronominais explícitos em contextos morfologicamente ambíguos e essa necessidade de se deixar claro o sujeito faz com que seja usado também em contextos não ambíguos, como na maioria dos casos de primeira pessoa do singular.

Entre os fatores analisados por Massariol (2018a), além da ambigüidade morfológica e contextual, destacam-se a ênfase ao sujeito, a mudança do referente, o menor envolvimento do escrevente com o tema e a natureza do tema. É o que observamos na tabela abaixo:

Tabela 2 - Variáveis estatisticamente significativas sobre o sujeito pronominal explícito de primeira pessoa do singular

Variáveis	Frequência	Peso Relativo
Ênfase ao sujeito		
Sujeito não enfático	9,6 % (47/492)	0,440
Sujeito enfático	35,2% (38/108)	0,816
Mudança de referente		
Referente igual ao anterior	10,2% (40/393)	0,423
Referente diferente do anterior	21,7% (45/207)	0,643
Envolvimento do escrevente com o tema		
Menor envolvimento com o tema	11,1% (47/425)	0,456

Maior envolvimento com o tema	21,7% (38/175)	0,605
Natureza do tema		
Tema objetivo	8% (38/477)	0,468
Tema subjetivo	18,4% (7/38)	0,832
Total	14,2% (85/600)	

Fonte: Massariol (2018a) adaptado.

Com esses resultados, podemos, então, afirmar que o pronome sujeito é tido como informação semanticamente relevante, sendo sua expressão, nos casos de ambiguidade morfológica, devido à condição de distintividade. Nos demais casos, a necessidade de deixar mais clara a comunicação faz com que seja usado mesmo em casos sem ambiguidade morfológica. É o que vemos nas pesquisas aqui apresentadas e, também, na de Genuíno (2017), que, ao analisar a expressão do sujeito pronominal na fala capixaba, apresenta a importância da variável ambiguidade. Em seus resultados, Genuíno mostra que verbos morfológicamente ambíguos, isto é, aqueles em que há mais de um candidato a sujeito, são os que mais favorecem sujeitos pronominais explícitos de primeira pessoa (GENUÍNO, 2017, p. 102). Em comunicação pessoal, Genuíno mostrou que, no caso da primeira pessoa do singular, a ambiguidade também foi uma variável que favoreceu a expressão do sujeito pronominal explícito: dos 5335 dados, 70% são de sujeitos explícitos e 77,4% são de casos em que há ambiguidade morfológica. Notamos, assim, que, mesmo na fala, com mais de 70% de sujeitos pronominais explícitos, a ambiguidade é uma variável que condiciona esse uso, apesar de não ser a única e, conforme expresso por Paredes Silva (1998), ter outras questões funcionais atuantes sobre esse uso.

Considerações Finais

O artigo em tela teve como objetivo contribuir para o enriquecimento de pesquisas que têm como foco um alinhamento de duas correntes teóricas: a Sociolinguística e o Funcionalismo. No modelo teórico adotado, pudemos verificar que o fenômeno variável da expressão do sujeito pronominal sofre influência de um fator morfológico-discursivo, a ambiguidade do verbo, que tem relação com um aspecto funcional da língua: a condição da distintividade. Notamos que há um maior favorecimento de sujeitos expressos quando há verbos morfológicamente ambíguos, especialmente quando o contexto discursivo também é ambíguo. Nestes casos, o uso do sujeito pronominal expresso supre a necessidade de clareza

comunicativa, fato este já descrito pela tradição gramatical ao tratar do assunto. Podemos observar que a condição da distintividade, proposta por Kiparsky (1972 *apud* POPLACK, 1980) atua de modo relevante sobre o funcionamento de situações discursivas mais claras.

Cumpramos destacar que a ambiguidade, conforme exposto ao longo do artigo, não é o único fator a atuar sobre o uso de sujeitos pronominais explícitos. Pesquisas como as de Paredes Silva (1988, 1998), Genuíno (2017), Massariol (2018a, 2018b) também mostram a atuação de outras variáveis, entre elas a ênfase e a conexão discursiva. Yacovenco e Massariol (2017), ao analisarem dados de fala de mulheres universitárias em diversas situações comunicativas, observa que, ao lado dos fatores mencionados, há, também, questões relativas a estilo, uma vez que há mudanças devidas às audiências.

A presente pesquisa ratifica, portanto, resultados de outros estudos (PAREDES SILVA, 1988; DUARTE, 1993; GENUÍNO, 2017), os quais demonstram que no português brasileiro a expressão do sujeito pronominal está a cada dia mais presente. Notamos, na presente pesquisa, que este resultado já se apresentava em cartas pessoais do início do século XX, mesmo que em um percentual pequeno. Nossos dados corroboram o fato de que cartas pessoais são um importante material a ser analisado em pesquisas sociolinguísticas na ausência de dados de fala, uma vez que permitem que se lancem hipóteses sobre a língua usada na época estudada. Cumpramos ressaltar que a escrita tende a ser mais conservadora que a fala, conforme demonstrado em diversos estudos, entre eles o de Duarte (1993); e sujeitos pronominais explícitos ocorrem preferencialmente em contextos em que há ambiguidade morfológica e contextual, em situações enfáticas e com menor conexão discursiva e maior distanciamento entre os interlocutores, sinalizado por Paredes Silva (1998) e Massariol (2018a, 2018b).

Referências

CIAPUSCIO, G.; JUNGBLUTH, K; KAISER, D; LOPES, C. In: (Eds.). **Sincronía y diacronía de tradiciones discursivas em Latinoamérica**. Madrid: Iberoamericana, 2006.

CONDE SILVESTRE, J. C. **Sociolingüística histórica**. Madrid: Gredos, 2007.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DUARTE, M. E. L. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português brasileiro. In: ROBERTS, I.; KATO, M. A. (Org.). **Português brasileiro: uma viagem diacrônica**. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 107-128.

FISHER, J. L. Influências sociais na escolha de variantes linguísticas. Trad. Elba I. Souto. In: FONSECA, M. S.; NEVES, M. F. (Org.). **Sociolinguística**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974 [1958].

GENUINO, W. R. A. **A expressão do sujeito pronominal no português falado em Vitória/ES**. 2017. 130 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2017.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GÖRSKI, E. M.; TAVARES, M. A. Reflexões teórico-metodológicas a respeito de uma interface sociofuncionalista. **Revista do GELNE**, Natal, v. 15. p. 79-101, 2013.

GUY, G.; ZILLES, A. M. **Sociolinguística quantitativa – instrumental de análise**. São Paulo, Parábola, 2007.

HERNÁNDEZ-CAMPOY, J. M.; SCHILLING, N. The Application of the Quantitative Paradigm to Historical Sociolinguistics: Problems with the Generalizability Principle. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY; CONDE SILVESTRE. **The Handbook of Historical Sociolinguistics**. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. p. 63-79.

LABOV, W. **Principles of Linguistic Change: Internal factors**. Oxford/Cambridge: Blackwell Publishers, 1994.

LABOV, W. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo, Parábola, 2008 [1972].

LIMA-HERNANDES, M. C. P. **A interface sociolinguística/gramaticalização: estratificação de usos de tipo, feito, igual e como**. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

MASSARIOL, C. B. **A expressão do sujeito pronominal em cartas e postais capixabas do Século XX**. 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2018a.

MASSARIOL, C. B. A expressão do sujeito pronominal na fala de mulheres universitárias capixabas: uma análise comparativa. In: CONGRESSO NACIONAL DE ESTUDOS LINGUÍSTICOS, 4, 2017, Vitória. **Caderno de resumos**. Vitória: PPGEL/Ufes, 2018b. p. 280.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

NEVES, M. H. M. Estudos funcionalistas no Brasil. **D.E.L.T.A.**, v. 15, n. esp., p. 71-104. 1999.

PAREDES SILVA, V. L. **Cartas cariocas: a variação do sujeito na escrita informal**. 1988. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1988.

PAREDES SILVA, V. L. Variação e funcionalidade no uso de pronomes de 2ª pessoa do singular no português carioca. **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 121-138, 1998.

PINHEIRO, F. P. Variação e gramaticalização: um estudo sobre a redução fonética do item estar. **Revista de Estudos Linguísticos**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 1131-1159, 2020.

POPLACK, S. Deletion and Disambiguation in Puerto Rican Spanish. **Language**, v. 56, n. 2, p. 371-85, 1980.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49. ed. São Paulo: José Olympio, 2012.

ROMANELLI, O. O. **História da educação do Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANKOFF, D.; TAGLIAMONTE S. A.; SMITH E. **GoldVarb X – A multivariate analysis application**. Toronto: Department of Linguistics; Ottawa: Department of Mathematics, 2005. Disponível em: <http://individual.utoronto.ca/tagliamonte/goldvarb.html>. Acesso em: 28 mai. 2019.

TAVARES, M. A. **Um estudo variacionista de AÍ, DAÍ, ENTÃO e E como conectores sequenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis**. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

TESCH, L. M. **A expressão do tempo futuro no uso capixaba: variação e gramaticalização**. 2011. 192 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Pós-Graduação em Linguística, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

YACOVENCO, L. C.; MASSARIOL, C. B. A expressão do sujeito pronominal na fala de uma universitária: uma análise baseada no estilo. **Revista (Con)Textos Linguísticos**, Vitória, v. 11, p. 104-123, 2017.

Sobre as autoras

Caroliny Batista Massariol (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-8638-0934>)

Doutoranda (bolsista da CAPES) no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); mestra em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); licenciada em Letras - Português pela mesma instituição.

Lilian Coutinho Yacovenco (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-3568-0539>)

Doutora e mestra em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); graduada em Letras - Português e Literaturas de Língua Portuguesa pela mesma instituição. É professora do Departamento de Línguas e Letras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Aspectos semânticos e morfossintáticos de deonticidade em entrevistas do *Corpus Sociolinguístico da Cidade do México*¹

Semantic and morphosyntactic aspects of deonticity in interviews of the *Sociolinguistic Corpus of Mexico City*

Jane Eyre Martins Caldas (UFC)²
Nadja Paulino Pessoa Prata (UFC)³
André Silva Oliveira (UFC)⁴

Resumo: Este trabalho tem por objetivo fazer uma descrição e análise da qualificação da modalidade deôntica em termos dos aspectos semânticos e morfossintáticos envolvidos na instauração dos atos deônticos no gênero entrevista. Para isso, tomamos por base os pressupostos teóricos da perspectiva funcionalista, em que os estudos relativos aos fenômenos linguísticos devem ser descritos e analisados com base no uso efetivo da língua. Nesse sentido, recorreremos ao *Corpus Sociolinguístico da Cidade do México* (CSCM), a partir do qual coletamos 20 entrevistas. Após a análise quali-quantitativa, constatamos que a fonte deôntica instaura um determinado valor modal deôntico (obrigação, permissão ou proibição) sobre o alvo deôntico, considerando o tempo gramatical (presente, futuro simples ou condicional simples) e a forma de expressão (auxiliares modais) adequados, de modo que possam espelhar os propósitos comunicativos do falante no que tange à asseveração ou à mitigação dos conteúdos modais deônticos, localizando o evento sobre o qual recai a deonticidade para o momento da enunciação ou para um momento futuro, o que intensifica a deonticidade expressa, devido ao fato de esta modalidade ser considerada como orientada-para-o-futuro.

Palavras-chave: Funcionalismo. Modalidade deôntica. Semântica. Morfossintaxe. Espanhol.

Abstract: This work aims to describe and analyze the qualification of the deontic modality in terms of the semantic and morphosyntactic aspects involved in the establishment of deontic acts in the interview genre. For this, we take as a basis the theoretical assumptions from the functionalist perspective, in which studies related to linguistic phenomena must be described and analyzed based on the effective use of language. In this sense, we resorted to the *Mexico City Sociolinguistic Corpus (MCSC)*, from which we collected 20. After the analysis quali-quantitative, we found that the deontic source establishes a certain deontic modal value (obligation, permission, or prohibition) on the deontic target, considering the grammatical tense (present, simple future, or simple conditional) and the form of expression (modal auxiliaries) adequate so that they can mirror the speaker's communicative purposes in terms of asserting or mitigating deontic modal content deonticity expressed because this modality is considered as future-oriented.

Keywords: Functionalism. Deontic modality. Semantics. Morphosyntax. Spanish.

¹ Este trabalho tem relação com o projeto de pesquisa “A modalidade deôntica em língua espanhola (Etapa 2): análise funcionalista em *corpus* oral”, que foi coordenado pela Profa. Dra. Nadja P. P. Prata.

² Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, CE, Brasil. Bolsista CAPES. Endereço eletrônico: janeeyrecaldas@gmail.com.

³ Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento de Letras Estrangeiras, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, CE, Brasil. Endereço eletrônico: nadja.prata@ufc.br.

⁴ Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Fortaleza, CE, Brasil. Bolsista CAPES. Endereço eletrônico: andrehtzn@gmail.com.

Introdução

Partindo do pressuposto de que a *modalidade* “constitui uma categoria linguística por meio da qual o falante codifica conteúdos e intenções” (PESSOA, 2011, p. 93), buscamos fazer uma análise das expressões que instauram a modalidade deôntica, sem excetuar a relação que há entre essas expressões com as características do gênero entrevista, uma vez que a perspectiva funcionalista entende que a *língua funciona como um instrumento de interação social*. Procuramos verificar se há também algum tipo de relação entre o uso dessas expressões e os valores modais deônticos, que, por sua vez, são instaurados por uma fonte deôntica sobre um alvo deôntico, os quais são engendrados no discurso em razão das intenções e dos propósitos comunicativos do falante. Nesse sentido, nos parece que o entrevistador, ao utilizar-se de questionamentos que favorecem a exposição de pontos de vista, como esclarece Rosa (2008), consiga que o entrevistado (falante) se introjete no discurso e expresse matizes de obrigação, permissão ou proibição para (não) realizar o evento designado pelo predicado, tendo em vista regras e normas de conduta sociais (modalidade deôntica).

No intuito de descrevermos e analisarmos a instauração da modalidade deôntica nas entrevistas do *Corpus Sociolinguístico da Cidade do México* (CSCM) e, com isso, averiguarmos o condicionamento dos aspectos semânticos sobre os aspectos morfossintáticos, estruturamos este trabalho da seguinte forma: na primeira seção, discorreremos acerca da perspectiva funcionalista, apresentando seus principais postulados; na segunda seção, exporemos sobre os estudos relativos à modalidade deôntica na seara linguística; na terceira seção, abordaremos os aspectos metodológicos desta pesquisa, como a delimitação do *corpus* e o estabelecimento das categorias de análise; na quarta seção, apresentaremos os resultados e discussões sobre o engendramento da modalidade deôntica nas entrevistas do CSCM, com base nas categorias de análise pautadas para esta pesquisa. Por fim, passaremos para as considerações finais e o referencial teórico desta pesquisa.

A perspectiva funcionalista

De acordo com Lyons (1987, p. 207), o funcionalismo como corrente teórica linguística pode ser caracterizado “pela crença de que a estrutura fonológica, gramatical e semântica das línguas é determinada pelas *funções* que têm de exercer nas sociedades em que operam”. Tomando por base essas *funções*, Neves (2006) explica que se trata de “uma teoria que se liga, acima de tudo, aos fins a que serve as unidades linguísticas, o que é mesmo que dizer que o funcionalismo se ocupa, exatamente, das funções dos meios linguísticos de

expressão”. Ainda segundo a autora, é necessário que seja considerado o sistema linguístico em uso e que se considere, também, que a principal função da língua seria de atuar como instrumento de interação social entre seus usuários. A partir disso, surge a preocupação com as relações existentes entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social, e não apenas com as características internas da língua. Dessa forma, a língua “não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que a gramática não pode ser entendida como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução” (NEVES, 1997, p. 3).

De fato, há que se considerar, de acordo com Cunha (2011), que, quando se trata de fazer uma análise de cunho funcionalista, tanto os enunciados quanto os textos devem ser relacionados às chamadas *funções* que eles desempenham quando se dá a comunicação a nível interpessoal. Por isso, os funcionalistas buscam, exclusivamente, trabalhar com enunciados ou textos, orais ou escritos, produzidos por falantes reais em contextos comunicativos efetivos de fala, evitando o uso de todo e qualquer tipo de material que tenha sido criado/inventado, dissociado de sua função nos atos comunicativos realizados pelos falantes nativos ou não nativos de uma determinada língua. A causa dessa “preocupação” pelo uso de materiais autênticos se deve ao fato de que os funcionalistas concebem e entendem a língua(gem) como sendo uma “ferramenta” de interação social que se dá entre os falantes de uma comunidade linguística, alinhando-se, dessa forma, à tendência que analisa a relação existente entre linguagem e sociedade.

Dessa forma, o interesse das investigações linguísticas de cunho funcionalista sobrepassa a estrutura gramatical, procurando, nas mais diversas situações comunicativas, o material necessário para os distintos usos da língua pelos seus falantes, haja vista que “a abordagem funcionalista procura explicar as regularidades observadas no uso interativo da língua, analisando as condições discursivas em que se verifica esse uso” (CUNHA, 2011, p. 157). Castilho (2012) acrescenta que a corrente funcionalista não pode ser vista como uma abordagem monolítica, pois ela consegue reunir uma série de subteorias que coincidem na postulação de que uma língua apresenta funções cognitivas e sociais que desempenham um papel primordial na determinação das estruturas e dos sistemas que organizam a gramática de uma língua natural.

Ainda que haja uma diversidade de “funcionalismos”, todos eles comungam, de acordo com Neves (2012), com alguns princípios que configuram suas bases epistemológicas: (i) concepção de língua como um sistema fluido e maleável, que é moldado a partir das pressões do uso; (ii) o caráter instrumental da linguagem, que serve como ferramenta de

comunicação (visão teleológica); e (iii) a integração do componente pragmático que, por sua vez, governa a semântica e a morfossintaxe. Assim, a perspectiva funcionalista apregoa, com base em Dik (1989), que a pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; em que o sentido de análise linguística vai da pragmática à sintaxe, via semântica.

Desse modo, Dik (1989) especifica que as unidades linguísticas articuladas na interação comunicativa devem ser descritas e analisadas considerando a intenção comunicativa do falante e as informações pragmáticas do seu ouvinte. Dessa forma, a sintaxe (relativa à estruturação do discurso) está sujeita às designações semânticas que são atribuídas às expressões linguísticas pelo falante que, por sua vez, estão subordinadas aos aspectos pragmáticos que governam a interação comunicativa. Portanto, ao adotarmos uma abordagem funcionalista, parece-nos possível estudar modalidade deôntica, tendo em vista os aspectos semânticos - aqueles relativos à designação das unidades linguísticas referentes às regras e às normas de conduta – como condicionantes dos aspectos morfossintáticos envolvidos na instauração dos conteúdos modais deônticos.

Para que possamos verificar esses condicionamentos para a instauração da modalidade deôntica, é preciso que discorramos, como se verá na seção seguinte, acerca desta categoria modal que, segundo Hengeveld (2004), diz respeito às normas e às regras de conduta que são prescritas, reguladas ou avaliadas com base no que é aceito legalmente, moralmente e socialmente.

A modalidade deôntica na seara linguística

De acordo com Neves (2006), os estudos que pretendem demarcar e especificar a categoria modalidade são muito diversificados, haja vista que é perceptível tanto a própria variação dos conceitos referentes aos subtipos modais quanto às variações nesse campo de estudo, considerando que as mais diferentes orientações tipológicas buscam priorizar parâmetros que ora estão pautados nas noções de necessidade e possibilidade, ora se voltam para as questões factuais e não-factuais dos eventos, ora se direcionam em analisar a articulação ou não do elemento do desejo. Ainda conforme a autora, a problemática na hora de definir o real conceito de modalidade começa na tentativa de delimitá-la, já que esse conceito está relacionado não apenas ao significado das expressões modalizadoras, mas também ao delimitar as noções inscritas nesse domínio conceptual.

Neves (2006) ainda ressalta que há duas questões fundamentais que se deve considerar ao definir a modalidade: (i) a avaliação dos enunciados que são considerados como modais,

averiguando se há, de verdade, a existência ou não da modalidade neles, sem que haja alguma marca de modalização explícita ou que seja perceptível, pelo menos em um ou outro elemento do enunciado; e (ii) a tentativa de estabelecer as chamadas “fronteiras” entre a lógica e a Linguística.

Podemos dizer que, ainda que haja diversas tipologias que delimitem e especifiquem a modalidade, esta categoria pode ser dividida em dois eixos principais: (i) o *eixo do conhecimento*, em que atua a modalidade epistêmica, relativa às crenças e aos saberes acerca do mundo real; e (ii) o *eixo da conduta*, em que atua a modalidade deôntica, que é relativa às regras e às normas de conduta que são impostas socialmente, legalmente ou moralmente.

Segundo Carretero (1992), a modalidade deôntica, nosso objeto de estudo, define-se como a possibilidade ou a necessidade que se possa determinar em relação às “leis sociais”, das quais a possibilidade deôntica é entendida como permissão, ou seja, algo está permitido quando está sob as normas sociais; e a necessidade deôntica, que se denomina como obrigação, isto é, algo está obrigado quando é necessário que se aconteça para que se atue conforme as normas sociais.

Menezes (2011) ressalta que a modalidade deôntica está intrinsecamente relacionada à necessidade ou à possibilidade dos atos que são realizados pelos agentes moralmente responsáveis. Dessa forma, segundo a autora, entende-se que sentença modalizadora deôntica expressa uma proposição, isto é, expressa um enunciado que pode ser entendido como verdadeiro ou falso, mas não descreve, de fato, um ato em si. Quando o falante impõe uma obrigação da qual o seu ouvinte terá de agir (*Abra a porta*) ou refrear de agir (*Não abra a porta*) (MENEZES, 2011, p. 87), de determinado modo, obviamente, não se descreve nem o desempenho presente da ação e tampouco se descreve esse mesmo evento no futuro; descreve-se, nesse caso, um estado de coisas a ser obtido pelo falante caso o ouvinte execute o que lhe foi solicitado.

Assim, a modalidade deôntica, de uma maneira geral, consiste na seleção de formas de transmitir dada informação com base em valores morais, éticos, normas de conduta, etc., a variados sujeitos, uma vez que estes podem modificá-la. Desta forma, conforme nos informa Pérez Sedeño (2001, p. 102), “a modalidade se apresenta como escolha, consciente ou não, do enunciador”⁵. Entretanto, há algumas controvérsias a respeito da concepção de modalidade, posto que muitos autores acreditam que ela é uma característica inerente atribuída à oração

⁵ Tradução nossa. O original diz: “la modalidad se presenta como elección, consciente o no, del enunciador” conforme nos informa” (PÉREZ SEDEÑO, 2001, p. 102).

(*modus + dictum*). No entanto, para esta pesquisa, iremos tratá-la como um conjunto de traços (semânticos e morfossintáticos) utilizados no ato comunicativo.

Deste modo, baseando-nos em Pessoa (2011), consideramos que a modalidade deôntica é relativa ao que é aceito em termos de regras e normas de conduta que podem ser reguladas, prescritas ou avaliadas por parte do falante ou de uma fonte externa a ele, e, por meio do qual, o falante codifica conteúdos e intenções, de modo que o seu discurso possa atuar sobre o ouvinte, ou melhor, que ele possa interagir com o ouvinte, de forma que amplie, modifique ou substitua sua informação pragmática já compartilhada entre ambos ou que ele almeja acrescentar.

Tendo sido feitas essas considerações acerca da modalidade deôntica, passaremos, na seção seguinte, para os aspectos metodológicos desta pesquisa, pontuando acerca da caracterização do *corpus* e o estabelecimento das categorias de análise.

Metodologia da pesquisa

No intuito de descrevermos e analisarmos o condicionamento dos aspectos morfossintáticos em vista dos aspectos semânticos envolvidos na instauração da modalidade deôntica no gênero entrevista, recorreremos ao *Corpus Sociolinguístico da Cidade do México* (CSCM),⁶ que está composto por entrevistas individuais, do tipo semiestruturadas, e que foram elaboradas no âmbito do informante (trabalho ou residência). Reiteramos que, para esta pesquisa, não nos detivemos em questões sociolinguísticas, tais como sexo, faixa etária, grau de escolaridade, etc., restringindo-nos a descrever e analisar os usos dos modais deônticos nas construções discursivas dos entrevistados. O CSCM, em linhas gerais, está constituído por amostras de fala de 300 pessoas, constando de, aproximadamente, 500 horas de gravação. Com base nele, formamos um “*subcorpus*”, composto por 20 entrevistas, que contém aproximadamente 22.000 palavras.

Em relação ao gênero textual oral que forma o *corpus*, destacamos que a *entrevista* é fundamentalmente dialogal, isto é, uma forma de interação social. De acordo com Medina (1995), a entrevista, nas suas diferentes aplicações, pode ser delimitada com uma técnica de interação social e de interpenetração informativa, propiciando com que haja uma quebra de isolamentos grupais, individuais, sociais; podendo também servir à pluralização de vozes e à distribuição democrática da informação. Como é sabido, a maioria das entrevistas consiste em interações orais, que, geralmente, são feitas oralmente para depois serem transcritas e

⁶ Disponível em: https://lef.colmex.mx/corpus_sociolinguistico.html. Acesso: 01 jun. 2020.

publicadas. Nas palavras de Gil (2010, p. 109), trata-se de “uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.”

Rosa (2008) acrescenta que os questionamentos feitos pelo entrevistador podem ser também de caráter subjetivo, no que tange às crenças e opiniões do entrevistado, levando ambos a um relacionamento recíproco, muitas vezes, de confiabilidade. Desse modo, esses questionamentos, geralmente, relacionam-se a uma avaliação de crenças, valores, atitudes, razões e motivos seguidos de fatos e comportamentos, o que pode culminar em regras e normas de conduta social. Nesse sentido, é provável que haja a instauração de obrigações, permissões ou proibições (modalidade deôntica) que recaiam sobre um dado participante designado pelo predicado ou sobre eventos reportados pelo entrevistado, geralmente relativos a normas e regras de conduta que devem ser seguidas por ele e/ou as demais pessoas do convívio social.

Portanto, o gênero entrevista pode propiciar que o entrevistado (falante) expresse a sua opinião e/ou a sua posição em relação ao que é articulado durante a entrevista, propiciando, dessa forma, o uso de modalizadores deônticos, que apresentam as seguintes características:

(i) os valores modais deônticos, que podem ser de *obrigação*, *permissão* ou *proibição*, conforme Lyons (1987), Palmer (1986), Pessoa (2007; 2011), Oliveira (2015) e Batista (2016).

(ii) os diferentes tipos de fonte deôntica, de onde advém a atitude modal deôntica instaurada, que, conforme Pessoa (2011), Oliveira (2015), Batista (2016) e Vidal (2016), podem ser: *Enunciador*, quando se tratar do próprio falante; *Indivíduo*, quando se tratar de um sujeito em particular que é reportado pelo falante; *Instituição*, quando se referir a um grupo institucional reportado pelo falante; e *Domínio Comum*, quando advir da coletividade, ou seja, preceitos morais estabelecidos socialmente.

(iii) os diferentes tipos de alvo deôntico, sobre quem recai a atitude modal deôntica instaurada, que, conforme Pessoa (2011), Oliveira (2015), Batista (2016) e Vidal (2016), podem ser: *Enunciador*, quando recair sobre o próprio falante; *Indivíduo*, quando recair sobre um sujeito reportado pelo falante no discurso; *Instituição*, quando recair sobre um grupo institucional específico; *Domínio Comum*, quando recair sobre a coletividade; *Coenunciador*, quando recair sobre quem o falante direciona o seu discurso; e *Inexistente*, quando se tratar de um evento que deve ser concretizado.

(iv) a marcação morfossintática de tempo gramatical, que, segundo Oliveira (2015), Batista (2016) e Vidal (2016), para a língua espanhola, pode ser: *presente*, *pretérito perfecto*

simple, pretérito perfecto compuesto, pretérito imperfecto, pretérito pluscuamperfecto, futuro simple, futuro compuesto, condicional simple e condicional compuesto.

(v) as formas de expressão linguísticas que, de acordo com Oliveira (2015), Batista (2016) e Vidal (2016), podem ser em língua espanhola: *auxiliares modais, verbos de significação plena, substantivos, adjetivos, advérbios, adjetivos em função predicativa, construções modalizadoras com verbo suporte*, etc.

A análise dos dados se deu de modo: (i) *qualitativo*, haja vista que a categoria modalidade deôntica será descrita e analisada com base no que é predisposto pela perspectiva funcionalista e em trabalhos correlatos sobre essa categoria modal; e (ii) *quantitativo*, em virtude dos dados serem analisados com base em um programa estatístico para a geração das frequências das categorias de análise, no caso, o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) – versão 22 para o Windows.

Findos os aspectos relativos à delimitação do *corpus* e às categorias de análise, passar-se-á, na seção seguinte, aos resultados e discussões da instauração da modalidade deôntica no gênero entrevista.

Resultados e discussões

Após a análise dos dados, constatamos 42 casos de modalizadores deônticos, que serão descritos e analisados seguindo o modelo *top-down*, dos aspectos semânticos (fonte, alvo e valores modais deônticos) aos aspectos morfossintáticos (tempo e formas de expressão).

No que tange à fonte deôntica, que diz respeito à origem da atitude modal deôntica instaurada, constatamos que a fonte *Enunciador* foi a mais usada, conforme mostra a Tabela 1:

Tabela 1 - A fonte deôntica em entrevistas do CSCM

Fonte Deôntica	No.
Enunciador	37
Inexistente	03
Não especificado	01
Indivíduo	01
Total	42

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do SPSS.

No caso de fonte *Enunciador*, a instauração dos valores parte do próprio falante, expressando-se de forma explícita ou implícita, em que este atua como o “porta-voz” da deonticidade expressa, prescrevendo ou regulando normas e regras de conduta sobre si e os demais. Vejamos em (1) e (2):

(1) “E: ah/ ¿y qué más me platica de aquí/ del hospital? / alguna anécdota. I: del hospital/ ¿qué le **podemos platicar**? // bueno que este fue un hospital// que tuvo cierta// imagen/ no sabemos ni por qué pero/ generalmente// era presa de salir en los medios de/...” (Entrevista 03)

[“E: ah/ e as conversas daqui/ do hospital?/ alguma anedota I: do hospital/ que podemos conversar?// bem que este foi um hospital// que teve certa// imagem/ não sabemos nem o porquê mas/ geralmente// era presa de sair nos meios de/...]

(2) “I: aunque me agrada mucho// no te voy a decir que no me agrada// es una carrera que <~que:>// realmente me satisface// pero que <~que:>/ en un país en como el que vivimos// a veces es decepcionante// el que [los]. E: [claro]. I: profesionistas se **tienen que dedicar** a otra cosa/ que les deje más// económicamente <~e:conómicamente>” (Entrevista 05)

[I: ainda que me agrada muito// não te direi que não me agrada// é uma carreira que// realmente me satisfaz// mas que/ em um país como o que vivemos// às vezes é decepcionante// o que [os] E: [claro] I: profissionais tenham que se dedicar a outra coisa/ que os deixem mais// economicamente]

Em (1), ao utilizar o modal *poder*, a fonte *Enunciador* instaura uma obrigação por meio do auxiliar, cujo alvo é a *Instituição*, o hospital, que está obrigado a realizar o evento descrito pelo predicado, *platicar*. Já em (2), percebemos que a fonte *Enunciador* parte do entrevistado, que expõe seu ponto de vista sobre a carreira, que recai sobre os profissionais, pois no país em que vivem, circunstâncias externas os obrigam a se dedicarem à outra coisa que os deixem em uma melhor situação econômica.

Por sua vez, a fonte *Inexistente* ocorreu em 3 casos, como exemplificado em (3):

(3) “E: la herrería/ ¿la albañilería no le gustó? I: sí me gusta/ [pero]. E: [ajá]. I: cuando hay algún/ por ejemplo/ que **hay que poner** una ventana. E: ajá. I: y no haiga (sic) quien lo haga/ no haiga (sic) quien este [esté]. E: [ajá]. I: pues <~pus> yo me lo chuto” (Entrevista 16)

[E: o ferreiro / você não gostou da alvenaria? E: sim, eu gosto / [mas]. E: [uh-huh]. I: quando houver algum / por exemplo / para colocar uma janela. E: uh-huh. I: e ninguém faz (sic) quem faz / ninguém faz (sic) quem é esse [é]. E: [uh-huh]. I: bem, eu sou péssimo]

Segundo a Real Academia Española – RAE (2010), o operador modal deôntico *haber* que se trata de uma estrutura impessoal, na qual o sujeito inexistente parece impor o verbo *haber*. Em (3), portanto, o modal *haber* expressa uma obrigação, que não parte do falante nem de nenhum outro tipo de fonte, pois são as condições externas, haja vista que não há ninguém para fazer o serviço de pedreiro e que obrigue o entrevistado a ter que pôr a janela, ou seja, a obrigação não tem como origem uma fonte deôntica que instaura o valor.

Em relação aos tipos de fonte *Indivíduo* e *Não-especificado*, que somam juntos apenas 2 ocorrências, percebemos que há o compartilhamento de uma característica nos dois casos: o falante apenas reporta a existência da obrigação de agir para o outro participante, como podemos atestar em (4) e (5):

(4) "I: y y deseo/ regresar a Tacubaya si Dios me lo **permite** [¿verdad? porque]. E: [¿a trabajar allá/ o?]" (Entrevista 18)

[I: e e desejo/ voltar a Tacubaya se Deus me permite [verdade? porque] E: [para trabalhar lá/ ou?]

(5) "E: dime ¿tú que piensas? / porque/ por qué será que/ que se/ que se/ que somos tan pocas/ si aparentemente// pues la mujer ya no está/ o más bien ya no se le inculca la idea de/ de que **tiene que ser ama de casa** y... I: al sometimiento (risa)" (Entrevista 02)

[E: me diga o quê pensas?/ porque/ porque será que/ que se/ que se/ que somos tão poucas/ se aparentemente// pois a mulher já não está/ ou melhor já não inculcam nela a ideia de/ de que tem que ser dona de casa e I: à submissão (risos)]

Em (4), a fonte é do tipo *Indivíduo*, pois o entrevistado trata de reportar uma permissão instaurada por outra pessoa, Deus. É como se criasse uma enunciação dentro da outra, marcando o afastamento do falante em relação ao valor deôntico instaurado. Por seu lado, em (5), a fonte é do tipo *Não-especificado*, em que o entrevistador remete a uma fonte não especificada para ilustrar seu ponto de vista.

Averiguamos que os diferentes tipos de fonte deôntica parecem optar pelo presente do indicativo (tempo gramatical) e pelos auxiliares modais (forma de expressão) para a instauração do ato deôntico. De acordo com Oliveira (2015), o presente do indicativo reveste o ato deôntico instaurado de um valor mais assertivo, propiciando uma leitura do evento, sobre o qual a deonticidade recai, como sendo algo certo, passível de ser exequível e controlado [+controle]. Em relação ao emprego dos auxiliares modais, Batista (2016) especifica que a carga semântica dos verbos modais deônticos, tais como *deber*, *poder*, *permitir*, etc., intensificam a obrigatoriedade, permissividade ou proibição de (não) realização do ato deôntico. Dessa forma, o emprego dos auxiliares modais e do presente do indicativo reforçam o caráter de "moralmente responsável" e "revestido de autoridade" (LYONS, 1987) que se julga necessário que a fonte da atitude modal deôntica deva ter.

No que diz respeito ao alvo deôntico, sobre quem recai a deonticidade expressa, constatamos que o tipo *Indivíduo* é o mais usado, conforme Tabela 2:

Tabela 2 - O alvo deôntico em entrevistas do CSCM

Alvo Deôntico	No.
Indivíduo	11
Enunciador	10
Não-especificado	07
Domínio Comum	07
Coenunciador	06
Instituição	01
Total	42

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do SPSS.

O tipo de alvo *Indivíduo* é o mais recorrente, com 11 casos, e se refere a um terceiro-reportado, podendo ser definido ou não no encadeamento da entrevista, de acordo com Pessoa (2011), como podemos averiguar em (6) e (7):

(6) "I: ... *mis papás/ no son profesionistas/ sin embargo/ tuvieron ese/ empeño de decir/ "si yo no lo hice/ yo quiero que mis hijos lo hagan"/ y ellos nos dieron la oportunidad a todos// hubo quienes la aprovechamos bien/ hubo quien no// y pues <~pus> con la pena/ ahorita se andan dando de golpes porque/ **tienen que trabajar** en un empleo/ en el que no le pagan lo que// él quisiera/ o lo que ella quisiera// pero pues <~pus> ni modo/ o sea" (Entrevista 02)*

[I: ...meus pais/ não são formados/ entretanto/ tiveram isso/ empenho de dizer/ "se eu não o fiz/ eu quero que meus filhos o façam"/ e eles deram oportunidade a todos// teve quem a aproveitasse bem/ teve quem não// e pois com a pena/ agora andam se lamentando porque/ têm que trabalhar em um emprego/ no que não o pagam o que// ele queria/ ou o que ela queria// mas pois nem modo/ ou seja]

(7) "E: *porque uno se retira/ y pierde todos los puntos y/ [prestaciones]. I: [y todo]/ entonces/ no puedes/ retirarte// pero bueno/ llegará un momento en que/ **habrá que hacerlo**" (Entrevista 06)*

[E: porque um se aposenta/ e perde os pontos e/ [prestações] I: [e tudo] / então/ não podes/ aposentar-te/ então/ chegará um momento em que/ terá que fazê-lo]

Em (6), o entrevistado instaura uma ação que recai sobre uma terceira pessoa *ellos*, seus irmãos, portanto, o alvo deôntico é o *Indivíduo*, pois se refere a um terceiro-reportado que está fora do circuito da fala e que, por sua vez, está obrigado a executar a ação descrita pelo predicado, no caso, trabalhar. Em (7), o alvo deôntico também é do tipo *Indivíduo*, em que o entrevistado instaura uma obrigação que recai sobre uma terceira pessoa genérica, que está implícita, expresso pelo artigo indefinido *uno*.

Como podemos verificar, a segunda maior ocorrência de alvo deôntico foi a do tipo *Enunciador*, o qual aparece em 10 casos, em que o falante remete ações que a ele caberiam ou não executar, como em (8):

(8) "I: [no] *porque yo tengo/ mucho que hacer. E: ¿cómo qué? I: pues <~pus> como la tesis/ por ejemplo" (Entrevista 01)*

[I: [não] porque eu tenho/ muito o que fazer E: como o quê? I: pois como a tese/ por exemplo]

Em (8), o falante instaura sobre si mesmo a obrigação de executar o evento contido no predicado, no caso, os seus afazeres diários. De acordo com Neves (2006), este tipo de obrigação é definido como "moral interna", isto é, o falante regula ou prescreve para si atos deônticos que devem ser realizados e por ele controlados [+controle].

Em seguida, constatamos o uso dos alvos deônticos *Não-especificado* e *Domínio Comum*, em (9) e (10), respectivamente:

(9) "I: ... no sabemos ahora <~ora> sí/ a ciencia cierta si/ si nos váyamos (sic) a dedicar de lleno con este mismo trabajo o <~o:>/ o **pueda cambiar**/ todavía no/ no nos estamos decididos/ bueno/ de mi parte pues aún/ creo que/ aún no sé si/ si siga con este negocio o/ o o cambie/ pero así/ de que..." (Entrevista 09 - G1)

[I: ...não sabemos agora se/ ao certo se/ se nós vamos (sic) a dedicar plenamente com este mesmo trabalho ou/ ou possa mudar/ ainda não/ não estamos decididos/ bom/ da minha parte pois ainda/ creio que/ ainda não sei se/ se sigo com este negócio ou/ ou ou mude/ mas assim/ de que...]

(10) "I: sí/ porque porque también/ se **puede decir** que cuando nosotros tatuábamos en aquel entonces/ el/ la onda era más como que más underground<~ondergraund>/ ¿no? / no había una difusión tan cultural ni tan comercial como lo es ahora"(Entrevista 07 - G1)

[I: sim/ porque porque também/ se pode dizer que quando nos tatuávamos naquela altura/ o/ a moda era mais como que mais underground/ não? / não havia uma difusão tão cultural nem tão comercial como é agora]

Em (9), o alvo deôntico é *Não-especificado*, pois o entrevistado, ao instaurar a possibilidade deôntica, não estabelece claramente sobre quem recai o valor deôntico, mas estipula apenas a ação que deve ser concretizada, em que não sabem se vão se dedicar completamente ao trabalho ou se esta ação possa mudar. Em (10), o verbo *poder*, flexionado na terceira pessoa do singular e acompanhado da partícula de impessoalização "se" nos mostra que o alvo pode ser considerado como um *Domínio Comum*, pois percebemos um compartilhamento da permissão instaurada, em que o entrevistado compartilha a possibilidade deôntica com os demais, pois se pode dizer que quando eles se tatuavam a moda era mais *underground*.

Ainda com base na Tabela 2, percebemos que a quarta maior ocorrência de alvo deôntico foi a do tipo *Coenunciador*, com 6 casos. De acordo com Pessoa (2011), esse tipo de alvo deôntico se caracteriza por destinar, ao participante imediato da situação comunicativa, a obrigação, permissão ou proibição de (não) realização do evento designado pelo predicado, como podemos constatar em (11):

(11) "E: [no se] preocupe/ y/ usted **puede atender** a la gente ¿eh? / no. I: si las sé/ con todo gusto"(Entrevista 17 - G1)

[E: [não se] preocupe/ e/ você pode atender às pessoas certo? / não I: sim eu sei/ com todo prazer]

Em (11), recai sobre o *Coenunciador*, a quem o falante se direciona, a obrigação de realizar o evento sobre o qual recai a deonticidade, no caso, de realizar o atendimento das pessoas.

Por seu turno, o alvo deôntico menos instaurado é o de *Instituição*, em apenas 1 caso, que se refere à terceira pessoa do discurso, a qual é reportada pelo falante. Vejamos (12):

(12) “E: ah/ ¿y qué más me platica de aquí/ del hospital? / alguna anécdota. I: del hospital/ ¿qué le **podemos platicar**? // bueno que este fue un hospital// que tuvo cierta// imagen/ no sabemos ni por qué pero/ generalmente// era presa de salir en los medios de/...” (Entrevista 03)

[E: ah / e o que mais você pode me contar aqui / o hospital? / Qualquer anedota. I: sobre o hospital / o que podemos lhe dizer? // bem, este era um hospital // que tinha uma certa // imagem / nem sabemos o porquê, mas / geralmente // foi preso na mídia de / ...]

Em (12), a instituição sobre qual recai a permissão é o hospital, neste caso, consideramo-lo como uma instituição por representar um setor de responsabilidade do Governo.

Assim como a fonte deôntica, o alvo deôntico parece optar pelo presente do indicativo para a instauração da modalidade deôntica, em que sobre este recai a obrigação, permissão ou proibição de (não) realizar o evento descrito pelo predicado. Nesses casos, atestamos também que os auxiliares modais são os mais recorrentes. Com base em Pessoa (2011) e Vidal (2016), ponderamos que a instauração da modalidade deôntica sobre o alvo deôntico no presente do indicativo e por meio de um auxiliar modal visa à assertividade sobre a qual o ato deôntico se reveste, em que sobre o alvo deôntico recai a responsabilidade de executar a ação designada pelo predicado, que é atenuada pela carga semântica obrigativa do modal deôntico empregado.

Quanto aos valores deônticos expressos pela fonte deôntica na instauração da modalidade deôntica sobre o alvo deôntico, podemos averiguar, por meio da Tabela 3, que o valor de obrigação é o mais recorrente:

Tabela 3 - Os valores modais deônticos em entrevistas do CSCM

Valor modal deôntico	No.
Obrigação	26
Permissão	11
Proibição (negação de permissão)	04
Proibição (negação de obrigação)	01
Total	42

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do SPSS.

De acordo com Vidal (2016), o valor modal de obrigação é o mais recorrente na instauração da modalidade deôntica, especificamente no gênero oral (entrevista), em razão de o falante optar por regular ou prescrever normas e regras de conduta que deverão ser executadas por aqueles a quem ele introjeta no discurso, podendo ser, como vimos anteriormente, sobre diferentes tipos de alvos deônticos. Vejamos (13) a (16):

(13) “E: oye ¿y tu novio ya empezó la/ la tesis/ de maestría? / porque/ cuando te dan beca creo que **tienes** [que// **que empezar** tu proyecto/ ¿no?]. I: [sí/ sí/ algo así, pero]/ tiene empezado el proyecto/ pero/ ¿me creerás que no sé ni de qué es?” (Entrevista 01)

[E: escuta, teu noivo já começou a/ a tese/ de mestrado? / por quê / quando te dão bolsa acredito que tens [que// que começar teu projeto/ não?] I: [sim/ sim/ algo assim mas] / já começou o projeto/ mas/ tu acredita que não sei nem do que é?]

(14) “E: la herrería/ ¿la albañilería no le gustó? I: sí me gusta/ [pero]. E: [ajá]. I: cuando hay algún/ por ejemplo/ que **hay que poner** una ventana. E: ajá. I: y no haiga (sic) quien lo haga/ no haiga (sic) quien este [esté]. E: [ajá] I: pues <~pus> yo me lo chuto” (Entrevista 16)

[E: o ferreiro / você não gostou da alvenaria? E: sim, eu gosto / [mas]. E: [uh-huh]. I: quando houver algum / por exemplo / para colocar uma janela. E: uh-huh. I: e ninguém faz (sic) quem faz / ninguém faz (sic) quem é esse [é]. Eu: [uh-huh] Eu: bem, eu sou péssimo]

(15) “I: mm/ es que <~que::>/ como al año/ o sea no no **no puedo**<~puedo:>/ **definirlo** porque/ al año/ o sea/ mi padre nos conoció// bueno/ más bien me conoció a mí también/ al año”. (Entrevista 12)

[I: mm/ é que/ como no ano/ ou seja não não não posso/ defini-lo por quê/ no ano/ ou seja/ meu pai nos conheceu// bom/ me conheceu melhor/ no ano]

(16) “I: ...la secundaria/ aquí en la// en el municipio// y el trabajo ahorita/ pues súper cómodo/ porque **no tengo que trasladarme**// excepto porque estoy haciendo otras cosas por la mañana...” (Entrevista 02)

[I: ...o ensino médio aqui na// no município// e o trabalho agora mesmo// pois super cómodo// porque não tenho que me trasladar// exceto porque estou fazendo outras coisas pela manhã...]

Em (13), averiguamos a instauração do valor de *obligación* estimulado pelo auxiliar modal *tener*. Assim, o entrevistador chama atenção para o fato de ser uma obrigação de quem recebe uma bolsa de mestrado ter que começar a fazer o projeto, pois circunstâncias externas o obrigam. Neste caso, o entrevistador pergunta à pessoa entrevistada se o noivo já começou a fazer a tese de mestrado, visto que, por ter recebido a bolsa, ele tem a obrigação moral de começá-lo. Em (14), o emprego do modal deôntico *haber* faz com que haja um descomprometimento por parte do falante com o ato deôntico instaurado, visto que ele emprega uma estrutura impessoal para se referir a obrigatoriedade de concretização de um evento, em que o sujeito inexistente parece impor o verbo *haber*. Em (15), constatamos o valor deôntico de negação de permissão, ou seja, uma proibição é instaurada pelo verbo “poder”, que é escopo de uma negação. Por sua vez, em (16), verificamos o valor deôntico de negação de obrigação, onde o entrevistado expressa que não há necessidade de se “trasladar”, porque as circunstâncias, de estudar e trabalhar no município, fazem com que não haja a necessidade de sair de um lugar a outro.

Assim como na fonte deôntica e no alvo deôntico, a instauração dos valores modais deônticos parecem recorrer ao presente do indicativo para a instauração dos atos deônticos

que são prescritos ou regulados pelo falante, fazendo uso de auxiliares modais. Considerando essa possível recorrência, pareceu-nos produtivo verificar a frequência do tempo gramatical e das formas de expressão em que a modalidade deôntica é instaurada no gênero entrevista do CSCM.

Com relação às formas de expressão da deonticidade em língua espanhola, para o nosso *corpus*, atestamos que os auxiliares modais são os mais recorrentes na instauração da modalidade deôntica, conforme Tabela 4:

Tabela 4 - As formas de expressão da modalidade deôntica em entrevistas do CSCM

Formas de expressão	No.
Auxiliares modais	41
Verbos de significação plena	01
Total	42

Fonte: Elaborada pelos autores com base nos dados do SPSS.

Vemos que auxiliares modais são os mais recorrentes para instauração de valores deônticos, sendo *tener+que+infinitivo* (21 ocorrências) > *poder+infinitivo* (14 ocorrências) > *deber+infinitivo* (4 ocorrências) > *haber+que+infinitivo* (2 ocorrências), como averiguamos de (17) a (20):

(17) “I: pues <~pus> como mucha gente/por necesidad <~necesidá>/ que no hay escuela pues <~pus> [**te tienes que ir**]” (Entrevista 16)

[I: pois como muita gente/ por necessidade/ que não há escola pois [tu tens que ir]].⁷

(18) “E: ah pero ¿supervisor de qué? I: de <~de:> z-/ de zonas o sea <~sea:>/ de **puede venir aquí o puede ir a otros lados así a dejar nóminas <~nó:minas> y todo eso**” (Entrevista 14)

[E: ah mas supervisor de quê? I: de zonas ou seja de/ poder vir aqui ou poder ir a outros lados assim pra deixar catálogos e tudo isso]

(19) “I: y también esto/ eh <~eh:>/ me empezó a mí a dar// a primero a enterarme/ de lo que era la floricultura/ para poder/ vender// [y ya luego]. E: [claro]. I: después también// para poder enseñar// porque yo veía que/ la gente venía y/ muchas de las veces// pues se quedaba con la duda/ cómo **debía cultivar sus plantas**// y así fu-/ eran las azaleas/ y eran las rosas// y como nosotros aquí tenemos varias exposiciones// entonces <~entóns> tomé primero los temas/ de los cursos/ de las exposiciones que [**tenemos**]” (Entrevista 05)

[I: e também isto/ eh/ começou a/ a primeiro compreender/ do que era a floricultura/ para poder/ vender// [e em seguida] E: [claro] I: depois também// para poder ensinar// porque eu via e/ muitas das vezes// pois ficava com a dúvida/ como devia cultivar suas plantas// e assim fo-// ram as azaleias// e eram as rosas// e como aqui nós temos várias exposições// então tomei primeiro os temas/ dos cursos/ das exposições que [temos]]

⁷ Vale ressaltar que na expressão [tu tens que ir] percebemos a inclusão da comunidade no qual está inserido o falante, é domínio comum].

(20) "E: *porque uno se retira/ y pierde todos los puntos y/ [prestaciones]. I: [y todo]/ entonces/ no puedes/ retirarte// pero bueno/ llegará un momento en que/ **habrá que hacerlo**" (Entrevista 06)*

[E: porque um se aposenta/ e perde os pontos e/ [prestações] I: [e tudo] / então/ não podes/ aposentar-te/ então/ chegará um momento em que/ terá que fazê-lo]

Em (17), verificamos que o modal *tener+que+infinitivo*, flexionado no presente do indicativo, fornece à sentença a ideia de obrigação, em que o entrevistado chama a atenção do entrevistador para o fato de que circunstâncias externas os obrigam (entrevistado e a comunidade no qual está inserido) a realizar a ação, pois estas os instigam a “terem que ir”. Em (18), ao instaurar a permissão no presente do indicativo, observamos que o entrevistado deixa implícito, ao entrevistador, que ao supervisor de zonas lhe é concedido a faculdade “de poder vir ou poder ir” a outros lados a deixar catálogos. Assim, a utilização do modal *poder* expressa uma possibilidade deôntica de uma eventual ocorrência quando se propõe a ação.

Em (19), percebemos que o modal “*deber*” também fornece à sentença a ideia de obrigação, em que recai sobre o participante designado pelo predicado a obrigação de regar as plantas. Desse modo, o emprego do pretérito imperfeito do indicativo remete a uma obrigação, instaurada no momento da enunciação, que é referente a um evento anterior ao momento de fala, em que o sujeito introjetado no discurso, *la gente*, parece indicar a responsabilidade com que o falante cuida de suas plantas. Nesse sentido, o emprego do modal deôntico *deber+infinitivo* não permite uma leitura epistêmica, já que não expressa a avaliação do entrevistado sobre a verdade da proposição, isto é, o entrevistado não qualifica explicitamente seu comprometimento com relação a verdade da proposição. Em (20), a modalidade deôntica é instaurada por meio do operador modal *haber+que+infinitivo*, em que o falante se restringe a instaurar a obrigatoriedade de um evento, cujo valor modal deôntico é posterior ao momento de fala, o que é marcado pelo emprego do futuro simples do espanhol.

Como podemos ver, ainda que os auxiliares modais sejam os mais recorrentes na instauração da modalidade deôntica, averiguamos que os atos deônticos podem ser expressos em diferentes tempos gramaticais. Dessa forma, pareceu-nos necessário examinar as referências temporais empregadas pelo falante na regulação ou prescrição dos conteúdos modais deônticos, como apresentado na Tabela 5:

Tabela 5 - Tempo gramatical dos modalizadores deônticos em entrevistas do CSCM

Tempo gramatical	No.
Presente	34
Pretérito Imperfeito	04
Condicional Simples	03
Futuro do Presente	01
Total	42

Fonte: Elaborada pelos autores com base no SPSS.

A partir dos dados da Tabela 5, verificamos que os dois tempos gramaticais de maior expressividade se trata do presente e do pretérito imperfeito do indicativo, sendo utilizados para asseverar a força do ato deôntico instaurado por meio do operador modal. Segundo a RAE (2010), o *presente* expressa a coincidência da situação designada como o momento da fala. Sendo esta coincidência pontual ou mais ampla. Os diferentes usos do presente recebem, frequentemente, denominações específicas: presente habitual (descreve ações repetidas); presente descritivo (refere-se a situações estáveis); e presente gnômico (próprio dos axiomas ou enunciados normativos). Vale ressaltar que, em qualquer caso, estas variedades são interpretações contextuais diversas do mesmo tempo verbal. Conforme Alarcos Llorach (2009), o presente do indicativo pode ainda ser empregado na expressão de ações futuras, o que, em certa medida, tem relação estreita com a modalidade deôntica; haja vista que os estados-de-coisas deônticos são de concretização em um momento posterior ao da enunciação, o que justificaria sua maior ocorrência no gênero analisado, em que o presente também situaria os valores modais deônticos para o momento da enunciação.

Por sua vez, o *pretérito imperfeito*, de acordo com a RAE (2010), localiza a situação em um momento anterior ao momento da fala e sem relação com ele, podendo indicar a repetição ou hábito; que, para a modalidade deôntica, pode se tratar de algo imposto socialmente. Por seu lado, ainda conforme a RAE (2010), o *condicional simples* do indicativo localiza um estado de coisas em uma situação não atual, seja esta pretérita (designa uma situação posterior a outra do passado) ou hipotética (expressa-se mediante construções de significado condicional); para estes casos, a modalidade deôntica poderia ser avaliativa, em que o falante avalia um dado evento sobre o qual recai a deonticidade, evento este não-controlado [-controle] e de pouca probabilidade de concretização [-factual].

Por fim, o *futuro simples* localiza uma situação em um ponto temporal posterior ao momento da fala e os enunciados deste tempo podem ser entendidos como ordens, advertências ou ameaças. Ainda em relação ao futuro simples, ponderamos, com base em Oliveira (2019), que o emprego deste tempo gramatical pode intensificar a força deôntica do evento sobre o qual recai a deonticidade, considerando que tanto o valor modal quanto o

evento são de localização futura, o que é prototípico da modalidade deôntica, visto que, conforme Giomi (2010), ela é dita como um subtipo modal *orientado-para-o-futuro*.

Considerações finais

Tendo por base a nossa hipótese inicial de que os aspectos semânticos poderiam ser condicionadores dos aspectos morfossintáticos na instauração da modalidade deôntica, examinamos que isto se verifica se nos atentarmos ao fato de que a fonte deôntica (de onde advém a atitude modal deôntica) instaura um determinado valor modal deôntico (obrigação, permissão e proibição) sobre o alvo deôntico (sobre quem recai a atitude modal deôntica), considerando o tempo gramatical e a forma de expressão adequadas que possam refletir os seus propósitos comunicativos (atenuar ou asseverar o conteúdo modal deôntico instaurado, localizar o evento sobre o qual recai a deonticidade para o momento da enunciação ou para um tempo posterior, fazer com que a deonticidade expressa se revista de um caráter mais assertivo, etc.).

Em linhas gerais, constatamos que a entrevista, gênero essencialmente dialogal, expressa a modalidade deôntica em relação ao tempo gramatical por meio predominante do presente e do pretérito imperfeito do indicativo. Desse modo, a partir do nosso *subcorpus*, constatamos que, nesta interação social, entrevistador e entrevistado falam sobre fatos reais que ocorreram em um momento passado (anterior ao momento da fala) ou no presente (em um lugar específico). Verificamos também que, nas entrevistas, o valor deôntico com maior frequência é o valor de obrigação, manifestado principalmente pelo auxiliar modal *tener+que+infinitivo*, e o valor de permissão, manifestado pelo auxiliar modal *poder+infinitivo*.

Constatamos que a fonte com maior ocorrência foi do tipo *Enunciador*. Assim, o entrevistado, por deter mais o turno, utiliza-se dos modalizadores deônticos como estratégia, visando ampliar, modificar ou substituir informações do entrevistador. Entretanto, por se tratar de uma interação social, o entrevistador também faz uso de estratégias que visam a influir sobre a informação pragmática do entrevistado. Além disso, verificamos que os diferentes tipos de fonte deôntica buscam instaurar a modalidade deôntica, majoritariamente, sobre os alvos deônticos de tipo *Indivíduo* e *Enunciador*, em que estes estão obrigados a executar o ato deôntico instaurado. Nesses casos estudados, o alvo deôntico pode se tratar tanto de um terceiro-reportado quanto do falante.

Portanto, acreditamos que, para além dos aspectos semânticos apresentados nesta pesquisa como condicionadores dos aspectos morfossintáticos, haja outros parâmetros de

análise que possam qualificar a modalidade deôntica no que tange à interação entre o entrevistador e o entrevistado, que poderiam condicionar tanto a semântica quanto a morfossintaxe das formas de expressão e do tempo gramatical dos operadores modais deônticos: os aspectos pragmáticos, que não foram contemplados nesta pesquisa.

Referências

ALARCOS LLORACH, E. **Gramática de la Lengua Española**. España: Espasa, 2009.

BATISTA, V. G. L. **La modalidad deôntica en webcomentarios**: un estudio funcionalista en lengua española. 2016. 81 f. TCC (Graduação em Letras) - Curso de Letras - Espanhol, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

CARRETERO, M. Una propuesta de tipología de la modalidad: la aceptación como categoría modal. **Dicenda**: Cuadernos de Filología Hispánica, Madrid, n. 10, p. 41-61, 1991-1992.

Disponível em:

<https://scholar.google.es/scholar?oi=bibs&cluster=5702263619584047880&btnI=1&hl=es>.

Acesso em: 31 ago. 2020.

CASTILHO, A. T. Funcionalismo e gramática do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. **Funcionalismo linguístico**: novas tendências teóricas. novas tendências teóricas. São Paulo: Contexto, 2012. p. 17-42.

CUNHA, A. F. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 157-176.

DIK, S. **The theory of functional grammar**. Dordrecht: Foris Publications, 1989.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2010.

GIOMI, R. **Para uma caracterização semântica do futuro sintético romântico**: descrição e análise dos valores do futuro do indicativo em português e em italiano. 2010. 232 f.

Dissertação (Mestrado) (Mestrado em Linguística Geral e Românica) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2010.

HENGEVELD, K. Illocution, mood, and modality. In: BOOIJ, G.; LEHMANN, C.; MUGDAN, J. **Morphology**: a handbook on inflection and word formation. a handbook on inflection and word formation. Berlin: Mouton de Gruyter, 2004. p. 1190-1201.

LYONS, J. **Linguagem e Linguística**. Editora Guanabara: Rio de Janeiro, 1987.

MEDINA, C. A. **Entrevista**: o diálogo possível. São Paulo: Ática, 1995.

MENEZES, L. C. de. **Expressões linguísticas modalizadoras deônticas em função argumentativa**: um exercício de análise retórico-funcional. 2011. 334 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

NEVES, M. H. de M. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, M. H. de M **Texto e Gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. de M. **A gramática passada a limpo**. São Paulo: Parábola, 2012.

OLIVEIRA, A. S. **La modalidad deóntica en lengua española: un análisis funcionalista en editoriales**. 2015. 136 f. TCC (Graduação em Letras) - Curso de Letras - Espanhol, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

OLIVEIRA, A. S. **A modalidade deóntica em função retórico-argumentativa nas Exortações Apostólicas do Papa Francisco**. 2019. 34 f. Monografia (Especialização em Linguística) – Curso de Especialização em Linguística, Universidade de Araraquara, Araraquara, 2019.

PALMER, F. R. **Mood and Modality**. Cambridge: Cambridge University Express, 1986.

PÉREZ SEDEÑO, M. E. Subjetividad y modalidad lingüística. **Revista Epos**, Cádiz, v. 17, p. 57-70, 2001. Disponível em: <http://e-spacio.uned.es/fez/eserv.php?pid=bibliuned:Epos-AE435A0F-5F4F-938A-6F29-05E57D0AEB99&dsID=Documento.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PESSOA, N. P. **Modalidade deóntica e persuasão no discurso publicitário**. 2007. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6614>. Acesso em: 20 dez. 2015.

PESSOA, N. P. **Modalidade deóntica e discurso midiático: uma análise baseada no discurso funcional**. 2011. 224 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6097>. Acesso em: 10 jan. 2016.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Nueva Gramática Básica de la lengua española**. Madrid: Espasa Libros, 2010.

ROSA, M. V. de F. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismo para validação de resultados**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2008.

VIDAL, R. P. **La modalidad deóntica en lengua española: un análisis funcionalista en corpus oral**. 2016. 102 f. TCC (Graduação em Letras) - Curso de Letras - Espanhol, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016. Disponível em: <http://www.repositoriobib.ufc.br/00002e/00002ef3.pdf>. Acesso em: 20 maio 2017.

Sobre os autores

Jane Eyre Martins Caldas (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0002-3308-7910>)

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC); graduada em Letras - Espanhol pela mesma instituição, com período de mobilidade acadêmica na Universidad Nacional de La Plata (UNLP/Argentina). Bolsista CAPES.

Nadja Paulino Pessoa Prata (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0001-7861-7017>)

Doutora e mestra em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC); graduada em Letras - Português/Espanhol pela mesma instituição. É professora do Departamento de Letras Estrangeiras e do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC). Realiza estágio de pós-doutorado na Universidad de Sevilla (US/Espanha).

André Silva Oliveira (Orcid iD: <https://orcid.org/0000-0003-3448-0658>)

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal do Ceará (UFC); mestre em Linguística pela mesma instituição; especialista em Retórica e Argumentação pela Universidade de Araraquara (UNIARA); graduado em Letras - Espanhol pela UFC. Bolsista CAPES.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em agosto de 2020.

Práticas de ensino de Português para Falantes de Outras Línguas: limitações da gramática tradicional e uma proposta funcionalista

Teaching practices in Portuguese for non-native speakers: drawbacks to traditional grammar approaches and a functionalist proposal

Sérgio Duarte Julião da Silva¹

Resumo: A abordagem funcionalista e sua aplicação a práticas didáticas viabilizaram a expansão do ensino de língua para além da gramática prescritiva e a inclusão de diversos aspectos das práticas cotidianas de conversação. O contexto da interação ganha relevância e o ensino de línguas incorpora, assim, elementos que vão além do sintagma ou da frase isolada. O presente trabalho busca demonstrar, através de um estudo de caso com aprendizes de Português para Falantes de Outras Línguas (PFOL) com inglês como língua materna, como um curso baseado exclusivamente na gramática prescritiva apresenta limitações. Para minimizar tais limitações, apresentamos uma proposta de viés funcionalista para o planejamento e a condução de um curso de PFOL. A proposta visa a instrumentalizar os aprendizes com competências não somente linguísticas, mas também sociolinguísticas e pragmáticas.

Palavras-chave: Ensino de língua. Gramática. Funcionalismo. PFOL. Marcadores discursivos.

Abstract: Functionalist approaches to teaching practices made it possible to teach language beyond the borders of prescriptive grammar by including natural conversation features in language programs. Language in context plays a more important role as teaching takes into account language levels other than isolated phrases or sentences. This article describes a case study performed with non-native Portuguese learners whose mother language is English. The study provides evidence of the drawbacks to courses that are thoroughly based on prescriptive grammar. To mitigate such drawbacks, I propose a functionalist approach to non-native Portuguese courses and programs. The approach relies on techniques that will not only result in linguistic competence learning, but also sociolinguistic and pragmatic competence development.

Keywords: Language teaching. Grammar. Functionalism. Portuguese for non-native speakers. Discourse markers.

O funcionalismo na pluralidade das gramáticas

A palavra “gramática” parece estar indelevelmente associada a todo processo de ensino e aprendizagem de idiomas – maternos ou estrangeiros – nos mais diversos horizontes de quem de alguma forma se encontra envolvido em tal processo (aprendizes, instrutores,

¹ CET Programas Acadêmicos Brasil. Brasil. Endereço eletrônico: sdjuliao@gmail.com.

coordenadores, treinadores, assessores pedagógicos, elaboradores de métodos, avaliadores, diretores de programas). Aos estudantes do idioma vernáculo em sua formação escolar e nas mais diversas faixas etárias, não raro parece erguer-se uma estranha espécie de fronteira, um sólido muro que se interpõe entre o estudo formal de sua própria língua e os usos e a sistematicidade da língua portuguesa de que efetivamente se utilizam em seu dia a dia segundo as mais variadas normas e nos mais diversificados contextos sociais.

Nesse âmbito, são notáveis a imposição e o nivelamento em caráter superior de uma gramática tradicionalista e prescritiva que ignora a multiplicidade das situações de uso da língua portuguesa. Não raro, descartam-se aspectos interacionais que implicam fenômenos típicos da língua em uso, como a construção de diferentes sujeitos, a apropriação de papéis sociais, a imagem que um falante constrói de si próprio para exercer influência sobre aquele com quem fala (seu *ethos*) e a apropriação de normas diversas por parte do falante conforme a sua percepção de adequação às instâncias discursivas. Em suma, a tensão entre norma culta e uso da língua desde os momentos de formação de saberes gramaticais sobre o português até as práticas atuais de ensino, como analisa Leite (2007), parece ainda configurar-se fortemente presente e atuante dentro das paredes de nossas instituições de ensino. Como causas (ainda que não exaustivas) desse fenômeno, podemos apontar:

- a) a predominância de um paradigma tradicional de gramatização que se tornou o “mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem se entendendo por gramática desde os gramáticos alexandrinos da Antiguidade aos gramáticos normativos de hoje” (VIEIRA, 2016, p. 21);
- b) uma evidente postura de resistência de não poucos docentes de Língua Portuguesa segundo os quais as normas, o prestígio e a prestabilidade da gramática prescritiva são indiscutivelmente o terreno único e exclusivo de uso e de adequação da língua;
- c) a perpetuação do mito de que brasileiro “não sabe falar português”, “vive estragando a gramática” e, assim, acaba por expressar-se de maneira quase sempre “errada” e “ameaçar a língua” quando se utiliza de variedades linguísticas;
- d) a proliferação – que não dá mínimos sinais de arrefecimento – de mídias em diversas plataformas através das quais se oferece a oportunidade de “falar bem e corretamente” (blogues, *websites*, *podcasts*, páginas dedicadas em redes sociais etc.) que, em última análise, preconizam uma norma única e privilegiada de falar em detrimento daquela de que se utiliza o público-alvo dessas mídias;
- e) a contradição de métodos de ensino de Português para Falantes de Outras Línguas

(PFOL)², normalmente classificados e comercializados como “comunicativos”. Sobre tais métodos, Richards, Platt e Platt (1992) afirmam que foram desenvolvidos como reação aos métodos baseados em estruturas gramaticais e visavam a ensinar a competência comunicativa, definida como a capacidade de não somente aplicar regras gramaticais ao uso de uma língua estrangeira, mas também saber como, quando e com quem usar as estruturas e responder a atos de fala. Não obstante, não são poucos os métodos e manuais autorreferidos como comunicativos em que se percebe uma predileção por formas da gramática prescritiva, nem sempre plenamente adequadas aos diferentes contextos comunicativos para os quais se visa a preparar os aprendizes de PFOL. O resultado dessa abordagem é um aprendiz de português que frequentemente se descobre alijado de competências sociolinguística, pragmático-discursiva e pragmático-funcional, queixando-se, assim, de não ser capaz de engajar-se confortavelmente em situações de comunicação natural com falantes de português.

É assim que, tanto no cenário do ensino de português língua materna quanto de PFOL, desde cedo impõe-se, na sala de aula, uma espécie de preâmbulo dos percalços pelos quais o aluno deverá passar ao “ter de decorar as regras gramaticais”. Por questão de foco e delimitação deste trabalho, tomaremos como objeto de discussão o papel da gramática no ensino de PFOL, mais especificamente no campo dos marcadores discursivos (MD).

Martelotta (2008, p. 44) nos lembra que o termo gramática “se refere aos modelos teóricos criados pelos cientistas a fim de explicar o funcionamento da língua”. E é justamente à pluralidade de *modelos* que nos ateremos, dada a evidência de que, “a depender do ponto de vista sobre o objeto de estudo, há várias maneiras de explicar o funcionamento de uma língua e, portanto, há várias gramáticas” (JULIÃO DA SILVA, 2018, p. 48). Nessa pluralidade de gramáticas, encontra-se a gramática tradicional e prescritiva dos compêndios escolares, com as normas do chamado “bem falar e bem escrever”, com origem no pensamento aristotélico da forte relação entre lógica e linguagem. Com essa visão, surgem e perpetuam-se o estudo e o ensino das línguas naturais e sua inalienável vinculação ao *status* social e culturalmente superior daquele que “fala bem e sem vícios”, sendo inferior aquele que transgride, por ignorância ou displicência, as normas da língua. Tal perspectiva não somente se afigura como

² Optamos, neste e em trabalhos pregressos, pelo uso de PFOL (Português para Falantes de Outras Línguas) por seu caráter mais inclusivo, no lugar das comumente utilizadas PLE (Português Língua Estrangeira) e PSL (Português Segunda Língua) com base, dentre outros pressupostos, no discutido por Spinassé (2006, p. 6) segundo a qual “uma segunda língua não é necessariamente uma segunda, no sentido de que haverá uma terceira, uma quarta, e assim por diante”. O uso da sigla PFOL permite, ainda, incluir povos indígenas brasileiros cuja primeira língua não seja a portuguesa, sem atribuir-lhes o errôneo e mais do que injusto rótulo de “estrangeiros” no caso de PLE.

excludente quanto à variabilidade das línguas, mas também demonstra-se sectarista quanto às variantes socioculturais da língua e ignora os mecanismos discursivos da fala na interação que, quando abarcados pelas gramáticas tradicionais, são alocados sob o rótulo de “palavras denotativas” (CUNHA; CINTRA, 2017), “expressões expletivas ou de realce” (BECHARA, 2009) ou de qualquer outra forma explicadas como categoria não abraçada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira.

O funcionalismo surge, assim, como uma corrente linguística voltada ao estudo da relação entre a estrutura gramatical das línguas e os diferentes contextos comunicativos em que se utilizam essas línguas, concebendo a linguagem prioritariamente como instrumento de interação social e, por conseguinte, considerando as funções externas ao sistema linguístico. Um breve percurso histórico das vertentes da gramática, como o apresentado a seguir, nos possibilita situar a abordagem funcionalista no âmbito das gramáticas e suas pluralidades:

- a) **Modelo gramatical greco-latino:** estudos linguísticos com base na filosofia grega clássica (gramáticos alexandrinos, latinos, medievais – séculos III a.C. a XIV da era cristã), cujo objetivo é “construir e ensinar um padrão linguístico ideal a partir da prescrição de supostas formas correta e legítimas” (VIEIRA, 2016, p. 22). Com a formação dos estados e línguas nacionais na Idade Moderna, as gramáticas das línguas europeias continuaram pautando-se nesse modelo.
- b) **Gramática histórico-comparativa:** século XIX, na primeira iniciativa em que estudiosos se debruçaram sobre as línguas naturais com fins descritivos. Além de seu caráter tipológico e evolucionista, lançou as bases da comparação sistemática entre as línguas e trouxe à luz a discussão científica da sistematicidade da mudança, restringindo-se, entretanto, ao caráter diacrônico das línguas. (WEEDWOOD, 2002)
- c) **Gramática estrutural:** primeira metade do século XX, com o trabalho seminal de Ferdinand de Saussure na Europa e Leonard Bloomfield nos Estados Unidos, estabelecendo que o estudo da língua deve considerá-la um sistema autônomo organizado por leis internas, valores e regras. É à face sistemática da língua (a *langue* de Saussure), abstrata e dependente de um sistema de valores, produzida por um falante ideal, que se devem dirigir os estudos da língua, não se considerando seu contexto de produção nem a sua subjetividade da língua. (LYONS, 1987)
- d) **Gramática gerativa:** surgida na década de 1950 com o trabalho do estadunidense Noam Chomsky, esta visão apresenta a linguagem como algo relacionado à

estrutura biológica do ser humano: de posse dessa capacidade inata e a partir de uma gramática universal internalizada, o ser humano faz uso de sua criatividade para produzir enunciados. O falante real em seu contexto de produção discursiva continua, como na abordagem anterior, a não ser objeto de estudo. (WEEDWOOD, 2002)

- e) **Visão gramática da sociolinguística:** como reação às teorias estruturalista e gerativista, a sociolinguística surge na década de 1960 para propor um enfoque socialmente orientado da língua segundo o qual “todas as línguas e variedades dialetais são perfeitamente adequadas a todos os usos que delas fizerem os membros de uma comunidade” (CAMACHO, 2013, p. 32). Aspectos sociais dos falantes, como gênero, idade, escolaridade, origem, classe social etc. passam a exercer papel significativo em uma concepção da gramática.
- f) **Funcionalismo:** embora frequentemente contrastado ao estruturalismo vigente nas abordagens anteriores, o funcionalismo, de caráter heterogêneo em sua concepção, não se trata de uma vertente de análise contrária ao estruturalismo, mas sim, um movimento particular dentro dessa abordagem e fruto de uma polarização dos estudos estruturalistas e da própria concepção de função (DIRVEN; FRIED, 1987; KATO, 1998). Concebe a linguagem como um sistema funcional e de propósito comunicativo, que desempenha funções externas ao sistema linguístico, cuja organização interna está sujeita a essas mesmas funções externas.
- g) **Gramática cognitiva:** a partir da década de 1980, surgem propostas gramaticais baseadas na linguística cognitiva, um novo paradigma teórico segundo o qual o significado “deixa de ser um reflexo direto do mundo e passa a ser visto como uma construção cognitiva através da qual o mundo é apreendido e experienciado” (FERRARI, 2014, p.14).

No ensino de Português Língua Materna no Brasil, cabe ressaltar que, na década de 1970, a proposta funcionalista parece ter sido reduzida às seis funções da linguagem propostas por Jakobson (LYONS, 1987). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 5692/71) levou à redenominação da disciplina “Português” para “Comunicação e Expressão”, o que paradoxalmente acabou por imprimir um caráter mais formal do que funcional à teoria que lhe serviu de base: os constituintes das chamadas funções eram majoritariamente tratados fora das situações de contexto em real interação e, por conseguinte, alheios à instância única da enunciação.

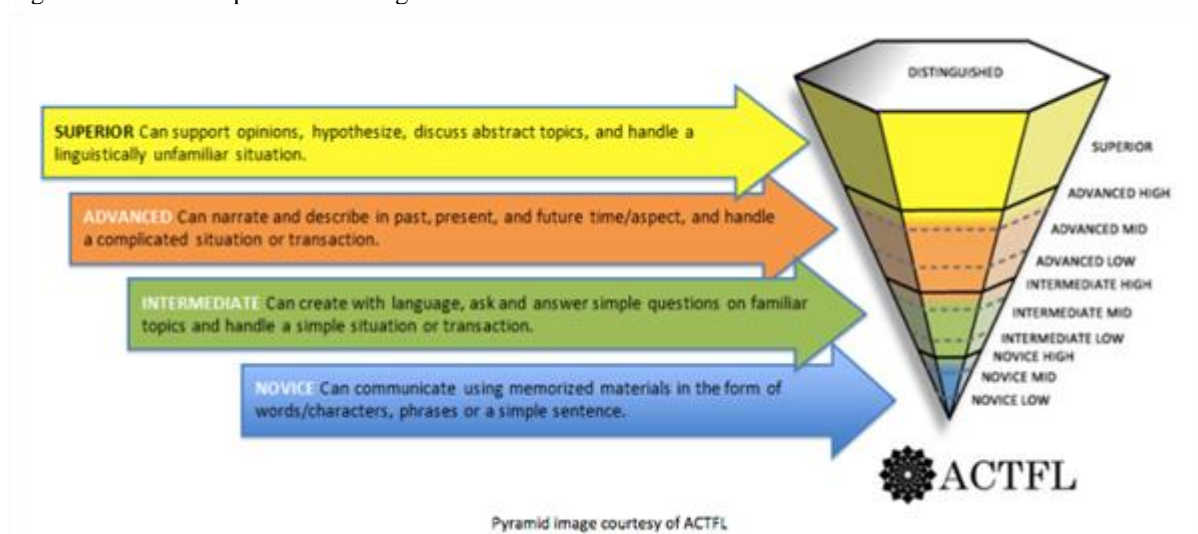
Saber gramática, na abordagem funcionalista, adquire sentido amplificado: considera-se gramática também o conjunto das opções do universo oferecido pela língua e as diferentes estruturas que essa mesma língua oferece para expressá-las. Em seu conceito amplo de visão, Halliday (1973), expoente da Escola de Londres, inclui em sua proposta de estudo tanto as funções dos enunciados (externos à língua) como as funções de unidades nas estruturas das línguas (internas à língua). Ao acrescentar-se à pluralização das gramáticas, a abordagem funcionalista permitiu um contraponto a certos desafios impostos à prática de ensino de idiomas quando a âncora principal parecia ser somente a gramática prescritiva e não inclusiva dos contextos discursivos e da construção dos sujeitos nas interações linguísticas. É o que ora passaremos a discutir com base em um estudo de caso no ensino de PFOL.

Estudo de caso: descrição

Para ilustrarmos como uma abordagem de ensino de PFOL majoritariamente pautada nas gramáticas prescritivas pode apresentar desafios de considerável dimensão aos docentes e, ainda, com vistas a evidenciar como a aplicação de vertentes funcionalistas aplicadas são de grande valia nesse universo, apresentamos um estudo de caso efetuado com estudantes de graduação oriundos de universidades estadunidenses em curso de PFOL em São Paulo.

Os estudantes envolvidos neste estudo de caso são alunos da disciplina “Advanced Portuguese”, ministrada em módulos acadêmicos de *study abroad* no CET Academic Programs, organização com sede em Washington, DC, cuja filial no Brasil opera em parceria acadêmica com a Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Os estudantes dos quais se obtiveram os dados para o estudo são os que cursaram a disciplina entre 2016 e 2019. O ingresso na disciplina “Advanced Portuguese” efetuou-se após exame de nível de proficiência linguística no Brasil (elaborado pelo diretor acadêmico local), composto por duas partes: (1) prova escrita, com exercícios de verificação do domínio do léxico e da sintaxe do português brasileiro em contextos formais (redação sobre tema proposto), compreensão dos discursos em diferentes gêneros e habilidade de interação em situações conversacionais cotidianas; e (2) entrevista oral individual. O aluno era classificado como apto a cursar a disciplina se, ao final da avaliação, estivesse em algum nível entre “Advanced Low” e “Superior” das Diretrizes de Proficiência do American Council on the Teaching of Foreign Languages (ACTFL), cujo gráfico apresentamos abaixo:

Figura 1 – Níveis de proficiência linguística do ACTFL



Fonte: <https://www.actfl.org/> (2020).

A disciplina “Advanced Portuguese” é ministrada integralmente em língua portuguesa ao longo de um semestre (em caráter extensivo, nos semestres *Spring* e *Fall*) ou seis semanas (em caráter intensivo, nos cursos do *Summer*) e seus componentes curriculares visam ao desenvolvimento das seguintes competências:

Tabela 1 – Competências comunicativas a serem desenvolvidas em “Advanced Portuguese”

COMPETÊNCIAS COMUNICATIVAS EM LÍNGUA	Competências linguísticas		Competências lexical, gramatical, semântica, fonológica, ortográfica e ortoépica.
	Competências sociolinguísticas		Conhecimento e capacidades exigidas para lidar com a dimensão social do uso da língua (relações sociais, polidez, sabedoria popular, registros, dialetos e sotaques).
	Competências pragmáticas	Competência discursiva	Construção de discursos coesos e coerentes, noção do princípio de cooperação de Grice; noção de modalidade discursiva capacidade de gestão da conversação
		Competência funcional	Uso da língua para funções específicas, gestão da conversação, domínio de esquemas interacionais.

Fonte: Julião da Silva (2010)

O grupo de estudantes para o levantamento estatístico das informações relevantes ao nosso estudo de caso tinha como língua materna o inglês³ e compôs-se da seguinte forma:

³ Para fins de homogeneidade do corpo amostral dos sujeitos e análise mais específica, excluímos os estudantes cuja língua materna ou de herança era o espanhol. Acreditamos que um estudo de caso com tais aprendizes exija consideração de alguns fatores adicionais, dadas as suas particularidades.

Tabela 2 – Composição do número de estudantes que participaram do estudo de caso

	Estudantes de “Advanced Portuguese” por semestre		
	Spring	Summer	Fall
2016	4	16	2
2017	6	18	3
2018	5	16	4
2019	7	20	3
Total	104		

Fonte: elaboração do autor.

A questão norteadora da definição do problema foi: “Como uma abordagem funcionalista no ensino de PFOL pode propiciar o desenvolvimento das competências funcionais em aprendizes de nível avançado, em especial quanto à aprendizagem de MD?”. O recorte nos MD se deu pelas seguintes razões:

- a) Segundo Halliday e Hasan (*apud* CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2004), o texto vai além dos limites da unidade gramatical e deve ser interpretado como uma unidade semântica obtida a partir de um contexto no qual seus constituintes se relacionam como um todo.
- b) Observando o texto pelo viés funcionalista, ganham relevância os fenômenos interacionais nos diferentes contextos comunicativos em que as frases são utilizadas, relacionando-se enunciados e textos à função que desempenham na comunicação interpessoal.
- c) Os MD podem ser analisados como elementos determinantes e gerenciadores de forças de construção do sentido do texto da conversação em um determinado contexto, exercendo influência sobre o próprio rumo da conversação.
- d) Para o desenvolvimento das competências pragmáticas (discursiva e funcional) em um curso de PFOL, faz-se necessário, na abordagem do texto falado, tomar postura semelhante à de Barros (1997) quando define o texto como um todo de sentido a ser estudado tanto por uma análise de suas características internas ou estruturais como pela análise de seus elementos externos (o texto como objeto de comunicação).
- e) Os MD não se enquadram nas tradicionais classificações gramaticais, devendo ser estudados no âmbito do discurso e da enunciação, mostrando ao aprendiz as marcas discursivas de coerência no fluxo conversacional. A coerência é estabelecida dentro de um princípio de interpretabilidade e dependerá da situação comunicativa. (KOCH; TRAVAGLIA, 1990)

- f) Os MD podem apresentar marcas morfossintáticas que, no contexto da interação conversacional, não ativarão, necessariamente, estruturas previstas pela gramática prescritiva.

Para fins de recorte na apuração dos dados, elegemos os seguintes MD: *sabe, olha, viu* e *entendeu*. A razão para a escolha de tais MD baseou-se em alguns de seus traços: (a) seu foco funcional não está no sequenciamento de partes do texto; (b) operam no plano da atividade enunciativa e não no plano do conteúdo (são exteriores ao conteúdo proposicional); (c) realizam-se normalmente com o acompanhamento de uma pauta prosódica demarcativa bem definida e perceptível; (d) possuem marcas de subjetividade; (e) mantêm sua transparência semântica; e (f) como MD, são elementos lexicais invariáveis, mas têm como base verbos também frequentemente utilizados como não-MD (*saber, olhar, ver, entender*) e que são, nesse contexto, flexionáveis conforme os sujeitos da interação.

Metodologia

Com o desenvolvimento de métodos comunicativos no ensino de língua não-materna e o avanço dos estudos da Análise da Conversação (MARCUSCHI, 1989; HILGERT, 2008; CASTILHO, 2002; CASTILHO, 2003; RISSO, SILVA; URBANO, 2002; URBANO, 2015), as práticas conversacionais foram ganhando cada vez mais espaço no planejamento das aulas de PFOL, levando a um aumento significativo de interação aluno-aluno e aluno-instrutor em especial através da apresentação de áudios com diálogos naturais (os chamados “materiais autênticos”) e dramatizações em sala de aula. Em geral, a abordagem comunicativa promoveu ampla produção de materiais de PFOL sob a premissa de que competência linguística por si só não faria com que os aprendizes se tornassem comunicativamente competentes. Elevou-se a um patamar de significativa relevância o foco no uso da linguagem, levando-se em conta a situação na qual os atos de fala são produzidos por falantes inseridos em um contexto sociocultural específico.

Nesse percurso, alguns pressupostos teórico-metodológicos de percepção funcionalista impõem-se como determinantes na avaliação do sucesso no ensino de PFOL. Dentre tais pressupostos, ressaltamos: (a) a concepção de linguagem como forma de ação em um determinado contexto comunicativo; (b) a necessidade de se estudar o texto como um “produto linguístico marcado pela dinâmica da atuação interacional” (CASTILHO, 2015, p. 23); e (c) a pressuposição de que, na contingência da efetivação da atividade linguística entre sujeitos da enunciação, emergem à superfície suas competências pragmáticas (discursiva e funcional, v. Tabela 1).

Para tal, iniciamos por empreender em aula, junto aos alunos de nosso estudo de caso, uma revisão exaustiva das formas verbais de *saber*, *olhar*, *ver* e *entender*, em diversos tempos dos modos indicativo e subjuntivo. A revisão se deu aos moldes da gramática prescritiva tradicional, ou seja, desconectada de contexto comunicativo-interacional. O passo inicial foram tabelas a serem preenchidas com o tempo verbal indicado para determinada pessoa e, em seguida, frases com lacunas em branco nas quais o aprendiz deveria inserir um dos quatro verbos conforme o contexto restrito ao nível frasal. Posteriormente, aplicou-se um exercício do tipo múltipla escolha em que os alunos deveriam selecionar uma alternativa que satisfizesse às condições sintáticas e semânticas de uma determinada frase, agora em um contexto textual (passando-se, assim, a um nível superior ao da frase isolada). Por fim, concluímos apresentando um texto com formas inadequadas dos verbos *saber*, *olhar*, *ver* e *entender* em determinados contextos, cuja proposta era induzir o aluno a identificar a forma incorreta e substituí-la pela correta naquele dado contexto não interacional (por exemplo, corrigir “Ontem João me deu um abraço quando me vê” para “...quando me viu”).

Toda a revisão pautou-se, propositadamente e como já apontado, em práticas de ensino baseadas na gramática prescritiva tradicional com vistas a testar o possível surgimento de limitações dessa abordagem e para posterior contraste com a apresentação de situações conversacionais nas quais os verbos exaustivamente revisados surgiam também como MD e, portanto, agora sujeitos aos mecanismos interacionais. Elencamos, a seguir, alguns exemplos:

Tabela 3 – Competências comunicativas a serem desenvolvidas em “Advanced Portuguese”

	não-MD	MD
<i>saber</i>	“Você sabe onde fica a PUC?”	“Acho a PUC meio difícil, sabe? “Sabe de uma coisa? Acho a PUC meio difícil”
<i>olhar</i>	“Olha o que encontrei na rua!”	“Olha, não encontrei nada de bom lá.” “Vou te explicar, ó [=olha].” “Peraí, ó [=olha]!”
<i>ver</i>	“Você viu aonde ele foi?”	“Obrigado, viu?” “Vou me atrasar um pouquinho, viu?”
<i>entender</i>	“Entendeu como chega na PUC?”	“Não quero falar sobre isso agora, entendeu?”

Fonte: elaboração do autor.

Os diálogos foram concebidos através de proposta de tema para livre conversação a brasileiros voluntários para a gravação. Ao solicitarmos as gravações, apontou-se a obrigatoriedade de uso dos verbos *saber*, *olhar*, *ver* e *entender*, embora sem explicitar a forma (não-MD ou MD), visto que tal instrução poderia artificializar sua inserção na interação oral. Esses diálogos foram posteriormente apresentados como arquivos de áudio em sala de aula sem nenhuma edição, mantendo-se, assim, todos os desafios à compreensão por parte dos

alunos de PFOL (ruídos externos, hesitações, autocorrekções, repetições, truncamento de unidades enunciativas para reelaboração, digressões, parafraseamentos etc.). Se os MD se prestam exatamente à organização textual-interativa em instâncias discursivas repletas desses fenômenos tão naturais à interação conversacional, não faria o menor sentido editar ou “limpar” os diálogos para facilitar a compreensão dos aprendizes de PFOL. Ademais, era justamente nosso propósito apresentar-lhes o desafio da contextualização discursiva e do uso da língua portuguesa em uma situação real de comunicação e de mútua (re)construção de significados entre falantes.

Particularidades dos verbos utilizados no estudo de caso

Segundo a gramática prescritiva tradicional, os verbos *olhar* e *entender* são regulares. Possuem marcas morfológicas prototípicas de sua respectiva conjugação, o que orienta o aluno, geralmente a partir de paradigmas ensinados ao longo do curso, a flexioná-los e utilizá-los em situações de interação nas quais eles não figurem como MD, através da combinação harmônica dos elementos flexivos associados ao radical (vogal temática, sufixo modo-temporal e desinência número-pessoal), observando-se os tempos em que algum desses elementos pode ser Ø⁴. Exemplos: “Entendeu o que eu disse?” / “Entendi.” e “Você olha para os dois lados antes de atravessar a rua?” / “Olho, sim.”.

Por serem transitivos, exigem objetos (direto para *entender*; indireto para *olhar* – ou respectivas orações subordinadas) que, no caso do português, podem ser nulos mantendo a sua função anafórica no contexto. Como não-MD, mantêm intacta sua carga semântica (*entender* = *compreender*; *olhar* = *dirigir os olhos com atenção*) e exigem resposta com o mesmo verbo ou com um advérbio a ele alusivo por elipse. Exemplos: “Entendeu como chega lá?” / “Entendi.” ou “Sim [, entendi]. / Não [entendi].” e “Olhou direitinho antes de pegar a comida?” / “Olhei.” ou “Sim [, olhei]. / Não [olhei].”.

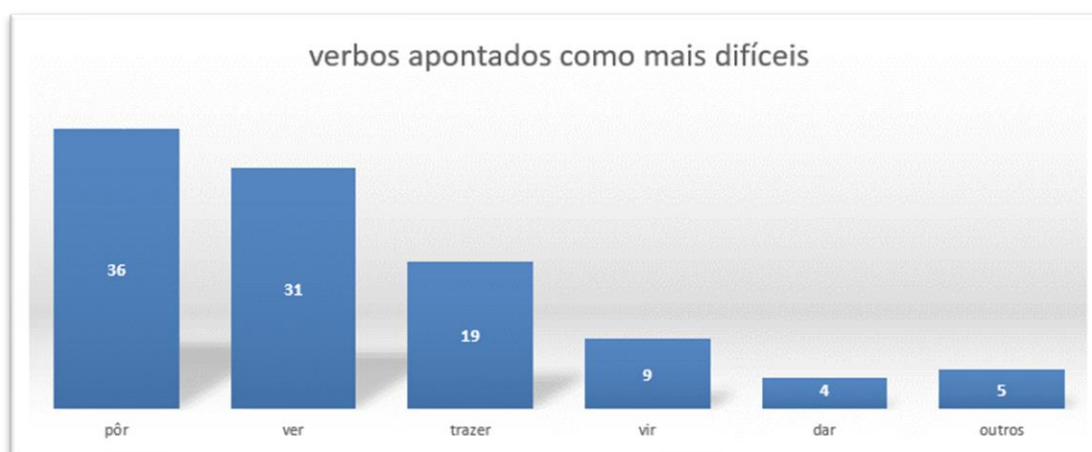
Os dois outros verbos apresentam irregularidades e, por consequência, um desafio maior aos aprendizes de PFOL. O verbo *saber* é irregular na primeira pessoa do singular do presente do indicativo; em todas as pessoas dos pretéritos perfeito e mais-que-perfeito do indicativo; em todas as pessoas do presente, pretérito imperfeito e futuro do subjuntivo; e em

⁴ Vogal temática, no presente do subjuntivo e nas formas do imperativo dele derivadas; sufixo modo-temporal, no presente, no pretérito do indicativo e nas formas do imperativo dele derivadas; e desinência número-pessoa, na terceira pessoa do singular do presente do indicativo, primeira e terceira pessoas do singular do imperfeito, do mais-que-perfeito e do futuro do pretérito do indicativo e nessas mesmas pessoas do presente, do imperfeito e do futuro do subjuntivo, assim como nas do infinitivo pessoal. Cumpre lembrar que raros são os casos em que instrutores de PFOL explicitam estas regras, atendo-se, por questões práticas e metodológicas, aos paradigmas verbais.

algumas pessoas do modo imperativo. Como não-MD, possui o sentido de *ter conhecimento de*, podendo ser usado como transitivo direto, transitivo indireto ou pronominal⁵ (descartamos, aqui, sua acepção como *ter gosto de*, dado o uso incomum nesse sentido no português brasileiro). Já o verbo *ver* é irregular na maioria das pessoas e dos tempos, apresentando grande dificuldade aos aprendizes de PFOL e deles exigindo prática intensa e contínua. Sua similaridade morfológica com o verbo *vir* aumenta ainda mais o desafio de aprendizagem a alunos cuja língua materna não seja o português.

Aos 104 alunos de nosso estudo, perguntou-se qual verbo do português lhes parecia mais difícil de entender. A pergunta foi genérica e não restringiu a resposta ao universo amostral dos quatro verbos ora analisados. O resultado foi o seguinte:

Gráfico 1

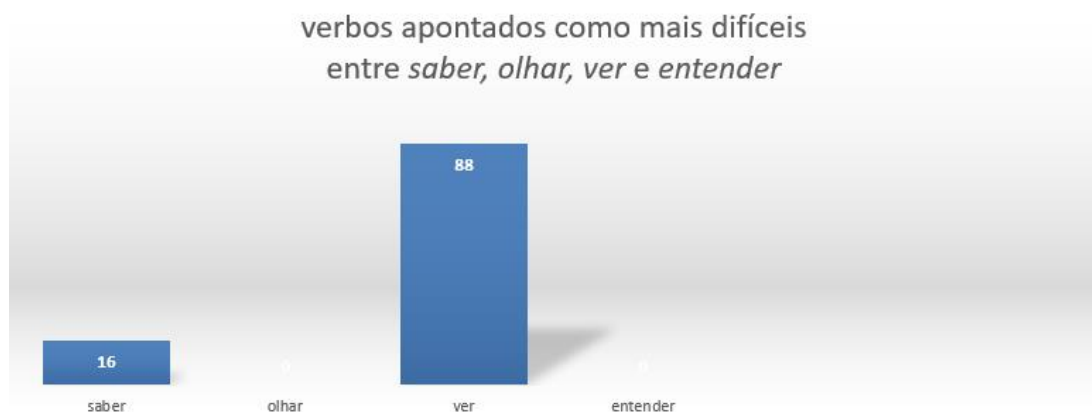


Fonte: elaboração do autor.

A próxima pergunta manteve-se a mesma, oferecendo, porém, somente as quatro opções de verbos: *saber*, *olhar*, *ver* e *entender*. As respostas distribuíram-se conforme o gráfico abaixo:

⁵ Diversos dicionários e gramáticas classificam *saber* também como intransitivo, com exemplos como “Foram viajar, mas a família não sabia”. Com base nas discussões mais recentes da Linguística Textual, discordamos dessa classificação por entendermos, em construções como a do exemplo, haver um objeto nulo elíptico (“... não sabia [disso]”) com função anafórica no contexto.

Gráfico 2



Fonte: elaboração do autor.

Observamos, aqui, que o verbo *ver* constitui uma preocupação bastante relevante entre os alunos de nossa pesquisa. As justificativas mais comuns foram que esse verbo “não tem lógica nenhuma”, “confunde com *vir*”, “é difícil de lembrar” e “tem formas parecidas que não dá pra distinguir”. Uma pequena discussão seguiu-se após o levantamento dessas respostas, com interessante retorno por parte dos aprendizes.

A suposta “falta de lógica” foi facilmente rebatida mediante exemplos da própria língua inglesa com verbos que também não seguem os paradigmas, como *see*, *go*, *take* etc. Não adentramos nas questões de variação e mudança linguística, pois nem o curso nem o público se destinam a tal discussão, mas explicitamos os fatos de que a irregularidade é fruto de evolução histórica das línguas, que a variação é o potencial para a mudança e que formas variantes concomitantes e concorrentes normalmente resultam no desaparecimento de uma delas e adoção da outra.

A confusão com *vir* e a dificuldade de trazer à memória certas formas verbais de *ver* sinalizou a necessidade de um estudo dirigido com foco na fonética contrastiva (por ex.: *vêm* x *veem*, *vê* x *vêm* etc.), com a devida contextualização discursiva. Essa contextualização por meio de práticas discursivas em sala de aula também auxiliaria na problemática da similaridade de formas.

Cruzando a ponte para uma abordagem funcionalista

Como aponta Neves (2018), uma análise de cunho funcionalista deve assumir que a forma dos enunciados está diretamente relacionada a suas funções à luz de um conjunto de regras que governam a interação verbal. As sequências linguísticas e seus usos estratégicos pelos falantes em interação fazem emergir a língua como um sistema semântico, um “sistema de meios apropriados a um fim” (na visão funcional da Escola de Praga).

Para o funcionalismo, a informação pragmática compartilhada, processada e mutuamente modificada pelos interactantes determina as formas utilizadas na interação. Tais formas são passíveis de análise em cada instância discursiva. Dik (*apud* NEVES, 2018) afirma que a interação verbal é estruturada, cooperativa e governada por regras. Nesse contexto de cooperação, os MD exercem papel fundamental na dinâmica da conversação, carregando informação pragmática culturalmente compartilhada por aqueles que os utilizam. Aos aprendizes de PFOL impõem-se, assim, obstáculos de natureza cultural (por ignorarem determinados códigos tacitamente compartilhados) e interacional (por lançarem mão de falsos paralelismos e equivalências com sua L1). Some-se a isso o fato de que aprendizes de PFOL necessitam de treinamento e direcionamento para discernirem quando uma estrutura é utilizada no contexto semântico da frase ou quando se destitui, em diversos graus, de sua carga semântica para atuar como instrumento interacional.

Nosso estudo de caso, com seu caráter longitudinal e espectro amostral significativo de mais de 100 sujeitos, permite-nos prever alguns problemas quando a prática em sala de aula passa a expor os aprendizes a situações nas quais os verbos selecionados operam como MD. Com isso, espera-se que o curso instrumentalize os alunos (principalmente os de nível avançado) a utilizar o português de maneira similar à dos brasileiros nos contextos de interação do dia a dia.

Nesse plano de uso da língua (em que emergem no ato do discurso estratégias e procedimentos de gerenciamento do ato interacional), os verbos selecionados passam a um outro paradigma. Embora nada se modifique com relação a seus traços morfológicos ao operarem como MD, *saber*, *olhar*, *ver* e *entender* não mais exigirão, como descrito anteriormente, resposta com o mesmo verbo ou com um advérbio a ele alusivo por elipse. A isso se correlaciona a questão da transparência semântica dos MD:

Os MD parecem, assim, surgir como fruto de opções de uso de determinadas estruturas em contextos comunicativos que tendem a regularizar-se sob a coerção de forças externas ao sistema da língua, determinando significados mais ou menos atrelados ao sentido dicionarizado (a chamada transparência semântica). MD como *né*, por exemplo, ainda apresentam um traço formal e semântico de pedido de confirmação de informação através do sintagma “não é verdade?”, embora forças imanentes da regularidade e do uso pareçam estar estendendo seu sentido e sua função para além de tal confirmação e, por vezes, anulando-a [...]. (JULIÃO DA SILVA, 2010, p. 42)

Retomemos a tabela 3, reconfigurada com possíveis respostas/reações do interlocutor, para melhor ilustrar a questão da transparência semântica nos verbos elencados para nosso estudo de caso (as respostas com tachado [*resposta*] são consideradas inaceitáveis):

Tabela 4 – Tabela 3 reconfigurada, com adição das respostas às proposições

	não-MD	MD
<i>saber</i>	“Você sabe onde fica a PUC?” “Sei.”	“Acho a PUC meio difícil, sabe?” “Sabe de uma coisa? Acho a PUC meio difícil.” “Sei.” (possível se equivalente a “Entendi.”)
<i>olhar</i>	“Olha o que encontrei na rua!” “Estou olhando, mas não vejo nada interessante!”	“Olha, não encontrei nada de bom lá.” “Vou te explicar, ó [=olha].” “Peraí, ó [=olha]!” “Olho.” / “Estou olhando”
<i>ver</i>	“Você viu aonde ele foi?” “Vi... Foi pra cantina.”	“Obrigado, viu?” “Vou me atrasar um pouquinho, viu?” “Vi.”
<i>entender</i>	“Entendeu como chega na PUC?” “Entendi, sim.”	“Não quero falar sobre isso agora, entendeu?” “Entendi, sim.” / “OK.” / “Sem problema.”

Fonte: elaboração do autor.

À exceção de *entender*, ao operarem discursivamente como MD, os demais verbos possuem menor transparência semântica, menor relação sintática com a estrutura gramatical da oração e uma relação mais pragmático-discursiva do que sintático-semântica com o conteúdo proposicional, alguns entre os traços definidores dos MD elencados por Risso, Silva e Urbano (2002). Em consequência disso, a abordagem puramente gramatical dos verbos de nosso estudo de caso causaria estranhamento e confusão aos aprendizes de PFOL, que poderiam, por exemplo, envolver-se em questionamentos como “então nem sempre tenho que responder *vi* quando me fazem uma pergunta com *viu*?” ou “ó pode ser *olha*, mas nem sempre ‘quer dizer’ *olha* e, portanto, não posso responder *olho*...” etc.

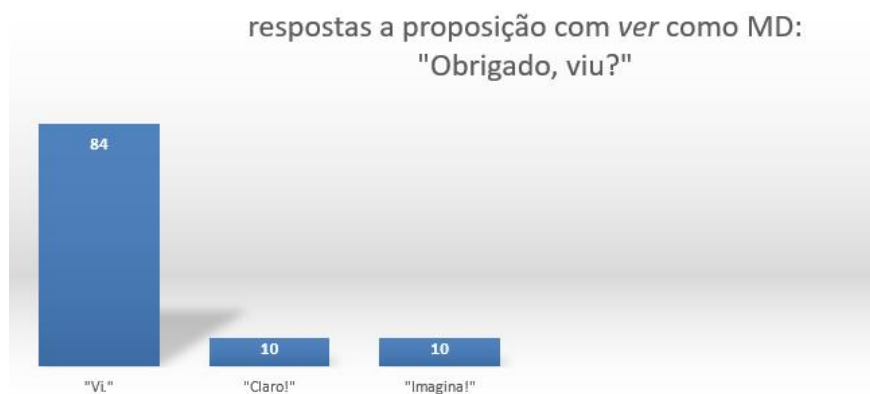
Para obter dados tangíveis quanto a esse suposto questionamento, distribuímos um exercício com várias expressões comunicativas do dia a dia do tipo “par pergunta-resposta”, devendo a resposta ser selecionada entre três alternativas. Alguns exemplos:

- a) “Alô, gostaria de falar com o Dr. Pedro, por favor.”
 - a. “Ele não está.” (*resposta correta*)
 - b. “Pode, sim.”
 - c. “Por favor.”
- b) “E aí, tudo certo?”
 - a. “Certo.”
 - b. “Pois não.”

- c. “Tranquilo.” (*resposta correta*)
- c) “Obrigado, viu?”
- a. “Vi.”
- b. “Claro!”
- c. “Imagina!” (*resposta correta*)

A pergunta (c) nos induziu a mais uma pesquisa com nosso público: quantos aprendizes prendem-se ao que aprenderam com base na gramática prescritiva (conjugam corretamente o verbo *ver*, neste caso) e ignoram situações discursivas em que isso não se aplica? Testamos a incidência de respostas corretas à pergunta (c) e obtivemos o seguinte panorama:

Gráfico 3



Fonte: elaboração do autor.

Observamos que a significativa maioria dos alunos (80,76%) respondeu à proposição com o MD “*viu?*” com “*Vi.*”, ignorando o aspecto discursivo e o relativo esvaziamento semântico do verbo *ver* neste caso e prendendo-se ao que haviam praticado à exaustão com relação à morfologia do verbo. Estrategicamente, não incluímos entre as alternativas as respostas “De nada!”, pois, devido à sua alta ocorrência como resposta a “Obrigado!”, possivelmente anularia a presença e a análise de “*viu?*” por parte dos alunos. Pretendemos, com tal estratégia, induzir os aprendizes a analisar a pertinência das demais alternativas e, ao observarem sua inaplicabilidade, perceberem a existência de *ver* na proposição a ser respondida. Além disso, essa metodologia também propicia uma excelente diagnose dos problemas enfrentados pelo falante de português como L2, no que tange ao uso do português em situações cotidianas.

Uma proposta funcionalista para a sala de aula de PFOL

Nosso estudo de caso evidencia-nos que não basta somente ensinar o significado, a morfologia e a regência do verbo *ver*. O instrutor deve, pois sim, explorar uma gama de contextos de uso desse verbo nos quais ele venha a atuar ora como MD, ora como não-MD. A função de *ver* dependerá desses contextos e terá reflexo na construção do texto (respostas a proposições, por exemplo), cuja percepção é vital ao desenvolvimento das competências linguísticas e pragmáticas do aprendiz de PFOL. Tal evidência nos mostra a importância e a necessidade de aliar às regras gramaticais de paradigmas verbais uma série sistemática de práticas de viés funcionalista, como diálogos reais em que determinadas estruturas podem variar de categoria e/ou comportamento conforme seu uso (um pressuposto funcionalista).

Ao ampliarmos o universo estudado em nosso caso específico, delineamos uma proposta para responder à nossa pergunta inicial: “como uma abordagem funcionalista no ensino de PFOL pode propiciar o desenvolvimento das competências funcionais em aprendizes de nível avançado, em especial quanto à aprendizagem de MD?”. Sugerimos, assim, as seguintes etapas:

- a) Certificar-se de que os aprendizes de PFOL dominam as competências linguísticas do português e já estão equipados com os paradigmas da gramática prescritiva.
- b) Apresentar em sala de aula situações interacionais, de preferência “autênticas” (vídeos e/ou conversas naturais, espontâneas, não atuadas) para desenvolver no aprendiz a percepção dos processos socioculturais de interação (relações sociais, polidez, códigos sociais tácitos etc.).
- c) Utilizar essas situações para evidenciar os processos linguísticos através dos quais os falantes nativos interagem e gerenciam suas conversações, passando-se ao desenvolvimento das competências sociolinguísticas. Isso será tão mais importante quanto mais contrastantes com a cultura brasileira forem os códigos culturais dos alunos.
- d) Não eliminar, em hipótese alguma, os recursos de interação que emergirem no discurso (hesitações, mudanças de tópico, interrupções, assaltos e cessões de turno etc). Ações aparentemente simples como “quando e como eu posso interromper alguém no Brasil?” podem parecer naturais e insignificantes ao instrutor, mas extremamente caras aos aprendizes.
- e) Induzir os aprendizes a identificarem MD, principalmente aqueles cuja forma incluir palavras que nem sempre se prestam como instrumentos de interação (como o verbo *ver*, aqui explorado em nossa discussão de caso).

- f) Propor dramatizações em que um objetivo social deva ser atingido (abordar alguém na rua para pedir informações, discutir um assunto polêmico, discordar polidamente de seu interlocutor etc.).
- g) Fornecer *feedback* imediato sobre a interação não somente em termos linguísticos, mas também nos termos das competências pragmáticas.

Uma sugestão para fins de planejamento didático é adotar a Tabela 1 como guia de prática em sala de aula e avaliação da internalização das diferentes competências. Incorporar as práticas acima de forma sistemática e orgânica aos cursos de PFOL resultará em falantes cientes dos diversos mecanismos interacionais, aliando de forma eficiente a percepção da cultura ao uso efetivo da língua em suas múltiplas instâncias discursivas.

Considerações finais

Neste artigo, procuramos demonstrar, através de um estudo de caso, como uma abordagem funcionalista no ensino de PFOL pode propiciar o desenvolvimento das competências funcionais em aprendizes de nível avançado, em especial quanto ao uso dos MD. Os resultados evidenciaram que a inserção de abordagens funcionalistas no ensino de PFOL pode mitigar problemas que invariavelmente surgem na aprendizagem quando o instrutor somente se atém a práticas da gramática prescritiva.

Não defendemos, aqui, que modelos paradigmáticos há décadas utilizados nas práticas de ensino de língua não materna sejam abandonados. Ressaltamos, pois sim, a necessidade mais do que premente de se dar maior atenção a abordagens de cunho funcionalista, sublinhando-se nos métodos de ensino e no treinamento de instrutores aspectos fulcrais do funcionalismo, como, dentre outros, a natureza sociocultural da língua, o reconhecimento das exceções, a fluidez de categorias, a gramaticalização, a dependência contextual dos sentidos e a possibilidade de o uso determinar a forma. Os estudos da pragmática e da Análise da Conversação, com sua proficuidade de descobertas em relação aos MD, impõem-se como poderosa ferramenta pedagógica no âmbito de um ensino não somente voltado a regras gramaticais, mas também preocupado com a formação de um falante em suas diversas competências.

No caso particular do ensino e da aprendizagem de PFOL, foco deste nosso estudo, a adoção de propostas funcionalistas pode decerto ajudar a transpor barreiras e desafios que venham a resultar de um *approach* precipuamente baseado na gramática tradicional prescritiva.

Referências

- BARROS, D. L. P. Procedimentos de reformulação: a correção. In: PRETI, D. (Org.) **Análise de textos orais**. Série Projetos Paralelos – NURC-SP Núcleo USP, vol. 1, 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1997.
- BECHARA, E. **Moderna gramática brasileira**. Rio de Janeiro: Lucerna & Nova Fronteira, 2009.
- CAMACHO, R. G. **Da linguística formal à linguística social**. São Paulo: Parábola, 2013.
- CASTILHO, A. T. Apresentação da coleção. In: JUBRAN, C. S. (Org.). **A construção do texto falado**. Coleção Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.
- DIRVEN, R.; FRIED, V. **Functionalism in linguistics**. Amsterdã: John Benjamins, 1987.
- FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2014.
- HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. London: Edward Arnold, 1973.
- HILGERT, J. G. O falante como observador de suas próprias palavras: retomando aspectos metadiscursivos na construção do texto falado. In: PRETI, D. (Org.). **Oralidade em diferentes discursos**. Projetos Paralelos – NURC/SP (Núcleo USP), vol. 8. São Paulo: Humanitas, 2008.
- JULIÃO DA SILVA, S. D. **Análise e exploração de marcadores discursivos no ensino de Português-Língua Estrangeira (PLE) no Brasil**. 2010. 364 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua Portuguesa, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- JULIÃO DA SILVA, S. D. Ensino da gramática em Português Segunda Língua: propostas funcionalistas. In: OSÓRIO, P.; LEURQUIN, E.; COELHO, M. C. (Orgs.). **Lugar da gramática na aula de português**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2018.
- KATO, M. As formas de funcionalismo na sintaxe. **Delta**, v. 14, n. esp., p. 145-168, 1998.
- KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L.C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 1990.
- LEITE, M. Q. **O nascimento da gramática portuguesa – uso & norma**. São Paulo: Humanitas, 2007.
- LYONS, J. **Lingua(gem) e linguística – uma introdução**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

MARCUSCHI, L. A. **Análise da conversação**, 3. ed. São Paulo: Ática, 1997.

MARCUSCHI, L. A. Marcadores conversacionais no português brasileiro: formas, posições e funções. In: CASTILHO, A. (Org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1989.

MARTELOTTA, M. E. *et al.* Conceitos de gramática. In: MARTELOTTA, M. E. **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 43-71.

NEVES, M. H. M. **Gramática funcional** – interação, discurso e texto. São Paulo: Contexto, 2018.

RICHARDS, J. C.; PLATT, J.; PLATT, H. **Dictionary of language teaching & Applied linguistics**. 3. ed. Essex: Longman, 1992.

RISSO, M. S.; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (Org.). **Gramática do português falado**. vol. VI: Desenvolvimentos, 2. ed. revista. Campinas: Ed. UNICAMP, 2002.

SPINASSÉ, K. Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil. **Revista Contingentia**, v. 1, p. 1-10, nov. 2006. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/contingentia/article/view/3837>. Acesso em 21 jun. 2020.

URBANO, H. Marcadores discursivos basicamente interacionais. In: JUBRAN, C. S. (Org.). **A construção do texto falado**. Coleção Gramática do Português Culto Falado no Brasil. São Paulo: Contexto, 2015.

VIEIRA, F. E. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas?. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (Org.). **Gramáticas brasileiras** – com a palavra, os leitores. São Paulo: Parábola, 2016.

WEEDWOOD, B. **História concisa da linguística**. São Paulo: Parábola, 2002.

Sobre o autor

Sérgio Duarte Julião da Silva (Orcid iD: <http://orcid.org/0000-0003-3727-0031>)
Doutor e mestre em Letras pela Universidade de São Paulo (USP); graduado em Letras pela mesma instituição. É diretor de Língua Portuguesa no CET Programas Acadêmicos Brasil em São Paulo, com sede em Washington, DC.

Recebido em junho de 2020.

Aprovado em setembro de 2020.

Política Editorial

Diretrizes para autores

1. A **Revista (Con)Textos Linguísticos** publica artigos inéditos sobre fenômenos linguísticos de pesquisadores doutores brasileiros e estrangeiros. Graduandos, graduados, mestrandos e mestres podem submeter artigos para avaliação desde que em coautoria com doutores.
2. Os trabalhos são apreciados por dois membros do Conselho Editorial e/ou avaliadores *ad hoc*. Havendo divergência entre eles na indicação para publicação, o trabalho é submetido à avaliação de um terceiro parecerista, na qual a Comissão Editorial se baseará para decisão final sobre a publicação.
3. A Comissão Editorial cientificará os autores sobre o conteúdo total ou parcial dos pareceres emitidos sobre o trabalho, garantindo o anonimato dos pareceristas, uma vez que os pareceres são de uso interno da Comissão. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa dos seus artigos.
4. Os artigos podem ser escritos em português, inglês, espanhol ou francês.
5. Os dados e conceitos contidos nos artigos, bem como a exatidão das referências, serão de inteira responsabilidade do(s) autor(es).
6. Os originais apresentados não devem ter sido submetidos a outro periódico simultaneamente.
7. Os direitos autorais referentes aos artigos aprovados serão concedidos, sem ônus, automaticamente à **Revista (Con)Textos Linguísticos**, a qual poderá então publicá-los com base nos incisos VI e I do artigo 5º da Lei 9610/98.
8. Os autores devem providenciar autorização para uso das imagens. Caso contrário, será necessário retirá-las e apenas descrevê-las.

Normas para publicação

1. Os arquivos submetidos devem estar formatados conforme o modelo disponível aqui.
2. O artigo deve ser digitado em *Word for Windows*, versão 6.0 ou superior, em papel A4 (21 cm X 29,7 cm), com margens superior e esquerda de 3 cm e direita e inferior de 2 cm, sem numeração de páginas.

3. Os artigos devem ter extensão mínima de 10 e máxima de 20 páginas, incluindo todos os dados, como tabelas, ilustrações e referências bibliográficas.
4. O trabalho deve obedecer à seguinte estrutura e formatação:
 - **Título:** centralizado no alto da primeira página, em caixa baixa, contendo no máximo 240 caracteres com espaços, em fonte Times New Roman, tamanho 16, negrito.
 - **Título em inglês:** uma linha após o título na língua original do artigo, em caixa baixa, em fonte Times New Roman, tamanho 16. Se a língua original do artigo não for português, o título em português deve ser apresentado no lugar do título em inglês.
 - **Nome do(s) autor(es):** por extenso, com letras maiúsculas somente para as iniciais, duas linhas abaixo do título em inglês, alinhado à direita, seguido de um número que remeterá ao pé da página para identificação de vínculo institucional.
 - **Vínculo institucional:** em nota de rodapé, puxada do sobrenome do autor, na qual constem o departamento, a faculdade (ou o instituto, ou o centro), o nome da universidade por extenso, a cidade, a sigla da UF, o país e o endereço eletrônico do(s) autor(es).
 - **Resumos:** em português e inglês para os textos escritos em português; na língua do artigo e em português para artigos escritos em língua estrangeira. Precedido desse subtítulo e de dois-pontos, em parágrafo único, de no mínimo 100 e no máximo 200 palavras, justificado, sem adentramento, em espaçamento simples, duas linhas abaixo do(s) nome(s) do(s) autor(es). Cada um dos resumos deve ser seguido de no mínimo três e no máximo cinco palavras-chave na língua do resumo, com iniciais maiúsculas, separadas por ponto, em alinhamento justificado, espaçamento simples, sem adentramento.
 - **Texto do artigo:** iniciado na segunda página, em espaçamento 1,5 cm. Os parágrafos deverão ser justificados, com adentramento de 1,25 cm na primeira linha. Os subtítulos correspondentes às seções do trabalho deverão figurar à esquerda, em negrito, sem numeração e sem adentramento, com a inicial da primeira palavra em maiúscula. O subtítulo para a lista de referências também se submete a essa formatação. Deverá haver uma linha com espaçamento 1,5 entre o último parágrafo da seção anterior e o subtítulo seguinte. Todo destaque realizado no corpo do texto deve ser feito em itálico. Exemplos aos quais se faça remissão ao longo do texto deverão ser destacados dos parágrafos que os anunciam e/ou comentam e numerados, sequencialmente, com algarismos arábicos entre parênteses, com adentramento de parágrafo.

- **Referências:** precedidas desse subtítulo, alinhadas à esquerda, sem adentramento, em ordem alfabética de sobrenomes e, no caso de um mesmo autor, na sequência cronológica de publicação dos trabalhos citados, duas linhas após o texto.
 - Para referências em geral (de livro, de autor-entidade, de dicionário, de capítulo de livro organizado, de artigo de revista, de tese/dissertação, de artigo/notícia em jornal, de trabalhos em eventos, de anais de evento, de verbete, de página pessoal), seguir a NBR 6023 da ABNT. Os *documentos eletrônicos* seguem as mesmas especificações requeridas para cada gênero de texto, dispostos em conformidade com as normas NBR 6023 da ABNT; no entanto, essas referências devem ser acrescidas, quando for o caso, da indicação dos endereços completos das páginas virtuais consultadas e da data de acesso a arquivos *on line* apenas temporariamente disponíveis.
 - Para citações, seguir NBR 10520 da ABNT. Ressalte-se que as referências no texto devem ser indexadas pelo sistema autor-data da ABNT: (SILVA, 2005, p. 36-37). Quando o sobrenome vier fora dos parênteses, deve-se utilizar apenas a primeira letra em maiúscula.
 - No caso de haver transcrição fonética e uso de fontes do IPA, é necessário usar somente um tipo de fonte: *silDoulosIPA*, tamanho 12. A fonte pode ser obtida gratuitamente em: <http://scripts.sil.org/DoulosSIL_download>.
- **Anexos**, caso existam, devem ser colocados após as referências bibliográficas, precedidos da palavra Anexo, em negrito, sem adentramento e sem numeração.
 5. Os artigos que não se enquadrarem nas normas aqui expostas serão recusados.
 6. O artigo (um e somente um por grupo ou por autor) deverá ser enviado online em dois arquivos digitais, conforme as normas aqui divulgadas. No texto do primeiro arquivo deverá ser omitida qualquer identificação de seu(s) autor(es). No texto do segundo arquivo, anexado como “Texto do artigo com identificação de autoria”, deverá constar, em uma folha que anteceda o artigo, os seguintes dados: nome e endereço completo do(s) autor(es), com telefone e endereço eletrônico; formação acadêmica e vínculo institucional atual; especificação da seção em que se insere o artigo (Estudos Analítico-descritivos; Texto e Discurso; Linguística Aplicada).
 7. Serão devolvidos aos autores artigos que não obedecerem tanto às normas aqui estipuladas quanto às normas de formatação.

Comissão Editorial

Pedro Henrique Witches
(Editor-gerente)

Flávia Medeiros Álvaro Machado
(Editora de Seção - Estudos Analítico-descritivos)

Janayna Bertollo Cozer Casotti
(Editora de Seção - Linguística Aplicada)

Micheline Mattedi Tomazi
(Editora de Seção - Texto e Discurso)

Mayara de Oliveira Nogueira
(Editora de Texto)

Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
Centro de Ciências Humanas e Naturais - CCHN
Programa de Pós-Graduação em Linguística - PPGEL

Av. Fernando Ferrari, 514
Campus Universitário - Goiabeiras
CEP 29075-910
Vitória - ES
Tel: +55 27 4009-2801